

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo
Adriana Moreira Pedro
Agildo Santos Silva de Oliveira
Alexandre Marques Silva
Douglas Rabelo de Sousa
Letícia Fernandes de Britto Costa
Sergio Mikio Kobayashi
(*Organizadores*)

Discurso e Identidade: múltiplos enfoques



FFLCH/USP
SÃO PAULO, 2018

Copyright © 2018 Dos organizadores

Revisão técnica

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo
Adriana Moreira Pedro
Agildo Santos Silva de Oliveira
Alexandre Marques Silva
Douglas Rabelo de Sousa
Letícia Fernandes de Britto Costa
Sergio Mikio Kobayashi

Conselho Editorial

Ana Elvira Luciano Gebara	Hélson Flávio da Silva Sobrinho	Paula de Souza Gonçalves Morasco
Ana Lúcia Tinoco Cabral	Iran Ferreira de Melo	Paulo Roberto Gonçalves-Segundo
Anna Maria Carmagnani	Isabel Cristina Michelan de Azevedo	Renata Barbosa Vicente
Argus Romero Abreu de Morais	Kelly Cristina de Oliveira	Renata Ferreira Munhoz
Artaxerxes Tiago Tácito Modesto	Manoel Luiz Gonçalves Corrêa	Renata Maria Facuri Coelho
Beatriz Daruj Gil	Marcelo Módolo	Marchezan
Cristina Lopomo Defendi	Márcia Regina Curado Pereira	Renira Appa de Moraes Cirelli
Eduardo Lopes Piris	Mariano	Sandoval Nonato Gomes Santos
Elisa Guimarães	Maria Bernadete Fernandes de Oliveira	Sandro Luís da Silva
Elizabeth Harkot De LaTaille	Maria Flávia Figueiredo	Sheila Vieira Camargo Grillo
Émerson de Pietri	Maria Helena da Nóbrega	Soraya Maria Romano Pacífico
Fabio Fernando Lima	Maria Lúcia C. V. O. Andrade	Urbano Cavalcante da Silva Filho
Flávia Silva Machado	Marise Adriana Mamede Galvão	Vânia Lúcia Menezes Torga
Geraldo Tadeu Souza	Norma Goldstein	Verena Kewitz
Helena Nagamine Brandão		Zilda Gaspar Oliveira de Aquino

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan
Vice-Reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

Diretora: Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda
Vice-Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas

Chefe: Prof. Dr. Manoel Mourivaldo Santiago Almeida
Suplente: Prof. Dr. Mário César Lugarinho

Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa

Coordenador: Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves-Segundo
Vice-coordenadora: Prof. Dra. Flaviane Romani Fernandes Svartman

Discurso e identidade: múltiplos enfoques

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo
Adriana Moreira Pedro
Agildo Santos Silva de Oliveira
Alexandre Marques Silva
Douglas Rabelo de Sousa
Letícia Fernandes de Britto Costa
Sergio Mikio Kobayashi
(Organizadores)

Discurso e identidade: múltiplos enfoques

FFLCH/USP

São Paulo, 2018

10.11606/9788575063361

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

D611 Discurso e identidade [recurso eletrônico]: múltiplos enfoques /
Organizadores: Paulo Roberto Gonçalves-Segundo..[et al.]. – São Paulo:
FFLCH, 2018.
5.398 Kb ; PDF.

IX Encontro de Pós-Graduandos em Estudos Discursivos da USP (EPED)

ISBN 978-85-7506-336-1

DOI 10.11606/9788575063361

1. Análise do Discurso (aspectos culturais). 2. Identidade cultural
(Pesquisa). I. Gonçalves-Segundo, Paulo Roberto, *coord.* II. Pedro, Adriana
Moreira, *coord.* III. Oliveira, Agildo Santos Silva, *coord.* IV. Silva, Alexandre
Marques, *coord.* V. Sousa, Douglas Rabelo, *coord.* VI. Costa, Letícia
Fernandes de Britto, *coord.* VII. Kobayashi, Sérgio Mikio, *coord.* VIII. EPED.

CDD 809.5

Elaborada por Charles Pereira Campos CRB-8/8057

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibindo
qualquer uso para fins comerciais.

Serviço de editoração e Distribuição

Revisão

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo
Adriana Moreira Pedro
Agildo Santos Silva de Oliveira
Alexandre Marques Silva
Douglas Rabelo de Sousa
Letícia Fernandes de Britto Costa
Sergio Mikio Kobayashi

Projeto Gráfico de Capa e de Diagramação

Gabriel Isola-Lanzoni

Sumário

Apresentação	05-09
<i>SILVA, Alexandre Marques</i>	
<i>OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de</i>	
Por um gesto de (re)leitura acerca das narrativas: as movências do sentido nos acontecimentos discursivos	10-19
<i>ARAÚJO, Lúgia Mara Boin Menossi de</i>	
A relação entre imagem e atenuação na análise de materiais de PLE	20-35
<i>BLANCO, Yedda Alves de Oliveira Caggiano</i>	
A fundação de Belém do Pará: análise dialógica de narrativas colonizadoras	36-47
<i>BURLAMAQUI, Cristiane Dominiqui Vieira</i>	
Atenuação pragmática e mudança semântica: um estudo intercultural entre paulistanos e cordobeses	48-64
<i>CAGGIANO BLANCO, Ramiro Carlos Humberto</i>	
Processos de identificação cultural e de gênero no filme Boi Neon	65-76
<i>CARVALHO, Rodrigo S. Fontanini de</i>	
Aspectologia: uma revisão crítico-teórica no português	77-92
<i>CASTRO, Maria Gabriela Rodrigues de</i>	
Censura – uma releitura	93-101
<i>COSTA, Maria Cristina Castilho</i>	
Meio e concepção textual na imediatez e na distância comunicativas, de Koch e Oesterreicher	102-114
<i>DURANTE, Denise</i>	
O ethos de Frei Bartolomeu Ferreira a partir das variantes da edição de 1586 da Compilação de todas as obras de Gil Vicente: o caso do Auto da Barca do Inferno	115-126
<i>FERREIRA, Ana Carolina de Souza</i>	
Analogia e argumentação nos debates sobre a criminalização da homofobia	127-149
<i>FERREIRA, Filipe Mantovani</i>	
A Dinâmica entre Empatia/Antagonismo em audiências de instrução e julgamento	150-172
<i>FILLIETAZ, Laura Guidugli</i>	
Associações conceituais em testemunhos no discurso neopentecostal: uma análise discursivo-cognitiva	173-187
<i>FONSECA, Ananda Chaves</i>	
A Representação de Mulher em “Marcela Temer: Bela, Recatada e ‘do Lar’”	188-200
<i>KOBAYASHI, Sergio Mikio</i>	

A interação no Twitter: Representação dos Atores Sociais, Avaliatividade e sua relação com práticas discursivas acerca do espaço público	201-241
<i>MELO, Douglas Lopes de</i>	
A identidade autoral manifesta na estrutura gramatical do discurso setecentista	242-254
<i>MUNHOZ, Renata Ferreira</i>	
Relações dialógicas na pesquisa em Ciências Humanas: análise de um prefácio de seleta escolar oitocentista	255-270
<i>OLIVEIRA, Agildo Santos S. de</i>	
Mulher, Marca e Beleza: modos de apropriação do discurso feminista em propagandas de <i>Natura</i>	271-290
<i>SANTOS, Danielle Martins</i>	
<i>Uma lulik</i> : o sagrado na expressão da identidade nacional leste-timorense	291-304
<i>SILVA, Alexandre Marques</i>	
Escola Sem Partido: a Argumentação no processo de construção ideológica	305-325
<i>SILVA, Lucas Pereira da</i>	
Leituras da Poesia de Arnaldo Antunes na Era do Antropoceno	326-336
<i>TAKAKUTA, Sandra Mina</i>	

Apresentação

Alexandre Marques SILVA
Agildo Santos Silva de OLIVEIRA

O EPED-USP – Encontro de Pós-Graduandos em Estudos Discursivos da Universidade de São Paulo – é um evento acadêmico anual, organizado pelos pós-graduandos da área de Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP). Com edições desde 2009, o encontro busca a integração entre os pós-graduandos dos diversos programas da Universidade de São Paulo, incentivando o debate franco e aberto acerca dos diferentes olhares epistemológicos, das distintas metodologias e dos variados objetos de análise que caracterizam a instituição no que concerne ao estudo da produção contextualizada de sentido.

Realizado entre os dias 19 e 20 de abril de 2017, o IX EPED-USP focalizou sua temática nos estudos sobre identidade, por se tratar de um objeto de crescente interesse por parte dos pesquisadores da área. Observa-se que os estudos contemporâneos sobre identidade apontam que ela é constituída a partir de um jogo entre subjetividade e alteridade, o que permite sua aproximação tanto com pesquisas voltadas à interação e ao discurso quanto com estudos ligados à história, à estrutura social, às práticas socioculturais e aos processos psicológicos e cognitivos que embasam sua construção, vista como dinâmica, heteróclita, processual, contraditória. Nesse sentido, não se pode desconsiderar a importância de noções como linguagem, contexto e ideologia para a abordagem de sua constituição, o que evidencia o caráter multi ou interdisciplinar de tais pesquisas.

O livro **Discurso e Identidade: múltiplos enfoques** reúne vinte artigos originados de comunicações apresentadas na nona edição do EPED-USP. Esses trabalhos foram produzidos por estudantes de todos os níveis de pesquisa acadêmica (Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado) e por professores convidados a participarem das mesas-redondas do evento. Nos artigos publicados neste livro, os autores mobilizaram diferentes conceitos advindos de vertentes teórico-metodológicas que vem contribuindo no desenvolvimento dos seus estudos acerca do discurso e da identidade como: Análise do Discurso de linha francesa, Análise Crítica do Discurso, Análise Dialógica do Discurso, Teoria da Argumentação, Semiótica, Pragmática, Análise da Conversação, Sociolinguística Interacional, Linguística Funcional, Linguística Cognitiva, Linguística Aplicada.

O texto que abre a presente publicação trata-se de “Por um gesto de (re)leitura acerca das narrativas: as movências do sentido nos acontecimentos discursivos”. Sua autora, Lígia Mara Boin Menossi de Araújo, investiga, mediante abordagem teórico-metodológica da Análise do Discurso de linha francesa, como os efeitos de sentidos resultantes de leituras de uma obra, realizadas em diferentes temporalidades e por distintos sujeitos, contribuem para refletir uma narrativa contada e reescrevê-las consoante novas reflexões

acerca dos fatos narrados. A autora analisa ainda como a produção e a emergência de duas narrativas do acontecimento, representadas por dois artigos científicos, acerca de outro acontecimento, a obra “O Dialeto Caipira” de Amadeu Amaral, colaboram para possibilidades de construção de novos sentidos acerca da história narrada e de elementos que lhe são constitutivos.

No artigo “A relação entre imagem e atenuação na análise de materiais de PLE”, Yedda Alves de Oliveira Caggiano Blanco analisa, mediante a abordagem da atenuação pragmática e com base na Ficha elaborada pelo projeto ES.POR.ATENUAÇÃO, as relações pragmáticas do discurso reproduzidas nos textos dos livros de ensino de Português como Língua Estrangeira, o PLE. Como corpus de análise a autora elege diálogo presente em uma das unidades de um livro de circulação no Brasil para o ensino de PLE, Bem-Vindo: a língua portuguesa no mundo da comunicação (Ponce et al.). Seus resultados apontam para a importância da atenuação pragmática como um elemento fundamental para o aprendizado de uma língua estrangeira.

Com base na abordagem dialógica do discurso, Cristiane Burlamaqui, no artigo “A fundação de Belém do Pará: análise dialógica de narrativas colonizadoras”, realiza um estudo acerca dos enunciados que compõem o memorial discursivo inventariado sobre a fundação de Belém do Pará, no qual problematiza as implicações ideológicas desses enunciados na formação do imaginário social da região. Para isso, a autora mobiliza, principalmente, três conceitos bakhtinianos: discurso citado, cronotopo e ideologia. Na análise realizada, a autora identifica a constituição de um solo enunciativo comum das narrativas: a valorização do cronotopo do colonizador e o apagamento do cronotopo da população nativa, neutralizando, assim, contradições presentes no processo de ocupação da cidade.

Em seu artigo, “Atenuação pragmática e mudança semântica: um estudo intercultural entre paulistanos e cordobeses”, Ramiro Carlos Humberto Caggiano Blanco apresenta os resultados de uma investigação intercultural com estudantes universitários de São Paulo (Brasil) e Córdoba (Argentina), na qual foi feita uma comparação das táticas pragmáticas de mitigação de atos de fala ameaçadores da imagem. Neste trabalho investigativo, em que se propõe uma análise contrastiva, o autor teve como embasamento teórico a ficha do projeto ES.POR.ATENUAÇÃO e como corpora questionários respondidos por estudantes universitário paulistanos e cordobeses. Os resultados do estudo revelam que o uso de alguns recursos linguísticos de atenuação utilizados principalmente pelos estudantes de São Paulo criou mudanças semânticas que comprometeram a interpretação feita pelos estudantes de Córdoba, causando problemas de intercompreensão.

Escrito por Rodrigo S. Fontanini de Carvalho, o artigo “Processos de identificação cultural e de gênero no filme Boi Neon” trata-se de um estudo interdisciplinar, que integra Linguagens, Mídias e Artes. Com o objetivo de interpretar e analisar o discurso fílmico constitutivo do longa-metragem Boi Neon, o autor focaliza na figura do protagonista do filme, Iramar, e, em diálogo com autores de diferentes áreas de estudo, discute acerca do processo de identificação cultural e de gênero do sujeito-personagem, questionando estereótipos enraizados na sociedade.

A partir de uma abordagem teórica, no artigo “Aspectologia: uma revisão crítico-teórica no português”, Maria Gabriela Rodrigues de Castro apresenta uma revisão crítica acerca das abordagens teóricas que estudiosos brasileiros vêm realizando quando o tema é a categoria do Aspecto no português brasileiro. Para isso, a autora dialoga com obras e escritores de referência como Castilho (1968; 2012), Travaglia (1981) e Cunha e Cintra (2008 [1985]), chegando a conclusões de que o tratamento dado a essa categoria é descontextualizado, sendo necessário abordá-la numa perspectiva textual.

Já no artigo “Censura – uma releitura”, Maria Cristina Castilho Costa analisa as consequências decorrentes da censura prévia às Artes Cênicas no Brasil, por meio da Leitura Dramática de *O poço*, de autoria de Helena Silveira, uma das peças vetadas em São Paulo, pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado de São Paulo em 1950. Mediante diálogo entre o conceito de “partilha do sensível” (Rancière, 2009) e a Leitura Dramática de *O poço*, a autora mostra os efeitos profundos e permanentes instalados pela censura, e por seus mecanismos, ao meio artístico e cultural.

No artigo de Denise Durante, “Meio e concepção textual na imediatez e na distância comunicativas, de Koch e Oesterreicher”, o foco é a reflexão acerca dos conceitos de meio e concepção textual presentes na teoria da imediatez e distância comunicativas, desenvolvida por Koch e Oesterreicher, na obra “Lengua hablada en la Romania: español, francés, italiano” (2007). A partir de abordagem teórica em que se cruza as ideias de Koch e Oesterreicher, juntamente com conceitos tratados por Manguel, Andrade e Urbano, a autora busca compreender de que maneira o meio influencia a concepção textual.

Tendo em vista uma abordagem interdisciplinar entre as áreas da Crítica Textual e da Análise do Discurso, Ana Carolina de Souza Ferreira, no artigo “O ethos de Frei Bartolomeu Ferreira a partir das variantes da edição de 1586 da Compilação de todas as obras de Gil Vicente: o caso do Auto da Barca do Inferno”, propõe-se a delinear o ethos de Frei Bartolomeu Ferreira.

No artigo “Analogia e argumentação nos debates sobre a criminalização da homofobia”, tendo como *corpus* o discurso do senador Magno Malta (PR-ES), em um debate sobre o Projeto de Lei da Câmara 122 de 2006 (PLC 122/06), conhecido como “projeto de criminalização da homofobia”, Filipe Mantovani Ferreira realiza uma análise qualitativa acerca uso da analogia como forma de conceptualizar negativamente o PLC 122/06 e, dessa forma, justificar sua refutação. Em suas análises, o autor observou uma recorrência no uso de analogias como mecanismo de defender que a homossexualidade corresponde a uma opção e de que a aprovação do projeto consistiria em uma forma de privilegiar homossexuais.

No artigo Dinâmica entre Empatia/Antagonismo em audiências de instrução e julgamento, Laura Guidugli Fillietaz realiza um estudo acerca da inter-relação entre o binômio empatia/antagonismo em uma audiência de instrução e julgamento da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, concernente ao crime de lesão corporal leve. Considerando que os fenômenos interacionais em tela envolve vários sujeitos como vítima, réu, juiz de direito, advogado de defesa (ou defensor público) e promotor, a autora verifica que os usos da narrativa e do envolvimento, nesse gênero discursivo, é constitutivo do binômio

empatia/antagonismo. Os resultados mostram que os efeitos desse binômio trazem consequências para além do momento discursivo.

Com base em uma análise discursivo-cognitiva, o artigo de Ananda Chaves Fonseca “Associações conceituais em testemunhos no discurso neopentecostal: uma análise discursivo-cognitiva” discute como as associações conceituais entres domínios GUERRA, RELIGIÃO, ESCOLA e JORNADA constroem relações metafóricas que constituem o discurso catequético-publicitário da Igreja Universal do Reino de Deus. A autora evidencia que, por meio de uma complexa integração entre *frames*, a igreja se representa como uma instituição escolar, na qual seus fiéis aprendem a lidar com os mais diversos tipos de problemas, sobretudo, os financeiros e conjugais.

No artigo “A Representação de Mulher em Marcela Temer: Bela, Recatada e ‘do lar’”, Sergio Mikio Kobayashi analisa as diferentes representações de Mulher presentes no discurso de uma reportagem publicada pela Revista Veja em abril de 2016, tendo como protagonista Marcela Temer. Em suas análises, o autor mobilizou conceitos do âmbito da Linguística Textual, principalmente Referenciação e Categorização, priorizando uma perspectiva crítico-discursiva alicerçada na Análise Crítica do Discurso de Fairclough. Os resultados alcançados neste estudo refletem e refratam uma representação de mulher subalterna às questões públicas e sexuais que acaba por projetar a representação de Homem responsável pelos assuntos públicos, além disso, mostram a principal intencionalidade dessa representação: justificar a destituição da então presidenta Dilma Rousseff.

Em seu artigo “A interação no Twitter: Representação dos Atores Sociais, Avaliatividade e sua relação com práticas discursivas acerca do espaço público”, Douglas Lopes de Melo discute, com base na interdisciplinaridade, os processos de interação no Twitter, a partir de enunciados produzidos por João Dória Júnior em seu perfil nessa rede social e pelos que interagem com ele, destacando, principalmente, questões pertinentes à relação entre Representação e Atitude, valoração e significação acerca do mundo, manifestadas por esses participantes.

Renata Ferreira Munhoz, no artigo “A identidade autoral manifesta na estrutura gramatical do discurso setecentista”, pretende estabelecer uma relação entre a organização de textos manuscritos setecentistas e as marcas identitárias de seus autores. Assim, pautada em um padrão sincrônico de análises, a autora mapeou a colocação dos pronomes clíticos em correspondências administrativas da segunda metade do século XVIII e observou que o uso de ênclise revela como a identidade autoral se constrói a partir da manutenção ou da ruptura com os padrões de colocação pronominal.

Partindo de uma abordagem teórica em que se destacam elementos como: linguagem, enunciado concreto, sujeito e relações dialógicas, Agildo Santos S. Oliveira discute em seu artigo “Relações dialógicas na pesquisa em Ciências Humanas: análise de um prefácio de seleta escolar oitocentista” como se manifestam as relações dialógicas no prefácio da antologia escolar **Selecta Classica** (1871). Em seu percurso

analítico, o autor revela que, pelas manifestações das relações dialógicas entre enunciados, chega-se à construção de sentido da obra.

O discurso feminista e sua apropriação pela publicidade são as preocupações centrais de Danielle Martins Santos no artigo “Mulher, Marca e Beleza: modos de apropriação do discurso feminista em propagandas de Natura”. Voltando-se aos estudos da Análise Crítica do Discurso e de Linguística Sistêmico-Funcional, a autora destaca que a marca em questão projeta a imagem de uma mulher confiante, que usa os produtos cosméticos livremente, não como resultado de uma coerção social; além de instanciar estratégias que ressignificam, de forma mais plural e positiva, o significante “beleza”.

No artigo “*Uma lulik*: o sagrado na expressão da identidade nacional leste-timorense”, Alexandre Marques Silva discute, multidisciplinarmente, as relações entre cultura, tradição e identidade, considerando as *uma lulik* (casas sagradas) como símbolo de resistência e de preservação de elementos da cultura e da identidade leste-timorenses. A partir de suas análises, o autor aponta para o fato de que, em Timor-Leste, as casas sagradas constituem um referencial para a preservação da memória coletiva e, por isso, consistem em um importante patrimônio relacional daquela nação, assegurando-lhe a preservação e a disseminação de uma (possibilidade de) identidade nacional.

O funcionamento da ideologia no contexto escolar é o tema do artigo “Escola Sem Partido: a Argumentação no processo de construção ideológica”, de Lucas Pereira da Silva. Fundamentado nos pressupostos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional e da argumentação, o autor observa que o Projeto de Lei conhecido como “Escola Sem Partido” consiste em um programa de manutenção de uma ordem social com base no silenciamento de possíveis vozes resistentes.

Por fim, em “Leituras da Poesia de Arnaldo Antunes na Era do Antropoceno”, Sandra Mina Takakura discute as transgressões operadas nas metáforas do cotidiano pelas criações artísticas de Arnaldo Antunes, as quais se encontram na convergência entre os campos musical e literário, estabelecendo relações intermediárias. Desse modo, a autora apresenta resultados preliminares dos estudos das criações estilísticas no campo linguístico, tendo como aportes teóricos os estudos das metáforas conceituais e a noção de neologia semântica.

Após as apresentações desses trabalhos, desejamos que os artigos publicados neste livro, Discurso e Identidade: múltiplos enfoques, tragam contribuições para os leitores sejam refletindo ou refratando os enunciados que os constituem. O escopo desta publicação é favorecer o diálogo, harmônico e/ou polêmico, entre os seus diversos interlocutores nas diferentes esferas que esses textos venham a circular.

Agradecemos a todos que promoveram e fizeram do nosso projeto de publicação (enunciado possível) um enunciado concreto: autores, organizadores, conselho editorial, revisores, diagramador, membros do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, e do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Portuguesa, e aos leitores.

Por um gesto de (re)leitura acerca das narrativas: as movências do sentido nos acontecimentos discursivos

Lígia Mara Boin Menossi de ARAÚJO¹

Resumo: Este capítulo de livro tem como objetivos: investigar os efeitos de sentido que ora refletem uma dada história já contada, ora contribuem para a (re)escritura dos fatos conforme novas reflexões; analisar a produção e a emergência de duas narrativas do acontecimento em dois artigos científicos acerca do acontecimento *O Dialeto Caipira de Amadeu Amaral (1920)*. O referencial teórico e metodológico é baseado na análise do discurso de matriz francesa, mais especificamente, nas noções de acontecimento linguístico, discursivo e narrativa do acontecimento de Jacques Guilhaumou (2009).

Palavras-chave: Dialeto Caipira; Análise Do Discurso; Linguística Histórica; Narrativa Do Acontecimento; Narradores-Produtores.

Introdução

A obra *O Dialeto Caipira* de autoria de Amadeu Amaral foi publicada no Brasil em 1920, época bastante importante para o cenário das letras, cujas reflexões contribuíram para a busca de uma certa identidade nacional, ainda pouco explorada, mas fortemente necessária. É também o período que antecede a *Semana de Arte Moderna de 1922*, momento importante para a escrita da história brasileira das artes e dos estudos acerca da língua de uma nação e suas diferentes variações; é, pois, nesse ambiente eferescente de novas ideias que nasce tal obra tida como um marco para a história da dialetologia brasileira já que foi responsável por direcionar alguns dos primeiros questionamentos acerca dos falares regionais brasileiros, traçando, de certo modo, um primeiro esboço de um mapa linguístico das variações do português em território nacional (embora pouco delimitado e rudimentar, devido à carência de equipamentos e da tecnologia necessária, foi um dos primeiros mapas de descrição da língua portuguesa e suas variações).

Assim, neste capítulo, temos como primeiro objetivo tecer uma análise discursiva acerca das retomadas que revisitam a obra de Amadeu Amaral, *O Dialeto Caipira (1920)* e, ao mesmo tempo, evidenciar como o estereótipo² do caipira que via o sujeito a margem da sociedade, torna-se, atualmente, um sujeito engajado. Ademais, nosso material de análise é composto por recortes de artigos e trabalhos desenvolvidos no âmbito da linguística histórica e da sociolinguística, esse material é parte do *corpus* de pesquisa de nosso estágio de pós-doutoramento desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa

¹ Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da USP, sob a supervisão do Prof. Dr. Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida. E-mail: ligiamenossi@gmail.com

² Amossy e Pierrot (2005) explicam que a noção de estereótipo é tomada como um objeto transversal da reflexão contemporânea nas ciências humanas e podem ser definidos como representações ou imagens coletivas cristalizadas, esquemas culturais preexistentes ou pré-construídos que são compartilhados. Além disso, o estereótipo não existe em si, não se constitui nem como um objeto palpável nem como uma entidade concreta, mas sim como uma construção de leitura (AMOSSY; PIERROT, 2001, p. 79). Nesse sentido, entende-se que eles se constituem como imagens previamente construídas e repassadas entre grupos, tanto positiva quanto negativamente, sempre em comparação a um modelo pré-definido.

da Universidade de São Paulo (campus São Paulo) que é composto por livros, capítulos, teses, dissertações e artigos.

Cabe salientar que Amadeu Amaral, em virtude da publicação de sua obra, é considerado um dos pioneiros da dialetologia no Brasil dentre tantos outros estudiosos; além disso, há ainda poucos dados epistemológicos e biográficos de alguns autores que fizeram história no âmbito dos estudos linguísticos entre o fim do século XIX e o início do XX. Um dos objetivos de Amaral era retratar o falar caipira em seus diferentes aspectos: fonéticos, lexicais, morfológicos e sintáticos, isto porque, segundo o autor, o dialeto estaria prestes a desaparecer. A metodologia desenvolvida em sua obra é de uma riqueza indiscutível já que ele deixa claro o rigor com as minúcias do dialeto que se estava descrevendo, toda essa exatidão lhe conferiu credibilidade uma vez que ele só aceitava dados que fossem verificados pessoalmente por ele que desenvolveu seu estudo em um período que não se contava ainda com gravadores de áudio e não havia um meio de pesquisa universitário em São Paulo, porém, por ser autodidata, o estudioso desenvolveu seu próprio sistema de pesquisa.

Para tecermos nossa análise discursiva, estamos sedimentados na análise do discurso de linha francesa que tem como seu fundador Michel Pêcheux (2010) e sua obra *Analyse Automatique du discours* de 1969. Mais especificamente, as noções de acontecimento linguístico, acontecimento discursivo e narrativa do acontecimento edificadas por Jacques Guilhaumou (2009), um historiador linguista contemporâneo de Pêcheux, que serão norteadoras para se pensar a questão das retomadas da obra em recortes de dois artigos que selecionamos: *Desde antes do português brasileiro* de Santiago-Almeida (2013) que se inscreve nos estudos da Linguística Histórica e *Uma nova configuração do Caipira: ecos do /r/ retroflexo* de Aguilera e Silva (2015) que se insere no campo dos estudos da Sociolinguística.

Nossa hipótese é a de que o acontecimento linguístico e histórico *O Dialeto Caipira* ao ser retomado em diferentes narrativas por narradores-produtores distintos ao longo das pesquisas em torno do tema, reconstroem o estereótipo do caipira, o usuário do dialeto; assim sendo, cada artigo selecionado para análise emerge como um acontecimento discursivo ao revelar o sujeito da enunciação recontando as ideias de Amaral e retomando um certo acontecimento histórico e linguístico a partir de seus próprios recursos interpretativos. Nosso segundo objetivo, neste capítulo³, é mostrar como cada um dos artigos que selecionamos configuram acontecimento discursivos capazes de redizer *O Dialeto Caipira* por meio de narrativas do acontecimento.

Nesse sentido, buscamos refletir como cada uma dessas duas narrativas selecionadas reconstroem um acontecimento histórico: *O Dialeto Caipira*; além disso, analisar como se constroem novas formas de representar as reflexões de Amaral a partir de um funcionamento discursivo próprio de cada autor e; por

³ As reflexões que aqui produzimos foram inicialmente apresentadas no *IX Encontro de Pós-graduandos em Estudos Discursivos da USP – IX EPED USP* – realizado na Universidade de São Paulo entre os dias 19 e 20 de abril de 2017. Disponível em: <<http://www.eped.fflch.usp.br>>. Acesso em 23 de nov. 2017.

fim, verificar em que medida sua figura contribui para a escrita da história dos estudos da linguagem no Brasil, uma vez que a circulação de suas ideias, a partir de novas narrativas, proporcionam uma nova maneira de se olhar o período dialetológico, identificando-o por meio de características oriundas do povo brasileiro.

1 Questões teóricas sobre acontecimentos

Não se pode dizer que os estudos linguísticos – inclusive com alguns dados biográficos relevantes – sejam exatamente inéditos isto porque há bons projetos de Cristina Altman e do próprio Mattoso Câmara Jr., o primeiro linguista científico brasileiro, que criou diversas cadeiras e cursos de Linguística, além mesmo de ser um arauto dessa epistemologia da linguagem. Trabalhos bastante reconhecidos nos meios acadêmicos, com hipóteses e fundamentos bastante difundidos, no entanto, é preciso: contribuir mais amplamente para o levantamento das identidades e das diferenças nos dados biográficos de um grande ator social que, há muito, faz pelo campo dos estudos da linguagem no Brasil e, ao mesmo tempo, investigar a construção de efeitos de sentido criados a partir de diferentes narrativas do acontecimento.

Ao passo que não podemos dizer da novidade dos estudos científicos de linguística no Brasil, igualmente podemos apresentar alguns períodos que se tornaram acontecimentos importantes, seja pelo volume e fluxo de trabalho com a linguagem, seja pela própria importância histórica que esses períodos obtiveram. Em virtude disso, poderíamos dividir em um momento "pré" linguístico, que se situa entre os séculos XVI e XIX e em que os trabalhos de descrição das línguas se concentram sobretudo em línguas indígenas (com base no modelo latino de referência), realizados pelos missionários europeus nos séculos XVI, XVIII e XIX. Por um lado, temos estudos, como o de José de Anchieta, em 1595, que, de uma perspectiva epistemológica, têm número e hierarquia das partes de que se compõem a gramática latina, base de sua referência, mas que em seus trabalhos é feita com mais liberdade em relação ao modelo de referência. Esta gramática de Anchieta é desenvolvida em dezesseis capítulos e inicia-se com um apanhado geral das letras, ortografia, pronúncia e acento, seguido da exposição das propriedades da morfologia dos nomes, dos pronomes e dos verbos, intercalada com uma enumeração das preposições. Já a gramática de Figueira (1621), que teria, entre outros, o mérito de ter ajustado a gramática de Anchieta ao padrão latino de elaborar gramáticas e estudos linguísticos, já adotado pela Cia. de Jesus, segue, de fato, bem de perto, o modelo Prisciano, que, por sua vez, se inspira no modelo aristotélico de análise dos discursos, em que se divide discursos em oito partes e lhes lança a escrutínio.

Em um período seguinte, temos Domingos Borges, o visconde Pedra Branca, que talvez tenha sido o primeiro pesquisador, com as ferramentas e saberes de sua época, a diferenciar a língua portuguesa brasileira e a língua portuguesa de Portugal, já no ano de 1826, em uma publicação francesa *Atlas ethnographie du monde*. Nesse texto, Pedra Branca aponta diferenças dialetais e semânticas entre as duas variantes de português e o português falado aqui, no Brasil, já independente de Portugal – portanto em muito

fazia sentido criar uma identificação particular à língua da nação que se construía – é definido como uma língua suave e doce.

Depois desses dois períodos, em que há os primeiros contatos e estudos das línguas faladas pelos indígenas nativos, com intento de interação, catequese e, posteriormente, escravidão destes silvícolas, há um hiato de estudos, que se quebra basicamente com o estudo isolado de Domingos Borges. Assim, é possível dizer que nos estudos de intento linguístico existem um outro momento: o gramatical. No entanto, esse momento, que se passa entre o final do século XIX e início do XX, preocupava-se em se adequar ao tratamento de normas linguísticas mais tipicamente brasileiras e às normas da língua portuguesa europeia. É nesta conjuntura que surge o nome de Mário Barreto, por exemplo – entre outros, tais como Alfredo Augusto Gomes, Maximino de Araújo Maciel, Manuel Pacheco Silva Junior, Eduardo Carlos Pereira, Ernesto Carneiro Ribeiro, João Ribeiro etc. – que, com este gesto prescritivo, condenou a toda sorte de equívocos as normatizações brasileiras, refletindo em certas dificuldades ainda hoje encontradas em diversos ambientes, tal como o escolar, ao tentar se definir o certo e o errado em língua falada e escrita, em vez de o adequado ou não para as últimas conjunturas e situações sociais; buscou índices de erudição relacionados mais à ordem (morfofossintática) do português europeu em detrimento do português brasileiro (línguas, como mostram-se inúmeras pesquisas, bastante distintas entre si, quase inconciliáveis); trazer um corolário literário como exemplos de bom uso e autoridade do bem escrever e, pior ainda, do bem falar, entre outros tantos problemas criados a partir dessa iniciativa postulante e normativista. Mesmo que no domínio da história seja difícil encontrarmos o uso do "se" ou mesmo o uso de anacronismos, é interessante notarmos que em Domingos Borges de Barros, dado à conjuntura e às condições de produção de seu discurso, há uma necessidade de mostrar-nos, enquanto falantes do português, em uma imagem discursiva de exaltação, diferenciação e peculiaridade em relação ao idioma da Metrópole, o que, tempos depois, não se verifica como preocupação dos estudos mais gramaticais, entre eles de Barreto, o que pode ser explicado pela turbulência dos períodos pós-Independência e mesmo o desinteresse em analisar como idioma peculiar o português brasileiro.

No século XX, observamos, nas primeiras quatro décadas – período que compreende nossa questão investigativa, para este século –, um movimento de narradores-pesquisadores que buscavam trazer à tona estudos de linguagem que fossem inscritos em duas ordens de observação, principalmente histórica e filológica. Portanto, é nessas duas balizas teóricas o lastro daquela época para a compreensão empírica de fenômenos linguageiros utilizando-se dos métodos diacrônico e sincrônicos. É desse momento, por um lado, que surgem figuras importantes, tais como João Capistrano de Abreu, Manuel Said Ali, Álvaro Sousa da Silveira, Sílvio Edmundo Elia, Serafim da Silva Neto, Gladstone Chaves de Melo e que, especificamente, seguiam uma orientação diacrônica no tratamento da língua portuguesa – as falas do presente não eram consideradas – para criar um rumo, linear, acerca das estruturas da língua portuguesa.

Por outro lado, temos nos entornos deste mesmo período personagens que, com suas pesquisas, parecem escapar a uma classificação mais apressada. Trata-se de atores sociais tais como Amadeu Amaral, Antenor Nascentes, Nelson Rossi, Mario Marroquim que seguiam uma orientação sincrônica da língua portuguesa, para obter um retrato dos caracteres gerais do(s) dialeto(s) brasileiro(s), em suas mais distintas regiões. É desse momento que surge uma das personagens-chave para a compreensão histórica dos estudos de linguagem no Brasil: Amadeu Amaral. A princípio, pode se dizer que se trata de um linguista dialetologista que, mesmo à margem dos formalismos acadêmicos, mas à frente de seu tempo, fez pesquisas bastante profícuas e sistematizou um dos falares mais característicos do Brasil: o dialeto caipira.

Como já exposto na introdução, para este trabalho, trouxemos as noções de acontecimento linguístico, acontecimento discursivo e, em especial, as ideias sobre a narrativa do acontecimento propostas por Jacques Guilhaumou (2009) que tem como “pano de fundo” a perspectiva da análise do discurso de linha francesa. Cabe acrescentar que Guilhaumou é um importante historiador-linguista do campo da Análise do Discurso já que esteve presente nos principais meios e debates dos tempos de Michel Pêcheux; ademais, foi ele quem trouxe para a teoria alguns conceitos de Michel Foucault significativos e luminosos para os estudiosos da AD francesa, sobretudo os conceitos de enunciado, arquivo, história e acontecimento, este último visto na descontinuidade histórica, por isso, não seria mais redutível a situação de enunciação e ao nomeado contexto histórico.

Para tanto, o teórico integra o grupo chamado “análise do discurso do lado da história” juntamente com Régine Robin e Denise Maldidier; a partir daí, na década de 70, tem como enfoque os trabalhos acerca da problemática entre Língua e História ao pensar os efeitos de sentido da materialidade da língua na discursividades que compõem o arquivo. Assim, Guilhaumou marcou presença no campo da História quando participou da renovação de sua perspectiva e também no campo da Linguística ao colaborar com a sua reconfiguração dentro dos estudos da Análise do Discurso de linha francesa.

Desse contexto histórico, o que mais nos instiga a buscar possíveis respostas são as ideias acerca da narrativa do acontecimento tecidas pelo historiador-linguista, para tanto, ele preconiza que se pense em três derivações do acontecimento numa ordenação congruente, ou seja, pensar no acontecimento linguístico, no acontecimento discursivo e, então, na narrativa do acontecimento. O acontecimento linguístico estaria ligado com a “norma referencial da língua, a tipificação histórica de sujeitos e de objetos cognitivos, etc.” (GUILHAUMOU, 2009, p.124). O acontecimento discursivo é baseado na perspectiva de Michel Foucault (1969) em *a Arqueologia do Saber* quando tece sua teoria sobre enunciado e afirma que a simples inscrição do que é dito como elemento já é atestado como um enunciado. Ao olharmos para o universo do enunciado atestado, deparamo-nos com a leitura de arquivo, nesse sentido, o acontecimento se daria no interior do arquivo, isto porque “a descrição do enunciados atestados na sua dispersão arquivística permite ter acesso à compreensão do *sentido ocorrido*, sem passar pela descrição de frases” (GUILHAUMOU, 2009, p. 125, grifos

do autor), o acontecimento no interior do arquivo se dá como algo permanentemente reinterpretável juridicamente e, por isso, atual ao próprio sentido.

O arquivo não pode ser descrito em sua totalidade, mas se dá a ler por fragmentos de enunciados que se configuram em novas instâncias de enunciação e têm por consequência o surgimento de novos acontecimentos discursivos. Segundo Guilhaumou (2009), o arquivo não é meramente um conjunto de textos que são produzidos e circulam na sociedade como documentos, ele “participa sobretudo de um *gesto de leitura* no qual se atualizam as configurações significantes, os dispositivos de significações de enunciados atestados” (GUILHAUMOU, 2009, p. 125). Ao mesmo tempo, o acontecimento, portanto, emerge de um conjunto heterogêneo de enunciados constitutivos do acontecimento discursivo no interior do arquivo. É preciso considerar, por conseguinte, que o arquivo não como um amontoado de documentos fechados, deve ser tido como algo que participa de um gesto de leitura: “saímos do mundo dos nomes e de seus referentes para entrar no universo da reflexividade do discurso, dos recursos próprios dos sujeitos da enunciação implicados no acontecimento” (FOUCAULT, 1969, p. 124).

Logo, é imprescindível refletir que o acontecimento parte do linguístico ao discursivo e, deste, à narrativa do acontecimento que surge como um olhar prospectivo perante um campo de experiências que se amplificam e, igualmente, os acontecimentos narrados produzem reservas de sentidos ao basearem-se em uma necessidade de historicidade que permite a experimentação, o tornar-se outro. Ademais, a narrativa tem uma função de tornar uma história verdadeira para além do tempo experimentalmente delimitado. Assim,

A narrativa do acontecimento relança, então, a ação infinita da interpretação, permite uma abertura máxima das narrações, assimila ação e pensamento, associa o ato e a revelação, torna memorável a vida da heroína e do herói. Introduz-nos no agir político verdadeiro, no sentido em que a ação política é trazida ao julgamento desinteressado da dimensão universal do acontecimento singular, a exemplo de Kant ao julgar com entusiasmo a Revolução Francesa (GUILHAUMOU, 2009, p. 137).

Outrossim, ela pode ser apreendida no curso das ações como um tracejar que associa diferentes atos da vida de cada um já que é onipresente e pode tornar visível, legível e comunicável as formas singulares dessas ações corriqueiras e sua dimensão universalizante. Todo sujeito, ou todos os *narradores-produtores*, como denominamos aqui, dos dois artigos selecionados para análise, participa da narrativa do acontecimento como co-construtores desses acontecimentos discursivos. Entendemos, então, que “a narrativa do acontecimento, sob sua forma singular e/ou coletiva, é a forma histórica mais acabada de experimentação do real ao longo da existência da humanidade” (GUILHAUMOU, 2009, p. 125).

Com base nas reflexões de Guilhaumou (2009), entendemos que a narrativa seria uma sequência de micro-acontecimentos que se desenvolvem ao longo de um eixo temporal, aqui entendemos como narrativos do acontecimento os artigos selecionados e o acontecimento linguístico e histórico a obra *O Dialeto Caipira* (AMARAL, 1920). A narrativa do acontecimento com os *narradores-produtores* dispõe de uma unidade

temática que é o estereótipo do caipira, a imagem produzida do falante do dialeto constituída por elementos de conteúdo, e de uma unidade de ação em torno de uma actante principal, o caipira. Por isso, arriscamos a afirmar que as diferentes narrativas do acontecimento produzidas a partir do acontecimento *O Dialeto Caipira* (AMARAL, 1920) traçam um percurso acontecimental que leva em consideração tanto a lógica sequencial quanto a dimensão configurante do acontecimento discursivo e o inscreve em uma espécie de relato coletivo. Com o objetivo de refletir sobre esse relato coletivo é que nosso trabalho trará duas narrativas em que os *narradores-produtores* situados em condições históricas e ideológicas distintas constroem acontecimentos discursivos e dão legitimidade institucional ao compilarem suas interpretações em diferentes trabalhos acadêmicos, em diversos posicionamentos teóricos e metodológicos.

Logo no início da obra, encontramos:

Tivemos, até cerca de vinte e cinco a trinta anos atrás, um dialeto bem pronunciado, no território da antiga província de S. Paulo. É de todos sabido que o nosso falar caipira – bastante característico para ser notado pelos mais desprevenidos como um sistema distinto e inconfundível - dominava em absoluto a grande maioria da população e estendia a sua influência à própria minoria culta. As mesmas pessoas educadas e bem falantes não se podiam esquivar a essa influência. Foi o que criou aos paulistas, há bastante tempo, a fama de corromperem o vernáculo com muitos e feios *vícios* de linguagem (AMARAL, 1920, p.1).

A partir de sua leitura, constatamos que *O Dialeto Caipira* (AMARAL, 1920) é um acontecimento linguístico e histórico que reflete as mudanças sobre o modo de falar caipira e mobiliza modificações não apenas no âmbito lexicográfico, mas também na observação da língua em uma determinada área, procurando caracterizá-la por meio de termos léxico-semânticos, fonético-fonológicos e morfossintáticos.

Amaral contribuiu para uma nova fase da dialetologia brasileira e observou dados *in loco* levando em consideração os diferentes aspectos da realidade observada. Dentre eles, destacamos: o "R" caipira - O fonema /r/, em fim de sílaba ou em posição intervocálica, assume as características formas aproximante alveolar [ɹ], retroflexo [ɻ]. e a rotacização do "L" - a permutação, em fim de sílaba, da aproximante lateral [l] pelo fonema /r/ (enxoval > enxovar, claro > craro). Pode-se dizer hoje que esses traços não são exclusivos do dialeto caipira, mas se fazem presentes em todo país, sendo menos comuns na linguagem culta.

2 Duas narrativas de um acontecimento linguístico

Muitos estudos e pesquisas surgiram, contribuíram e ainda contribuem para a construção do cenário dialetológico brasileiro; assim, foi possível a promoção de diferentes narrativas que produzem acontecimentos discursivos e, ao mesmo tempo, possibilitam a emergência de uma narrativa desses acontecimentos discursivos.

Para nossa análise discursiva, selecionamos dois artigos recentes acerca da temática do dialeto caipira. O primeiro deles é intitulado *Desde antes do português brasileiro* de Santiago-Almeida (2013) que se inscreve

nos estudos da Linguística Histórica, o segundo artigo é de Aguilera e Silva (2015) e tem como título: *Uma nova configuração do Caipira: ecos do /r/ retroflexo*.

Para o lançamento dessas duas narrativas, tomamos os sujeitos como *narradores-produtores* que revisitam, de alguma maneira, as reflexões de Amaral acerca do dialeto caipira e ao (re)dizê-las a partir de suas condições históricas produzem novos acontecimentos discursivos. A figura do *narrador-produtor* é tida como aquele sujeito que narra e descreve os fatos, produz julgamentos, avaliações e, principalmente, atribui aos enunciados diferentes gestos de interpretação. tais *narradores-produtores* permitiram visualizar a produção de novos percursos narrativos sobre a obra de Amaral, possibilitando outras leituras e gestos de interpretação.

Na narrativa de Santiago-Almeida (2013), encontramos uma forma de atualização dos dizeres de Amaral (1920), isto porque há uma revisita a alguns dizeres que sedimentam o estereótipo do caipira como o falante que se utiliza de uma variedade de língua do Brasil:

Partindo desse princípio, pode-se dizer, sem temer a incoerência, que o que se conhece hoje como dialeto caipira, restringindo-se ao paulista, é resultado de uma cultura de miscigenação entre índios e não índios. Quer dizer: nasceu em núcleos familiares paulistas – que, em sua maioria, eram compostos por portugueses vindos de diferentes regiões de Portugal, índios de diferentes etnias, e seus filhos mamelucos [...] A partir daí, pode rever algo, que é do senso comum, como dizer que o dialeto caipira nasceu no interior paulista – mais especificamente na área conhecida como Médio Tiête, que inclui as regiões de Campinas, Piracicaba e Sorocaba. Quem tende a pensar assim está vendo apenas pela ótica sincrônica, fazendo recorte no tempo, em um contexto presente (SANTIAGO-ALMEIDA, 2013, p. 25).

A narrativa de Santiago-Almeida (2013) tanto afirma que o dialeto caipira não se restringe a uma região do estado de São Paulo específica quanto culmina com a afirmativa de que o dialeto é um modo de falar exclusivamente brasileiro, mas é oriundo de diferentes regiões de Portugal, questões essas que contribuem para a expansão das ideias acerca de quem seja o falante desse dialeto e, por consequência, essa suposta imagem que emerge em Amaral (1920, p.1) ao ser recontada passa, então, a contribuir para a desconstrução do caipira como do interior do estado, um determinado sujeito “desprevenido”, sem estudo e à margem da sociedade da época.

No segundo trabalho, encontramos o estudo de Aguilera e Silva (2015) em que foi possível constatar não somente que o /r/ retroflexo, diferentemente do que previa Amaral (1920), persiste nos dias atuais, mas também que ele, muitas vezes, é visto como um modo dos jovens se identificarem a um grupo que passa por um processo de revalorização social, como podemos verificar no seguinte trecho da narrativa:

Ademais, acreditamos que a predominância, mesmo passadas mais de três décadas entre um *corpus* e outro, do /r/ retroflexo constatada na parte dialetológica desta pesquisa, pode estar vinculada à nova configuração do caipira que, além de possuir as qualidades morais que outrora o caracterizava, hoje, também pode ser visto como um indivíduo dotado de uma situação financeira consolidada, proprietário de terras e bens que ele faz questão de exibir nos rodeios realizados, em grande parte, no estado vizinho que é São Paulo. Diante dessa mudança brusca, algumas marcas, voluntária ou involuntariamente, persistiram e,

como expoente, podemos citar a dala que traz como uma de suas características principais o /r/ retroflexo (AGUILERA, SILVA, 2015, p. 187).

Uma das possibilidades interpretativas que se abre é a ideia de que o estereótipo do caipira negativo como o de roceiros ignorantes, passou a dar lugar para um estereótipo positivo, o de pessoas humildes, honestas, trabalhadoras e, por consequência, bem sucedidas; originárias do campo e tirando dele o seu sustento. O caipira carrega consigo traços de uma dada regionalidade bastante presente e conhecida do português brasileiro, o do interior de São Paulo, marcado por seu /r/ caipira e sua longa lista de características responsáveis por delimitar uma certa região do Brasil e sua cultura.

Como vimos, diante de um arquivo, um conjunto de enunciados no interior de práticas discursivas, é possível redizer, visitar e, principalmente, ressignificar a obra de Amaral a partir de suas (re)inscrições históricas nas diferentes narrativas. Pode-se afirmar, com isso, sob a perspectiva de Guilhaumou (2009), que determinadas narrativas, “sob sua forma singular e/ou coletiva, seriam a forma histórica mais acabada de experimentação do real ao longo da existência da humanidade” (GUILHAUMOU, 2009, p. 138). Elas tematizariam também, em seu percurso, formas sociais particulares que dão consistência universal a uma narração de vida, a uma representação histórica num determinado contexto de transformações heroicas.

Desse modo, por consequência, é possível transformar os grandes feitos na história, os episódios do passado em acontecimentos que marcam uma dada época, uma dada sociedade. Os sujeitos, inseridos num lugar institucional e determinados por certas regras sócio-históricas, constroem diferentes narrativas em torno de um acontecimento marcante na história, proporcionando (re)visitar um pensamento e trazer novas instâncias discursivas, novos gestos de interpretação por meio de sua inscrição histórica e social. A retomada da obra de Amaral por narrativas, em meio a diferentes acontecimentos discursivos, proporciona uma releitura do autor a partir de novos gestos de interpretação capazes de recontar diferentemente uma certa história. Por isso, o estereótipo pode ser construído ou desconstruído em detrimento das narrativas do acontecimento que vão sendo produzidas e passam a circular em diferentes lugares a partir de diferentes gestos de leitura.

Considerações finais

Como vimos, os *narradores-produtores* produzem suas narrativas a partir de um acontecimento discursivo inaugurado por Amadeu Amaral, Santiago-Almeida (2013) com a constatação de que o dialeto não somente é falado no interior do estado de São Paulo, mas também em outras regiões do Brasil como no Mato grosso do Sul. Aguilera e Silva (2015) atestam que o caipira de outrora não é o mesmo que o de hoje, que aquele sujeito visto como rural e não escolarizado é visto agora como uma força de trabalho e produtividade. Tais retomadas contribuem para que a memória de Amadeu Amaral seja (re)produzida discursivamente e seu papel, num cenário tão importante e pouco estudado na década de 1920, seja reconhecido como um dos

primeiros estudiosos a abordar questões de certa forma, brasileiras, tais como os diferentes dialetos regionais, sobretudo o caipira.

Podemos dizer que as diferentes narrativas do acontecimento emergem a partir do trabalho inicial do autor, *O Dialeto Caipira*, porém elas se consolidam para além de um acontecimento linguístico, mas como acontecimentos discursivos que são retomados e, muitas vezes, (re)significadas pelos *narradores-produtores*. A medida que diferentes discursos são trazidos e (re)visitados possibilitam que novos gestos de interpretação sobre o dialeto surjam e adquiram novos efeitos de sentido. É nesse desenrolar da história, das diferentes narrativas produzidas sobre o autor, que construímos o presente de nossa história e, ao mesmo tempo, produzimos “novas brechas” para futuras novas interpretações capazes sempre de redefinir um campo e uma dada história. Sejam corajosos!

Referências

- AGUILERA, Vanderci.; SILVA, Helen Cristina da. Uma nova configuração do Caipira: ecos do /r/ retroflexo. **Revista da ABRALIN**, v.14, n.1, p. 171-194, jan./jun. 2015.
- AMARAL, Amadeu. **O dialeto caipira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec-SCET-CEC, 1976 [1920].
- AMOSSY, Ruth; PIERROT, Anne Herschberg. **Estereótipos y clichés**. Traducción y adaptación: Lelia Gándara. 1ª ed. 4ª. reimp. Buenos Aires: Eudeba, 2001. Ed. original: 1997. Enciclopedia Semiológica. 136p.
- AMOSSY, Ruth. Esteriotipagem e construção de uma imagem de si. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do Ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.
- CHARTIER, Roger. História e discurso em Michel Foucault (entrevista concedida a Welisson Marques). In: MARQUES, Wellison; CONTI, Maria Aparecida; FERNANDES, Cleudemar Alves. (Orgs.) **Michel Foucault e o discurso: apontamentos teóricos e metodológicos**. Uberlândia: EDUFU, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. 6ª ed. RJ: Forense Universitária, 2000 [1969].
- GUILHAUMOU, Jacques. **Linguística e história: percursos analíticos de acontecimentos discursivos**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.
- MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. Antenor Nascentes e a filologia brasileira. **Vozes**, Petrópolis, 60 (6): 459-62, 1966.
- MARROQUIM, Mário. **A língua do nordeste**. 2ª ed., São Paulo: Nacional, 1945 [1934].
- NASCENTES, A. **O linguajar carioca**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Org. Simões, 1953 [1923].
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010 [1969].
- SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. Desde antes do Português Brasileiro. **Revista de Letras Norte@mentos**, v. 6, p. 1-18, 2013.
- FIGUEIRA, Luís. **Arte da Lingua Brasilica**. Lisboa: Manoel da Silva, 1621.

Como citar este capítulo:

ARAÚJO, Lígia Mara Boin Menossi de. Por um gesto de (re)leitura acerca das narrativas: as movências do sentido nos acontecimentos discursivos. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PEDRO, Adriana Moreira; OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de; SILVA, Alexandra Marques; SOUZA, Douglas Rabelo; BRITTO-COSTA, Letícia Fernandes de; KOBAYASHI, Sergio Mikio. **Discurso e identidade: múltiplos enfoques**. São Paulo: FFLCH, 2018, p. 10-19. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/9788575063361>

A relação entre imagem e atenuação na análise de materiais de PLE

Yedda Alves de Oliveira Caggiano BLANCO¹

Resumo: O ensino do português como segunda língua pressupõe vários aspectos, entre eles, as relações pragmáticas do discurso, que são reproduzidas nos textos dos livros de ensino PLE, muitas vezes com explicações deficientes ou ausentes. Por este motivo, este artigo procura mostrar e analisar essas nuances, presentes nesses materiais, à luz dos estudos de atenuação pragmática. A análise dos materiais didáticos será realizada com base na Ficha elaborada pelo projeto ES.POR.ATENUAÇÃO, que estabelece as bases metodológicas comuns para o estudo da atenuação pragmática nas diferentes normas regionais de português e espanhol.

Palavras-chave: Pragmática; Cortesia; Atenuação; Materiais Didáticos; ES.POR.ATENUAÇÃO.

Introdução

Para a elaboração de material didático de PLE² vários aspectos são tidos em conta. Neste trabalho, teremos o interesse de observar como a atenuação pragmática pode ser mais um elemento cuja relevância nos obriga a explicitá-la no processo de ensino e de como pode ser usada para uma compreensão integral no uso da língua estrangeira.

A atenuação pragmática, segundo Briz (2006), é uma manifestação linguística semântico-pragmática da cortesia que dever ser entendida como um mecanismo mais complexo, e até contraditório, pois há atividades estratégicas de distanciamento linguístico e aproximação social. Estrategicamente o falante se distancia da mensagem, suavizando-a com a finalidade de se aproximar, ou não se distanciar em demasia do outro, a fim de evitar possíveis tensões, mal-entendidos, ameaças a própria imagem e, sobretudo, a imagem alheia.

Também Fraser, (2010, p.15) ao enfatizar que a competência pragmática “é a capacidade de comunicar a mensagem pretendida com todas as suas nuances em qualquer contexto sociocultural e de interpretar a mensagem do seu interlocutor tal como se destina [tradução livre]”³, reforça a ideia da necessidade que se deve dar a este estudo e, conseqüentemente, os materiais. Ainda, na sequência, Fraser destaca as falhas que o aprendente pode produzir no seu discurso por falta deste conhecimento:

Tão necessária é essa habilidade para o sucesso da comunicação, que muitas vezes não é dada a ênfase que merece no ensino de uma segunda língua, tendo como resultado falantes de segunda língua que não possuem competência pragmática, embora possam produzir uma fala gramaticalmente impecável, sem no entanto, atingir seus objetivos comunicativos [tradução livre]⁴.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Antonio da Silva. E-mail: yeddablanc@hotmail.com

² Usaremos o termo PLE para a aquisição/aprendizagem de Português como língua estrangeira e também como L2.

³ No original: “is the ability to communicate your intended message with all its nuances in any socio-cultural context and to interpret the message of your interlocutor as it was intended”.

⁴ No original: “as critical as this ability is for communication success, it is often not given the emphasis it deserves in the teaching of a second language, with the result that second-language speakers, who lack pragmatic competence, may produce grammatically flawless speech that nonetheless fails to achieve its communicative aims”.

Ao levarmos estes problemas teóricos ao campo da produção de materiais didáticos percebemos que neles há uma ausência de explicitações destes aspectos, embora eles estejam sempre presentes. Os autores, de fato, reproduzem textos que se aproximam à fala real (autêntica), entretanto não se percebe a abordagem dos elementos pragmáticos nos diálogos por eles apresentados. Desta forma, tais textos e diálogos são desprovidos da sua real dimensão comunicativa.

Como consequência do problema apresentado, entendemos a importância de atender os aspectos dos estudos da cortesia verbal, em especial a atenuação pragmática, uma vez que o seu conhecimento nos auxilia, a nós, professores de português LE, em saber como a atenuação na produção do discurso pode, por exemplo, influenciar na compreensão do mesmo. Por sua vez, tal entendimento, nos proporciona as ferramentas, ou a possibilidade de criá-las, necessárias para conseguir que o aprendente da língua seja capaz de perceber e reproduzir tais construções. Por outro lado, o estudo ou a apresentação da atenuação pragmática nos materiais se faz necessário na elucidação de aspectos sociocognitivos, evitando deste modo possíveis problemas de compreensão pela simples aplicação automática das características pragmáticas da L1 na L2, pois muitas vezes, o aprendente imagina que as normas pragmáticas são iguais a todos.

Antes, porém, de adentrarmos em tal situação, temos que destacar dois aspectos em relação ao ensino aprendizagem da Língua Portuguesa como língua materna, que possam interferir na produção do material didático de PLE.

Primeiramente, a excessiva importância que se dá nas escolas ao ensino da língua escrita, sob a ótica normativa, acarreta o detrimento da oralidade e impõe uma formalização do discurso que, na maioria das vezes, não consegue transformar o falante em um aprendiz eficaz do próprio idioma. Marcuschi (1977) *apud* Silva (2015) ressalta que a oralidade é um importante tópico a ser desenvolvido na sala de aula, mas, infelizmente, tem sido deixado de lado, pois professores e responsáveis pelo ensino não consideram a importância desta no ensino de língua materna. A razão principal é o viés que é dado ao ensino de língua nas escolas brasileiras: a escola existe para ensinar a escrever e escrever bem (SILVA, 2015).

O segundo aspecto a ser considerado é exatamente a consequência deste dado inicial. Decorridos vários anos da constatação de Marcuschi, autores de livros didáticos, professores, pesquisadores e responsáveis pelo ensino de Língua Portuguesa tentam ter outra postura teórica, mas, na prática, a escrita continua a ser o foco do ensino de Língua Portuguesa nas escolas brasileiras. Tudo indica que boa parte dos professores conhece a teoria, mas eles têm dificuldades na prática deste fazer pedagógico no cotidiano escolar. E, ainda parafraseando o professor Luiz Silva (2015), apesar dos avanços dos estudos linguísticos sobre fala e escrita; apesar das contribuições da Sociolinguística e da Análise da Conversação; apesar dos preconceitos vencidos, especialmente sobre a distinção rigorosa entre as duas modalidades, há, ainda, um percurso a vencer.

Os aspectos apontados mostram a ênfase dada ao caráter escrito, e permeiam nossa formação e, em consequência, muitas vezes a visão da língua que os elaboradores de material, tanto de português como língua 1 quanto de PLE, possamos ter.

Feitas estas considerações, nos perguntamos de que forma os fenômenos pragmáticos, em especial os de atenuação, são tratados nestes materiais didáticos e como que eles conseguem se desvincular do caráter estritamente escrito, e normativo, dado a elaboração destes materiais.

Uma análise preliminar dos materiais didáticos de PLE mostra que eles buscam manter, frente às mudanças naturais que se operam no uso da língua, uma estabilidade do discurso, a fim de apresentarem o uso de uma norma mais culta e representativa nos tópicos desenvolvidos. Neste aspecto, são negligenciadas as variantes linguísticas regionais, as marcas de informalidade e, mesmo que estes livros possam fazer referências a elas, percebe-se que aparecem descontextualizadas em notas de rodapé ou em notas marginais em contraste com o *corpus* principal de cada unidade do livro, compondo marcas folclóricas e não elementos constitutivos da língua. Nota-se, assim, o privilégio de um padrão que não corresponde a nossa prática de uso linguístico, na maioria das vezes e, quando aparecem nos diálogos mais autênticos não há explicações para este tipo de ocorrência.

Neste ponto é conveniente ressaltar que os estudos sobre os aspectos socioculturais devem ser levados em conta, pois como aponta Bravo⁵ (2004, p.8):

O sociocultural centra-se nas relações de linguagem com a sociedade. Considera-se que o falante de uma língua é provido de recursos interpretativos que vêm de seu ambiente social e de suas experiências comunicativas anteriores, que ele compartilha parcialmente com outras pessoas (grupo) e parcialmente não compartilha com essas mesmas pessoas (indivíduo). Esses recursos são colocados em operação na interação e são projetados para os significados emergentes, criando novas alternativas; assim, a cortesia, considerada um fenômeno sociocultural, é confirmada, atualizada, modificada ou revertida na situação de diálogo real [tradução livre].

Com relação aos estudos sociolinguísticos, destaca-se a importância dada à questão do contexto interacional por diversos teóricos. Sobre estas abordagens, gostaríamos de mencionar a obra de Van Dijk, *Discurso e Contexto* (2012), na qual o autor descreve a relevância dos aspectos que são subjetivos ao discurso, isto é, a subjetividade dos participantes (falante/ouvinte).

Para ele, o contexto é um construto dos participantes dentro de um modelo mental e não só situacional cuja compreensão do discurso “envolve a construção controlada pelo contexto, de modelos mentais baseados em inferências fundamentadas no conhecimento” (VAN DIJK, 2012, p.92). Afirma também que há a influência dos condicionamentos objetivos sobre a estrutura do objeto, das pessoas, das situações,

⁵ No original: “Lo sociocultural se enfoca en las relaciones del lenguaje con la sociedad. Se considera que el/la hablante de una lengua está provisto/a de recursos interpretativos que provienen de su entorno social y de sus experiencias comunicativas previas, los cuales parcialmente comparte con otras personas (grupo) y parcialmente no comparte con esas mismas personas (individuo). Estos recursos se ponen en operación en la interacción y se proyectan en los significados emergentes de la misma, creando nuevas alternativas; así la cortesia, considerada un fenómeno sociocultural, se confirma, se actualiza, se modifica o se revierte en la situación de interlocución real”.

formando assim “uma coleção de modelos mentais”. Os modelos mentais são relevantes para a coerência do discurso, são únicos e exprimem opiniões, emoções – ativam a memória individual e social, além de serem agentes formadores da identidade na construção do *eu-mesmo* e do *ele-mesmo*.

Desta forma, os modelos mentais evitam o determinismo na análise dos contextos e possibilita explicar as diferenças entre os falantes. E, ao fazer estas ponderações percebe-se que a interação e compreensão do contexto pelos participantes é um fator essencial no processo interativo, isto é, o contexto é um conhecimento ou um saber que se compartilha e, neste sentido, o autor reforça a importância do estudo da língua por ciências como a Etnografia, a Sociolinguística, a Pragmática.

Em relação à Pragmática, Van Dijk (2012, p.278) ao questionar se “os atos de fala podem variar de modo que, por exemplo, diferentes tipos de falantes usem tipos diferentes de atos de fala”, mostra a importância do contexto da interação, além de enfatizar que “os atos de fala também pressupõem o conhecimento dos falantes sobre o conhecimento assumido do receptor [...] e, que as condições apropriadas dos atos de fala precisam ser formuladas em termos de várias propriedades contextuais” (2012, p.281).

A colocação desta questão se faz pertinente quando pensamos também na elaboração de material didático uma vez que na pragmática encontramos a base teórica para entendermos os fenômenos que elucidam a complexidade da língua. Percebemos o quanto é fundamental que os diversos textos, no caso do livro que analisamos, os atos de fala contidos nos diálogos, representam modelos mentais de contexto, que são projetados pelos autores na produção dos livros e que tem como objetivo a projeção deste contexto interacional realizada entre os participantes virtuais e que deve ser compreendida pelos aprendentes da língua. Em suma, ao pensar o contexto não só de forma estrutural, mas de formas sociolinguística e sociocognitivas, a proposta de Van Dijk constitui uma significativa colaboração para a explicação dos fenômenos pragmáticos nos quais os contextos produzidos nos materiais devem ressaltar e esclarecer a interação “autêntica”.

Em decorrência de tais aspectos teóricos, percebemos que a aprendizagem integral de um segundo idioma é uma tarefa árdua, no sentido que o aprendente necessita compreender não somente a relação estrutural da língua, mas também as nuances socioculturais que permeiam o significado do seu uso como um todo pois, conforme afirma Bravo (2004), são *este tipo de considerações* as que permitirão ao aprendente perceber e interpretar os determinados comportamentos em cada situação comunicativa específica.

Em suma, constatamos que o ensino de português como segunda língua pressupõe, além dos conhecimentos estruturais e funcionais, outros elementos, no caso, as relações pragmáticas do discurso. Textos e diálogos apresentados nos livros didáticos de PLE evidenciam certos aspectos da realidade linguística do nosso falar e das escolhas que revelam matizes inter-relacionais próprios dos nossos atos de fala que deveriam ser mais detalhados e explicitados na obra.

Isto posto, partiremos da hipótese que o material didático de PLE não contempla estas relações de interação entre enunciador e enunciatário, e buscaremos mostrar estas nuances sob a luz dos estudos da

cortesia verbal, presentes nos discursos desses materiais, salientando os elementos de atenuação pragmática presentes nas interações.

A cortesia, “princípio de regulação social das interações” (SILVA, 2011, p.280), se desenvolve como um jogo de aproximação social, no qual há uma negociação entre os agentes envolvidos no ato da comunicação na busca de um acordo. Esta cortesia pode ser ritualizada, quando é só decorrência de costumes socialmente aceitos, por exemplo, as saudações, a abertura de certos atos comunicativos; mas pode também ser estratégica, quando a motivação envolve a gestão das imagens (BRIZ, 2003).

A cortesia estratégica, por sua vez, pode ser: a) atenuadora que, segundo Brown e Levinson (1978[87]), se realiza para mitigar a força dos atos que ameaçam a imagem, os *Face Threatening Acts* (FTA); ou b) intensificadora que, segundo Kerbrat-Orecchioni, se expressa por meio de atos que realçam a imagem, os que a autora denomina *Face Flattering Acts* (FFA).

Ao respeito, Kerbrat-Orecchioni (2014, p.50) afirma que:

todo enunciado pode assim ser descrito como um FTA ou FFA, ou um complexo desses dois componentes [...]. O desenvolvimento de uma interação aparece então como uma incessante e sutil joguete de pêndulo entre FTA e FFA, a polidez sendo redefinida como *um conjunto de estratégias de gerenciamento, mas também de valorização das faces do outro* [...] a fim de preservar a “ordem da interação”.

BRIZ *et alii*, (2014, p.93) apontam que “La cortesía y la atenuación son a menudo pareja, pero de conveniencia; en la interacción la no presencia o menor presencia de esta estrategia lingüística de atenuación no implica necesariamente menor cortesía o descortesía”. Assim, a atenuação não pode ser confundida com cortesia, pois enquanto a cortesia se relaciona ao trato social estabelecido entre as pessoas (seja para aproximação ou distanciamento), a atenuação refere-se, segundo Haverkate (1994), a uma subestratégia na qual o falante minimiza a força ilocutória do enunciado.

A este trabalho de imagem (cortesia), temos em oposição, a descortesia que é um ataque ou desconstrução da imagem, segundo os preceitos de Culpeper. Estes, por excederem o propósito deste artigo, não serão tratados aqui. Entretanto, consideramos importante enfatizar que nem todo ataque à imagem supõe um ato descortês. Em efeito, antes devemos observar que os ataques à imagem (entre eles os insultos) são muitas vezes usados, principalmente pelos mais jovens, como um recurso de aproximação social na interação, de negociação social. Como diz Zimmermann (2005, p. 249) *apud* Blanco (2015, p.42) é importante sublinhar “ la importancia teórica de este tipo de actos: nos demuestran que la cortesía no es una constante social sino siempre una opción teórica entre varias posibilidades”⁶. Em outras palavras, o insulto pode estar ligado a uma atividade de aproximação, de camaradagem, entre os participantes do ato de fala, que faz com que eles pertençam ao mesmo grupo, criando, desta forma, uma identidade.

⁶ A importância teórica deste tipo de atos: eles nos mostram que a cortesia não é uma constante social, mas sempre uma opção teórica entre várias possibilidades. (tradução livre)

Apresentadas estas noções gerais sobre a questão da cortesia, e destacada a importância de estudos analíticos que tratam sobre esta temática, de forma que possamos esclarecer os mecanismos de tal fenômeno, nos adentraremos nas questões metodológicas para a análise.

1 Metodologia e *corpus* para análise

Assim, primeiramente, com o auxílio da ficha de análise metodológica da atenuação pragmática, elaborada pelo projeto ES.POR.ATENUAÇÃO⁷, na qual se elencam, entre outros, os procedimentos linguísticos de mitigação que se empregam na proteção das imagens, tanto do falante como do ouvinte, buscaremos compreender as nuances nos diálogos estabelecidos e apontar como estes aspectos podem revelar novos caminhos para o entendimento da elaboração do material didático de PLE.

De acordo com Albelda e Briz⁸ (2014, p.290), a Ficha é:

um instrumento de guia para a análise da atividade atenuadora, que também fornece homogeneidade às análises dos pesquisadores que participam do projeto, tanto ao analisar e explicar a atenuação em uma norma regional de espanhol ou português como quando são feitos contrastes entre zonas ou comunidades linguísticas dentro do mesmo idioma ou entre as duas línguas. O projeto tem, portanto, como já foi indicado, um objetivo final intralinguístico e interlinguístico contrastante [tradução livre].

E, elucida que a Ficha⁹:

Foi elaborado no Val.Es.Co. da Universidade de Valência, com base na ficha sociolinguística previamente proposta por Albelda e Cestero (2011) e Cestero e Albelda (2012) no âmbito do projeto PRESEEA, que já começou ou está prestes a começar a experimentar alguns pesquisadores designados para este projeto. A ficha é também o resultado de uma longa trajetória de pesquisa sobre atenuação em pragmática em espanhol coloquial (Briz, 1995, 2002, 2003, 2005, 2007a, 2012).

As análises terão como base a ficha elaborada pelo projeto ES.POR.ATENUAÇÃO e neste estudo pretendemos destacar que a atenuação, ao aproximar ou não afastar os envolvidos no ato em si, marca uma característica própria de um recurso argumentativo cujo objetivo é de proteger, reparar e preservar a imagem. E, também, destacar que pelo fato de a atenuação ser entendida como atividade social, o uso de

⁷ Briz (2013, p.286) *apud* Blanco (2015, p.43) ressalta que este projeto parte de uma perspectiva pragmático-retórica da atenuação, que é considerada uma estratégia linguística de *distanciamento da mensagem* com a finalidade de *aproximação social* (ou não afastamento) do interlocutor para obter, deste modo, sua aceitação ou minimização do desacordo.

⁸ No original: “un instrumento de guía para el análisis de la actividad atenuadora, que proporcione, además, homogeneidad a los análisis de los investigadores que participen en el proyecto, tanto cuando se trate de analizar y explicar la atenuación en una norma regional del español o del portugués como cuando se realicen los contrastes entre zonas o comunidades lingüísticas dentro de la misma lengua o entre las dos lenguas. El proyecto tiene, así pues, como ya se ha señalado, un objetivo final contrastivo intralingüístico e interlingüístico”.

⁹ No original: “ha sido elaborada en el seno del grupo de investigación Val.Es.Co. de la Universidad de Valencia, a partir de la ficha sociolingüística ya propuesta antes por Albelda y Cestero (2011) y Cestero y Albelda (2012) en el marco del proyecto PRESEEA, la cual ya han empezado o van a empezar muy pronto a experimentar algunos investigadores adscritos a este proyecto. La ficha es el resultado, además, de una larga trayectoria de investigación sobre la atenuación en pragmática y en el español coloquial (Briz, 1995, 2002, 2003, 2005, 2007a, 2012)”.

enunciados característicos do nosso falar pode provocar a não compreensão dele por parte do aprendente de português como segunda língua.

A ficha elaborada pelo projeto ES.POR.ATENUAÇÃO propõe a observação dos seguintes tópicos: função da atenuação, procedimento linguístico; fatores estruturais, enunciativos e situacionais.

Antes, porém da análise efetiva dos tópicos, Albelda e Briz¹⁰ (2014, p.305-306) salientam que devemos considerar os seguintes parâmetros para a análise:

- 1) Descrição da situação geral da interação.
- 2) Descrição do contexto interacional concreto em que ocorre a atividade atenuante que acabamos de identificar: desencadeamento (explícito ou implícito), segmento atenuado e atenuante e, mesmo quando apropriado, o efeito que ele causa no outro. O que significa levar em consideração atos ou intervenções antes ou depois do falante ou do outro, bem como a intervenção ou intervenções afetadas.
- 3) Explicação do papel ou função realizada pelo atenuante sozinho ou em relação a outros fatores atenuantes que afetam o mesmo membro atenuado. Ou seja, explicar por que é atenuado e especificar o que é "autoproteção", "prevenção" e "cura ou reparo", sem perder de vista as características situacionais, eles podem ajudar a entender por que essa atividade ocorre.
- 4) Explicação da forma atenuante.
- 5) Adição de qualquer outro aspecto que seja considerado relevante para a análise. [Tradução livre].

Colocada a relevância destes elementos, metodologicamente, a tarefa do analista partirá, seguindo os critérios da Ficha, da descrição e identificação do contexto, de modo que a análise dos enunciados deve ser feita sempre especificando em primeiro lugar, o contexto geral e, depois o contexto específico da interação.

Para demonstrarmos a pertinência e eficácia do uso metodológico da Ficha, analisaremos um diálogo do livro *Bem-Vindo: a língua portuguesa no mundo da comunicação*, um dos materiais mais utilizados no ensino de português como segunda língua no Brasil. Na descrição do livro, as autoras informam que “você vai se deparar, no decorrer das vinte unidades, com expressões coloquiais mais usadas, dialetos regionais e muito vocabulário útil a situações diversas” (PONCE *et alii*, 2007). Este material divide as 20 unidades em 5 grupos temáticos: “Eu e você”, “O Brasil e sua língua”, “A sociedade e sua organização”, “O trabalho e suas características” e “Diversão-cultura”.

O diálogo escolhido, *Ao telefone*, representa a unidade 10, do grupo 3: “A sociedade e sua organização”, com a subtemática: “O bairro”. Lembramos que o trecho transcrito não é uma situação de fala face a face, mas sim uma representação de falantes qualificados que fariam ser real tal situação e por isso, são consideradas autênticas.

¹⁰ No original: “1) Descripción de la situación general de la interacción; 2) Descripción del contexto interacional concreto en que se desarrolla la actividad atenuadora que acabamos de identificar: desencadenante (explícito o implícito), segmento atenuado y atenuante e, incluso, en su caso, el efecto que provoca en el otro. Lo que significa tener en cuenta los actos o las intervenciones anteriores o posteriores del propio hablante o del otro, así como la intervención o intervenciones afectadas; 3) Explicación del papel o función que realiza el atenuante solo o en relación con otros atenuantes que afecten al mismo miembro atenuado. Es decir, explicar para qué se atenúa y precisar en qué consiste la “autoprotección”, la “prevención” y la “curación o reparación”, sin perder de vista los rasgos situacionales, pues pueden ayudar a entender por qué ocurre dicha actividad; 4) Explicación de la forma atenuante; 5) Añadir cualquier otro aspecto que se considere relevante para el análisis”.

Para melhor compreensão, vamos dividir o diálogo em duas partes: na parte 1 temos a fala da mãe com a amiga da filha; e, na parte 2, as duas amigas combinando o encontro.

Quadro 1. Ao telefone.

Parte 1	<p>A: Alô, Marisa está?</p> <p>B: Quem gostaria?</p> <p>A: Aqui é Andréa, colega dela da escola.</p> <p>B: um momento, por favor. Vou chamá-la.</p> <p>C: Alô, quem fala?</p> <p>A: Ô Marisa, é Andréa!</p> <p>C: Ô Andréa, tudo bem?</p>
Parte 2	<p>A: Tudo. Você está ocupada nesta sexta à noite?</p> <p>C: Nesta sexta? Acho que não. Por quê?</p> <p>A: Ganhei duas entradas para o teatro. Não quer ir comigo?</p> <p>C: Claro que sim! Você sabe que eu adoro teatro! Que peça é?</p> <p>A: Master Class, com Marília Pera.</p> <p>C: Nossa! Que legal!</p> <p>A: Está no Cultura Artística.</p> <p>C: Que ótimo! Fica bem pertinho da minha casa!</p> <p style="padding-left: 40px;">Você não quer dar uma passadinha aqui antes de irmos? Você nunca veio me visitar!</p> <p>A: Também, você nunca me convidou antes!</p>

Fonte: Ponce, M.; Burim, S. e Florissi, S. (2007, p.91).

Aparentemente o diálogo em si é direto e objetivo, mas na prática, veremos que o *aprendente* estrangeiro terá dificuldades para entender as questões voltadas aos aspectos pragmáticos dos enunciados, em especial àqueles referidos à atenuação.

No contexto geral, destacamos o cenário da interação, a relação entre os interactantes, etc. e, depois no contexto interacional específico, isto é, a interação feita momento a momento no ato comunicativo na qual analisamos a sequência dialógica e identificamos os elementos desencadeantes da atenuação.

No diálogo em questão, percebemos que no contexto geral, ao telefone, há dois momentos a ser considerados: a parte 1, quando a falante se dirige a mãe da amiga e a parte 2, quando as amigas conversam entre si.

Esquemáticamente, seguindo a Ficha, podemos verificar como os elementos para a análise contextual se apresentam na parte 1:

Quadro 2. Fatores situacionais: parte 1.

<p>A: Alô, Marisa está? B: Quem gostaria? A: Aqui é Andréa, colega dela da escola. B: um momento, por favor. Vou chamá-la. C: Alô, quem fala? A: Ô Marisa, é Andréa! C: Ô Andréa, tudo bem?</p>	<p>Temática: 2. Fórmulas rituais; Fim da interação: 0. interpessoal; Espaço físico: 1. QS (cotidiano para ambos os interlocutores); Relação vivencial entre os interlocutores: 5. conhecidos; Relação social e funcional: de hierarquia (F+O); Relação de sexo entre os interlocutores: 0. M-M; Tipo de atividade comunicativa: 20. Conversação; Registro: 2. + neutro.</p>
---	--

Nesta situação, observa-se que a finalidade da interação é interpessoal, um tanto que ritual, sem maiores riscos à imagem, portanto os participantes procuram manter um distanciamento marcado pelas convenções sociais de respeito/cordialidade que é refletida na relação social e funcional entre as partes. Embora os interlocutores sejam do mesmo sexo, e o falante se encontre numa situação de superioridade com relação ao ouvinte, mas isto não parece ser determinante dada a familiaridade da temática apontada, o que explica, de algum modo, o registro neutro na interação. Na parte 2, temos:

Quadro 3. Fatores situacionais: parte 2

<p>A: Tudo. Você está ocupada nesta sexta à noite? C: Nesta sexta? Acho que não. Por quê? A: Ganhei duas entradas para o teatro. Não quer ir comigo? C: Claro que sim! Você sabe que eu adoro teatro! Que peça é? A: <i>Master Class</i>, com Marília Pera. C: Nossa! Que legal! A: Está no Cultura Artística. C: Que ótimo! Fica bem pertinho da minha casa! Você não quer dar uma passadinha aqui antes de irmos? Você nunca veio me visitar! A: Também, você nunca me convidou antes!</p>	<p>Temática: 0. cotidiano; Fim da interação: 0. interpessoal; Espaço físico: 1.QS (cotidiano para ambos os interlocutores); Relação vivencial entre os interlocutores: amigas; Relação social e funcional: de igualdade (H=O); Relação de sexo entre os interlocutores: 0. M-M; Tipo de atividade comunicativa:20. Conversação; Registro: + informal.</p>
---	--

Já na parte 2, podemos observar que há uma maior proximidade nas relações vivencial e social entre as interactantes – jovens amigas, o que se reflete no discurso no emprego de um registro mais informal. A

temática cotidiana, o fim interpessoal da interação e a igualdade na relação social e funcional contribuem marcadamente, com a coloquialidade na forma de tratamento entre elas.

A explicitação destes aspectos de interação nos faz entender como as relações contextuais de proximidade dos participantes se refletem linguisticamente no discurso. Esta relação fica mais nítida quando analisamos o contexto específico na interação, momento a momento.

A seguir faremos o levantamento esquemático dos dados com o emprego da ficha metodológica ES.POR. ATENUAÇÃO, que segundo Albelda *et alii* (2014) nos permitirá pontuar: a) o procedimento linguístico, que pode consistir, entre outros, no uso de elementos morfológicos, lexicais ou sintáticos; b) a função da atenuação, preservar, reparar ou zelar pela própria imagem; c) os fatores estruturais; e d) os fatores enunciativos relacionados aos componentes da enunciação de acordo com a força ilocucionária do ato de fala.

Assim, na parte 1 temos:

Quadro 4. Procedimento e função¹¹.

Enunciados	Procedimento Linguístico	Função da Atenuação	Fatores Estruturais	Fatores Enunciativos
A: Alô, Marisa está? B: Quem gostaria?	2.5.1: Usos de modalizadores dos tempos verbais: Futuro do pretérito.	0. Velar por si mesmo evitando ou reduzindo o compromisso do falante com o dito; autoprotoger-se. Explicação: o emprego do futuro do pretérito apresenta uma finalidade atenuadora pois desvia o centro temporal dêitico <i>agora</i> .	4.0-Posição discursiva: segmento integrado dentro do <i>dictum</i> : 5.4-Tipologia Textual: Intervenção ou intervenções rituais.	7. 0 - Força ilocutiva do ato de fala: diretivo/em benefício do falante.
B: Um momento, por favor . Vou chamá-la.	2.9.3: Petições e perguntas expressas direta ou indiretamente com <i>por favor</i> .	2. Prevenir uma possível ameaça à imagem do outro (salv guarda do eu-tu). Explicação: Atenua o pedido de esperar (o verbo performativo <i>espere</i> é elidido) com a finalidade de não invadir o território do ouvinte e, por sua vez, não se apresentar como alguém autoritário.	4. Posição discursiva: 1: intermediária. 5. Tipologia Textual: 4. Intervenção ou intervenções rituais.	7. Força ilocutiva: 1. diretivo/em benefício do ouvinte.

E, na parte 2:

¹¹ Salientamos que o quadro é baseado e adaptado da Ficha elaborada pelo grupo ES.POR.ATENUAÇÃO.

Enunciados	Procedimento Linguístico	Função da Atenuação	Fatores Estruturais	Fatores Enunciativos
<p>A: Tudo. Você está ocupada nesta sexta à noite?</p> <p>C: Nesta sexta? Acho que não. Por quê?</p>	2.6: Emprego de verbos, construções verbais que expressam opiniões em forma de dúvida ou de probabilidade.	<p>1. Zelar por si próprio.</p> <p>Explicação: Elemento desencadeante: a suposta insegurança do falante em emitir uma afirmação sobre o convite. Se se quita o elemento atenuante, a força ilocutiva é maior. Acho é uma forma de dúvida que o falante emprega para reduzir seu compromisso com o fato apresentado.</p>	3. posição anterior	<p>7. força ilocutiva</p> <p>3. assertivo de informação</p>
<p>A: Ganhei duas entradas para o teatro. Não quer ir comigo?</p>	2.9.2 – petições, mandatos e ordens de forma indireta: formulação negativa	<p>2. Prevenir uma possível ameaça à imagem do outro (salvaguarda do eutu).</p> <p>Explicação: prevenir conflitos por usurpação de territórios ou uma possível rejeição.</p>	4. Posição discursiva: 6.ato ou intervenção completa	<p>7. força ilocutiva: 1. Diretivo em benefício do ouvinte.</p>
<p>C: Que ótimo! Fica bem pertinho da minha casa!</p>	2.1.1 – modificadores morfológicos internos: sufixos.	<p>2. Prevenir uma possível ameaça à imagem do outro por preservação do território.</p> <p>Explicação: minimiza a distância e, portanto, o esforço do que é pedido pelo falante, evitando a rejeição.</p>	4. Posição 0 segmento integrado dentro do <i>dictum</i> :	<p>7. Força ilocutiva</p> <p>3. Assertivo de informação</p>
<p>Você não quer dar uma passadinha aqui antes de irmos?</p>	2.9.2 – petições, mandatos e ordens de forma indireta: formulação negativa.	<p>2. Prevenir uma possível ameaça à imagem do outro (salvaguarda do eutu).</p> <p>Explicação: prevenir conflitos por usurpação de territórios ou uma possível rejeição.</p>	4. Posição discursiva: 6.ato ou intervenção completa	<p>7. força ilocutiva: 1. Diretivo em benefício do ouvinte.</p>

Após este levantamento, nos deteremos na análise dos procedimentos que são propostos na Ficha e que nos permitem fazer tanto um levantamento dos elementos linguísticos e socioculturais da interação.

O primeiro aspecto a ser levado em conta é destacar os elementos atenuadores e os desencadeadores da atenuação, uma vez que “na ES.POR.ATENUACIÓN, a unidade de análise será o membro do discurso atenuado, que pode ser um ato, uma parte dentro dele ou mesmo uma unidade mais complexa [tradução livre].” (BRIZ, 2014,p.305)¹².

Desta forma, no trecho: **A: Alô, Marisa está?**

B: Quem gostaria?

Percebemos que **B** emprega o procedimento linguístico denominado uso de modalizadores dos tempos verbais, no caso, emprego do futuro do pretérito (*gostaria*). O emprego deste tempo verbal supõe uma “desfocagem” do eixo temporal, pois se desvia o centro temporal dêitico *agora*, e por isso expressa a ação de forma mais suave. Nesta situação, quem atende ao telefone procura, mediante esta estratégia mitigadora, proteger tanto a imagem do ouvinte quanto a própria uma vez que, tratando-o com deferência, se mostra como alguém mais cordial.

Um aspecto a destacar com relação ao emprego deste tempo verbal, em atos de fala diretivos no Brasil, como o do diálogo em análise, é seu caráter largamente ritualizado (BLANCO, 2015) e talvez não seja possível considerá-lo de fato um ato cortês muito atenuador. Mesmo assim, ressaltamos que, quando empregado, (como acontece no diálogo), o falante mostra consideração ao escolher esta forma atenuada dentre outras mais “duras”, tais como “quem fala?” / “quem tá falando?” / “quem é?”.

Na sequência, do trecho, ainda na parte 1:

A: Aqui é Andréa, colega dela da escola.

B: Um momento, por favor. Vou chamá-la.

Percebemos que **B** emprega o procedimento linguístico referente às petições e perguntas expressas direta ou indiretamente com *por favor*. O seu uso tem a função atenuadora de prevenir uma possível ameaça à imagem do outro (salvuarda do eu-tu), uma vez que atenua o pedido de esperar (o verbo performativo *esperar* é elidido) com a finalidade de não invadir o território do ouvinte e, também de proteger a imagem do falante ao evitar se apresentar como alguém autoritário.

Como marca sociocultural do português falado no Brasil, apontamos que o uso de *por favor*, é uma marca atenuadora de largo emprego na realização de pedidos. Uma outra alternativa possível, de alta frequência de uso, seria: *Um momentinho, vou chamá-la*, com o uso do modificador morfológico interno: sufixo diminutivo.

Portanto, nesta parte inicial do diálogo, percebemos procedimentos linguísticos ritualizados para atenuar que, numa primeira apreciação, têm efeitos mais neutros. Mesmo assim, destacamos a intenção de preservar a imagem tanto do ouvinte como do falante em ambas as intervenções.

¹² No original: “En ES.POR.ATENUACIÓN, la unidad de análisis será el miembro de discurso atenuado, que puede ser un acto, una parte dentro del mismo o, incluso, una unidad más compleja.

Já na parte 2 do diálogo, no seguinte trecho: **A: Tudo. Você está ocupada nesta sexta à noite?**

C: Nesta sexta? Acho que não. Por quê?

Aqui **C** faz uso do procedimento linguístico com o emprego de verbos, construções verbais que expressam opiniões em forma de dúvida ou de probabilidade, na qual o falante preserva a sua imagem ao usar o predicado doxástico *acho que* (HAVERKATE, 1994, p.123 *et passim.*); o falante finge insegurança em relação a situação factual, no caso específico, evitando comprometer-se com o afirmado.

Existe uma suposta insegurança do falante em emitir a afirmação sobre o convite e ao fazer uso do elemento atenuador *acho que* a força ilocutiva é menor e menos rude. Ao usá-la, o falante reduz o compromisso com o fato apresentado e tenta zelar por si, minimizando seu compromisso com este.

Este trecho é um bom exemplo de incompreensão de enunciado para um aprendente estrangeiro, uma vez que a pergunta tem um aspecto diretivo e a resposta deveria ser, em muitas línguas, de forma afirmativa ou negativa. Logo, o aprendente, nesta situação, vê-se afrontado a entender um possível jogo de interesse entre os falantes, que muitas vezes o faz pensar que a resposta dada é agressiva quando na verdade é atenuada.

Neste exemplo, o não uso da negativa direta, também demonstra um traço sociocultural característico do português brasileiro que é a proteção da imagem do falante, evitando se apresentar como alguém muito categórico. Albelda e Briz (2010) afirmam que a percepção destas ameaças à imagem, é percebida de formas distintas entre as diversas comunidades sociais, fazendo a distinção entre culturas de aproximação e de distanciamento.

No trecho a seguir: **A: Ganhei duas entradas para o teatro. Não quer ir comigo?**

Como podemos ver, **A** faz uso do procedimento linguístico referente às petições, mandatos e ordens de forma indireta com o uso da formulação negativa, *não quer ir comigo?* Tal uso tem como função atenuadora a prevenção a uma possível ameaça à imagem (salvaguarda do eu-tu), evitando uma possível rejeição ou prevenindo um conflito. A posição discursiva, ato ou intervenção completa, reforça a ideia da prevenção da imagem.

E, na sequência: **C: Que ótimo! Fica bem pertinho da minha casa!**

Você não quer dar uma *passadinha* aqui antes de irmos?

Quanto ao procedimento linguístico, verificamos na fala de **C**, que realiza o ato diretivo em benefício do ouvinte mediante o uso de petições, perguntas, mandatos expressos de forma indireta com uma formulação negativa. Expressa o ato de fala (convite) indiretamente com o intuito de proteger a sua imagem, apresentando-se como alguém menos incisivo, e do ouvinte porque se vê livre de imposições.

Esta estratégia se intensifica com o uso dos diminutivos, *pertinho/passadinha* que tem o efeito de minimizar a distância e, portanto, o esforço do ouvinte em realizar o ato solicitado. O emprego dos diminutivos evidencia por parte de **C** uma atividade estratégica para evitar a rejeição do convite e, ao mesmo tempo, a busca de uma aproximação social.

O uso do advérbio *bem* intensifica a intenção do falante de minimizar o custo do solicitado, o que também contribui com o reforço da prevenção da imagem.

Vemos, neste exemplo, um dos recursos atenuadores mais utilizados na Língua Portuguesa, o uso do diminutivo como procedimento linguístico atenuador, apontando um certo grau de intimidade que se propõe entre os participantes da interação.

Quanto aos outros aspectos pragmáticos, destacamos que, embora o foco de nosso trabalho seja atenuação pragmática, não podemos deixar de destacar que no diálogo há também a presença de atos descorteses, como no trecho:

C: ***Você nunca veio me visitar!*** (ataque à imagem)

A: ***Também, você nunca me convidou antes!*** (contra-ataque à imagem, reforçado por *Também*)

Os atos descorteses, necessariamente, não devem ser entendidos como mal-educados ou hostis e sim, entre determinados interactantes e em determinados contextos, como ações que revelam a proximidade entre os falantes. Como vimos, é o que Zimmermann (2009, p.249) denomina *anticortesia*. Nas intervenções do diálogo há um jogo de ataque recíproco às imagens que se inicia com a recriminação de “C: *Você nunca veio me visitar*”. “A” aceita e devolve a provocação com outra afronta: *Você nunca me convidou*, acusando a colega de ser alguém não muito sociável. Neste jogo as destinatárias não parecem, em nenhum momento, se sentirem atacadas ou ofendidas.

Vemos que os diálogos, ao fazerem uso significativo da atenuação e de outros aspectos pragmáticos na representação do nosso falar, buscam refletir a aproximação com a fala real nas interações. Entretanto, estes elementos precisam ser evidenciados para que a construção da imagem que os enunciados revelam possa ser entendida pelos aprendentes.

Considerações finais

Observamos que no diálogo em questão há trechos que são mais facilmente compreendidos pelos aprendentes; entretanto, como vimos, há outros que requerem por parte do professor um conhecimento linguístico e sociocultural mais detalhado sobre estas relações que são evidenciadas, especialmente, pelos fenômenos pragmáticos.

Nota-se que a atenuação pragmática deve ser vista como um elemento dinâmico que aliado a outras teorias criam possibilidades de entender o discurso dentro do seu uso individual e social. O importante, segundo Marcuschi (2006, p.18) é “a habilidade desenvolvida pelos falantes no uso das estratégias conversacionais com o objetivo de se entenderem e atingirem metas comuns em situações de fala”.

Ou, ainda, segundo Blanco (2015, p.35):

o âmbito de atuação e os efeitos da intensificação e da atenuação se produzem no discurso, ora na mensagem linguística, ora em algum dos outros elementos do discurso (os

participantes, a situação, o tema)[...] neste sentido, segundo Albelda Marco, reconhece-se na cortesia uma determinada atitude social, **um modo intencional de comportar-se** que manifesta como desejamos ser visto se como somos vistos, de fato, pelos outros [grifo nosso].

Deste modo, principalmente, em aprendentes que tenham grandes conhecimentos em gramática, qualquer erro pragmático, entre eles, o erro de atenuação pragmática, não será percebido pelos ouvintes como uma *falência* na aprendizagem da língua meta e sim como um ato ilocutivo diferente ou com força diferente, àquele que o falante pensava em realizar.

Estas *falências* foram muitas vezes observadas durante o meu fazer pedagógico e trouxe à tona o questionamento de como poder retratá-los nos materiais de forma mais elucidativa. E, ao me deparar com os estudos sobre Pragmática, em específico os de atenuação, pude constatar que a explicação de muitos fenômenos do uso da nossa comunicação é compreendida à luz desses conceitos e podem dar uma nova perspectiva na elaboração de materiais didáticos para estrangeiros. Cabe ao professor mostrar estas nuances que raramente são especificadas nos materiais didáticos. Ao aprendente, cabe ter abertura para a compreensão da nova realidade que o circunda, seja para o desenvolvimento dele/dela em seu trabalho, ou nas relações cotidianas do contato com a comunidade falante escolhida para viver.

Da mesma forma, conclui-se que, no fazer pedagógico, o material didático não pode deixar de abordar estes aspectos e, assim, apontamos a necessidade de fornecer estas ferramentas para o ensino de língua estrangeira.

É necessário, ficar claro que a cortesia estratégica, no caso, atenuadora, revela uma imagem social que também precisa ser compreendida e decodificada pelo aprendente. Se esta captação da imagem de aproximação ou afastamento não for devidamente tratada nos manuais, teremos o risco de repetir estereótipos culturais sobre o comportamento dos falantes de Língua Portuguesa, específico do Brasil.

Referências

- ALBELDA, Marta; BRIZ, Antonio. **Una propuesta teórica y metodológica para el análisis de la atenuación lingüística en español y portugués**. La base de un proyecto en común (ES.POR.ATENUACIÓN).
- ALBELDA, Marta; BRIZ, Antonio; CESTERO, Ana; KOTWICA, Dorota; VILLALBA, Cristina. **Ficha metodológica para el análisis pragmático de la atenuación en corpus discursivos del español**. ES.POR.ATENUACIÓN. *Oralia*, 17, 2014, p. 7-62.
- BLANCO, Ramiro. **Atenuação pragmática e problemas de intercompreensão: um estudo intercultural entre paulistanos e cordobeses**. 195f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8145/tde-06062016-121646/pt-br.php>. Acesso em: 14 jan. 2017.
- BRAVO, Diana. Tensión entre universalidad y relatividad en las teorías de la cortesía. In: BRAVO, Diana; BRIZ, Antonio. **Pragmática sociocultural: estudios sobre el discurso de cortesía en español**. Barcelona: Ariel, 2004, p. 15-37.

BRIZ, Antonio. Atenuación y cortesía verbal en la conversación coloquial: su tratamiento en la clase de ELE **Actas del programa de formación para profesorado de ELE**. Munich: Instituto Cervantes, p. 227-255, 2006. Disponível em:

http://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca_ele/publicaciones_centros/PDF/munich_2005-2006/02_briz.pdf. Acesso em: 03 fev. 2016.

BRIZ, Antonio. Atenuadores: estratégias e táticas. In: BLANCO, Ramiro Carlos Humberto Caggiano. **Atenuação pragmática e problemas de intercompreensão: um estudo intercultural entre paulistanos e cordobeses**. 195f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8145/tde-06062016-121646/pt-br.php>. Acesso em: 14 jan. 2017.

BRIZ, Antonio. La atenuación lingüística. Esbozo de una propuesta teórico-metodológica para su análisis. In: SEARA, Isabel Roboredo. **Cortesía: olhares e (re) invenções**. Lisboa: Chiado, 2014. p. 83-172.

BRIZ, Antonio. La estrategia atenuadora en la conversación cotidiana española. In: **Actas del Primer Coloquio del Programa EDICE**. Estocolmo: Universidad de Estocolmo, p. 17-46, 2003.

FRASER, Brendan. Pragmatic Competence: The case of hedging. In: Kaltenbock, Gunther, Mihatsch, Wiltrud; Schneider, Stefan. **New Approaches to Hedging**. Emerald Group Publishing Limited, 2010. Disponível em: <http://www.bu.edu/sed/files/2010/10/2010-Pragmatic-Competence-The-Case-of-Hedging.pdf>. Acesso em: 10/12/2016.

HAVERKATE, Henk. **La cortesía verbal**. Madrid: Gredos, 1994.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Polidez e impolidez nos debates políticos televisivos: o caso dos debates entre dois turnos dos presidentes franceses. In: SEARA, Isabel. **Cortesía: olhares e (re) invenções**. Lisboa: Chiado, 2014, p. 47-82.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Atividades de compreensão na interação verbal. In: PRETTI, Dino. (Org.). **Estudos de língua falada: variações e confrontos**. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006, p. 15-45.

PONCE, Maria; BURIM, Silvia; FLORISSI, Susanna. **Bem-Vindo! A língua portuguesa mundo da comunicação**. 7. ed. São Paulo: SBS, 2007.

SILVA, Luiz Antônio. Análise da conversação em textos orais e escritos. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 131-155, jan./jun., 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/viewFile/109138/108682>.

SILVA, Luiz Antônio. Cortesía e atenuação nos atos diretivos dos documentadores do Projeto NURC/BR. In: PRETTI, Dino. (Org.). **Variações na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas, 2011. V.1. p. 273-297.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e Contexto**. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

ZIMMERMANN, Klaus. Construcción de la identidad y anticortesía verbal. Estudio de conversaciones entre jóvenes masculinos. In: BRAVO, Diana (ed.). **Estudios de la (des)cortesía en español. Categorías conceptuales y aplicaciones a corpora orales y escritos**. Buenos Aires: Dunken, 2005, p. 245-271.

Como citar este capítulo:

BLANCO, Yedda Alves de Oliveira Caggiano. A relação entre imagem e atenuação na análise de materiais de PLE. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PEDRO, Adriana Moreira; OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de; SILVA, Alexandra Marques; SOUZA, Douglas Rabelo; BRITTO-COSTA, Letícia Fernandes de; KOBAYASHI, Sergio Mikio. **Discurso e identidade: múltiplos enfoques**. São Paulo: FFLCH, 2018, p. 20-35. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/9788575063361>

A fundação de Belém do Pará: análise dialógica de narrativas colonizadoras

Cristiane Dominiqi Vieira BURLAMAQUI¹

Resumo: Apresentamos um estudo de enunciados que compõem o memorial discursivo inventariado sobre a fundação de Belém do Pará, problematizando as implicações ideológicas desses enunciados na formação do imaginário social da região. Para tal, utilizamos a Teoria Dialógica do Discurso que, diferentemente da abordagem tradicional dos estudos linguísticos, examina o enunciado integrado à dinâmica da atividade social e não como uma entidade estável e isolada da comunicação cotidiana. Essas narrativas apresentam um plano enunciativo comum: a valorização do cronotopo do colonizador e o apagamento do cronotopo da população nativa, revestindo-se de um forte apelo ideológico fértil para uma investigação sociodiscursiva. Integrada à dinâmica da vida cidadã de Belém do Pará, a narrativa colonizadora, um discurso monovalente de caráter oficial e central, tornou-se intangível, neutralizando as contradições presentes no processo de ocupação da cidade e forjando símbolos e sentidos que, situados no grande tempo, habitam o imaginário social da população sobre a sua história.

Palavras-chave: Teoria Dialógica do Discurso; Discurso Cívico; Cronotopo; Ideologia; História e Memória de Belém do Pará.

Introdução

Considerando as orientações da Teoria Dialógica do Discurso (TDD), o presente estudo problematiza as narrativas que compõem o discurso oficial² sobre a fundação de Belém do Pará, e tem como objeto de investigação enunciados presentes em duas narrativas históricas sobre a fundação da cidade.

Em 16 de janeiro de 2016, a cidade de Belém do Pará completou o seu quadringentésimo aniversário de fundação, e é este o palco das reflexões aqui presentes, mais precisamente os registros que cronotopicamente³ conduzem ao século XVII: a expansão militar da coroa de Portugal e Castela na Amazônia e sua instalação nas margens dos rios que compõem a bacia hidrográfica do rio Amazonas⁴.

As narrativas que dão corpo aos registros históricos aqui estudados – gêneros do discurso que mantêm as peculiaridades das esferas sociais a que estão relacionados – relatam a fundação da primeira capital do norte do país⁵ a se tornar colônia europeia.

Por sua vez, parece-nos importante ressaltar algumas mudanças de paradigmas ocorridos na narrativa historiográfica, pois nos permite visualizar como os dois gêneros do discurso, *Síntese de história do Pará* (1942) e *Crônica de duas cidades: Belém e Manaus* (2006), situados, respectivamente, nas esferas acadêmica

¹ Doutoranda do Programa de Filologia e Língua Portuguesa, sob orientação da Prof^a Dra. Maria Inês Batista Campos. E-mail: crisburla@usp.br.

² As informações presentes nessas narrativas compõem os registros disponíveis em sites institucionais e documentos oficiais do governo do Pará e da prefeitura de Belém.

³ Para Bemong e Borghart (2015, p. 17), o cronotopo “equivale à construção de mundo que está na base de todo texto narrativo, compreendendo uma combinação coerente de indicadores espaciais e temporais”.

⁴ O rio Amazonas é o maior rio do planeta em extensão fluvial e volume de água, e mesmo sem ter conhecimento exato de suas dimensões, já chamava a atenção dos explorados do continente europeu pela diversidade ambiental e alto potencial de exploração.

⁵ Considerando a divisão regional vigente das unidades da federação.

e literária, os quais são objeto de nossas reflexões, relacionam-se com a produção das esferas a que estão ligados, mas também respondem enunciativo-discursivamente aos paradigmas epistemológicos das Ciências Humanas. Ainda na primeira metade do século XX, as abordagens teórico-metodológicas do fazer historiográfico passam por transformações, as quais conduzirão à emergência de uma nova historiografia: a História Nova, também conhecida como História Cultural que, mais tarde, serviu de referência à emergência da História das Mentalidades.

Burke (1992)⁶ é contundente ao tratar das abordagens historiográficas modernas, as quais, até o início do século XX, mantinham-se sob a égide da história política caracterizada pela:

relativa pobreza de suas análises, em que situações históricas complexas se viam reduzidas a um simples jogo de poder entre grandes – homens ou países – ignorando que, aquém e além dele, se situavam campos de forças estruturais, coletivas e individuais que lhe conferiam densidade e profundidade incompatíveis com o que parecia ser a frivolidade dos eventos (BURKE, 1992, p. 4).

O autor estabelece os trabalhos de Bloch e Febvre como marco de ruptura dos paradigmas da história política, estudos que apontaram para a necessidade de uma historiografia mais abrangente e totalizante, pensada além da perspectiva dos poderosos e de seus jogos de poder, rompendo com a linearidade das narrativas históricas documentais. Segundo Burke, foi a revista dos *Annales*, fundada por Bloch e Febvre, que proporcionou a abertura dos estudos da historiografia e sua aproximação com outros campos do conhecimento, tendo como ápice a emergência da História Nova.

Diante de tais reflexões, no que diz respeito à abordagem usada para narrar a fundação de Belém, é possível se ater às aproximações entre as duas obras, as quais apresentam relativa linearidade no relato dos fatos. Porém, a partir da análise estilística, espraia-se as diferenças que marcam as singularidades discursivas e, por sua vez, dialógicas dos dois gêneros: crônica literária e narrativa historiográfica.

No intuito de abranger as questões relativas à complexidade de uma abordagem sociológica e discursiva de dois gêneros que mantêm em seu bojo as peculiaridades próprias das esferas sociais a que estão relacionados, as reflexões encontram-se dispostas em duas seções. Na primeira, apresentaremos algumas considerações sobre o método sociológico e a relevância da TDD na análise de enunciados das duas narrativas que compõem a memória discursiva sobre a fundação da cidade de Belém do Pará. Na segunda seção, operaremos a análise dos enunciados selecionados, demonstrando a produtividade do método sociológico no alcance da teia ideológica enredada na produção discursiva que também compõem a memória e a identidade cultural da população daquela cidade.

Como veremos adiante, a análise que parte da indissociabilidade entre contexto social e a produção discursiva se efetiva no âmbito da análise sintática dos enunciados ali produzidos, pois considera que são “as

⁶ *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia* do historiador Peter Burke (Fundação Editora da UNESP, Tradução Nilo Odalia, 1992). Citamos ainda a obra *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História* de François Dossé (São Paulo, Campinas: Ed. da Unicamp, 1992).

formas sintáticas que mais se aproximam das formas concretas da enunciação, dos atos de fala.” (BAKHTIN/ VOLOCHÍNOV, 2010 [1929], p. 146).

1 Teoria Dialógica do Discurso e a memória social: definindo perspectivas e abordagens

Em Bakhtin/Volochínov (2010 [1929]), a complexa e dinâmica tensão inerente ao processo dialógico para a produção de sentidos reporta à emergência de vozes dissonantes. Tal desarmonia, própria da polifonia, a qual é essencial para a eclosão das diferentes vozes no discurso, nem sempre é vista com bons olhos pelas forças dominantes, pois há no monologismo discursivo, presente no enunciado unívoco, a manutenção das ideologias que encontram no signo monovalente sua estabilização “do estágio anterior da corrente dialética da evolução social” (BAKHTIN/ VOLOCHÍNOV, 2010 [1929], p. 48), afirmando que a verdade de ontem permaneça válida hoje.

Nesse âmbito, acredita-se que as problematizações sobre a natureza sociológica do processo discursivo conferem ao discurso citado uma força social e ideológica única, pois possibilitam destacar os aspectos polifônicos e, por sua vez, dialógicos do enunciado. Por outro lado, a análise do discurso monológico coerente – o qual, segundo Bakhtin, tem características que o diferem do diálogo, pois não tem réplicas gramaticalmente marcadas por uma sintaxe própria –, mantém a integração do discurso de outrem à sua estrutura sintática, estilística e composicional, “conservando, pelo menos sob uma forma rudimentar, a autonomia primitiva do discurso de outrem, sem o quê ele não poderia ser completamente apreendido” (BAKHTIN/ VOLOCHÍNOV, 2010 [1929], p. 151).

Desta maneira, a estreita relação entre cultura e gênero do discurso – os limites impostos pela linearidade cronológica – próprios de uma abordagem cartesiana das narrativas, fazem com que “as obras (...) [dissolvam] as fronteiras de sua época, (...) [vivam] nos séculos, isto é, no *grande tempo*, e além disso (...) [levem] frequentemente (as grandes obras, sempre) uma vida mais intensiva e plena que em sua atualidade” (BAKHTIN, 2011 [1974], p. 362). É nessa perspectiva que apresentamos a relação entre produção discursiva e imaginário social, como resultado de um constante processo dialógico.

Sobre o objeto da TDD, Bakhtin e o Círculo consideram o enunciado como unidade real da comunicação discursiva, e definem as suas características: alternância de sujeito discursivo, a conclusividade e o seu caráter relacional (um elo na cadeia da comunicação discursiva), delimitando, assim, a sua sociodiscursividade. Nesse âmbito, o discurso citado é um elemento constitutivo do enunciado,

isto é, os esquemas linguísticos (discurso direto, discurso indireto, discurso indireto livre), as modificações desses esquemas e as variantes dessas modificações que encontramos na língua, (...) servem para a transmissão das enunciações de outrem, num contexto monológico coerente. (BAKHTIN/ VOLOCHÍNOV, 2010 [1929], p. 149)

Nesse viés, a análise do discurso citado em narrativas historiográficas pode retomar posições discursivas inerentes às relações dialógicas que se instauram no interior do enunciado, pois estas conservam a unidade estrutural e semântica do discurso de origem, deixando pistas sobre a maneira como o enunciador produziu os efeitos de sentido engendrados pelo discurso do outro no discurso monológico coerente.

Para Hall (1997), Canclini (2013) e Bhabha (2013), o enfoque nos aspectos culturais deve considerar os sentidos produzidos na dinâmica relação espaço-temporal que diferentes grupos sociais estabelecem entre si e com o mundo exterior, pois é ali que novas teias de relações, identidades, novos sentidos e culturas se forjam, hibridizam-se, vivem no entre-lugar ou desaparecem. Por sua vez, segundo Bakhtin (2011 [1974]), para alcançar os sentidos ali produzidos é necessário manter um *excedente de visão*, o qual está condicionado à singularidade do meu lugar no mundo.

Esse *excedente* da minha visão, do meu conhecimento, da minha posse – *excedente* sempre presente em face de qualquer outro indivíduo – é condicionado pela singularidade e pela insubstituível do meu lugar no mundo: porque nesse momento e nesse lugar, em que sou o único a estar situado em dado conjunto de circunstância, todos os outros estão fora de mim. (BAKHTIN, 2011 [1974], p. 21, grifos do autor).

É nesse lugar único em que se instaura a indissociável relação entre eu e o outro, que se produzem os sentidos nos gêneros do discurso, os quais são eminentemente responsivos. A percepção sobre estes aspectos é fundamental para alcançar a totalidade das relações dialógicas que emergem do convívio social e encontram-se materializadas nos gêneros do discurso.

Sobre a relação entre os gêneros do discurso e a identidade social, Campos (2011, p. 62) afirma:

A noção de gênero se aplica à totalidade dos discursos sem exceções, cabendo identificar as regularidades que transmitem a história da sociedade. Elas são formas discursivas, gêneros que são dados historicamente e não criados por um único sujeito: eles organizam o discurso do falante e as formas gramaticais (sintáticas).

No âmbito da TDD considera-se a relativa estabilidade dos gêneros do discurso por sua indissociável ligação às esferas da vida cotidiana, o que garante estabelecer diferenças entre os gêneros primários (que se formam nas condições discursivas imediatas, mais próximo da oralidade) e os gêneros secundários (que surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo, predominantemente escrito).

Na caracterização de gênero do discurso, três aspectos se inter-relacionam no enunciado: o tema (fator de acabamento específico), o estilo (a seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua) e a construção composicional (plano de expressão, da estrutura, da sequência organizacional) (CAMPOS, 2011, p. 65).

Por seu turno, a análise do discurso citado em enunciados que integram gêneros secundários ligados às diferentes esferas sociais – uma crônica literária e uma obra de caráter acadêmico-científico – permitem explorar o potencial expressivo desses enunciados e deixar vir à tona as relações de poder e opressão constantes dos dois gêneros aqui analisados, considerando que o sentido do enunciado se constrói na indissolúvel ligação entre a materialidade verbal (a palavra) e extra-verbal (o contexto social) relação que compreenderá três horizontes: o espacial e temporal, comum aos locutores, e delimitando onde e quando

ocorre o enunciado; o temático, aquilo do que se fala; e o axiológico, que diz respeito à atitude dos falantes diante do que ocorre: a valoração.

A análise dos enunciados, considerando os aspectos acima delimitados, ora aproxima ora distancia os dois gêneros, mas o que de fato interessa é alcançar o balanço sociodiscursivo impresso na materialidade dos enunciados e, assim, observar suas dimensões sócio-histórico-cultural e ideológicas na formação do imaginário social da região.

2 O discurso sobre a fundação de Belém: uma investigação sociológica

Ressalvamos, de antemão, que não é objetivo desse trabalho mitigar o valor histórico e literário das obras aqui analisados, pois se tem convicção que resultam do cuidadoso trabalho investigativo de pesquisadores que se lançaram – ainda no século XIX⁷ – à tarefa de recolher e selecionar documentos mantidos em arquivos públicos e bibliotecas, sobre o período colonial na Amazônia, produzindo, assim, registros de vultoso valor histórico.

Por sua vez, lançamo-nos ao sabor das imagens e associações que emergem nos enunciados aqui selecionados, em sua relação indissociável com o tempo, o espaço e as ideologias dominantes, no intuito de penetrar nas contingenciais contradições e sentidos expressos nos gêneros do discurso.

O gênero do discurso está vinculado à noção de tempo e de espaço, não podendo ser pensado fora do cronotopo. O gênero vive do presente mas recorda seu passado, seu começo. Representa a memória criativa no desenvolvimento discursivo; cria uma cadeia que acompanha a variabilidade de usos da língua em determinado tempo. O contexto do conceito de gênero não se confunde com hierarquias, pois nele coexistem diversificadas formas de pensar o mundo e a história humana. (CAMPOS, 2011, p. 67)

Nesse âmbito, consideramos importante ressaltar, desde já, a origem de fontes usadas para compor o acervo memorialístico que, por sua vez, contribuíram para a construção do imaginário social sobre a origem da cidade de Belém do Pará, são eles: documentos oficiais da coroa, crônicas e notas de viajantes europeus e os apontamentos de padres em missões evangelizadoras na Amazônia⁸. Desta maneira, reconstituir a história da fundação de Belém, a partir da seleção de símbolos, tais como o Forte do Presépio e os rios que margeavam o forte – o encontro do rio Guamá com a baía do Guajará –, de personagens europeus e datas, imprimem singularidades às narrativas, um campo fértil para problematizações acerca das ideologias e relações de poder que se instauram nos discursos que circulam em diversas esferas da vida social.

2.1 O tempo e o espaço na história de Belém: o cronotopo do colonizador

Retirada da crônica sobre Belém, o enunciado abaixo reproduzido compõe o início da narrativa que integra o livro *Crônica de duas cidades: Belém e Manaus*, obra editada em 2006, pela Secretaria de Cultura

⁷ Cito *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*, de Lúcio de Azevedo (1901), e *Scênas da vida amazônica* (com um estudo das populações indígenas e mestiças da Amazônia) de José Veríssimo (1886).

⁸ Conf. em Azevedo (1901), Reis (1972), Barata (1973), Bates (1979), entre outros.

do Pará fruto de uma encomendada ao filósofo e crítico literário paraense Beneditos Nunes (1929-2011), e ao escritor amazonense Milton Hatoum, onde os autores narram os primeiros tempos de Belém e Manaus. No que consiste à narrativa que se abriga na história oficial de Belém, esta apresenta uma região marcada em sua topografia pelas águas de rios, baías e igarapés que a entrecortavam, as quais permitiram aos colonizadores europeus, com propósitos militares, chegar e se instalar em povoados indígenas.

Em 1616, o capitão-mor português Francisco Caldeira Castelo Branco fundou entre o rio Guamá e a baía do Guajará, braço secundário do Amazonas, separada desse grande rio pelo arquipélago do Marajó, o Forte do Presépio, que foi o núcleo inicial de Belém, como posto avançado da dominação do Reino Unido de Portugal e Castela sobre o Norte do Brasil, para resguardá-lo da expansão estrangeira, principalmente a francesa, já debelada em São Luís do Maranhão. O colégio dos jesuítas e a igreja barroca da Companhia de Jesus nasceram ao lado do Presépio. Era a Feliz Lusitânia avançando até o igarapé alagadiço do Pirí, que apartava o Forte do continente, fronteira à baía do Guajará, e que se desenvolveria na direção oposta, para o sul e pela margem do Guamá. Mas a Feliz Lusitânia que Pe. Antônio Vieira, aqui chegado em 1655, conheceu, era mais indígena do que lusa, devido ao grande número de tribos nativas da região, e parecia, naquele momento, não aventureira.

'Belém era então um modesto ajuntamento de construções de pau a pique e de enchimento cobertas de palha'. Preponderavam a palhoça e a caiçara, proteção comum dos nativos, que se estendeu ao Presépio, a princípio mais uma paliçada do que fortaleza, e que circundavam tantos os conventos e casas dos colonizadores como as aldeias dos gentios pacificados. Ainda no Maranhão, Vieira escrevera:

'Os moradores deste novo mundo, que assim se pode chamar ou são portugueses ou índios naturais da terra. Os índios, uns são gentios, que vivem nos sertões, infinitos no número e diversidade de língua; outros são pela maior parte cristãos, que vivem entre os portugueses. Desses que vivem entre os portugueses, uns são livres, que estão e suas aldeias; outros são parte livres, parte cativos, que moram com os mesmos portugueses, e os servem em suas casas e lavouras e sem os quais eles de nenhuma maneira se podem sustentar' (NUNES, 2006, p. 12).

A primeira seção da crônica *Pará capital Belém*, intitulada *O Padre Vieira, Landi e La Condamine*, personagens que o cronista Nunes sinalizou como preceptores de sua narrativa sobre a fundação de Belém. As escolhas enunciativas de Nunes mantêm uma identidade própria. A primeira característica a ressaltar diz respeito ao gênero do discurso, uma crônica literária: “a palavra crônica recupera o sentido do mito, pois contém o radical *cronos*, que indica o resgate do tempo. A crônica como narrativa devoradora do presente, da vida, tem um desejo insaciável de estancar o agora que logo se esvai” (CAMPOS, 2011, p. 70). Apesar de não exercer o ofício de cronista e sim o de filósofo e crítico literário, Benedito Nunes conhecia bem o aspecto devorador do tempo pela crônica, ao aceitar o desafio de narrar a história de Belém, tratou de selecionar figuras representativas (Padre Vieira, Landi e La Condamine), e o uso do discurso do outro – o manuscrito de Padre Vieira – registra as impressões de quem experienciou o primeiro século da colonização em Belém, conferindo valoração à narrativa e, por sua vez, acabamento à crônica.

Desde a escolha do título da seção introdutória – *O Padre Vieira, Landi e La Condamine* – as características enunciativa-discursivas são definidas pela maneira como o autor registra o discurso do outro –

presente na unidade sintática, estilística e composicional da narrativa –, conservando sua autonomia e, por sua vez, fixando uma cronotopia⁹.

A diluição da palavra citada no contexto narrativo não se efetua, e não poderia efetuar-se, completamente: não somente o conteúdo semântico mas também a estrutura da enunciação citada permanecem relativamente estáveis, de tal forma que a substância do discurso do outro permanece palpável, como um todo auto-suficiente (BAKHTIN, 2010 [1929], p. 151).

Essa autossuficiência, a que Bakhtin se refere, pode ser observada quando colocamos em diálogo, por meio de um estudo comparativo, um gênero historiográfico, que pode ter sido uma fonte direta ou indireta usadas por Nunes em sua crônica.

Selecionamos o trecho de *Síntese de história do Pará* (1942), obra de Arthur Cesar Ferreira Reis (1906 – 1993), jurista e historiador pioneiro no exame da documentação e registro da Amazônia colonial, Reis também narra a chegada dos militares e a fundação da Feliz Lusitânia. Para o levantamento historiográfico, o autor utilizou como fonte de suas pesquisas as crônicas de viajantes e a documentação disponíveis nos arquivos públicos de Belém e Portugal, no intuito de compor uma “Obra que seja o retrato fiel do passado e lhe defina as características e a contribuição para o processo evolutivo do Brasil” (REIS, 1972, p. XV).

Imprimindo sempre um tom que remonta a uma tradição historiográfica positivista e cartesiana – orientada para o uso de técnicas de descrição pormenorizada, na apresentação linear dos fatos e, sobretudo, na insígnia impressa aos jogos de poder própria dos relatos da história política –, tal empreendimento rendeu-lhe láureas acadêmicas e literárias, o que nos faz crer ser Reis uma personalidade de seu tempo.

Suas obras são cingidas por informações precisas – pode-se verificar na passagem abaixo, por exemplo, o cuidado com datas, instituindo uma cronologia historiográfica linear, no registro de nomes e patentes, no quantitativo de homens e no tom impresso aos feitos europeus – a respeito do cumprimento das ordens da Coroa de Castela e Portugal para atingir o Amazonas, com o objetivo de defender esse território da colônia e, sobretudo, as *drogas do sertão* tão cobiçadas pelos estrangeiros, façanha alcançada em janeiro de 1616.

Com cento e cinquenta homens, levando por guia um francês e Antônio Vicente Cochado por piloto das três embarcações em que viajou a expedição, Caldeira de Castelo Branco, cheio de cautelas, cumprindo a rigor a letras das instruções, fundeu no Guajará em janeiro de 1616, depois de dezoito dias. E a 12 do mesmo mês, lançava os fundamentos de uma casa forte, a que deu o nome de Presépio, situando-se numa posição estratégica: 'alta e tendo duas faces para dois rios, sendo por esse lado escarpada, ligada ao continente por uma estreita faixa de terra, fácil seria isolá-la e defendê-la' (REIS, 1972, p. 12).

Para além dos aspectos formais, mas sem desconsiderá-los, é possível perceber que há entre a narrativa de Nunes e Reis, a respeito da fundação de Belém, uma relação intrinsecamente dialógica que imprime tanto no plano temático como estilístico e composicional uma atmosfera comum: o evento da fundação de Belém relacionado aos rios como meio de acesso à localidade, a data do desembarque dos

⁹ “Entendemos o cronotopo como uma categoria conteudístico-formal da literatura (aqui não relacionamos o cronotopo com outras esferas da cultura)” (BAKHTIN, 1998 [1974], p. 211) – conceito de grande importância a ser retomada posterior.

militares europeus, a construção do Forte do Presépio e a conquista dessas terras como marco de origem da cidade de Belém.

Contudo, resguardadas as peculiaridades de cada gênero, há de se apreciar que a atmosfera comum para as duas narrativas é garantida pela relação entre o espaço e o tempo, a cronotopia, que “equivale à construção de mundo que está na base de todo texto narrativo, compreendendo uma combinação coerente de indicadores espaciais e temporais” (BEMONG e BORGHART, 2015, p. 17).

A forma como os dois enunciados dispõe os fatos no tempo, apontam para peculiaridades que acreditamos ser interessantes de destacar, pois compõem a tessitura verbal que caracteriza o gênero. Tanto Nunes como Reis alternam os modos e tempos verbais de sua crônica em: a) Nunes: pretérito perfeito (fundou, foi, nasceram e conheceu), pretérito imperfeito (apartava e aparecia), particípio passado (separada, debelada e chegado), infinitivo (resguardar), e gerúndio (avançando); b) Reis: pretérito perfeito (viajou, fundeou e deu), pretérito imperfeito (lançava), particípio passado (ligada), futuro do pretérito (seria) e gerúndio, com maior frequência (levando, cumprindo, situando, tendo e sendo). A escolha do tempo verbal (pretérito) e sua alternância em dois modos (indicativo, particípio e gerúndio) conferem para as duas narrativas um caráter epopeico.

O estilo epopeico está estreitamente imbricado às conquistas ultramarinas europeias, a qual tem o “tempo de aventuras profunda e meticulosamente desenvolvido, com todas as suas nuances e particularidades específicas” (BAKHTIN, 1998 [1974], p. 213-214). Pode-se conjecturar que a fonte de origem sejam os romances de aventuras e de provações gregos, que no século XVII e XVIII incorporaram o tema das conquistas, mas esvaziaram-se do acaso e da ruptura do tempo cronológico, próprias dos romances epopeicos gregos.

Há nas duas narrativas uma tensão ontológica que mantém como memória oficial a chegada dos portugueses na região, ignorando, a primeira passo, a presença numerosa das populações originários e de sua cultura e, ainda, a sua importância na constituição da memória social sobre os primórdios da região.

2.2 O discurso citado: um mergulho nas fontes da narrativa histórica

No que diz respeito aos efeitos de sentido produzidos pelas escolhas sintáticas usadas na transmissão do discurso de outrem, podemos observar profundas diferenças estilísticas nas duas narrativas.

Ao introduzir o discurso citado, por meio de conjunção adversativa, Nunes quebra a linearidade de sua narrativa, e alterna o discurso direto e o indireto produzindo efeitos de sentido que garantem ao contexto autoral relativo subjetivismo. A voz de Pe. Antônio Vieira, ressalta as impressões pessoais de quem presenciou a vida e mantinha perspectiva apreciativa das relações sociais mantidas na região.

Mas a Feliz Lusitânia que Pe. Antônio Vieira, aqui chegado em 1655, conheceu, era mais indígena do que lusa, devido ao grande número de tribos nativas da região, e parecia, naquele momento, não aventureira.

'Belém era então um modesto ajuntamento de construções de pau a pique e de enchimento cobertas de palha'. Preponderavam a palhoça e a caiçara, proteção comum dos nativos, que se estendeu ao Presépio, a princípio mais uma paliçada do que fortaleza, e que circundavam tantos os conventos e casas dos colonizadores como as aldeias dos gentios pacificados. Ainda no Maranhão, Vieira escrevera:

'Os moradores deste novo mundo, que assim se pode chamar ou são portugueses ou índios naturais da terra. Os índios, uns são gentios, que vivem nos sertões, infinitos no número e diversidade de língua; outros são pela maior parte cristãos, que vivem entre os portugueses. Desses que vivem entre os portugueses, uns são livres, que estão e suas aldeias; outros são parte livres, parte cativos, que moram com os mesmos portugueses, e os servem em suas casas e lavouras e sem os quais eles de nenhuma maneira se podem sustentar'. (NUNES, 2006, p. 12, destaque nosso).

De acordo com a classificação de Bakhtin/Volochínov (2010 [1929]), Nunes utiliza o *estilo pictórico*, caracterizado pela valorização da expressividade do discurso de outrem, mantendo sintaticamente as singularidades próprias do ato de fala do outro.

Em contrapartida, Reis, em sua narrativa, apaga as pistas sintáticas que poderiam distinguir a individualidade da voz de outrem, as quais são demarcadas pelo uso das aspas, um recurso linguístico, próprio do estilo linear, o qual serve para delimitar as fronteiras do discurso do outro, introduzindo e demarcando o discurso direto, mas que sintaticamente é esvaziado de expressividade: “a que deu o nome de Presépio, situando-se numa posição estratégica: ‘alta e tendo duas faces para dois rios, sendo por esse lado escarpada, ligada ao continente por uma estreita faixa de terra, fácil seria isolá-la e defendê-la” (REIS, 1972, p. 12).

O estilo linear usado por Reis permite-nos uma observação: a ênfase exclusiva no conteúdo do discurso de outrem, e não em sua expressão, homogeneiza estilisticamente as diversas vozes. Reis funde o seu discurso ao discurso de suas fontes de pesquisa.

A homogeneização, e conseqüente apagamento das marcas que separam o discurso do outro do discurso do autor, contribui decisivamente para a univocidade desse discurso e seu tom racional e dogmático. Consideramos que há no apagamento de outras vozes a dogmatização dos registros historiográficos de Reis sobre o Pará do século XVII.

Por outro lado, ao valorizar as impressões do outro (Pe. Antônio Vieira), Nunes permite algumas extrapolações que não se vê em Reis. Antes dos primeiros colonizadores espanhóis e franceses, ainda no século XVI, desbravaram a densa floresta entrecortada por rios e instalar o Forte do Presépio, incorporando essa região às conquistas do homem europeu, a área localizada na foz do rio Amazonas às margens da baía do Guajará já contava com uma população indígena significativa, a qual é relatada em crônica por Nunes e, no entanto, ignorada por Reis que registra a invasão europeia na Amazônia como ato de bravura e glória.

Convém considerar que Nunes e Reis são homens de seu tempo e que incorporaram às suas narrativas os recursos que estavam a sua disposição e que, naquele momento, para aquele gênero discursivo, lhe

pareciam mais adequados. Porém há algo que não podemos deixar de pontuar, há nas duas narrativas a supervalorização da documentação escrita pelo colonizador europeu em detrimento de qualquer vestígio da memória ancestral transmitida pela oralidade. Essa constatação permite-nos afirmar que a ausência da alternância de vozes sociais no discurso narrativo histórico constrói lacunas no delineamento do imaginário social e cultural da uma região.

Considerações finais

De dia e de noite, com sol ou aguaceiros, calor, sereno, e nas friagens terríveis de meio-do-ano, sem arrumo, só com o chapéu velho na cabeça, por todas as semanas, e meses, e os anos — sem fazer conta do se-ir do viver. Não pojava em nenhuma das duas beiras, nem nas ilhas e croas do rio, não pisou mais em chão nem capim.

Guimarães Rosa

Guimarães Rosa, no conto *A terceira margem*, narra: “Não pojava em nenhuma das duas beiras, nem nas ilhas e croas do rio, não pisou mais em chão nem capim” (ROSA, 2011 [1962]). O autor de *Grande Sertão: Veredas*, um épico da literatura brasileira, não poderia delinear melhor a sensação de manter-se em nenhuma beira ou ribeira (terra baixa e alagada pelas águas de um rio ou mar), o que nos remete ao ribeirinho, população que vive nas margens alagadiças dos rios da Amazônia.

Em janeiro de 2016, Belém completou quatrocentos anos de sua fundação pelos colonizadores europeus, e a única cosmovisão desse evento são os registros do europeu que por aqui passou, ou aquele que aqui se instalou.

Na análise aqui desenvolvida, identificamos algumas peculiaridades do cenário reproduzido nessas narrativas as quais têm uma cronotopia comum, o *cronotopo colonialista*, caracterizado pela ambivalência¹⁰, e dela se produz um acabamento e, por sua vez, uma cosmovisão própria. A relação entre o tempo e o espaço instaura-se na preocupação com um paralelismo espaço-temporal que tem como marco inicial a chegada do colonizador. As descrições do espaço dialogam com um tempo que, objetualizado pela abordagem da história política, descreve e registra, com cuidadosa precisão, os feitos dos colonizadores.

A posse de novas terras para fins militares e comerciais e, ainda, o apagamento de indícios da existência dos povos originários da região, também são marcas dessa cosmovisão colonialista.

Por sua vez, há entre as reflexões de Bakhtin¹¹ conceitos que problematizam a unilateralidade discursiva e ideológica como presente no *cronotopo colonizador*, citamos: a *Carnavalização*.

¹⁰ Sobre esse acabamento e cosmovisão acentuado pela ambivalência presente no discurso do colonizador, Bhabha (2013, p. 117) esclarece que “Um aspecto importante do discurso colonial é sua dependência do conceito de ‘fixidez’ na construção ideológica da alteridade. A fixidez, como signo da diferença cultural/histórica/racial no discurso do colonialismo, é um modo de representação paradoxal: conota rigidez e ordem imutável como também desordem, degeneração e repetição demoníaca. Do mesmo modo, o estereótipo, que é sua principal estratégia discursiva, é uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre no ‘lugar’, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido (...). É esse processo de *ambivalência*, central para o estereótipo (...). Isto porque é a força da ambivalência que dá ao estereótipo colonial a sua validade.”

¹¹ O conceito de carnavalização é desenvolvido em *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais e Problemas na poética de Dostoiévski*.

A carnavalização vive na subversão da ordem do que é preestabelecido pela cultura dominante. Carnavalizar significa destronar a cultura revelando a necessária alternância de cosmovisões.

O carnaval, como fenômeno popular-social, concretiza a contestação e a irreverência através de vários modos: ridicularização dos poderes constituídos, eliminação de distâncias sociais, inversão de mundos, profanação do sagrado, ocupação desordenada dos espaços públicos, dando vazão a várias formas de indecência, relativizando o que tenta se impor como absoluto, deslocando o curso habitual da vida etc. – tudo isso como espetáculo alegre, onde o riso tem a função catártica de fazer esquecer o mal-estar que os homens se impuseram para conviver socialmente e de forma civilizada. O carnaval procura enfraquecer o rígido controle exercido pelo superego. (SCHAEFER, 2011, p. 200)

Tanto em seus escritos sobre Rabelais quanto sobre Dostoiévski, Bakhtin chama a atenção para aquilo que lhe parece ter sido uma injustiça e a credita na inabilidade dos esquemas teórico-metodológicos em alcançar o que há de singular nessas produções literárias, o que para Bakhtin só é alcançável por meio da subversão dos modelos teóricos estabelecidos.

Segundo Fiorin (2008, p. 89), “Carnavalização é a transposição do espírito carnavalesco à arte”, esse espírito que faz do riso uma arma de reação às forças dominantes que relegam à cultura popular as margens das manifestações socialmente valorizadas. Segundo Bakhtin (1993 [1940], p. 3), “(...) a natureza específica do riso popular aparece totalmente deformada, porque são-lhe aplicadas idéias e noções que lhe são alheias, uma vez que se formaram sob o domínio da cultura e da estética burguesa dos tempos modernos.”

Desta maneira, creditamos aos estudos dialógicos do discurso, em contato com outras áreas do conhecimento (antropologia, história e sociologia), a possibilidade de compor um corpo teórico capaz de delimitar um método suficientemente claro e produtivo para o estudo de culturas mantidas à margem, como meio de restabelecer o seu valor como concepção de mundo, de prática cultural e de riqueza estética.

Para Darnton (2011), apesar da resistência, há fortes indícios que as culturas orais, assim como a cultura escrita, sejam fontes confiáveis de acesso às culturas remotas que se perderam pela ausência de instrumentos necessários para seu registro ou, ainda, pela inabilidade dos modelos teóricos vigentes em registrá-las. Darnton, um estudioso da história das mentalidades, propôs um método discursivo-comparativo capaz de observar as regularidades estilísticas e temáticas das narrativas orais. O que sabemos é que culturas tradicionais são tão complexas e dinâmicas na produção dos sentidos, quanto as outras culturas ditas como modernas.

Referências

- AZEVEDO, Lúcio de. **Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1901.
- BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**. São Paulo: Itatiaia/ EDUSP, 1979.
- BARATA, Manoel. **Formação histórico do Pará**. Belém: UFPA, 1973.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. – 6ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011 [1974].

BAKHTIN, Mikhail; (V. N. VOLOSHÍNOV). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira – 14ª ed. – São Paulo: Hucitec, 2010 [1929].

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e de Estética**: a teoria do romance. Trad. Aurora Fornoni Bernadini et. al. – 4ª ed. – São Paulo: Ed. UNESP, 1998 [1974].

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na idade média e no renascimento**: o contexto de François Rabelais. Tradução Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996 [1940/1965].

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981[1929].

BEMONG, Nele; BORGHART, Pieter. A teoria bakhtiniana do cronotopo literário: reflexões, aplicações, perspectivas. In: BEMONG, Nele; BORGHART, Pieter; DOBBELEER, Michel de; DEMOEN, Kristoffel; TEMMERMAN, Koen de; KEUNEN, Bart (orgs.). **Bakhtin e o cronotopo**: reflexões, aplicações, perspectivas. Trad. Oziris Borges Filho, et al. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BHABHA, Homi K. **O local da Cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. – 2ª ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1992.

CAMPOS, Maria Inês Batista. **A construção da identidade nacional nas crônicas da Revista do Brasil**. São Paulo: Olho d'Água/FAPESP, 2011.

CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa; Tradução da introdução de Gênese Andrade. 4ª ed. 6ª reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

DARNTON, Robert. **O Grande Massacre de Gatos**: e outros episódios da história cultural francesa. São Paulo: Graal, 2011.

DOSSÉ, François. **A História em Migalhas**: dos Annales à Nova História. São Paulo, Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

FIORIN, José Luis. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2008.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Trad. Ricardo Uebel, Maria Isabel Bujes e Marisa Vorraber Costa. In: THOMPSON, Kenneth A. (org) **Media and Cultural Regulation**. Inglaterra: The Open University, 1997. p. 208-236.

NUNES, Benedito. **Crônica de duas cidades**: Belém-Manaus/ Benedito Nunes e Milton Hatoum – Belém: Secult, 2006.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Síntese de história do Pará**. São Paulo: EGRT, 1972.

ROSA, João Guimarães. **Primeiras estórias**. 15. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001 [1962], p.14-48.

SCHAEFER, Sérgio. Dialogismo, polifonia e carnavalização em Dostoiévski. **Bakhtiniana**, São Paulo, 6 (1): 194-209, Ago./Dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bak/v6n1/v6n1a13.pdf>. Acesso em: 01/12/2016.

Como citar este capítulo:

BURLAMAQUI, Cristiane Dominiqui Vieira. A fundação de Belém do Pará: análise dialógica de narrativas colonizadoras. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PEDRO, Adriana Moreira; OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de; SILVA, Alexandra Marques; SOUZA, Douglas Rabelo; BRITTO-COSTA, Letícia Fernandes de; KOBAYASHI, Sergio Mikio. **Discurso e identidade**: múltiplos enfoques. São Paulo: FFLCH, 2018, p. 36-47. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/9788575063361>

Atenuação pragmática e mudança semântica: um estudo intercultural entre paulistanos e cordobeses

Ramiro Carlos Humberto CAGGIANO BLANCO¹

Resumo: Serão apresentados os resultados de uma investigação intercultural com estudantes universitários de São Paulo (Brasil) e Córdoba (Argentina), na qual foi feita uma comparação das táticas pragmáticas de mitigação de atos de fala ameaçadores da imagem. O trabalho investigativo teve como embasamento teórico a ficha do projeto ES.POR.ATENUAÇÃO, proposta metodológica que visa a análise da atenuação pragmática em língua espanhola e portuguesa. Detalharemos analiticamente de que forma as diferenças encontradas podem ser explicadas com os conceitos de sociedades de aproximação ou distanciamento propostos por Haverkate (2004) e Briz (2007). Veremos como os procedimentos linguísticos de atenuação empregados pelos estudantes de São Paulo criaram mudanças semânticas que comprometeram a interpretação feita pelos estudantes de Córdoba, causando problemas de intercompreensão.

Palavras-chave: Pragmática; Semântica; Cortesia; Atenuação; ES.POR.ATENUAÇÃO.

Introdução

Quando tratamos de línguas próximas, como é o caso do espanhol em relação ao português, misturam-se elementos sintáticos ou semânticos de uma língua na produção da outra originando uma interlíngua: o conhecido “portunhol”. Mesmo falantes que tenham adquirido amplos conhecimentos da segunda língua, muitas vezes, por aplicar automaticamente as pautas culturais da sua língua materna, produzem enunciados estranhos ou inadequados aos padrões da comunidade da língua aprendida. Isso se explica porque, conforme Escandell (2006, p. 33), os interactantes costumam acreditar que o conhecimento do sistema gramatical e os conteúdos semânticos, assim como os conhecimentos e as crenças acerca do uso da língua são comuns a todos.

Por tal motivo, devemos pensar a língua desde um enfoque mais amplo do que o gramatical. Faz-se necessário apropriar-se da dimensão pragmática da linguagem haja vista que, contrariamente ao que acontece com os erros gramaticais, os problemas pragmáticos de falantes com conhecimento da gramática podem não ser percebidos como erros e sim como descortesia ou rudeza. A partir da observação desses problemas, e tendo como pressuposto o fato de que há uma diferença no fazer com as palavras nas diferentes culturas nos processos de produção e decodificação-interpretação, surgiu o seguinte questionamento: até que ponto a atenuação dos enunciados feita por paulistanos interfere na compreensão quando interpretados por falantes de outra sociedade com amplos conhecimentos do português?

Em decorrência desta questão, surgiu a necessidade de um estudo cujo objetivo é comparar o emprego de procedimentos linguísticos de atenuação, na produção de *atos de fala não corteses* (HAVERKATE, 1994),

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Língua e Literatura Espanhola e Hispano-Americanas da Universidade de São Paulo, sob orientação da Prfª Dra. María Zulma Moriondo Kulikowski. E-mail: ramiro.caggiano@usp.br.

pontualmente atos diretivos e respostas não preferidas, por falantes das cidades de São Paulo (Brasil) e Córdoba (Argentina); e também analisar as variações interpretativas que podem sofrer os enunciados dos paulistanos quando interpretados pelos cordobeses.

Nossa experiência empírica como professor de espanhol em São Paulo nos levou à hipótese de que, na formulação de enunciados não cortesês, os brasileiros utilizam mais elementos atenuadores do que os argentinos e de que, nas atividades de imagem (*facework*), suas motivações são diferentes, especialmente na construção da imagem própria.

Também acreditamos que, quando empregadas as mesmas táticas de atenuação pragmática, há uma diferença qualitativa na sua realização, fazendo os enunciados dos paulistanos mais atenuados se comparados com os expressados pelos cordobeses.

1 Breves aspectos teóricos da pragmática, cortesia e atenuação

Significado é uso, reza o famoso lema do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein, ou seja, um enunciado só pode ser explicado se o relacionarmos com as atividades, ou “jogos de linguagem” no qual ele é utilizado. Desse modo, segundo observa Levinson (2007, p. 289), a interpretação de certas expressões linguísticas varia radicalmente conforme o contexto de uso em que é empregada. Diante disso, fica evidente que a linguagem excede o limite da sintaxe e da semântica, abrindo-se o caminho para uma nova disciplina: a pragmática, cujo escopo é oferecer as ferramentas teóricas e metodológicas necessárias para poder avançar na descrição das regras e princípios que “subjazem ao modo em que os falantes usamos a língua” (ESCANDELL, 2004, p. 7).

Continuando com o pensamento da autora citada, o objetivo da pragmática é “tratar de estabelecer com precisão quais fatores determinam sistematicamente o modo” de funcionamento de “nossos intercâmbios comunicativos e tentar estabelecer regularidades e generalizações” (ESCANDELL 2004, p.8).

Por sua vez, Briz (2011) aponta que quando falamos negociamos “o acordo”, a aceitação do outro e articulamos, ao mesmo tempo, as relações interpessoais e, para tal finalidade, utilizamos estratégias de cortesia. Para ele, “do bom andamento destas (estratégias) depende o êxito da comunicação, a felicidade ou infelicidade dos atos de fala aos quais Austin fazia referência, a eficácia dos mesmos”.

Como uma atividade social [a cortesia], em nossa opinião, trata-se de um fenômeno de aproximação ou aproximação do outro, em busca de um equilíbrio, um equilíbrio social, entendido em relação à imagem do falante e do ouvinte, nos termos de Goffman, Brown e Levinson e Diana Bravo, com os custos e benefícios que eles vão conseguir ou sofrer, segundo as teses de Leech, ou com os direitos e obrigações de ambos de acordo com Fraser, Haverkate, etc. (BRIZ, 2011, [tradução nossa]).²

² Como actividad social [la cortesia], en nuestra opinión, se trata de un fenómeno de acercamiento o aproximación al otro, en busca de un equilibrio, un equilibrio social, ya se entienda con relación a la imagen del hablante y del oyente, en los términos de Goffman, Brown y Levinson y Diana Bravo, con los costes y los beneficios que éstos van a lograr o a sufrir, siguiendo las tesis de Leech, o con los derechos y obligaciones de ambos según Fraser, Haverkate, etc. (BRIZ, 2011).

Ampliando essa ideia, o mesmo autor (BRIZ, 2004, p. 71) destaca que as intervenções corteses estão convencionadas culturalmente. Assim, cada cultura “subjativiza frequentemente o uso de certos mecanismos linguísticos para mitigar, tirar força ilocutiva, que ficam, desse modo, codificados como expressão de cortesia no referido idioma”³.

Ainda, um outro aspecto importante da cortesia a destacar é a sua distinção. Conforme Albelda Marco (2005, p. 581), desde que Brown e Levinson (1987 [1978]) caracterizaram a cortesia como reparadora dos atos ameaçadores da imagem, os *face threatening acts* (FTAs), assume-se tacitamente uma correspondência entre o fenômeno da cortesia e atenuação. Porém, Kerbrat-Orecchioni (2014) entende a cortesia não só como mitigação dos enunciados, quando as imagens estão em perigo, e propõe, em consequência, outra categoria de atos que realçam a imagem do interlocutor. Esses atos introduzidos pela autora, contrariamente ao que acontece com os FTAs, têm prioritariamente a tendência de serem “reforçados” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2014, p. 49). A esses atos dá-se o nome de *face flattering acts* (FFAs) ou atos que reforçam a imagem do interlocutor, tais como os elogios, as felicitações, os apoios na atividade comunicativa, etc.

Em idêntico sentido, Albelda e Briz (2010, p. 268) salientam que seria mais pertinente falar em cortesia mitigadora, quando existe uma ameaça nos termos apresentados por Brown e Levinson, e uma cortesia valorizadora, que procura “criar ou potenciar um efeito agradável na interação” sem que exista uma ameaça à imagem. Esta última se veicularia tanto por elogios, como sugerido por Kerbrat-Orecchioni, quanto por intensificação com finalidade cortês (ALBELDA, 2005, p. 583).

Quanto à cortesia atenuadora, Briz esclarece que ela tem o objetivo de dar efetividade ao discurso de forma intencional e estratégica tornando-se compreensível somente pelo seu contexto. É estratégica uma vez que tenta minimizar ou mitigar a ação e intenção ou o efeito que estas (ação e intenção) possam ter ou haver tido na interação (2014, p. 85). O intuito dessa mitigação é o de preservar as relações entre os interlocutores, de “conseguir o acordo ou a aceitação do outro” inclusive, quando seja esta apenas uma aceitação social (BRIZ, 2013). Segundo esse autor, pode-se atenuar utilizando recursos morfológicos, sintáticos, lexicais e fonéticos e, com frequência, combinando vários deles. No entanto, pensando na eficácia comunicativa, a atenuação “não pode ser analisada somente a partir de suas funções semânticas” (ou dos recursos morfológicos, sintáticos, lexicais, etc. empregados), mas sim, a partir de princípios pragmáticos, observando-se o papel que desempenham na interação. Como fenômeno pragmático, a atenuação é um fenômeno contextual (BRIZ, 2014, p. 91), uma atividade que visa minimizar “o que é dito” e/ou o “ponto de vista” do falante, isto é, “o enunciado e a enunciação, o dito e o dizer” (ALBELDA e BRIZ, 2010, p. 245).

Do ponto de vista sociocultural, faz-se necessário destacar que, embora a cortesia seja uma atividade universal, cada cultura a subjativiza de distinta maneira. Como afirmam Albelda e Briz (2010, p. 248), o “sentimento de ameaça à imagem se percebe de diferente modo” por pessoas em diferentes países. Além

³ “subjativiza de manera frecuente el uso de ciertos mecanismos lingüísticos para mitigar, restar fuerza ilocutiva, que quedan de ese modo codificados para la expresión de la cortesia en dicha lengua”.

disso, de acordo com essa percepção, também têm influência outros elementos socioculturais, tais como a idade, o gênero dos interactantes, etc. Sobre tal diferenciação, primeiro Haverkate (2004) e depois Briz (2007) apontaram a distinção entre culturas de aproximação e de distanciamento. Como os autores advertem, não se trata de um par dicotômico, mas de um continuum com múltiplos valores intermediários. Desse modo, em algumas sociedades a tendência é mostrar aproximação social, encurtando os espaços interpessoais; interferir “na vida privada dos outros e estabelecer pontes de relação e confiança entre os interlocutores” (ALBELDA e BRIZ, 2010, p. 248). Tais procedimentos referem-se às culturas de aproximação, na classificação proposta. Por outro lado, outras culturas, que os autores denominam de distanciamento, têm preferência por respeitar o espaço e o âmbito pessoal dos outros e por manter a deferência e precaução nas relações sociais⁴, etc.

Para um reconhecimento eficaz do tipo de cultura, de distanciamento ou de aproximação, Albelda e Briz propõem observar a presença de atenuadores verbais e de cortesia, uma vez que esses constituem um índice da existência de distância social entre os interlocutores. Sendo assim, a atenuação é empregada estrategicamente para compensar tal distância (2010, p. 249).

Ainda segundo esses autores (2010, p. 249-250), as culturas de aproximação favorecem a menor frequência de atenuadores devido à existência de uma menor sensibilidade perante o conceito de ameaças à imagem. Pelo contrário, as culturas de maior distanciamento são propensas a um uso mais acentuado de atenuação.

Finalmente, apesar dos vários elementos existentes para a caracterização de uma cultura como sendo de aproximação ou de distanciamento, coincidimos com os autores na importância do estudo da atenuação pragmática como dado linguístico claro e suficiente para a identificação de uma e de outra. Tais conceitos são relevantes para a análise que apresentaremos.

Nossa pesquisa intercultural foi embasada no projeto ES.POR.ATENUAÇÃO, o qual estabelece as bases teóricas metodológicas comuns para análise e estudos contrastivos, intra e interlinguísticos, da atenuação pragmática nas diferentes normas regionais do espanhol e do português, tanto a partir do ponto de vista sociolinguístico, quanto pragmalinguístico (BRIZ, 2013, p. 302). Essa proposta possibilita a análise quantitativa e qualitativa e, em última instância, a interpretação que façam os interlocutores (BRIZ, 2014, p. 91).

Nesse sentido, Briz (2013) adverte que, ainda que exista acordo quanto ao conceito de atenuação, nem sempre há coincidências no reconhecimento do aspecto atenuador de um elemento porque, como fenômeno pragmático, a atenuação é um fenômeno contextual, motivo pelo qual será necessário precisar o

⁴ Segundo os autores, se comparado o espanhol falado na Espanha e na América, “*El español de muchas zonas de América [...] es, en general, más atenuado que el español europeo. Así, por ejemplo, el español europeo es más tolerante en el uso y frecuencia del imperativo sin atenuar que muchas variantes del español de América. [...], las peticiones o ruegos suelen ser más atenuadas en Hispanoamérica que en algunos lugares de España*” (ALBELDA y BRIZ 2010, p. 248).

contexto geral e o contexto específico em que a atividade atenuadora se desenvolve. Consequentemente, para decidir se um procedimento linguístico tem função atenuadora, temos que acudir às variáveis situacionais que aportam valiosa informação das circunstâncias sociais e comunicativas que favorecem seu emprego (ALBELDA et al., 2014, p. 36). Na descrição do contexto geral, elencam-se os aspectos relacionados à temática da interação – a idade, sexo, nível de instrução, relação vivencial (amigos, colegas de trabalho + conhecidos, etc.) – e a relação social e funcional entre interlocutores. Quanto ao contexto específico da interação, refere ao momento ou aos momentos pontuais de fala em uma interação que afetam, favorecem ou determinam os usos e estratégias linguísticas. Essa noção de contexto dinamiza, portanto, o conceito mais geral de situação de comunicação e explica a atividade linguística em um contexto preciso. Desse modo, faz-se necessário, para o reconhecimento e explicação da atividade atenuadora, identificar “o que desencadeia ou causa” a atenuação (pode ser um ato anterior -ou algo dentro deste- ou outra intervenção, ou o contexto explícito ou implícito).

Quanto às possíveis funções pragmáticas da atenuação, Albelda et al. (2014) apontam que podem servir para três fins: 1. **Zelar** por si próprio, autoprotegendo-se pelo expresso ou pelo feito (salv guarda do eu, autoproteção com imagem) com o intuito de ganhar ou não perder imagem. (Autoprotoger-se); 2. **Prevenir** uma possível ameaça à imagem do outro ou um possível obstáculo para alcançar uma meta (salv guarda do eu-tu); e 3. **Reparar** uma ameaça à imagem do outro ou uma intromissão no território do outro (salv guarda do eu-tu).

Como apontam Albelda et al., após efetuar o reconhecimento da função que cumpre uma forma ou expressão linguística, é conveniente especificar o tipo de procedimento empregado na atenuação. Trata-se das denominadas táticas ou procedimentos de atenuação, que podem consistir em recursos verbais (ou não verbais) na utilização de determinadas formas linguísticas. Podem ser tanto morfológicas ou lexicais (quantificadores, sufixos diminutivos, locuções, etc.) quanto sintáticas (construções complexas, complementos ou atos de fala que servem à atenuação) (ALBELDA et al., 2014, p. 20). Com a finalidade de facilitar a leitura deste artigo, apontaremos os procedimentos de atenuação empregados em nossa pesquisa intercultural⁵ junto aos exemplos.

2 Apresentação do *corpora* e análise

A pesquisa que embasa este artigo descreve e analisa as relações de comparação entre os procedimentos linguísticos empregados para atenuar enunciados *non corteses* (HAVERKATE, 1994) de estudantes universitários das cidades de Córdoba (Argentina) e São Paulo (Brasil), usando o método analítico comparativo com análises qualitativas e quantitativas. Para facilitar as comparações, dadas as características

⁵ Para consulta da totalidade das táticas de atenuação e de outros aspectos não contemplados neste artigo, remetemos à revista ONOMÁZEIN. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=134530174016>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

de nossos *corpora*, realizamos adaptações da metodologia proposta pelo projeto ES.POR.ATENUAÇÃO. Dentre as modificações, talvez a mais importante seja a substituição da ficha de análise do projeto por agrupamentos dos enunciados com fins comparativos, segundo o critério do emprego das táticas de atenuação sistematizadas pelo projeto, com o objetivo de contrastar as semelhanças e diferenças de uso. Assim, conseguimos aprimorar a análise quantitativa com o intuito de estabelecer relações entre o maior ou o menor número de táticas para mitigar usadas pelos informantes de ambas as cidades. A análise qualitativa, por sua vez, auxiliou na categorização dos procedimentos atenuadores (interpretação de cada uma das estratégias: classificação, tipo, motivação, etc.) e permitiu precisar relações entre tais estratégias e as atividades de imagem, à luz dos conceitos de comunidades de fala de proximidade e distanciamento.

Participaram da pesquisa, 30 alunos universitários da cidade de São Paulo, (da FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas – dos cursos de Letras e de Artes) e 60 alunos universitários do Professorado da Faculdade de Letras da Universidade Nacional de Córdoba. Para a obtenção dos *corpora*, resumidamente, foram elaborados dois questionários iguais, em português e espanhol, para serem preenchidos por 30 alunos de cada faculdade, mediante a técnica elaborada pelo EDICE chamada “testes de hábitos sociais”. Também realizamos um terceiro questionário de interpretação, só para 30 alunos de Córdoba.

O primeiro passo foi solicitar aos 30 alunos universitários de São Paulo que formulassem enunciados conforme as situações cotidianas do trabalho e da faculdade apresentadas no questionário. Posicionados imaginariamente em cada um desses ambientes, teriam que responder a subordinados imediatos (questão 1: como um líder de grupo de estudo; e questão 5: como um chefe), a colegas, em plano de igualdade (questões 2 e 5), e a superiores imediatos (questão 3: dirigir-se ao professor; e questão 6: ao chefe). Dessa forma, seriam compreendidas as três variáveis situacionais referentes aos papéis funcionais e sociais dos interlocutores, que correspondem à variável “poder relativo” na teoria de Brown e Levinson (apud ESCANDELL, 2006, p. 154), em cada um dos ambientes descritos. O questionário continha as seguintes situações:

- (1) Você está no comando de uma equipe de estudo que tem que preparar um seminário, mas um/a dos/das integrantes não está fazendo a parte dele. Que diz para ele? Quais palavras utilizaria exatamente?
- (2) Você emprestou dinheiro a um/uma colega já faz um tempo e ele não devolve. Agora você quer que ele (ou ela) o devolva. Que diz a ele/ela? Quais palavras utilizaria exatamente?
- (3) Um/a ex-professor/a quer emprestado um livro seu. Você não quer emprestar porque ganhou de alguém muito especial. Que diz para ele/ela? Quais palavras utilizaria exatamente?
- (4) Você é o chefe de departamento e tem que comunicar a um empregado o seguinte: O relatório mensal está mal feito, tem que refazê-lo. Quais palavras utilizaria exatamente?
- (5) Um colega de trabalho com o qual tem muita afinidade o convida para o seu casamento, e você não irá porque não é o seu desejo. Que diz a ele? Quais palavras utilizaria exatamente?
- (6) Seu chefe, sabedor de que você não tem compromisso para o próximo feriado, pretende que você trabalhe no plantão, mas você sabe que este pedido não procede porque já trabalhou nos últimos feriados. Que diz a ele? Quais palavras utilizaria exatamente?

Igualmente, solicitamos a 30 alunos universitários de Córdoba que preenchessem um questionário igual ao dos alunos brasileiros para, assim, poder comparar as formas de emissão dos enunciados em cada

uma das comunidades de fala a respeito do maior ou menor grau de atenuação e as estratégias empregadas em cada uma delas.

Com os enunciados obtidos nos 30 questionários dos alunos paulistanos, foram elaborados outros 30 novos questionários, a serem respondidos pelos estudantes universitários de Córdoba, na Argentina, com o fim de que estes os interpretassem e mensurassem sua força ilocucionária, ou seja, “em que sentido deve interpretar-se a proposição” (ESCANDELL, 2006, p. 65) de acordo com a informação pragmática fornecida pelo contexto sociocultural da comunidade cordobesa. Dessa forma, conseguimos medir o maior ou menor distanciamento entre o que foi solicitado comunicar aos alunos de São Paulo e o que efetivamente entenderam os cordobeses.

Nos 30 formulários interpretativos, com as diferentes respostas de cada um dos alunos paulistanos, foram disponibilizadas 4 alternativas de apreciação para cada enunciado em particular, numa escala de maior a menor imposição ou assertividade, segundo o caso, do conteúdo proposicional (ESCANDELL, 2006, p. 67) dos mesmos.

Como forma de nos auxiliar na análise interpretativa dos enunciados, os informantes também foram solicitados a responder a seguinte pergunta de caráter geral relacionada com a cortesia e a atenuação:

Quadro 1. Pergunta realizada no questionário sobre relação entre cortesia e atenuação.

9) Ser compreendido claramente e ser cordial seria o ideal, mas, às vezes, em situações delicadas, nem sempre isso ocorre. Leia as alternativas e escolha só uma.

É melhor ser cordial mesmo correndo o risco de não ser compreendido/a claramente.

É melhor ser compreendido/a claramente mesmo correndo o risco de ser rude.

Fonte: Elaboração própria

Para ilustrarmos o trabalho realizado na pesquisa, descreveremos a questão de número 5, que trata de atos de fala *não corteses* no ambiente de trabalho. Neste ponto foi solicitado aos informantes que, colocados na posição de um chefe de departamento, realizassem um ato de fala diretivo em benefício do falante (ou de terceiros), que consistia em solicitar que refizessem um relatório porque estava mal feito.

Quadro 2. Pergunta realizada no questionário sobre atos de fala no ambiente de trabalho.

5) Você é o chefe de departamento e tem que comunicar a um empregado o seguinte:
O relatório mensal está mal feito, tem que refazê-lo.
 Quais palavras utilizaria exatamente?

Fonte: Elaboração própria

Os enunciados estão enquadrados no contexto das relações de trabalho. A relação vivencial entre os interactantes, segundo as alternativas propostas pelo grupo ES.POR.ATENUAÇÃO, é de colegas de trabalho + conhecidos, existindo entre eles uma relação hierárquica na qual o falante tem uma posição ou *status* superior ao ouvinte [F+O].

Quanto ao contexto específico, o que pode motivar o emprego de atenuação, está constituído pela ameaça à imagem do interlocutor tanto pelo pedido, refazer, quanto pelo motivo, estava mal feito. Desta forma, o que deveria ser atenuado é a força da exortação, para minimizar a invasão do território, como a

causa do solicitado, já que contraria as expectativas de ter o trabalho reconhecido. Por sua vez, a imagem do falante também pode estar ameaçada ao se apresentar como alguém autoritário. Por esse motivo, as estratégias de atenuação tiveram como finalidade salvaguardar as imagens dos falantes (salvuarda eu-tu) ao prevenir, principalmente, conflitos por usurpação de territórios ou direitos do outro.

2.1 Análise comparativa dos procedimentos linguísticos utilizados para atenuar

A estratégia mais utilizada nos dois *corpora* para mitigar foi o emprego de *eufemismos* e *modificadores externos aproximativos*, como veremos em seguida.

2.1.1 Termos ou expressões mais suaves no conteúdo significativo: eufemismos.

Nos *corpora*, encontramos os seguintes procedimentos linguísticos para atenuar o núcleo do enunciado (expresso pelos verbos performáticos *rehacer / refazer* e suas variantes), que debilitam o significado e minimizam a intenção (ALBELDA et al., 2014):

Quadro 3. Emprego de eufemismos.

Córdoba: 4 casos	São Paulo: 5 casos
(Ar_5f_9) [...] que lo reveas y corrijas ...	(Br_5f_1) [...] gostaria que você passasse a limpo...
(Ar_5f_12) [...] Si lo podés corregir por favor.	(Br_5f_8) [...] vamos tentar melhorar cada dia mais no relatório...
(Ar_5f_15) [...] Revisalo.	(Br_5f_12) [...] Teria como você arrumá-lo, por favor?
(Ar_5f_19) [...] fijate si podés corregirlo.	(Br_5m_5) [...] precisamos modificar o relatório...
	(Br_5m_14) [...] Poderia fazer do jeito... para tornar mais fácil?

Fonte: Elaboração Própria

Embora o número de ocorrência de eufemismos seja quase o mesmo (4 e 5 em cada um dos *corpus*), podemos apreciar que as cinco formas usadas pelos estudantes de São Paulo, **passar a limpo; melhorar; arrumar; modificar e fazer do jeito... para tornar mais fácil**, são bem mais “suaves” do que as que empregaram seus pares cordobeses, que se limitaram a trocar **rehacer** por **revisar** e **corregir** (em três ocasiões)⁶. Certamente, embora se trate da mesma estratégia de atenuação, os resultados não são os mesmos, já que, ao escolher termos mais “comedidos”, os enunciados dos universitários paulistanos são bem mais atenuados (variação paradigmática).

⁶ Principalmente se pensarmos que, como indica o dicionário on line da RAE, *corregir* em espanhol na sua primeira e terceira acepções remete a *errado*. Disponível em: <http://dle.rae.es/?id=AxggueO>. Acesso em: 10 jul. 2015.

2.1.2 Modificadores externos: quantificadores minimizadores, aproximativos ou difusores significativos proposicionais ou extraproposicionais

Apontaremos aqui os casos onde a estratégia de atenuação não recai no núcleo ilocucionário do ato de fala senão na causa que o justifica.

Quadro 4. Modificadores externos em Córdoba: 2 casos.

(Ar_5f_6) <i>Mirá, está un poco incompleto y confuso ¿lo podés volver a hacer? Corregile las cosas que te marqué, por favor, así queda bien.</i>
(Ar_5f_13) <i>Necesitaría que revise el informe mensual que presentó el otro día porque tiene algunos errores. Va a tener que rehacerlo.</i>
(Ar_5m_8) <i>Mirá Fulano (en) este informe hubo un pequeño error, lo podrías hacer de nuevo. Gracias.</i>
(Ar_5m_10) <i>Debés rehacer el informe ya (que) tiene algunos errores que debés revisar.</i>

Fonte: Elaboração própria

Quadro 5. Modificadores externos em São Paulo: 5 casos.

(Br_5f_6) <i>Bom necessito que você refaça o relatório, pois algumas coisas estão erradas.</i>
(Br_5f_9) <i>Olha, acho que falta coisa nesse relatório. Você poderia fazê-lo de novo?</i>
(Br_5f_14) <i>Oi, sabe aquele relatório mensal que você fez... vai ter que refazer pois tem algumas coisas que não estão boas.</i>
(Br_5m_3) <i>Por favor poderia refazer o relatório. Algunas partes precisam ser corrigidas.</i>
(Br_5m_13) <i>Podemos conversar? O último relatório está com alguns erros e é necessário refazê-lo.</i>

Fonte: Elaboração própria

Ainda que estes modificadores não alterem o ato ilocucionário, atuam sobre o relatório mal elaborado (*algunos errores, algunas cosas*, etc.) podendo diminuir o *quantum* do dever de refazer.

2.1.3 Eufemismos + Modificadores externos: quantificadores minimizadores, aproximativos ou difusores significativos proposicionais ou extraproposicionais

Uma característica encontrada na atenuação dos pedidos foi a combinação de duas táticas para mitigar a força ilocucionária: o emprego de eufemismos no verbo performativo e a limitação do que está sendo solicitado. Assim, por exemplo, *rehacerlo / refazê-lo*, que trazem em si a ideia de totalidade, tornam-se em alguns enunciados (Ar_5f_1) [...] *podés cambiarlo* (eufemismo) *un poco* (modificador externo minimizador), e (Br_5f_2) *algunos pontos* (modificador externo minimizador) [...] *poderiam ser reescritos* (eufemismo).

Quadro 6. Emprego de eufemismos em Córdoba: 4 casos.

(Ar_5f_1) <i>Disculpame, el informe que me entregaste no es el más adecuado según las reglas de la empresa. Fijate si podés cambiarlo (eufemismo) un poco (modificador externo minimizador) siguiendo las siguientes pautas.</i>
(Ar_5f_3) <i>El informe que me enviaste hay que revisarlo (eufemismo) porque no está del todo bien (modificador externo aproximativo). Si tenés un tiempo podés venir a mi oficina así lo revisamos.</i>
(Ar_5f_8) <i>Disculpame Fulano pero voy a tener que pedirte que reveas (eufemismo) un poquito (modificador externo minimizador + modificador morfológico interno: diminutivo) el informe. Me parece que tiene algunas cosas (modificador externo minimizador) que están mal y necesito que las corrijas.</i>
(Ar_5m_5) <i>Disculpe, me parece que hay algunos asuntos (modificador externo minimizador) que necesitan revisión (eufemismo) en tu informe.</i>

Fonte: Elaboração própria

Quadro 7. Emprego de eufemismos em São Paulo: 4 casos.

(Br_5f_2) <i>Anotei alguns pontos (modificador externo minimizador) no seu relatório que poderiam ser reescritos (eufemismo). Vou te mostrar e explico o porquê.</i>
(Br_5f_5) <i>Identifiquei alguns pontos (modificador externo minimizador) que precisam ser melhorados/modificados (eufemismo) para ficar mais claro.</i>
(Br_5f_11) <i>Tem alguns pontos (modificador externo minimizador) neste relatório que você poderia revisar (eufemismo). Eu anotei algumas coisas, dê uma olhada e depois me diga o que achou.</i>
(Br_5m_7) <i>Você precisa prestar mais atenção ao fazer o relatório portanto passe a limpo (eufemismo) e considere alguns pontos (modificador externo minimizador) que passaram despercebidamente.</i>

Fonte: Elaboração própria

Um primeiro dado que podemos ver é o emprego do futuro de pretérito no *corpus* de São Paulo, em 3 dos 5 enunciados: (Br_5f_2) **poderiam ser reescritos**; (Br_5f_11) **que você poderia revisar**; e (Br_5m_9) **que receio que precisariam ser reescritos**. O emprego deste tempo verbal se dá, precisamente, junto com os verbos performativos mais “diretos”, como *reescrever* (2 oportunidades) e *revisar*. Isto não acontece quando os alunos paulistanos empregam verbos mais “leves”, como em (Br_5f_5) **precisam ser melhorados/modificados**. Neste caso preferiram uma estrutura generalizadora como a voz passiva, mas com verbo em presente de indicativo.

Nos *corpora* em espanhol também há fórmulas generalizadoras da obrigação, como em (Ar_5f_3) **hay que revisarlo**, ou com verbos em terceira pessoa do plural, como em (Ar_5m_5) [asuntos] **que necesitan revisión**, contudo, não há emprego do futuro de pretérito. Essa diferença no emprego do futuro do pretérito é uma tendência em todo o *corpus* brasileiro.

2.1.4 Usos modalizadores dos tempos verbais: Usos modais do tempo verbal futuro do pretérito por presente ou imperativo

Quadro 8. Modalizadores dos tempos verbais em Córdoba: 8 casos.

(Ar_5f_2) <i>Mirá, el informe mensual que hiciste tiene muchos errores. Me di cuenta a medida que lo leía. Te pediría si por favor podrías revisar los datos y hacer de nuevo el informe, así es un fiel reflejo de la realidad.</i>
(Ar_5f_9) <i>El trabajo es interesante pero me gustaría que lo reveas y corrijas los errores que tiene.</i>
(Ar_5f_11) <i>El informe tiene muchos errores ¿podrías rehacerlo por favor?</i>
(Ar_5f_13) <i>Necesitaría que revise el informe mensual que presentó el otro día porque tiene algunos errores. Va a tener que rehacerlo.</i>
(Ar_5f_18) <i>Pedrito, ¿tendrás unos minutos para que revisemos en informe? Creo que tendríamos que rehacerlo...</i>
(Ar_5m_4) <i>Me parece que hay que revisar en informe de este mes ¿podrías rehacerlo?</i>
(Ar_5m_6) <i>Juan, lo que te pedí no me convence ¿podrías volver a hacerlo?</i>
(Ar_5m_8) <i>Mirá Fulano (en) este informe hubo un pequeño error, lo podrías hacer de nuevo. Gracias.</i>

Fonte: Elaboração própria

Quadro 9. Modalizadores dos tempos verbais em São Paulo: 12 casos.

(Br_5f_1) <i>Por favor, gostaria que você passasse a limpo o seu relatório pois precisa estar caprichado.</i>
(Br_5f_2) <i>Anotei alguns pontos no seu relatório que poderiam ser reescritos. Vou te mostrar e explico o porquê.</i>
(Br_5f_4) <i>Você teria condições de refazer este relatório? Acredito que seja capaz de algo melhor.</i>
(Br_5f_7) <i>Analisei seu relatório e encontrei algumas objeções. Gostaria que você melhorasse seu discurso de uma forma mais clara. Você pode por favor refazer. Muito obrigada.</i>
(Br_5f_11) <i>Tem alguns pontos neste relatório que você poderia revisar. Eu anotei algumas coisas, dê uma olhada e depois me diga o que achou.</i>
(Br_5f_12) <i>Esse relatório não está bem escrito. Teria como você arrumá-lo, por favor? É importante.</i>
(Br_5f_13) <i>Você poderia refazer o relatório mensal? Há erros que não podem ser vistos pelo gerente.</i>
(Br_5m_3) <i>Por favor poderia refazer o relatório. Algumas partes precisam ser corrigidas.</i>
(Br_5m_8) <i>Gostaria que você refizesse o relatório.</i>
(Br_5m_9) <i>Fulano, encontrei alguns trechos no relatório que receio que precisariam ser reescritos. Você poderia dar uma olhada, por favor?</i>
(Br_5m_11) <i>O relatório está mal feito, você poderia fazer, por favor?</i>
(Br_5m_14) <i>Gostaria de obter mais detalhes sobre o seu relatório. Poderia fazer do jeito... para tornar mais fácil?</i>

Fonte: Elaboração própria

Outro ponto que se destaca é o emprego, quase ritualizado por parte dos informantes de Córdoba, desse tempo verbal com o verbo performativo *refazer* (e suas variantes com igual valor semântico) em sete dos oito enunciados. Só em um enunciado (Ar_5f_9) aparece esse tempo verbal com os verbos *rever* e

corregir, cuja força ilocucionária não dista muito de *refazer*. Quanto a essa questão, no *corpus* dos alunos brasileiros, o emprego desse tempo verbal mais o verbo *refazer* (e equivalentes) aparece só na metade dos enunciados descritos.

Tudo isto contribui, certamente, à constatação de enunciados mais atenuados, por parte dos brasileiros, e mais diretos, por parte dos argentinos.

2.1.5 Uso de formas de tratamento e fórmulas apelativas

Conforme Albelda et al. (2014), as formas de tratamento e apelativas podem ser usadas para minimizar o expressado porque mostram aproximação com o ouvinte e podem servir para procurar o acordo ou o consenso ou a minimização do desacordo, como acontece nos casos abaixo:

Quadro 10. Emprego de formas de tratamento e fórmulas apelativas.

Córdoba: 12 casos	São Paulo: 9 casos
(Ar_5f_2) <i>Mirá, el informe...</i>	(Br_5f_6) <i>Bom necessito que...</i>
(Ar_5f_4) <i>Mirá, el trabajo...</i>	(Br_5f_8) <i>Gente, vamos tentar...</i>
(Ar_5f_5) <i>Mirá, vos sabes que...</i>	(Br_5f_9) <i>Olha, acho que...</i>
(Ar_5f_6) <i>Mirá, está un poco...</i>	(Br_5f_14) <i>Oi, sabe aquele relatório...</i>
(Ar_5f_12) <i>Mirá, me parece que...</i>	(Br_5m_1) <i>Olha, não sei se há problemas...</i>
(Ar_5f_15) <i>Mirá el informe...</i>	(Br_5m_5) <i>Olha, entendo que...</i>
(Ar_5f_18) <i>Pedrito, ¿tendrás unos...</i>	(Br_5m_9) <i>Fulano, encontré...</i>
(Ar_5f_19) <i>Che, disculpame pero...</i>	(Br_5m_10) <i>João, meu querido, o relatório...</i>
(Ar_5f_20) <i>María, vení... creo que...</i>	(Br_5m_12) <i>Fulano, infelizmente...</i>
(Ar_5m_3) <i>Escúcheme, su informe...</i>	
(Ar_5m_6) <i>Juan, lo que te pedí...</i>	
(Ar_5m_8) <i>Mirá Fulano (en) este informe...</i>	

Fonte: Elaboração própria

As fórmulas apelativas *Mirá* (7 ocorrências), *Escúcheme* (1 ocorrência) e *Olha* (3 ocorrências) antecipam e colocam de forma objetiva que, na sequência do enunciado, haverá possíveis desacordos não desejados pelo falante. Inclusive essas fórmulas apelativas aparecem em vários casos combinadas com outras estratégias como formas de limitação do opinião própria, como em (Ar_5f_12) *Mirá, me parece que...* (Br_5f_9) *Olha, acho que...* (Br_5m_5) *Olha, entendo que...* e (Br_5m_1) *Olha, não sei se há problemas...*; e expressão de pesar, como em (Br_5m_12) *Fulano, infelizmente...*

Percebemos, pela análise dos elementos dessa questão, que ambas as comunidades de fala empregam estratégias de atenuação em larga escala. Todavia, os informantes de São Paulo fazem uso desses recursos em número maior e, por vezes, qualitativamente mais acentuado (variações sintagmáticas e paradigmáticas),

como acontece nos casos do emprego das fórmulas eufemísticas (emprego de formas mais “brandas” do que as dos cordobeses) e do uso do futuro do pretérito; conseguem, assim, um grau maior de atenuação que seus pares de Córdoba. Dessa forma, é lícito concluir que, de acordo com os conceitos de sociedades de aproximação ou distanciamento (BRIZ, 2014, p.89), os universitários paulistanos estão mais perto desta última do que os cordobeses, uma vez que, como aponta Albelda (2008), precisam atenuar os enunciados para vencer a distância que os separa do outro.

2.2 Interpretação dos enunciados da questão 5 feita pelos alunos de Córdoba

Nessa questão, novamente o contexto, segundo explica Kerbrat-Orecchioni (2005), influencia diretamente no entendimento do ato ilocucionário. No ambiente de trabalho e na situação de ter apresentado um relatório ao chefe, toda manifestação dele que se refira ao informe que não seja uma parabenização, usualmente se interpreta como um pedido de reformulação. Tendo isso em conta, foi apresentada aos cordobeses a seguinte escala interpretativa do *quanto* eles entendiam que deveriam modificar do texto apresentado:

Quadro 11. Pergunta realizada no questionário.

4) El jefe de departamento de la empresa en la que trabajás habla contigo acerca del informe mensual que hiciste y te dice lo siguiente:
(Enunciado do aluno de São Paulo. Por exemplo: “O relatório está mal feito, você poderia fazer, por favor?”)

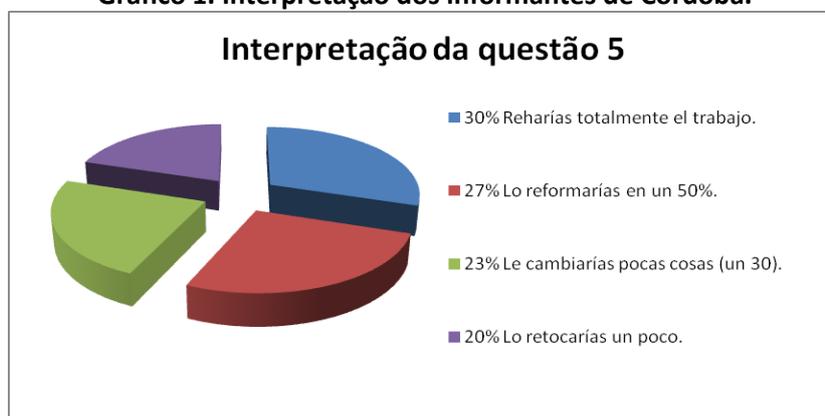
De acuerdo con lo que se te solicita:

- Reharías totalmente el trabajo.
- Lo reformarías en un 50%.
- Le cambiarías pocas cosas (un 30%).
- Lo retocarías un poco.

Fonte: Elaboração própria

Sobre um total de 30 enunciados, 9 informantes de Córdoba os interpretaram como um pedido de refazer *totalmente* o trabalho; 8 entenderam que deviam refazer *50%* dele; 7 interpretaram que tinham que modificar *poucas coisas* e, para os restantes 6, o pedido significava *retocar um pouco* o relatório, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 1. Interpretação dos informantes de Córdoba.



Fonte: Elaboração própria

É oportuno lembrar que, nas instruções originais dos questionários, se solicitava aos universitários paulistanos e cordobeses que expressassem, quanto ao relatório, o pedido de **refazê-lo /rehacerlo**. *Mutantis mutandi*, entende-se que o ato ilocucionário que deviam transmitir era refazer o trabalho totalmente ou numa proporção importante. Pelo que observamos no gráfico, apenas 57% dos informantes de Córdoba conseguiram ter este entendimento, enquanto um alto percentual deles (43%) consideraram as exortações nas mínimas possibilidades. Mais ainda, se consideramos que a diferença entre os que interpretaram o pedido como *refazer em 100%* e os que *só o retocariam um pouco* é de somente 50% (9 ocorrências no primeiro dos extremos da gradação e 6 no outro), concluímos que é possível que existam problemas de intercompreensão entre paulistanos e cordobeses, em virtude do alto número de aproximativos e o emprego de eufemismos nos enunciados realizados pelos primeiros.

Outro ponto a destacar, comum a todas as questões, ainda que não se percebam diferenças substanciais quanto ao número e tipo de estratégias atenuadoras, é a ocorrência, na formulação dos enunciados dos cordobeses, de muitas marcas de coloquialidade em comparação com os paulistanos, tais como: (Ar_6m_20) *No me digas! No te da asco! [...] Me quiero matar;* (Ar_6m_5), etc. Por outro lado, apontamos marcas de formalidade no *corpus* dos paulistanos, como a escolha do verbo *comparecer* em lugar de *ir/assistir*, mais naturais entre amigos/as, em 4 oportunidades.

Considerações finais

O objetivo do estudo intercultural realizado foi comparar os aspectos pragmáticos, em especial o emprego de procedimentos linguísticos de atenuação, na produção de atos de fala não cortesias, atos diretivos e respostas não preferidas, por estudantes universitários das cidades de São Paulo (Brasil) e Córdoba (Argentina). Também analisamos as possíveis diferenças nas interpretações que realizaram os estudantes da cidade argentina dos enunciados formulados pelos paulistanos.

Destacamos a importância da abordagem pragmática, tanto na produção de enunciados como na interpretação, uma vez que os possíveis problemas na compreensão intra e intercultural não se reduzem só a questões sintático-semânticas. Como já explicava Goffman (2011, p. 21), se uma pessoa quiser “empregar seu repertório de práticas [...] obviamente ela deve, em primeiro lugar, ter consciência das interpretações” que os outros podem ter colocado sobre os seus atos, e as “interpretações que ela talvez deva colocar sobre os deles”. Todavia, para isso, deve-se ter conhecimento dos implícitos culturais da comunidade no qual se desenvolvem já que, conforme diz Charaudeau (2012, p. 18), todos os intercâmbios de linguagem, desde a situação conversacional mais informal “até os intercâmbios delimitados institucionalmente [...] estão socialmente delimitados”. Por esse motivo, tanto a emissão quanto a compressão de um enunciado estão atravessadas pelas pautas culturais dos interactantes, pela sua forma de ver e entender o mundo.

Embora neste artigo não tenha sido possível tratar de todas as questões da pesquisa, foi possível apontar, como característica comum a todas elas, o fato de que os enunciados, comparativamente, podem variar tanto no número de estratégias de atenuação (variação sintagmática), como ter diferenças significativas no emprego de formas mais atenuadoras (variação paradigmática). E, até quando empregados os mesmos procedimentos linguísticos atenuadores, por exemplo, o uso de eufemismos, ou a indiretividade, os falantes paulistanos conseguem efeitos mais mitigadores do que os cordobeses.

Os resultados desta investigação também apontam regularidades significativas que nos permitem afirmar que, sob a ótica do continuum em cujos extremos estão as sociedades de proximidade e de distanciamento, podemos explicar o comportamento dos cordobeses como próprio das primeiras, pelo maior relaxamento linguístico decorrente do menor emprego de atenuação e do estilo mais coloquial e direto de seus enunciados. Para reforçar tal conclusão, achamos oportuno lembrar que o maior ou menor número de atenuadores empregados e seu diverso grau de mitigação numa situação comunicativa refletirá a relação de mais proximidade ou distância, de mais igualdade ou desigualdade social e funcional entre os interlocutores (ALBELDA, 2008, p. 99).

Por sua vez, o maior emprego de atenuação e a maior formalidade e indiretividade de seus enunciados fazem com que os paulistanos se coloquem mais perto das sociedades de distanciamento em relação aos cordobeses.

Quanto à interpretação das exortações dos paulistanos realizadas pelos cordobeses, percebemos problemas de entendimento, não só no sentido do ato de fala, muitas vezes determinado pelo contexto, mas também no *quantum* do que foi solicitado. Assim, na questão 5, frente ao enunciado solicitando refazer o relatório, 23% dos cordobeses entendeu que devia *modificar poucas coisas* e 20% só *retocá-lo*, mostrando que os procedimentos de atenuação interferiram na compreensão. O mesmo fenômeno de incompreensão ocorreu na questão 1, na qual o pedido de fazer a parte dele no trabalho acadêmico foi interpretado como um pedido de colaboração em 38% dos casos e 15% entendeu que se tratava de um simples chamado de atenção.

Esse fenômeno não se limitou aos casos de enunciados exortativos, igualmente houve dificuldades para entender os atos assertivos de rejeição a pedidos (respostas não preferidas). Na questão 3, negativa a emprestar um livro a um professor, 39% dos alunos de Córdoba interpretou que os enunciados significavam um *sim empresta* (7%) ou *talvez empreste* (32%). E, na questão 7, novamente percebemos dificuldades na interpretação, uma vez que a negativa a trabalhar no feriado foi compreendida como *vai trabalhar* ou *talvez vá trabalhar* em 35% das oportunidades. Pode-se verificar certa tendência a considerar os atos de fala que expressam negação como comissivos, ou seja, tomar um *não vou fazer* por um *faço sim* ou *talvez faça*, devido à combinação de maior emprego de procedimentos atenuadores e ao maior grau atenuador dos procedimentos empregados.

Tais problemas na intercompreensão entre os informantes das duas comunidades de fala podem ser explicados, em princípio, à luz das respostas à questão 9. Dessa forma, questionados quanto à escolha entre clareza e cortesia, 79% dos cordobeses se inclinou pela primeira das opções, enquanto 67% dos paulistanos optou pela segunda. Se, como observamos quando analisamos comparativamente os enunciados, os cordobeses são mais diretos em sua formulação, é lógico deduzir que também o serão quando postos a interpretá-los. Tem-se, assim, uma questão que envolve, por um lado, a formulação mais cortês e menos clara por parte dos paulistanos e, por outro, a interpretação mais clara dos cordobeses, talvez desconsiderando questões de atenuação pragmática que não são próprias da sua cultura.

Para finalizar, acreditamos que os resultados desta pesquisa salientam a importância dos estudos interculturais porque contribuem para o melhor entendimento linguístico tanto da cultura própria como a cultura do outro porque, como aponta Charaudeau (2012, p. 30), cada povo está imerso em seus usos e tem a tendência a crer que tais usos são universais. Aproveitamos aqui para ressaltar que os estudos pragmáticos interculturais têm por finalidade facilitar a compreensão para melhorar a comunicação, e não estabelecer comparações de superioridade ou inferioridade entre as culturas, nem reforçar estereótipos.

Referências

ALBELDA, Marta. Discordancia entre atenuación/cortesía e intensificación/descortesía en conversaciones coloquiales. In: BLAS, J. L.; CASANOVA, M. (Orgs.). **Discurso y sociedad**: contribuciones al estudio de la lengua en contexto social. Servicio de publicaciones de la Universidad de Castellón, 2005. p. 581-590.

ALBELDA, Marta; BRIZ, Antonio. Atenuantes en Chile y en España: distancia o acercamiento. In: BRIZ, Antonio, HIDALGO, Alberto; ALBELDA, Marta (eds.) **Cortesía y conversación**: de lo escrito a lo oral. III Coloquio Internacional del Programa EDICE. Valencia-Estocolmo: EDICE, 2008.

ALBELDA, Marta; BRIZ, Antonio. Aspectos pragmáticos. Cortesía y atenuantes verbales en las dos orillas a través de muestras orales. In: ALEZA IZQUIERDO, Milagros; ENGUITA UTRILLA, José Maria (Coords.). **La lengua española en América**: normas y usos actuales. Valencia: Universitat de València, 2010. Disponível em: <https://www.uv.es/aleza/esp.am.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2016.

ALBELDA, Marta; BRIZ, Antonio; CESTERO, Ana; KOTWICA, Dorota; VILLALBA, Cristina. **Ficha metodológica para el análisis pragmático de la atenuación en corpus discursivos del español**. ES.POR.ATENUACIÓN. *Oralia*, 17, 2014, p. 7-62.

BRIZ, Antonio. Cortesía verbal codificada y cortesía verbal interpretada en la conversación. In: BRAVO, Diana; BRIZ, Antonio (Eds.). **Pragmática sociocultural**: estudios sobre el discurso de cortesía en español. Barcelona: Ariel, 2004.

BRIZ, Antonio. Para un análisis semántico, pragmático y sociopragmático de la cortesía atenuadora en España y América. **LEA**, 29/1, p. 5-40, 2007.

BRIZ, Antonio. La cortesía al hablar español. **Congreso Mundial de profesores de español**, de 21 a 23 de novembro de 2011. São Paulo: COMPROFES, 2011. Disponível em: <http://comprofes.es/videocomunicaciones/clausura-%C2%ABla-cortes%C3%ADa-al-hablar-esp%C3%B1ol%C2%BB-y-conclusiones-del-comprofes>. Acesso em: 13 jul. 2013.

BRIZ, Antonio. Atenuadores: estratégias e táticas. Versão: Luiz Antônio da Silva, Adriana Marcelle de Andrade, Ramiro Carlos Humberto Caggiano Blanco. **Revista Linha D'Água**, n. 26, p. 281-314, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/viewFile/64415/71564>. Acesso em: 12 dez. 2014.

BRIZ, Antonio. La atenuación lingüística. Esbozo de una propuesta teórico-metodológica para su análisis. In: SEARA, Isabel Roboredo. **Cortesía: olhares e (re) invenções**. Lisboa: Chiado, 2014. p. 83-172.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen. **Politeness: some universals in language use**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987[1978].

CHARAUDEAU, Patrick. Problemas teóricos y metodológicos en los estudios de la oralidad aplicados a la cortesía: aspectos lingüísticos, pragmáticos y discursivos. Trad. Julio Escamilla. In: MORALES, Escorcia; VEGA, Henry (Orgs.). **Miradas multidisciplinares a los fenómenos de cortesía y descortesía en el mundo hispánico**. Barranquilla-Estocolmo: EDICE, 2012.

ESCANDELL, María Vidal. **Competencia comunicativa, arquitectura cognitiva y disciplinas lingüísticas**. 2004. Disponível em: <http://www.uned.es/dpto-leng-esp-y-ling-gral/Escandell/papers/Competencia,%20arquitectura%20y%20disciplinas.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2011.

ESCANDELL, María Vidal. **Introducción a la pragmática**. Barcelona: Ariel, 2006.

GOFFMAN, Ervin. **Ritual da interação**. Trad. Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HAVERKATE, Henk. **La cortesía verbal**. Madrid: Gredos, 1994.

HAVERKATE, Henk. El análisis de la cortesía comunicativa: categorización pragmalinguística de la cultura española. In: BRAVO, Diana; BRIZ, Antonio. (Eds.). **Pragmática sociocultural: estudios sobre el discurso de cortesía en español**. Barcelona: Ariel, 2004. p. 55-65.

HAVERKATE, Henk. **Os atos de linguagem no discurso: teoria e funcionamento**. Niteroi: EdUFF, 2005.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Polidez e impolidez nos debates políticos televisivos: o caso dos debates entre dois turnos dos presidentes franceses. In: SEARA, Isabel Roboredo (Org.). **Cortesía: olhares e (re)invenções**. Trad. Ana Lúcia Tinoco Cabral. Lisboa: Chiado, 2014. p. 47-82.

LEVINSON, Stephen. **Pragmática**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Como citar este capítulo:

CAGGIANO BLANCO, Ramiro Carlos Humberto. Atenuação pragmática e mudança semântica: um estudo intercultural entre paulistanos e cordobeses. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PEDRO, Adriana Moreira; OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de; SILVA, Alexandra Marques; SOUZA, Douglas Rabelo; BRITTO-COSTA, Letícia Fernandes de; KOBAYASHI, Sergio Mikio. **Discurso e identidade: múltiplos enfoques**. São Paulo: FFLCH, 2018, p. 48-64. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/9788575063361>

Processos de identificação cultural e de gênero no filme *Boi Neon*¹

Rodrigo S. Fontanini de CARVALHO²

Resumo: Este estudo interdisciplinar em Linguagens, Mídia e Arte baseia-se em uma análise interpretativa sobre o discurso marcado no filme *Boi Neon* (Brasil, 2016), de Gabriel Mascaro, centralizando a figura do protagonista em diálogo com autores de diversas áreas do conhecimento a respeito de questões implicadas na e pela relação do sujeito-personagem com seus processos de identificação. O filme explora a história e o espaço complexos do sertanejo brasileiro contemporâneo, possibilitando reflexões sobre o universo do nordestino em transformação, principalmente, referente às discussões de diluição dos estereótipos masculino e feminino. Enquanto a mídia permite a disseminação de um mundo onde espaços discursivos mesclam-se, modificando a possibilidade de interação entre os sujeitos, a linguagem tem papel fundamental no confronto de valores identitários e culturais, gerando identificação, resistência ou reinvenção social.

Palavras-chave: Boi Neon; Identidades; Gênero; Cinema Brasileiro.

Introdução

Este artigo, resultado de pesquisa interdisciplinar em Linguagens, Mídia e Arte, faz uma análise interpretativa do discurso do filme de longa-metragem *Boi Neon*, lançado no Brasil em 2016 por Desvia Filmes, Malbicho Cine, Viking Films e distribuído por Imovision. Dirigido e roteirizado pelo pernambucano Gabriel Mascaro, é o segundo filme de ficção do cineasta e teve grandes participações em festivais de cinema, acumulando dezenas de prêmios³ e tornando-se alvo de inúmeras críticas no cenário cinematográfico, o que o fez alcançar significativo público no país.

Buscando cruzamentos de enunciados e diálogos com/entre teóricos de diversas áreas do conhecimento, o trabalho propõe, do ponto de vista das relações culturais e de gênero social, reflexões sobre a formação das múltiplas identidades das personagens da narrativa, principalmente a do protagonista Iremar, e sobre como essas identidades podem ligar-se à formação dos sujeitos contemporâneos. Para isso, selecionaram-se cenas do filme – por isso a disposição de imagens não-verbais são parte integrante deste texto – a partir das quais, devido a sua relevância, é possível a compreensão das relações, dos laços e das práticas sociais que implicam a constituição do sujeito contemporâneo no discurso cinematográfico e de como o filme é capaz de romper e reiterar valores sociais presentes no imaginário coletivo – sobretudo o que marca o sertanejo nordestino brasileiro.

Segue-se, assim, o método de construção deste texto e da análise do objeto: colagens, justaposições e torções de enunciados que (des)constroem e (re)organizam conhecimentos teóricos – sem pretensão de

¹ Texto originário de pesquisa em andamento financiada pela CAPES, do Programa de Pós-Graduação em Linguagens, Mídia e Arte da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguagem, Mídia e Arte (LIMIAR) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Gaiotto de Moraes. Bolsista CAPES. E-mail: rodrigofc@uol.com.br

³ Dentre eles, o de melhor filme no Festival do Rio, Adelaine Film Festival, Warsaw Film Festival, Festival de Cartagena.

considerar sua convergência total para um mesmo ponto –, recorrendo-se à ideia de rizoma desenvolvida pelos estudiosos Deleuze e Guattari (1995), a qual permite ao discurso fílmico novos sentidos, outras maneiras de dar vida às identidades dos sujeitos-personagens, evitando um sistema hermético do pensamento e criando conexões entre autores e trechos do texto.

Sabe-se que o cinema hoje é tido como um dispositivo tecnológico (um meio) que permite abrangente interação cultural com o espectador, graças a seus espaços interdiscursivos que tratam, com eficiência, as questões multimodais da linguagem (no âmbito verbal, visual e sonoro) e servem de instrumento para a produção de sentidos. Ao mesmo tempo, sendo uma arte, o cinema deve ser considerado em seu aspecto poético, o qual critica e confronta valores de sua época, dissemina enunciados socialmente (des)construídos e demonstra receptividade, aceitação e resistência do público.

Boi Neon aborda diversos temas relacionadas à vida cotidiana do nordestino brasileiro humilde e trabalhador, razão pela qual foi escolhido como *corpus* deste trabalho, e às subjetividades das personagens, analisadas do ponto de vista de suas relações consigo mesmas e com o(s) outro(s), considerando-as sujeitos que se configuram a partir de um híbrido de identidades que podem romper dicotomias e ampliar as possibilidades de suas multiplicidades – e tópicos centrais que contribuem para as referidas áreas do conhecimento.

Cabe ressaltar que, sendo parte de um trabalho mais amplo de dissertação de mestrado ainda em andamento, serão abordados aqui apenas os temas ligados ao trabalho pesado com a terra e com o gado, no ambiente hostil e seco do sertão; às relações afetivas entre as personagens, que, em constante mudança com o tempo, renovam-se e adquirem diferentes significados e valores; às identidades cultural e de gênero, voltadas, particularmente, para a figura múltipla do protagonista. Tudo isso, permeado pelos sonhos (im)possíveis que revelam a complexidade do sertanejo brasileiro contemporâneo e permitem a identificação (por semelhança e diferença) com outras culturas que, em evolução e transformação contínuas, envolvem relações humanas capazes de preservar e romper tradições e dicotomias – aspecto que dá motivação e sentido essencial à produção deste texto.

1 Desenvolvimento teórico e análise do filme

As primeiras cenas de *Boi Neon* revelam aberturas de planos de câmera a partir das quais se pode, estruturalmente, anunciar as relações que o protagonista Iremar estabelecerá ao longo da trama. De início, o primeiro plano, em detalhe, conduz o olhar do espectador para as pernas dos bois, imobilizados, amontoados dentro de um cercado e empurrados em direção à arena da vaquejada, onde, acudados, serão lançados ao chão por vaqueiros montados em seus cavalos. Enquanto isso, Iremar limpa e penteia os rabos dos animais e a câmera, ainda em plano fechado e frontal, mostra apenas seu rosto, de cujas expressões de cansaço e dureza emanam, e a luminosidade intensa da cena pressupõe a temperatura quente do ambiente.

O foco é o indivíduo, seus sentimentos e pensamentos. Na cena seguinte, a câmera ressalta um cenário em plano aberto: um lixão ao ar livre pelo qual Iremar caminha em meio às sobras de tecidos descartadas por caminhões. Conforme anda, a personagem tem seus pés engolidos pelo chão, meio seco e meio lamacento, e sua vestimenta confunde-se com a aridez acinzentada da superfície rachada do solo árido, coberto, mais ao fundo, dos retalhos coloridos, os quais Iremar se abaixa para pegar. Ele é apenas uma pequena parte naquele cenário que, superficialmente, aparece tingido pelas cores dos panos que lhe abrem um leque de possibilidades de escolha, mas que, por baixo, em sua origem e raiz, é duro e difícil de penetrar. Finalmente, após outro corte de cena, em um plano médio, de conjunto, com uma fita métrica, Iremar mede a cintura de Galega, sua colega de viagem, ambos dentro de um caminhão. O enquadramento de perfil permite identificar com clareza apenas o rosto de Iremar; de Galega, interessa somente o corpo.

Figura 1. Bois amontoados prestes a serem empurrados para a arena

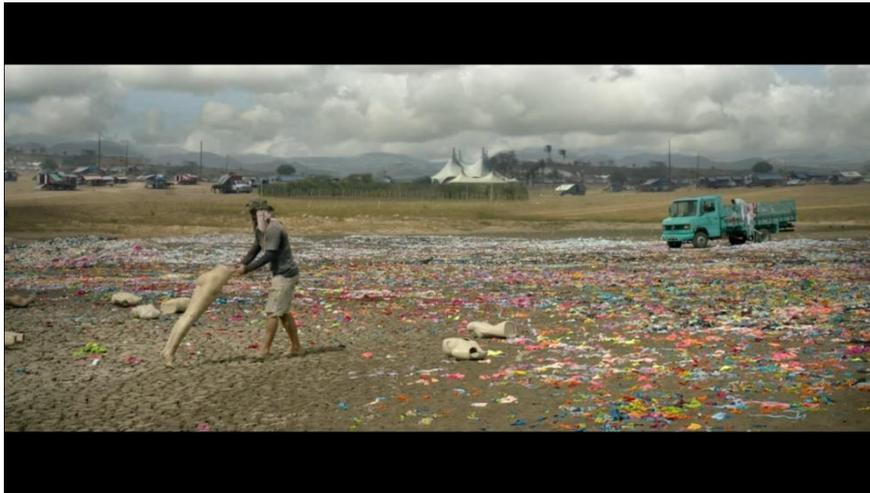


Fonte: Imagem do Filme "Boi Neon"

Figura 2. Iremar em seu trabalho com o gato



Fonte: Imagem do filme "Boi Neon"

Figura 3. Iremar caminha em meio às sobras de tecidos.

Fonte: Imagem do filme "Boi Neon"

Figura 4. Iremar mede Galega com uma fita métrica

Fonte: Imagem do filme "Boi Neon"

Pode-se estabelecer uma ligação direta entre as cenas iniciais do filme e a construção das identidades do protagonista: na primeira, ele é visto em sua relação de proximidade com os bois, com o animalizado e com seu trabalho agrário; depois, passa-se para o geral, explorando-se a relação entre Iremar e o espaço do Nordeste onde vive; enfim, revela-se a conexão entre Iremar e a figura do outro, ou seja, das outras personagens, representadas por Galega. Semanticamente, a sucessão de imagens produz uma continuidade narrativa da possibilidade de múltipla formação identitária do protagonista, envolvendo questões sociais ligadas às condições precárias de vida e ressaltando trabalhadores que atuam em uma situação de (quase) subemprego: Iremar possui a sutileza e a destreza de um estilista de moda que lida muito bem com a rusticidade de um vaqueiro que limpa os dejetos do gado.

Nos fragmentos de cenas descritas, que unidas na sequência narrativa formam uma cena maior, Iremar é parte dos bastidores da vaquejada: ele limpa, penteia e conduz o gado que “desfilará” pela arena. Tem-se a impressão de um protagonista bruto, de expressão sisuda, voltado a um trabalho pesado e que exige muito

esforço físico. Além disso, o ambiente inóspito e quente em que se encontra, cercado de terra, areia cinzenta, bois amontoados e dejetos de animais, remonta à ideia de pobreza, sujeira, mal cheiro, desconforto. A câmera, ora em primeiro plano, ora em plano mais aberto, associa ainda ações, corpos e espaço, separando-os em sua individualidade e unindo-os em sua totalidade, como se fossem personagens da trama. Todas essas sucessões de imagens remetem o leitor a uma memória coletiva do Nordeste: aquela tradicionalista, que pensa o sertanejo nordestino de forma rural, simplista, antimoderna. Segundo Albuquerque (2011), esse discurso do Nordeste, no entanto, cria outras possibilidades e deve ser tomado como um discurso produtor de realidades – e não mera representação ou reprodução de uma realidade –, ressoando em todo o social, criando sentidos, extrapolando fronteiras, sensibilizando e instaurando formas de ver e significar.

Conforme se desenvolve a trama, esses estereótipos são rompidos e passam a revelar a descoberta de outras formas de olhar, ler e interpretar objetos que soam familiares, como as relações culturais e de gênero, o trabalho, o convívio social, os desejos e sonhos (im)possíveis das personagens do filme. A lembrança do passado como forma de organizar e compreender o presente permite pensar essa nova formação identitária dentro desse espaço. É justamente essa nova imagem (e o apagamento de alguns de seus rastros) de práticas, culturas, histórias – ora remetendo ao tradicional, ao engessado, ao fixado no coletivo, ora reinterpretando, recolocando, resignificando valores – que interessa a este trabalho.

Nesse aspecto, tendo o filme um caráter artístico, deve ser relacionado a marcas de desconstruções, de interpretações possíveis. Ler um filme significa assumir que presente, passado e futuro coexistam em uma mesma dimensão, de modo que o passado se reitere no presente, em sua finitude, e se abra para o vir-a-ser, numa perspectiva futura, em sua infinitude de possibilidades (BIRMAN, 2008). Entender essa relação (a)temporal é conseguir estabelecer um diálogo entre o contexto histórico contemporâneo (no qual são colocadas em evidência as memórias ao longo do tempo dissimuladas, manipuladas e até destruídas) e o filme. Diante disso, pode-se entender como se dá a produção de sentidos em *Boi Neon*, a partir de certas expectativas rompidas e reiteradas pelas memórias do espectador.

Percebe-se que Iremar não se reduz ao trabalhador rústico, animalizado, introspectivo em seu território; é um indivíduo complexo que busca, em seus sonhos, a delicadeza de ser um estilista de moda, de manipular não apenas o gado e a areia acinzentados de um espaço pouco modernizado, mas também de trabalhar com os tecidos coloridos e extravagantes vindos de um ambiente industrializado e globalizado. É a criação, invenção de uma formação identitária por meio da ruptura, da quebra de uma nova forma de ver e sentir o mundo.

A sequência de cenas descrita revela esse contexto do qual é parte o protagonista Iremar. Sua figura surge nos bastidores do palco da vaquejada, ora como curraleiro (aquele que prepara os gados antes de soltá-los na arena), ora como artista que mede silhuetas e cria roupas femininas. Imagens aparentemente contraditórias são colocadas de maneira não excludente, desconstruindo dicotomias, renovando-se e adquirindo diferentes significados e valores. Nessas condições, a personagem coloca em questão

estereótipos e pré-julgamentos impostos pela sociedade em que vive, tornando-se um sujeito complexo, constituído de múltiplas identidades que se somam e se relacionam. A narrativa, moldada por jogos de poder, produz conexões entre a ficção e a realidade, que, aos poucos, adquirem diferentes e novos aspectos provindos dos sonhos das personagens e questiona noções como identidades cultural e de gênero social.

Assim se dá a continuidade das primeiras cenas citadas: parte-se de uma reação particular de uma personagem ou situação para um plano maior de sua relação com o(s) outro(s). Pode-se afirmar, então, que as direções de olhares das personagens, os planos de filmagem, os ângulos da câmera são fatores imprescindíveis para a construção de referências ao espectador, por isso, cenas de filmes podem estar relacionadas à manipulação do interesse do espectador ou do cineasta e à manutenção ou à quebra da integridade dos fatos apresentados. Conforme expõe Xavier (2005, p. 24), “o novo plano é sempre bem-vindo, e sua obediência às regras de equilíbrio e motivação o transforma no elemento que sustenta o efeito de continuidade, em vez de ser justamente a ruptura”.

A trama faz pensar como a ficção é capaz de produzir realidades que resistem ao tempo e se ressignificam com o passar dele. *Boi Neon* – embora produto de um momento histórico que aborda questões próprias de sua época – não só extrai características da realidade não ficcional como também produz realidades ficcionais, sensibilidade e imaginário. O filme, nesse sentido, não se priva a uma representação do mundo real, mas abrange uma reflexão correspondente a uma intervenção que possibilita vários níveis de visibilidade das personagens. Ainda que inserido em um ambiente hostil – e aparentemente isolado em seu desejo de ser estilista de moda –, Iremar almeja um futuro diferente e busca sonhos diversos. O protagonista define, com isso, um limite híbrido que está, ao mesmo tempo, dentro de uma definição estereotipada de sertanejo – o rústico e bruto da atividade agropecuária – e fora dela – o delicado e sensível estilista da indústria da moda feminina.

Pode-se pensar no processo identitário em um âmbito mais amplo, que desloca identidades culturais nacionais. Tal deslocamento provoca mudanças que, por convivência, podem ser sintetizadas sob o termo da “globalização” (HALL, 2011, p. 67), cujas consequências se dão em vários aspectos. Primeiramente, na concepção de Hall (2011), o crescimento de uma cultura contemporânea globalizada desintegra identidades nacionais e locais, forçando uma hegemonia cultural. Ao mesmo tempo, a resistência dessas é reforçada, criando tensão entre o global e o local. A tensão criada, resultado do jogo de forças entre uma cultura mais dominante com relação a outra, faz com que tanto a cultura global quanto a local (em sua resistência, tentando preservar suas particularidades e história) recriem e apaguem, simultaneamente, rastros de memórias umas das outras, fazendo emergir disso outras culturas. As identidades constroem-se por meio da diferença, da relação com o outro, com aquilo que não é, mas está em suspensão, em transição; constroem-se pelo cruzamento e pela mistura de culturas. Isso parece conversar com o que Bhabha (1998) afirma a respeito das culturas nacionais: as identidades culturais tornam-se fronteiras em profundo processo de redefinição, de deslocamento, de disjunção que não totaliza a experiência da homogeneização, mas, cada

vez mais, produz culturas nacionais a partir de uma perspectiva também das minorias destituídas (locais), estabelecendo conexões internacionais. O encontro com o outro, segundo o autor, renova o passado e o reconfigura como outra possibilidade. Surgem, assim, identidades híbridas, como é o caso apresentado no filme. A solidão de Iremar, seus desejos, sua história, seus atos falam sobre identidades em constante (des)construção, transmutáveis, múltiplas, que se deslocam. É o sertanejo que dialoga com o mundo, com outras culturas e que, somente assim, pode reconhecer-se e ter sua identidade reconhecida. Essa multiplicidade do protagonista representa a influência de “agentes coletivos de enunciação” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 49) que resultam no próprio enunciado.

Nesse processo de formação das identidades, é importante entender o protagonista como representação de múltiplas masculinidades. Iremar é vários, pois se constitui da soma de fragmentos históricos e sociais que “recolhe” do chão nordestino por onde passa, não correspondendo, assim, a representações heteronormativas do heterossexual ou do homossexual. Ele revela o quão complexa pode ser a trajetória do sertanejo brasileiro contemporâneo, questionando um universo em transformação e modernização no que diz respeito às discussões de gênero social e estereótipos masculino e feminino.

Enquanto a subjetividade do homem é tradicionalmente construída para o domínio de si e do outro (MISKOLCI, 2006) – processo que cristaliza a imagem social de oposição entre o masculino (dominante) e o feminino (submisso) –, a ambígua jornada de Iremar aponta para as complexidades dos sujeitos de assumirem, simultaneamente, diversas posições sociais. Tradicionais e cristalizados modelos de identidades são, assim, reinventados, fazendo emergir uma nova cultura que, por sua vez, permite novos e não experimentados laços com o outro. Exemplo disso, no filme, é a relação entre Iremar e Galega: embora vivam em um ambiente hostil guiado, muitas vezes, pelo instinto desejante e quase animal em que se inserem, não se notam indícios de qualquer aspecto entre eles que não seja uma simples e pura amizade, o que, de certa forma, configura uma relação de igualdade entre ambos, e não de submissão.

Também a inquestionável força física de Iremar – típica do universo masculino tradicional que sustenta a ideia de aparência de “macho”⁴ – mescla-se com a suavidade e a leveza de seu gosto pela moda feminina, ao passo que Galega, dançarina sensual, detém o domínio das atividades e das ferramentas mecânicas utilizadas para a manutenção do caminhão. Em consonância com Miskolci (2006), a quebra de paradigmas socialmente tidos como dicotômicos produz novas formas de sociabilidade, modificando a ideia do binarismo como imposição e da institucionalização de um regime único e verdadeiro.

⁴ Na visão de Zurian (2015), com o passar dos tempos, as construções socioculturais e ideológicas moldaram o conceito do que é ser homem e mulher, sendo compreendidos como gêneros excludentes. Nesse sentido, o masculino impõe-se sobre as mulheres e a ordem heterossexual reprime quaisquer outras possibilidades que se afastem desse sistema normativo. Tal imposição, no entanto, também afeta os homens, pois lhes é fixado um conceito hermético de única masculinidade permissível e, com isso, a não aceitação do diferente é reiterada ao conceito tradicional de homem ocidental branco como representação máxima da masculinidade, do sentido de “macho”.

A difusão das representações de gênero social faz-se presente em *Boi Neon*, pois rompe com as condições de estereótipo tradicional homem-mulher e explora o momento histórico e a identidade cultural, aspectos que levam a pensar como as tradições culturais de um nordeste machista e duro – imagem enraizada e estereotipada – são reinterpretadas no contexto do filme (como a inversão dos papéis tradicionais de gênero social, até então baseados no patriarcalismo), transpassando novos rastros e, por vezes, apagando outros rememorados, a fim de jogar com a noção de criação imaginária, fazendo cineasta e espectador refletirem a respeito de uma memória que se apoia no passado e indaga o futuro.

Figura 5. Galega conduzindo caminhão enquanto Iremar se dirige às lojas de roupas



Fonte: Imagem do filme "Boi Neon"

Boi neon, buscando confrontar as expectativas de um público acostumado a padrões binários de identificação de gênero, reencena os modos do homem sertanejo, recolocando peças no imaginário machista tradicional; por outro lado, instaura um arranjo pautado na representação do *entre-lugar* e de reconhecimento da performatividade de gênero: “Esses *entre-lugares* fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade” (BHABHA, 1998, p. 20).

Iremar é o sujeito que “estará dentro e, logo depois, na borda, na borda e, logo após, dentro” (CANETTI apud DELEUZE e GUATTARI, 1995, p.45.). Não há delimitação clara entre o grupo (agente externo) e o indivíduo (agente interno), pois não há enunciado individual, mas sim multiplicidades que coexistem, difundem-se e mudam. O espaço e o tempo em *Boi Neon* mesclam-se, remetendo a um agenciamento externo e fazendo com que os sujeitos adquiram uma multiplicidade que se modifica e aumenta, em forma de rizoma, sem início nem fim, apenas com um meio que se revela no “entre” (DELEUZE e GUATTARI, 1995). O “entre” não é o novo nem o antigo, é uma fusão em que não se retoma meramente o passado como causa social e o presente como ruptura ou vínculo, mas, sim, se renova o passado, reconfigurando-o como um “entre-lugar”, produzindo “figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e

exterior, inclusão e exclusão” (BHABHA, 1998, p. 19), o que afasta qualquer noção de identidade original ou tradição (pré)concebida.

Para Iremar, não importam os dualismos ou as dicotomias. Sua identidade está além disso: um vaqueiro que lida com os dejetos do gado e gosta de estar perfumado; um artista sonhador da moda que, no entanto, sequer tem sua sexualidade contestada pelo grupo em que vive; um homem que convive em meio à terra do sertão e importa-se com sua boa aparência e vestimenta. Um sujeito, portanto, que tem sua identidade somada e não limitada. Disso também decorre a ideia anterior de rizoma, perpassando, sobretudo, questão do corpo masculino, evidenciado pela ambiguidade da representação masculina. É um aspecto central e demonstra bem o momento histórico e identitário das personagens, afinal, elas mantêm tradições culturais e, ao mesmo tempo, inscrevem novos rastros à história.

O corpo – comum em sua historicidade e espetacular enquanto cultura de consumo – é também um espaço que fala de maneira inteligível, acrescentando um sentido político ao filme e revelando a violência e o prazer que habitam o mesmo lugar. Tem-se, na representação do próprio corpo, um estereótipo reiterado que transita entre o vaqueiro rude e o estilista sensível, fazendo do filme um retrato da ambiguidade do homem do século XXI.

Iremar, no entanto, é uma entre as possibilidades de subversão do hegemônico. Outras personagens tornam-se curiosas ao reconstruírem imaginários coletivos tradicionais, como Júnior, jovem vaqueiro de curral que, contratado para substituir o antigo curraleiro, surge na trama sem ser anunciado. De início, a figura não é bem recebida por Iremar, mas cria uma identificação com Cacá (filha de Galega), pois ambos se sentem rejeitados dentro do grupo: ele por ser ainda desconhecido, por isso, prejudicam-no; ela por ser a única criança convivendo em um ambiente de trabalho pesado. A imagem corporal também é fator de observação: Cacá, em sua inocência pueril, encanta-se com uma característica muito peculiar de Júnior e incomum naquele ambiente hostil que frequenta, o cuidado excessivo com o corpo, principalmente com os longos cabelos. Dividindo o mesmo espaço com o gado, Júnior penteia-se em frente ao espelho.

Figura 6. Júnior (à esquerda) penteia-se em frente ao espelho



Fonte: Imagem do filme "Boi Neon"

Aos poucos, o que parecia estranho a um cuidador de gado transforma-se também em desejo e Galega se vê atraída por Júnior, a ponto de essa relação de admiração culminar em um ato sexual em meio aos animais do curral. O corpo de Júnior torna-se, então, um *entre-lugar* que rompe com a visão física e estereotipada do vaqueiro rústico. Ele é um sujeito envolvido em um processo de devir a partir do qual é possível reassumir e repetir sua subjetividade de diferentes formas. Ele, tanto quanto Iremar, é um sujeito liberal e multifacetado. Abre-se para a reconstrução de uma forma outra de enfrentar os limites da sexualidade, um jeito de viver além das normas ligadas a uma tradição de gênero (BESSA, 2007). O filme, nesse sentido, impacta na forma como os sujeitos pensam a si mesmos, uma vez que explora novos horizontes, povoando, com imagens, os desejos, os sonhos e as realidades diversas que vão além daquelas imediatamente acessíveis pelo espectador (MISKOLCI e PELÚCIO, 2017).

O ambiente que o filme representa também é objeto de análise sob tal perspectiva. Seca, fome, vida difícil, resistência, revolta. As condições históricas, econômicas e climáticas da região Nordeste brasileira, desde muito tempo, fizeram-na ser vista como um peso arrastado pelo Brasil. Por isso mesmo, ao longo dos séculos, a região tornou-se palco propício para a representação de lutas e revoluções sociais. O cinema, tal qual mostra o filme aqui descrito, utilizou-se dessas condições (pré)definidas para exprimir a ideia de preservação de tradições e de coragem do povo trabalhador, a fim de incrementar a elas novos valores que produzam diversos questionamentos acerca de suas identidades. Essa visão é compartilhada com o próprio diretor do filme, segundo o qual, *Boi Neon* é fundamental para a compreensão de temas como esses, à medida que se firma em um espaço contemporâneo de desenvolvimento econômico e cosmopolita cada vez mais intensos (MASCARO, 2016a).

Em meio a esse ambiente social, as relações humanas são constantemente reorganizadas e ressignificadas, dependendo de seus desejos, seus laços afetivos e suas identificações. O filme tomou posse de experiências até então cristalizadas e tradicionalmente representadas, a exemplo das tradições culturais que definem o homem como forte e trabalhador, e abriu espaço para a existência de um homem que, embora culturalmente enraizado, é capaz de introjetar outros valores que incorporam suas identidades com o decorrer do tempo. O filme remete à multiplicidade do ser humano, confirmada pelo próprio cineasta Gabriel Mascaro:

[...] Tendo a vaquejada como palco alegórico destas transformações em meio à paisagem monocromática do Nordeste, eu pesquiso as cores que reluzem as contradições do consumo e dilato noções de identidade e gênero em personagens que convivem com novas escalas de sonhos possíveis. (MASCARO, 2016b, s/n.)

O cinema passa, então, a uma visão diferenciada (não tradicional) do Nordeste brasileiro, inscrevendo nesse cenário novos signos e novas relações que dizem sobre o ser humano contemporâneo. *Boi neon* relaciona-se, assim, não apenas com o contexto do agreste sertanejo (local e específico), mas com todas as culturas que, em processo de transformação e contínua evolução, envolvem relações humanas de modo geral, já que remonta um mundo possível em cujas personagens aproximam-se de um cotidiano real dos

espectadores, funcionando como reflexo de um ambiente que, em rápido desenvolvimento, preserva e rompe suas tradições e dicotomias.

Considerações finais

Este artigo apresentou uma análise interpretativa de parte do discurso transmitido pelo filme *Boi neon*, permitindo um diálogo capaz de agregar variados pontos de vista a respeito das formações de identidades presentes no discurso fílmico. Apesar de ser parte de uma dissertação de mestrado em andamento, algumas importantes contribuições puderam ser elencadas, dentre elas, como o cinema é capaz de abordar as transformações sociais e culturais que compreendem relações e práticas sociais, a partir das quais os sujeitos contemporâneos constituem-se, contemplando os objetivos citados inicialmente.

Boi Neon, buscando confrontar as expectativas de um público acostumado a padrões binários, sobretudo no âmbito da identificação de gênero, pode reencenar os modos do homem sertanejo e pensar como as tradições culturais de um Nordeste atual ressignificam de maneira a romper com ideias e reescrever outros rastros, recolocando peças de um imaginário tradicional e, ao mesmo tempo, instaurando um arranjo pautado no *entre*, no reconhecimento da performatividade de gênero. Isso possibilita entender a reconstrução de uma forma outra de enfrentar os limites da sexualidade, um jeito de viver além das normas ligadas a uma tradição de gênero.

Por meio da produção de uma imagem do cotidiano humilde do trabalhador nordestino, envolvendo aspectos relacionados, sobretudo, às identidades cultural e de gênero, ligados à personagem principal do filme, também foi possível admitir o quão complexa é a trajetória do sertanejo brasileiro e, não restrita a ele, a de qualquer sociedade que, em evolução constante, é capaz de (re)criar valores e relações humanas, rompendo e preservando tradições. A análise demonstrou como é possível os sujeitos não se limitarem a condições dicotômicas e estereotipadas, já que deve-se levar em conta a criação imaginária que transpassa novos rastros e apaga outros em meio a sonhos (im)possíveis das personagens, construindo uma memória que se apoia no passado e se envolve em um processo de devir sem fim, reassumindo e repetindo de maneiras diversas suas subjetividades.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BESSA, Karla. Os festivais GLBT de cinema e as mudanças estético-políticas na construção da subjetividade. **Cadernos Pagu** [online], n. 28, p. 257-283, jan-jun 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000100012>. Acesso em: 01/05/2017.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BIRMAN, Joel. Arquivo e mal de arquivo: uma leitura de Derrida sobre Freud. **Natureza Humana**, São Paulo n. 10(1), p. 105-128, jan.-jun. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/nh/v10n1/v10n1a05.pdf>. Acessado em: 09/11/2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. Tradução: Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. RJ: Editora 34, 1995.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª ed. 1ª reimpressão. RJ: DP&A, 2011.

MASCARO, Gabriel. Gabriel Mascaro, diretor de *Boi Neon*, entrevista a Lilian Ambar. **Salada de Cinema**, 16/01/2016. Disponível em <http://saladadecinema.com.br/2016/01/16/gabriel-mascaro-diretor-de-boi-neon>. Acesso em: 23/04/2017.

MASCARO, Gabriel. *Boi Neon* é um filme sobre a transformação, entrevista a Adalberto Meireles. **A tarde**, 21/01/2016. Disponível em <http://atarde.uol.com.br/cinema/noticias/1739123-gabriel-mascaro-boi-neon-e-um-filme-sobre-a-transformacao-premium>. Acesso em: 23/04/2017.

MISKOLCI, Richard. Corpos elétricos: do assujeitamento à estética da existência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 14(3):272, p. 681-693, setembro-dezembro 2006. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ref/v14n3/a06v14n3.pdf. Acesso em: 22/04/2017.

MISKOLCI, Richard & PELÚCIO, Larissa. Gêneros, sexualidade e mídias contemporâneas: do pessoal ao político. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 25(1): 422, p. 263-268, jan-abr 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000100263&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 22/05/2017.

XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência**. SP: Paz e Terra, 3ª ed. 2005.

ZURIAN, Francisco A., MARTÍNEZ, Daniel Avila, GÓMEZ, Hernando C. Prada. La ficción en la televisión generalista norteamericana y la representación de (nuevas) masculinidades. **Área Abierta**, Madrid, v. 15, n. 1, mar 2015/Monográfico: Estudios sobre masculinidades, LGBTIQ y cultura audiovisual, p. 53-62. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/38810788.pdf>. Acessado em: 01/11/2017.

Filmografia

Boi Neon. Direção: Gabriel Mascaro. Fotografia: Diego Garcia. Imovision, 2015. Versão AppleTV (103 min.).

Como citar este capítulo:

CARVALHO, Rodrigo S. Fontanini de. Processos de identificação cultural e de gênero no filme *Boi Neon*. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PEDRO, Adriana Moreira; OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de; SILVA, Alexandra Marques; SOUZA, Douglas Rabelo; BRITTO-COSTA, Letícia Fernandes de; KOBAYASHI, Sergio Mikio. **Discurso e identidade: múltiplos enfoques**. São Paulo: FFLCH, 2018, p. 65-76. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/9788575063361>

Aspectologia: uma revisão crítico-teórica no português

Maria Gabriela Rodrigues de CASTRO¹

Resumo: Neste artigo, fruto da pesquisa de Iniciação Científica, apresentamos a revisão crítico-teórica de estudos que tratam do Aspecto no português. O objetivo primeiro da pesquisa foi organizar e apresentar o quadro teórico das teorias aspectológicas, visto os díspares conceitos que tal categoria já recebeu na vasta bibliografia da área. Para tanto, selecionamos obras clássicas de autores que representaram as principais etapas pelas quais a Aspectologia já passou e que, por conseguinte, serviram de aporte teórico para os demais estudos na área. Castilho (1968; 2012), Travaglia (1981) e Cunha e Cintra (2008 [1985]) foram os autores arrolados. Observamos que não há somente uma tipologia controvertida do Aspecto, mas também um tratamento descontextualizado da categoria em questão. Nesse sentido, chegamos à conclusão que seria necessário estudar o Aspecto levando em conta uma ancoragem textual, o que nos leva a uma noção de aspectualização.

Palavras-chave: Aspectologia; Português; Semântica; Aspectualização; Linguística.

Introdução

Ao longo de 2016, motivados a buscar compreender como o Aspecto vem sendo abordado pela linguística, realizamos uma pesquisa de Iniciação Científica, cujo objetivo era elaborar uma acurada revisão crítico-teórica da bibliografia que trata do Aspecto no Português, especificamente, no Português Brasileiro (doravante PB).

Para tanto, selecionamos obras clássicas de autores que representam as principais etapas pelas quais a Aspectologia já passou e que, por conseguinte, serviram de aporte teórico para os demais estudos na área. Castilho (1968; 2012), Travaglia (1981) e Cunha e Cintra (2008 [1985])² foram os autores arrolados. Outras produções, como Costa (2002) e Godoi (1992) também serviram de base para a presente pesquisa.

Já sabíamos que o Aspecto, enquanto categoria verbal e linguística, já fora visto sob diferentes perspectivas teóricas; porém, após a análise, pudemos constatar, de fato, o quão distintas são as classificações propostas. Não há definições únicas para a categoria em questão, tampouco classes e subclasses bem definidas e homogêneas entre os diferentes trabalhos. Diante disso, tal revisão tinha o intuito primeiro de organizar e apresentar o quadro teórico das teorias aspectológicas, tendo em vista os díspares conceitos que tal categoria já recebeu na bibliografia da área.

Como observa Godoi (1992), o quadro aspectual apresenta-se caótico devido às diferentes bases teóricas para a investigação da categoria em questão. Contudo, consideramos necessário levar também em conta outras razões. Definições pouco claras das categorias e distintos critérios para o estabelecimento de

¹ Graduada em Letras pela Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, tendo desenvolvido pesquisa de iniciação científica sob orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves-Segundo. E-mail: magabriela.rc@hotmail.com

² A obra aqui referenciada difere-se da primeira edição somente pelo acréscimo do capítulo "Do latim ao português" de autoria de Celso Cunha.

sua tipologia podem contribuir com esse aparente caos. Outros fatores intrínsecos ao Aspecto devem ser considerados, como sua possível conexão com a noção de tempo e, deste modo, a dificuldade de se estabelecer fronteiras claras entre elas. Mais do que isso, a frequente descontextualização dos usos para análise compromete o modo como os processos aspectuais podem ser interpretados.

Portanto, de forma sintética, o presente artigo apresenta a análise que realizamos de cada uma das obras supracitadas, bem como a conclusão a que chegamos. Organizamos a presente exposição da seguinte forma: na seção 1, tecemos algumas considerações de cunho teórico-metodológico; na seção 2, discutimos as propostas encontradas na revisão crítica de cada uma das obras. Nesta etapa, estabeleceremos os pontos de contato, bem como os pontos em que as obras se distanciam. Por fim, na última seção, apresentamos a conclusão deste estudo.

1 Considerações teórico-metodológicas

Sabemos que qualquer listagem é, por si própria, reducionista, tal como a aqui proposta. No entanto, a bibliografia nos coloca na condição de realizar tal recorte. Optamos por selecionar obras que representaram as etapas fundamentais pelas quais o quadro aspectológico passou e, a fim de aumentar o escopo, arrolamos igualmente obras recentemente publicadas. A revisão crítica tomou como base os pressupostos teóricos em que a obra se apoia, sem qualquer interferência de outro modelo.

Castilho (1968) representa o trabalho pioneiro no quadro das teorias aspectológicas no português e enquadra-se, como o próprio autor sinaliza, numa fase semântico-sintática ou composicional, visto que analisa o Aspecto como a resultante de uma combinação das classes acionais do Verbo com a flexão, os argumentos verbais e os adjuntos adverbiais. Já o estudo de Travaglia (1981) pode ser considerado como uma segunda fase da teoria. O autor busca não só ampliar as noções propostas por Castilho (1968), como também trabalhar com a ideia de uma combinação de valores aspectuais.

Cunha e Cintra (1985), por sua vez, ao lado de Câmara Jr. (1975), Mira Mateus (1989) e Bechara (1989), passaram a considerar o Aspecto enquanto categoria linguística dentro da gramática, fato que, até então, não ocorria. Por fim, em Castilho (2012), o autor revisita o Aspecto, agora, sob a influência de conceitos da Linguística Cognitiva (doravante LC) ou, nas palavras do autor, “uma teoria multissistêmica” (CASTILHO, 2012, p. 32), visto que a base teórica se fundamenta na perspectiva funcionalista-cognitivista.

Por uma questão didática, vale ressaltar que o nome das classes e subclasses linguísticas citadas no presente artigo terá sempre sua primeira letra grafada em maiúscula (Aspecto, Tempo, Verbo etc.); dessa forma, será possível distinguir quando se fala de tempo, enquanto sucessão de dias e horas, por exemplo, ou de Tempo, enquanto categoria linguística.

2 Análise crítico-teórica

2.1 A definição do Aspecto

Todos os autores aqui analisados abordam o Aspecto como uma categoria vinculada ao Verbo. Os títulos das obras indicam tal fato, como é o caso de Castilho (1968), *O aspecto verbal no português*, e Travaglia (1981), *O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão*. No caso das gramáticas, como Cunha e Cintra (2008 [1985]) e Castilho (2012), o Aspecto é tratado como subseção dos capítulos de Verbo. As definições giram em torno das noções de *tempo interno*, *duração da ação* ou *expressão não dêitica*.

Castilho (1968) dedica-se à análise dos recursos que a língua dispõe para a expressão do Aspecto e define a categoria como: a visão objetiva (ou o ponto de vista subjetivo do falante) da relação entre o processo e o estado expressos pelo Verbo³ e a ideia de duração ou desenvolvimento da ação. É, pois, a representação espacial do processo⁴. Nesse sentido, o que vemos é que o Aspecto, de acordo com o autor, está relacionado à duração da ação expressa pelo Verbo. Para nós, não fica claro, porém, o modo como o autor concilia a ideia de *visão objetiva* e *ponto subjetivo do falante*, uma vez que ambos os conceitos podem se contradizer.

Travaglia (1981), por sua vez, fundamentou seu trabalho e utilizou como ponto de partida Castilho (1968). O autor objetiva em seu estudo definir a categoria do Aspecto, quais as possíveis noções semânticas, de quais formas a categoria pode ser expressa no português, bem como registrar a influência do Aspecto na estruturação da frase. Acerca deste último ponto, Travaglia chama a atenção para o fato de que uma das dificuldades ao tratar do Aspecto diz respeito à dependência do contexto linguístico e extralinguístico.

Segundo o autor, “a mesma frase pode ter diferentes valores aspectuais, dependendo da situação em que é utilizada ou do contexto linguístico em que se acha inserida” (TRAVAGLIA, 1981, p. 2). No entanto, observamos que, embora Travaglia tenha tido a preocupação em tratar do Aspecto levando em conta uma ancoragem discursiva, tal relação não é dada ainda como prioridade, visto que ao longo da obra os exemplos não consideram um co(n)texto, o que, em nossa opinião, pode limitar a interpretação aspectual e mesmo limitar o alcance de sua proposta em termos dos seus próprios objetivos.

Definido como “uma categoria verbal de tempo, não dêitica, através da qual se marca a duração da situação e/ou suas fases” (TRAVAGLIA, 1981, p. 33), o autor considera que o Aspecto é uma categoria ligada à ideia geral e abstrata de tempo. Em outras palavras, para Travaglia, o Aspecto é uma categoria verbal capaz de indicar o espaço temporal interno que os processos, estados, fenômenos, eventos e fatos (chamados de *situações* na obra do autor) ocupam na linha temporal para sua realização.

³ O conceito do Verbo pode ser dimensionado através de seis categorias, de acordo com o autor. São elas: (i) Aspecto, (ii) Tempo, (iii) Modo, (iv) Voz, (v) Pessoa e (vi) Número. Todas têm a função de “transformar potência em ato”, isto é, de “atualizar”.

⁴ Castilho (1968) chama a atenção para o fato de que os Nomes podem também indicar um processo; contudo, sem o conhecimento da categoria de Pessoa.

Os autores Cunha e Cintra (2008 [1985]), por seu turno, definem Aspecto como “uma categoria gramatical que manifesta o ponto de vista do qual o locutor considera a ação expressa pelo Verbo” (CUNHA; CINTRA, p. 396), ou seja, o locutor pode, por meio do Aspecto, considerar se uma ação está ou não concluída. Além disso, dado que o Aspecto é uma categoria ligada ao Verbo⁵, são os Verbos auxiliares que transmitem ao contexto os vários sentidos que a sentença pode ter. Dessa forma, Cunha e Cintra propõem que a categoria dos Tempos Verbais exerce um fator determinante para a classificação aspectual.

Finalmente, lançando mão de um novo paradigma teórico, Castilho (2012) revisita, refina sua proposta inicial e propõe que o Aspecto deve ser visto como uma das gramaticalizações da categoria VISÃO. “É como se o falante, tangido de um inesperado transporte místico, visualizasse de fora, do alto, do além, os estados de coisas que ele mesmo acionou, separando diligentemente (i) o que dura, (ii) o que começa e acaba e (iii) o que se repete” (CASTILHO, 2012, p. 417).

Isto posto, se podemos dizer que há o mínimo de consenso com relação à definição, uma vez que os autores buscam trabalhar o Aspecto sob a perspectiva de uma duração da ação, não podemos dizer o mesmo com relação às classes aspectuais propostas. Como veremos na seção seguinte, as obras analisadas divergem não somente quanto ao número de classes, como também quanto à abordagem dos dados. Cada autor estabelece diferentes critérios para interpretar e classificar os complexos oracionais.

2.2 As classes aspectuais

Começemos a exposição da revisão crítico-teórica pelo estudo de Castilho (1968). Os recursos lexicais (semantema do Verbo) e os morfossintáticos (flexão temporal, sufixos, adjuntos adverbiais, perífrases, complemento do Verbo e tipos oracionais) são o foco de análise do autor.

Castilho subdivide os Verbos quanto à sua telicidade, isto é, télicos e atélicos e diferencia as duas classes semânticas em questão pelo quesito *ação* e *processo*. Os Verbos télicos (*ação*), de acordo com Castilho, são aqueles em que a ação tende a um final (*morrer, matar, cair, engolir, descobrir, iluminar* etc.). Os Verbos atélicos (*processo*) são mais numerosos na língua e não tendem a um final, representando, por sua vez, o processo em sua duração (*cantar, ler, chover, mastigar, acompanhar, viver, escrever* etc.).

A partir dessas noções, o autor propõe quatro valores aspectuais fundamentais da língua portuguesa: (i) duração, (ii) completamento, (iii) repetição e (iv) neutralidade; e quatro Aspectos: (a) Imperfectivo, (b) Perfectivo, (c) Iterativo e (d) Indeterminado. Com o auxílio de representações gráficas, Castilho explica cada Aspecto e seus respectivos valores e matizes. Segue abaixo o exposto e orações que elucidam cada valor aspectual:

⁵ De acordo com Cunha e Cintra (2008 [1985]), o Verbo é uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo. As variações de Número, Pessoa, Modo, Tempo, Aspecto e Voz compõem a chamada “flexão verbal”.

Quadro 1. Classes aspectuais e seus respectivos exemplos, segundo Castilho (1968)

VALOR	ASPECTO	MATIZES		EXEMPLOS
Duração	Imperfectivo	Inceptivo -----	Puro	(1) <u>começa aí</u> nesses primeiros meses invernosos (...). (p. 62)
		Cursivo	Incoativo	(2) o sol <u>amarelecia</u> as vidraças, quando chegou a pedras rojas. (p. 68)
			Puro	(3) <u>escrevo</u> às duas da manhã. (p. 70)
			Progressivo	(4) a amizade entre os dois políticos <u>estreitava-se</u> , e disto alguns tiravam o melhor proveito. (p. 76)
	Terminativo		(5) <u>terminada</u> a festa, retiraram-se os convidados. (p. 79)	
Completamento	Perfectivo	Pontual (.)		(6) <u>tomo</u> o carro, <u>parto</u> para as férias. (p. 81) (7) <u>subitamente</u> , os sábios descobriram segredos que os teólogos até aquela data supunham apenas pertencerem a Deus. (p. 84)
		Resultativo (→)		(8) já agora podes me contar tudo, Lobato. O meu dia já <u>'está estragado'</u> . (p. 88) (9) Camacho abraçou a Afonso Costa ao fim da leitura: <u>'É a melhor lei que você tem feito'</u> . (p. 88)
		Cessativo		(10) o povo <u>acreditou</u> na revolução pelos propósitos que alegadamente a <u>animaram</u> e que, sem dúvida, são aqueles a que nos referimos. (p. 90) (11) a Revolução <u>esteve perdida</u> . Houve um momento tão duvidoso que Cândido dos Reis se suicidou. (p. 91)
Repetição	Iterativo	Imperfectivo HHH		(12) eu sei que <u>falam</u> de mim. (p. 93)
		Perfectivo		(13) escondia em casa os que a polícia <u>perseguia</u> . (p. 96)
Neutralidade	Indeterminado			(14) a terra <u>gira</u> em torno do sol. (p. 103) (15) os ângulos do triângulo <u>somam</u> cento e oitenta graus. (p. 103) (16) depois dos setenta todo velho <u>fica</u> sem vergonha. (p. 103)

Fonte: Formulado a partir da proposta de Castilho (1968, pp. 49-52, 62-103)

Castilho explica que o Aspecto Imperfectivo apresenta o valor de duração e possui três subtipos. O primeiro deles, Imperfectivo Inceptivo, representa as ações em que se conhecem os primeiros momentos e pressente-se o seguimento do processo. Este Aspecto comporta ainda mais dois subtipos: Inceptivo Puro (começo puro e simples da ação) e Inceptivo Incoativo (marca o começo da ação e conseqüente mudança de estado).

O Imperfectivo Cursivo, por sua vez, marca a duração em que não se conhece nem o começo nem o fim, apresentando, dessa forma, o processo em seu pleno desenvolvimento. Este Aspecto também apresenta duas variantes: Cursivo Puro (processo em pleno desenvolvimento em que não se conhece o começo nem o fim; *processo-linha*) e Cursivo Progressivo (insiste num desenvolvimento gradual do processo; *processo-*

ponto). Em suma, ambos os subtipos do Cursivo indicam a duração da qual se desconhece os limites. Já, quanto ao Imperfectivo Terminativo, observa-se que tal Aspecto indica o término da ação após ter tido um período de duração, ou seja, duração em que se conhece o final da ação (e, seguindo a lógica das representações gráficas, não se conhece o começo, apenas o fim, dado que o começo é representado pelo pontilhado).

A análise cuidadosa suscita algumas questões. Como visto, Castilho diferencia os verbos quanto à telicidade (téllicos: ação, atéllico: processo). Ao longo do trabalho, Castilho usará as noções *processo-linha*, *processo-ponto* e *ação-linha*, *ação-ponto*. O autor não diz se há diferença quanto à ideia de *ponto* e *linha*, apenas chama a atenção para o fato de que a *ação-ponto* figura os Verbos téllicos, visto que são ações que tendem a um fim, enquanto que a *ação-linha* figura os Verbos atéllicos, ações que não tendem a fim. Sendo assim, questionamos o motivo pelo qual o autor opta em tratar o Cursivo Progressivo como *processo-ponto*, uma vez que se é um *processo* não tende a um *ponto*, isto é, um fim. O que parece é que a nomenclatura, na verdade, está centrada não na noção de *ação* e *processo*, mas sim em *ponto* e *linha*.

Além disso, se uma ação é cursiva, em que medida esta pode ser classificada como pura e, por outro lado, “menos pura” e, portanto, mais próxima da noção de progressiva? Levanta-se a dúvida se o autor considera que algumas construções apresentam, prototipicamente, o valor de progressão, já outras afastam-se de tal ideia e acabam por ficar mais às margens do valor em questão. Nesse sentido, questionamos se o Aspecto Progressivo deriva, na verdade, da semântica lexical dos Verbos, como *estreitar*, *alargar*, *escrever* etc., que são, essencialmente, graduáveis. Levantamos a hipótese de o Aspecto em questão ser uma combinação do Cursivo com a semântica lexical advinda de Verbos adjetivais.

Como o autor destaca, a flexão, os adjuntos adverbiais e os complementos também podem interferir no Aspecto. Em (1), por exemplo, Castilho trabalha a questão dos adjuntos adverbiais. O Advérbio *aí* reforça a noção inceptiva do Verbo *começar*. De acordo com o autor, os adjuntos adverbiais são apresentados como provocadores da noção aspectual⁶ e relacionam-se com os modos de ação, com o Aspecto e a propriedade de telicidade e atelicidade. Sob nosso ponto de vista, tal fato pode corroborar com a hipótese supracitada.

Castilho segue explicando cada classe e propõe que o Aspecto Perfectivo apresenta o valor de completamento, uma vez que indica o começo e o fim do processo separado por um lapso de tempo curto e não significativo. À semelhança do Aspecto Imperfectivo, também possui três subtipos. O primeiro, Aspecto Perfectivo Pontual, indica uma ação completamente decursa em que se pode assinalar o começo e o fim simultâneo da ação, isto é, indica um processo que é acabado tão logo começado (o Perfectivo por excelência, como argumenta Castilho). Neste ponto, o autor também destaca o fato de que determinados adjuntos adverbiais parecem contribuir com a noção de pontualidade da ação, tal como em (7).

O segundo subtipo, Aspecto Perfectivo Resultativo, indica o resultado conseqüente do término da ação. As perífrases [*estar + participio passado*], como em (8) é o tipo fundamental do Resultativo. Como

⁶ “O papel dos adjuntos adverbiais como provocadores da noção aspectual é semelhante ao da flexão temporal. Exemplos: ‘os preços *caem lentamente*’: *cair*, Verbo téllico, indica duração, no caso, em virtude do adjunto adverbial.” (CASTILHO, 1968, p. 59, grifo nosso).

Castilho destaca, não se encontram exemplos do Aspecto em questão pelo semantema verbal. A construção perifrástica [*ter + participio passado*] também expressa o Resultativo, como vemos em (9). No entanto, a perífrase *tem feito* deixa em aberto se a ideia expressa é resultado do fim de uma ação ou se é um processo que vem se desenvolvendo gradualmente, de forma iterativa.

Por fim, o terceiro subtipo, Aspecto Perfectivo Cessativo⁷, exemplificado por (10), depreende-se da ação expressa pelo Verbo uma noção de negação que se refere ao presente. Tal noção, como destaca Castilho, não é aspectual, mas sim antes temporal, servindo apenas para configurar a perfectividade. De antemão, pode-se dizer que tal definição é, num primeiro momento, obscura. Podemos colocar em outras palavras: no Aspecto Cessativo marca-se fortemente a interrupção do processo. Os Verbos *acreditou* e *animaram* marcam uma ação que fora interrompida. Porém, nos perguntamos se podemos dizer *interrompida* ou, simplesmente, *acabada*.

No fim, ainda não fica clara a real diferença proposta por Castilho entre o Imperfectivo Terminativo e o Perfectivo Cessativo. À semelhança do Aspecto Resultativo, o Cessativo também não parece poder ser expresso por semantemas especiais, mas sim por meio da flexão temporal e pelas perífrases [*estar (no Pretérito Perfeito) + participio passado*]. Em (11) a perífrase *esteve perdida* expressa, de acordo com Castilho, uma interrupção do processo. Levantamos aqui a mesma dúvida supracitada.

O penúltimo Aspecto que representa o valor de repetição de ações (durativas ou pontuais) é o Iterativo. Assim como os anteriores, comporta subtipos. São eles: o Aspecto Iterativo Perfectivo e o Aspecto Iterativo Imperfectivo que, como o próprio nome já diz, está situado entre os dois primeiros Aspectos aqui elucidados, sendo, por isso, considerado como um Aspecto intermediário. Além disso, pautado em Hans Ohmelicek, Castilho destaca que a repetição, quando feita de forma inconsciente, automática e rotineira, consiste em um *hábito*⁸; ao contrário de quando feita intencional ou conscientemente. Cabe aqui comentar que, novamente, não há um esclarecimento acerca da diferença entre uma repetição *consciente* de uma *inconsciente*.

Em (12) temos um exemplo de Iterativo Imperfectivo. O autor argumenta que a noção de repetição no exemplo em questão se dá por meio da flexão temporal (no caso, Presente) de Verbos atéticos. Levanta-se a hipótese se o Aspecto, tal como aqui elucidado, está construído conjuntamente por todo o complexo oracional, em vez de centrado apenas e exclusivamente no Verbo. Já, em (13), temos um exemplo do Aspecto Iterativo Perfectivo.

⁷ Castilho não fornece uma representação gráfica para este Aspecto.

⁸ Nos exemplos utilizados no estudo de Castilho não foi feita tal discriminação entre os casos de repetição intencional dos de repetição rotineira pelo fato de, segundo o autor, “parecer que tal diferenciação deriva de uma consideração de natureza modal” (CASTILHO, 1968, p. 92).

Finalmente, o Aspecto Indeterminado⁹ marca o valor de neutralidade. Castilho explica que o Indeterminado é “um tipo de aspecto que se caracteriza por não ser nem Imperfectivo nem Perfectivo (...) [e] além de avesso à expressão de Aspecto, é-o também à do Tempo” (CASTILHO, 1968, p. 50, grifo nosso). Os exemplos utilizados para elucidar o valor do Indeterminado são provérbios e aforismos que expressam, por sua vez, *verdades gerais* e apresentam o processo de maneira vaga, imprecisa e onitemporal.

As orações (14), (15) e (16) representam o que Castilho define como Aspecto Indeterminado. Os Verbos são flexionados no chamado *Presente Gnômico*. De acordo com Castilho, “a intenção do falante ao servir-se desse Aspecto é a de apresentar apenas a noção expressa pelo Verbo, sem cuidar de sua duração, completamento ou repetição, ou mesmo do momento em que deva dar-se” (CASTILHO, 1968, p. 103).

A análise dos exemplos nos leva a questionar se poderíamos, realmente, propor a existência de um valor aspectual neutro, ou seja, encontrar complexos oracionais não marcados pelo Aspecto e pelo Tempo. Em (16), por exemplo, é possível vislumbrar a ocorrência de um Imperfectivo Inceptivo Incoativo. Para nós, essa é ainda uma questão em aberto.

Castilho encerra seu trabalho reiterando o fato de que o Aspecto pode, em alguns casos, ocorrer simultaneamente numa mesma forma (*paralelismo entre Aspectos*)¹⁰, tal como em (17) “pôs-se a cuspir”. De acordo com Castilho, no exemplo observa-se a ocorrência simultânea do Imperfectivo Inceptivo e do Iterativo. Ou seja, pelo nosso entendimento, o sujeito “começou a cuspir” e “continou a cuspir/continuou cuspiendo”. O mesmo se dá em (18) “cantavam já os galos e os alferes de cavalos propôs (...)”, em que co-ocorrem o Imperfectivo Inceptivo e o Imperfectivo Cursivo, isto é, os galos “começaram a cantar” e “estavam/permaneciam cantando” conferindo ao texto uma ideia de prolongamento da ação.

E mais, o autor argumenta que, embora o Aspecto seja uma categoria verbal¹¹, admite-se que o contexto exerce influência sobre o Aspecto e vice-versa; porém, nossa consideração é quanto ao fato de que não há um aprofundamento no tema, bem como exemplos que esclareçam a questão; em outros termos, não há propostas teóricas ou metodológicas que deem conta dessa influência na aspectualização. A propósito da influência do co(n)texto, também deixamos em aberto se algumas questões aqui levantadas, tais como aquelas referentes aos exemplos, poderiam ser explicadas pelo co(n)texto de onde foram retiradas.

Partindo dos pressupostos do trabalho pioneiro de Castilho, Travaglia (1981) elabora seu estudo e propõe que o Aspecto, enquanto categoria verbal de Tempo, marca a duração da situação e/ou suas fases, sendo que estas podem ser consideradas sob diferentes pontos de vista, a saber: o da *realização* (ação por começar, começada ou não acabada, acabada), o do *desenvolvimento* (início, meio e fim) e o do

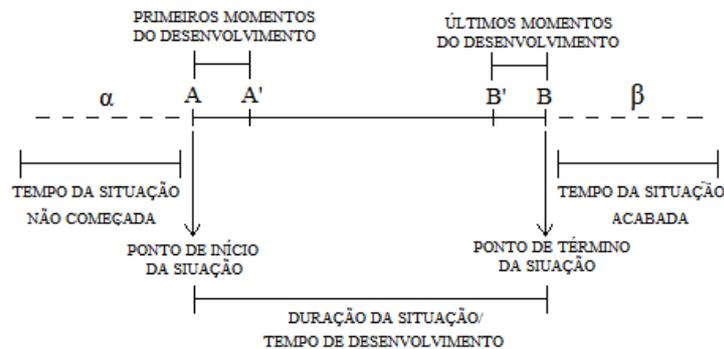
⁹ Castilho (1968, p. 102) questionou o termo indeterminado e pensou em Aspecto zero pelo fato de “nos casos encontrados parecia andar ausente a categoria de aspecto (e a de tempo)”; porém, optou por manter Indeterminado.

¹⁰ À altura da página 20 da obra de Castilho (1968), o autor considera que o sistema verbal é complexo, permitindo que mais de uma modalidade da mesma categoria possa ocorrer em determinada forma. Porém, este é um ponto pouco trabalhado e aprofundado. A questão é retomada apenas nos parágrafos 54, 63 e 86 da obra e, ainda, de forma breve.

¹¹ Para Castilho (1968), a noção aspectual aparenta estar centrada na flexão dos Verbos e, por isso, o autor trabalha com a classificação tradicional da gramática de Língua Portuguesa.

completamento (situação completa e situação incompleta) (TRAVAGLIA, 1981, p. 33). Travaglia, diferentemente de Castilho, não utiliza representações gráficas para cada Aspecto; porém, lança mão de uma linha do tempo para explicar quais momentos as situações podem figurar:

Figura 1. Etapas do desenvolvimento das situações, segundo Travaglia (1981).



Fonte: Extraído de Travaglia (1981, p. 36)

À semelhança de Castilho (1968), Travaglia propõe um quadro contendo noções/valores aspectuais e os Aspectos correspondentes:

Quadro 2. Aspectos e noções aspectuais, segunda Travaglia (1981)

NOÇÕES ASPECTUAIS			ASPECTOS
I. Duração	1. Duração	A. Contínua	a. Limitada Durativo
			b. Ilimitada Indeterminado
		B. Descontínua	a. Limitada Iterativo
			b. Ilimitada Habitual
	2. Não-duração/pontualidade		Pontual
II. Fases	1. Fases de realização	A. Por começar	Não-Começado
		A'. Prestes a começar	
		B. Começado/Não-Acabado	Não-Acabado/ Começado
		C'. Acabado há pouco	Acabado
	C. Acabado		
	2. Fases de desenvolvimento	A. Início (no ponto de início ou nos primeiros momentos)	Inceptivo
		B. Meio	Cursivo
		C. Fim (no ponto de término ou nos últimos momentos)	Terminativo
	3. Completamento	A. Completo	Perfectivo
		B. Incompleto	Imperfectivo
Ausência de noções aspectuais			Aspecto não atualizado

Fonte: Extraído de Travaglia (1981, p. 77).

Como se vê, Travaglia aventa um total de quatorze Aspectos. Cabe chamar atenção quanto à questão da atualização aspectual. Travaglia propõe que os Aspectos não estabelecem entre si uma relação de exclusão. Por exemplo, em (19) *“acabamos de receber um telegrama de João”* (p. 96), temos marcado o

Aspecto Acabado e o Pontual simultaneamente ou (20) “*eu corro 3 km todos os dias de manhã*” (p. 96) em que temos marcado o Imperfectivo, Habitual, Não-Acabado. Além disso, o autor também destaca:

Os Aspectos pertencentes a um mesmo grupo de distinções são mutuamente exclusivos. Não podemos ter, por exemplo, uma situação apresentada ao mesmo tempo como Durativa e Iterativa, ou Iterativa e Indeterminada, ou Começada e Não-começada, ou Inceptiva e Cursiva, ou Perfectiva e Imperfectiva. Se tivermos dois Aspectos do mesmo grupo marcados para uma mesma forma, certamente não se referirão à mesma situação (TRAVAGLIA, 1981, p. 97).

Travaglia explica, então, separadamente cada Aspecto e suas noções. A noção aspectual da *duração* tem relação com o tempo de extensão da situação e pode ser classificada como *contínua* (quando a situação é apresentada sem nenhuma interrupção no seu tempo de desenvolvimento) ou *descontínua* (quando a situação é apresentada sofrendo interrupções na sua duração, criando a ideia de repetição). Em (21) “*João ficará estudando até amanhã*” (p. 37), temos exemplo de uma situação sem interrupção em seu desenvolvimento (contínua); já em (22) “*sempre acordo às 6 horas*” (p. 38), uma duração descontínua que cria a ideia de repetição.

Como ressalta Travaglia, é difícil determinar quando uma repetição se torna um hábito. Neste ponto, o autor se aproxima de Castilho (1968) ao estabelecer uma diferenciação entre a repetição *consciente/automática* (que se torna um *hábito*) e aquela que é *regular* (não há falhas na repetição). Travaglia aprofunda a ideia – diferente de Castilho – propondo o seguinte: a *habitualidade* não é uma noção aspectual, mas sim a iteração de que a habitualidade nasce, pois é a iteração que surge da duração descontínua (TRAVAGLIA, 1981, p. 40). Ou seja, para uma iteração tornar-se um hábito é preciso que o número de repetições seja bastante alto. Consideremos, como exemplo, (23) “*nosso filósofo andou falhando no começo do ano*” (p. 82) (Aspecto Iterativo). Para que o *ato de falhar* seja um hábito (Aspecto Habitual), o filósofo precisará fazer muitas vezes ainda essa ação.

Além da possibilidade de uma situação ser contínua/descontínua ela também pode ser *limitada* ou *ilimitada*. Uma duração *limitada* é quando se conhece/indica os limites dos primeiros e últimos momentos do desenvolvimento da ação (pontos A e B da figura 1); já *ilimitada* não se conhece/indica os limites A e B da mesma figura.

Em (24) “*ele estava nadando desde as 6 horas da manhã*” (p. 36) ou (25) “*Sílvia limpava a casa desde cedo e ainda não acabara quando voltamos*” (p. 36) são exemplos de uma duração limitada (Aspecto Durativo). Já em (26) “*a Terra gira em torno do Sol*” (p. 37) ou (27) “*este cachorro morde*” (p. 37) são exemplos de uma duração ilimitada (Aspecto Indeterminado).

Ou seja, as durações ilimitadas são as chamadas *verdades eternas* o que corresponde ao Presente Gnômico para Mira Mateus (1983) e também para Castilho (1968). Inclusive, observa-se que Travaglia utilizou alguns dos exemplos de Castilho (1968). Travaglia argumenta que o Aspecto Indeterminado difere-se de trabalhos de outros autores, tal como os supracitados, dado que o Aspecto em questão não significa

“ausência de Aspecto” – como para Castilho (1968) –; mas, sim, uma ação sem limites conhecidos ou, por vezes, um possível enfraquecimento da noção aspectual (TRAVAGLIA, 1981, p. 81). Contudo, o autor não esclarece o que considera um “enfraquecimento”.

Uma situação de duração contínua e ilimitada transmite a ideia de *verdade eterna*. Por exemplo, há em (28) “o ano tem 365 dias” (p. 81) ou (29) “eu trabalho em uma loja de peças” (p. 80), de acordo com Travaglia, a ideia de uma situação correspondente ao tempo presente, passado e futuro (*onitemporal*). Além disso, o Aspecto em questão pode ter também a função de caracterizar seres. Em (30) “João é um rapaz inteligente” (p. 82), temos um Aspecto que indica uma característica própria de alguém. Para nós, o Aspecto Indeterminado é ainda uma questão não esclarecida (nem no trabalho de Travaglia (1981), nem no de Castilho (1968)), que oscila entre uma interpretação de suspensão de valores aspectuais ou mesmo de enfraquecimento, além de uma relação relativamente obscura com a temporalidade.

Na verdade, o que observamos é que Travaglia dá outro nome à noção de ausência de Aspecto, trata-se do Aspecto não atualizado. Em (31) “hei de passar no concurso” (p. 95) ou (32) “se ele pagar a taxa até amanhã, não haverá problema” (p. 95), por exemplo, não há um Aspecto atualizado, segundo o autor. Tal como já levantado aqui, para nós ainda não fica clara as noções de ausências aspectuais. Para este último caso de Travaglia não é diferente, principalmente considerando-se o fato de que o autor não explica o motivo pelo qual não há noção aspectual.

Travaglia propõe ações por começar, começadas e acabadas; mas não contempla neste repertório ações que estão planejadas para o futuro. Se bem observarmos, as construções em (31) e (32) referem-se a possibilidades futuras, desse modo, nos questionamos o porquê não haveria noção aspectual sendo que o próprio autor considera que o Aspecto é atualizado na interface do Verbo com os elementos subsequentes (em concomitância com Advérbios, por exemplo, tal como em (32)). Talvez essa seja uma hipótese a se levantar.

Travaglia busca detalhar minuciosamente a proposta de Castilho (1968) e propõe outras categorias que, aparentemente, seccionam a ação na linha temporal. Dito de outra forma, Travaglia passa a ver a ação que ainda está por ser feita, aquela que está sendo realizada, que está acabada e aquela finalizada há pouco. É o caso das *fases*. O autor divide as noções aspectuais em Não-Começado, Não-Acabado/Começado e situação acabada ou acabada há pouco (Aspecto Acabado). Segue tabela abaixo com os respectivos exemplos:

Quadro 3. Exemplos das classes aspectuais pertencente às “fases”, segundo Travaglia, 1981

ASPECTO	EXEMPLOS
Não-Começado	(33) <i>a cozinha <u>está por limpar</u></i> . (p. 89)
Não-Acabado/Começado	(34) <i>minha cabeça <u>tem doído</u> muito</i> . (p. 90)
Aspecto Acabado	(35) <i>Maria <u>leu</u> o livro</i> . (p. 91) (36) (...) <i>como <u>acabo de contar</u>, nunca os vira juntos¹²</i> . (p. 91)

Fonte: Formulado a partir da proposta de Travaglia (1981, p. 89-91).

¹² Ressalta-se que a construção perifrástica [Verbo “*acabar*” no Presente do Indicativo + *de* + infinitivo] expressa a ideia de uma ação que acabou de ocorrer, tal como (36). Travaglia observa que a situação acabada pode também aparecer sob a forma de *cessamento* ((37) “o treinador do time esteve doente” (TRAVAGLIA, 1981, p. 91)).

Nas fases de *desenvolvimento* da situação, encontramos o (i) Aspecto Inceptivo que apresenta a ação no início ou nos primeiros momentos, como em (38) “os marceneiros estão começando a armar o telhado” (p. 92); (ii) Aspecto Cursivo em que a situação é apresentada em pleno desenvolvimento, como em (39) “Os rapazes continuam jogando apesar da chuva” (p. 90); e (iii) Aspecto Terminativo em que a situação é apresentada nos últimos momentos ou no ponto de término, (40) “Rita terminou de limpar a casa às onze horas” (p. 93).

A última fase é a do *completamento* em que a situação é apresentada como: (i) completa (Aspecto Perfectivo) e (ii) incompleta (Aspecto Imperfectivo). O Perfectivo apresenta a situação em sua totalidade (com o começo, meio e fim englobados) e sem a necessidade/tentativa de dividir a situação em fases de desenvolvimento. Frases como (37) e (40) exemplificam o Perfectivo; porém, Travaglia também dá como exemplos (41) “Maria ficou olhando as fotos durante várias horas” (p. 45), (42) “o amor dos tios foi transformando aquela criança” (p. 80) e (43) “quando eles voltarem, já terei preparado o lanche” (p. 45).

Quanto à frase (41) questionamos se a perífrase *ficou olhando* de fato expressa uma ação perfeitamente completa. Consideramos tal classificação equivocada, bem como o exemplo (42) em que a perífrase *foi transformando* parece indicar um processo ainda em desenvolvimento.

Já o Aspecto Imperfectivo caracteriza-se por apresentar a situação como incompleta e em suas fases de desenvolvimento. “Aqui, ao contrário do que ocorre no Perfectivo, é como se a situação fosse vista de dentro, enfocando-se não o seu todo” (TRAVAGLIA, 1981, p. 78). Em (44) “a festa terminava, quando ele saiu” (p. 78) e (45) “a mistura ia endurecendo lentamente” (p. 78) exemplificam a ideia de imperfectividade.

Finalizamos a obra de Travaglia trazendo suas considerações acerca do Aspecto nos Nomes – como inicialmente proposto. O autor considera que, no português, parece haver algumas noções aspectuais nos nomes. Substantivos, por exemplo, podem apresentar estados, situações pontuais e durativas. No substantivo *explosão* é possível dizer que há marcado o Aspecto Pontual. A mesma ideia vale para *queimação* (não-acabado), *queimadura* (acabado), *assadura* (acabado), *corrente* (começado) e *tocável* (não-começado); porém, o que vemos é que são todos nomes deverbais, isto é, formados a partir de Verbos.

O autor tece apenas estas considerações e argumenta que esta questão é objeto para um outro estudo. Além disso, à semelhança de Castilho (1968; 2012), Travaglia também pouco expande a questão da influência do Aspecto no discurso.

Agora, saindo das obras dedicadas exclusivamente ao estudo do Aspecto, o trabalho de Cunha e Cintra (1985) encontra-se numa gramática normativa da Língua Portuguesa. Como dito anteriormente, os autores estabelecem, a partir dos tempos verbais, as classes aspectuais. Os Tempos Pretérito Perfeito e Mais-Que-Perfeito manifestam as *ações concluídas*; já o Tempo Pretérito Imperfeito, por sua vez, manifesta as *ações não concluídas*. É, pois, através desses dois grandes grupos que os autores estabelecem subclasses à categoria do Aspecto. Segue tabela abaixo:

Quadro 4. Definição e exemplos para cada classe aspectual, segundo Cunha e Cintra, 2008 [1985]

ASPECTO		DEFINIÇÃO	EXEMPLOS
Incoativo		Exprime um processo considerado em sua fase inicial.	(46) <i>Comecei a ler Os lusíadas.</i> (p. 397)
Permansivo	Pontual	A oposição pontual/durativo caracteriza-se pela menor ou maior extensão de tempo ocupada pela ação verbal.	(47) <i>Acabo de ler Os lusíadas.</i> (p. 396)
	Durativo		(48) <i>Continuo a ler Os lusíadas.</i> (p. 396)
	Contínuo		(49) <i>Vou lendo Os lusíadas.</i> (p. 396)
	Descontínuo		(50) <i>Voltei a ler Os lusíadas.</i> (p. 396)
Conclusivo/Terminativo		Expressa um processo em sua fase final.	(51) <i>Acabei de ler Os lusíadas.</i> (p. 397)

Fonte: Formulado a partir da proposta de Cunha e Cintra (2008, pp. 396-397).

A explicação de cada classe e suas respectivas subclasses é vaga. Não fica claro, por exemplo, a real diferença entre o Aspecto Durativo e Contínuo expressos pelos exemplos (48) e (49). Além disso, a classificação para as orações (47) e (51) parecem equivocadas, visto que se assemelham quanto ao seu significado¹³.

Ressalta-se que os autores fazem questão de chamar atenção para o fato de que apenas o Aspecto transmite a ideia de início, meio e fim de uma ação, por isso, a categoria em questão difere-se do Tempo, Modo e Voz. Para além dessa distinção, os autores também destacam a oposição entre forma simples e perífrase durativa. As perífrases construídas com o particípio (como, “*ele foi ferido*”, “*ele está ferido*”) exprimem o Aspecto Conclusivo; as perífrases construídas com gerúndio ou infinitivo (*ando lendo, estou lendo, continuo lendo, ficou lendo, estou a ler, ficou a ler*¹⁴) expressam o Aspecto de ação não concluída.

Os autores também citam os Advérbios que são, por excelência, modificadores de Verbos com a função principal de exprimir circunstâncias em que se desenvolve o processo verbal. Os Advérbios *agora, amanhã, antes, nunca*, entre outros e as Locuções Adverbiais tais como, *à noite, à tarde, de dia* – e tantas outras – são também capazes de localizar temporalmente o enunciado. Em apenas duas páginas os autores concluem a explanação acerca do Aspecto.

Finalizamos a revisão com o estudo publicado mais recentemente. Na obra de Castilho (2012), o autor, pautado numa teoria multissistêmica, delinea novas explicações às classes aspectuais. Castilho é novamente inovador em seu estudo ao propor tal abordagem e dar o primeiro passo ao tratar dos fatos da língua, em especial do Aspecto, adotando as premissas da Linguística Cognitiva e Funcionalista dentro de uma gramática.

¹³ É necessário considerar que os exemplos utilizados pelos autores carregam forte influência do Português Europeu. Isso se deve, como destaca Ilari (2012), ao fato de que Cunha e Cintra buscaram aproximar o Português Europeu (PE) e o Português Brasileiro de modo a provar que ambas as variedades apresentam os mesmos fatos gramaticais. Todavia, é necessário considerar que o PE se difere do PB não só na sintaxe, como na semântica. Castilho (2012) vem justamente comprovar esta observação com a obra *Gramática do Português Brasileiro*.

¹⁴ Os exemplos trazem a construção [*estar + infinitivo* precedido da preposição *a*], que é típica do Português Europeu (PE), e corresponde à construção [*estar + gerúndio*] no PB. Dessa forma, comprovamos a influência que o PE língua exerce na obra dos autores.

O autor refina sua proposta inicial e distingue o Aspecto em duas faces – qualitativa e quantitativa – no entanto, não define explicitamente o que entende por cada uma. A explicação se dá por meio dos exemplos e o que podemos inferir é que a ideia, agora, é que se a ação se repete (quantificação do evento), é como se não precisássemos perguntar se se trata de uma ação Perfectiva ou Imperfectiva, isto é, uma ação¹⁵ retratada completamente ou não.

Em (52) “eu tenho ido ao teatro” (p. 426) ou (53) “olha eu costumo dizer ao meu primo (...)” (p. 426), temos o exemplo do que fora exposto acima. As perífrases *tenho ido* e *costumo dizer* expressam, dessa forma, o Aspecto Iterativo. Castilho propõe o seguinte quadro:

Quadro 5. Faces do Aspecto, segundo Castilho (2012)

FACE QUALITATIVA		FACE QUANTITATIVA
IMPERFECTIVO (o que dura)	PERFECTIVO (.) (o que começa e acaba)	SEMELFACTIVO (ocorrência singular)
Inceptivo -----	Pontual	ITERATIVO (o que se repete) (ocorrência múltipla, habitual ou reiterada) Imperfectivo/Perfectivo
Cursivo -----	Resultativo	
Terminativo -----		

Fonte: Formulado a partir da proposta de Castilho (2012, pp. 419-420).

Logo nas primeiras linhas, Castilho chama a atenção para o fato de que a ocorrência verbal assume simultaneamente mais de uma face e argumenta: “nem poderia ser de outro modo, pois a variedade dos estados de coisas representados pela predicação verbal havia mesmo de requerer um quadro pluridimensional, cujos termos não se excluem, não se negam” (CASTILHO, 2012, p. 420). Portanto, o que vemos é que desde o início o autor aprofunda a questão do *paralelismo entre Aspectos* (e exemplifica ao longo de toda a obra), diferente de seu primeiro estudo. Ao explicar o Aspecto Pontual com o exemplo (54) “a empregada **passa a camisa**” (p. 424), Castilho argumenta:

Se alguém está passando uma camisa, mas é interrompido enquanto a passa, pode-se dizer que passou a camisa? A resposta será ‘sim’, se se pensa que ‘passar uma camisa’ envolve diferentes fases, algumas das quais já foram executadas. Mas se nos concentrarmos no resultado desse ato, que é ‘ter a camisa passada’, a resposta será ‘não’, ressaltando a interpretação perfectiva (CASTILHO, 2012, p. 425).¹⁶

Logo à primeira vista, verificamos que, diferente da tabela proposta em seu trabalho de 1968, nesta não há mais o Perfectivo Cessativo; nem a diferença entre Inceptivo Puro e Incoativo, por um lado, e Cursivo Puro e Progressivo, por outro. O que vemos, portanto, é que estamos diante de uma teoria mais enxuta. Quanto ao Aspecto Inderterminado e a questão discursiva, o autor argumenta que não tratará desses pontos nesta obra, mas confirma sua existência:

¹⁵ O que nos parece é que, quando ocorre quantificação de ação/evento, a face quantitativa (ocorrência múltipla de ações) se sobressai à qualitativa.

¹⁶ Ou seja, é possível classificar (54) tanto como Imperfectiva e Perfectiva, sobretudo se dividirmos “nos estados de coisas sua operação separadamente de seu resultado” (CASTILHO, 2012, p. 425).

A perspectiva discursiva do Aspecto não será muito elaborada (...) deixo isso para você. O fato é que traços semânticos dos argumentos sentenciais externo e interno, bem como sua configuração no singular e plural, interferem na constituição do significado aspectual. Sintagmas nominais não específicos tendem a cancelar as noções de Aspecto e tempo, com o surgimento dos tempos ‘indivisíveis’ (...) ou do Aspecto Inderterminado, uma sorte do aoristo, de que tratei em Castilho (1968). (CASTILHO, 2012, p. 420).

Tendo em vista a proposta renovada de Castilho, chamamos atenção aqui quanto à face quantitativa do Aspecto. De acordo com o autor, o Iterativo representa as ações de ocorrência múltipla, repetida e habitual. Ademais, além de apresentar maior dependência dos fatores de natureza composicional, não se trata, a rigor, de “outro Aspecto”, uma vez que representa uma quantificação do Imperfectivo e do Perfectivo.

É, pois, em virtude dessa composicionalidade que o autor propõe que sufixos como *-ejar* e *-itar* ou auxiliares como *costumar*, *andar (a)*, *viver a* e *habituar-se a* seguido de infinitivo ou gerúndio reforçam a ideia de iteratividade. A perífrase presente em (55) “*olha eu costumo dizer ao meu primo-irmão (...) que eu gosto tanto de teatro*” (p. 426) representa o Aspecto Iterativo. Vemos o mesmo valor em (56) “*para fazer as coisas calmamente não dá... pura e simplesmente não dá... então a gente corre depressa e vai para o carro troca de roupa correndo faz isso faz aquilo” (p. 426).*

Castilho propõe-se a analisar brevemente a relação entre a iteração, complementos verbais e sintagmas nominais (doravante SN), abordagem, até então, nova dentro dos estudos analisados até o momento. O autor argumenta que SNs com objeto direto no singular, tal como em (57) “*a criança comeu um doce na hora do almoço*” (p. 427) apresenta uma ação durativa singular e, portanto, um Imperfectivo Semelfactivo, diferente de (58) “*comem doces na hora do almoço naquela creche*” (p. 427), em que há uma ação durativa que se repete representando o Iterativo Imperfectivo, segundo Castilho.

À semelhança do que fora proposto em seu primeiro trabalho, Castilho também argumenta que a repetição do léxico contribui para a interpretação iterativa, tal como se vê em (59) “*os rapazes berram e berram (...) e votam e falam (...)*” (p. 429). Os Advérbios (quantificadores e temporais) são também uma questão trabalhada por Castilho e, tal como proposto, influenciam a interpretação iterativa. Em (60) “*o meu problema é doce... raramente eu como doce...*” (p. 428) e (61) “*se usa muito o termo extrapolação*” (p. 429), temos exemplos da influência do Advérbio sob o Aspecto.

Considerações finais

Com este trabalho, buscamos compreender como o Aspecto vem sendo estudado pelas diferentes abordagens linguísticas. A partir da revisão crítica realizada, vimos que o Aspecto ainda carece de mais estudos e, como já argumentou Godoi (1992), a categoria do Aspecto ainda parece ser mal compreendida.

O que observamos é que os estudos aspectuais, embora se renovem em determinados pontos, ainda se mostram centrados e vinculados ao Verbo e, em menor medida, ao Advérbio. Mais do que isso, os autores

estudados acabam por desconsiderar o co(n)texto e apresentam o Aspecto dentro de categorias ainda fechadas entre si, o que limita a interpretação aspectual. Por mais que Castilho e Travaglia tenham proposto uma combinação aspectual (*paralelismo entre aspectos* ou *quadro pluridimensional*, nos termos de Castilho (2012)), ela ainda se dá de forma restrita.

A hipótese aventada a partir desta pesquisa é que, talvez, possamos analisar o Aspecto sob um olhar mais amplo considerando sua relação e sua interface com os demais elementos dos complexos oracionais e não apenas centrado no Verbo. De outro modo, questionamos se seria possível interpretar o Aspecto como um processo – *aspectualização* –, envolvendo a relação entre complexos oracionais, cotexto e contexto, a partir de um quadro cognitivo-textual, um trabalho a ser desenvolvido em estudos futuros.

Referências

- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. São Paulo: Editora Nacional, 1989.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dicionário de filologia e gramática**. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1974.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa**. Marília: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, 1968.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.
- COSTA, Sônia Bastos Borba. **O aspecto em português**. São Paulo: Contexto, 2002.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008 [1985].
- GODOI, Elena. **Aspectos do aspecto**. 1992. 294f. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- MATEUS, Maria Helena Mira, *et al.* **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Caminho Editora. 1989.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão**. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 1981.

Como citar este capítulo:

CASTRO, Maria Gabriela Rodrigues de. Aspectologia: uma revisão crítico-teórica no português. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PEDRO, Adriana Moreira; OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de; SILVA, Alexandra Marques; SOUZA, Douglas Rabelo; BRITTO-COSTA, Letícia Fernandes de; KOBAYASHI, Sergio Mikio. **Discurso e identidade: múltiplos enfoques**. São Paulo: FFLCH, 2018, p. 77-92. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/9788575063361>

Censura – uma releitura

Maria Cristina Castilho COSTA¹

Resumo: O artigo analisa o efeito da censura prévia às Artes Cênicas no Brasil a partir da Leitura Dramática da peça "O poço", de autoria de Helena Silveira (1949), vetada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado de São Paulo (Deip) em 30 de março de 1950, cujo processo censório faz parte do acervo do Arquivo Miroel Silveira, que reúne os processos de censura estadual do período de 1930 a 1970, então sob a guarda da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. A leitura foi realizada em 30/1/2016, parte do projeto Censura em Cena, promovido pelo Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (OBCOM), da ECA-USP, em parceria com o Centro de Pesquisa e Formação do SESC-SP. A base teórica da análise é o conceito de "partilha do sensível", de Jacques Rancière.

Palavras-chave: Teatro; Censura; Helena Silveira; Jornalismo; Leitura Dramática.

Introdução

Este artigo é resultado de um projeto de pesquisa que envolve a liberdade de expressão e a censura, cujo título é *Interdição e partilha do sensível – Análise, recuperação e resgate de peças teatrais vetadas pela censura ao Estado de São Paulo (1932-1966) presentes no Arquivo Miroel Silveira da ECA-USP (AMS)*. O projeto se propôs a realizar a leitura dramática de peças vetadas pelo Serviço de Censura do Departamento de Diversões Públicas do Estado de São Paulo, órgão que pertencia ao antigo DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda – criado por Getúlio Vargas para promover a política ideológica do Estado Novo e para controlar, através da censura, a produção cultural e artística brasileira. Os processos para a censura prévia de peças que estreariam em São Paulo, formaram um arquivo de 6.137 obras analisadas pelos censores. Essa documentação foi salva da destruição graças à intervenção de Miroel Silveira. Poeta, tradutor, autor, crítico de teatro, jornalista, produtor, dançarino e professor da ECA, Miroel Silveira sabia da riqueza artística e histórica que ali havia e, ao se anunciar a abertura política nos últimos anos da Ditadura Militar, foi o responsável pelo resgate desses processos que permaneceram na Biblioteca da Escola até o presente ano. Desde 2000, vimos estudando esse material através do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura da Universidade de São Paulo (OBCOM-USP), tendo seus processos servido como objeto de pesquisas de mestrado, doutorado, pós-doutorado e iniciação científica, num total de mais de 80 trabalhos.

A censura no Brasil, entretanto, não se limita aos períodos ditatoriais, em que regimes de exceção se instalam no país, como o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) e a Ditadura Militar (1964-1985), instituindo mecanismos de controle da produção cultural e artística. Ela tem início nos primórdios do período colonial, quando Pedro Álvares Cabral aportou trazendo todos os instrumentos da dominação colonial – as armas, os barões, as ordens religiosas, a exploração mercantil e as instituições políticas europeias. Em meio

¹Professora titular da Escola de Comunicações e Artes da USP e coordenadora do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (OBCOM). E-mail: criscast@usp.br.

a toda essa bagagem, veio a censura – o controle sobre o que pensam, dizem, contam, cantam, dançam os habitantes desse novo mundo que, assim, já nascia sufocado e envelhecido. E até hoje, a censura persiste, percorreu os diferentes períodos coloniais, acompanhou o Império e renasceu na República, tendo atrasado o desenvolvimento da imprensa, da educação, da formação universitária, da ciência e das artes. Quanto mais estudamos os prejuízos que ela provoca – a falta de conhecimento, o parco e dependente crescimento das artes, a infantilização dos públicos pouco informados e amadurecidos, a autocensura cada vez mais vigilante e frustrante, a falta de critérios estéticos de produtores e consumidores, a soberba dos funcionários públicos envolvidos com a censura daquilo que não conhecem ou entendem, a superficialidade dos espetáculos quase sempre destinados ao mero entretenimento, a efemeridade dos movimentos de criação artística e cultural – mais nos certificamos da necessidade urgente de mostrar o que é, como e porque se realiza a censura que sobrevive a quase todas as tentativas de extingui-la.

O AMS tem servido como testemunho desses processos de cerceamento à liberdade e controle da produção simbólica. O projeto a que nos referimos levou a público, através de Leituras Dramáticas, os textos mais significativos que foram vetados pela censura. Sabemos que as interdições à produção artística têm diversas funções: tomar conhecimento sobre artistas e suas obras, lê-las, entender o que pensam os autores, seus recursos estéticos e as críticas e denúncias que eventualmente apresentam. A censura pretende também, enquanto força de pressão, coibir os autores, fazê-los escolher temas e formas estéticas que estejam acordes com a ideologia dominante, descartando as oposições mais contundentes e agressivas, inibindo-os. A censura tem intenção ainda de, com cortes e vetos, amansar as obras, limar as arestas, disfarçar as críticas, pasteurizar as denúncias. Para isso, não é necessário proibir, basta modificar, cortar, mutilar, trocar nomes, domesticar diálogos, conter indignações. Mas, de vez em quando, algumas obras devem ser proibidas até mesmo para que o peso do poder se legitime e a intimidação se fortaleça. As obras vetadas são então destinadas a um limbo histórico e mesmo aquelas que mais tarde são liberadas, poucas vezes são reeditadas, reencenadas, apresentadas, publicadas, criticadas. O intuito do projeto do OBCOM-USP foi justamente levar a público algumas dessas peças e promover o debate sobre elas e seus autores e averiguar como seriam recebidas hoje, passadas tantas décadas de sua proibição. De 2015 a 2017, em parceria com o Centro de Pesquisa e Formação (CPF), do SESC-SP, e apoio da Universidade de São Paulo, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), realizamos o Projeto *Censura em Cena* que abrigou as leituras de 14 peças, seguidas de debates com especialistas que discutiram a obra, o autor e a censura. Os encontros aconteceram no auditório do CPF SESC-SP e no Teatro da Universidade de São Paulo (TUSP). Este artigo apresenta as discussões que a Leitura Dramática de uma dessas obras possibilitou: a peça *O Crime do Poço*, de Helena Silveira, vetada pela censura, cuja Leitura Dramática se deu no dia 20 de janeiro de 2016.

1 O crime do poço

Como jornalista e escritora, Helena Silveira teve acesso à documentação de um crime ocorrido na cidade de São Paulo em 1948. O caso envolveu o químico e professor de biologia Paulo Ferreira de Camargo, doutorando da Universidade de São Paulo, que, aos 26 anos, matou a tiros a mãe, Benedita Ferreira de Camargo, e duas irmãs, Maria Antonieta e Cordélia, jogando-as, com vestes mortuárias confeccionadas pela própria mãe, em um poço que mandara construir no jardim da casa onde vivia a família, à Rua Santo Antônio, n. 104, no bairro do Bexiga. Dias depois, Paulo avisou a amigos que viajaria com a família para o Sul do país. De lá enviou notícias de um acidente de automóvel no qual teriam morrido a mãe e as irmãs. Dias depois, estranhando a ausência das mulheres na casa ou de funerais, os vizinhos chamaram a polícia que, informada da recente construção do poço, foi investigar a residência. Quando os policiais se preparavam para abrir o poço, Paulo, sentindo-se descoberto, se trancou no banheiro da casa, onde se suicidou com um tiro no peito.

A repercussão do crime foi grande e a consternação popular também. A curiosidade e o interesse foram aumentando especialmente quando um dos bombeiros encarregados de retirar os corpos morreu de infecção cadavérica, alimentando a versão popular sobre uma maldição do local. Em razão dessa crença, ninguém mais quis comprar o terreno e habitar aquela terra infectada pelo ódio e pela morte. A casa permaneceu desabitada até fazer parte de um grande empreendimento – a construção do Edifício Joelma que também foi palco de um evento dramático: um incêndio que abalou a cidade em 1974, deixando 191 mortos e mais de 300 feridos. Mesmo antes desse fatídico acontecimento, não foram poucos os relatos de pessoas que afirmaram ter testemunhado a presença de “fantasmas” no edifício.

Figura 1. Paulo Ferreira de Camargo.



Fonte: O cão de guarda notícias²

O caso ficou conhecido como o “crime do poço” e a motivação do assassino parece ter sido, segundo as investigações, a oposição da mãe viúva e das irmãs solteiras ao namoro do rapaz com uma enfermeira que já não era virgem.

² Disponível em: <<http://www.ocaodeguardanoticias.com.br/2014/02/o-crime-do-poco-e-o-edificio-joelma.html>>

Figura 2. Momento do resgate dos corpos.

Fonte: O cão de guarda notícias³

Figura 3. Fachada da casa na Rua Santo Antônio, no. 104

Fonte: O cão de guarda notícias⁴

2 Helena Silveira e o crime do poço

Helena Silveira era uma intelectual e uma exploradora de trilhas. Prima de Miroel Silveira e irmã da escritora Dinah Silveira de Queiroz, paulistana, nasceu em 1912. Dos Silveira vinha a herança intelectual e literária que tanto ela como a irmã souberam aproveitar. Helena Silveira tornou-se jornalista, escritora e crítica de televisão. Teve reconhecida produção literária, tendo ganhado prêmio da Academia Paulista de Letras, em 1954. De 1970 a 1984 manteve coluna semanal nos cadernos de cultura do grupo *Folha de S. Paulo*, na qual analisava o impacto da televisão na vida e na cultura da época.

³ Disponível em: <<http://www.ocaodeguardanoticias.com.br/2014/02/o-crime-do-poco-e-o-edificio-joelma.html>>

⁴ Disponível em: <<http://www.ocaodeguardanoticias.com.br/2014/02/o-crime-do-poco-e-o-edificio-joelma.html>>

Não só o trabalho de Helena Silveira, mas também a obra de dramaturgos como Nelson Rodrigues, Plínio Marcos e Millôr Fernandes, mostram como é comum o trânsito entre os jornais e os palcos. Foi como jornalista que Helena Silveira teve contato com as investigações levadas a efeito para desvendar o “crime do poço”. Além das notícias de jornal, a autora teve outras influências na elaboração de sua peça. Nessa época eram comuns os textos literários e dramaturgicos que abordavam as neuróticas relações familiares das camadas mais altas da sociedade. Arthur Miller se destacava no cenário internacional, enquanto no Brasil, Nelson Rodrigues garantia espaço com essa temática.

Com essas influências, Helena Silveira escreve, em 1949, a peça *O Poço*, na qual Paulo, que recebeu o nome de Julio, é um personagem perturbado, resultado de uma educação opressora e moralista imposta pela mãe a ele e às duas irmãs, que também se mostram abaladas psicologicamente – uma excessivamente reprimida e a outra dissimulada. Quando o rapaz começa a se desvencilhar desse núcleo opressor, iniciando um namoro, a família se rebela e as mulheres o oprimem com sentimentos possessivos e incestuosos. Da repressão desse círculo vicioso da família, ele só se desvencilha através do crime.

O resultado foi uma peça escrita em diferentes planos com narrativas que se situam em diversas temporalidades – o ambiente familiar opressor como antecedente e a investigação do crime pela polícia como tempo presente. O drama é familiar e a opressão é fator dominante nas relações entre os parentes esmagados pelas dificuldades financeiras e por relações patológicas.

Antes de estrear no Teatro de Cultura Artística de São Paulo, a peça foi proibida por Joaquim Büller Souto, Diretor da Divisão de Diversões Públicas, de acordo com os pareceres dos censores Raul Fernandes Cruz e José Américo Cezar Cabral. Conforme os prontuários do processo, a peça é uma

(...) reprodução fiel do crime da rua Santo Antonio – já de si bastante vivo, ainda, na opinião pública. Além disso, uma das personagens, Cornélia, tem quase o mesmo nome de uma das vítimas reais do aludido crime – Cordélia. Finalmente, constata-se que nem mesmo o fundo moral e educativo de que “o crime não compensa” é nela citado. (ARQUIVO MIROEL SILVEIRA, DDP 2956)

Como ocorria inúmeras vezes, o texto foi modificado e reapresentado com novo título – *O fundo do poço* – e novo coautor – o segundo marido de Helena Silveira, o poeta e escritor Jamil Almansur Haddad. Com o nome da personagem Cornélia substituído por Cristina, a peça estreia no Teatro de Cultura Artística em março de 1950. A encenação não foi sucesso de crítica e acarretou à autora um processo da família que se dizia injuriada pela autora. Desde então a peça nunca mais foi reencenada.

3 Leitura dramática

A Leitura Dramática de *O fundo do poço* teve na mesa de debates, os seguintes especialistas: Renata Pallottini, dramaturga, poeta e professora; Lucia Salvia Coelho, doutora em Ciências Médicas pela Universidade Estadual de Campinas; Maria Teresa Vargas, escritora e crítica teatral, e Lucas Arantes, escritor,

jornalista e dramaturgo. Representando o OBCOM-USP, esteve a pesquisadora e doutoranda Eliane Almeida, que havia pesquisado a biografia da artista.

Lucia Coelho destacou os prejuízos da censura ao desenvolvimento das artes, da cultura e da ciência. Disse que a censura se justifica como defesa da opinião pública, mas pergunta: o que é a opinião pública? Geralmente ela é avaliada de um ponto de vista meramente abstrato e estatístico, que nada tem a ver com o que pensa a sociedade. Helena Silveira, segundo a debatedora, procura mostrar com a peça como as falácias da família podem criar uma geração de pessoas transtornadas. Diz ela:

(...) a censura compara, nos regimes totalitários e democráticos, à fronteira entre o tolerável e o intolerável, entre o que uma sociedade admite, do registro do visível e mesmo do discutível, e o que os grupos dominantes colocam na lista daquilo que deve ser apagado, não dito, não discutível (COELHO, debate da leitura dramática).

Coelho associa o conflito exposto por Helena Silveira à obra *À margem da vida*⁵, de Tennessee Williams, que expõe de forma contundente o rancor que se desenvolve em relações familiares opressivas. Mas a censura “sombria, obscura e indiscriminada” não quer ver, nem deixar ver.

Maria Teresa Vargas afirmou que enquanto *O fundo do poço* expõe os conflitos internos das personagens, há alguma coisa que fica sub-reptícia e escondida que é esse contexto retrógrado e moralista da sociedade que vai destruindo as pessoas. Diz ela:

Julio não destrói a família mais do que a si próprio. Por isso, a censura é burra, pois incide sobre o texto sem compreendê-lo – eles não se dão conta que a arte tem personagens, os personagens são pessoas que tem a sua construção, um personagem é um ser de mentira que foi construído segundo o autor queria (VARGAS, debate da leitura dramática).

Como Vargas, Renata Pallottini comenta a assertiva do médico José Ferraz Salles, do manicômio judicial:

(...) inconcebível como se permite a exploração teatral de dramas recentes, encobertada pela projeção de autores e autoras de certo renome. Condenei e condeno a busca de sucesso quando o tema é uma tragédia íntima de uma família que ainda vive (PALLOTTINI, debate da leitura dramática).

Pallottini contra-argumenta com as palavras ditas pela esposa de Oswald de Andrade contra a intervenção da censura:

(...) uma obra de arte não pertence nunca ao autor, ... é um patrimônio do povo e do país que a possui, portanto o processo contra o Fundo do Poço errou, devia ter processado a sociedade pois foi ela que produziu o crime (PALLOTTINI, debate da leitura dramática).

Lucas Arantes foi um participante especial, pois sua peça *Edifício London*, baseada no crime que matou Isabella de Oliveira Nardoni, de cinco anos, ocorrido em São Paulo em março de 2008, quando foi jogada da janela do edifício pelo pai e pela madrasta, foi proibida por uma ação judicial da mãe da criança, que alega

⁵À *Margem da vida* é uma peça escrita por Tennessee Williams em 1944, abordando os problemas de dois jovens, uma moça e um rapaz que vivem sob opressão de uma mãe asfíxica. Realista e psicológica, a peça traça o perfil de personalidades conturbadas por laços familiares doentes. Teve adaptações para o cinema e a televisão, sempre alcançando grande sucesso. Estreou no Brasil em 1947, por iniciativa de Alfredo Mesquita.

ter tido sua privacidade invadida. A publicação do livro e a encenação da peça foram proibidos, assim como qualquer outra publicação a esse respeito. Analisando os vetos, Arantes afirma que enquanto os jornais e os canais de televisão podem falar e explorar de forma sensacionalista os crimes que ocorrem cotidianamente na cidade, a arte deve se calar sobre eles. Diz ele:

O jornal é espécie de psicólogo social, quando uma tragédia anunciada ocorre, ele busca organizar o luto de uma sociedade inteira, a notícia é a presentificação de um marco, quanto mais os noticiários anunciam um fato, mais marcante esse acontecimento se torna... (ARANTES, debate da leitura dramática).

No entanto, explica Arantes, o jornal não explica o que aconteceu nem porque aconteceu, o que é diferente de investigar as causas. A imprensa não responde às questões que emergem no público, mas vendem muito. O acesso aos sites das emissoras de televisão teve um aumento de 50% enquanto transmitiam as investigações sobre o caso Nardoni.

E a arte, de alguma forma, é essa organização de luto, não uma melancolia que você perde os seus objetos internos, o luto você recolhe o que for importante, reflete sobre aquilo e introjeta, deixando o que não é seu pra lá (ARANTES, debate da leitura dramática).

Eliane Almeida trouxe como contribuição para o debate o relato de que, diante da proibição de *O Poço*, os censores teriam perguntado a Helena Silveira por que ela não escrevia sobre outro assunto, algo que tivesse acontecido cem anos antes, por exemplo. Ao que ela teria respondido: "(...) porque eu sou cronista do meu tempo, e é o meu tempo que eu tenho que retratar" (ALMEIDA, debate da leitura dramática).

4 A partilha do sensível e o regime das artes

A Leitura Dramática da peça *Ofundo do poço* e os debates suscitados trouxeram resultados enriquecedores. Identificaram-se mecanismos censórios para além dos extintos órgãos oficiais de censura no Ocidente, há mais de vinte anos, tais como a censura econômica, que inviabiliza espetáculos de grupos amadores e de baixo custo. O valor dos aluguéis de uma sala de espetáculo, assim como dos recursos de cenário e de iluminação, cada vez mais exigidos, modificam o ambiente da produção artística que havia entre os anos 1940 e 1980, quando grupos amadores, estudantes, operários e demais movimentos sociais promoviam a apresentação de peças teatrais politicamente engajadas. Hoje, para se ter público e publicidade, as companhias, em sua maioria, necessitam de financiamento de empresas públicas ou privadas. Para isso, elas selecionam os espetáculos e os artistas a partir de critérios pessoais e privados.

Além disso, o mercado internacional de espetáculos promove uma dura concorrência com grupos nacionais ou regionais, tornando cada vez mais constante a importação de encenações já prontas que pouco têm relação com a realidade brasileira. Assim, as dificuldades que cercam a prática teatral e, especialmente, os espetáculos mais reflexivos, de autores nacionais e que buscam estabelecer um espaço de crítica e debate, inviabilizam muitas das iniciativas. Atores, diretores e produtores acabam recorrendo ao mero

entretenimento para sobreviverem e terem público garantido para seus espetáculos. Por outro lado, o patrocínio de empresas privadas obedece a interesses econômicos que, por si só, afastam dos palcos os espetáculos mais reflexivos ou que atraíam menor público. Todo esse contexto funciona como uma censura, obrigando os autores, diretores e companhias teatrais a escolherem o mais palatável, o mais fácil e o mais consumível.

Também atuam como censores, juízes que, diante de processos judiciais, determinam o recolhimento de livros, o pagamento de indenizações vultosas, a interdição de espetáculos, a suspensão de emissoras de rádio e televisão, envolvendo profissionais e produções supostamente injuriosas ou caluniosas. São processos decididos por liminares que constituem verdadeiras censuras.

Todas essas considerações nos levam novamente ao autor que fundamentou nossas pesquisas – Jacques Rancière, que define em sua obra o que chama de Regime das Artes, ou seja, “as suas formas de fazer, sua visibilidade e a pensabilidade de suas relações” (RANCIÈRE, 2009, p.13), definindo o que é efetivamente experimentado na recepção estética. Afirma o autor que, se a obra é um partilhamento do sensível, este é filtrado por diferentes filtros – um deles é o da linguagem, que estabelece o que pode ser dito e como pode sê-lo. Outro filtro é constituído pelos padrões estéticos que moldam sensibilidades perceptivas do ator e do público. Finalmente, a fruição depende dos caminhos que a obra trilha para alcançar um determinado público, com suas aberturas e fechamentos. Como vimos no decorrer deste texto, toda e qualquer forma de censura interfere em qualquer dessas instâncias – na linguagem utilizada, naquilo que é dito, nos modelos estéticos pelos quais o autor se expressa e nas intervenções a que a obra é submetida até chegar ao público.

A censura, qualquer uma delas, da clássica censura estatal, de caráter oficial, aos mecanismos atuais, insidiosos e indiretos, *capilarizados*, no sentido que utiliza Michel Foucault ao analisar as formas pelas quais o poder se manifesta nas ações cotidianas e nas relações sociais mais particulares e privadas, ela interfere, modifica, mutila, adia, atrasa e condena a obra de arte ao ostracismo, à intemporalidade. A censura inibe a criação artística, amedronta os criadores, impede a reflexão crítica, infantiliza o público, prejudica os artistas e empobrece o meio artístico e cultural.

Referências

ALINE AC, Lara. **Crime Do Poço**: o enigma do Edifício Joelma? (Lara Aline Ac). Disponível em: www.cemiteriosp.com.br/pdf/CRIME_DO_POCO.pdf.

ALMEIDA, Eliane de Souza. **O Fundo do Poço**: análise dos processos de censura paulista da obra de Helena Silveira em 1950. 2016. Relatório. Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (OBCOM) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

ANDRADE, Oswald. **O telefonema**. São Paulo: Globo, 2007.

BROCANELLI, Noelma. **A morte nas crônicas memorialistas de Helena Silveira**. 2008. 117f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

CARVALHO, Neuza Guerreiro de (31 maio 2006). **Lendas Urbanas – a cidade e seus personagens – Um crime hediondo em São Paulo**. Disponível em: www.vivasp.com/texto.asp?tid=4472&Sid=9. Acesso em: 26 out. 2010.

COSTA, Maria Cristina Castilho (Org.). **Censura, repressão e resistência no teatro brasileiro**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008.

COSTA, Maria Cristina Castilho – A Censura de O Poço: mediação entre a realidade e o simbólico. **Revista Intercom**, v. 34, n.1(2011).

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Censura em Cena: Teatro e censura no Brasil**. São Paulo: EDUSP/FAPESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Como Helena Silveira vê TV**. Texto apresentado no Congresso Nacional da Intercom – GT Ficção Televisiva Seriada, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, 2010.

JORGE FILHO, José Ismar Petrola. Aproximações entre Jornalismo e Dramaturgia nas Peças “O poço”, de Helena Silveira, e “O Beijo no Asfalto”, de Nelson Rodrigues: o Teatro que é Jornalístico e o Jornalismo que é Espetáculo. **Ouro Preto: Intercom**, 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2012/resumos/R33-1858-1.pdf>. Acesso em 23/11/2015.

JORGE FILHO, José Ismar Petrola. **Jornalistas e dramaturgos: influência da prática jornalística na dramaturgia no Brasil em meados do século XX, a partir dos prontuários de censura do Arquivo Miroel Silveira**. 2013. 214f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. Estética e Política. São Paulo: EXO experimental/ Editora 34, 2009.

SAMPAIO, Paulo. Revista J.P: o professor da USP que enterrou a família no quintal de casa. **Revista Eletrônica Glamurama**. 29/07/2015. Disponível em: <http://glamurama.uol.com.br/revista-j-p-o-professor-da-usp-que-enterrou-a-familia-no-quintal-de-casa/>.

SILVA, Pedro Paulo da. **Jornalismo, telenovela e cultura na coluna “Helena Silveira vê TV” (1970-1984)**. 2015. 176f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo

SILVEIRA, Helena. **O fundo do poço (O poço)**. Peça e Processo do Prontuário DDP 2946 do Arquivo Miroel Silveira da ECA/USP.

SILVEIRA, Helena. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Paz e Terra/Secretaria Municipal de Cultura, 1983. (Coleção Depoimento).

SOUZA, Ana Paula. **Proximidade com o real aproximou jornalismo da produção teatral**. Agência USP de Notícias. Disponível em: <http://www5.usp.br/42979/proximidade-com-o-real-aproximou-jornalismo-da-producao-teatral/>.

Como citar este capítulo:

COSTA, Maria Cristina Castilho. Censura – uma releitura. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PEDRO, Adriana Moreira; OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de; SILVA, Alexandra Marques; SOUZA, Douglas Rabelo; BRITTO-COSTA, Letícia Fernandes de; KOBAYASHI, Sergio Mikio. **Discurso e identidade: múltiplos enfoques**. São Paulo: FFLCH, 2018, p. 93-101. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/9788575063361>

Meio e concepção textual na imediatez e na distância comunicativas, de Koch e Oesterreicher

Denise DURANTE¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo refletir sobre os conceitos de meio e concepção textual presentes na teoria da imediatez e distância comunicativas, desenvolvida por Koch e Oesterreicher, na obra “*Lengua hablada en la Romania: español, francés, italiano*” (2007). Busca-se considerar de que modo o meio pode influenciar a concepção textual, bem como em que medida a relação dicotômica entre meio e concepção pode se manifestar nas chamadas “novas mídias” para veiculação de mensagens. Para embasar essa reflexão, cotejam-se as ideias de Koch e Oesterreicher com as reflexões de Maingueneau (2002) e de autores brasileiros como Andrade (2005) e Urbano (2006). O trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, com a consulta a fontes secundárias.

Palavras-chave: Meio; Imediatez Comunicativa; Distância Comunicativa; Mídia.

Introdução

Os termos “fala” e “escrita” são comumente empregados, no âmbito do senso comum, primeiramente, para se fazer referência à realização das expressões linguísticas na forma de sons ou de signos gráficos, ou seja, no que se refere ao meio para a veiculação das mensagens. Essa diferenciação é evidente, porém não é suficiente para explicar a complexidade da problemática entre oralidade e escrita, conforme propuseram os pesquisadores alemães Peter Koch e Wulf Oesterreicher (2007, p. 20).

Charaudeau e Maingueneau, em seu *Dicionário de Análise do Discurso* (2006), no verbete escrito/oral, também se voltaram para as oposições relacionadas a esses dois termos. A primeira oposição indicada por eles se refere aos enunciados veiculados pelos canais sonoro e gráfico. Os autores ressaltam que essa oposição vem sendo relativizada pela atual digitalização das informações, “[...] tendo isso sido possibilitado pela aparição das mídias audiovisuais (cinema, televisão) e dos registros sonoros, que permitiram não restringir a conservação dos enunciados unicamente pelo código gráfico” (*op. cit.*, p. 203).

Diante dessas reflexões, abordamos, neste artigo, o tema das relações entre a fala e a escrita. Adotam-se como base algumas das ideias de Koch e Oesterreicher, apresentadas no segundo capítulo da obra *Lengua hablada en la Romania: español, francés, italiano* (2007), publicada originalmente em 1990, na Alemanha, com o título *Gesprochene Sprache in der Romania: Französisch, Italienisch, Spanisch*. Neste livro, os autores desenvolveram o modelo teórico da imediatez e distância comunicativas, o qual oferece relevantes contribuições para a temática da oralidade e da escrita, de modo que se destaca a importância do estudo detido sobre seus conceitos e pressupostos. Ressaltamos que o modelo de Koch e Oesterreicher tem sido retomado em pesquisas realizadas no Brasil. No contexto brasileiro dos estudos da linguagem, entre alguns

¹ Pós-doutranda no Programa de Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, sob supervisão da Prof^a Dra Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade. E-mail: denisedurante@uol.com.br

dos autores que se ocuparam com esse modelo, podemos citar os trabalhos de Hilgert (2000), Marcuschi (2004), Urbano (2006; 2011; 2013), Koch (2011), Silva (2015) e Costa e Simões (2016).

No que concerne à metodologia, nosso trabalho está ancorado em pesquisa bibliográfica, com a consulta a fontes secundárias. Primeiramente, expomos aspectos do modelo teórico apresentado por Koch e Oesterreicher para, em seguida, relacioná-lo com algumas das afirmações de Maingueneau (2002), Andrade (2005) e Urbano (2006), com vistas a embasar a ideia de que pode haver influência do meio sobre a formulação das mensagens, sejam elas faladas ou escritas.

1 Imediatez e distância comunicativas

Na obra *Lengua hablada en la Romania: español, francés, italiano* (2007), Koch e Oesterreicher ampliaram suas reflexões acerca dos conceitos de imediatez e distância comunicativas, os quais haviam sido apresentados inicialmente no artigo *Linguagem da imediatez – linguagem da distância: oralidade e escrituralidade entre a teoria da linguagem e a história da língua* (2013), publicado originalmente em língua alemã, em 1985. Em sua tentativa de interpretação sobre as diferenças entre fala e escrita, os autores propõem a consideração de uma dicotomia estrita entre as noções de meio (fônico ou gráfico) e concepção textual (falada ou escrita) nas mensagens verbais².

A distinção entre meio e concepção textual resultou da necessidade de se compreender com mais exatidão o fato de existirem textos em que se mesclam aspectos específicos da oralidade e da escrita, ou seja, textos cuja designação como “textos falados” e “textos escritos” não seria suficiente para descrevê-los. Nesse sentido, entende-se, por exemplo, que uma conversa espontânea entre familiares ou amigos, isto é, uma comunicação considerada como exemplo típico da fala espontânea, diferencia-se, em diversos aspectos, do discurso proferido em uma palestra acadêmico-científica, que, apesar de ser veiculada pelo meio fônico de expressão, manifesta características específicas de um texto tradicionalmente considerado como “texto escrito”. É possível igualmente identificar que um artigo científico-acadêmico e uma carta informal entre familiares ou amigos possuem estratégias discursivas diferentes, ainda que ambos sejam veiculados pelo meio gráfico.

Diante de exemplos como os citados, coloca-se, na perspectiva de Koch e Oesterreicher, a ideia de que a exclusiva consideração do meio (fônico ou gráfico) para caracterização das mensagens como faladas ou escritas não é satisfatória. Por consequência, os autores enfatizam o aspecto da concepção textual das mensagens verbais como fator decisivo para a classificação dos textos como falados ou escritos. Com essa premissa, os pesquisadores alemães desenvolveram as noções de imediatez e distância comunicativas no âmbito da concepção textual.

² Cabe ressaltarmos que Koch e Oesterreicher atribuem a distinção entre meio e concepção textual ao romanista Ludwig Söll, cujas ideias foram expostas na obra *Gesprochenes und geschriebenes Französisch*, publicada em 1974, na Alemanha.

No plano da concepção textual, há, segundo Koch e Oesterreicher, um contínuo de variações. Pode haver mensagens mais próximas do polo da chamada “imediatez comunicativa” (fala), como é o caso da conversação espontânea, da conversação telefônica, da carta privada e de uma entrevista de emprego, e outras mais próximas do polo da “distância comunicativa” (escrita), como é o caso do sermão, da conferência científica, do artigo editorial e do texto jurídico. Cada uma dessas mensagens pode ser descrita como mais próxima da imediatez ou da distância comunicativa por meio de sua classificação de acordo com dez parâmetros comunicativos ou condições extralinguísticas universais, elencados por Koch e Oesterreicher (2007, p. 26), a saber: a. grau de privacidade ou o caráter público da comunicação; b. grau de familiaridade ou intimidade entre os interlocutores; c. grau de implicação emocional em relação ao interlocutor e/ou ao objeto da comunicação; d. grau de entrelaçamento ou “ancoragem” dos atos comunicativos à situação ou à ação; e. campo referencial, relacionado à distância dos objetos e pessoas referidas com relação à *origo* (*ego-hic-nunc*) do falante; f. imediatez ou distância física espacial e temporal dos interlocutores; g. grau de cooperação; h. grau de dialogicidade, relacionado com a possibilidade de desempenhar o papel de emissor na interação; i. grau de espontaneidade da comunicação; j. grau de fixação temática. Conforme explicam os autores, com exceção do parâmetro “f”, os parâmetros indicados se apresentam em escala gradual, de modo que se distribuem em um contínuo de variações.

Considerados os dez parâmetros acima mencionados, deve-se ter em vista que a ideia de uma gradação estabelecida em um contínuo não se relaciona somente com a classificação linear das realizações linguísticas em uma linha com dois polos opostos entre a fala e a escrita. A caracterização das mensagens, proposta por Koch e Oesterreicher, envolve a noção de que nove dos dez parâmetros se manifestam em uma escala gradual. Sendo assim, poder-se-ia considerar um polo da máxima imediatez comunicativa (falado), em que se identificam os seguintes valores paramétricos: privacidade, familiaridade, intensa implicação emocional, ancoragem à situação e ação comunicativas, referenciação com relação à *origo* do falante, imediatez física, máxima cooperação na produção, alto grau de dialogicidade, liberdade temática e espontaneidade máxima. No polo da máxima distância comunicativa (escrito), identificar-se-ia: o caráter público da comunicação, o desconhecimento entre os interlocutores, carência de implicação emocional, desvinculação em relação à situação e à ação comunicativas, impossibilidade de dêixis referida à *origo* do falante, distância física, ausência de cooperação na produção, “monologicidade”, fixação temática e máxima reflexividade (KOCH; OESTERREICHER, 2007, p. 29).

O modelo teórico proposto por Koch e Oesterreicher pode viabilizar, portanto, uma diferenciação entre comunicações orais e escritas mais precisa do que a mera consideração em relação ao meio (fônico e gráfico), como elementos definidores do que se entende como sendo uma mensagem falada ou uma mensagem escrita.

Ao refletir-se sobre as noções de meio e concepção textual, apontadas pelos autores, é possível levantar hipóteses acerca das influências que o meio pode exercer sobre a concepção textual das mensagens.

A consideração dessa hipótese pode ser importante sobretudo no contexto da chamada “pós-modernidade” ou da contemporaneidade, com o surgimento das chamadas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), nas quais se desenvolveram formas de comunicação em que a chamada “multimodalidade discursiva”, por exemplo, pode desempenhar impactos relevantes sobre a concepção de nossas mensagens.

Deve-se considerar, nesse sentido, que o modelo teórico de Koch e Oesterreicher foi publicado inicialmente, como dissemos, em 1985. Ele foi desenvolvido e ampliado mais especificamente no segundo capítulo do livro *Gesprochene Sprache in der Romania: Französisch, Italienisch, Spanisch*, publicado em 1990, com a retomada de obras como *Teoría del lenguaje y lingüística general* (1973), de Eugenio Coseriu. Vale citar também que, em 1997, Oesterreicher enfocou o modelo da imediatez e distância comunicativas no artigo *Pragmatica del discurso oral*, em que se explicam os dez parâmetros comunicativos ou condições extralinguísticas universais acima citados. Ressaltamos, portanto, que a formulação desse modelo teórico se iniciou anteriormente à difusão da Internet e das novas formas de comunicação com as quais convivemos hoje, como aquelas presentes nas chamadas novas mídias, como as “redes sociais”, os *chats* eletrônicos e os blogs, por exemplo. Sendo assim, mostra-se necessária uma reflexão atual, ainda que incipiente, sobre o modelo da imediatez e distância comunicativas nesse novo momento histórico.

2 Meio/concepção textual e o conceito de mídia

No contexto hodierno de comunicação via computadores e Internet, um dos aspectos a observar é a possível consideração, na variação contínua entre mensagens de concepção falada e escrita, da descrição e análise relacionadas à “mídia”³. A consideração da mídia, como suporte para veiculação de mensagens, revela-se importante para a caracterização dos textos falados e escritos, por exemplo, no caso dos discursos transmitidos por rádio e televisão (conforme apontam Coveri, Benucci e Diadori (1998) em seu modelo de variação linguística) ou nas mensagens distribuídas por jornais, revistas e, nas últimas décadas, via Internet em computadores pessoais, telefones celulares, *tablets*, entre outros suportes.

Cabe ressaltarmos que, em nova edição do livro *Gesprochene Sprache in der Romania: Französisch, Italienisch, Spanisch*, publicada em 2011, Koch e Oesterreicher incluíram um parágrafo sobre as recentes formas de comunicação:

As formas de comunicação completamente novas, já naturalizadas frente aos nossos olhos, no contexto dos meios de comunicação baseados no computador (*e-mail*, *chat*, *SMS* etc.),

³ Emprega-se aqui o termo “mídia” com o sentido de suporte para transmissão e armazenamento de informações, conforme definição sobre esse vocábulo apresentada no *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*: “1. COMN todo suporte de difusão da informação que constitui um meio intermediário de expressão capaz de transmitir mensagens; meios de comunicação social de massas não diretamente interpessoais (como p.ex. as conversas, diálogos públicos e privados) [Abrangem esses meios o rádio, o cinema, a televisão, a escrita impressa (ou manuscrita, no passado) em livros, revistas, boletins, jornais, o computador, o videocassete, o DVD, os satélites de comunicações e, de um modo geral, os meios eletrônicos e telemáticos de comunicação em que se incluem tb. as diversas telefonias.]”. O trecho ora citado pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-0/html/index.htm#1>> . Acesso em: 3 maio 2017.

há algum tempo têm atraído o interesse dos linguistas. Pode-se considerar que o esquema apresentado na Figura 5, o qual contempla apenas as mídias fônica e gráfica, não é suficiente para abarcar a complexidade dos desenvolvimentos mais recentes das mídias. Pode-se, no entanto, contradizer essa avaliação. Deve-se claramente separar a mídia, como manifestação física, das modalidades sensoriais (fônico > acústico, gráfico > visual), e meios ‘técnicos’ de comunicação para armazenamento e transmissão das mensagens, tais como o telefone, a Internet etc. (cf. também Raible, 2006, pp. 11-22). Inclusive, os mais recentes desenvolvimentos para armazenamento e transmissão eletrônicos envolvem, no aspecto sensorial, em última análise, somente o princípio acústico do fônico ou os princípios visuais do gráfico. E essas últimas formas de comunicação e de tradições discursivas podem, certamente, ser detectadas por nossas categorias antropológicas de som. O *chat* é um dos melhores exemplos de que uma aproximação com a conversação espontânea seja possível, ainda que de forma limitada, no meio gráfico. Quanto ao processo absolutamente inovador, puramente gráfico das abreviaturas e *emoticons*, tais como *hdl* (*hab dich lieb*), em alemão, ou ☺ são variações linguísticas completamente irrelevantes, concepcionalmente, no entanto, sempre são importantes na perspectiva da espontaneidade e na velocidade da escrita (KOCH; OESTERREICHER, 2011 [1990], pp. 14-6).⁴

De modo a refletirmos sobre o exposto, podemos cotejar algumas das ideias de Koch e Oesterreicher com o trabalho de outros estudiosos que consideraram aspectos da complexidade das relações entre fala e escrita, no que concerne à forma de veiculação das mensagens verbais.

Ainda que não se ocupe diretamente com o citado modelo teórico dos autores alemães e com as noções de meio e concepção textual, Maingueneau (2002), no contexto da Análise do Discurso, também enfoca o tema dos textos falados e escritos. O autor considera que a forma de veiculação dos enunciados influencia o texto: “O modo de transporte e recepção do enunciado condiciona a própria constituição do texto, modela o gênero de discurso” (2002, p. 72). Essa perspectiva pode embasar a noção de que o suporte com que os enunciados são transmitidos não constitui elemento acessório, mas age como fator condicionante. Ideia semelhante é exposta por Andrade (2005, p. 2), pesquisadora que se dedica aos estudos da oralidade e escrita: “O suporte material determina o modo como escrevemos e também nossa atitude como leitores dessa construção textual”. Em artigo no qual aborda a teoria de Koch e Oesterreicher, Urbano aponta para as relações entre meio e concepção textual e cita Maingueneau:

Ademais, cabe admitir que as condições mediais às vezes interferem no próprio plano da concepção, o que parece levar Maingueneau (2001: 71) a dizer que “o meio não é simples meio...” Nesse sentido, lembramos a tese defendida por Chun (2000), *A voz na interação*

⁴ Essa citação foi traduzida por nós para a língua portuguesa. O trecho original em alemão é o que segue: “Die völlig neuen Kommunikationsformen, die sich vor unseren Augen im Bereich der computergestützten Medien inzwischen eingebürgert haben (*E-mail*, *SMS*, *chat* etc.), sind längst auch auf das Interesse der Linguisten gestoßen. Man könnte nun auf den Gedanken kommen, dass das Schema in Abb. 5, das allein die Medien Phonie und Graphie berücksichtigt, nicht ausreicht, die Komplexität dieser neuesten medialen Entwicklungen zu erfassen. Einer solchen Einschätzung ist jedoch entschieden zu widersprechen. Es muss nämlich klar getrennt werden zwischen ‘Medien’ als physikalischen Manifestationen, die bestimmte sensorische Modalitäten ansprechen (Phonie > akustisch, Graphie > visuell), und ‘technischen’ Speicher- und Übertragungsmedien, wie Telefon, Internet etc. (cf. auch Raible 2006, 11–22). Selbst die neuesten Entwicklungen in der Elektronik bei Speicherung und Übertragung bauen im sensorischen Bereich letztlich immer nur auf dem akustischen Prinzip der Phonie oder auf dem visuellen Prinzip der Graphie auf. Es können daher selbstverständlich auch diese neuesten Kommunikationsformen und Diskurstraditionen mit unseren anthropologisch fundierten Kategorien erfasst werden. Der *chat* ist sogar eines der schönsten Beispiele dafür, dass im graphischen Medium eine relative, allerdings auch in diesem Falle noch limitierte Annäherung an dialogische, spontane Nähesprachlichkeit möglich ist. Was die durchaus innovativen, rein graphischen Verfahren, also Abkürzungen und Emoticons, wie etwa (deutsch) *hdl* oder ☺ angeht, so sind diese varietätenlinguistisch völlig irrelevant, konzeptionell aber immerhin im Blick auf die spontaneitätstfördernde Schreibgeschwindigkeit von Belang.” (KOCH; OESTERREICHER, 2011 [1990], pp. 14-16).

verbal: como a interação transforma a voz, que nos parece explicar essa possível interferência (quicá recíproca) entre “meio” e “concepção” [...] (URBANO, 2006, p. 28).

A ideia das interferências entre meio e concepção textual (talvez recíprocas, conforme aponta Urbano) pode ser cotejada com um dos pressupostos teóricos formulados por Koch e Oesterreicher. Como vimos, os autores adotam em seu modelo a noção de uma “dicotomia estrita” (2013, p. 156) entre o meio e a concepção textual, diferentemente do que expressa o pensamento de Maingueneau, ainda que, como dissemos, em outra perspectiva teórica, ao se referir à influência que a forma de veiculação das mensagens pode ter sobre os textos. Os estudiosos alemães voltaram sua atenção para o contínuo concepcional dos textos, não considerando relações ou influências que os meios fônico e gráfico podem exercer sobre a concepção textual. Conforme explica Urbano sobre a teoria da imediatez e distância comunicativas: “Meio e concepção são perspectivas independentes a tal ponto que se pode – e muitas vezes se deve – fazer abstrações recíprocas entre elas, considerando-as como duas perspectivas autônomas” (2013, p. 174).

Vale lembrarmos que a importância da inclusão do meio como um dos parâmetros comunicativos no âmbito da concepção textual, no modelo teórico dos pesquisadores alemães, é mencionada por López-Serena (2002), responsável pela versão em espanhol da obra *Lengua hablada en la Romania: español, francés, italiano*, de Koch e Oesterreicher. Em uma resenha sobre esse livro, a estudiosa afirma:

Seria possível se perguntar, por outro lado, sobre a possibilidade de considerar o meio ou canal da comunicação (oral ou escrita) como um parâmetro a mais para a definição das distintas modalidades de uso da língua. Contra essa ideia, levantar-se-ia a evidência de que nem todas as comunidades linguísticas dispõem de escrita e, no entanto, todas as línguas apresentam variação concepcional, o que não impede, é claro, que, nas sociedades letradas, o meio desempenhe – quicá não exatamente em conjunto com os demais fatores enumerados, mas em outro plano, um papel importante (LÓPEZ-SERENA, 2002, p. 260).⁵

A caracterização do meio (fônico ou gráfico) como uma “dicotomia estrita” e separada do contínuo concepcional (com os polos da imediatez e distância comunicativas) constitui uma ferramenta teórica eficaz para se focar o papel da concepção oral ou escrita na produção textual. Vale observarmos, no entanto, que, em uma cultura não apenas quirográfica, mas tipográfica como aquela em que vivemos, com sofisticados mecanismos de combinação, nos chamados textos multimodais, de sons, verbais e não-verbais, e imagens, estáticas ou em movimento, devemos pensar sobre em que medida as mídias, entendidas como suporte material em que se mesclam os meios fônico e gráfico, interferem na concepção textual das mensagens, de modo a ampliarem as possibilidades de intersecção dos textos falados e escritos. Vale, nesse sentido, distinguirmos “meio” (fônico ou gráfico) e “mídia” ou “mídium” (suporte). Retomemos as palavras de Maingueneau:

⁵ O trecho citado foi traduzido por nós. O texto original, em espanhol, é o que segue: “Cabría preguntarse, por lo demás, sobre la posibilidad de considerar el medio o canal de la comunicación (oral o escrita) como un parámetro más para la definición de las distintas modalidades de empleo de la lengua. En contra de ello se alzaría la evidencia de que no todas las comunidades lingüísticas disponen de escritura y, sin embargo, todas las lenguas presentan variación concepcional, lo que no sería óbice, claro está, para que, en las sociedades alfabetizadas, el medio sí juegue - quizá no exactamente junto con los demás factores enumerados, sino más bien en otro plano un papel importante.” (LÓPEZ-SERENA, 2002, p. 260).

Foi sobretudo com os novos mídiuns audiovisuais e o desenvolvimento da informática que tomamos consciência desse papel crucial do mídiun. Eles revolucionaram efetivamente a natureza dos textos e o seu modo de consumo. Seu surgimento provocou uma ruptura com a civilização do livro, que trazia em si toda uma concepção do sentido. Revolução que teve também como efeito uma melhor conscientização da especificidade do oral e das modificações anteriormente introduzidas pela escrita e pela imprensa (MAINGUENEAU, 2002, p. 72).

A consideração das prováveis influências do meio e da mídia sobre a produção textual pode nos remeter ao pensamento do teórico das comunicações Marshall McLuhan. Em perspectiva voltada para o entendimento da comunicação de massa e do contexto midiático, o pensador canadense afirmava, na década de 1960: “O meio é a mensagem.” (MCLUHAN, 1995, p. 21). O meio pelo qual se veicula uma mensagem é entendido, assim, como seu elemento constitutivo, capaz de condicionar as esferas da produção e da recepção, na perspectiva do autor.

Diante das ideias ora expostas, apresentaremos, a seguir, algumas breves reflexões sobre como pode se expressar a influência do meio sobre a concepção das mensagens tendo em consideração aspectos da configuração das novas mídias eletrônicas.

3 Possíveis relações entre meio/concepção e mídia

Para compreendermos inicialmente as possíveis relações entre meio e concepção textual, considerando-se o contexto das mídias eletrônicas atuais, pensemos nas diferenças entre os mecanismos de elaboração de uma mensagem manuscrita e de uma mensagem digitada em um processador de textos, no computador. Há, por exemplo, distinções que podem se dar em relação à velocidade da produção textual. Percebe-se o contraste em relação à rápida velocidade proporcionada pela digitação e as variadas possibilidades de edição do texto digitado: abandonamos o gesto de apagar com uma borracha sobre o papel para alterar nosso texto e, com o computador, “deletamos”⁶ imediatamente uma palavra e a substituímos por outra, seguindo frequentemente o ritmo de nosso pensamento ao selecionarmos as palavras no eixo paradigmático e combiná-las no eixo sintagmático; temos a possibilidade de “recortar, copiar e colar” trechos de nossa própria mensagem escrita, transportando, por exemplo, um parágrafo que estava em uma página para a página anterior ou a seguinte; podemos rapidamente alterar o tamanho e o tipo de letra (como Arial ou Times New Roman, por exemplo, e abdicamos de nossa caligrafia e do ato de desenhar nossas letras), bem como aplicar um destaque a uma palavra com negrito ou itálico, por exemplo, entre tantos outros recursos de que não dispomos em um texto manuscrito, que pode ser produzido, relativamente, com mais lentidão do que um texto digitado no computador (desde que elaborado por um indivíduo que domine as

⁶ Sobre esse aspecto, remetemo-nos a Fiorin: “Apagar uma coisa no computador é uma atividade diferente de apagar o que foi escrito a lápis, à máquina ou à caneta. Por isso, surge uma nova palavra para designar essa nova realidade, *deletar*.” (2008, p. 56).

habilidades da digitação e os recursos oferecidos pelos processadores de textos). Em 2002, ao comparar a escrita na Internet e a escrita no papel, Urbano considerava:

Na internet, elaboração e expressão são concomitantes, sendo a transmissão e a recepção atos contínuos ao se teclar o “enter”. No *e-mail*, não havendo pressão de tempo, há mais elaboração para a expressão. Mas, entre a tela do computador, que fica luzindo provocadoramente a lembrar o decurso do tempo e o papel, que aguarda passivo o meditar do usuário e o seu pensamento reflexivo não marcado pelo tempo, parece que o papel ainda é o preferido por muitos (URBANO, 2002, p. 73).

O luzir da tela que nos recorda o passar do tempo e o aspecto estático do papel que nos permite o “pensamento reflexivo”, ou seja, não ameaçado pelo decorrer do tempo, como descreve Urbano, são características específicas de cada mídia ou suporte (tela digital e papel) que incidem na concepção textual.

O planejamento textual, amplo nas mensagens de concepção escrita, pode ser diferente nas mensagens manuscritas e nas mensagens digitadas, visto que o processo de execução para a produção dessas mensagens é, como exemplificamos acima, diverso. Se admitirmos essa premissa, devemos aceitar que a mídia ou o mídiun, entendido como suporte para veiculação de uma mensagem, interfere no modo como concebemos um texto. Assim, lembremos o que afirma Maingueneau: “O escrito não é uma mera representação do oral, nem o impresso uma simples multiplicação do escrito. Oral, escrito e impresso são *regimes* de enunciação distintos, que supõem civilizações muito diferentes” (2002, p. 79). O autor ilustra a diferença entre o escrito e o impresso comparando a correspondência privada manuscrita e a correspondência administrativa datilografada. A singularidade e a unicidade da primeira, cuja autoria é normalmente individual, diferem da padronização e da impessoalidade da segunda, cuja autoria pode ser plural. Podemos relacionar esse aspecto com a ideia de que uma carta pessoal privada, ainda que veiculada pelo meio gráfico, pode conter características da concepção textual da oralidade ou da chamada “imediatez comunicativa”.

Além de manifestar cinco parâmetros da imediatez comunicativa (privacidade, familiaridade, implicação emocional, espontaneidade e desenvolvimento temático livre), conforme indicado por Koch e Oesterreicher (2007, p. 21), a carta privada, descrita por esses autores, pode ser veiculada com o aspecto da personalidade de um texto manuscrito, com a caligrafia do emissor, dirigida exclusivamente a um destinatário, aspecto que a torna diversa de uma carta administrativa datilografada, ou mesmo de uma carta privada datilografada ou digitada. O manuscrito, o datilografado e o digitado se apresentam ao emissor e ao destinatário da mensagem com efeito sensorial distinto. E, se todo texto escrito “[...] constitui em si mesmo uma imagem, uma superfície exposta ao olhar”, como afirma Maingueneau (2002, p. 81), as mídias utilizadas para veiculação da mensagem podem influenciar, em alguma medida, a sua concepção na imediatez e na distância comunicativas, bem como a sua recepção. Sobre a interferência do suporte nos conteúdos das mensagens, Andrade reflete:

Para um escritor não pode ser o mesmo escrever em papiro, em papel com lápis ou caneta ou em impresso, não somente a estrutura, mas também os conteúdos veem-se afetados

pelo suporte com o qual o texto é produzido: se manuscrito, impresso (texto datilografado, folheto, jornal, revista, livro etc.) ou hipertexto (*e-mails*, fóruns eletrônicos, *chats* ou salas de bate-papo, *blogs*, *home page* etc.), e a quem se destina o texto (ANDRADE, 2005, p. 3).

A discussão acerca das prováveis relações entre o meio (fônico/gráfico), a concepção textual (falada/escrita) e, ainda, a mídia, nos remete ao que considera Walter Ong, ao explicar a influência da escrita sobre o pensamento e a fala dos indivíduos nas culturas letradas:

Indivíduos que interiorizaram a escrita não apenas escrevem, mas também falam segundo os padrões da cultura escrita, isto é, organizam, em diferentes graus, até mesmo sua expressão oral em padrões de pensamento e padrões verbais que não conheceriam, a menos que soubessem escrever. Uma vez que a organização oral do pensamento não segue esses padrões, os pertencentes à cultura escrita julgaram ingênua essa organização. O pensamento oral, contudo, pode ser bastante sofisticado e, a seu próprio modo, reflexivo (ONG, 1998, p. 69).

Sobre a temática das relações entre meio e concepção textual no contexto das novas mídias, vale lembrarmos as observações de Hennig (pesquisadora alemã que se ocupou com o modelo teórico de Koch e Oesterreicher), ao expressar a necessidade de revisão teórica do modelo da imediatez e distância comunicativas, visto que ele foi desenvolvido inicialmente em 1985, ou seja, antes da difusão do uso das novas ferramentas tecnológicas para comunicação, conforme esclarece a autora no trecho abaixo:

[...] o modelo parecia oferecer uma solução para o problema de que as novas mídias produzem novas formas de comunicação que diferem fortemente das formas que conhecíamos. No entanto, alguns pesquisadores consideraram o conhecido modelo de Koch e Oesterreicher inadequado para explicar corretamente formas de comunicação produzidas pelas novas mídias, porque esse modelo foi criado antes de elas serem adotadas [...] (HENNIG, 2011, p. 21).⁷

Novas mídias promovem o surgimento de novas formas de comunicação, como salienta Hennig. Sabemos que o advento da comunicação via Internet levou ao nascimento do *e-mail*, ou correio eletrônico, por exemplo, que pode ser caracterizado como uma derivação histórica da carta pessoal ou institucional. Sendo assim, se novas mídias (que incluem o uso, por vezes concomitante, dos meios fônico e gráfico) ocasionam o surgimento de novas formas de comunicação, entende-se que, por consequência, novas formas de concepção textual se desenvolvem ao se adaptarem as mensagens às características dessas novas mídias.

Pode-se considerar a hipótese de que as configurações das novas mídias (com a forte incidência dos chamados “textos multimodais”, em que se estabelece uma relação de interdependência do plano verbal com imagens estáticas ou em movimento, bem como com recursos sonoros verbais ou não-verbais, por exemplo) influenciam a concepção de nossas mensagens, como também os meios fônico e gráfico exercem influência sobre a concepção textual. Pensemos, nesse sentido, nas mensagens veiculadas em redes sociais, como é o caso do Twitter. O usuário dessa rede social tem a possibilidade de redigir textos com até 280

⁷ Esta citação, em português, corresponde à tradução nossa do trecho a seguir: “[...] the model seemed to provide a solution to the problem that the new media produce new forms of communication that differ strongly from the forms we knew before. Nevertheless, some researchers have found the popular model by Koch and Oesterreicher inadequate to explain forms of communication produced by new media properly, because it was developed before the new media came into use. [...]” (HENNIG, 2011, p. 21).

caracteres. Essas mensagens são designadas com o termo em língua inglesa *tweet*, que significa “pio” ou “piado” de aves, de modo que, no contexto da rede social, o termo adquire o sentido de publicar uma mensagem breve, à qual podem ou não ser associadas fotografias e vídeos, por exemplo. Os *tweets* são uma forma de comunicação eletrônica recente, veiculada pelo meio gráfico, cuja concepção, oral ou escrita, está condicionada à adaptação da mensagem aos mencionados 280 caracteres permitidos pela mídia. Essa limitação quanto ao número de caracteres se apresenta como um fator essencial da concepção textual, visto que exige dos usuários a capacidade de expressão verbal extremamente sintética dos conteúdos enunciados.

Outro aspecto a se observar sobre a possível intersecção entre meio e concepção textual, no âmbito das novas mídias, diz respeito ao parâmetro “d”, do modelo de Koch e Oesterreicher, ou seja, ao parâmetro relacionado ao grau de inserção ou “ancoragem” dos atos comunicativos em relação à situação ou à ação. Em *Pragmatica del discurso oral* (1997, p. 89), Oesterreicher descreve a variação gradual desse parâmetro e afirma que ele pode ser máximo, como quando um médico está operando um paciente e pede um bisturi, ou pode ser mínimo, como ocorre em um texto jurídico em que haja referência a sujeitos abstratos, a delitos não cometidos ou até “irreais”, nos termos do autor.

Cabe a reflexão sobre como descrever o grau de ancoragem dos atos comunicativos à situação e à ação no contexto das mensagens produzidas em redes sociais, por exemplo. Consideremos a rede social *Facebook*, uma das plataformas mais acessadas, com mais de 2 bilhões de usuários. Nessa rede, a interação se dá, normalmente, no plano da distância física entre os indivíduos. Entretanto, o distanciamento físico tende a ser rompido por meio da elaboração de mensagens em que se mesclam, ao texto escrito gráfico, estratégias discursivas da oralidade. Nas “postagens” de conteúdos ou na ferramenta de “comentários”, por exemplo, disponível nessa rede social, existe a possibilidade de fazer referência a itens presentes no contexto verbal e visual da “página” que estamos acessando, como textos, fotografias, desenhos, vídeos, anúncios comerciais etc. Ao nos referirmos a esses itens, elaboramos mensagens com estratégias que se assemelham, em parte, ao que realizamos na comunicação presencial, em que evocamos imediatamente e apontamos ao nosso interlocutor elementos do contexto situacional que desejamos mencionar. Com o emprego de dêiticos ou embreantes (como *isto*, *aqui*, *agora* etc.), recursos típicos da língua falada⁸, que marcam a vinculação dos enunciados em relação à situação de comunicação, os internautas podem indicar, aos destinatários de suas mensagens, os elementos distribuídos pela página digital. Assim, os usuários da rede social constroem seus textos escritos com a recorrência a uma das estratégias discursivas características dos textos de concepção oral, ou seja, o uso de dêiticos. Pode-se utilizar, portanto, nesse caso, o meio gráfico para compor mensagens de concepção falada, o que é propiciado pela configuração e com as ferramentas disponibilizadas pela mídia

⁸ Lembremos que, conforme afirma Urbano, o vocabulário dêitico é uma das características específicas da interação oral: “A língua falada, condicionada por natureza aos elementos da situação, é carregada frequentemente de um vocabulário dêitico, com função pronominal” (2000, p. 125).

(rede social) em que se dá a interação verbal. A produção de mensagens veiculadas pelo meio gráfico e de concepção oral depende, nesse caso, dos recursos específicos da mídia que se está utilizando.

Além do parâmetro da ancoragem dos atos comunicativos, outro parâmetro relevante a se analisar, no contexto da comunicação nas novas mídias, é o parâmetro “g”, da teoria de Koch e Oesterreicher, relacionado ao grau de cooperação, considerado no que diz respeito às possibilidades de intervenção dos receptores na produção do discurso. Segundo Oesterreicher (1997, p. 89), o grau de cooperação inclui aspectos verbais, como perguntas, propostas, correções e informações suplementares, e não verbais, como o nível de atenção e de reação do receptor que se manifesta por meio de olhares, expressões mímicas, posição corporal, risadas e cliques, entre outros.

No que concerne aos elementos paralinguísticos, redes sociais, como o *Facebook*, oferecem aos usuários, como se sabe, o amplo uso dos mais variados tipos de sons e imagens. Isso inclui o emprego, por exemplo, de *emoticons*, símbolos que representam reações e sentimentos e que contribuem para suprir, em mensagens veiculadas pelo meio gráfico, componentes da expressividade e da implicação emocional características da comunicação oral face a face. A mídia “rede social” busca promover o uso de recursos que atenuem a percepção da distância física e que propiciem a comunicação imediata, com alto grau de interatividade entre os indivíduos. Ressaltamos, novamente, que o uso de mecanismos que realizam essa estratégia comunicacional depende significativamente das características e dos recursos disponibilizados pela mídia eletrônica em que as mensagens são transmitidas.

Outro aspecto a indicar é o fato de os conteúdos veiculados na Internet e, em particular, nas redes sociais, se basearem em uma cultura participativa, conforme aponta Jenkins (2008), pesquisador norte-americano dos meios de comunicação. Os interactantes atuam intensamente e em conjunto na produção dos discursos veiculados nos ambientes virtuais. Ao se referir a esse tema, o filósofo Pierre Lévy afirma: “Os participantes da nova esfera pública não são apenas autores, eles também são potenciais editores, bibliotecários, curadores e críticos. Por meio de cada uma de suas ações on-line, eles contribuem para a orientação dos outros participantes” (LÉVY, 2011, p. 45). Esse aspecto faz com que, na comunicação via Internet e, em particular, nas redes sociais, haja uma construção coletiva das mensagens, de modo que se amplia o grau de cooperação interacional em decorrência dos mecanismos oferecidos pela mídia digital.

Não nos deteremos por ora na exploração exaustiva dos inúmeros aspectos relacionados às mútuas influências entre meio e concepção textual, bem como em relação à mídia. Trata-se de temática ampla que não se adapta à discussão exaustiva dentro das dimensões deste artigo. Porém, consideramos que o entendimento sobre as relações entre essas três esferas envolvidas nos nossos processos de comunicação pode ser essencial para a caracterização das mensagens da imediatez e da distância comunicativas, sobretudo na atualidade.

Considerações finais

Não se intencionou, neste trabalho, esgotar o tema focado, mas espera-se que os aspectos ora abordados possam contribuir com o debate acadêmico sobre os conceitos de língua falada e língua escrita. Trata-se de um tema essencial nos estudos da linguagem, os quais, como se sabe, voltaram-se, durante muito tempo, predominantemente para a descrição e a análise da modalidade escrita da língua. A consideração sobre as estratégias discursivas específicas das interações orais e escritas se apresenta como tópico basilar não somente no âmbito da pesquisa teórica, mas, inclusive, na esfera da pesquisa aplicada, visto que pode colaborar com o desenvolvimento de estratégias de ensino e aprendizagem das línguas materna e estrangeira, em que se considerem as especificidades da concepção das mensagens orais e escritas.

Objetivamos, ainda que brevemente e de modo incipiente, refletir sobre as relações entre meio (fônico ou gráfico) e concepção textual, bem como sobre as eventuais influências da mídia sobre a elaboração das mensagens. Visto que, na contemporaneidade, vivenciamos experiências inovadoras e complexas para a produção e recepção de textos multimodais, proporcionadas pelas recentes Tecnologias da Informação e Comunicação, ressalta-se a essencialidade da compreensão sobre as intersecções e mútuas influências entre o que entendemos por fala e escrita.

Referências

- ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira. Textos construídos na *internet*: oralidade ou escrita? In: SILVA, Luiz Antônio (Org.) **A língua que falamos**: Português – história, variação e discurso. São Paulo: Globo, 2005, p. 15-30.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 2. ed. Coordenação da Tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2006.
- COSTA, Alessandra Ferreira Castilho da; SIMÕES, José da Silva. Transposição da oralidade à escrituralidade na tradução: edição crítica da *Textlinguistik* de Eugenio Coseriu em português. In: **Pandaemonium Germanicum**. São Paulo, vol. 18, n. 26, p. 158-187, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1982-88372015000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 2 maio 2018.
- COSERIU, Eugenio. **Teoría del lenguaje y lingüística general**: cinco ensayos. 3. ed. Madri: Gredos, 1973.
- COVERI, Lorenzo; BENUCCI, Antonella; DIADORI, Pierangela. **Le varietà dell'italiano**: manuale di sociolinguistica. Roma: Bonacci, 1998.
- FIORIN, José Luiz. **Elementos de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.
- HENNIG, Mathilde. The notion of 'immediacy' and 'distance'. In: FRANCO, Mário; SIEBERG, Bernd. (coords). **Proximidade e Distância**: Estudos sobre a Língua e a Cultura. Coleção Estudos de Comunicação e Cultura. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2011, pp. 15-31.
- HILGERT, Gaston. A construção do texto 'falado' por escrito na Internet. In: PRETI, Dino (Org.) **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000, pp. 17-55.
- HOUAISS, Antônio. **Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2001. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/>. Acesso em: 22 jul. 2016.
- JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2008.

KOCH, Ingedore Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2011.

KOCH, Peter; OESTERREICHER, Wulf. Linguagem da imediatez – linguagem da distância: oralidade e escrituralidade entre a teoria da linguagem e a história da língua. Trad. Hudinilson Urbano e Raoni Caldas. Revista **Linha D'Água**, n. 26, v.1, p. 153-174, 2013.

KOCH, Peter; OESTERREICHER, Wulf. **Gesprochene Sprache in der Romania**: Französisch, Italienisch, Spanisch. *Romanistische Arbeitshefte* 31. 2. Berlin/New York: De Gruyter, 2011.

KOCH, Peter; OESTERREICHER, Wulf; LÓPEZ SERENA, Araceli. **Lengua hablada en la Romania**: español, francés, italiano. Trad. Araceli López-Serena. Madri: Editorial Gredos, 2007.

KOCH, Peter; OESTERREICHER, Wulf **Gesprochene Sprache in der Romania**: Französisch, Italienisch, Spanisch. *Romanistische Arbeitshefte*, 31. Tübingen: Niemeyer, 1990.

LÉVY, Pierre. **A esfera pública do século XXI**. In: Blog *Techyredes*. Disponível em: https://techyredes.files.wordpress.com/2011/08/techyredes_artigo-pierre-levy1.pdf. Acesso em: 15 mai. 2018.

LÓPEZ-SERENA, Araceli. Peter Koch y Wulf Oesterreicher (1990): *Gesprochene Sprache in der Romania*: Französisch, Italienisch, Spanisch. **Lexis – Revista de lingüística y literatura**. Peru, 2002, p. 255-271.

McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 1995.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 2.ed. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

OESTERREICHER, Wulf. Pragmatica del discurso oral. In: BERG, Walter Bruno; SCHÄFFAEUR, Markus K. (Eds.) **Oralidad y Argentinidad**. Estudios sobre la función del lenguaje hablado en la literatura argentina. *ScriptOralia* 98. Tübingen: Gunter Narr Verlag Tübingen, 1997.

ONG, Walter J. **Oralidade e cultura escrita**: a tecnologização da palavra. Campinas: Papirus, 1998.

SILVA, Luiz Antonio. Análise da conversação e oralidade em textos escritos. **Revista de Filologia e Linguística**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 131-155, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v17i1p131-155>. Acesso em: 12 mar. 2017.

SÖLL, Ludwig. **Gesprochenes und geschriebenes Französisch**. Berlim: Schmidt, 1985 [1974].

URBANO, Hudinilson. A perspectiva do sonoro na oralidade e escrituralidade. In: PRETI, Dino; LEITE, Marli Quadros (Orgs.) **Comunicação na fala e na escrita**. Série Projetos Paralelos. V. 12. São Paulo: Humanitas, 2013, p. 173-208.

URBANO, Hudinilson. Usos da linguagem verbal. In: PRETI, Dino (Org.) **Oralidade em diferentes discursos**. Série Projetos Paralelos. V. 8. São Paulo: Humanitas, 2006, p. 19-55.

URBANO, Hudinilson. Uso e abuso da linguagem da Internet. In: **Informe** – Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – edição especial 1999-2001. n. 24. São Paulo: SD/FFLCH-USP, 2002, pp. 69-74.

URBANO, Hudinilson. **Oralidade na literatura**. O caso Rubem Fonseca. São Paulo: Cortez, 2000.

Como citar este capítulo:

DURANTE, Denise. Meio e concepção textual na imediatez e na distância comunicativas, de Koch e Oesterreicher. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PEDRO, Adriana Moreira; OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de; SILVA, Alexandra Marques; SOUZA, Douglas Rabelo; BRITTO-COSTA, Letícia Fernandes de; KOBAYASHI, Sergio Mikio. **Discurso e identidade**: múltiplos enfoques. São Paulo: FFLCH, 2018, p. 102-114. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/9788575063361>

O *ethos* de Frei Bartolomeu Ferreira a partir das variantes da edição de 1586 da **Compilação de todas as obras de Gil Vicente**: o caso do **Auto da Barca do Inferno**

Ana Carolina de Souza FERREIRA¹

Resumo: A obra de Gil Vicente foi transmitida por meio de folhas volantes e duas edições, uma de 1562 e outra de 1586, da intitulada **Compilação de todas as obras de Gil Vicente**, ambas alvos da Inquisição. Assim, ao ascotejarmos, podemos verificar na segunda as emendas efetuadas por Frei Bartolomeu Ferreira, seu censor, de maneira a, a partir da descrição desse processo, tentar visualizar sua imagem discursiva. Logo, o objetivo deste artigo é propor uma análise interdisciplinar entre as áreas da Crítica Textual e da Análise do Discurso na qual se busque retratar quantitativamente as variantes levantadas pela colação entre edições da **Compilação** e, por meio desses dados, tentar delinear o *ethos* de Frei Bartolomeu Ferreira. Para tal fim, nos valem como aporte teórico dos trabalhos de Cambráia (2005) e Bleuca (2001) – para a metodologia de cotejo do corpus e de classificação das variantes elencadas – Amossy (2008) e Maingueneau (2008) – para a conceituação de *ethos* –, e, como exemplo de objeto de análise, da peça **Auto da Barca do Inferno**.

Palavras-chave: Crítica Textual; Gil Vicente; Censura Inquisitorial; Ethos; Variantes.

Introdução

Este artigo busca demonstrar parte do andamento do projeto de doutorado intitulado “Estudo sobre as variantes da edição de 1586 da **Compilação de todas as obras de Gil Vicente** e sobre o *ethos* do censor frei Bartolomeu Ferreira”, cujo objetivo é analisar editorial e discursivamente o processo de censura inquisitorial a que foi submetida a segunda edição da obra “completa” do dramaturgo português Gil Vicente.

Esta pesquisa tem relevância na medida em que propõe uma articulação interdisciplinar entre as áreas da Crítica Textual e da Análise do Discurso², especialmente de linha francesa, para análise do objeto em questão.

A fim de delimitar melhor a articulação entre os campos supracitados, o objetivo, a metodologia e fundamentação teórica de tal estudo, este artigo divide-se nas seguintes seções: 1. O diálogo interdisciplinar entre Crítica Textual e a Análise do Discurso – na qual se justifica a articulação interdisciplinar sugerida; 2. Gil Vicente, o autor e a transmissão de sua obra – na qual são sintetizados os fatos necessários para compreensão de quem foi o autor e como se deu a publicação de sua obra ao longo do século XVI; 3. **Auto da barca do inferno**: as variantes e sua relação com o *ethos* de Frei Bartolomeu Ferreira – na qual se explicita a fundamentação teórica de *ethos* utilizada, o método filológico de coleta e classificação dos dados

¹ Doutoranda no programa de Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Orientanda do Prof. Dr. Manoel Mourivaldo Santiago Almeida. E-mail: ana.carol1314@gmail.com.

² É sabido que não há um homogeneidade teórico-metodológica a ponto de entender-se a Análise do Discurso como uma disciplina única, de maneira que a área comporta diversas abordagens distintas, porém neste artigo utilizaremos esse termo de maneira generalista para facilitar a discussão proposta.

encontrados, e se demonstra, por meio do exemplo da peça **Auto da barca do inferno**, como se dá a análise desta pesquisa; e 4. Considerações Finais – na qual há uma síntese dos resultados obtidos.

1 O diálogo interdisciplinar entre Crítica Textual e a Análise do Discurso

Tendo em vista que todo texto, literário ou não, ao ser copiado ou transmitido pode sofrer mudanças, um dos objetivos da Crítica Textual é restituí-lo à sua genuinidade, isto é, à última vontade registrada pelo seu autor em vida. Contudo, é cada vez mais comum que haja estudos nessa área buscando alcançar outros propósitos para além do estabelecimento de uma edição crítica.

Dessa forma, conforme aponta Spina (1977, p.77), o trabalho filológico pode, na verdade, assumir três funções: substantiva (dedicada ao intento supracitado); adjetiva (dedicada a inferir informações que não se apresentam explicitamente); e transcendente (dedicada a estudar aspectos que rodeiam ou se refletem no e pelo texto).

Para atingir o objetivo da função substantiva, a metodologia mais adotada é a baseada nos estudos do alemão Karl Lachmann (1793-1851), que tentou eliminar qualquer critério subjetivo do processo de edição crítica de textos. Porém, como ele não elaborou um manual, muitos filólogos entendem a ordem dos estágios de seu trabalho de maneira particular. Assim, Cambraia (2005) e Blecua (2001) dividem o método lachmanniano em duas grandes fases: *recensio* e *constitutio textus*. Segundo Blecua (2001, p.33): “a primeira é uma fase que tem como fim determinar a filiação ou as relações que se dão entre os testemunhos; a segunda é uma fase mais decisiva, mais pragmática, que tem como fim dar um texto crítico concreto aos leitores” (*tradução nossa*)³.

Entretanto, mesmo que não haja interesse no estabelecimento do texto crítico, o filólogo pode valer-se de algumas dessas etapas, sobretudo as atreladas à *recensio*, para atingir a finalidade desejada em seu estudo. Logo, pesquisas que procurem uma leitura interdisciplinar do corpus selecionado, viabilizadas principalmente pelas funções adjetiva e transcendental da Filologia, parecem cada vez mais necessárias tendo em vista que não somente é preciso fugir de análises puramente descritivas ou no máximo interpretativas dos resultados obtidos pelas etapas do método filológico, como também que o documento escrito, objeto de estudo da área, oferece em si diversas possibilidades. Assim, concordamos com Borges (2003, p.2) quando afirma que:

[...] nossa abordagem amplia-se pelo terreno da Filologia Textual / Crítica Textual que se caracteriza por sustentar uma investigação de natureza interdisciplinar, ou seja, tanto a Filologia, enquanto crítica de textos fornece matéria-prima - textos fidedignos, portadores de conteúdos historiográficos, literários, doutrinários, linguísticos - para diversos especialistas, linguistas, literatos, historiadores, por exemplo, quanto outras disciplinas oferecem subsídios para o trabalho do filólogo. Teremos então de reconhecer à Crítica

³ Texto original: “la primera es una fase que tiene como fin determinar la filiación o las relaciones que se dan entre los testimonios; la segunda es una fase más decisoria, más pragmática, que tiene como fin dar un texto crítico concreto a los lectores.”.

Textual um estatuto determinante, na medida em que condiciona os objetos de outras disciplinas e influi, conseqüentemente, na qualidade e no alcance dos respectivos produtos, nas edições que apresenta. Por mais rígidos que sejam os pesquisadores, se não forem precavidos quanto aos cuidados críticos relacionados à *constitutio textus*, se não tiverem por base um texto crítico, poderão ter questionadas as suas conclusões.

Em suma, assim como a autora pontua, além de os trabalhos de Crítica Textual serem os responsáveis por garantir a legitimidade do corpus de outros pesquisadores, ela pode também se valer de outras bases teóricas para fugir do lugar comum de suas análises. Nesse sentido, parece bastante oportuna a contribuição das diversas abordagens advindas da Análise do Discurso às análises filológicas, pois, como aponta Orlandi (2012, p.18), tal área entende o texto como mais do que simples fonte ou ilustração de algo, pois enxerga como possuidor de “uma materialidade própria e significativa”.

Outro fator interessante ao se considerar a articulação com a Análise do Discurso é como o conceito de ideologia⁴ é imprescindível para o entendimento do discurso tendo em vista que é inerente a ele. Segundo Fernandes (2008, p.17), “o sujeito, ao mostrar-se, inscreve-se em um espaço socioideológico e não em outros, enuncia a partir de sua inscrição ideológica”. Isso demonstra uma visão crítica a respeito de como o texto se constrói e revela dados a respeito de quem o produz e do contexto⁵ em que está inserido, sendo uma base bastante relevante para estudos com *corpora* polêmicos como textos censurados, por exemplo.

Esse é o caso da obra de Gil Vicente (1465-1536), cujas publicações foram, posteriormente à sua morte, alvos da censura Inquisitorial portuguesa. Procurando entender mais detalhadamente como se dava o procedimento censório, chegamos, por meio do cotejo entre testemunhos, às emendas realizadas pelo qualificador responsável, porém notamos a possibilidade de ultrapassar a simples descrição quantitativa e interpretativa desses dados por meio de uma análise que tente elaborar a imagem discursiva desse censor, ou seja, seu *ethos*.

Assim, na pesquisa de doutorado mencionada buscamos retratar quantitativamente as variantes levantadas pelo cotejo entre edições e, por meio desses dados, tentar delinear o *ethos* de Frei Bartolomeu Ferreira, responsável pela censura da edição de 1586 da **Compilação de todas as obras de Gil Vicente**, edição mais censurada da obra completa do dramaturgo português.

Portanto, embora nosso estudo não intente realizar uma edição crítica dos textos de Gil Vicente, tentamos compreender o processo inquisitorial sobre uma publicação específica da obra vicentina, nos valendo, para isso, de parte da metodologia lachmanniana. Partiremos, então, para a apresentação do *corpus* e do contexto que o circunda, pois, conforme indicado, as etapas relacionadas à fase da *recensio*⁶ são de extrema relevância enquanto predecessoras da análise das variantes, ao nos fazer procurar saber ao máximo sobre o autor e a obra analisados.

⁴ A ideologia é “uma concepção de mundo do sujeito inscrito em determinado grupo social em uma circunstância histórica. Linguagem e ideologia são vinculadas, esta se materializa naquela. Ideologia é inerente ao signo em geral” (FERNANDES, 2008, p.21).

⁵ Contexto diz respeito às circunstâncias que envolvem a produção e recepção de um determinado texto, tais como dados sobre o período, local, autor da obra etc.

⁶ De acordo com Cambraia (2005, p.133-148), são elas: localização e coleta das fontes, colação, estemática e eliminação dos testemunhos descritos. Nesta pesquisa, realizamos as duas primeiras para atingir os propósitos colocados na Introdução.

2 Gil Vicente, o autor e a transmissão de sua obra

Gil Vicente provavelmente nasceu em 1465 e morreu em 1536, ano de sua última peça, Floresta de Enganos, e, ironicamente, quando se estabelece a Inquisição em Portugal. Isso demonstra que durante sua vida o autor não teve que enfrentar qualquer forma de censura institucionalizada em relação às suas obras.

Iniciou sua arte teatral em 1502 com o chamado “Auto da Visitação” ou “Monólogo do Vaqueiro”, peça em que se canta o nascimento do príncipe recém-nascido, futuro rei Dom João III. A partir dessa apresentação é que Gil Vicente foi “amadrinhado” pela rainha Dona Leonor de Lancastre, esposa de D. João II e irmã de D. Manuel.

O autor português escreveu em torno de cinquenta peças até o possível ano de sua morte, todas relacionadas a eventos na corte como nascimentos, casamentos e datas religiosas de maneira que eram representadas em locais como capelas, castelos ou outras cidades. Segundo Bernardes (2008,p.24):

A condição de <<artista da corte>> é, sem dúvida, a que melhor se adequa à figura de Gil Vicente. Isso significa essencialmente que o escritor desenvolveu a sua arte tendo em vista o público cortesão, vivendo nos palácios acompanhando o rei nas suas deslocções, procurando corresponder aos seus gostos e expectativas, sinalizando os principais acontecimentos que pautavam a vida cortesanesca, recobrando as festividades do calendário ou as celebrações que envolviam a família real.

Embora fosse funcionário real, Gil Vicente não era controlado em suas criações como comprovam alguns de seus autos bastante críticos em relação à sociedade portuguesa de quinhentos. Gil Vicente assume, portanto, a função de “desvelador das realidades escondidas” (BERNARDES, 2008, p.25), ao expor de maneira cômica uma série de tipos sociais.

Os autos vicentinos também circulavam, para além das representações, por meio de impressos em folhetos avulsos impressos em um papel de material mais frágil e mais barato, vendidos pendurados em cordas. Desses, foram encontrados sete textos de Gil Vicente, porém apenas dois foram publicados durante sua vida: **Auto da Barca do Inferno** (1517) e **Farsa de Inês Pereira** (1523), sendo que o primeiro foi visto e emendado pelo autor conforme escrito em seu colofão.

Além disso, o próprio rei D. João III encomendou a Gil Vicente a publicação de toda sua obra, entretanto o autor faleceu antes de concluir a reunião de seus textos. Seu filho Luís Vicente responsabilizou-se por terminar de compilar a obra, enquanto sua irmã Paula Vicente conseguiu o privilégio de impressão com D. Catarina. Desta forma, a primeira edição da **Compilação de todas as obras de Gil Vicente** saiu impressa em Lisboa pela oficina tipográfica de João Alvarez no ano de 1562 e apresenta na capa os dizeres “Foi visto polos deputados da Sancta Inquisiçam”.

Apesar de apresentar tais dizeres, a **Compilação** saiu sem seguir completamente as ordenações relacionadas à obra vicentina nos índices censórios publicados em 1551 e 1561 com apenas três textos excluídos completamente (Jubileu de Amores, Vida do Paço e Aderência do Paço), enquanto que as outras indicações sobre outros quatro não foram obedecidas. Provavelmente, isso ocorreu pelo fato de, como dito,

essa obra gozar de algumas condições privilegiadas como ter sido encomendada pelo próprio rei, ter seu privilégio de impressão concedido pela rainha D. Catarina e por ter sido a obra de um autor que foi apadrinhado pela rainha velha D. Leonor. Por isso, embora o texto dessa edição apresente modificações, essas são atreladas ao filho do autor, que assumiu no prólogo do livro ser responsável por terminar o trabalho de “edição” iniciado por Gil Vicente.

Contudo, com o enrijecimento e consolidação da Inquisição em Portugal, o estabelecimento da censura tríplice (rei, bispo e inquisidor) em 1576 e o fim dos privilégios da primeira edição da **Compilação**, a edição de 1586 foi alvo de um procedimento censório mais rígido, sendo, por isso, escolhida como objeto de análise em nossa pesquisa. Tal procedimento, por conseguinte, será detalhado em seguida, por meio do exemplo da transmissão da peça **Auto da barca do inferno**.

3 Auto da barca do inferno: as variantes e sua relação com o *ethos* de Frei Bartolomeu Ferreira

3.1 Como o conceito de *ethos* contribui para a análise qualitativa das variantes?

A discussão a respeito do conceito de *ethos* remonta à **Retórica** aristotélica, estando atrelado à argumentação e ao discurso oral. Assim, no período clássico, focava-se em como o *ethos* se relacionava à autoridade do orador e como colaborava para gerar adesão ao seu discurso, isto é, como o *ethos* é responsável, junto da instância argumentativa (*logos*) e da comoção das paixões do público (*pathos*), pelo convencimento do auditório.

Para Aristóteles, filósofo grego, o *ethos* é a imagem do orador construída no e pelo discurso, porém tal definição se distingue da apontada por Cícero, filósofo romano, que considera o *ethos* enquanto a reputação, preexistente ao discurso, do orador (GUIMARÃES, 2010, p.4). Segundo Borges (2010, p.12), essa distinção demonstra que:

o conceito de *ethos* aristotélico pode ser visto como “*ethos* racional”, ou seja: persuade fazendo com que o orador se mostre competente e confiável por meio do discurso. Neste caso, as emoções ficam restritas ao *pathos*. Já Cícero estaria mais interessado no “*ethos* da simpatia”, o que significa o estabelecimento de um elo emocional entre o orador e a audiência. O *ethos* ciceroniano, portanto, estaria de algum modo conectado a um tipo de emoção mais branda, resultante da descrição do caráter.

Por meio dessa diferenciação, consolidou-se uma das grandes questões que perpetua as discussões teóricas acerca do conceito: de fato o *ethos* se constrói e se consolida previamente ao ato discursivo, isto é, depende do que se sabe ou se supõe a respeito do orador antes de começar a expor sua fala, ou se constrói apenas pela enunciação de maneira a não importar o que o auditório sabe a seu respeito?

Outra problemática a ser levada em consideração nessa discussão é a de que, com o passar do tempo, outras disciplinas, como a Análise do Discurso, além da Retórica se apropriaram do conceito de *ethos*, ao

notarem que o termo não se aplica, necessariamente, apenas a discursos orais e/ou que tenham por objetivo o convencimento, escapando, pois, do âmbito da argumentação *stricto sensu*. Porém, como são compreendidas as implicações desse conceito em um texto escrito, no qual não há a presença física do orador e no qual o intento não é o de argumentar em defesa de um ponto de vista?

Em relação ao primeiro ponto, Amossy (2008) procura explicar como as disciplinas da Sociologia, Pragmática e da Nova Retórica entendem a relação entre *ethos* e autoridade do locutor, concluindo que a eficácia discursiva não se dá nem puramente por meio do prestígio social de que goza o locutor por sua função social (ponto de vista da Sociologia), nem somente pela interação verbal e seus dispositivos de enunciação (ponto de vista da Pragmática), mas que envolve uma somatória desses dois fatores (ponto de vista da Nova Retórica). Para a autora, portanto, “a eficácia da palavra não é nem puramente exterior (institucional) nem puramente interna (linguageira). Ela acontece simultaneamente em diferentes níveis” (AMOSSY, 2008, p.136). Ainda, segundo sua perspectiva, o *ethos* se constitui em um jogo especular entre a imagem do orador e a imagem que ele faz de seu auditório, sendo eficiente quando ambas se espelham.

Em uma perspectiva similar, para Maingueneau (2008), analista do discurso de linha francesa, o *ethos* efetivo se dá por meio da conjunção do *ethos* pré-discursivo (ou prévio ou institucional) – precedente à construção da imagem no discurso, enquanto saber prévio que o auditório possui sobre o orador e sua posição institucional – com o *ethos* discursivo – o qual pode ser mostrado ou dito⁷ – de maneira que ambos, mas principalmente o primeiro, perpassam pelas percepções de estereótipos que o público tem internalizado. Segundo Maingueneau (2008, p.18):

Com essa perspectiva, optamos, então, por uma concepção “encarnada” do *ethos* [...]. Esse *ethos* recobre não só a dimensão verbal, mas também o conjunto de determinações físicas e psíquicas ligadas ao “fiador” pelas representações coletivas estereotípicas. Assim, atribui-se a ele um “caráter” e uma “corporalidade”, cujos graus de representação variam segundo os textos. [...] Mais além, o *ethos* implica uma maneira de se mover no espaço social, uma disciplina tácita do corpo apreendida através de um comportamento. O destinatário a identifica apoiando-se num conjunto difuso de representações sociais avaliadas positiva ou negativamente, em estereótipos que a enunciação contribui para confrontar ou transformar [...].

Em síntese, o processo de estereotipagem, isto é, “pensar o real por meio de uma representação cultural pré-existente, um esquema coletivo cristalizado” (AMOSSY, 2008, p.125), inicia-se a partir de qualquer indício da posição institucional do orador, contribuindo para agregar a ele certo grau de legitimidade ou não antes mesmo do ato de fala, formalizando em parte seu *ethos* pré-discursivo⁸. Por meio da locução e de seus paradigmas linguísticos, se constrói, por outro lado, o *ethos* discursivo, que pode confirmar ou refutar a estereotipagem e o *ethos* prévio do orador. De acordo com Amossy (2005, p.138):

⁷ O *ethos* discursivo é majoritariamente mostrado no sentido de que ele se ilustra no ato de enunciação sem ser necessariamente dito no enunciado, ou seja, ele é percebido sem ser o tema do discurso do orador. Por outro lado, podem ocorrer pequenos momentos durante a enunciação nos quais o locutor evoque “sua própria enunciação (*ethos* dito)” (MAINGUENEAU, 2008, p.18).

⁸ O *ethos* pré-discursivo não se constitui apenas pelo saber da posição institucional do orador e pela estereotipagem decorrente disso, mas também por dados como roupa utilizada, gênero, postura etc.

As influências entre o *ethos* institucional e o *ethos* discursivo são mútuas. [...] o status de que goza o orador e sua imagem pública delimitam sua autoridade no momento em que ele toma a palavra. Entretanto, a construção da imagem de si no discurso tem, em contrapartida, a capacidade de modificar as representações prévias, de contribuir para a instalação de imagens novas e de transformar equilíbrios, contribuindo para a dinâmica do campo.

É preciso reforçar que a ideia de eficiência ou eficácia do *ethos* vai além dos textos propriamente argumentativos, pois o *ethos*, enquanto representação de si no discurso, foge de limitações de gêneros tendo em vista que, ao se expressar em qualquer instância, qualquer enunciador já gera sobre si uma imagem. Desta maneira, para a Análise do Discurso, área na qual se insere Maingueneau (2008), o *ethos* pode ser apreendido em qualquer cena enunciativa, seja escrita, oral, argumentativa ou não, de maneira a gerar adesão ou não.

Logo, sobre o segundo ponto problemático apontado, Maingueneau (2008, p.17-18) afirma:

A instância subjetiva que se manifesta no discurso não se deixa conceber apenas como um estatuto (professor, profeta, amigo...) associado a uma cena genérica ou a uma cenografia, mas como uma “voz” indissociável de um corpo enunciante historicamente especificado. A retórica tradicional ligou estreitamente o *ethos* à eloquência, à oralidade em situação de fala pública (assembleia, tribunal...), mas cremos que, em vez de reservá-la para a oralidade, solene ou não, é preferível alargar seu alcance, abarcando todo tipo de texto, tanto os orais como os escritos. Todo texto escrito, mesmo que o negue, tem uma “vocalidade” que pode se manifestar numa multiplicidade de “tons”, estando eles, por sua vez, associados a uma caracterização do corpo do enunciador (e, bem entendido, não do corpo do locutor extradiscursivo), a um “fiador”, construído pelo destinatário a partir de índices liberados na enunciação.

Levando em consideração a afirmação acima, entendemos as emendas realizadas pelo censor na obra de Gil Vicente enquanto “índices liberados na enunciação” de seu *ethos* discursivo, e os dados a respeito da figura institucional do censor e biográficos a respeito de Frei Bartolomeu Ferreira enquanto atributos do seu *ethos* pré-discursivo.

Desta forma, primeiro por meio da colação entre testemunhos relevantes da obra em pauta, elencamos as variantes encontradas e as dispomos em tabelas, nas quais as classificamos de acordo com as categorias propostas por Blecua (2001) em variantes por adição, omissão, substituição e alteração de ordem, considerando se são variantes lexicais ou sintagmáticas. Por fim, após sua descrição quantitativa, vemos como elas se relacionam ao *ethos* do censor, por meio das considerações apresentadas.

3.2 Análise das variantes e do *ethos* de Frei Bartolomeu Ferreira

Como dito, podemos verificar uma amostra da diferença censória entre a primeira e a segunda edição da **Compilação** por meio do cotejo entre esses testemunhos do texto do **Auto da barca do inferno**, peça encenada na câmara da rainha velha, D. Leonor, em 1517, conforme escrito em seu argumento.

O enredo da peça se resume da seguinte maneira: depois do momento da morte, as almas de alguns tipos da sociedade portuguesa de quinhentos (Fidalgo, Onzeneiro, Parvo, Sapateiro, Frade, Brísida Vaz - a

alcoviteira, Judeu, Corregedor, Procurador, Enforcado e Cavaleiros) encontram-se em uma praia com duas barcas, uma para o inferno, governada pelo Diabo e seu companheiro, e outra para o paraíso, comandada por um Anjo. Todos passarão por ambas a fim de descobrir qual é a sua embarcação por meio de um julgamento empreendido pelos comandantes de cada uma. Quase todos acabam na barca do inferno por causa das faltas morais cometidas em vida mesmo quando esperavam ir para o paraíso, seja pela posição social ocupada em vida, seja por alguma ação religiosa como ir à missa. Ao final, os Cavaleiros que lutaram nas cruzadas conseguem adentrar a barca do paraíso, o Parvo fica relegado à praia, considerada o purgatório, e todos os outros vão para o inferno.

Para o estudo da transmissão dessa peça, consideramos três edições: a da folha volante de 1517 e as da **Compilação** de 1562 e de 1586. Primeiro, cotejamos – letra a letra, palavra por palavra, linha a linha – os textos das edições de 1517 e 1562 para eliminarmos as alterações empreendidas por Luís Vicente tendo em vista que nos interessam apenas as emendas realizadas pelo censor Frei Bartolomeu Ferreira. Depois, cotejamos as duas edições da **Compilação** e chegamos às variantes que nos importam⁹.

Esse auto não aparece em nenhum dos índices proibitórios do século XVI, mas, como demonstrado pelo resultado do cotejo, a peça não deixou de ser bastante adulterada: há duzentas e oito variantes, sendo duzentas e três por supressão (97,59% dos casos), quatro por substituição (1,92% dos casos) e uma por alteração de ordem (0,47% dos casos). Desse total, cento e noventa e nove emendas são de responsabilidade do censor e nove são erros de cópia do tipógrafo.

Antes de revelarmos essas variantes, entretanto, é preciso pensar como o *ethos* prévio de Frei Bartolomeu colabora para nos dar indícios de quais emendas foram realizadas ou não. Logo, pensar como a função institucional do censor era escolhida e quais eram suas atribuições é relevante na medida em que, por perpassar a estereotipagem descrita por Maingueneau (2008) e Amossy (2008), cria expectativas sobre como será o desdobramento discursivo do censor sobre o texto de Gil Vicente.

Nesse sentido, o escolhido para exercer o cargo de censor deveria ser uma pessoa eclesiástica reconhecidamente ligada às letras – clérigos egressos de universidades, oficiais letrados e intelectuais – e de virtudes conhecidas, ou seja, sem apresentar má fama sobre si ou sobre sua família. Para designar alguém à função, eram examinadas a “limpeza de sangue e geração” e a “capacidade” do clérigo (MARTINS, 2005, p.24-25).

Ao contrário do que se possa pensar, a posição de qualificador excepcionalmente não era remunerada, nem recebia privilégios, demonstrando que essa função era bastante prestigiada socialmente, afinal, havia um reconhecimento da intelectualidade e das qualidades morais de quem a ocupava. Tal notoriedade era considerada pagamento suficiente pelos revedores já que o ofício era disputado.

⁹ Para os cotejos, utilizamos os fac-símiles desses testemunhos disponibilizados por Camões (2002), além de utilizarmos como apoio a edição crítica online do centro de estudos de teatro da Universidade de Lisboa.

Além disso, Frei Bartolomeu Ferreira era dominicano, exerceu a função de censor de 1571 a 1605, quando qualificou livros de diversas áreas – teologia, versos, devoção e arte –, e foi responsável pelo índice de livros proibidos de 1581 e pela censura de **Os Lusíadas**. De acordo com Anastácio (2012, p.36):

não parece plausível que alguém, que exerceu a actividade de revedor de livros durante cerca de 25 anos e foi acumulando cargos no Tribunal do Santo Ofício, não defendesse os princípios e as actuações da instituição que servia. Por muito que custe ao estudioso dos nossos dias, desejoso de subtrair “o primeiro censor de *Os Lusíadas*” ao universo mental da sua época para poder integrá-lo no sistema de valores da sua contemporaneidade, Frei Bartolomeu Ferreira foi um homem do seu tempo que perfilhou certamente a ideologia da instituição da qual dependia e na qual se integrava.

Destarte, *oethos*pré-discursivo de Frei Bartolomeu o refere como um funcionário da Igreja, católico, erudito, cuja função o dava prestígio social e exigia dele uma reputação impecável dentro dos padrões da ideologia da Inquisição. Por esse ângulo, espera-se que qualquer crítica direcionada à instituição Igreja e seus funcionários, e, obviamente, qualquer discurso problemático em relação à religião sejam penalizados pelo censor.

De fato, isso se confirma no **Auto da barca do inferno**, pois são excluídas por completo as cenas do Frade (109 versos e 2 didascálias) e do Enforcado (72 versos e 1 didascálias), e a cena da alcoviteira, Brísida Vaz, é parcialmente modificada, com supressões (de 12 versos) e substituições (de 2 versos). Vejamos alguns trechos suprimidos pelo censor na tabela a seguir:

Quadro 1. Exemplos de variantes de omissão do Auto da barca do inferno na edição de 1586 da Compilação

Trecho da cena do Frade	Trecho da cena do Enforcado	Trecho da fala da Alcoviteira	Tipo de variante
<p>Diabo</p> <p>Que cousa tam preciosa.</p> <p>Entrai padre reverendo.</p> <p>Frade</p> <p>Pera onde levais gente?</p> <p>Diabo</p> <p>Pera aquele fogo ardente que nam temeste vivendo.</p> <p>Frade</p> <p>Juro a Deos que nam t’entendo.</p> <p>E este hábito nam me val?</p> <p>Diabo</p> <p>Gentil padre mundanal a Berzabu vos encomendo.</p> <p>Frade</p>	<p>Enforcado:</p> <p>Nam é essa a nau que eu governo.</p> <p>Diabo:</p> <p>Entra que inda caberás.</p> <p>Enforcado:</p> <p>Pesar de sam Barrabás.</p> <p>Se Garcia Moniz diz que os que morrem como eu fiz são livres de Satanás.</p> <p>E disse que a Deos prouvera que fora ele o enforcado e que fosse Deos louvado que em bôora eu nacera e que o senhor m’escolhera e por bem vi beleguins</p>	<p>olhos de perlinhas finas.</p> <p>E eu sou apostolada angelada e martelada e fiz obras mui divinas.</p> <p>Santa Úrsula namconverteo tantas cachopas com’eu todas salvas polo meu que nenhũa se perdeo.</p> <p>E prouve àquele do ceo que todas acharam dono cudais que dormia eu sono?</p> <p>Nem ponta e nam se perdeo.</p>	<p>Omissão de versos</p>

Corpo de Deos consagrado pola fé de Jesu Cristo que eu nam posso entender isto eu hei de ser condenado? Um padre tam namorado e tanto dado a virtude assi Deos me dê saúde que estou maravilhado.	e com isto mil latins como s'eu latim soubera. E no passo derradeiro me disse nos meus ouvidos que o lugar dos escolhidos era a forca e o Limoeiro.		
--	--	--	--

Fonte: <http://www.cet-e-quinientos.com/>

Além de serem numerosas e sequenciais, por meio dessas alterações o censor interfere tanto na crítica que a peça constrói sobre certos tipos sociais e seus discursos quanto na sua estrutura literária. Por parecerem claramente orientadas por motivos ideológicos e religiosos, hipotetizamos que as causas para essas emendas estão relacionadas às críticas postas na peça: o Frade é apresentado como “frade em concubinação” (TEYSSIER, 1982, p.120) haja vista que chega acompanhado de sua amante, Florença, com uma fala arrogante por ter sido parte do clero em vida; Brísida Vaz afirma agenciar mulheres para os cônegos da Sé, além de se comparar a Santa Úrsula; e, por fim, o Enforcado se compara a Jesus Cristo pela maneira como morreu.

Podemos verificar, dessa maneira, que, por meio dessas mudanças, pelo menos dois *ethé* são mobilizados: 1. *Ethos* de censor competente – aquele que se preocupa em zelar pela integridade da face da Igreja Católica e de seus funcionários e que segue as disposições das regras censórias tendo em vista a supressão total da cena do Frade e as substituições realizadas na cena de Brísida Vaz (como mostraremos a seguir); 2. *Ethos* de católico “ortodoxo” / homem da Igreja – aquele que preza pelos valores cristãos e não autoriza desvios ou chacotas com a doutrina e/ou com figuras católicas – tendo em vista as supressões da cena do Enforcado e de parte da cena de Brísida Vaz por ambos blasfemarem ao se comparar com figuras canonizadas.

Ainda, *oethos* de erudito também se confirma discursivamente quando observamos as substituições realizadas na cena de Brísida Vaz expostas a seguir:

Quadro 2. Substituições sintagmáticas na cena da Alcoviteira

Testemunho de 1562	Testemunho de 1586	Classificação da variante
A que criava as meninas / pera os conegos da see	a que criava as meninas / pera [as vender muito bem]	Substituição sintagmática
passayme por vossa fee	passayme [ora la além]	Substituição sintagmática

Fonte: <http://www.cet-e-quinientos.com/>

Notamos que, ao reformular trechos desses dois versos, Frei Bartolomeu Ferreira manteve tanto a métrica em redondilha maior quanto as rimas dos versos em questão, conseguindo modificá-los semanticamente sem deixar transparecer que essas emendas não são do autor. Isso corrobora o posto pelo *ethos* prévio de que a pessoa a assumir tal cargo devesse ser um intelectual ligado às letras.

Também foi levado em consideração na composição do *ethos* discursivo o que não foi alterado no resto do texto então nos parece haver outros trechos problemáticos acerca da doutrina católica ou ainda sobre figuras da Igreja, apenas reafirmando-se o esperado sobre os valores cristãos como, por exemplo, que a ocupação e/ou classe social não garantem um lugar no paraíso, mas sim sua conduta como verificado nos casos do Onzeneiro ou do Fidalgo.

Porém, nos chama atenção que a linguagem mesmo quando chula não tenha sido alterada, demonstrando, por outro lado, que talvez o censor queira reafirmar que personagens com esse tipo de expressão não alcançam a salvação (ainda que o parvo, figura que mais verbaliza obscenidades e impropérios, tenha quase sido levado na barca do paraíso). Destarte, isso não nos pareceu suficiente para refutar o *ethos* prévio do censor ou ainda o confirmado pelo seu *ethos* discursivo em outras emendas.

Considerações finais

À vista dos dados apresentados, podemos dizer que o *ethos* efetivo de Frei Bartolomeu se dá pela convergência de seu *ethos* prévio, ligado à sua posição institucional dentro da Igreja e o estereótipo imaginado sobre essa função, e de seu *ethos* discursivo, mostrado pelas intervenções que faz no texto da peça, denotando pelo menos três *ethéses* caso: 1. *Ethos* de censor competente; 2. *Ethos* decatólico “ortodoxo” ou Homem da Igreja e 3. *Ethos* de intelectual ou erudito.

Esses *ethé* confirmam o estereótipo de um censor da Inquisição, ilustrando que Frei Bartolomeu Ferreira é um sujeito que enuncia a partir de sua inscrição ideológica e do momento histórico em que se situa, como preconizado pela disciplina da Análise do Discurso.

Vale ressaltar que uma das estratégias discursivas do censor para garantir a adesão do público é, nos poucos momentos em que se insere no texto, travestir sua linguagem da de Gil Vicente, imitando a sua estética, sem reproduzir, contudo, as suas críticas. Por isso, entre outros motivos, o seu movimento editorial mais recorrente foi a supressão já que essa evita a necessidade de ter de reelaborar o texto de tal maneira.

Enfim, todo processo de censura ocorre de maneira especular, como afirmado por Amossy (2008) a respeito da enunciação: o censor modifica aquilo que considera, dentro das ordenações da Inquisição, subversivo para o público ao qual se destina a obra revisada, mas o faz sem que a alteração seja perceptível, garantindo sua eficácia discursiva. Assim, no caso da **Compilação**, justamente pelo público ser letrado, nobre e católico é que devem ser censuradas cenas como as do Frade, Enforcado e da Alcoviteira: para manter a ideologia católica e a figura da Igreja intactas. Afinal, além disso, uma obra que foi encomendada em sua

primeira edição pelo mesmo rei que instaurou a Inquisição no país não poderia se manter com críticas tão mordazes a um dos pilares da sociedade portuguesa de quinhentos.

Referências

- AMOSSY, Ruth. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso** – a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005, p. 119-136.
- ANASTÁCIO, Vanda. A lenda dourada de Frei Bartolomeu Ferreira. **RCL Convergência Lusíada**, n. 27, janeiro - junho de 2012, p. 28-38.
- BERNARDES, José Augusto Cardoso. **Gil Vicente**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- BLECUA, Alberto. **Manual de Crítica Textual**. Madrid: Editorial Castalia, 2001.
- BORGES, Marlene Lessa Vergílio. A construção do ethos do orador no Pro Milone de Cícero. **Codex**, v.2, n.1, 2010, p.7-21.
- BORGES, Rosa. A Filologia e seu objeto – diferentes perspectivas de estudo. **Revista Philologus**, ano 9, n. 26, p. 1-5, 2003.
- CAMBRAIA, Cesar Nardelli. **Introdução à Crítica Textual**. São Paulo, Martins Fontes: 2005.
- CAMÕES, José (direção científica). **As obras de Gil Vicente**. Vol. I a IV. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2002.
- CENTRO DE ESTUDOS DE TEATRO. **Teatro de autores portugueses do séc. XVI** – base de dados textual [online]. Disponível em: <http://www.cet-e-quinheiros.com/>. Data de acesso: 05 de abril de 2018.
- FERNANDES, ClaudemarAlvez. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. São Carlos: Claraluz, 2008.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp. **Vida e Obras de Gil Vicente: “Trovador, Mestre da Balança”**. Lisboa: Ocidente, 1944.
- GUIMARÃES, Elisa. O *ethos* na argumentação. **Filologia e Linguística Portuguesa**, n. 42, p. 1-12, 2010.
- MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Orgs.) **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 11-29.
- MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. **A censura Literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso** – princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2012.
- SPINA, Segismundo. **Introdução à Edótica**: Crítica Textual. São Paulo: Cultrix, 1977.
- TEYSSIER, Paul. **Gil Vicente** – o autor e a obra. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982.

Como citar este capítulo:

FERREIRA, Ana Carolina de Souza. O ethos de Frei Bartolomeu Ferreira a partir das variantes da edição de 1586 da Compilação de todas as obras de Gil Vicente: o caso do Auto da Barca do Inferno. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PEDRO, Adriana Moreira; OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de; SILVA, Alexandra Marques; SOUZA, Douglas Rabelo; BRITTO-COSTA, Letícia Fernandes de; KOBAYASHI, Sergio Mikio. **Discurso e identidade: múltiplos enfoques**. São Paulo: FFLCH, 2018, p. 115-126. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/9788575063361>

Analogia e argumentação nos debates sobre a criminalização da homofobia

Filipe Mantovani FERREIRA¹

Resumo: Realizou-se, em 08/12/2011, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, um debate sobre o Projeto de Lei da Câmara 122 de 2006 (PLC 122/06), conhecido como “projeto de criminalização da homofobia”. Entre os senadores contrários à aprovação do projeto, destacou-se Magno Malta (PR-ES). Este trabalho objetiva analisar o uso da analogia como forma de conceptualizar negativamente o PLC 122/06 e, dessa forma, justificar sua refutação. Para tanto, propõe-se uma análise qualitativa das analogias empregadas por Malta durante o referido debate. Constituem as bases teóricas deste trabalho os estudos de Gentner e Forbus (2011), Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]) e Van Dijk (2014), entre outros. Pela análise do discurso de Malta, observou-se uso recorrente de analogias como forma de defender que a homossexualidade corresponde a uma opção e de que a aprovação do projeto consistiria em uma forma de privilegiar homossexuais.

Palavras-chave: Analogia; Debate Parlamentar; Homofobia; Argumentação; Alinhamento Estrutural.

Introdução

Realizou-se, em 08/12/2011, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, um debate sobre o Projeto de Lei da Câmara 122 de 2006 (PLC 122/06). Embora propusesse tornar crime a discriminação em função de orientação sexual e identidade de gênero, o PLC 122/2006, transcrito no anexo II deste trabalho, ficou conhecido como “projeto de criminalização da homofobia”. O debate, televisionado para todo o país pela TV Senado, marcou-se por acentuado antagonismo entre senadores favoráveis e desfavoráveis à sua aprovação. Grupos de ativistas que defendiam e refutavam a viabilidade do projeto assistiram ao debate e se manifestaram diversas vezes por meio de aplausos, apupos e gritos — reações sintomáticas da controvérsia acentuada que então envolvia a temática.

Tiveram direito à voz durante o debate os senadores Paulo Paim (PT-RS), Marta Suplicy (PT-SP), Magno Malta (PR-ES), Marinor Brito (PSOL-PA), Lídice da Matta (PSB-BA), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Sérgio Petecão (PSD-AC)². Entre os parlamentares contrários à aprovação do projeto, tiveram atuação destacada aqueles vinculados a igrejas evangélicas, como o senador Magno Malta (PR-ES), que é membro da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional³. Malta também é reconhecido como membro da chamada “bancada evangélica”, que se constitui como um grupo suprapartidário de parlamentares pertencentes a diversas denominações evangélicas, caracterizado por posicionamento

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profª Dra. Zilda Gaspar Oliveira de Aquino. Bolsista CAPES. E-mail: filipe.mantovani.ferreira@usp.br.

² Optamos por indicar, após os nomes dos senadores, o partido político a que pertenciam à época em que ocorreu o debate a cuja análise procedemos neste trabalho. Acreditamos facilitar, desse modo, a compreensão das alianças, alinhamentos ideológicos, divergências e jogos de interesses nos quais tenham se envolvido.

³ A lista dos deputados federais e senadores que compõem a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional pode ser acessada por meio do seguinte endereço eletrônico: <<http://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53658>>. Acesso em 24/08/2017.

antagônico a pautas que não se coadunam com a moral das igrejas a que pertencem (SOUZA, 2013; DANTAS, 2011), tais como a legalização do aborto e a regulamentação do casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Paulo Paim, então presidente da CDH, atuou como mediador, sendo responsável por dar a palavra aos senadores que desejavam se pronunciar, pela gestão do tempo de que dispunham, por pedir silêncio à plateia, estabelecer regras para sua manifestação, entre outras funções atinentes à condução do debate. Marta Suplicy ocupava então o posto de relatora da matéria no Senado Federal.

Dentre as estratégias argumentativas utilizadas pelos senadores para ratificar seus pontos de vista, destacou-se o uso de analogias em virtude de sua recorrência. Tendo isso em vista, este trabalho objetiva analisar o uso da analogia como estratégia argumentativa. Mais especificamente, interessa-nos observar como as analogias são utilizadas pelo senador Magno Malta, opositor do projeto com atuação destacada, para conceptualizar negativamente o PLC 122/06 e, assim, expressar desacordo com relação a sua aprovação. Para tanto, propõe-se uma análise qualitativa das analogias empregadas por Malta durante seu pronunciamento à CDH. Inspirados por Van Dijk (2006), procedemos à análise das analogias segundo uma abordagem que considera suas dimensões cognitiva, social e discursiva, as quais se imbricam no processo de produção de sentidos.

A gravação do debate, que tem duração aproximada de 2h03, foi transcrita segundo as normas do Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta de São Paulo (Projeto NURC-SP), disponíveis em Preti (2003). A transcrição do trecho do debate correspondente ao pronunciamento de Magno Malta à CDH encontra-se anexada a este trabalho.

Importa observar que este trabalho visa à articulação de teorias de base cognitiva e de base discursiva-argumentativa. Ao propor uma discussão teórica em que se articulem teorias diversas, ratificamos o ponto de vista de Van Dijk (2006), para quem os estudos de discurso são, por excelência, multidisciplinares e podem servir-se de teorias distintas para procurar dar conta da natureza complexa do discurso.

Assim, com base nos pressupostos da Teoria do Mapeamento Estrutural, desenvolvida por Gentner e seus colaboradores (GENTNER, 1983; GENTNER & FORBUS, 2011; GENTNER & SMITH, 2013), propõe-se uma descrição do processamento analógico em termos de processos mentais que levam à produção de novos conhecimentos (inferências e abstrações); e, em seguida, partindo da perspectiva dos estudos de discurso (VAN DIJK, 2006, 2008) e dos estudos de argumentação (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996 [1958]), procedemos à descrição das analogias como mecanismos com função argumentativa capazes de conduzir à adesão a uma determinada tese.

1 A estrutura cognitiva das analogias

Analogias são definidas como relações que se estabelecem entre dois sistemas com números iguais de partes, em que as relações travadas entre as partes de um sistema são de contiguidade, e aquelas que se estabelecem entre os dois sistemas é de similaridade estrutural e/ou funcional (ITKONEN, 2005).

Segundo Gentner e Smith (2013, p. 669),

Uma boa analogia revela estruturas comuns a duas situações e sugere inferências adicionais. Ou seja, o mapeamento analógico envolve reconhecer um sistema relacional comum entre duas situações e criar inferências adicionais balizadas por essas características comuns [...]. As características comuns podem incluir correspondências de propriedades concretas entre as situações, mas isso não é mandatório; o que é crucial é a *similaridade de estruturas relacionais*.⁴

As analogias têm papel significativo no processo de aprendizado e criação de conhecimento, característica que se deve, em larga medida, à sua estrutura e a seu processamento cognitivo. Ocorre que, para que se estabeleça uma analogia, o conhecimento deve ser mapeado de um domínio mais familiar, denominado *fonte* (ou *base*), para o *alvo*, domínio menos familiar que se deseja compreender (ITKONEN, 2005; GENTNER, 1983, 1989; GENTNER & FORBUS, 2011; GENTNER & SMITH, 2013).

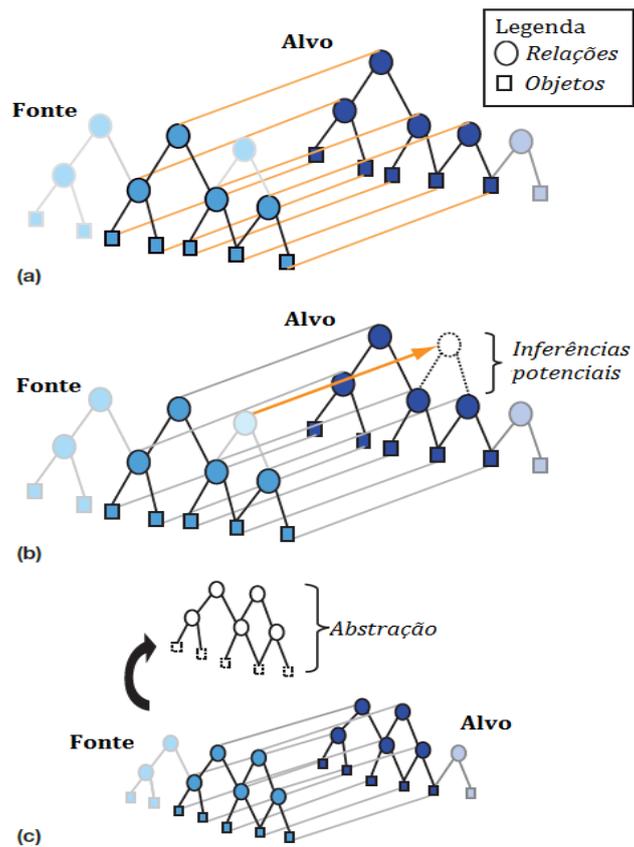
O domínio-base constitui-se, assim, como uma fonte de conhecimento, isto é, um conjunto de saberes a partir do qual se busca a compreensão de informações novas. Trata-se, portanto, de um mecanismo por meio do qual se busca o entendimento daquilo que é desconhecido (ou a reinterpretção de algo de que já se sabe) com base em conhecimentos adquiridos anteriormente. Nas palavras de Holyoak e Goh (1987, p. 332), “[...] analogias são usadas para gerar conhecimento aplicável a um novo domínio-*alvo* por meio da transferência de conhecimento de um domínio-*fonte* que é mais bem compreendido”⁵.

De acordo com a Teoria do Mapeamento Estrutural (GENTNER, 1983; GENTNER & SMITH, 2013), o estabelecimento de relações analógicas corresponde a uma atividade cognitiva na qual estão implicados os processos mentais de recuperação, mapeamento e avaliação. A recuperação ocorre quando, em uma situação em que uma pessoa pensa em um dado tema, ela encontra em sua memória um caso anterior relacionalmente similar. O mapeamento, por sua vez, envolve o processo de alinhar representações mentais que se tem de um evento ou objeto do mundo por meio do pareamento das similaridades estruturais da base e do alvo, do qual decorre a criação de inferências e abstrações, como se observa no esquema a seguir:

⁴ Tradução nossa. Uso de itálico mantido com relação ao texto original.

⁵ Tradução nossa.

Figura 1. O processo de mapeamento.



Fonte: Gentner e Smith (2012, p. 132)

Por fim, a avaliação envolve julgar a adequação e/ou produtividade da analogia para explicar o domínio-alvo juntamente com as inferências e abstrações que possam ter sido criadas durante o mapeamento.

2 Modelos mentais, analogia e argumentação

O fato de que as analogias possibilitam a criação de conhecimentos, por meio da elaboração de inferências e abstrações, confere-lhes potencial para modificar aquilo que pensamos a respeito das coisas do mundo. De acordo com Van Dijk (2012), os conhecimentos que construímos a respeito do mundo não são objetivos, mas construídos por cada indivíduo. Nas palavras desse autor,

[...] [modelos mentais] não representam objetivamente os eventos de que fala o discurso, mas antes a maneira como os usuários da língua interpretam ou constroem, cada um a seu modo, esses eventos, por exemplo, em função de objetos pessoais, conhecimentos ou experiências prévias – ou em função de outros aspectos do ‘contexto’ [...] (VAN DIJK, 2012, p. 92).

Segundo o autor, os modelos mentais sofrem, por um lado, coerções de caráter social bastante importantes e, por outro, são limitados pela percepção individual que temos do mundo. Modelos mentais não são, portanto, constituídos apenas subjetivamente, mas intersubjetivamente. Trata-se, pois, de

representações esquemáticas de natureza dinâmica construídas por um indivíduo na relação com o mundo e com uma sociedade histórica e ideologicamente situada. Caso sejam partilhadas por um grupo de indivíduos, temos uma comunidade epistêmica, isto é, um grupo social em que os modelos mentais a respeito de um ou mais elementos do mundo, embora variáveis, são relativamente estáveis (Van Dijk, 2014).

Dessa forma, sendo os modelos mentais “modelos de experiência” (Van Dijk, 2012, p. 35), eles são passíveis de serem modificados conforme se modifique também a experiência que os engendra. Nesse sentido, a argumentação, aí incluída a argumentação por meio de analogias, pode ter papel importante na modificação do modo como as coisas do mundo são conceptualizadas por indivíduos ou mesmo por comunidades.

Nesse sentido, a concepção de analogias que vimos propondo, tributária da articulação entre o conceito de modelos mentais e a Teoria do Mapeamento Estrutural, parece coadunar-se com o modo como a analogia é pensada por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]), para quem, o recurso a ela permite produção de sentidos que podem servir aos interesses daqueles que a empregam.

A fim de ilustrar a maneira como a seleção dos termos de analogias pode influenciar a significação de modo bastante crucial, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958], p. 427) propõem a análise do segmento a seguir, extraído do capítulo 36 do Livro de Ezequiel, em cujo 26º versículo se lê: “Introduzirei em suas entranhas um novo espírito, tirarei do seu corpo o coração de pedra e dar-lhes-ei um coração de carne”.

Nesse capítulo, o profeta anuncia os planos divinos para o povo escolhido, que, após longo exílio, é aconselhado por Deus a restaurar Israel. É nesse contexto que Deus promete-lhe proporcionar, por meio do espírito a ser derramado, a purificação, a fim de fazer o povo fiel a seus caminhos e desígnios, livre da idolatria e da injustiça que lhe caracterizavam anteriormente. Ao comentar este excerto do Antigo Testamento, Perelman e Olbrechts-Tyteca salientam o papel da analogia na criação de significados quando explicam que, nesse contexto,

[...] a carne está para a pedra assim como a piedade está para a insubmissão; ao passo que, em muitas analogias, a carne está para o espírito assim como o estado de pecado está para o estado de graça. Logo, um mesmo termo é concebido de maneiras diferentes, para poder inserir-se em analogias de sentidos também opostos. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996 [1958], p. 427)

Em uma situação como um debate, em que se busca o assentimento da audiência e dos outros debatedores com relação às teses que se lhes apresentam, o uso de analogia frequentemente terá função persuasiva. Impregnados pelo desejo de convencimento dos participantes da interação, os sentidos produzidos pelo uso de analogias podem ter papel preponderante na consecução dos objetivos comunicativos. As analogias podem ser concebidas como mecanismos que têm papel estratégico na argumentação, uma vez que podem levar ao assentimento às teses que lhe são apresentadas, o que constitui o fim precípua da argumentação.

3 Análise das analogias empregadas por Magno Malta

Em sua fala, Malta mostra-se, desde o início, claramente contrário à aprovação do PLC 122/2006. As analogias que utiliza colaboram para que o projeto de lei seja conceptualizado de maneira desfavorável, ora como uma medida perfunctória, ora como uma forma de garantir privilégios à população LGBT. Sua fala frente à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa encontra-se dividida em nove turnos, em virtude de interrupções de outros senadores e do auditório.

Já em seu primeiro turno, pouco depois de cumprimentar os parlamentares e ativistas presentes, Magno Malta recorre a uma analogia que deixa claro seu posicionamento contrário à aprovação do PLC 122/2006, conforme se observa no excerto que segue:

(i) e é preciso fazer um breve relato... toda as vezes que debater esse assunto senhor presidente... do histórico e da história... do PL um dois dois... aliás esse número apodreceu... isso é uma frase que eu usei com a senadora Marta... quando tivemos uma oportunidade de conversar eu... o deputado Gilmar Machado... senador Walter Pinheiro... a deputada Lauriete e a senadora Marta no meu gabinete...

(linhas 7-11)

Ao afirmar que o PLC 122/2006 “apodreceu”, Malta o compara a uma espécie de matéria orgânica perecível, como a de uma fruta, verdura ou animal. Assim, o alvo *PLC 122/2006* é pareado com a base *matéria orgânica perecível*.

A semelhança transferida da base para o alvo é, nesse caso, o apodrecimento, que é compreendido de formas distintas em cada um dos domínios da analogia. Sabe-se que o apodrecimento da matéria orgânica costuma indicar que ela não deve ser consumida: não se deve construir uma casa com madeira podre, pois seu uso implica o perigo de desabamento; vegetais e carne podres não devem ser usados para a alimentação, visto que podem causar problemas para a saúde, etc. O “apodrecimento” do projeto de lei, por conseguinte, pode ser compreendido como a degradação deste ao longo dos debates, o que o tornaria, do ponto de vista de Magno Malta, inservível para funcionar como uma lei que garanta os melhores interesses dos cidadãos brasileiros. O uso da analogia marca de forma bastante clara, portanto, já desde o início da fala de Malta, sua desaprovação com relação ao PLC 122/2006, cuja expressão serve de introito para a argumentação a que procede no decorrer de sua fala.

Após descrever o “apodrecimento” do projeto de lei, o senador faz uso de diversas analogias, as quais corroboram, basicamente, três teses, enunciadas a seguir, as quais têm em comum o fato de serem claramente conflitantes com aquilo que é defendido pelos partidários do PLC 122/2006:

- I. A homossexualidade de um indivíduo, embora consista em elemento que determine sua discriminação na sociedade brasileira, não merece atenção diferenciada da legislação.
- II. A homossexualidade está relacionada à volição.

- III. A aprovação do PLC 122/2006 constitui limitação às liberdades individuais de culto, de pensamento e expressão.

No que segue, é feita uma análise das analogias empregadas pelo senador, a fim de observar como elas colaboram para a defesa dessas teses. A divisão em seções que se propõe a seguir tem por objetivo propiciar uma análise tão clara quanto possível, sendo certo que, ao longo do discurso, a defesa dessas teses ocorre de maneira não sequenciada e não segmentada, havendo casos em que uma mesma analogia sirva para fortalecer mais de uma tese.

3.1 A homossexualidade como um dentre diversos elementos discriminados

Ainda no primeiro turno de sua fala à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o senador Magno Malta constrói diversas relações analógicas envolvendo a homossexualidade. Observe-se o segmento a seguir:

(ii) ... a ninguém é dado o direito de ser intolerante com alguém que nasceu estrábico... ou alguém que nasceu com... com a Síndrome/com a Talidomida com os braços curtos com as pernas curtas... faltando dedos... ninguém tem direito de ser intolerante com alguém que nasceu no Nordeste... aliás você vai ter até que fazer uma/uma lei para proteger o nordestino porque todo mundo que o cara acha que é cabeçudo chama de Paraíba... venha cá Ceará... uma maneira de denegrir o nordestino que trabalha em São Paulo... todo mundo é cearense... uma maneira de/de achar que tá colocando uma/uma/uma parte do país...eh... subjugada a uma que se acha a elite pura que é São Paulo... pois bem... ninguém tem direito a isso como ninguém tem direito de ser intolerante com homossexual... eu estou falando do alto da minha experiência... ninguém direito de ser intolerante com homossexual...

(linhas 13-21)

Podem-se depreender, do excerto, as seguintes analogias:

- (1) A homossexualidade é como o estrabismo.
- (2) A homossexualidade é como a síndrome da Talidomida.
- (3) A homossexualidade é como a origem nordestina.

A homossexualidade tem, nos três casos, o papel de domínio-alvo; o papel de domínio-base é assumido, nesta ordem, pelo estrabismo, pela síndrome da Talidomida e pela origem nordestina. A semelhança estrutural identificada pelo senador entre alvo e base é a discriminação, que vitima homossexuais, estrábicos, portadores da síndrome e nordestinos. As analogias utilizadas chamam a atenção para o fato de que a homossexualidade é comparável a outras condições e que, por conseguinte, uma lei que tratasse de discriminação apenas contra homossexuais incorreria no erro de não proteger outros cidadãos que também pertencem a outros grupos igualmente discriminados, tais como os que foram enumerados pelo senador.

Essa inferência, chancelada pela interpretação das analogias, é corroborada por outras afirmações feitas pelo senador, como as que são destacadas a seguir:

(iii) aliás você vai ter até que fazer uma/uma lei para proteger o nordestino porque todo mundo que o cara acha que é cabeçudo chama de Paraíba... venha cá Ceará... uma maneira de denegrir o nordestino que trabalha em São Paulo...

(linhas 15-18)

(iv) TOdo mundo... todo mundo quer um texto que verse sobre tolerância um projeto... não mais que isso... um texto genérico... [...] nós também...até porque já tá (na) Constituição... é crime discriminar...tá na Constituição... precisamos de outro texto? É crime discriminar... raça... cor... sexo... etnia... ((aplausos))

(linhas 55-58)

(v) eu estava vindo desci no aeroporto e vi... antes de pegar o carro... um cidadão rindo de um cidadão que tinha mais ou menos trinta anos de síndrome de Down... chamando ele de cara de bolacha... por que não temos uma lei específica para proteger quem tem síndrome de Down que não pediu para nascer com síndrome de Down?...

(linhas 126-129)

Observa-se, assim, que o senador Magno Malta parece procurar, por meio das analogias e dos argumentos que com elas co-ocorrem, construir o consenso de que o PLC 122/2006, cujo foco é a criminalização de atitudes discriminatórias decorrentes de orientação sexual e identidade de gênero, não tem um escopo adequado para atender às reais necessidades da sociedade. Do ponto de vista do senador, o projeto de lei consistiria, portanto, de uma iniciativa falha da parte do grupo de políticos ao qual ele se opõe.

A afirmação da inépcia do PLC 122/2006 para defender todos os grupos sociais vitimados pela discriminação abre caminho, na argumentação de Malta, para duas possibilidades, quais sejam, por um lado, a defesa da ideia de que o projeto de lei é desnecessário ou descabido e, por outro, a defesa da necessidade de um texto em cujo escopo possam ser acomodados todos os grupos discriminados.

Conforme dá continuidade a seu discurso, Magno Malta volta a construir analogias que sugerem a necessidade de se buscar construir uma legislação que salvguarde outros grupos que se encontram, via de regra, sujeitos à discriminação. Observe-se o segmento a seguir:

(vi) quem agride homossexual no Brasil... agride aposentado... quem mata um homossexual hoje mata um portador de deficiência... a senadora Marta falou que os homossexuais continuam agredidos na Avenida Paulista.... os mendigos também senadora...

(linhas 90-92)

Por meio da leitura e interpretação do excerto, podem-se depreender as analogias que seguem:

- (4) A homossexualidade é como a condição de aposentado⁶.
- (5) A homossexualidade é como a condição de portador de deficiência.
- (6) A homossexualidade é como a mendicância.

Decorre do raciocínio analógico do senador a conclusão de que a discriminação contra a população LGBT consiste apenas em um dos elementos de um conjunto de práticas discriminatórias bastante

⁶ Malta usa o termo “aposentado”, mas parece referir-se, por extensão, à condição de senilidade a que a aposentadoria é comumente vinculada. Assim, embora a aposentadoria não seja, em si mesma, condição para que alguém seja vítima de discriminação, a velhice a ela associada corresponde a um traço socialmente estigmatizado na sociedade brasileira, conforme argumentamos em Ferreira (2015).

diversificado, no interior do qual ela não mereceria destaque. A proteção a que visa a lei é conceptualizada, dessa forma, em uma espécie de privilégio de grupo, o qual é negativamente avaliado pelo senador.

As analogias utilizadas pelo senador funcionam como uma maneira de propagar uma visão homogeneizante das formas de discriminação que ocorrem na sociedade. O senador parece procurar apagar, assim, as especificidades das manifestações da discriminação em nossa sociedade e equiparar condições bastante díspares, como o estrabismo e a homossexualidade, ocultando diferenças sociais bastante significativas entre as duas condições.

Com efeito, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]) já reconheciam, no *Tratado da Argumentação*, que as analogias servem, no contexto da argumentação, como maneira de invenção e de prova. O que se observa, na fala de Malta, é que as analogias funcionam como meio de invenção, na medida em que procuram criar um conjunto de crenças ao qual se pretende obter o assentimento do auditório, e como prova, pois um interlocutor que acolha as analogias de Malta como manifestações de um raciocínio verossímil estará bastante propenso a acolhê-las como comprovação de que não há motivo para que a condição de homossexual implique a necessidade de proteção legal específica. Observa-se, assim, que as analogias criadas por Malta possibilitam conceptualizar o projeto de lei como uma manifestação de injustiça para com outros seres humanos — estrábicos, portadores da síndrome da Talidomida, nordestinos, aposentados, pessoas com deficiência, mendigos, por exemplo —, que também são discriminados e estariam sendo preteridos pelos propositores e defensores do PLC 122/2006.

Malta corrobora tal posicionamento acerca do projeto de lei quando afirma o que segue:

(vii) eu estava vindo desci no aeroporto e vi... antes de pegar o carro... um cidadão rindo de um cidadão que tinha mais ou menos trinta anos de síndrome de Down... chamando ele de cara de bolacha... por que não temos uma lei específica para proteger quem tem síndrome de Down/que não pediu para nascer com síndrome de Down?...

(linhas 126-129)

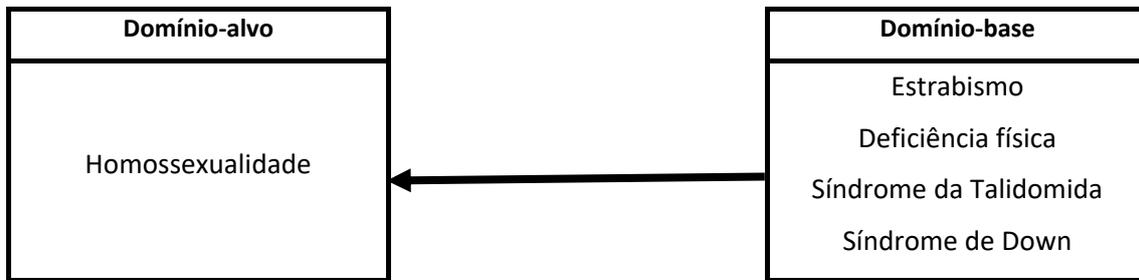
Está subjacente a esse segmento da fala do senador a seguinte analogia:

(7) A homossexualidade é como a síndrome de Down.

Novamente, a homossexualidade é colocada na posição de domínio-alvo, sendo pareada com o domínio-base *síndrome de Down*. A similaridade estrutural que justifica a comparação é o estigma a que são submetidos os homossexuais e os portadores de síndrome de Down, e a conclusão a que conduz a analogia permanece: o PLC 122/2006 tem como falha o fato de não buscar dar proteção a outros grupos que também são vítimas de discriminação e, portanto, não deve ser aprovado porque seria, em suma, injusto, assim como, por extensão, não estariam sendo justos os senadores que o defendem. O uso de analogia poderia ser interpretado, nesse sentido, como uma estratégia que visa desacreditar o projeto de lei e de seus defensores.

Uma característica relevante da argumentação de Malta é a recorrência com que ele procede ao pareamento entre a homossexualidade (domínio-alvo) e condições físicas diversas frequentemente relacionadas a um funcionamento deficiente do corpo humano (domínio-base), conforme esquema a seguir, em que a seta indica a direção em que ocorre o processo de transferência.

Figura 2. A tendência ao pareamento da homossexualidade com condições que implicam mau funcionamento do corpo humano



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Embora o senador chame atenção para o fato de que a similaridade entre os domínios se restrinja ao estigma a eles associado, a recorrência com que a homossexualidade é pareada com condições que implicam algum grau de deficiência física ou intelectual sugere uma tendência à conceptualização da homossexualidade como desvio com relação a uma “normalidade”.

Nesse sentido, se acolhemos essa hipótese, é plausível também que se considere factível a possibilidade de que o senador selecione outros domínios-base justamente com o fim de evitar que seu auditório conclua que ele está sugerindo que a homossexualidade seja doença, o que poderia ser interpretado como manifestação de homofobia. Assim, seria possível conjecturar que a seleção de outros domínios-fonte é estratégica e se deve a um desejo do senador de salvaguardar sua imagem pública, a fim de evitar causar a impressão de que ele mesmo poderia apresentar comportamento discriminatório.

3.2 A homossexualidade como manifestação do arbítrio humano

A partir da linha 68, Malta volta a utilizar o raciocínio analógico, por meio do qual procura construir uma ideia de homossexualidade vinculada aos desígnios humanos, à escolha consciente. Observe-se o segmento:

(viii) gostaria de esclarecer ainda que índio... não pediu para nascer índio... negro que é tão... chamado todas as horas para fazer comparação para justificar esse projeto... e não deveria fazê-lo porque negro não pediu/não fez opção para ser negro... negro nasceu negro... eu nasci negro minha mãe nasceu negra...eu não fiz opção para ser negro... japonês não fez opção para ser japonês... nem deficiente... portador de deficiência fez opção para ser portador de deficiência... não pode comparar... eh raça... não se pode comparar com quem fez a opção por ser homossexual... há que se respeitar porque o homem... pode fazer () seu desígnio e sua decisão... o indivíduo pode fazer a opção para ser o que ele quiser... e pode requerer direitos... a única coisa que o homem não pode... ((aplausos))

(linhas 68-76)

Neste excerto, conforme se observa, Malta salienta as dessemelhanças que, segundo ele, existem entre homossexualidade e etnia, construindo, portanto, uma desanalogia. Neste processo, ocorre o alinhamento de base e alvo a identificação de semelhanças estruturais entre eles, a avaliação negativa destas e sua conseqüente refutação. Para o senador, a etnia corresponde a um aspecto da identidade humana que independe de vontade, ao passo que a homossexualidade corresponderia a um fruto dos designíos humanos. À linha 111 da transcrição da fala de Malta, lê-se: “e o homem é aquilo que ele decide ser...”, enunciado que parece corresponder, *grosso modo*, a uma síntese dos argumentos expostos no sentido de viabilizar a compreensão da homossexualidade como uma prática ligada à volição.

A etnia e a discriminação dela decorrente seriam, nesse sentido, inescapáveis, ao passo que a prática da homossexualidade e, conseqüentemente, a discriminação que dela decorre seriam evitáveis. Ao apontar para essa (pretensa) dessemelhança, Malta sugere que, embora a discriminação seja um problema, ela poderia ser evitada pela adesão a condutas heterossexuais. É corolário dessa comparação o compartilhamento da culpa entre vítimas de discriminação e aqueles que as discriminam, visto que aquelas poderiam, segundo o ponto de vista do senador, evitar o sofrimento a que são expostas por estes se adotassem a heterossexualidade como padrão de comportamento. Ao agir dessa maneira, o senador não questiona a noção corrente de que a heterossexualidade é o padrão que deve ser seguido pelos membros da sociedade, mas, pelo contrário, referenda-a.

Além disso, é possível observar, no segmento da fala do senador, a materialização de um embate ideológico. O senador, ao salientar as dessemelhanças que acredita haver entre a homossexualidade e a pertença a etnias, procura neutralizar os argumentos que têm por base as semelhanças entre essas duas condições, os quais, segundo ele, são bastante comuns. Assim, de acordo com Malta, a analogia entre etnia e homossexualidade, à qual recorrem aqueles que desejam defender que a homofobia seja criminalizada, assim como ocorreu com o racismo, é falaciosa e não deveria, portanto, ser levada em conta para que as decisões acerca do PLC 122/2006 fossem tomadas, conforme se depreende do seguinte trecho do segmento (ix):

(ix) ... negro que é tão... chamado todas as horas para fazer comparação para justificar esse projeto... e não deveria fazê-lo porque negro não pediu/não fez opção para ser negro... negro nasceu negro... eu nasci negro minha mãe nasceu negra...eu não fiz opção para ser negro...

(linhas 68-70)

Ressalte-se, além disso, que o senador se coloca, em seu discurso, como membro da etnia negra, o que implica dizer que ele sofre preconceito e que, enquanto vítima dele, tem conhecimento para falar sobre discriminação. O valor argumentativo da seleção da etnia negra para compor a base da analogia tende, assim,

a crescer. Malta parece, assim, atuar estrategicamente ao selecionar a etnia negra para compor o domínio-base do raciocínio analógico e se declarar negro logo em seguida.

É bastante significativo observar, no conjunto das analogias construídas por Malta, que a homossexualidade é comparada, no mais das vezes, a condições que não dependem dos desígnios humanos, como no caso das analogias (1), (2), (3), (5), (6) e (7), em que a homossexualidade é pareada, respectivamente, com o estrabismo, a síndrome de Talidomida, a origem nordestina, a deficiência física, a mendicância e a síndrome de Down. O que se observa, no entanto, é que Malta procura, quando da construção dessas analogias, indicar que a semelhança dessas condições com a homossexualidade restringe-se ao fato de serem, todas elas, estigmatizadas pela sociedade.

Dessa forma, Malta parece procurar limitar a identificação de semelhanças entre base e alvo, de modo que sua ideia de que a homossexualidade consiste em uma opção consciente não seja desmentida por eventuais extensões indesejáveis de suas analogias que possam ser realizadas pelos membros do auditório ou dos outros participantes do debate. O que se constata, pois, é que há um esforço, por parte do senador, de controlar a instabilidade quanto à criação de sentidos que é intrínseca às analogias, a fim de procurar garantir a coerência interna de sua fala quanto aos argumentos empregados.

3.3 O PLC 122/2006 como limitação às liberdades individuais

Há também, no discurso de Magno Malta, analogias que sugerem uma concepção do PLC 122/2006 como uma forma de limitação de liberdades individuais, como as de culto, expressão e pensamento. Observe-se o segmento a seguir:

(x) como as pessoas fazem... quando querem excluir alguém... simplesmente diz que não/ agora ah vou dizer uma coisa para o senhor... quando alguém... é muçulmano pode fazer isso hoje? então uma babá/uma babá de confissão evangélica... e ele descobre que ela é evangélica e toma conta do filho... e ele não quer que essa babá oriente a filha com os ensinamentos cristãos... ele pode mandar embora que ele não é preso... pode mandar embora que ele não é preso... não tem uma lei pra proteger a babá disso... se eu descobro que a babá da minha filha... é homossexual... conforme a lei... se eu mandar embora... eu tenho que continuar com a babá homossexual porque aí tem cadeia pra mim... ora... é correto isso?... é correto isso?

(linhas 119-126)

Em (x), Malta equipara a homossexualidade à adesão aos princípios religiosos evangélicos, sugerindo que tal confissão religiosa seja concebida, assim como a homossexualidade, como uma característica que implica discriminação. Tem-se, portanto, a seguinte analogia:

(8) A homossexualidade é como a confissão evangélica.

Tomando-se como verdadeiro aquilo que diz o senador, no entanto, o que se observa é que, aprovado o PLC 122/2006, a condição dos evangélicos seria mais crítica que a dos homossexuais, uma vez que estes desfrutariam de proteção legal, ao passo que aqueles poderiam ser discriminados sem qualquer risco de

sanção. Essa analogia parece ter papel duplo no discurso de Malta: ao mesmo tempo em que ela parece corresponder a uma forma de deslegitimar o projeto de lei em virtude de ele supostamente não proteger todos os grupos vitimados pela discriminação, ela parece consistir de uma defesa da possibilidade de não tolerar a homossexualidade, da “liberdade” de pregar contra ela.

A argumentação de Malta parece assumir, dessa forma, o *status* de defesa de duas teses que não parecem conciliáveis. Por um lado, o senador parece construir a defesa de que evangélicos, assim como homossexuais, necessitam de proteção legal, ideia que se coaduna com a alegação de que é necessário que se construa uma lei que proteja todos os grupos discriminados; por outro, a analogia e a exemplificação que a acompanha parecem sugerir que, para o senador, o PLC 122/2006 consiste em uma ameaça à liberdade de não convivência com homossexuais, diferentemente do convívio com evangélicos, que seria, segundo o senador, facultativo.

A ideia de que o PLC 122/2006 constituiria, se aprovado, impedimento às liberdades individuais aparece de modo bastante claro no segmento (xi), que se lê a seguir.

(xi) agora ninguém pode impor a concordância porque o outro concorda com uma lei () você... dizia a questão do restaurante... o restaurante feCHOU... ah mas... não recebeu porque é homossexual... o outro é jornalista... a lei pra proteger o jornalista que não pôde entrar no/ porque já era onze horas e já estava fechado o restaurante... não tem lei pra proteger esse jornalista e não tem lei pra ele poder fazer um boletim de ocorrência depois... () mas nós vamos criar um impÉrio... uma lei... onde vamos criar um império homossexual no Brasil... que só tem direitos... só tem direitos ((aplausos))

(linhas 133-138)

Pela leitura do excerto, observa-se a construção da seguinte analogia:

(9) Ser homossexual é como ser jornalista.

A seleção do elemento *jornalista* para integrar o domínio-base da analogia revela-se bastante significativa, pois permite uma conceptualização da homossexualidade bastante distinta daquela construída até então pelo senador em seu discurso. Trata-se da primeira analogia, dentre aquelas analisadas, em que a homossexualidade é pareada com uma condição que não implica discriminação. Se até então a homossexualidade era conceptualizada por meio de analogias com condições estigmatizadas, tais como a origem nordestina e a síndrome do Down, o que colaborava para que fosse concebida como uma característica humana socialmente despreferida, a seleção do domínio-base *jornalista* sugere uma ideia de homossexualidade que não se relaciona à discriminação.

Dessa forma, a analogia entre homossexuais e jornalistas tem por característica promover o apagamento do estigma relacionado àqueles, o qual havia sido até então reiterado pelo senador. Como possível desdobramento dessa analogia, tem-se a ideia de que a condição de homossexual é tão aceitável socialmente quanto a pertença ao grupo dos profissionais do jornalismo. Tal analogia parece bastante

adequada à defesa da ideia de que o PLC 122/2006 não corresponde a uma proteção contra a discriminação, mas a um dispositivo de concessão de privilégios à população homossexual.

A analogia parece, assim, propor uma modificação com relação à maneira de se conceptualizar o PLC 122/2006: em lugar de ser concebido como uma maneira de garantir justiça social, ele seria visto como uma forma de concessão de poderes aos homossexuais. Estes poderes seriam responsáveis por possibilitar aos homossexuais que não cumpram regras (que entrem em um restaurante que já fechou, por exemplo) e não estejam sujeitos à reprovação de outros membros da sociedade (uma vez que não poderiam, segundo o senador, ser demitidos).

Nesse sentido, é importante que se analise outra analogia empregada por Malta no excerto (xi). No trecho “mas nós vamos criar um impÉrio... uma lei... onde vamos criar um império homossexual no Brasil... que só tem direitos... só tem direitos”, o senador procede ao pareamento entre a aprovação da lei e a criação de um império, criando uma analogia que poderia ser enunciada nos seguintes termos:

(10) A criminalização da homofobia é como a criação de um império.

A opção de alocar *império* no domínio-fonte da analogia referenda a ideia de que a aprovação do PLC 122/2006 implicaria o alçamento de homossexuais à posição de indivíduos não submetidos às regras e sanções que são impostas aos demais membros da sociedade. Poder-se-ia especular, nesse sentido, que, segundo o ponto de vista de Malta, os homossexuais assumiriam, com a aprovação do projeto de lei, *status* análogo ao de um imperador, isto é, de um indivíduo que dita as regras, mas que não está sujeito a elas, o que implicaria a submissão dos outros grupos da sociedade a seus desígnios.

Tal modo de conceber o PLC 122/2006 parece ser chancelado pelo que diz Malta em (xii).

(xii) e pode requerer direitos... a única coisa que o homem não pode... é requerer os seus direitos... fazer sua opção criminalizando quem não concorda com ele ((aplausos))
(linhas 74-76)

Ao argumentar dessa maneira, Malta parece buscar assentimento para a ideia de que a aprovação do PLC 122/2006 significaria importante limitação à liberdade de expressão e culto, tendo em vista que, como em uma ditadura, a divergência com relação a um suposto *status quo* pró-homossexuais poderia acarretar punições.

Considerações finais

Tendo em vista as análises apresentadas, pode-se dizer que as analogias desempenham papel bastante significativo no processo de negociação de sentidos que é parte inextricável de qualquer esforço argumentativo.

O exame do *corpus*, ainda que feito em caráter preliminar, permitiu observar usos de analogia que colaboram para que se crie uma imagem bastante desfavorável do PLC 122/2006, que ora é conceptualizado

como medida descabida ou inócua, ora como forma de conceder privilégios aos homossexuais. As analogias colaboram, nesse sentido, para que se construa e/ou perpetue uma noção de que o PLC 122/2006, em lugar de representar um avanço social e uma forma de buscar melhor qualidade de vida para populações estigmatizadas, corresponde a uma forma de injustiça e preterimento de grupos não homossexuais.

Nesse sentido, o raciocínio analógico utilizado por Magno Malta não corresponde apenas a uma forma de se posicionar de modo contrário à aprovação do PLC 122/2006, mas também de procurar comprometer a imagem daqueles que, no debate, posicionaram-se de modo favorável à sua aprovação, tendo em vista o fato de que, ao defender a admissibilidade do projeto, estariam promovendo a injustiça com relação aos grupos não homossexuais.

Além disso, observou-se que, conquanto algumas das analogias empregadas pelo senador sugiram que ele considere a homossexualidade uma condição estigmatizada pela sociedade, parece haver um esforço, por parte dele, para que ela seja conceptualizada como resultado dos desígnios humanos. Assim, para o senador, ainda que a homossexualidade seja comparável à síndrome de Down, na medida em que ambas as condições são estigmatizadas, ela não é, segundo ele, comparável à origem nordestina, uma vez que esta, ao contrário daquela, não corresponde a uma opção.

Dessa forma, embora inicialmente não refute a existência de um estigma ligado à homossexualidade, o senador argumenta de modo a procurar convencer seus interlocutores de que só são vítimas de homofobia aqueles que desejam ser homossexuais. Isso significa dizer que a discriminação associada à homossexualidade poderia ser evitada por suas vítimas caso elas assim desejassem, o que implica a responsabilização da vítima pela discriminação que sofre.

Além disso, o exame das analogias utilizadas por Magno Malta parece revelar alguns procedimentos argumentativos bastante importantes para o fortalecimento das teses por ele defendidas. Conforme argumentamos anteriormente, a analogia entre a homossexualidade e a confissão evangélica colabora para que se crie e/ou perpetue a ideia de que evangélicos são discriminados pela sociedade, o que poderia levar a crer que o senador efetivamente defende que nenhum grupo seja discriminado. No entanto, ao criar analogias que colaboram para que a homossexualidade seja concebida como uma opção, Malta parece questionar a adequação de um projeto de lei que proteja grupos que poderiam não ser discriminados caso assim desejassem. Parece ser estratégico, nesse sentido, que a fé evangélica não seja, no discurso do senador, relacionada a noções como volição e liberdade de crença, pois postular que a homossexualidade e a profissão da fé evangélica têm em comum uma relação com os desígnios humanos equivaleria a deslegitimar a proposta de um projeto de lei que defendesse a população de manifestações de intolerância religiosa, ao qual o senador se declara favorável.

A análise do corpus sugere, nesse sentido, que as analogias são utilizadas para viabilizar a manipulação de modelos mentais segundo uma lógica que permite apagar, salientar ou mesmo criar características de acordo com os objetivos do orador. Assim, a cada pareamento a que um determinado domínio é submetido,

pretensas características são expostas, realçadas ou apagadas, o que significa dizer que o uso de analogias tem função deformante com relação aos objetos do mundo.

Ressalte-se, além disso, que a seletividade e a parcialidade características do raciocínio analógico contribuem de modo significativo para que se crie uma profusão de conceptualizações da homossexualidade no discurso de Malta, as quais não parecem ser sempre coerentes entre si. Se por um lado a analogia entre homossexualidade e síndrome de Down colabora para que aquela seja conceptualizada como uma condição estigmatizada; por outro, a analogia entre a homossexualidade e a profissão de jornalista parece questionar esse estigma, o qual parece novamente ser chancelado pela analogia entre a homossexualidade e a fé evangélica. De forma bastante similar, a analogia entre a homossexualidade e o jornalismo parece sugerir o apagamento do estigma, ao passo que a analogia entre ela e a síndrome de Down parece salientá-lo.

Além disso, foi possível observar o uso estratégico da desanalogia, que se caracteriza pelo pareamento entre dois domínios e a identificação de pretensas similaridades entre eles, as quais são avaliadas negativamente em um segundo momento, a fim de negar a viabilidade de uma dada analogia como forma de proceder à conceptualização das coisas do mundo. Este é o procedimento utilizado pelo senador Magno Malta para deslegitimar a ideia bastante corrente segundo a qual a homossexualidade seria comparável à etnia por corresponder a uma condição que independe da vontade daquele que se encontra nela.

Constata-se, face ao exposto, que as analogias que o senador constrói colaboram para que os modelos mentais do *PLC 122/2006* e da *homossexualidade* estejam sempre em processo de permanente (re)criação discursiva. A (re)criação dinâmica dos modelos mentais parece, assim, ser utilizada de modo estratégico pelo senador, que procura postular, salientar e apagar características dos modelos de acordo com os objetivos argumentativos que pretende cumprir com seu discurso.

Averigua-se, portanto, que os processos que são subjacentes às analogias — recuperação, mapeamento e avaliação — têm papel significativo na contínua negociação de significados que caracteriza a argumentação no debate parlamentar, visto que agem solidariamente com vistas à manipulação de modelos mentais segundo os interesses do orador. Desse modo, parece lícito dizer que as analogias correspondem, em última análise, a manifestações linguístico-discursivas do posicionamento ideológico do orador, que procura se servir delas como uma forma de conseguir o assentimento para as teses que apresenta e, dessa forma, exercer poder sobre o auditório e sobre os outros participantes do debate.

Referências

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. *Religião e Política: ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal*. 2011. 350f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

- FERREIRA, Filipe Mantovani. Representação e imprensa negra: uma análise do papel das narrativas na revista *Raça Brasil*. In: **Cadernos de Pós-Graduação em Letras**. v. 14 (2). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2014.
- GENTNER, Dedre. Structure-Mapping: A theoretical framework for analogy. **Cognitive Science**, v. 7, p. 155-170, 1983.
- GENTNER, Dedre. The mechanisms of analogical learning. In: VOSNIADOU, Stella; ORTONY, Andrew. (Eds.). **Similarity and analogical reasoning**. London: Cambridge University Press, 1989, p. 199-241.
- GENTNER, Dedre; FORBUS, Kenneth D. Computational models of analogy. **Cognitive Science**, n. 2, v.3, p. 266-276, 2011.
- GENTNER, Dedre; SMITH, Linsey A. Analogical learning and reasoning. In: REISBERG, Daniel. (Ed.), **The Oxford Handbook of Cognitive Psychology**. New York, NY: Oxford University Press, 2013, p. 668-681.
- GENTNER, Dedre; SMITH, Linsey A. Analogical reasoning. In: RAMACHANDRAN, Vilayanur Subramanian (Ed.) **Encyclopedia of Human Behavior**. 2. ed. Oxford: Elsevier, 2012, p. 130-136.
- HOLYOAK, Keyth; GOH, Kyunghye. Surface and structural similarity in analogical transfer. **Memory and Cognition**, n. 15, v. 4, p. 332-340, 1987.
- ITKONEN, Esa. **Analogy as structure and process**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação: a Nova Retórica**. Trad. Maria Ermantina Galvão Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1958].
- PRETI, Dino. (org.). **Análise de textos orais**. 6. ed. São Paulo: Humanitas, 2003.
- SOUZA, Sandra Duarte. Política religiosa e religião política: os evangélicos e o uso político do sexo. In: **Estudos de Religião**. São Paulo, v. 27, n. 1, p. 177-201, 2013.
- VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discourse and Knowledge: a sociocognitive approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- VAN DIJK, Teun Adrianus. Discourse and manipulation. In: VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discourse and Society**, London: Sage, v. 17(2), 2006, p. 359-386
- VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva**. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.
- VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e poder**. Organização de Judith Hoffnagel e Karina Falcone. Trad. Judith Hoffnagel *et al.* São Paulo: Contexto, 2008.

FONTE

BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de Lei Complementar PLC 122/2006. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>. Acesso em: 28 jun. 2018. Texto Original.

Como citar este capítulo:

FERREIRA, Felipe Mantovani. Analogia e argumentação nos debates sobre a criminalização da homofobia. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PEDRO, Adriana Moreira; OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de; SILVA, Alexandra Marques; SOUZA, Douglas Rabelo; BRITTO-COSTA, Letícia Fernandes de; KOBAYASHI, Sergio Mikio. **Discurso e identidade: múltiplos enfoques**. São Paulo: FFLCH, 2018, p. 127-149. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/9788575063361>

Anexo I - Transcrição do pronunciamento de Magno Malta à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Congresso Federal

MM – Magno Malta

MS – Marta Suplicy

PP – Paulo Paim

MM senhor presidente... senhor presidente Paulo Paim... relatora... Marta Suplicy... senadora Marta... demais senadores e senadoras... deputados federais aqui... bancada católica... bancada evangélica... deputados espíritas... cidadãos do povo... organizações... ONGs que defendem o projeto da... senadora Marta... grupo GLBT

5 que aí está... grupos de homossexuais que defendem o que pensam e que acreditam que nós temos que respeitar... deputado Jean Wyllys... que é defensor da causa... e nós precisamos... nós precisamos/cada qual defende o que acredita e nós precisamos respeitar isso...cumprimento a todos... e é preciso fazer um breve relato... toda as vezes que debater esse assunto senhor presidente... do histórico e da história... do PL um dois dois... aliás esse número apodreceu... isso é uma frase que eu usei com a senadora Marta... quando tivemos uma

10 oportunidade de conversar eu... o deputado Gilmar Machado... senador Walter Pinheiro... a deputada Lauriete e a senadora Marta no meu gabinete... e a gente conversava sobre esse assunto... penso que o que o Brasil espera que nós versemos é sobre um texto que fale sobre intolerância... ninguém tem direito de ser intolerante com ninguém... a ninguém é dado o direito de ser intolerante com alguém que nasceu estrábico... ou alguém que nasceu com... com a síndrome/com a Talidomida com os braços curtos com as pernas curtas... faltando

15 dedos... ninguém tem direito de ser intolerante com alguém que nasceu no Nordeste... aliás você vai ter até que fazer uma/uma lei para proteger o nordestino porque todo mundo que o cara acha que é cabeçudo chama de Paraíba... venha cá Ceará... uma maneira de denegrir o nordestino que trabalha em São Paulo... todo mundo é cearense... uma maneira de/de achar que tá colocando uma/uma/uma parte do país...eh... subjugada a uma que se acha a elite pura que é São Paulo...pois bem... ninguém tem direito a isso como ninguém tem direito de ser intolerante com homossexual... eu estou falando do alto da minha experiência... ninguém direito de ser intolerante com homossexual... como ninguém tem direito de ser intolerante ((aplausos e gritos))... ninguém tem direito de ser intolerante com católico com padre... ninguém pode ir pra avenida ninguém pode ir pra avenida e estampar uma faixa e dizer “se o papa engravidasse aborto era sacramento”... ((aplausos e gritos)) e

20 isso estava... essa faixa estava... na passeata do movimento gay de São Paulo... mais ainda... ninguém tem direito de ser intolerante com os símbolos... de um/um centro de umbanda... há que se respeitar... de um candomblé... olha eu professo minha fé no segmento evangélico... os símbolos de umbanda tão respeitos por eles... eu não tenho direito de ser intolerante... como também ninguém tem direito de levar os santos que são sagrados símbolo da Igreja Católica como fez o movimento gay... levou para sua passeata e colocou os SANTos em posição sensual... senador Paim... me lembro quando um bispo da Igreja Universal Von Helde... chutou a santa... uma

30 imagem num programa de televisão... parece que o mundo caiu... e arrumaram isso de pano de fundo parecia que era uma tentativa de destruir tudo que é confissão de fé fora a católica no Brasil... e até me admira porque a Igreja Católica não se manifestou... com seus símbolos sagrados na avenida em posição sensual ((aplausos e gritos))... aliás foi isso... que Silas Malafaia defendeu no seu programa... que depois o programa foi pego... pinçados e entregue ao Ministério Público como se Silas estivesse incitando o ódio.. uma mentira absoluta... contra os homossexuais... uma CNBB que reage sempre reagiu muito rápido... rea/reage tanto... que mandou uma nota aqui dizendo que nunca fez acordo com a senadora Marta... ((lendo)) “CNBB... publica nota de esclarecimento sobre o projeto de criminalização da homofobia... o presidente da Conferência Nacional dos Bispos Cardeal Raimundo Damasceno As/Assis emitiu nota de esclarecimento... ‘A presidência da CNBB nunca fez acordo com a senadora Marta’”... isso chegou aqui na nossa mão agora de manhã... ((aplausos))... depois a

40 senhora tem a palavra...depois a senhora tem a palavra

MS

[

se o senhor pudesse ler... não... leia... leia inteira não leia pela metade... leia inteiro o pronunciamento... leia inteiro não leia pela metade ((burburinho e gritos na audiência))

MM

()

- 45 PP ((dirigindo-se à plateia)) nós vamos segurar a palavra... ((pedindo silêncio com as mãos)) shhhhhh... pessoal... o plenário... nessa questão é a presidência que decide... não adianta gritar aí atrás... gritou não gritou não resolve NAda... o senador Magno Malta... com certeza... a nossa relaTOra a Marta vai ter direito a responder
- MM [
- ()eu vou ler tudo... eu vou ler tudo... o que... o que ocorreu dentro do plenário do Senado da casa é que... a CNBB autorizou a senadora Marta a falar em nome dela... e... () que/e que tava tudo acordado ele diz aqui... a CNBB não fez acordo com a senadora... conforme noticiou parte da imprensa... na ocasião fez observacõ::es... nós também fizemos... demos sugestões...nós também demos... (comentei) com a senadora acompanhar o desenrolar... nós também nos comprometemos.. TOdo mundo... todo mundo quer um texto que verse sobre tolerância um projeto... não mais que isso... um texto genérico...reiterou ainda sua posição da igreja de combater qualquer tipo de discriminação... nós também...até porque já tá (na) Constituição... é crime discriminar...tá na Constituição... precisamos de outro texto? É crime discriminar... raça... cor... sexo... etnia... ((aplausos)) todas as pessoas têm o direito... agora o que não pode é chamar pra dentro aquilo que é raça ((gritos na plateia))... porque índio/
- PP [
- 60 shhhh... pessoal mais uma vez eu vou insistir...nós combinamos e vocês concordaram... que as palmas seriam permitidas... então gritar aí atrás não ajuda em NAda... só prejudica aquele que tá pensando... e com isso tá agindo favoravelmente ao seu projeto... pelo contrário... tá depondo contra a sua posição... senador Magno Malta com a palavra... ((aplausos)) TODos senadores usarão a palavra pelo tempo que é o necessário... ninguém aqui tá com pressa... EU não tô com pressa... eu quero que a gente saia daqui caminhando quem sabe para um grande entendimento
- 65 MM gostaria de esclarecer ainda que índio... não pediu para nascer índio... negro que é tão... chamado todas as horas para fazer comparação para justificar esse projeto... e não deveria fazê-lo porque negro não pediu/não fez opção para ser negro... negro nasceu negro... eu nasci negro minha mãe nasceu negra... eu não fiz opção para ser negro... japonês não fez opção para ser japonês... nem deficiente... portador de deficiência fez opção para ser portador de deficiência... não pode comparar... eh raça... não se pode comparar com quem fez a opção por ser homossexual... há que se respeitar porque o homem... pode fazer () seu desígnio e sua decisão... o indivíduo pode fazer a opção para ser o que ele quiser... e pode requerer direitos... a única coisa que o homem não pode... é requerer os seus direitos... fazer sua opção criminalizando quem não concorda com ele ((aplausos)) ora... ora... na verdade... na verdade... esse projeto não é (o que ele me diz)...é criminalização quem não concorda... quando a senadora Marta diz...e faz sua colocação/colocações...aliás ela fez um artigo bacana no Estado de São Paulo... que no outro dia distribuiu aqui no plenário e tal.. que ela diz que homossexuais continuam sendo mortos por omissão de radicais e alguns senadores que faz sua plataforma religiosa... eu queria dizer que... isso também é intolerância ((aplausos))... desrespeito...porque nós poderíamos dizer que isso...isso... isso é a plataforma política da senhora então... fazer a defesa... e tem todo meu respeito... todo mundo que chegou aqui chegou por um caminho... e chegou por um caminho.. o caminho de combate às drogas combate ao abuso de criança... combate a abuso de criança não é plataforma política... na verdade eu defendo e todos nós... não conheço ninguém... nós não vivemos num país homofóbico... homofóbico ((gritos na plateia)) quer matar... não é verdade?
- 75 PP está assegurado a palavra ao senador
- 85 MM quem... quem mata/ ((gritos persistem))
- PP [
- todos poderão contraditar depois
- MM quem agride homossexual no Brasil... agride aposentado... quem mata um homossexual hoje mata um portador de deficiência... a senadora Marta falou que os homossexuais continuam agredidos na Avenida Paulista.... os mendigos também senadora... as crianças em São Paulo o seu estado continuam abusadas... a senhora citou um caso de um jornal... hoje tem DEZ na Folha de São Paulo/no/no EstaDÃO de crianças abusadas... e nem por isso nós ficamos ((aplausos)) ((campanha soa em pedido de silêncio))... imaginem que a senhora chama a atenção dizendo que é omissão de senadores que os senadores estivessem se omitindo... então é o verso da moeda...
- 90

95 eles não estariam sendo assassinados.. isso vai para a conta dos senadores... no meu entendimento... então veja... imagine que alguém evocasse seus quatro anos de prefeitura... e colocasse na sua conta as crianças que morreram no seu mandato... os homossexuais que foram agredidos no seu mandato... a culpa é da senhora? não é... e os mendigos que foram agredidos no mandato... é problema da senhora?... não é problema da senhora... não é problema da senhora... mas a senhora é executiva... (dizem) continuam morrendo mendigos na Praça da Sé em São Paulo... não tem providência da prefeita... ora as pessoas falam isso...então não dá para tentar colocar

100 na conta do parlamento alguma coisa que não nos pertence... o Brasil precisa de uma coisa que é das boas relações da sociedade senador a Marta...e respeito... e nada de intolerância com o cidadão... nada de intolerância... agora (se todos) homossexuais no Brasil... a senhora ()...eu/eu/eu sou uma pessoa... eu tenho trinta anos que recupero drogados senadora... a minha inti/instituição de recuperação de drogados por lá passam n homossexuais...ela tem hoje se recuperando... se recuperando... o meu partido tá cheio de homossexuais no

105 meu estado... no meu estado... ((alguém menciona o nome de Moa, vereadora transexual do Partido da República))... MOa: é um expoente porque é um presidente de câmara...é um político eh eh que ganhou proeminência por sua própria capacidade...aliás que fez a campanha eleitoral... com uma foto comigo... e eu falo pra senhora de cadeira porque eu não tenho intransigência com ninguém... eu aprendi a respeitar as pessoas... e o homem é aquilo que ele decide ser... para tanto... se nós construirmos... se nós construirmos um texto... que

110 verse sobre intolerância e é uma concordância... não é senador Cristovam Buarque? todos nós né () Ciro () todos nós Crivella... entendemos...o Walter Pinheiro...o Demóstenes... nós não podemos fazer esse tipo de enfrentamento criminalizando as pessoas tipo... há uma coisa muito (aberta) aqui... se ele vai no seu gabinete e diz “eu coloquei meu currículo... tá aqui nomeação”... isso vai para senador vai pra deputado federal prefeito vereador vai pra todo mundo... nomeação...cargo público de alto... eh:: de livre escolha...e você não escolhe... isso é VAgo... a pena é de um a três... aí você fala não... essa pessoa tem que dizer assim olha não estou

115 escolhendo você porque você é homossexual... ninguém vai falar isso... só vai dizer ((gritos, vaias)) não escolhi... não escolhi... como as pessoas fazem.. quando querem excluir alguém... simplesmente diz que não/ agora ah vou dizer uma coisa para o senhor... quando alguém... é muçulmano pode fazer isso hoje? então uma babá/uma babá de confissão evangélica... e ele descobre que ela é evangélica e toma conta do filho... e ele não quer que essa babá oriente a filha com os ensinamentos cristãos... ele pode mandar embora que ele não é preso... pode mandar embora que ele não e preso... não tem uma lei pra proteger a babá disso... se eu descubro que a babá da minha filha... é homossexual... conforme a lei... se eu mandar embora... eu tenho que continuar com a babá homossexual porque aí tem cadeia pra mim... ora... é correto isso?... é correto isso? eu estava vindo descendo no aeroporto e vi... antes de pegar o carro... um cidadão rindo de um cidadão que tinha mais ou menos trinta anos

120 de síndrome de Down... chamando ele de cara de bolacha... por que não temos uma lei específica para proteger quem tem síndrome de Down que não pediu para nascer com síndrome de Down?... ((aplausos)) então vou falar uma coisa pra senhora... nós... é muito importante esse debate...é importante que as pessoas se manifestem...é importante que as pessoas se manifestem... até as vaias são importantes... porque falta de palma é pior do que

125 váia... váia não é tudo na vida... () é coisa de torcida... não tem problema nenhum... as pessoas que não concordam... não tem nenhum problema... você ()... agora ninguém pode impor a concordância porque o outro concorda com uma lei () você... dizia a questão do restaurante... o restaurante feCHOU... ah mas... não recebeu porque é homossexual... o outro é jornalista... a lei pra proteger o jornalista que não pôde entrar no/ porque já era onze horas e já estava fechado o restaurante... não tem lei pra proteger esse jornalista e não tem lei pra ele poder fazer um boletim de ocorrência depois... () mas nós vamos criar um impÉrio... uma lei... onde vamos criar um império homossexual no Brasil... que só tem direitos... só tem direitos ((aplausos))

PP senador Magno Malta como eu estou com dez inscritos... eu/ se vossa excelência puder ir para a conclusão

MM

[

vou encerrar... vou encerrar... porque acho muito importante... fazer essas considerações nesse debate... porque... já que a senadora Marta no bom senso dela... e eu quero/porque já tive conversas de/bom senso...mant/tenho um relacionamento mais respeitoso com a senadora Marta nossa conversa apesar de não ter avançado foi uma boa conversa... a primeira vez que tivemos... acho que agora é o momento.. de todos nós.. construirmos um texto... que trate que verse sobre intolerância... a muitas mãos não a quatro não a duas senadora Ana Rita...mas a muitas mãos... a muitas mãos... e oferecermos um texto que ninguém nesse país... ninguém absolutamente... tem o direito de sofrer intolerância... agora... PL

140 um dois dois... palavra homofobia... pode ter um homofóbico () e tem pedófilo... não tem pedófilo? o cara disse que ia me/ descobriram que que o cara era servidor da INFRAERO... servidor da INFRAERO... ligou aqui me ameaçando de morte...tá pensando que é um qualquer...a Polícia Federal investiga e descobriu... não tem um

145

- 150 sujeito que disse que vai me matar? não tem outro que diz e botou/fizeram uma pasta escondida... dentro do Orkut... ao quebrar o Orkut nós descobrimos duas pastas que é de segurança nacional... uma dizia “morte a Lula”... e eles tramavam tudo com arma/tô revelando uma coisa aqui... com a arma com o calibre por onde o Lula passava... e as pessoas botavam o rosto... e era uma pasta escondida dentro do Orkut...ao quebrar o sigilo nós achamos e achamos também... o grupo nazista do Rio Grande do Sul... que tinha uma lista de negros... ((dirigindo-se ao senador Paulo Paim)) o senhor era o primeiro... esse tipo de gente existe... como existe gente gente também pronta para matar homossexual... mas a não não é homofóbica... e nós não podemos/ ((vaia e aplausos)) ((presidente da mesa toca a campainha em pedido de silêncio))
- 155
- PP pessoal... vamos... vamos manter o entendimento que a gente fez... todo respeito ao senador Magno Malta... e a questão das vaia... é que a gente acordou... e acordo é acordo... iam-se permitir as palmas e não as vaia... todos foram concordados foi unanimidade... se for vaia vaia vaia quem tiver com a palavra não vai poder falar... e daí fica ruim né? porque a gente (tirou a proposição) do senador que está com a palavra...então vamos manter o nosso acordo... o senador Magno Malta está concluindo... os outros senadores terão o MESmo tempo que ele teve
- 160
- MM a minha palavra diz que quem quer respeito precisa dar respeito... quem quer respeito precisa aprender a respeitar... ((aplausos)) precisa aprender respeitar... precisa aprender respeitar... quem quer requerer direitos atacando as pessoas/ simplesmente você tem que sublimar essas coisas senador... e eu encerro a minha fala... dizendo que nós não vamos banalizar essa palavra... nós não vamos banalizar essa palavra... essa palavra não será banalizada... PL um dois dois jaMAIS nós votaremos... ((aplausos, vaia, campainha soa em pedido de silêncio)) não existe... não existe acordo
- 165
- PP [
- 170 senador...
Magno Malta está concluindo em seguida vai falar a senadora Marinor Brito
- MM não existe acordo para isso... não existe acordo... nós... nos sentaremos e nos debruçaremos e juntos... ofereceremos um texto todos juntos... que todos tenhamos condição colocar nossa assinatura... desde a senador a MArta a mim...o Cristovam o Crivella a Marinor a Ana Rita... todos nós... todos nós no mesmo texto que verse sobre a intolerância nesse país... obrigado senhor presidente ((aplausos))
- 175 PP esse foi o senador Magno Malta... vamos passar a palavra nesse momento... à senadora Marinor Brito... se os senadores concordarem... nós daremos dez minutos que é o mesmo critério adotado no plenário... para a discussão dos temas... cada senador terá dez minutos para expressar seu ponto de vista... o senador Magno Malta usou a palavra

Anexo II – Texto do PLC 122/2006 aprovado pela Câmara dos Deputados e discutido pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2006 (Nº 5.003/2001, na Câmara dos Deputados)

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.849, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1999, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, definindo os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero.

Art. 2º A ementa da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero.” (NR)¹

Art. 3º o caput do art. 1º da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero.” (NR)

Art. 4º A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 4º-A:

“Art. 4º-A Praticar o empregador ou seu preposto atos de dispensa direta ou indireta:

Pena: reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.”

Art. 5º Os arts. 5º, 6º e 7º da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1999, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Impedir, recusar ou proibir o ingresso ou a permanência em qualquer ambiente ou estabelecimento público ou privado, aberto ao público:

Pena: reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos.”{NR)

“Art. 6º Recusar, negar, impedir, preterir, prejudicar, retardar ou excluir, em qualquer sistema de seleção educacional, recrutamento ou promoção funcional ou profissional:

Pena – reclusão de 3 (três) a 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. (Revogado).”(NR)

“Art. 7º Sobretaxar, recusar, preterir ou impedir a hospedagem em hotéis, motéis, pensões ou similares:

Pena – reclusão de 3 (três) a 5 (cinco) anos.” (NR)

Art. 6º A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7º-A:

“Art. 7º-A Sobretaxar, recusar, preterir ou impedir a locação, a compra, a aquisição, o arrendamento ou o empréstimo de bens móveis ou imóveis de qualquer finalidade:

Pena: reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.”

Art. 7º A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passa a vigorar acrescida dos seguintes art. 8º-A e 8º-B:

“Art. 8º-A Impedir ou restringir a expressão e a manifestação de afetividade em locais públicos ou privados abertos ao público, em virtude das características previstas no art. 1º desta Lei:

Pena: reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.”

“Art. 8º-B Proibir a livre expressão e manifestação de afetividade do cidadão homossexual, bissexual ou transgênero, sendo estas expressões e manifestações permitidas aos demais cidadãos ou cidadãs:

Pena: reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.”

Art. 8º Os arts. 16 e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1999, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. Constituem efeito da condenação:

I – a perda do cargo ou função pública, para o servidor público;

II – inabilitação para contratos com órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional;

III – proibição de acesso a créditos concedidos pelo Poder Público e suas instituições financeiras ou a programas de incentivo ao desenvolvimento por estes instituídos ou mantidos;

IV – vedação de isenções, remissões, anistias ou quaisquer benefícios de natureza tributária;

¹ A abreviação “NR” significa “nova redação”. Ela é utilizada para facilitar a identificação de modificações feitas na redação original de uma lei ou projeto de lei.

V – multa de até 10.000 (dez mil) UFIR, podendo ser multiplicada em até 10 (dez) vezes em caso de reincidência, levando-se em conta a capacidade financeira do infrator;

VI – suspensão do funcionamento dos estabelecimentos por prazo não superior a 3 (três) meses.

§ 1º Os recursos provenientes das multas estabelecidas por esta Lei serão destinados para campanhas educativas contra a discriminação.

§ 2º Quando o ato ilícito for praticado por contratado, concessionário, permissionário da administração pública, além das responsabilidades individuais, será acrescida a pena de rescisão do instrumento contratual, do convênio ou da permissão.

§ 3º Em qualquer caso, o prazo de inabilitação será de 12 (doze) meses contados da data da aplicação da sanção.

§ 4º As informações cadastrais e as referências invocadas como justificadoras da discriminação serão sempre acessíveis a todos aqueles que se sujeitarem a processo seletivo, no que se refere à sua participação.” (NR)

“Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero:

.....
 § 5º O disposto neste artigo envolve a prática de qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória, de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica.” (NR)

Art. 9º A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 20–A e 20–B:

“Art. 20-A. A prática dos atos discriminatórios a que se refere esta Lei será apurada em processo administrativo e penal, que terá início mediante:

I – reclamação do ofendido ou ofendida;

II – ato ou ofício de autoridade competente;

III – comunicado de organizações não governamentais de defesa da cidadania e direitos humanos.”

“Art. 20–B. A interpretação dos dispositivos desta Lei e de todos os instrumentos normativos de proteção dos direitos de igualdade, de oportunidade e de tratamento atenderá ao princípio da mais ampla proteção dos direitos humanos.

§ 1º Nesse intuito, serão observadas, além dos princípios e direitos previstos nesta Lei, todas as disposições decorrentes de tratados ou convenções internacionais das quais o Brasil seja signatário, da legislação interna e das disposições administrativas.

§ 2º Para fins de interpretação e aplicação desta Lei, serão observadas, sempre que mais benéficas em favor da luta antidiscriminatória, as diretrizes traçadas pelas Cortes Internacionais de Direitos Humanos, devidamente reconhecidas pelo Brasil.”

Art. 10. O § 3º do art. 140 do Decreto–Lei nº 2.649, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 140.

.....
 § 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero, ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência:

Pena: reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.”(NR)

Art. 11. O art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto–Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 5º

Parágrafo único. Fica proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso a relação de emprego, ou sua manutenção, por motivo de sexo, orientação sexual e identidade de gênero, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade, ressalvadas, neste caso, as hipóteses de proteção ao menor previstas no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição Federal.” (NR)

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(DSF nº 224, de 15/12/2006, pp. 38854-6)

A Dinâmica entre Empatia/Antagonismo em audiências de instrução e julgamento

Laura Guidugli FILLIETAZ¹

Resumo: O objetivo do presente artigo é analisar a dinâmica do binômio empatia/antagonismo em uma audiência de instrução e julgamento da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, concernente ao crime de lesão corporal leve. Os fenômenos interacionais envolvem vítima, réu, juiz de direito, advogado de defesa (ou defensor público) e promotor. Assim, busca-se verificar, no processo, o uso estratégico de recursos narrativos e de envolvimento ligados a esse binômio, com vistas ao alcance dos objetivos comunicativos do gênero discursivo em foco. Nessa perspectiva, como resultados da análise, foi possível observar que os efeitos do binômio podem extrapolar o momento do discurso, podendo se manifestar por meio de um relato, sendo aferível seus efeitos tanto no momento enunciativo, quanto no enunciado.

Palavras-chave: Empatia; Antagonismo; Audiência; Interação; Envolvimento.

Introdução

O presente artigo tem por escopo apresentar uma análise acerca das características e influências da ocorrência do binômio Empatia/Antagonismo nas relações processuais do direito. O objeto analisado consiste em uma audiência de debates e julgamentos sobre um crime de Lesão Corporal Leve², julgado na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Dessa forma, serão explorados os conceitos de Empatia Automática, Empatia Cognitiva e Antagonismo, propostos por Lynne Cameron (2011, 2013), para a análise dos efeitos dos fenômenos empáticos-antagônicos instanciados no *corpus*, que consiste em uma audiência transcrita conforme o projeto NURC. Será por meio desses conceitos, à luz das teorias sobre Narrativa e Envolvimento, que poderão ser observadas e analisadas as estratégias discursivas que visam ao/à convencimento/persuasão do juiz acerca dos fatos geradores do conflito.

1. Procedimentos metodológicos

Foi analisada a transcrição de uma gravação de uma audiência da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, nos moldes do projeto NURC (PRETI, 1999), concernente ao crime de Lesão Corporal Leve, a partir dos conceitos que envolvem a Empatia e a Atividade de Discursiva de Reconciliação. Nesse sentido, a transcrição da gravação da audiência³ teve como finalidade, primeiramente, a preservação da identidade de todos os envolvidos, pela omissão de nomes e endereços. Em segundo plano, a transcrição nos moldes do projeto NURC possibilitou a análise do discurso oral em toda a sua dinâmica.

¹ Graduanda em Letras pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, tendo realizado pesquisa de iniciação científica, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves-Segundo. E-mail: laura.fillietaz@gmail.com.

² Caracteriza-se como lesão corporal leve aquela que não resulta em incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias; perigo de vida; debilidade permanente de membro, sentido ou função; aceleração de parto. Resultando tão pouco em uma incapacidade permanente para o trabalho; enfermidade incurável; perda ou inutilização do membro, sentido ou função; deformidade permanente; aborto (art. 129 *caput*, §§ 1º e 2º do Código Penal).

³ As gravações foram obtidas mediante autorização da juíza da Vara, cujo documento está anexado ao final do relatório.

Posteriormente, foram identificados os gestos de empatia (CAMERON, 2011, 2013) e os tipos de empatia – seja automática, seja cognitiva. A partir disso, depreendeu-se de que forma os recursos de envolvimento (GONÇALVES SEGUNDO, 2011) estavam correlacionados à construção empática, cujos efeitos podem estar associados ao/à convencimento/persuasão do juiz de direito. Finalmente, articularam-se essas relações a aspectos caracterizadores das narrativas (MOITA LOPES, 2002), à funcionalidade do gênero discursivo “audiência” e ao ciclo de violência doméstica que envolve a mulher (WALKER, 2009).

2 Dimensões teóricas

Os processos criminais de lesão corporal, em contexto de violência doméstica, possuem uma dinâmica discursiva própria. Participam comumente três operadores do Direito: o promotor, representante do Ministério Público; o defensor, podendo esse ser um advogado constituído pelo réu ou um defensor público; e finalmente, o juiz. Nessa perspectiva, o promotor busca reunir provas requerendo investigações da polícia sobre os fatos, objeto do processo, por meio do Inquérito Policial. Após a fase de investigações, o promotor pode oferecer ou não, nesses casos, uma denúncia em face do agressor.

Dessa maneira, se feita a denúncia, cabe ao juiz recebê-la ou não. Se recebida a denúncia e mantido seu recebimento, é designada a audiência de instrução de debates e julgamento. A audiência possui uma organização discursiva própria, haja vista que se inicia pela oitiva da vítima, que é sucedida pelas oitivas das testemunhas arroladas pela acusação, pelas testemunhas arroladas pela defesa e, ao final, o réu é interrogado. Após o réu ser inquirido sobre os fatos, os debates orais se iniciam entre acusação e defesa, representadas respectivamente pelas figuras do promotor de justiça, como personificação do Ministério Público, e do advogado ou defensor público, representando o réu.

Nessa perspectiva, é importante esclarecer que, no contexto em que ocorrem os discursos das partes envolvidas, haja vista que uma audiência como a retratada decorre de uma situação de conflito, as partes oferecerão suas **Narrativas** a respeito dos fatos não de forma espontânea, mas sim forçosa e influenciada por seus papéis dentro da audiência. Assim, podemos entender o discurso como forma de ação social, pelo qual as pessoas estão agindo no mundo. Nesse aspecto, observa-se que há esforços por parte do poder público, no sentido de orientar a conduta de seus agentes no atendimento às vítimas de violência doméstica, por meio de palestras e cartilhas, que buscam desmistificar convicções equivocadas sobre o tema, bem como explicar a complexidade e os motivos que fazem com que uma mulher se submeta a essas situações.

Nesse diapasão, a conduta da vítima possui estreita relação com o **Ciclo da Violência** (WALKER, 2009), ciclo esse capaz de envolver a vítima por anos na alternância de suas três fases: Evolução da Tensão; Explosão – Incidente de Agressão e Lua-de-mel. A primeira fase, de Evolução da Tensão, caracteriza-se por agressões verbais, crises de ciúmes, ameaças e destruição de objetos pelo companheiro. A segunda fase, de Explosão – Incidente de Agressão, evidencia-se pelo descontrole total do companheiro, que se torna protagonista de

incidentes de extrema violência, sendo essa a fase mais curta do ciclo, que é seguida pela fase de Lua-de-mel. Nessa última fase, o agressor busca desculpar-se pelos incidentes, promete nunca mais ser agressivo.

Tal comportamento por parte do homem é resultado da identidade socialmente construída e reproduzida de que o homem, pela sua vantagem física, pode dominar a mulher, que deve submeter-se aos seus desejos, sendo ela responsável por mantê-lo estável e controlado em suas ações, mas ao mesmo tempo é a causa de seu descontrole e violência. Simultaneamente, é construída a identidade feminina de um indivíduo resignado, que, para manter a estabilidade nas relações familiares, acaba por submeter suas vontades aos desejos do homem, o que muitas vezes faz com que as vítimas de violência doméstica se sintam responsáveis pelas atitudes agressivas do companheiro.

Assim, a organização discursiva na forma de **Narrativa** é conseqüentemente uma maneira de ação no mundo por intermédio do discurso, com a finalidade de construir significado em co-participação com os interlocutores (MOITA LOPES, 2002). Essa construção de significado em co-participação é realizada pelas partes, que posicionam sob suas próprias óticas os participantes do conflito; pela defesa e pela acusação, que tenta demonstrar sob seus prismas os papéis dos envolvidos em suas **Narrativas**; e finalmente pelo juiz, que após ouvir e questionar as partes, elaborará a sentença. Dessa maneira, observa-se dicotomicamente que é na audiência de debates e julgamentos que a vítima de violência doméstica tem a oportunidade de narrar como os fatos ocorreram para que seu agressor possa ser punido, mas ao mesmo tempo é nessa mesma audiência que o réu também tem a possibilidade de explicar-se perante as acusações e dar sua própria versão dos fatos.

É relevante observar que o gênero discursivo secundário da audiência⁴ possui características linguísticas próprias, como a polidez das partes envolvidas, expressa pela forma de tratamento formal pelos vocativos: *excelência, doutor, doutora, senhor e senhora*; a presença de muitos turnos inseridos pelos magistrados, para incentivar o desenvolvimento da narrativa dos depoentes; a peculiaridade concernente ao fato de as perguntas não serem feitas diretamente aos envolvidos, mas sim ao juiz, que as reproduz aos depoentes; as estratégias narrativas criadas pelas partes, que buscam conduzir a um dado entendimento sobre a forma como ocorreram os fatos; e a recorrente sumarização das declarações feitas pelo juiz durante os depoimentos.

Sob esse prisma, vale observar que o Envolvimento, conceito que diz respeito às estratégias linguísticas provedoras de proximidade, pessoalidade, destaque ou novidade em uma narrativa, pode ser definido como um sistema de recursos linguísticos e discursivos capazes de gerar solidariedade e identificação social, a partir

⁴ “Durante o processo de sua formação, esses gêneros secundários absorvem e transmitem os gêneros primários (simples) de todas as espécies, que se constituíram em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea. Os gêneros primários, ao se tornarem componentes dos gêneros secundários, transformam-se dentro destes e adquirem uma característica particular: perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios - por exemplo, inseridas no romance, a réplica do diálogo cotidiano ou a carta, conservando sua forma e seu significado cotidiano apenas no plano do conteúdo do romance, só se integram à realidade existente através do romance considerado como um todo, ou seja, do romance concebido como fenômeno da vida literário-artística e não da vida cotidiana” (BAKHTIN, 1992, p. 281).

da captação e vinculação do Outro às posições valorativas e representações do Eu. Esse trabalho parte da perspectiva de Gonçalves Segundo (2011) sobre o tema. O autor o concebe como um sistema que se subdivide em duas categorias: os recursos de captação e os recursos de vinculação.

É possível relacionar as formas de Envolvimento às narrativas como estratégias de mobilização de e identificação com um grupo através da valoração dos fatos relatados em face do juiz de direito. Nessa perspectiva, os recursos de vinculação se caracterizam por evidenciar possível solidariedade demonstrada nas relações evidenciadas nas audiências de instrução e julgamento através da construção de intimidade e/ou identificação. Já a captação, por sua vez, refere-se aos meios que possibilitam ao depoente destacar seus posicionamentos valorativos com relação aos fatos, de modo a despertar o interesse do juiz com relação ao que está sendo narrado.

Desse modo, a atualização estratégica de formas de vinculação e captação, capazes de construir graus de intimidade e destaque, acaba tornando-se uma poderosa ferramenta para a construção da identificação do juiz em relação às posições valorativas da narrativa. Nesse sentido, Gonçalves Segundo propõe que as categorias de Envolvimento sejam concebidas como graduáveis, assim como todo sistema ligado à metafunção interpessoal da linguagem (HALLIDAY, 2004), e que haja uma região de intersecção entre modos de construção de vinculação e captação. Tipicamente, as formas de Vinculação são evidenciadas por recursos de Compartilhamento; Coletivização e Pessoalização, enquanto as formas de Captação são verificadas, por recursos de Contra-prototipicidade; Presença e Novidade.

Nessa perspectiva, tratando-se da Vinculação como maneira pela qual se constrói proximidade, solidariedade e identificação com o outro, o Compartilhamento caracteriza-se pela construção de pressupostos e posições valorativas comuns entre o Eu e o Outro; já a Coletivização diz respeito à elaboração que convalida e corresponsabiliza representações e posições valorativas, caracterizando-se pelo emprego do pronome de primeira pessoa do plural “nós” e da variação da forma “a gente”, instituindo a voz autoral como membro de um endogrupo; a Pessoalização, por fim, condiz à construção de enunciados de caráter sensivelmente mais pessoal e/ou emotivo, que gera apelo às posições valorativas de uma narrativa, evidenciando a tentativa de proporcionar intimidade e identificação. Isso pode ser alcançado pelo uso de primeira e de segunda pessoa do singular e mesmo por uma seleção lexical de registro mais íntimo, familiar ou emotivo. Conjuntamente ao sistema, o Envolvimento por meio da Captação está ligado com a busca de atenção e pode ser observado pela: Contra-prototipicidade, concernente à apropriação, em um texto, de recursos ligados a outros contextos situacionais, modalidades linguísticas, registros ou mesmo gênero, causando efeitos de quebra de expectativa (por exemplo, marcas de oralidade em textos escritos ou traços de um gênero discursivo em outro); Presença, que se caracteriza pela manipulação de valores, crenças, sentimentos e posicionamentos por meio de estruturas conhecidas e repetíveis, possuindo efeito retórico, o que está relacionado ao uso de figuras de estilo; e, finalmente, a Novidade, que se verifica pelo reforço da ideia de urgência de uma proposição.

Seguindo esse raciocínio, Moita Lopes (2002) aponta três características das narrativas, que Gonçalves Segundo (2011) relaciona aos conceitos de Envolvimento. A primeira delas refere-se ao fato de que uma narrativa possui o objetivo de favorecer o entendimento de um evento ou fenômeno social, para que assim se possa refletir sobre a vida social, fato esse que implica, em geral, na quebra de um cânone cultural, frustrando expectativas culturais do grupo para o qual a história é narrada. Sendo assim, a segunda característica é marcada pela ideia de que a narrativa envolve atores, ações, cenários e problemas, tendo em vista que consiste em um relato do drama da vida social, o qual permite que se crie um momento de reflexão para a auto-observação e correção. A terceira característica concerne ao fato de que a narrativa possui natureza avaliativa, devendo, portanto, representar o falante de modo positivo.

É em razão de tal natureza que a narrativa possui a capacidade de, em seu plano moral, estabelecer “como o mundo deve ser”. Entretanto, se a representação do falante for negativa, observar-se-á que a narrativa terá como tema a quebra de um cânone e de uma ordem moral, cujo objetivo terá como eixo a remediação de um erro reconhecido pelo falante. Sob essa lógica, é possível notar que as narrativas são capazes de construir “um sentido de pertencimento e de solidariedade a um determinado grupo, o que permite entendê-las como fortes recursos de Envolvimento” (GONÇALVES SEGUNDO, 2011).

Nessa perspectiva, buscar a Empatia do julgador, ou seja, promover a **Abertura de Canais para a Empatia**, dentro do gênero discursivo da audiência, consiste em uma estratégia para comover o juiz, podendo essa busca por Empatia ser consciente ou não. A Empatia (conceito amplo estudado pela neurociência, psicologia, entre outras ciências), terá sua incidência verificada na presente análise à luz dos conceitos de **Empatia Automática** (ou Empatia Emocional) e **Empatia Cognitiva** (ou Tomada de Perspectiva). Nesse sentido, a **Empatia Automática** caracteriza-se pela sua ocorrência como um processo natural, deixando de ocorrer a menos que inibida, resultando de um processo influenciado por neurônios-espelho capazes de proporcionar instantânea e instintivamente a simulação da vivência dos sentimentos do Outro.

De forma diversa, ocorre a **Empatia Cognitiva**, que está além da ideia de *Walking in someone else's shoes* (CAMERON, 2011), uma vez que exige imaginar os sentimentos do Outro na situação em questão, levando em conta o universo particular desse Outro. Assim, para que se verifique tal processo, é preciso ter conhecimento e entendimento do Outro e de suas experiências, além de estar disposto a afastar-se de suas próprias vivências e concepções, enquanto busca-se considerar as do Outro, o que envolve maior complexidade e demanda maior esforço cognitivo.

Nesse sentido, o **Antagonismo**, processo inverso, consiste na rejeição da perspectiva do Outro, sob a lógica de um processo negativo, formado por quaisquer fatores inibidores que resistam, bloqueiem ou neguem a Empatia. Tal processo ocorre comumente em situações de conflito em que o Outro, por preconceitos, diferenças sociais, culturais ou morais, não é digno de atenção ou representa uma ameaça, impossibilitando a **Abertura de Canais para a Empatia**, ou seja, inviabilizando a disposição para o diálogo, culminando na rejeição desse Outro.

Nos estudos de Cameron (2011, 2013), a autora relata diversas formas de gestos verbais e não-verbais que evidenciam a ocorrência de Empatia. Sob essa lógica, a Empatia e a Atividade Discursiva de Reconciliação terão seus conceitos e efeitos observados, compondo assim a análise das relações entre as partes do processo. Nesse sentido, Cameron organiza os gestos empáticos em três categorias: **Permitir Conexão, Entrar na Perspectiva do Outro e Mudar a Relação Percebida entre o Eu e o Outro**⁵.

Ao **Permitir Conexão** possibilita-se que o interlocutor tenha acesso aos seus sentimentos e pensamentos sobre eventos passados ou futuros. Dessa forma, a autora enumera cinco gestos que caracterizam essa forma de Empatia, que pode ocorrer através do oferecimento de explicação dos sentimentos acerca de situações ou eventos; tentar explicar eventos e emoções para o Outro; dispor-se a se abrir para reviver memórias; dispor-se a tentar explicar os motivos que geraram escolhas e/ou comportamentos; estar aberto a críticas sobre escolhas e/ou ações passadas.

Seguindo esse raciocínio, **Entrar na Perspectiva do Outro** se caracteriza por gestos de Empatia que envolvem uma compreensão criativa, na tentativa de entender o ponto de vista do Outro através do conhecimento de suas experiências e emoções. São enumerados cinco principais gestos que expressam o conceito apresentado: antecipar os efeitos das palavras no Outro e mitigá-las; demonstrar reconhecimento dos sentimentos do Outro através da escolha de palavras; oferecer ao Outro uma síntese do que foi ouvido; acrescentar às explicações ou aos argumentos do Outro sua própria contribuição para sustentá-los; falar através da perspectiva do Outro para contextualizar uma declaração como forma de pedir mais informações.

A autora conceitua ainda a possibilidade de se **Mudar a Relação Percebida entre o Eu e o Outro**, por meio de gestos de Empatia que marcam: o reposicionamento do Outro, por exemplo, de um inimigo para alguém que possui uma história para contar; o reposicionamento do Eu, do papel de vítima para alguém que toma para si alguma responsabilidade através do pertencimento a um dado grupo social; o reconhecimento do que foi compartilhado tanto pelo Eu, quanto pelo Outro.

3 Análise

A audiência foi transcrita conforme as regras do NURC, sob a lógica cronológica que rege a sequência de oitivas⁶: primeiramente é ouvida a vítima, que é seguida pelas testemunhas de acusação, pelas testemunhas de defesa, sendo o réu interrogado ao final. Dessa forma, a análise está disposta de acordo com a descrita organização, sendo segmentada para a adequada observação dos fenômenos verificados no *corpus*.

⁵ Tradução nossa dos termos originais: *Allowing connection; Entering into the other's perspective; Shifting the perceived relation of Self and Other*.

⁶ Narrativa perante o juiz por cada uma das partes.

Nesse sentido, a transcrição consiste em uma audiência de instrução, debates e julgamentos a respeito do crime de Lesão Corporal Leve, que fora praticado pelo réu contra sua ex-companheira, sendo ele, à época dos fatos, usuário de drogas. O réu feriu a vítima com uma “*facada na cabeça*” e uma “*garfada na barriga*”, tendo sido condenado ao final do processo. Para o presente artigo, foram selecionados trechos da transcrição de incidência mais contundente dos fenômenos linguísticos apresentados.

4 Análise do Corpus

Para o presente artigo, os trechos transcritos no NURC foram alocados em anexos, numerados de acordo com cada uma das oitivas. Dessa forma, para uma leitura completa, aconselha-se o leitor a recorrer aos anexos dos trechos da transcrição analisados ao final do artigo.

Oitiva da Vítima – Anexo I

Trecho I

É possível observar que a juíza substituta faz uso da polidez para interrogar a vítima, algo que se evidencia pelo uso de expressões como “*senhora*” (linha 1 do anexo I, trecho I) e “*por favor*” (linha 4 do anexo I, trecho I), para se dirigir à ofendida, construção característica do gênero discursivo analisado em razão do tratamento respeitoso e solene que deve ocorrer entre os participantes de uma audiência. Dessa forma, a construção linguística:

a senhora não será compromissada... porque a senhora é vítima mas também que a senhora trará os autos alegados nos fatos a fim de que possamos chegar ao correto final dessa ação penal (linhas 1-3 do anexo I, trecho I)

denota uma **Abertura de Canais para a Empatia** por parte da magistrada, pois não é raro que, em casos de violência doméstica, a vítima não se sinta confortável para relatar o que ocorreu. Como gesto típico de diálogos face a face, a juíza substituta tenta a aproximação e busca demonstrar disposição para ouvir a vítima, com o intento de encorajá-la a relatar o que teria ocorrido.

Assim, ela propõe através do emprego da metonímia “*compromissada*” a ideia de responsabilização criminal passível de punição, que, na condição de vítima, seria seguro contar a verdade, pois não haveria risco de uma vítima ser entendida como culpada. Simultaneamente à **Abertura de Canais para a Empatia** feita pela juíza substituta, é possível notar uma antecipação dos efeitos de suas palavras na vítima ao inferir que a última poderia temer ser “*compromissada*”. Assim, a juíza já se dispõe a **Entrar na Perspectiva** da vítima, compreendendo que essa pode estar com medo de ser prejudicada pelo próprio depoimento.

Sob essa lógica, a juíza substituta acrescenta que será através da **Narrativa** dos fatos pela vítima que será possível *chegar ao correto final dessa ação penal*, em outras palavras, à luz do Princípio da Verdade Real,

a Empatia aparece nesse contexto como ferramenta para que a magistrada substituta consiga aproximar-se da vítima e, assim, extrair o máximo de informações sobre o ocorrido para que se possa descobrir a verdade sobre os fatos.

Além disso, é possível notar uma **alternância tópica** no momento em que a juíza substituta aprofunda o tópico concernente à venda dos pertences do casal por parte do réu, para o consumo de drogas (linhas 18-26 do anexo I, trecho I), e assim realiza uma sumarização e tais ocorrências como “*violência patrimonial*”. Resumir o que foi dito pelo Outro consiste em um gesto empático de **Entrar na Perspectiva do Outro**, o que corrobora para a tese da Empatia fazer-se presente como ferramenta aos magistrados para o colhimento do máximo de provas orais possíveis, o que os possibilitaria chegar à Verdade Real do processo.

Trecho II

É possível depreender que a vítima demonstra **Antagonismo** com relação ao réu, que, em razão de diversas agressões, tornou insustentável a convivência com sua ex-companheira. Tal fato despertou o desejo na companheira de deixar a casa, ao qual o réu se opôs e passou a agredi-la por isso. Observa-se também que a vítima, ao repetir que o réu agrediu-lhe com uma cabeçada que “abriu o rosto” (linhas 32-33 do anexo I, trecho II), busca demonstrar a gravidade do ocorrido, relatando ainda que estava com “o rosto todo aberto sangrando” (linha 51 do anexo I, trecho II).

Com tais relatos, a vítima demonstra sua visão a respeito do agressor, colocando-o como um agente possessivo e agressivo, capaz de feri-la com uma cabeçada forte o suficiente para fazer um corte em sua testa. Verifica-se, nessa situação de violência, a falta de Empatia do réu pela companheira, tendo em vista que esse, segundo ela, “fugiu do local” após a agressão, sem se preocupar com os ferimentos que causara. Nesse sentido, relatos traumáticos, de dor ou sofrimento, são capazes de provocar **Empatia Automática**, fenômeno consistente em uma representação simbólica interna à linguagem, que ocorre por intermédio de neurônios-espelho, capazes de gerar um processo de simulação de ações, emoções ou percepções do Outro como se estivessem sendo vivenciadas pelo Eu (CAMERON, 2012).

Dessa forma, com o relato de um incidente tão antagônico e violento protagonizado pelo réu, busca-se despertar **Empatia Automática** na magistrada. Assim, a vítima desenvolve sua narrativa para convencer a juíza substituta de que o réu é verdadeiramente culpado. No trecho em questão, é possível perceber ainda que a magistrada substituta confirma as informações dos autos do processo com as informações que a vítima aduz, fazendo perguntas com relação a locais e datas, com o intuito compará-las e, assim, atestar a veracidade.

Trecho III

Prosseguindo com a verificação das datas e locais dos fatos, a juíza substituta conduziu a vítima a desenvolver sua narrativa, questionando sobre como o réu estava dentro da casa, no momento em que a

vítima o encontrou. É possível perceber que a Empatia não se sobrepõe à função da magistrada de realizar um julgamento potencialmente adequado e justo, pois quando a vítima afirma que o réu invadiu a casa, a magistrada substituta ainda assim questiona se o réu teria as chaves, pois, se as tivesse, não estaria caracterizada a invasão (linhas 61-66 do anexo I, trecho III).

V1 – aí quando eu fui lá pra buscar as coisa ele tava lá

JS – que que ele falou pra senhora quando ele a viu?

V1 – “vamo conversa”

JS – [viu a senhora

V1 – “não vamo conversa” que não sei o quê e eu falei “não não tem conversa olha o que você fez no meu rosto” que tava todo aberto com doze pontos

JS – [certo

No trecho acima, observa-se uma forma peculiar de Antagonismo demonstrado pela vítima em face do réu, uma vez que essa reproduz seu discurso à data dos fatos no momento da audiência, criando, portanto, dois momentos de enunciação antagônicos simultâneos: um enuncivo, que corresponde ao momento do encontro com o agressor, e um enunciativo, concernente ao momento em que a vítima, em audiência, relata à juíza substituta o encontro com o agressor.

Sob essa lógica, quando a vítima narra o momento antagônico com o réu, reproduzindo seu diálogo como se estivesse acontecendo no presente momento da audiência, é criado um **Antagonismo Reportado**, que, nesse caso, mostra a relutância da vítima em **Permitir Conexão** com o réu justamente em razão do ferimento que “tava todo aberto com doze pontos” (linhas 73-74 do anexo I, trecho III), ferimento este causado pelo réu. Conjuntamente, é possível verificar Envolvimento através da pessoalização que se revela pela maneira como é construído o discurso emotivo da vítima para descrever o ferimento em seu rosto, como forma de comover a julgadora.

Assim, esse **Antagonismo Reportado** é capaz de produzir efeitos empáticos ou antagônicos no presente, pois, levando em conta o Ciclo da Violência, é muito comum que mulheres vítimas de agressões não apenas **Permitam Conexão** com os agressores, como consigam facilmente **Mudar a Relação Percebida do Eu e do Outro** em razão da construção da identidade da mulher, que pressupõe uma constante relação de dominação material e simbólica do homem sobre a mulher.

Positivamente, apesar de todo sujeito social ser formado por práticas discursivas, é possível que todo sujeito social remodele e reconstrua tais práticas. Demonstrando **Antagonismo** para com o réu, a vítima dá índices de ter superado o Ciclo da Violência e que está determinada a cessar as situações de violência às quais antes se submetia, podendo despertar **Empatia Cognitiva** na juíza substituta, que, com esse relato, pode compreender o universo de dominação no qual a vítima se inseria e inferir a força que teve para mudar sua realidade, mesmo depois de tantas agressões, começando pelo ato de não Permitir Conexão. Tal hipótese se revela pela antecipação que a juíza substituta faz após o relato antagônico da vítima com relação ao réu, através da pergunta: “e aí dessa segunda vez ele machucou a senhora como?” (linha 80 do anexo I, trecho III).

Nessa perspectiva, essa possível **Empatia Cognitiva** despertada na magistrada substituta teve por consequência a geração de um efeito antagônico com relação ao réu, pois verifica-se que, por inferência, a juíza conclui que, após o ato de insubordinação da vítima à vontade do réu de perpetuar aquele relacionamento abusivo e violento, ele responderia com violência. A inferência feita pela magistrada substituta estava correta sob a lógica da presente narrativa, tendo em vista que a vítima relatou ter sido agredida com uma facada na cabeça (linhas 81-82 do anexo I, trecho III).

JS – ele falou ou fez alguma ameaça pra senhora quando ele... ()
 V1 – ele falou que ia... que ia matar me matar
 JS – e com relação com à facada?
 V1 – ele pegou a faca
 JS – [foi a primeira vez que ele agrediu a senhora com a faca?
 V1 – dessa vez foi
 JS – quem socorreu a senhora nessa segunda vez ((tosse))?
 V1 – então o dono da casa quando tava comigo aí apartou... mandou
 ele embora... aí ele pegou foi embora aí o dono da casa chamou a::::.../a viatura
 JS – a partir desse dia... qual foi a última vez que a senhora o viu?
 V1 – o R1?
 JS – é
 V1 – não o vi mais
 JS - não o viu mais.... após esse dia alguma outra agressão contra a senhora?
 V1 – não
 JS – a senhora tem ouvido falar dele?
 V1 – não
 JS – chegou alguma notícia dele pra senhora?
 V1 – não

Sob essa lógica, no trecho selecionado, a juíza substituta pergunta à vítima se, antes de agredi-la, o réu a teria ameaçado, assim como também pergunta se aquela teria sido a primeira vez que ele a teria agredido com uma faca. Tais perguntas revelam a intenção da magistrada substituta de obter não apenas informações sobre o ocorrido, mas informações sobre o histórico de violência para que essa possa cada vez mais adentrar o universo da vítima. Dessa forma, a ofendida responde que o réu ameaçou matá-la, sendo seu vizinho quem a socorreu e teve êxito em fazer com que o réu fosse embora. Perante esses fatos, a juíza substituta questiona se teria ocorrido novo contato com o réu após a última agressão, com o provável intuito de averiguar se a vítima ainda estaria inserida no Ciclo da Violência, ao que a juíza se contenta em ouvir as negativas da vítima e passa a palavra à promotora.

Trecho IV

A promotora, sob a lógica de sua função de acusar, ao fazer perguntas à vítima, objetiva evidenciar para a juíza substituta fatos relatados pela vítima em suas respostas que sejam capazes de convencer/persuadir a juíza a buscar a condenação do réu, em razão da incontestada autoria delitiva desse. Questionando se o réu não desferiu mais golpes de faca contra a vítima apenas em razão do vizinho e dono do imóvel em que residiam tê-lo impedido (linhas 2-3 do anexo I, trecho I), a promotora busca reforçar sua

tese contida na denúncia de que o réu é uma pessoa perigosa, dada sua agressividade e falta de controle, podendo gerar, assim, um efeito **antagônico** no entendimento da juíza sobre o caso.

Esse efeito antagônico se reforça pelas ameaças proferidas pelo réu, como: “vem me pegar aqui que eu vou matar ela agora”, na medida em que tal ameaça pode levar à interpretação de que o réu apenas não tirou a vida de sua ex-companheira porque seu vizinho o impediu. Prosseguindo em sua estratégia narrativa, a promotora faz perguntas à vítima sobre seus ferimentos, o que acaba por revelar mais formas de violência sofridas pela vítima, que afirma ter sido agredida também com uma garfada na barriga (linha 17 do anexo I, trecho I), evento que, como já visto, possui a capacidade de despertar **Empatia Automática**.

A hipótese do efeito da **Empatia Automática** por parte da juíza em relação à vítima confirma-se, em seguida, por meio da inferência feita pela magistrada substituta: “então eram frequentes essas (agressões) contra a senhora”, que, em seguida, completa: “ele falava que queria matá-la”. Tais afirmações podem revelar o seguinte raciocínio: de tão frequentes que eram as agressões, o réu poderia, de fato, concretizar suas ameaças e ceifar a vida de sua ex-companheira.

Perante esse panorama, é possível perceber **Empatia Reportada** do vizinho com a vítima no momento em que esse, ao ver a situação, aconselha a vítima a ficar em sua casa até a chegada da polícia, prezando pela segurança de sua inquilina, que já estava ferida (linhas 7-9 do anexo I, trecho I), o que mostra a gravidade do ocorrido. Tal ideia é reforçada pela construção da vítima, que revela que “até o vizinho” ficou preocupado com a situação (linha 7 do anexo I, trecho I).

Além disso, é possível notar mais um **Antagonismo Reportado** pela vítima com relação ao réu, quando essa relata o tratamento possessivo e agressivo que o ex-companheiro destinava a ela à época em que conviviam, ao alegar:

é que se eu não fosse ficar com ele também não ficaria com mais ninguém... essa história que::: ele sempre fala né... quer que a gente sempre dele... “você é minha quero que você fique comigo não com outras pessoas”... que “eu vou acabar te matando”... que “eu vou te matar”

Nessa perspectiva, verifica-se que há uma **objetificação** da vítima feita pelo réu, ao tratá-la não como um ser humano, respeitando sua individualidade, independência e liberdade, mas sim como um objeto de seu domínio, que poderia ser foco apenas de sua atenção e de ninguém mais. Sendo assim, a objetificação possui alicerces suficientes para ser entendida como uma forma de **desumanização**, haja vista essa ter como resultado a insensibilidade do indivíduo, a destruição do gerenciamento moral e responsável perante o Outro como pessoa, abrindo caminho para que atos de violência sejam cometidos (CAMERON, 2011, 2013).

Dessa maneira, a relação de violência doméstica, pela objetificação, desumaniza a vítima perante o autor, mas também é capaz de desumanizar o agressor, tendo em vista que sua insensibilidade perante a ex-companheira pode gerar forte efeito antagônico, dada a crueldade de ameaças e agressões injustificáveis, típicas de um discurso de dominação masculina, hoje inaceitável em sociedades que se pautam pelo Princípio da Dignidade Humana e buscam alcançar a igualdade de gêneros.

Verifica-se que a narrativa construída pela promotora, por meio das respostas da vítima às suas perguntas, possui significativo poder gerador de **Antagonismo** da juíza substituta com relação ao réu, o que corrobora com o objetivo da acusação, que consiste na condenação deste. Ademais, é possível observar a ocorrência de Envolvimento, tendo em vista que a ofendida, através da vinculação, faz uso da coletivização para incluir a juíza no grupo social das mulheres, ao utilizar-se da forma pronominal “a gente” como objeto direto do verbo “querer”, cujo sujeito se refere não só ao réu, mas ao grupo social dos homens.

Trecho V

O discurso do defensor público já denota o curso de sua narrativa pelo uso do adjetivo modalizador “suposta” atribuído à agressão, no sentido de inocentar o réu, negando que esse tivesse agredido a vítima. Dessa forma, o defensor questiona retoricamente se há mais testemunhas das agressões que teriam ocorrido, sabendo que a vítima responderia que apenas sua prima e seu vizinho presenciaram os fatos, como forma de descredibilizar essa narrativa sobre os fatos.

Entretanto, para sustentar o que já havia sido dito, a vítima responde que, além de sua prima que a socorreu, como colocou a juíza, não apenas seu vizinho escutou, como também o filho dele. Assim, o defensor público pergunta se alguma vez a vítima “foi pra cima” do réu, se “tentou agredir ele”, pois, se positiva a resposta, caberia a tese de que o réu teria apenas se defendido da ex-companheira que tentava agredi-lo, o que caracterizaria legítima defesa. Entretanto, a vítima se antecipa à reação da juíza, que lhe faria novamente a pergunta do defensor e responde, hiperbolicamente: “não não fui pra cima de um homem que um homem que tem dez força e uma mulher” e ainda pergunta retoricamente: “como que eu vou pra cima dele sabendo que vou apanhar?”, demonstrando **Antagonismo** com relação ao defensor público e sua tentativa de inversão dos fatos.

Em consonância, nota-se que há **Envolvimento** pela **captação** feita pela ofendida por meio da pergunta retórica, recurso de **presença**. Assim, sendo fato conhecido que um homem médio possui maior força física que uma mulher média, a pergunta adquire caráter retórico, chamando atenção para o potencial absurdo das afirmações do defensor, o que pode desmascarar a tentativa de inversão da perspectiva narrativa, o que leva a juíza a perguntar ironicamente “pois não doutor?”, revelando possível **Antagonismo** com relação ao defensor, o que é motivado pelo conteúdo da pergunta, em razão de tratar-se de uma audiência da Vara da Violência Doméstica e Familiar contra Mulher.

II. Oitiva do Réu – Anexo II

Trecho I

É possível perceber que o réu inicia seu discurso buscando a **Empatia** da Juíza para si, algo que se revela pelo gesto empático de dispor-se a reviver memórias, como forma **Permitir Conexão**, ao revelar que ele já

fora usuário de crack e que fazia uso do entorpecente à época dos fatos. Conjuntamente a esse gesto, o réu se utiliza do fato de a droga alterar sua capacidade psíquica como forma de se eximir de culpa pela possível agressão à vítima. Além disso, o réu começa sua narrativa na tentativa **de Mudar a Relação Percebida entre o Eu e o Outro**, no sentido de colocar-se como vítima e sua ex-companheira como agressora.

Para sustentar essa tese, o réu coloca-se como um indivíduo frágil que “pesava cerca de quarenta e oito quilos” (linhas 14-15 do anexo II, trecho I), enquanto descreve a ex-companheira como alguém mais forte, capaz de machucá-lo, dizendo à juíza “(...) ela tá mais magra... ela era mais forte também (...)” (linha 18 do anexo I, trecho I). Dessa forma, aduz o réu que a vítima, na realidade, tentou segurá-lo e para livrar-se dela, ele saiu de seu domínio com uma cabeçada “(...) menos intencionalmente de machucar... de... prejudicar ela... queria sair da situação (...)” (linhas 20-21 do anexo II, trecho I). Quanto aos incidentes da garfada e da facada, o réu afirma que poderia estar com seu discernimento comprometido, já que ele não lembra do ocorrido.

Ademais, fazendo uso do recurso de Envolvimento pelo **compartilhamento**, o agressor afirma que nunca mais teve “problema com a justiça”, a contar da data em que ele foi liberto, pressupondo que a magistrada possuiria, assim como ele, a posição valorativa de que esse fato o definia como alguém que se redimiu. Assim, além de tal proposição, o réu busca, mais uma vez, convencer a juíza de que ele é a verdadeira vítima do ocorrido através da utilização do recurso de Envolvimento pelo apelo emocional da **pessoalização**, alegando:

nunca procurei ela pra ameaçar pra pedir pra ela voltar comigo ou coisa assim... a senhora pode pesquisar aí que ela falou... nunca (precisei) dela pra nada... muito pelo contrário ela que ficava pedindo é:: amizade no facebook... essas coisas assim e eu até:: ahn::... bloqueei ela porquê... porque a única coisa que eu tenho dela é a:: no momento eu quero as duas crianças... duas meninas... (linhas 32-38 do anexo II, trecho I).

Nessa perspectiva, é possível perceber o **Antagonismo** do réu para com a vítima e a busca de despertar **Antagonismo** na juíza da vara para com a ofendida, ao mesmo tempo que busca estabelecer Empatia com relação a ele, o que se denota pela convicção com que o réu afirma “a senhora pode pesquisar aí que ela falou nunca (precisei) dela pra nada...”. O réu relata ainda ter deixado uma casa mobiliada para a ex-companheira, mas que ela, mesmo assim, fez com que o réu viesse para ter que se defender, ainda que fizesse três anos que eles estivessem separados.

Nesse momento, o réu aduz: “não uso mais droga desde a época que separei dela...” (linhas 51-52 do anexo II, trecho I) e ainda acrescenta ironicamente a pergunta retórica “interessante né?”, evidenciando a tentativa de **captação** da magistrada através do Envolvimento verificado pelo conceito da **presença**, culpando, assim, a ex-companheira não só pelas brigas que acabaram em agressões físicas, mas também pela própria dependência química do réu, revelando mais uma tentativa de inverter os polos do processo criminal.

Por meio de sua narrativa, o denunciado busca construir sua identidade como de alguém que já apresentou aspectos negativos, capazes de ensejar o aprendizado do interlocutor, o que se revela por seu

relato de que teria deixado de usar entorpecentes após separar-se da ofendida. Dessa maneira, o réu busca transmitir em sua narrativa a imagem da vítima como de alguém cuja identidade é vil, sendo ela a verdadeira culpada pelos fatos que geraram o processo.

Trecho II

Observa-se que o réu, para não se acusar nem mentir, alega não poder responder à pergunta, pois afirma: “se eu falar eu vô ta mentindo... vô tá indo até contra os meus princípio de hoje em dia né soldado de cristo”. O trecho destacado revela mais uma vez a organização narrativa que o denunciado emprega em seu discurso para **Mudar sua relação Percebida entre o Eu e o Outro**, por meio da construção de sua identidade como um indivíduo de valores morais da religião Cristã, buscando Envolvimento pelo **compartilhamento** que supõe ter passado a ter das posições valorativas de sua julgadora. Conjuntamente, observa-se que o réu busca reposicionar-se de agressor (inimigo) para um indivíduo que viveu um drama social e agora possui uma história triste a contar, tendo em vista o fato de ter sido usuário de crack. Nessa perspectiva, o denunciado tenta até mesmo reposicionar-se como vítima de sua companheira: ele afirma que, à época dos fatos, ela era mais forte do que ele e, por isso, conseguiu subjugar-lo, obrigando-o a tentar se soltar dela (linhas 76-80 do anexo II, trecho II).

Trecho III

Novamente, o denunciado, em sua narrativa, identifica-se como a vítima, ao colocar a ideia de que deixou a residência em que habitava junto à ex-companheira para “fugir dessas situações”, ou seja, para evitar os conflitos com essa. Além disso, o réu labora tal construção narrativa evidenciando o fato de que a vítima o teria processado enquanto ainda residiam juntos, enquanto ele provinha sustento à casa (linhas 91-96 do anexo II, trecho II), trazendo à tona a identidade do homem como “provedor”, e simultaneamente a de uma mulher “desleal”, para estabelecer possível Envolvimento por **compartilhamento** com a magistrada, que também poderia ter a ideia do homem na figura de provedor como um pressuposto, bem como na figura da mulher arrivista. Diante do exposto, verifica-se que o réu se avalia como um “injustiçado” por estar sendo processado. Assim, posicionando-se como “vítima” de uma injustiça, ele tenta buscar a **Empatia** da juíza, que tem justamente o papel de evitar que tal tipo de situação ocorra.

Além disso, seu relato busca explicar que, frente à impossibilidade de ver suas filhas, somada às demais dificuldades, pelo Envolvimento por meio da **pessoalização**, ele constrói-se como um indivíduo que busca redenção: “nessa época o que que eu procurei fazer é::: eu procurei pensar assim eu tenho meu neto () neto de três anos da data que nós nos separamos eu tenho que olha pra cima... eu ainda sou ()... tenho que mudar minha história”. Avaliando-se dessa maneira, como estratégia discursiva, o réu busca a **Empatia** da magistrada para que essa não o condene por suas ações, mas sim o absolva por sua identidade (linhas 107-110 do anexo II, trecho III).

Trecho IV

Ao ser questionado sobre delitos anteriores, o réu os assume e contesta: “mas já paguei por todos eles” (linha 136 do anexo II, trecho IV). Dessa forma, tal atitude revela um exemplo de caso em que o falante da narrativa é representado de forma negativa. A consequência de tal fato reside no fato de a enunciação da narrativa possui em si, assim, a função de remediar o erro cometido, posto que tal erro, ao ser narrado, indica a quebra de um cânone e, portanto, a ruptura da ordem moral e, conseqüentemente, o reconhecimento do erro por parte do falante.

Sob essa lógica, o réu admite para o promotor que é ex-usuário de crack e ressalta “foi muito difícil sair viu doutor... tem que realmente querer () a clínica não ajuda você nisso... tem que querer () pedir pra Deus graça e condição pra isso () pra cuidar do neto... hoje em dia eu tô bem” (linhas 143-145 do anexo II, trecho IV) para, por meio do **Envolvimento** pela **pessoalização** despertar a **Empatia** na forma de gestos de **Permissão Conexão**; como estar disposto a se abrir para reviver memórias, por exemplo, essas da época em que cumpriu suas penas e durante os anos em que foi usuário de crack, criando assim, a identidade para si mesmo de alguém em recuperação em busca de redenção. Sob essa lógica, a narrativa revela-se como um instrumento para “criar um sentido interno de si-mesmo”, sendo, portanto, um dos mais importantes recursos empregados para “transmitir e negociar esse si-mesmo com os outros” (MOITA LOPES, 2002, p.64). Essa negociação possibilita que o réu **Mude a Relação Percebida** entre ele e a magistrada, de alguém que deve ser punido pelo cometimento de um delito que comporta forte juízo de reprovabilidade, para alguém que já penou na busca por redenção e agora quer apenas a reinserção social.

Considerações finais

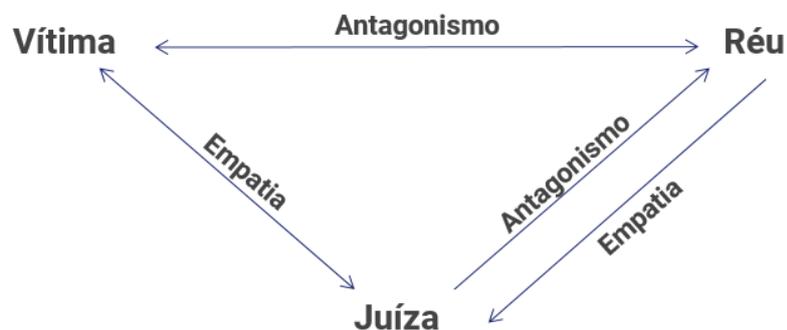
A construção da Narrativa possui fundamental importância dentro da lógica processual, haja vista que é apenas pelo relato dos fatos que a juíza pode alcançar a Verdade Real do processo. Dessa maneira, sob a lógica avaliativa da Narrativa, depreende-se que as partes do processo se utilizam dessa sequência textual para se colocarem sob diferentes óticas em relação aos fatos, perspectivas essas que se revelam muitas vezes “idealizadas”, permeadas da intencionalidade de convencer a juíza sobre seu ponto de vista.

Nessa perspectiva, para o desenvolvimento das narrativas, observou-se a ocorrência de gestos de Empatia e Antagonismo que não diziam respeito ao momento da enunciação, ou seja, a ocorrência dos fenômenos não se dava no momento da audiência, mas sim no momento em que ocorreram os fatos, sendo essa relação reportada no momento da audiência. Importante ressaltar que foi possível aferir que os relatos empáticos e antagônicos produziam efeitos no momento presente, contribuindo para inibir ou despertar Empatia.

Ainda no tocante aos fenômenos empáticos e antagônicos, verificou-se que, em diversos momentos, as reações provocadas na julgadora pelo que era narrado confundiam-se com gestos característicos do gênero audiência. Tal constatação permite concluir que o binômio Empatia/Antagonismo não fere a imparcialidade do julgador, pelo contrário, é a expressão do julgamento humano de Tomar a Perspectiva da vítima e Rejeitar a Perspectiva inaceitável da conduta de quem comete um crime nas circunstâncias evidenciadas, sendo tais gestos, contudo, controlados pela função de julgador no âmbito do gênero secundário da audiência de instrução e julgamento, que possui formas e gestos próprios que devem ser respeitados.

Ademais, foi possível observar que o Envolvimento constitui importante ferramenta ao convencimento do julgador, na medida em que tenta aproximar o interlocutor da narrativa da perspectiva do narrador. Em outras palavras, o Envolvimento revelou-se como recurso de estabelecimento de conexão e abertura de canais para a Empatia, ou mesmo para o compartilhamento de premissas antagônicas, sempre visando ao convencimento do julgador. Perante o exposto, as relações de Empatia e Antagonismo se ilustram pelo esquema que segue, havendo predominância da relação de: Empatia entre vítima e Juíza; Antagonismo entre vítima e réu; e busca pela Empatia do réu para com a Juíza e Antagonismo da magistrada para com a conduta do réu.

Figura 1. Dinâmica das Relações de Empatia/Antagonismo



Fonte: Elaboração própria

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Emsantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992[1979], p. 281.
- CAMERON, Lynne. **A dynamic model of empathy and dyspathy**. Working Paper 6 from the research project "Living with Uncertainty: Metaphor and the dynamics of empathy in discourse". The Open University, 2013.
- CAMERON, Lynne. **Empathy: A review**. Working Paper 1 from the research project "Living with Uncertainty: Metaphor and the dynamics of empathy in discourse". The Open University, 2011.

CÓDIGO de Processo Penal. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm.

CÓDIGO Penal. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm.

GONÇALVES SEGUNDO, Paulo Roberto. **Tradição, dinamicidade e estabilidade nas práticas discursivas:** um estudo da negociação intersubjetiva na imprensa paulistana. 2011. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi: 10.11606/T.8.2011.tde-25042012-161141.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades fragmentadas:** a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

MULHER, vire a página (cartilha), do Núcleo de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital e da Circunscrição de Itapeverica da Serra - Ministério Público de São Paulo, dos originais: *This cycle included three phases; (1) the tension-building period, (2) the acute battering incident, and (3) a period of loving-contrition or absence of battering* (WALKER, DUROS e TOME, 2007, p. 5).

PRETI, Dino (Org.). **Análise de Textos Orais.** São Paulo. Humanitas, 1999.

WALKER, Leonore Edna. **The battered woman syndrome.** 3.ed. New York, NY: Springer Publishing Company,

Como citar este capítulo:

FILLIETAZ, Laura Guidugli. A Dinâmica entre Empatia/Antagonismo em audiências de instrução e julgamento. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PEDRO, Adriana Moreira; OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de; SILVA, Alexandra Marques; SOUZA, Douglas Rabelo; BRITTO-COSTA, Letícia Fernandes de; KOBAYASHI, Sergio Miki. **Discurso e identidade:** múltiplos enfoques. São Paulo: FFLCH, 2018, p. 150-172. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/9788575063361>

Anexos

Anexo I – Oitiva da Vítima

Audiência com a Vítima (V1), Juíza Substituta (JS), Juíza da Vara (J1), Promotora (P1), Promotor (P2), Defensor Público (DP)

Trecho I

1. JS - a senhora não será compromissada... porque a senhora é vítima
2. mas também que a senhora trará os autos alegados nos fatos, a fim de
3. que possamos chegar ao correto final dessa ação penal... certo...? Que
4. é movida contra o senhor R1 o que que houve... senhora V1... por
5. favor
6. V1 – eh::: eu era casada... com ele... e a gente tinha se separado... aí
7. houve uma reconciliação...
8. JS – certo...
9. V1 - a gente alugamo uma casa... estávamos morando junto::: só que:::
10. não houve mudança da parte dele... e ele começou a vender meus
11. pertences de casa pra consumo de drogas
12. JS - ele fazia uso de entorpecente e de álcool
13. V1 – [isso
14. JS – () também?
15. V1 – [mais de drogas
16. JS – mais de drogas
17. V1 – isso
18. JS - o que que ele vendeu da senhora? a senhora lembra algum item?
19. Alguma coisa?
20. V1 – eh::: ferro... de passar roupa
21. JS – que mais?
22. V1 - liquidificador... secador...
23. JS – enfim os os utensílios]
24. V1 – isso::: é]
25. JS – que vocês usavam... pra... (fazer de roubo)]
26. V1 – sim sim isso que (ele) faz
27. JS – além disso... além dessa violência patrimonial houve algum outro
28. tipo de violência contra a senhora?

Trecho II

29. V1 – então... é::: várias agressões... e::: foi assim... eu cheguei num
30. ponto que eu eu falei não aguento mais vou embora... comecei a juntar
31. meus pertences né...? roupas etecéteras e ele se revoltou se manifestou
32. e me deu uma cabeçada ((aponta para a região entre os olhos)) que
33. abriu aqui meu rosto tá?
34. JS – a senhora lembra que dia foi isso? Que aqui nós temos em
35. Cidade X
36. V1 – [sei é foi é foi
37. JS – temos o dia doze de dezembro
38. V1 – [isso e tem uma anterior
39. JS – e uma outra dezessete de dezembro... então a primeira foi a de
40. doze
41. V1 – [no dia doze
42. JS – Então no dia doze de dezembro como que foi essa violência?
43. Essa foi a cabeçada?
44. V1 – [isso ele deu uma cabeçada
45. JS – sim

46. V1 - muito forte que abriu o rosto
 47. JS – e depois no dia dezessete? Ele continuou morando na residência
 48. ou deu a cabeçada e foi embora?
 49. V1 – então ele me deu a cabeçada e fugiu do local
 50. JS – certo
 51. V1 – nesse meio tempo eu liguei pra minha prima me socorrer porque
 52. eu tava com o rosto todo aberto... sangrando... e ela me socorreu
 53. JS – essa prima quem que é?
 54. V1 – é a T1

•

Trecho III

55. JS - a T1... e no segundo dia o que houve?
 56. V1 – eu fiquei na casa da minha mãe... aí... nesse dia dezessete... eu
 57. retornei na casa... pra:::... pegar minhas coisa... peguei um carro e fui
 58. até a casa pra pegar as coisa... e::: ele tava lá na casa
 59. JS – ele tava dentro da casa?
 60. V1 – estava
 61. JS – certo... quem deixou ele entrar?
 62. V1 - ele invadiu a casa
 63. JS – ele tinha as chaves?
 64. V1 – não porque eu tinha trancado tudo... e-ele... abriu estourou o
 65. cadeado... ca/corrente que tava com a corrente estourou a corrente e
 66. ficou na casa
 67. JS – certo
 68. V1 – aí quando eu fui lá pra buscar as coisa ele tava lá
 69. JS - que que ele falou pra senhora quando ele a viu (...)?
 70. V1 – “vamo conversa”
 71. JS – [viu a senhora
 72. V1 – “não vamo conversa” que não sei o quê e eu falei “não não tem
 73. conversa olha o que você fez no meu rosto” que tava todo aberto com
 74. doze pontos
 75. JS – [certo
 76. V1 – e falei que eu ia pegar as coisa e:::.... o dono da casa tava junto
 77. comigo...
 78. JS – o dono da casa quem é? a senhora a casa era alugada é isso?
 79. V1 – aham... é era casa alugada
 80. JS – e aí dessa segunda vez ele machucou a senhora como?
 81. V1 – ele pegou uma... do nada ele pegou uma faca e deu uma facada
 82. aqui na minha cabeça... aí abriu
 83. JS – ele falou ou fez alguma ameaça pra senhora quando ele... ()
 84. V1 – ele falou que ia... que ia matar me matar
 85. JS – e com relação com à facada?
 86. V1 – ele pegou a faca
 87. JS – [foi a primeira vez que ele agrediu a senhora com a faca?
 88. V1 – dessa vez foi
 89. JS – quem socorreu a senhora nessa segunda vez ((tosse))?
 90. V1 – então o dono da casa quando tava comigo aí apartou... mandou
 91. ele embora... aí ele pegou foi embora aí o dono da casa chamou
 92. a:::./a viatura
 93. JS – a partir desse dia... qual foi a última vez que a senhora o viu?
 94. V1 – o R1?
 95. JS – é
 96. V1 – não o vi mais
 97. JS - não o viu mais.... após esse dia alguma outra agressão contra a
 98. senhora?
 99. V1 – não
 100. JS – a senhora tem ouvido falar dele?

101. V1 – não
102. JS – chegou alguma notícia dele pra senhora?
103. V1 – não

Trecho IV

1. JS - Doutora promotora...
2. P1 – nesse dia... nessa última facada... ele só não deu novos golpes por
3. que o vizinho impediu?
4. V1 – isso
5. P1 – e quando ele deu esse golpe ele falou que ia matar a senhora?
6. V1 – falou que ia matar... e:::... que tava com () no celular e::: que:::
7. “vem me pegar aqui que eu vou matar ela agora” ... até o vizinho falou
8. “entra pra dentro... a senhora vai lá pra minha casa... fica lá dentro...
9. deixa a viatura chegar pra você tirar... retirar suas coisas”
10. P1 – quando a senhora foi se submeter ao exame de corpo de delito foi
11. depois desse segundo episódio
12. V1 – [foi
13. P1 – o primeiro a senhora não tinha ido
14. V1 – [não não tinha ido
15. P1 – os ferimentos que a senhora é:::... sofreu que constam no laudo
16. é:::... ()
17. V1 – [ele me deu uma garfada também na minha (barriga)
18. JS – [então eram frequentes essas contra a senhora
19. V1 – [isso
20. JS – ele falava que queria matá-la
21. V1 – é que se eu não fosse ficar com ele também não ficaria com mais
22. ninguém... essa história que::: ele sempre fala né... quer que a gente
23. sempre dele... “você é minha quero que você fique comigo não com
24. outras pessoas” ... que “eu vou acabar te matando” ... que “eu vou te
25. matar”
26. P1 – no laudo de exame de corpo de delito tem uma ferida que foi
27. suturada na região frontal esquerda... essa é a decorrente do:::
28. V1 – [é... do garfo
29. P1 – na região frontal... no rosto
30. V1 – [ah no rosto ((aponta para a região entre os olhos)) foi... a...
31. P1 – [foi a cabeçada
32. V1 – foi a cabeçada de doze pontos
33. P1 – a senhora tem também equimoses na face lateral do braço x
34. suturada na coxa... na perna
35. V1 – [é porque
36. P1 – [ele também bateu na senhora
37. V1 – a gente pra se defender aí entra em luta corporal
38. P1 – tá... no primeiro dia quando ele espetou a senhora com um
39. garfo... a senhora teve que ser socorrida também desse ferimento?
40. V1 – foi no mesmo da... da facada
41. P1 – sem mais excelência obrigada

Trecho V

1. JS – Doutor ()
2. DP – se tinha alguém presenciando a:::a suposta agressão... gostaria de
3. saber
4. JS – além da sua irmã que a senhora já fez menção
5. V1 – [não a minha prima
6. JS – prima desculpe a T1... alguém mais presenciou as agressões?
7. V1 – então esse vizinho o senhor N... ele era vizinho... eu era inquilina
8. dele e ele escutou... tan/tanto ele como o filho dele
9. JS – pois não doutor?

10. DP – gostaria de saber também excelência se alguma vez ela foi pra
11. cima dele... tentou agredir ele
12. V1 – não não fui pra cima de um homem que um homem que tem dez
13. força de uma mulher... como que eu vou pra cima sabendo... como que
14. eu vou pra cima dele sabendo que vou apanhar?
15. JS – pois não doutor?
16. DP – não só isso
17. JS – encerrada ()

Anexo II - Oitiva do Réu

Audiência com a Vítima (V1), Juíza da Vara (J1), Promotor (P2), Defensor Público (DP) e Réu (R1)

Trecho I

1. J1: boa tarde senhor R1
2. R1: boa tarde
3. J1: o senhor está aqui (para responder) ao interrogatório... o senhor
4. tem o direito de ficar em silêncio... não precisa responder nenhuma
5. pergunta mas essa é a chance de contar o que aconteceu... o senhor
6. está sendo processado porque no dia doze e no dia dezessete de
7. dezembro dois mil e doze o senhor teria agredido a dona A1... no dia
8. doze com uma garfada na região do abdômem e com uma cabeçada e
9. no dia dezessete com uma faca na cabeça... o que que aconteceu?
10. R1: é:::... () em termo de data eu não me recordo... eu sei que
11. quando... quando houve a agressão da cabeçada a gente morávamos
12. juntos... e eu era usuário de crack naquela época...
13. J1: aham
14. R1: e eu... era bem magrinho... pesava cerca de quarenta e oito
15. quilos... e a minha gente entrou em uma discussão e ela veio me
16. agredir porque ela era mais forte que gente entrou em uma discussão e
17. ela veio me agredir porque ela era mais forte que a minha pessoa... eu
18. () ela tá mais magra... ela era mais forte também... e no que ela
19. segurou meus braços é::: e eu fiquei no chão então meio que eu saí
20. com a cabeçada... mas foi é::: menos intencionalmente de machucar...
21. de... prejudicar ela... queria sair da situação () na linha... tanto que é
22. que... quando houve-se a cabeçada... ela me soltou eu levantei e fui
23. pra fora de casa... pro corredor da casa do seu N que era que aluguel
24. na época... e ela ligou e aí eu falei () (“precisa de ir no hospital”) não
25. eu vou ca/T1 que é a prima dela pra socorrer ela... e eu fui embora da
26. residência... daí eu não voltei mais pra essa residência... depois nois
27. reatamos de novo e fomo morar em outro lugar... agora du::: da
28. garfada e da faca eu não me recordo... se eu falasse que era alguma ()
29. sentido de mim realmente eu podia não estar discernindo porque:::
30. achei muito problema pra ir () a senhora pode ver que depois da é que
31. depois da () eu nunca mais tive voltei a ter problema com a justiça da
32. data (que eu) fiquei em liberdade () justiça eu nunca procurei ela pra
33. ameaçar pra pedir pra ela voltar comigo ou coisa assim... a senhora
34. pode pesquisar aí que ela falou... nunca (precisei) dela pra nada...
35. muito pelo contrário ela que ficava pedindo é::: amizade no
36. facebook... essas coisa assim e eu até::: ahn:::... bloqueei ela porquê...
37. porque a única coisa que eu tenho dela é a::: no momento eu quero as
38. duas crianças... duas meninas... eu não tô nem pagando pensão porque
39. nesses dias por esse motivo a situação consegui pra mim (tar)
40. continuar pagando (cento e cinquenta reais) pra::: pelo jurista da
41. X na época... e eu não paguei na época porque todas as vezes
42. que aconteceu ela ia embora pra casa dos meus pais ou ia morar dentro

43. dos COHAB X e ela ia me busca... essa última casa que eu tive
 44. com ela agora que eu fui embora... ela::: na invasão... eu deixei a casa
 45. mobiliada tudo que ela (tirou) tudo montada a casa e fui embora... por
 46. causa da droga de novo... e tinha um carro parado na porta... o carro
 47. tava quebrado lá na porta lá...e eu... eu vim pra me defender () porque
 48. eu quero ter paz... eu quero tranquilidade... não sei nem porque que ela
 49. fez isso... nessa situação de::: de trazer a gente aqui... né porque já faz
 50. três anos que eu tô separado dela... nunca procurei ela pra nada...
 51. tenho minha vida... não uso mais droga... desde a época que separei
 52. dela... interessante né? e::: tenho minha religião e:::.. tô tranquilo com
 53. a minha::: com a minha família... com minha família com meus netos
 54. com meus outros filhos... tenho saudades das minhas filhas ela nunca
 55. me deixou ver elas vejo só quando () é::: só vejo as meninas quando
 56. tão saindo da escola ou quando encontro na rua

Trecho II

57. J1 – moram no mesmo bairro hoje?
 58. R1 – não é::: não sei se ela tá frequentando a casa da mãe dela né mas
 59. ela morava lá na () eu moro no mesmo bairro... bairro X...
 60. mesmo (bairro)
 61. J1 – você não tem mais procurado ela?
 62. R1 – desde quando separei dela eu nunca mais procurei ela... eu
 63. separei dela porque eu voltei com a minha esposa... eu voltei com a
 64. minha mulher e falei assim “cada um segue seu caminho”
 65. J1 – consta aqui na denúncia que foi o seguinte... tavam separados...
 66. ela saiu de casa... e nesse dia doze... ela foi buscar os mat() o material
 67. escolar das crianças... e aí foi que o senhor desferiu a cabeçada na
 68. testa e uma garfada na região do abdômen... e aí ela foi no pronto-
 69. socorro de tarde... no outro dia... dia dezessete... a me::: a mesma se
 70. valendo da mesma situação que ela foi de novo no imóvel... devolver
 71. as chaves da casa... o senhor disse que ira matá-la... e aí que deu a:::
 72. facada na cabeça... o senhor lembra então dela ter ido lá pegar o
 73. material ou o senhor não lembra que situação foi essa?
 74. R1 – não... dessa parte do material eu num::: num::: num posso falar
 75. porque daí eu é::: se eu falar eu vô ta mentindo... vô tá indo até contra
 76. os meus princípio de hoje em dia né soldado de cristo... veja bem o
 77. que acontece... eu me recordo sim de ter dado uma cabeçada... porque
 78. eu tava lá usei minha droga lá e tava até tendo o efeito da droga e ela
 79. chegou segurando meus braços
 80. J1 – [por que que ela segurou o braço do senhor?
 81. R1 – porque eu queria sair pra rua ela não queria que eu saísse pra
 82. rua... ela ia pra faculdade aí falei não vou pra rua... mais tarde pego as
 83. meninas na casa da sua mãe aí quando você chega eu vou tá em casa...
 84. mais ou menos uma conversa assim nesse... nessa linhagem... não sei
 85. se foi exatamente com essas palavras... e acontece que () nisso... aí
 86. ela::: ela veio pra cima de mim e começamo a nus agredir...
 87. verbalmente... aí depois... é::: eu fui sair pra fora... ela puxou minha
 88. camisa eu caí pra trás... eu tava pensando uns quarenta e cinco...
 89. quarenta e cinco quilos quarento e oito quilos naquela época... é::: eu
 90. usava droga de dia e de noite todo dia assim e::: acontece que isso ()
 91. quando ela foi pra cima de mim é::: é::: isso é (na época) que ela veio
 92. ela era mais forte do que aquilo... A1 sempre foi forte né... então ela
 93. ficou em cima de mim aquilo ali e eu tava naquela adrenalina

Trecho III

94. J1 – [vocês estavam separados nessa época?
 95. R1 – não... morávamos junto

96. J1 – não tava separado não?
 97. R1 – [morávamos junto... tinha alugado a casa do seu N que é o outro
 98. rapaz que ela colocou... colocou como testemunha... a gente alugava a
 99. casa dele... a gente morávamos junto nessa época e eu fui embora lá
 100. pra cima pra um barraco () por causa () que é o terreno que eu tenho
 101. hoje em dia então não era construído e agora não é tinha um barraco
 102. de madeira da primeira vez que eu separei dela... antes dessa pra fugir
 103. dessas situações e dessas separações e::: falei vou voltar com a minha
 104. esposa... () volta não volta volta não volta e sempre acabava
 105. voltando... ela::: ela::: me:::... ela me processou eu morando na mesma
 106. casa com ela...não nesse aí num outro processo lá que tem no nome do
 107. meu pai um carro que tem no nome do meu pai a gente morando junto
 108. e eu não sabia... fiquei sabendo no dia da audiência... chegou um papel
 109. chegou lá e disse ()... depois me processou com pensão também a
 110. gente morando junto... cada situação dessa que eu tô falando foi em
 111. data diferente... a gente morando debaixo do memo teto... eu saía pra
 112. trabalha e ela me processou... então eu começo a entender assim... eu
 113. não sei qual é... que nem agora... já tem três anos que eu não procuro
 114. ela pra nada... nunca... quando vejo as meninas é na rua ou na mãe
 115. dela... ou quando encontro na escola que::: que::: tá meu sobrinho e:::
 116. ela () ver meu sobrinho que tá lá meu neto... mas enfim e::: eu nunca
 117. (conversava) nada... agora ela vem falar que eu agredi () falar de
 118. várias agressões () esse processo aí eu nunca mais nem voltei lá... até
 119. o carro eu deixei pra ela pra trás... comecei uma nova história... se a
 120. senhora for pedir pra alguém no bairro onde a mãe dela mora e eu
 121. moro... a senhora vai entender que cada um tem seu... seu é::: seu
 122. canto... ela mora na invasão da (Bacena)... eu moro no Jardim ()... é
 123. diferente... a mãe dela ainda reside lá porque o pai dela faleceu onde
 124. ela ainda reside lá... eu nem fui atrás ()... nessa época o que que eu
 125. procurei fazer é::: eu procurei pensar assim eu tenho meu neto () neto
 126. de três anos da data que nós nos separamos eu tenho que olha pra
 127. cima... eu ainda sou ()... tenho que mudar minha história

Trecho IV

128. J1 – perguntas doutor P2?
 129. P2 – sim... o senhor já foi processado por o quê?
 130. R1 – da::: A1::: primeiro pela ()
 131. P2 – [desculpa... acho que o senhor não entendeu
 132. J1 – [processo crime
 133. P2 – [criminalmente
 134. R1 – ah:::... criminalmente um cinco sete
 135. P2 – e teve também parece um porte de arma de fogo parece
 136. R1 – sim... porte de arma () mas já paguei por todos eles
 137. P2 – quando terminou o cumprimento de pena? O senhor sabe me
 138. dizer?
 139. R1 – não me recordo mas (acho que foi 2006)... algo assim
 140. P2 – o senhor disse que era usuário de crack né?
 141. R1 – sou ex-usuário () graças a Deus
 142. P2 – sem mais
 143. R1 – foi muito difícil sair viu doutor... tem que realmente querer () a
 144. clínica não ajuda você nisso... tem que querer () pedir pra Deus graça
 145. e condição pra isso () pra cuidar do neto... hoje em dia eu tô bem
 146. J1 – quanto tempo senhor tá limpo?
 147. R1 – vai... comecei parando () dois anos e seis meses por aí
 148. ()

Associações conceptuais em testemunhos no discurso neopentecostal: uma análise discursivo-cognitiva

Ananda Chaves FONSECA¹

Resumo: Nosso objetivo neste trabalho é mostrar, baseando-se na Teoria da Metáfora Conceptual, de Lakoff & Johnson (1980) e em seus desdobramentos (VEREZA, 2007; GONÇALVES-SEGUNDO, 2014; GONÇALVES-SEGUNDO & ZELIC, 2016; KÖVECSSES, 2010), de que forma as associações conceptuais entre os domínios GUERRA, RELIGIÃO, ESCOLAR e JORNADA constroem relações metafóricas que constituem o discurso catequético-publicitário da Igreja Universal do Reino de Deus, partindo de um corpus composto por 40 testemunhos narrativos publicados na página da instituição. Os resultados obtidos apontam que a Universal se representa como uma instituição escolar, na qual seus fiéis aprendem a lidar com os mais diversos tipos de problemas, sobretudo os financeiros e conjugais. A análise mostra que há uma integração complexa entre os frames selecionados, o que revela a intenção da instituição em expandir seu discurso e internalizar uma série de práticas para além da vida religiosa.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso; Neopentecostalismo; Discurso Religioso; Linguística Cognitiva; Igreja Universal do Reino De Deus

Introdução

Este artigo busca analisar as associações metafóricas entre domínios conceptuais que estruturam o discurso da IURD (Igreja Universal do Reino de Deus) nos testemunhos publicados em seu site institucional, dentre os quais se destacam os frames de GUERRA, RELIGIÃO, ESCOLAR e JORNADA, e as estruturas narrativas que se mostraram recorrentes no gênero testemunho e parecem ser constitutivas do discurso da Universal².

A motivação da pesquisa se deu, pois, desde os anos 90, a doutrina religiosa que mais cresce no Brasil é a evangélica. Dados do Censo Demográfico 2010 apontam que a população evangélica no Brasil aumentou de 15,4%, nos anos 2000, para 22,2%, em 2010, e representa 42,3 milhões de pessoas (ANDRADE, 2012). Hoje, é a segunda religião com mais adeptos do país, atrás apenas da católica, que ainda detém o maior número de fiéis. A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) é a quarta maior Igreja evangélica do Brasil e a maior representante da teologia da prosperidade (LIMA, 2008). Segundo Lima (2007, p. 132), três elementos que a diferenciam das outras instituições evangélicas: “a participação política, o demônio e o dinheiro”. O primeiro é o mais relevante socialmente; o último, o mais polêmico.

Por entender como expressivo o número de adeptos e, principalmente, a força política que a IURD tem, esta pesquisa se propõe a analisar o discurso institucional veiculado pela Igreja em suas plataformas de comunicação oficiais a fim de investigar as estratégias linguístico-conceptuais e discursivas mobilizadas por

¹ Graduando em Letras pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, tendo realizado iniciação científica sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves-Segundo. E-mail: ananda.fonseca@usp.br

² Trata-se de aspecto secundário para este artigo, embora relevante para a pesquisa como um todo. Para os objetivos deste texto, o estudo das estruturas narrativas foi relevante para a apreensão dos frames, que são, esses sim, centrais para a análise das associações metafóricas.

essa instituição, tendo em vista a teologia da prosperidade. Para este artigo, o recorte selecionado foi o dos testemunhos.

O *corpus* é constituído por 40 textos do gênero testemunho extraídos dos editoriais *Hora da Mudança e Histórias de Vida* publicados no site oficial da instituição, <https://www.universal.org/>.³ Os textos são assinados, em sua maioria, por jornalistas, ou seja, não têm como autores figuras reconhecidas da IURD e foram divididos em quatro subcategorias temáticas a fim de sistematizar a análise, a saber: saúde, criminalidade, espiritualidade e desmotivação, sendo a última a mais significativa em termos de números de publicações.

Para a realização da análise, basear-nos-emos em pressupostos teóricos Análise Crítica do Discurso (ACD), em especial nos trabalhos de Fairclough (2003), Van Dijk (2008) e Ramalho (2012); na Linguística Cognitiva, a partir da Teoria da Metáfora Conceptual (GONÇALVES-SEGUNDO, 2014; GONÇALVES-SEGUNDO & ZELIC, 2016; VEREZA, 2007, 2011; KOVECSSES, 2010) e da noção de *frame* (DUQUE, 2015); e na abordagem sociodiscursivas da narrativa proposta por Moita Lopes (2003).

Em termos metodológicos, iniciamos identificando as cadeias narrativas de cada subcategoria criada para tentar reconhecer padrões estruturais, com destaque às avaliações, às reações afetivas e às condições de vida instanciadas textualmente como caracterizadoras dos estados anterior e posterior à entrada na IURD. O segundo passo foi depreender associações conceptuais entre dois domínios para, em seguida, estabelecer as correspondências entre domínio-fonte e domínio-alvo, tendo como foco a religião e a própria igreja. É importante ressaltar que, durante todo o processo analítico, tentamos estabelecer quais são as possíveis consequências sociais e políticas das estratégias discursivas adotadas.

1 A Análise Crítica do Discurso

A Análise Crítica do Discurso (ACD), segundo Fairclough (2003), Van Dijk (2008), Ramalho (2012) e Gonçalves-Segundo (2014), entende o discurso como uma prática social na qual as relações de poder são construídas – tanto as hegemônicas quanto as que visam a contestação de uma hegemonia já estabelecida – através de diferentes recursos, a depender do objetivo e interesses dos agentes bem como das coerções estruturais que lhes limitam, estando preocupada com os “efeitos ideológicos que (sentido de) textos possam ter sobre relações sociais, ações e interações, conhecimentos, crenças, atitudes, valores, identidades” (RAMALHO, 2012, p. 146).

Entendemos que o discurso não é produzido de forma autônoma e que não é única e exclusivamente produto da criatividade do falante, mas sim “que é fundamentalmente marcado por condições sócio-históricas particulares, que definem como os participantes se posicionam e são posicionados no discurso”

³O site passou por uma reformulação no decorrer da pesquisa e não apresenta mais a divisão entre os diferentes editoriais citados.

(MOITA LOPES, 2003: 60). Assim, o discurso não tem sua significação apenas produzida da mente do falante, mas sim em “um processo social de construção do significado” (MOITA LOPES, 2003: 61). Como afirma Fairclough (1992: 3), “os discursos não somente refletem ou representam as entidades e relações sociais, eles as constroem ou as constituem”.

Para realizar a análise, seguiremos a proposta de Fairclough (2003) e Chouliaraki & Fairclough (1999), que propõem um modelo tridimensional de análise discursiva orientado tanto para a ancoragem social dos textos quanto para a sua configuração semiótica, tendo como nível central o interdiscurso. Em um primeiro plano, o modelo considera a dimensão sócio-histórica e a concebe a partir de três noções: Eventos Sociais, Práticas Sociais e Estruturas Sociais. Em um segundo plano, análogo ao primeiro, a proposta explora a dimensão semiótica do texto, considerando aspectos semântico-pragmáticos, léxico-gramaticais e fonético-fonológicos/grafológicos. Por fim, o nível central, o interdiscurso, é constituído pelas ordens do discurso, entendidas como articulações entre gêneros discursivos (modos de agir), discursos (modos de representar) e estilos (modos de ser), que constroem estruturalmente a produção e a interpretação textual.

Em termos mais pontuais, práticas sociais são, segundo Chouliaraki & Fairclough (1999), experiências rotineiras ligadas a determinado tempo e espaços físicos nas quais as pessoas empreendem recursos materiais e simbólicos para agir conjuntamente no mundo. Assim, no nosso meio de análise constituem as práticas sociais o conjunto de práticas que une a comunidade religiosa em torno da igreja e de seus preceitos teológicos, como a participação nos cultos, reuniões e encontros bem como a práticas não-materiais que certificam o fiel de sua fé e garantem sua participação no meio religioso.

As práticas sociais também envolvem práticas discursivas, ou seja, uma Ordem do Discurso, nas quais consideramos a produção, distribuição, consumo e interpretação dos textos. O texto é, então, a materialização de um evento em uma prática discursiva na qual estão presentes uma série de condições institucionais, de jogos de poder, crenças e valores provenientes das práticas e da estrutura social. O evento – o texto – reflete um conjunto de disputas, preceitos e normas que foram sócio-historicamente construídos e que são automaticamente inseridos no âmbito discursivo, requisitando um olhar atento e cuidadoso do pesquisador que se debruça sobre o emaranhado de informações passadas, presentes e futuras contido nos textos.

A Ordem do Discurso promove uma série de coerções estruturais que moldam os textos que chegam até nós. Fairclough (2003) propõe três componentes: os estilos, os gêneros discursivos e os discursos/representações. O estilo está relacionado aos padrões sociossemióticos derivados dos processos de identificação e de construção das identidades sociais, sendo resultado da inculcação de representações; está ligado, portanto, aos lugares de fala, ao reconhecimento e às posições sociais.

O gênero discursivo consiste na dimensão acional, nos ‘tipos de texto’ que circulam em determinadas sociedades e em dados tempos históricos, revelando parte de sua organização cultural, política e econômica. Os gêneros, em geral, moldam as formas pelas quais os textos são construídos e estão correlacionados a

funções institucionais relevantes nas diversas esferas. Neste artigo, trabalharemos com o gênero testemunho.

Podemos representar em textos aspectos do mundo físico, do mundo psíquico e do mundo social (FAIRCLOUGH, 2003, p. 134). Essas representações

são sistemas de interpretações que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. Da mesma forma, elas intervêm em processos variados, tais como a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais (JODELET, 2001, p. 22).

Ainda segundo Jodelet (2001), as representações sociais devem ser encaradas como produto e processo de uma atividade de interpretação da realidade psicológica e social. Os processos de representações sociais são constituintes e constitutivos das realidades. As interpretações se dão de forma dialética e permitem tanto a mudança da ordem social como sua manutenção, pois corroboram para uma construção social de significados compartilhados. Assumindo tais pressupostos teóricos, nossa análise possui três etapas centrais: a descrição linguística – neste trabalho, baseada na Linguística Cognitiva; a interpretação da prática social e discursiva, e a explanação social, que toma por base estudos antropológicos e sociológicos voltados para o campo religioso.

2 Análise narrativa⁴

No domínio religioso, o testemunho é largamente utilizado para que os fiéis compartilhem entre si as diferentes formas com as quais Deus teria intervindo em suas vidas. É um gênero que permite que experiências pessoais sejam socializadas e aplicadas como exemplo do poder da fé.

O testemunho é um gênero comumente associado a relato de fatos, pois as experiências de vida são enquadradas como algo factual que as pessoas narram para ensinar uma lição a quem ouve. Por outro lado, como define Moita Lopes (2003, p. 64):

[...] ao mesmo tempo que contar uma narrativa é uma forma de construir as realidades sociais que se historicam a nossa frente como também quem somos e quem são os outros que povoam as histórias, é também um modo de legitimar e controlar essas realidades e os atores sociais. A questão que se coloca é quem conta e por que se contam certas narrativas e não outras em contextos institucionais específicos já que, como estou deixando claro aqui, contar histórias é uma maneira de dar sentido à vida ao mesmo tempo em que é também, como uma forma de discurso, um modo de agir no mundo social. Como Carrithens (1998) indica, quando contam histórias, as pessoas estão atuando sobre as outras. Portanto, as histórias e o ato de conta-las legitimam certos sentidos e relações de poder em contextos institucionais específicos ao posicionarem uns personagens em relação aos outros da mesma forma que posicionam os personagens em relação aos interlocutores.

⁴ A discussão sobre análise narrativa não será central neste trabalho, conforme anunciado na introdução, mas é necessária a fim de contextualizar a prática na qual as associações metafóricas serão analisadas. Uma análise mais aprofundada dessas narrativas está sendo realizada.

O principal tema das narrativas do *corpus* é o momento em que os narradores entraram para a igreja, é o relato de como suas vidas eram antes e depois da IURD, sua transição de não fiéis para fiéis. Seus relatos demonstram o papel e o poder que a IURD teve em suas vidas, cumprindo um papel de agente transformador, ou seja, viabilizando que uma realidade infeliz e extremamente desestruturada se transforme graças aos ensinamentos da igreja.

É importante ressaltar que quando falamos em narrativas – sejam elas quais forem –, assumimos que há uma excepcionalidade no evento narrado. Moita Lopes (2003, p. 66) argumenta que “toda narrativa envolve um evento que é, em princípio, excepcional para quem conta”. Assim, os testemunhos apresentam o fato excepcional das mudanças pelas quais as vidas dessas pessoas passaram. A mudança de vida narrada em forma de testemunho serve para mostrar a capacidade transformadora que a IURD exerce sobre seus fiéis, o que está associado a um caráter evangelizador no domínio religioso, ao mesmo tempo em que faz publicidade da instituição, mostrando as benesses recebidas na instituição, servindo como forma de captação de novos fiéis, processo que é intensificado pelo discurso em primeira pessoa, o que traz uma aparência de veracidade para o que é ali contado.

As narrativas também apresentam uma avaliação sobre o mundo,

Uma avaliação que permite a negociação do significado social da história contada em duas direções relacionadas a comentários morais sobre o mundo: a) como o mundo deve ser; b) o tipo de pessoas que o falante e os interlocutores são. Linde (1989) ressalta ainda que a função central da avaliação é representar o falante de forma positiva, isto é, como um membro adequado da sociedade. Caso o falante seja apresentado de forma negativa, a enunciação da narrativa em si tem a função de remediar o erro cometido, posto que este ao ser narrado indica a quebra de um cânone e, portanto, da ordem moral e, conseqüentemente, o reconhecimento do erro por parte do falante. (MOITA LOPES, 2002, p. 67)

Os testemunhos, então, criam uma avaliação de como o mundo deve ser a partir da perspectiva institucional. Os sujeitos narram suas vidas para usá-las como exemplo de êxito da prática religiosa e também para afirmar o que é sinônimo de êxito naquele contexto. Afinal, não necessariamente espera-se que sucesso financeiro seja valorado positivamente no âmbito religioso.

É claro como os textos publicados têm também um forte caráter propagandístico e evangelizador. O fato da IURD ser o ponto de convergência de todos os tipos de problemas e a única fonte solucionadora é o que nos permite afirmar que há uma construção de gêneros híbridos com o propósito de atrair o maior número de fiéis possíveis para Universal.

Os textos hiperbolizam os momentos de infelicidade e felicidade com o intuito de atingir o maior número de pessoas – afinal, se o problema é muito grande, ele pode ser resolvido na Universal. Se o problema não é tão grande assim, facilmente será solucionado lá, uma vez que problemas de ordem maior também o foram. Além disso, os temas são bem gerais, envolvendo problemas de saúde, problemas conjugais, problemas financeiros e problemas espirituais, abarcando uma grande diversidade de tipos de aflições recorrentes nas vidas dos sujeitos. Os textos, então, cumprem dupla função para a instituição: fortalecem

para além da igreja um dogma da teologia da prosperidade ao reiterar, ainda que por meio da palavra escrita, seus direitos à felicidade completa e à saúde perfeita; e, ainda, angariar fiéis através da exposição positiva do que a IURD proveu na vida de quem a frequenta.

No *corpus* analisado, a estrutura da narrativa geralmente apresentará primeiramente o falante de forma negativa para justamente enfatizar a transformação ocorrida graças a Universal. A redenção, o arrependimento e a entrada para a igreja então terão como consequência a ascensão moral e, principalmente, a social – perpassando pelo casamento – e financeira do fiel. A vida do narrador parece poder ser dividida em dois momentos: um antes da IURD e um posterior. O momento anterior ao da IURD é marcado linguisticamente por palavras como: tristeza, frustração, perda, destruição, violência, ódio, miséria, sofrimento, trauma, inveja, medo, desânimo, devastação, humilhação, desmotivação, mágoa. Já o momento após o contato com a igreja é marcado linguisticamente por expressões como: restauração, realização, felicidade completa, vitória, libertação, sucesso, proteção, confiança, vida abundante. Abaixo reproduzimos um dos textos veiculados no site da instituição e que exemplifica o que foi exposto até o momento:

A persistência leva ao sucesso⁵

Patrícia leal tinha tudo para vencer, mas seus negócios não se desenvolviam. Descubra como ela saiu da falência e se tornou uma das grandes empresárias do Brasil.

Passei por vários problemas e eles acabaram com meu casamento. Após a separação, a empresa que eu tinha faliu e eu contraí uma dívida de R\$ 800 mil.

Apesar de ter uma boa formação na área empresarial e administrativa, meus negócios não se desenvolviam. Foi quando conheci o “Congresso para o Sucesso” que comecei a me levantar. O desânimo deu lugar à **motivação** e passei a acreditar em meu potencial novamente.

Após cinco anos, **meu casamento foi restaurado** e **consegui pagar todas as dívidas**. Com muito esforço e dedicação, segui cada instrução que recebia nas palestras, o que me tornou **a empresária bem-sucedida que sou hoje**. Investi em uma **famosa franquia de restaurantes, tenho mais de 40 franquias no Brasil e nos Estados Unidos**. (Fonte: <https://www.universal.org/noticias/a-persistencia-leva-ao-sucesso>. Acesso em 10/08/2017)

3 Metáforas conceptuais

Apoiaremos nossa análise linguística na teoria de Lakoff & Johnson (1980) sobre Metáforas Conceptuais. Os autores trazem uma nova abordagem dos fenômenos metafóricos, que até então, eram encarados como figuras de estilo, ao concebê-los como um “fenômeno de cognição que envolve a projeção de correspondências entre diferentes domínios de conhecimento” (GONÇALVES-SEGUNDO & ZELIC, 2016, p. 73).

A teoria afirma que experiências mais concretas – a fonte – serviriam como base para que entendamos experiências mais abstratas – o alvo. Assim, uma frase como *Sua viagem ainda está longemobiliza* o

⁵Sublinhamos os termos que ilustram o quadro negativo – antes da entrada para a Igreja – e marcamos em negrito o quadro positivo – depois da entrada para a Igreja.

conhecimento humano sobre espaço para se referir ao tempo. Há uma espécie de sublimação quase indissociável entre as duas noções, fazendo com que essa seja considerada uma metáfora conceptual. A presença comum de estruturas como essas nas línguas permite a inferência de que a metaforização seria um processo natural do aprendizado humano.

Além disso, há metáforas, como aponta Vereza (2013), que são construídas online, ou seja, metáforas em que as relações entre domínios diferentes são construídas internamente ao texto e, portanto, significativas apenas no âmbito daquele texto. Trata-se dos processos metafóricos situados, estruturantes da orientação e da condução retórico-argumentativa dos textos.

Segundo Gonçalves & Zelic (2016), metáforas situadas podem se tornar metáforas distribuídas quando passam a ser compartilhadas, revelando aspectos ideológicos de determinados grupos sociais. “A depender da capacidade hegemônica, tal grupo pode ser capaz de estender a penetração e o alcance dessas metáforas – por meio, por exemplo, de recursos midiáticos ou de práticas institucionais de educação e de iniciação – de forma a distribuí-la a grupos diversos” (GONÇALVES & ZELIC, 2016, p. 75).

Até aqui, vimos que as metáforas são formadas a partir de inputs de diferentes áreas do conhecimento que deverão explicar ou ser explicados a partir das relações tecidas entre si. A relação entre os inputs se dá através da noção de domínio fonte e domínio alvo. Há um sentido na relação entre os domínios para a construção metafórica e, portanto, do significado: o falante parte de um domínio fonte para um domínio alvo, ou seja, entende o domínio alvo em relação ao domínio fonte.

Em nossa pesquisa, pudemos perceber que os textos da Universal movimentam os *frames*⁶: RELIGIÃO, ESCOLA, JORNADA, GUERRA. Paulo Henrique Duque (2015, p.26) define que “frames são mecanismos cognitivos através dos quais organizamos pensamentos, ideias e visões de mundo”. As novas informações ganham sentido quando são integradas a *frames* construídos discursivamente ou interacionalmente. Assim, os *frames* acabam delimitando e transformando a forma como conhecemos o mundo.

Ainda segundo Duque (2015), existem duas formas de acionarmos os *frames*: por meio do léxico e por meio de metáforas. O mapeamento metafórico envolve correspondências ontológicas, ou seja, “correspondências entre os papéis de dois frames, ou domínios” e correspondências epistêmicas, que “são correspondências entre relações nos respectivos frames” (DUQUE, 2015, p. 42). Abaixo citaremos alguns exemplos do *corpus* e estabeleceremos esquematicamente as relações entre os domínios. Concentraremos nossa análise nas correspondências ontológicas entre os *frames* e, ao final, tentaremos expor as problemáticas sociais das relações construídas no discurso.⁷

⁶Neste trabalho, estamos entendendo *frames* e domínios como sinônimos. Há, contudo, diferenças que podem ser aventadas e discutidas acerca das noções. Para maiores esclarecimentos, sugerimos a leitura de Ziem (2014).

⁷ É importante ressaltar que o material linguístico retirado do *corpus* reproduzido nos exemplos e tabelas correspondem ao que Fairclough (2003) e Chouliaraki & Fairclough (1999) tratam como aspectos léxico-gramaticais da dimensão semiótica do texto.

Primeiramente, exporemos as relações traçadas entre o domínio religioso e os domínios dos *frames* identificados. Iniciaremos com o *frame* ESCOLA, em seguida passaremos ao de GUERRA e JORNADA. As conclusões retiradas das relações serão feitas após a apresentação das ocorrências lexicais esquematizadas. Para efeitos práticos, listaremos frases retiradas do *corpus* que elucidem a relação entre domínios. Começamos com o primeiro *frame*:

- (1) “Comecei a praticar o que aprendi na **Universal**”
- (2) “**Aprendi** a combater o mau olhado e a inveja”
- (3) “Ao participar das **reuniões** e **praticar** os ensinamentos, as conquistas voltaram a acontecer”
- (4) “A primeira coisa que **aprendi** foi acreditar, a fé foi plantada dentro de mim. As **reuniões** do ‘Congresso para o Sucesso’ foram me dando ânimo e comecei a ter a certeza de que Deus ia me dar uma direção.”
- (5) “Decidi abandonar os maus-hábitos e amadurecer com tudo que estava **aprendendo** (...) Hoje utilizamos tudo que **aprendemos** nas **palestras** para fortalecer nossa união”
- (6) “Ao participar das **palestras** da ‘Terapia do Amor’ superei todos os traumas e hoje sou muito segura e feliz. **Aprendi** a gostar de mim mesma”
- (7) “Tudo o que sentíamos reascendeu e passei a **praticar** tudo o que **aprendi** nas **palestras**”
- (8) “Comecei a participar das **palestras** e, pouco a pouco, fui vencendo os traumas e **aprendendo** a controlar a ansiedade (...) Colocamos em **prática** tudo o que **aprendemos** e estamos obtendo ótimos resultados”
- (9) “Ao colocar em **prática** os **ensinamentos**, as frustrações acabaram”

Os trechos selecionados nos mostram como os testemunhos veiculados pela Universal apresentam a instituição como uma escola na qual os alunos aprenderão sobre os mais diversos temas e suas práticas concernentes. Representemos os dados em tabela para que as correlações fiquem mais claras e para que elucidem de forma mais eficiente as inferências da análise:

Quadro 1. Projeções entre RELIGIÃO e ESCOLA

Frame ESCOLA	Frame RELIGIÃO
Escola	Universal
Aluno	Fiel
Professor	Pastores
Aula	Cultos
Disciplinas	Terapia do Amor
Palestras	Palestras
Reuniões	Reuniões
Prática	Prática
Teoria	Doutrina

Fonte: Elaboração própria.

Seguindo com nossa exposição do *corpus*, vamos ver os exemplos que se relacionam com o *frame* GUERRA:

- (10) “Minha irmã começou a horar por mim nas **Reuniões de Cura**”
- (11) “Eles começaram a **lutar** pela minha **cura**”
- (12) “Passei a **lutar** pela minha **cura** na Universal”
- (13) “Fiz um **desafio** a Deus: ou ele me **curava** ou então me levava de vez”
- (14) “Passei a **lutar** por uma mudança e recebi forças para recomeçar [...] Consegui **vencer** o **vício** em álcool e cigarro”

- (15) “Participando das reuniões, aprendi a **combater** as **palavras negativas** e a **inveja**”
 (16) “Nas reuniões, aprendi a não desistir de meus objetivos e **lutar** contra tudo que me atrapalhava”
 (17) “Depois que **venci** a depressão, curei meu interior, **venci** a **ansiedade**, os **complexos**, e estava feliz comigo mesma”

A IURD também é o local onde ocorrem batalhas e onde se aprende a batalhar. Parece haver uma frequente recorrência de quais são os elementos de conquista dessas batalhas e de quem são os inimigos. A tabela abaixo resume as ocorrências:

Quadro 2. Projeções entre RELIGIÃO e GUERRA

Frame GUERRA	Frame RELIGIÃO
Campo de batalha	Reuniões de Cura
Soldado	Fiel
Inimigo	Doença/Depressão/Ansiedade/Complexos/Desmotivação/Inveja/Infelicidade conjugal/ Vícios
Conquista	Saúde/ Sucesso conjugal/ Sucesso financeiro
Mensageiro do inimigo	Médicos
Desafiante	Fiel
Professor de combate	Universal/ Reuniões
Aliados	Família

Fonte: Elaboração própria.

O terceiro e último *frame* analisado é o JORNADA. Esse *frame* parece ser o menos produtivo, mas é o que mais tem aparente relação com o campo religioso, pois é o único no qual aparece explicitamente a figura de Deus. Vamos aos exemplos retirados dos textos:

- (18) “As reuniões do ‘Congresso para o Sucesso’ foram me dando ânimo e comecei a ter certeza de que **Deus** ia me **dar uma direção**”
 (19) “A dica é buscar a **direção de Deus**, as reuniões do Congresso me ajudaram muito nisso”
 (20) “Pouco a pouco, **fui crescendo**, fazendo tudo o que me **orientavam**”
 (21) “Cansada de tanto sofrer, fiz a Fogueira Santa, obedeci a **direção de Deus** e a transformação aconteceu”
 (22) “Eu já conhecia a Universal e decidi buscar em Deus a transformação do meu marido. Participava das reuniões e colocava em prática todas as **orientações** que recebia”

Abaixo temos o quadro que sistematiza as relações entre as ocorrências:

Quadro 3. Projeções entre RELIGIÃO e JORNADA

Frame JORNADA	Frame RELIGIÃO
Guia	Deus
Peregrino	Fiel
Ponto de chegada	Sucesso financeiro e conjugal

Fonte: Elaboração própria.

Como pudemos ver, a Universal se coloca como uma instituição de ensino. É o local onde os fiéis se tornam alunos e aprendem como vencer nas esferas financeira, conjugal e espiritual. Portadora do

conhecimento que proporciona felicidade completa e irrestrita, conforme se observa na estrutura narrativa e nas projeções, a igreja é a única que pode, através de seus ensinamentos, fazer com que seus integrantes alcancem o sucesso. Cria-se, então, uma relação de interdependência entre fiel e instituição: enquanto um contribui com o dízimo, o outro garante – sem explicitar de que maneira – a ascensão de seus integrantes.

Ao ser colocado como aluno, o fiel está sempre na posição de aprendiz, isto é, na posição daquele que ainda não está totalmente formado e precisa de um tutor. A tutoria vem da instituição, a responsável por ensinar e proteger os seus integrantes. A relação de poder criada entre os dois núcleos – igreja e fiel – esconde uma desigualdade latente entre as partes. Travestida de parceria, a relação entre elas é, na verdade, de uma dependência de mão única: o fiel depende da igreja para atingir seus objetivos, mas a igreja não precisa do fiel para fortalecer seu status divino. Isso discursivamente, claro. Não fica clara qual a posição da igreja entre céu e terra, não é possível inferir quem provê o sucesso alcançado: se a igreja ou Deus. Os testemunhos trazem como momento de desenlace a entrada para a igreja, mas não o acirramento da fé ou a aproximação de Deus. Além disso, não é a oração e uma vida temente a Deus que trazem as recompensas, mas a participação nos cursos oferecidos pela IURD. A fé não parece ser a responsável pela graça alcançada, mas sim a dedicação e a persistência. A meritocracia e não o divino aparece como agente transformador.

No *frame* GUERRA, a Universal também se apresentará como uma escola, contudo será uma escola militar. O fiel é o soldado que lutará contra recorrentes e múltiplos inimigos: a doença, a falência, a infelicidade conjugal, a inveja. Contudo, a recompensa pela batalha sempre se dará em três chaves: felicidade conjugal, sucesso financeiro e saúde plena. Não existe possibilidade de felicidade que não envolva êxito conjugal e financeiro; dinheiro e família são indissociáveis. Como soldado, o fiel deve estar sempre alerta para seguir os dogmas da igreja e não cair na tentação inimiga – inimizade muitas vezes ligada às figuras das religiões afro-brasileiras, com as quais a IURD travou uma reconhecida batalha na década de 90 (LIMA, 2007, p. 132). Uma vez que o sujeito, no discurso da Teologia da Prosperidade, é o responsável pelo seu próprio sucesso e também inteiramente responsável pelo próprio fracasso, cabe a ele, como soldado, lutar para alcançar a ascensão social e financeira. Ademais, ele também deve ser capaz de se proteger, proteger à sua família e o seu futuro de todas as coisas que podem levá-lo ao insucesso. As técnicas de luta são aprendidas na Universal. Afinal, (1) “participando das reuniões aprendem a combater”⁸ e (2) “aprendem a se proteger”.

No caso dos relatos sobre problemas de saúde superados, o soldado parece sempre desafiar, e vencer, a medicina ocidental. Nesses casos, é comum que a narrativa apresente aliados do soldado, que são sempre integrantes de sua família. (3) “Minha irmã começou a lutar por mim nas Reuniões de Cura”; (4) “eles – os pais do narrador – começaram a lutar pela minha cura”; (5) “minha mãe começou na Universal uma batalha pela minha cura”. A unidade familiar, tão bem quista dentro da moral da IURD, é essencial na recuperação de quem não pode lutar por si mesmo. A família é aquela que zela, ao lutar, pelo sujeito quando este não

⁸Os testemunhos completos estão em anexo.

pode fazê-lo por si mesmo. A Universal, além de ser uma escola de batalha, parece fornecer o local no qual as batalhas – espirituais- acontecem: as Reuniões de Cura. A instituição é a portadora do conhecimento sobre como batalhar e a que fornece o local onde se deve batalhar. Em consequência, o fiel-soldado depende da igreja para poder entrar na batalha e, então, ter a chance de vencê-la. Nossos testemunhos mostram recorrentemente que, mesmo antes de entrar na Universal, o fiel se esforçava para sair da situação negativa na qual se encontrava. Contudo, o esforço não era o suficiente. A luta por si só não é suficiente para alcançar o resultado almejado. É necessário que o sujeito aprenda uma forma de batalhar que seja eficiente e que o leve ao sucesso. A única que pode auxiliá-lo nesse sentido, é, coincidentemente, a Universal.

Ora, se o mundo é um campo de batalha entre o bem e o mal, se os fiéis devem se preparar de variadas maneiras para alcançar a vitória e a Universal contém em si também os campos de batalha, mais uma vez ela se coloca como a única intermediária entre os que devem fazer algo para alcançar seus objetivos e os meios necessários para que os alcancem. A instituição mais uma vez exige que os agentes sociais orbitem ao seu redor e se adequem às suas práticas para que tenham o sucesso ofertado por ela. O *frame* JORNADA é o único a evidenciar a presença da divindade. Deus surge como um guia que orientará os fiéis no caminho correto. A instituição é a responsável por “dar ânimo”, mas o responsável por guiar o crente é Deus. Parece-nos interessante notar como Deus não “dá” nada. O esforço pessoal – mesmo que orientado pelas reuniões semanais – é o ponto-chave para que a mudança aconteça. Nada depende da igreja ou de Deus, eles somente orientarão e ensinarão técnicas e métodos que podem ajudar, mas a responsabilidade pelo sucesso – e pelo fracasso – é inteiramente do fiel.

O discurso da Universal do Reino de Deus se apropria de noções escolares, bélicas e orientacionais para intensificar seu poder doutrinário. A teologia da prosperidade evidencia sua associação ao capital quando se vale desses domínios para recolocar no sujeito a inteira responsabilidade pela materialidade de sua vida. A associação do discurso capitalista com o religioso é um ponto, senão o ponto, que chama atenção na doutrina. A teologia da prosperidade surgiu para adequar a doutrina religiosa à ascensão social de seus fiéis. Quando uma boa parcela dos crentes passa a ter dinheiro para gozar uma boa vida em terra, surge a necessidade de

substituir suas concepções teológicas que diziam que os verdadeiros cristãos seriam, se não materialmente pobres, radicalmente desinteressados de coisas e valores terrenos [...] Esta doutrina encaixou-se como uma luva tanto para a demanda imediatista de resolução ritual de problemas financeiros dos fiéis mais pobres, como para a demanda dos que desejavam legitimar seu modo de vida, sua fortuna e sua felicidade (MARIANO, 1996:27).

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi demonstrar como as narrativas institucionais da Igreja Universal do Reino de Deus constroem *frames* específicos que inter-relacionados criam projeções metafóricas que expressam

textualmente seus objetivos e os papéis sociais que a instituição tem o interesse de exercer e espera que os agentes exerçam para que se integrem ao seu quadro.

A análise nos traz um fiel que é aluno, soldado e peregrino. É, então, em todos os domínios, o constituinte humano base de suas respectivas práticas sociais e os que estão sempre subordinados a algo ou alguém. O interessante é notar que a subordinação não é explícita nos *frames* ESCOLA e GUERRA. Não conseguimos inferir, muitas vezes, qual é a relação da igreja com Deus ou quem é o responsável pela mudança de vida do fiel. Mesmo no *frame* JORNADA, no qual a divindade é evidenciada, a instituição é, de certa forma, apagada. O mapeamento das funções da igreja em relação a Deus e vice-versa é obscuro. Algumas questões surgem, então, para que tentemos responder a partir da análise de outros gêneros discursivos da instituição: seria metonímica a relação entre igreja e Deus? De que forma a apropriação do discurso escolar fortalece a instituição enquanto igreja e quais as consequências sociais disso? Há um encadeamento narrativo entre os *frames*? Como eles são construídos e quais são as consequências discursivas dessas relações? Acreditamos que o estudo dos *frames* construídos pela Universal seja capaz de nos ajudar a responder essas e outras perguntas. Duque (2015:43) reitera em seu trabalho uma passagem de Lakoff (2008), que acredita “que mapeamentos metafóricos construídos deliberadamente normalmente provocam o acionamento de *frames* que orientam visões de mundo e acabam produzindo consequências políticas, sociais e comportamentais muito profundas”. Assim, nossa tentativa é a de mapear linguisticamente os processos cognitivos para tentarmos chegar a explicações macrosociais sobre as consequências da evangelização através da teologia da prosperidade. O sociólogo Ricardo Mariano (1996:28) descreve um fenômeno relacionado a Teologia da Prosperidade que parece iluminar os resultados alcançados com nossa análise linguística:

Com promessas de que o mundo seria o locus de felicidade, prosperidade e abundância de vida para os cristãos, herdeiros das promessas divinas, a Teologia da Prosperidade veio coroar e impulsionar a incipiente tendência de acomodação de várias denominações pentecostais aos valores e interesses mundanos das sociedades capitalistas.

Assim, podemos concluir até aqui, que o discurso propagado pela Teologia da Prosperidade tem em seu cerne fundamentos do discurso capitalista que constrói subjetividades e que coloca no sujeito – e exclusivamente no sujeito – a responsabilidade pelas suas ações e crê na capacidade inovadora e autossuficiente do indivíduo. Assim, identificar os papéis da instituição escolar dentro do capitalismo seria uma possibilidade analítica que permitiria entendermos o porquê da IURD se valer desse papel.

Referências

ANDRADE, Hanrrikson. **População evangélica passa de 15,4% para 22,2% em 10 anos e alcança 42,3 milhões de fiéis em 2010.** Junho de 2012. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/29/populacao-evangelica-passa-de-154-para-222-em-10-anos-e-atinge-423-milhoes-em-2010.htm>. Acesso em: maio de 2016.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

DUQUE, Paulo Henrique. Discurso e Cognição: uma abordagem baseada em *frames*. *Revista Anpoll*. n° 39. p. 25-48, 2015.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analyzing Discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora UNB, 1992.

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. Convergências entre a Análise Crítica do Discurso e a Linguística Cognitiva: Integração Conceptual, Metáfora e Dinâmica de Forças. *Veredas Online*, v. 18, n° 2. Juiz de Fora, p. 32-50, 2014.

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo & ZELIC, Helena. Relacionar-se é investir: ideologia, cognição e metáfora no discurso sobre relacionamento em revistas femininas para o público adolescente. In: NASCIMENTO, Lucas; MEDEIROS, Breno Wilson Leite. (Org.). **Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: heranças, métodos, objetos**. Saarbrücken, Alemanha: NEA editores, p. 64-91, 2016.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2001. p. 17- 44.

LAKOFF, George. **The Political Mind: Why You Can't Understand 21st-Century American Politics with an 18th-Century Brain**. New York: Viking, 2008.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida cotidiana**. Coordenação de tradução: Mara Sophia Zanotto. São Paulo: Mercado das Letras, 2002 [1980].

LIMA, Diana. “Trabalho”, “Mudança de Vida” e “Prosperidade entre Fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus”. *Religião e Sociedade*, n° 27. Rio de Janeiro, p. 132-155, 2007.

LIMA, Diana. Prosperidade na década de 1990: Etnografia do Compromisso de Trabalho entre Deus e o fiel da Igreja Universal do Reino de Deus. *Dados*. Rio de Janeiro. v. 51, p. 7-36, 2008.

MARIANO, Ricardo. Os Neopentecostais e a Teologia da Prosperidade. *Novos Estudos*. n° 44. CEBRAP. p. 24-44, 1996.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003.

MONTEIRO, Paula. Controvérsias Religiosas e Esfera Pública: repensando as religiões como discurso. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 167-183, 2012.

RAMALHO, Viviane. Gêneros discursivos e ideologia: elementos para estudos críticos. In: MELO, Iran Ferreira de (Org.) **Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática**. Campinas: Pontes, 2012, p. 139-187.

VAN DIJK, Teun. Análise Crítica do Discurso. In: VAN DIJK, Teun. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 113-132.

VEREZA, Solange C. Metáfora e argumentação: uma abordagem cognitivo-discursiva. **Linguagem em (Dis)curso— LemD**, Tubarão, v. 7, p. 487-506, 2007.

ZIEM, Alexander. **Frames of understanding in text and discourse**. Theoretical foundations and descriptive applications. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2014.

Como citar este capítulo:

FONSECA, Ananda Chaves. Associações conceituais em testemunhos no discurso neopentecostal: uma análise discursivo-cognitiva. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PEDRO, Adriana Moreira; OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de; SILVA, Alexandra Marques; SOUZA, Douglas Rabelo; BRITTO-COSTA, Letícia Fernandes de; KOBAYASHI, Sergio Mikio. **Discurso e identidade: múltiplos enfoques**. São Paulo: FFLCH, 2018, p. 172-187. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/9788575063361>

Anexos

Anexo I – Testemunhos completos

(1) Comia restos de alimentos das feiras

Anice teve sua vida completamente destruída por causa da inveja

“Eu tinha uma vida até de fartura: um bom emprego, ganhava bem, automóvel e outros bens. Mas fui vítima da inveja de vizinhos e perdi tudo. Para sustentar a minha família vendi carros, eletrodomésticos, móveis, até que passei a depender de doações para vestir a mim e as minhas filhas. Para alimentá-las pegava restos de frutas e verduras no final da feira. Cheguei a passar fome e a morar num barraco com elas. Essa situação se estendeu por 5 anos.

Cheguei à Universal a convite da minha sogra e lá aprendi a combater o mau-olhado e a inveja. Minha vida pouco a pouco foi sendo restabelecida e esses males não me atingem mais. Hoje, sou proprietária de um salão de cabeleireira, tenho casa própria, imóveis alugados, meus filhos formados – enfim, uma vida transformada.”

(2) Síndrome de pânico e depressão

Após anunciar o seu casamento, Roseli passou a sofrer crises

“As pessoas invejavam meu namoro. Quando o meu casamento foi anunciado, passei a ter crises de pânico e depressão. Fiquei mais de um ano sem sair de casa. Tinha medo de tudo.

Recebi um convite para ir à Universal e lá aprendi a me proteger da inveja. Fui curada da depressão e da síndrome do pânico e hoje tenho paz, alegria, vida financeira abençoada, tenho o meu próprio escritório de contabilidade e um casamento feliz.”

Roseli Marques Santos, de 31 anos, contabilista

(3) A Zika tem cura!

O vírus que condenou a vida de Izabel, e quase a levou a óbito, foi vencido por causa da reação da sua irmã

Contraí Zika vírus. Como complicação, tive encefalite viral. Fui ao médico com dores muito fortes, não conseguia controlar meu corpo, me debatia, precisava ficar amarrada na maca. Meu quadro piorou, fui para a UTI, não reconhecia mais ninguém, perdi a visão e a fala. Fiquei em coma por cinco dias e fui desenganada pelos médicos, pois já estava com todo lado direito do corpo paralisado.

Minha irmã começou a lutar por mim nas Reuniões de Cura. Ela acreditava que eu sairia daquela situação sem nenhuma sequela. Logo, voltei do coma e comecei a reagir.

Voltei a enxergar, ouvir e falar. Recuperei os movimentos do corpo, e em um mês, eu recebia alta do hospital. Os especialistas não sabem explicar o que aconteceu, pois era impossível eu sair daquela situação. Hoje retornei ao meu trabalho e estou muito saudável.

(4) Muito além do diagnóstico

Muitas pessoas se veem em uma situação tão desoladora que não encontram uma saída

Nunca tive problemas de saúde. Sempre fui uma criança saudável. De repente, comecei a ter dor de garganta, acompanhada de febre, vômitos e acabei parando no hospital. Os médicos fizeram exames e de imediato me

internaram, pois eu estava com uma pneumonia rara. Meus pulmões se encheram de água, me deixando sem oxigênio no sangue e com uma infecção generalizada.

Fiquei em estado terminal e os médicos não acreditavam que eu pudesse sobreviver. Mas, meus pais sempre tiveram certeza de que eu ficaria bem. Eles começaram a lutar pela minha cura e colocaram em prática o que aprenderam na Universal, sem duvidar em nenhum momento. Em alguns dias, os especialistas refizeram os exames e o meu pulmão tinha começado a ficar limpo. Passei a respirar sozinha e, segundo os médicos, meus órgãos ficaram como novos. Me recuperei rapidamente. Hoje, tenho uma saúde perfeita e nenhum problema respiratório.

(5) Os médicos decidiram desligar os aparelhos

Vítima de um grave atropelamento, Alexandre ficou em coma por 5 meses

Aos 17 anos sofri um grave atropelamento. O impacto foi tão forte que fui lançado há vários metros do veículo. Tive perda de massa encefálica e quebrei uma perna e um braço. Os médicos me desenganaram e disseram que, na melhor das hipóteses, se eu sobrevivesse viveria em estado vegetativo.

Foram 5 meses em coma e, para complicar ainda mais o meu estado, minha artéria aorta foi perfurada, devido a um erro médico. Como eu não voltava do coma, os médicos avisaram a minha mãe que iriam desligar os aparelhos.

A Representação de Mulher em “Marcela Temer: Bela, Recatada e ‘do Lar’”

Sergio Mikio KOBAYASHI¹

Resumo: Este artigo apresenta uma análise das representações de Mulher na reportagem publicada pela Revista Veja, intitulada: “Marcela Temer: Bela, Recatada e do Lar”. Para dar conta de realizar esta análise, foram utilizados os conceitos de Referência e Categorização (KOCH, 2014), em conjunto com os pressupostos da Análise Crítica do Discurso de Fairclough (1989, 2003, 2010) e auxiliados pelas reflexões de Wolf (1992) e Saffioti (1987). Como resultados, pudemos verificar uma representação de mulher subalterna às questões públicas e sexuais que acaba por projetar a representação de Homem responsável pelos assuntos públicos. Essa representação tem por objetivo justificar a destituição da então presidenta Dilma Rousseff, de modo a projetar em Michel Temer um conjunto de condições políticas e pessoais favoráveis à sua ascensão à presidência da república.

Palavras-chave: Referência; Discurso; Hegemonias do Discurso; Representação.

Introdução

Este artigo² tem por objetivo discutir a representação de Mulher e, conseqüentemente, de Homem, em uma reportagem publicada pela Revista Veja. A reportagem em questão foi publicada no dia 18 de abril de 2016, por Juliana Linhares, na Revista Veja Online. Intitulada “Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’”, a publicação conta um pouco da história da esposa do então vice-presidente Michel Temer. A revista, declarada abertamente oposição ao Governo Federal da época, publicou a matéria às vésperas da votação que impediria a então Presidenta da República, Dilma Rousseff, de permanecer no cargo. De maneira imediata, muitas críticas ao conteúdo da publicação surgiram, sobretudo na internet, sugerindo que havia, naquela proposta, uma ideologia conservadora com relação às questões de gênero na política. Em outras palavras, as críticas apontavam que a reportagem, em comparação imediata com a Presidenta, apresentava uma noção de mulher apolítica, contida sexualmente, que não ocupava cargos públicos ou de chefia e tinha como único “trunfo” a possibilidade de ser bonita.

O título da publicação remete a três representações que constituem o corpo do texto: “Bela”, “Recatada” e “do Lar”. Nossa proposta de análise da referida reportagem consiste em verificar a forma com que cada uma dessas representações é construída a partir da publicação, assim como os processos discursivos e linguísticos que dela emergem. Para isso, mobilizaremos os conceitos de Referência e Categorização (KOCH, 2014; MONADA, 2001), para que possamos depreender elementos linguísticos que nos auxiliem em um debate discursivo mais amplo, considerando pontos de vista ideológicos que circulam na

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves-Segundo. E-mail: kobayashi.sergio@gmail.com

² Este artigo consiste em um recorte de nossa dissertação de Mestrado.

sociedade de modo geral. Nesse sentido, ancorar-nos-emos nos pressupostos da Análise Crítica do Discurso faircloughiana (1989, 2003, 2010).

Assim, dividimos este artigo em duas partes: 1) realizaremos uma exposição teórica mínima sobre as abordagens que mencionamos, de modo a interliga-las entre si, para que 2) apresentemos uma breve análise da reportagem de Juliana Linhares.

1 Referenciação e Categorização como Processos Discursivos

A Análise Crítica do Discurso busca desvelar a forma com que elementos linguísticos estão relacionados à representação discursiva de aspectos da vida social, à identidade, bem como à resistência ou à corroboração de hegemonias ideológicas (cf. CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Esta área não se concentra, portanto, na investigação dos processos internos da língua como um sistema fechado, sem contato com o exterior, mas na verificação das relações dialéticas entre a língua e a sociedade no que diz respeito à produção e interpretação de sentido.

É a partir da concepção do discurso como um regulador social que Fairclough (1989) propõe o conceito de ordem do discurso. Segundo o autor, as ordens do discurso são práticas de “organização social e de controle da variação linguística” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 24), formadas por modos sociossemióticos de agir (gêneros), de representar (discursos) e de ser (estilos). A este conceito também se somam questões relativas à ideologia e à maneira pela qual ela se conecta com as relações de poder nas estruturas sociais. Fairclough (2012, p.314) afirma que “o discurso é ideológico na medida em que contribui para a manutenção de relações particulares de poder e dominação”. Nesse sentido, a constituição ideológica, seja no que diz respeito ao discurso hegemônico ou de resistência, conforme debateremos em nossa seção de análise, é fundamental para as transformações sociais visadas.

Na perspectiva da Linguística de Texto, a construção de objetos-do-discurso³ está ligada à capacidade cognitiva de categorização. Embora não seja o mesmo que constituir referentes, atividades de categorização estruturam e são estruturadas pela experiência, sob coerções estruturais sociais e discursivas. Koch (2014) aponta que o papel dos estudos de categorização tem por objetivo compreender os processos linguísticos e cognitivos – e discursivos, acrescentamos – sob os quais os diferentes atores sociais constroem os objetos do discurso.

Koch (1999) também defende que a referenciação é um processo discursivo, pois, na interação, o sujeito realiza escolhas para representar estados de coisas, a fim de concretizar seu projeto de dizer. Este

³ Neste trabalho, usaremos os termos *objeto-de-discurso* e *referente* como sinônimos. Entendemos, pois, objetos-de-discurso como “entidades que são interativamente e discursivamente produzidas pelos participantes no fio de sua enunciação. Os objetos-de-discurso são, pois, entidades constituídas nas e pelas formulações discursivas dos participantes: é no e pelo discurso que são postos, delimitados, desenvolvidos e transformados objetos-de-discurso que não preexistem a ele e que não têm uma estrutura fixa, mas que, ao contrário, emergem e se elaboram progressivamente na dinâmica discursiva” (MONDADA, 2001, p. 09 apud KOCH, 2014, p. 63).

processo discursivo corrobora, inclusive, para que discutamos as representações de Marcela Temer em nossa seção de análise, bem como as implicações ideológicas por ele produzidas. Nesse sentido, Marcuschi (2003) argumenta no sentido de não haver categorias naturais, isto é, as coisas não estão no mundo da maneira que são ditas e, assim, são construídas discursivamente. De modo semelhante, Fairclough (2001), propõe que o discurso seja compreendido como prática social e não como fenômeno puramente individual, pois é por meio do discurso que as pessoas podem agir sobre o mundo e sobre os outros.

É no fluxo textual que os objetos-do-discurso são construídos e transformados, podendo revelar posicionamentos axiológicos dos enunciadores, como os discursos aos quais se filiam. Isso significa que, na medida em que determinadas escolhas são feitas para se referir a alguma coisa no mundo, podemos verificar e inferir o modo com o qual os produtores do texto ativam determinados posicionamentos ideológicos. Koch (2005) afirma que

[...] a discursivização ou textualização do mundo por meio da linguagem não consiste em um simples processo de elaboração de informações, mas em um processo de (re)construção do próprio real. (Koch, 2005, p. 34)

No fluxo textual, a progressão referencial é fundamental para gerar sentido e coerência; assim, objetos-de-discurso podem ser construídos textualmente de forma não ancorada ou ancorada. Em geral, no primeiro caso, ocorre a inscrição de referentes novos; no segundo, pode haver retomada referencial ou remissão referencial, na medida em que se enuncia um referente novo baseado no conhecimento enciclopédico acerca de um objeto-de-discurso anterior. A esse processo de inserção de referentes ancorados na progressão textual chamamos de anaforização (cf. KOCH, 2014; MARCUSCHI, 2003).

Destacamos, aqui, dois tipos de anáfora: a direta e a indireta. A anáfora direta é correferencial à sua âncora textual, isto é, consiste em um processo de reativação/reconstrução de objetos do discurso previamente ativados (KOCH, 2014). Através de elementos linguísticos específicos, como artigos definidos e pronomes demonstrativos, o produtor do texto sinaliza ao consumidor que deve manter o foco voltado à entidade previamente construída.

Por outro lado, anáforas associativas/indiretas não são correferenciais à âncora textual; trata-se de referentes novos que são inseridos, em geral, por descrições definidas por já poderem ser, de alguma forma, previstos e inferidos com base no conhecimento enciclopédico. Marcuschi (2003) afirma que esse tipo de construção referencial contribui significativamente para a continuidade tópica, isto é, auxilia no processo de expansão e de movimentação daquilo que é dito.

De acordo com Fairclough (1997), a luta pela hegemonia está em constante dinâmica, uma vez que os diversos discursos que circulam na sociedade estão sempre em disputa. Quando observamos a maneira pela qual os processos de referenciação são constituídos ao longo de um texto, podemos depreender diversos posicionamentos axiológicos e filiações discursivas que mantêm, transformam, combatem ou modificam determinadas hegemonias discursivas.

2 Processos linguísticos e discursivos na reportagem

A partir da leitura da reportagem⁴, temos a descrição de diversas características que estruturam a representação de Marcela Temer em suas atividades cotidianas. Nesse sentido, como já evidenciado no próprio título da reportagem, podemos tomar “Marcela Temer” como um dos objetos-de-discurso constituído pela autora.

No título, temos a apresentação do referente “Marcela”, inicialmente introduzido por ativação, que é retomado ao longo dos parágrafos de modo a garantir que o Tópico Discursivo – neste caso, Marcela – seja mantido. A referenciação construída textualmente se dá por meio de anáforas diretas, como o uso do pronome pessoal *ela* e suas elipses (“*Ela se refez do sobressalto, mas Ø não se resignou*”; “*ela deixava os seguranças do lado de fora*”; “*ela apareceu em público pouquíssimas vezes*”, etc.), ou pela retomada do referente “Marcela” (15 vezes no total). Há duas exceções: no subtítulo, ocorre uma anáfora direta recategorizante que a constrói como “a quase primeira-dama” e, no primeiro parágrafo, a anáfora direta realizada por nome próprio “Mar”, um pseudônimo utilizado para gerar efeito de intimidade.

Outro referente constantemente desenvolvido ao longo da reportagem é o do então vice-presidente Michel Temer. Este objeto-do-discurso existe para justificar aquele que seria o referente principal, Marcela, uma vez que o texto parece constituir-se em uma apresentação dos atributos de sua esposa ao país, através dos leitores da revista. Quando observamos os elementos nominais que referenciam Temer, observamos um processo mais plural de recategorização; ao longo da reportagem, Temer é referenciado como “Mi”, “marido”, “vice-presidente” e “vice”.

Observamos outros dois referentes que também colaboram para a construção da figura de Marcela: seu filho “Michelzinho” e sua afiliação ao “Mar e Mi”. O primeiro é constantemente retomado de forma análoga a Marcela, isto é, por uma anáfora direta não recategorizante, enquanto o segundo é agregado anaforicamente como casal.

Tais escolhas lexicais para construir as entidades no ato da referenciação, não podem ser tomadas como simples fruto do acaso, mera coincidência ou mesmo alheias dos posicionamentos ideológicos da autora e do suporte – neste caso, a revista – que a sustenta. Koch (2005, p. 34) afirma que

Os objetos-de-discurso não se confundem com a própria realidade extralinguística, mas (re)constróem-na no próprio processo de interação: a realidade é construída, mantida e alterada não apenas pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele.

Diante disso, o texto em questão nos apresenta certos posicionamentos axiológicos e ideológicos, assim como filiações discursivas às quais acena. Portanto, quando observamos um objeto-de-discurso que passa por um processo de referenciação em que a recategorização é praticamente nula, tal qual Marcela,

⁴ Vide anexo 1.

podemos afirmar que isso corrobora para a representação social de mulher ideal – aquela condicionada e subordinada a um ideal de homem – visada pela revista.

Ao passo que Marcela tem sua imagem instanciada de maneira opaca, Michel Temer sofre um processo diferente, pois a ele é atribuído outras categorias que o compõem enquanto objeto-de-discurso. Isso nos permite dizer que, embora o texto seja sobre Marcela, ele é orientado a promover a imagem de Michel Temer. Como já citamos, a publicação surge em um momento histórico muito relevante na história do Brasil, às vésperas da votação que aprofundaria o processo de *Impeachment* da presidenta Dilma. Dentro desta perspectiva, há uma tentativa de promover o futuro presidente enquanto um homem competente e que provém e se preocupa com a família.

O cenário político do país na época é relevante por conta da instabilidade institucional em que se encontrava o Brasil: grande parte da sociedade estava insatisfeita com o Governo Dilma Rousseff, logo, um grande setor da imprensa de massas e da burguesia empresarial canalizou esse sentimento em uma campanha *pró-impeachment*, que culminaria na destituição da Chefe de Estado. Como Michel Temer não era (nem viria a ser⁵) uma solução consolidada e consensual para acalmar a efervescência política da época, muitas foram as tentativas de construir a imagem de um estadista que justificasse a retirada de Rousseff do poder, tal qual o texto em análise, que já prenuncia, inclusive – ainda que fosse, na época, incerta a consumação do afastamento definitivo da presidenta –, a substituição da petista pelo emedebista no cargo, verificável pela instanciação do operador **quase** em “a **quase**⁶ primeira-dama”, marcando um fluxo do ator social rumo à categoria de primeira-dama, como se faltasse pouco para que Marcela pudesse exercer tal função e, por conseguinte, que Temer se tornasse presidente.

A revista *Veja* é conhecida por ser abertamente contrária ao programa ideológico dos governos “petistas”, dos quais Rousseff fazia parte. Assim, a revista parece ter por objetivo preparar o leitor para a ascensão de um novo presidente que, embora fosse o vice eleito em conjunto com Dilma, apresentava um programa contrário às políticas públicas vigentes até então. Para dar conta disso, a revista apresenta Marcela como uma muleta de construção da imagem de Temer, no sentido tanto de exaltar suas competências de homem público quanto de contrapô-lo à imagem de mulher pública representada por Dilma.

De acordo com Fairclough (2003), o discurso enquanto representação consiste em um processo sociosemiótico de construção de práticas, baseado em dadas perspetivações, legitimadas por imaginários, acerca de pessoas, acontecimentos, valores, etc. Assim, considerando a coerção das estruturas sociais – a saber, aqui, o papel social histórico da mulher no Brasil –, o modo de construção da reportagem, em especial, no que tange sua dimensão referencial e léxico-gramatical, tensiona duas discursividades: por um lado, a

⁵ Cf. pesquisa do Instituto Ipsos, publicada na Infomoney em 25 de julho de 2017 – <https://www.infomoney.com.br/mercados/politica/noticia/6822170/rejeicao-michel-temer-chega-mostra-pesquisa> – e pesquisa do Datafolha, publicada na *Veja*, em 17 de abril de 2018 – <https://veja.abril.com.br/politica/michel-temer-e-rejeitado-por-70-dos-brasileiros-aponta-datafolha/>

⁶ Grifo nosso

visão hegemônica patriarcal que ratifica a passividade feminina e a agência masculina na esfera pública e que se contrapõe a conquistas de igualdade de gêneros já calcadas no seio da sociedade; por outro, a visão contra-hegemônica feminista, que luta contra a manutenção desse *status quo*.. Por conta disso, apesar de se tratar de uma reportagem que aparentemente visa à exaltação da figura de Michel Temer, acaba encontrando uma resistência constituída por outra prática social histórica.

2.1 A Representação da Mulher

Como já apontamos, a publicação da revista tem como objetivo constituir positivamente a imagem de Michel Temer e, para isso, utiliza-se da projeção de sua figura na imagem de Marcela, representando, especificamente, três aspectos que se interligam e correspondem a um ideal patriarcal de mulher: o recato, a domesticidade e a beleza.

A representação de recato tomada pela publicação é constituída a partir do fato de Michel Temer ter sido o primeiro namorado de Marcela, 43 anos mais jovem que o marido: “Norma Tedeschi acompanhou a filha adolescente em seu primeiro encontro com Temer”. Essa representação de Marcela direciona ao tema da virgindade, já que, além de ter sido o primeiro namoro, a relação com Temer aparentemente foi acompanhada de perto por familiares, no caso, a mãe. Nesse sentido de valorização da vida sexual, também temos a elevação de uma mulher exclusiva de um só homem, seu marido.

Outra questão abordada pela reportagem que também remete ao universo do recato é a relação do vestuário de Marcela. Segundo o depoimento da irmã, Marcela “gosta de vestidos até os joelhos e cores claras”, assim como, segundo seu cabeleireiro, “pedia luzes bem fininhas e era educadíssima”. A relação estética está ligada desde o fato de Marcela preferir não chamar atenção – contendo a vida sexual e minando qualquer sexualidade possível, o que é representado pelo tamanho do vestido escolhido – até o comportamento discreto, marcado pela cor da roupa, tons claros e não chamativos, além da espessura das luzes em seu cabelo. Isso implica, de certa maneira, que a mulher recatada deve ter menor destaque no espaço público, já que extravagâncias estéticas poderiam colocá-la em uma posição de pouco respeito frente à posição que ocupa.

Temos, portanto, duas noções ligadas à contenção sexual de Marcela como ponto de elevação pela revista: a virgindade propriamente dita, relacionada com a ideia de mulher exclusiva a um só homem, e a indumentária condizente com uma mulher “de respeito”.

Além disso, o recato também pode estar associado à sua vida pública, na medida em que “em todos esses anos de atuação política do marido, ela apareceu em público pouquíssimas vezes”. Também relacionada com a outra característica apontada no texto, “do lar”, a não aparição em público remonta a uma mulher comedida e respeitosa aos cargos que seu marido possui. Em outras palavras, de acordo com a

revista, Marcela é recatada por não querer ofuscar o homem, seu companheiro, é uma mulher que sabe seu lugar.

A representação de “do Lar” também está atrelada à mulher que não frequenta os espaços públicos, ficando restrita ao espaço da casa. Nesse sentido, temos três grandes características enunciadas no texto: a maternidade, a atuação como dona de casa e a abstenção da vida profissional/institucional.

Do ponto de vista da maternidade, temos “seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola”, “pensou que esperava o segundo filho” e “ainda quer ter uma menininha”. Os três indicadores representam o papel de mãe que se dedica exclusivamente ao seu filho, abdicando de outras tarefas que poderia vir a ter. Isso significa que Marcela é representada como mãe zelosa e resignada a tarefas do lar. Quanto à dona de casa, Marcela é designada pela revista à preferência por hábitos caseiros e atividades privadas, íntimas, como permanecer em casa “quase sempre na companhia da mãe”, “cuidar da casa” e planejar “uns dias de sol e praia só com o filho e o marido”.

Vale ressaltar que a menção à Norma Tedeschi, mãe de Marcela, ajuda a constituir a representação maternal de uma mulher no texto, na medida em que, ao acompanhar a filha adolescente em um encontro com um homem mais velho, ela demonstra cuidado de uma mãe zelosa, presente e preocupada tanto com a integridade da filha quanto com possíveis ataques ao recato.

Essa representação está ligada a outra característica atribuída a Marcela: o abandono da vida profissional/institucional. “Bacharel em direito sem nunca ter exercido a profissão, Marcela comporta em seu curriculum vitae um curto período de trabalho como recepcionista” e “Marcela é uma vice-primeira-dama do lar”. Como a reportagem trata da construção positiva da imagem de Marcela, temos a exaltação do tipo de mulher que não trabalha e é subserviente ao marido – uma possível contraposição à figura de Dilma Rousseff, Chefe de Estado. Além de não exercer a profissão e cuidar da casa e dos filhos, seu papel é constituído a partir dos deveres domésticos e de momentos secundários da família, tal qual a viagem que planejou e, ainda assim, “o vice ligou (...) pegou Marcela, Michelzinho, e todo mundo voltou para casa”, explicitando um papel secundário quanto às decisões tomadas pela família.

Ligando-se à noção de bela, e também diretamente relacionada às outras, há a elevação do fato de Marcela ser 43 anos mais jovem que o marido. Juventude e beleza são dois conceitos que caminham juntos. De acordo com Wolf (1992, p. 17 – grifos da autora), o “envelhecimento da mulher é ‘feio’ porque as mulheres adquirem poder com o passar do tempo” e, enquanto a vice primeira-dama é construída como um troféu de Temer, por outro lado, por ser jovem, tem menos poder que o marido e, por consequência, é subserviente a ele. Temos, então, mais explicitamente outra contraposição a Dilma Rousseff, mulher poderosa e não-jovem.

O texto ainda apresenta a representação do casal por meio de “Mar e Mi”, apelidos carinhosos que supostamente seriam utilizados pelo casal. Além de demonstrar intimidade um com o outro, busca trazer

aspectos de jovialidade para Michel Temer, seja para justificar um relacionamento com uma grande diferença etária ou para afastar a imagem de “Mi” da senilidade.

Embora o conceito de bela possa direcionar a construção de Marcela de maneira antagônica aos outros conceitos-chave, a publicação trata de enunciar que não são contraditórios, utilizando a voz da irmã para completar as duas ideias: “Marcela sempre chamou atenção pela beleza, mas sempre foi recatada”. A conjunção “mas” tanto indica a quebra de expectativa quanto marca a expectativa no plano de fundo, colocando em perspectiva os dois conceitos. Embora, segundo a irmã de Marcela, chamar atenção pela beleza possa ser considerado uma ameaça ou uma quebra ao recato, a vice primeira-dama tem uma atitude que não promove exposição sexual ou apagamento do homem, ela é recatada, ainda que bela. Deste modo, Marcela é uma exceção à aplicação dessa regra, o que contribui para a construção de um teor ainda mais “extraordinário” da vice-primeira-dama.

Outro ponto relacionado à construção da beleza de Marcela foi o fato de possuir “dois concursos de miss no interior de São Paulo (representando Campinas e Paulínia, esta sua cidade natal). Em ambos, ficou em segundo lugar”. Ter uma posição de destaque em um concurso de beleza ajuda a construir a imagem de bela de Marcela, no entanto, como esta afirmação também pode fragilizar as outras concepções de mulher subserviente e recatada, logo em seguida a publicação trata de enunciar suas qualidades enquanto mulher que abriu mão da vida pública: “Marcela é uma vice-primeira-dama do lar”.

Por fim, também a representação de bela é constituída a partir da questão estética de Marcela: “nas últimas três semanas, foi duas vezes à dermatologista tratar da pele” e “Por algum tempo, frequentou o salão de beleza do cabeleireiro Marco Antonio de Biaggi, famoso pela clientela estrelada”. Temos a representação de mulher que cuida da aparência estética de modo a manter sua beleza como um dos primeiros planos de sua constituição. Ademais, chama a atenção a referência que a publicação faz à sua mãe, Norma Tedeschi: “Sacudida, loiríssima de olhos azuis”, remetendo a um padrão de beleza eurocêntrico.

Uma das semioses encontradas na publicação revela imediatamente as noções de Bela e Recatada. A imagem da reportagem, que aparece no início do texto, indica uma mulher jovem e bela, em plano médio, com fundo desfocado, trajando um vestuário com poucas partes do corpo visíveis:

Figura 1. Marcela Temer.



Fonte: <http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>, acesso em 10/02/2017

2.2 Relações Interdiscursivas de “Bela, Recatada e do Lar”

Observados os processos linguístico-discursivos de representação das características femininas em “Bela, Recatada e do Lar”, tendo em vista os três grandes conceitos apresentados pela publicação, pudemos depreender que todos os três possuem uma relação mútua entre si na conformação da imagem de Marcela Temer.

Em primeiro lugar, a imagem construída pelo texto é de uma mulher não protagonista das relações a que está sujeita. Embora seja “o braço virtual do vice”, mantendo-o informado sobre as questões discutidas no meio digital, não há indícios no texto de uma participação em primeiro plano de Marcela, nem nas tomadas de decisão de Temer nem na própria relação familiar. Embora tenha características exaltadas pela revista, como a beleza, a proteção da família e a maternidade, Marcela constitui um papel de mulher dirigida pelo marido. A incidência significativa de Processos Mentais, a ausência de voz e o papel social passivo que debatemos outrora também denunciam a constituição de uma mulher silenciada.

O tipo de mulher exaltado pela publicação é o de subserviente ao marido: o abandono da profissão e seus deveres que giram em torno de tarefas domésticas implicam a constituição de uma mulher sustentada financeiramente pelo homem e dependente de suas realizações.

Marcela possui sua identidade construída a partir do papel definido pelo homem: “Marcela é uma vice-primeira-dama do lar”. Temos, portanto, que a abnegação do sujeito constituído publicamente a torna um acessório, um penduricalho no que diz respeito ao papel social ocupado pelo vice-presidente. Isso pode ser observado, inclusive, no próprio modo como Marcela (não) é (re)categorizada ao longo do texto.

Por outro lado, Marcela Temer é representada como uma mulher romântica, apaixonada e dedicada ao marido. Há um diálogo interdiscursivo com uma possível interpretação recorrente em nossa sociedade: mulheres muito mais jovens interessam-se por homens mais velhos apenas por dinheiro e eles, por sua vez, utilizam-nas apenas como troféus, levando a crer que o casamento pudesse não ser feliz tal qual concebido socialmente. Desta forma, a publicação descreve um jantar romântico vivido pelo casal no restaurante “Antiquarius”, conhecido pelo público diferenciado e pelo valor elevado de seu cardápio, afirmando que “a paixão não arrefeceu com o tempo nem com a convulsão política que vive o país”. A referência aos dois como “Mar” e “Mi” também procura criar e evidenciar uma relação de intimidade entre os dois para com a família, deixando de lado qualquer possibilidade de interpretação de um casamento por interesse ou pouco feliz.

O texto apresenta-nos uma comparação imediata, feita pelo cabeleireiro, entre Marcela Temer e Grace Kelly, evidenciando os três pontos que a revista tenta constituir em seu texto. Grace Kelly foi uma atriz estadunidense, nos anos 1950, vencedora de um Oscar de melhor atriz e considerada uma das mais belas atrizes de todos os tempos. Chama atenção o fato de ter se casado com um monarca, Rainer III, príncipe soberano de Mônaco, passando a ser conhecida como Princesa Grace de Mônaco e abdicando de sua carreira

como atriz. Quanto a isso, permitimo-nos trazer à discussão o aspecto de construção de mulheres que, assim como Marcela, projetam seus companheiros chefes de governo.

Esta comparação imediata com Grace também resume o que se espera de Marcela, que tenha uma vida pública contida, que seja bela e subserviente ao marido. Esta forma de concepção da mulher secundarizada é recorrente em nossa sociedade por meio de um discurso hegemônico e patriarcal. Embora a cada dia mulheres ganhem mais força e empoderamento simbólico e material, mulheres estão sujeitas a salários inferiores aos dos homens⁷ e possuem participação política reduzida⁸. O próprio Michel Temer, inclusive, ao assumir a presidência depois do *impeachment* de Dilma Rousseff, gerou comoção social ao escolher uma composição ministerial formada apenas por homens, escancarando a desigualdade de gênero que há no país.

A construção de Marcela nestes marcos também coloca a mulher como um tipo de troféu ao marido que ocupa o cargo público. Ao representar Marcela como um acessório à vida pública e particular de Temer, engrandece-se o homem público ao possuir uma mulher bela e jovem ao seu lado, tal qual a referida Grace Kelly, assim como outras figuras históricas, como Evita Perón (embora esta possuísse papel mais relevante na vida pública de Juan Domingo Perón) e, mais recentemente, Melania Trump.

Não podemos desconsiderar, como já debatemos anteriormente, o contexto sócio-político em que vivia o país na época da reportagem. Publicada dias antes da votação que impediria a então presidenta Dilma Rousseff, o órgão que publicou o texto (Revista Veja) foi um notório veículo de oposição aos governos do Partido dos Trabalhadores. O Brasil daquela época vivia um enorme conflito sobre o impedimento, dividindo-se entre os que eram favoráveis e os que eram contrários.

Dilma Rousseff, impedida de governar no âmbito de uma polêmica acerca da consistência ou não da atribuição de crime de responsabilidade, sofria, por parte da imprensa e de setores conservadores da sociedade, críticas tanto no plano econômico e político quanto no plano pessoal e ideológico. Guerrilheira na época da Ditadura Militar, ficou três anos presa e foi torturada durante sua permanência no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) – órgão brasileiro criado em 1924, cuja função era assegurar a ordem militar no Brasil. Surgiu no cenário político brasileiro como Ministra-Chefe da Casa Civil, durante o governo Lula, e foi a primeira mulher eleita presidenta do Brasil em 2010.

Alvo de chacotas na *internet*, por ser uma mulher idosa, obesa e divorciada, Dilma Rousseff não parece corresponder ao tipo de mulher que a publicação sobre Marcela Temer idealiza. Embora não fosse jovem tampouco bela (assim nunca foi designada pela imprensa), Dilma ocupava o cargo político mais importante do país, portanto não possuía uma vida pública discreta. O fato de ser divorciada, colocava ainda sua

⁷ De acordo com o Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) 2014, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a renda média dos homens no Brasil é de R\$1987, enquanto das mulheres é de R\$1480.

Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/> acesso em: 10/04/2017.

⁸ 9% da Câmara dos Deputados e 10% do Senado, conforme Portal Brasil. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/mulheres-na-politica> acesso em 10/04/2017.

sexualidade em constante debate público, no sentido de apontá-la para uma orientação dúbia e de falhar no cumprimento da expectativa social de ter de “segurar” o marido. A partir do momento em que a publicação exaltando Marcela Temer ganha destaque, dado o contexto político e histórico da época, imediatamente se constitui uma comparação relativa a esses dois tipos de mulher. Se antes a mulher ocupava o espaço público, a boa mulher retratada pela revista é exatamente o oposto: contida sexualmente, discreta e bela, uma sombra do marido que, este sim, ocupa a função pública.

A sociedade patriarcal em que estamos inseridos corrobora com esse tipo de visão ainda em muitas esferas. Exemplos culturais – como a música de Mário Lago, “Amélia” – demonstram um enraizamento da concepção de mulher como a que a revista propõe, confirmando ainda existir força social para justificar o texto publicado. Esta forma de naturalização do papel social da mulher como ligada à maternidade e ao espaço privado é historicamente investido e condicionado na sociedade de classes, tornando-se o caminho mais fácil para legitimar a superioridade dos homens em relação às mulheres (SAFFIOTI, 2001[1987]). Isso significa que a revista não apenas coloca em tensão dois tipos de mulheres, mas também se aproveita de um argumento histórico que, dentre outras coisas, prejudicava a popularidade de Dilma na época.

A representação de Marcela respalda a construção de Temer como um homem capaz de assumir a presidência da república, processo que parece atingir o ápice quando observamos a contraposição entre o primeiro e o último enunciado do texto, a saber, respectivamente: “Marcela Temer é uma mulher de sorte” e “Michel Temer é um homem de sorte”.

Marcela tem a sorte de, resumidamente, ter à disposição, de acordo com o imaginário social, o sonho de toda mulher: ser sustentada pelo marido e se preocupar apenas com questões estéticas e maternas. Tal projeção da “sorte” de Marcela, ser amparada por um homem de características protetoras, atribui a Temer o papel de um homem que dá o suporte necessário para uma vida melhor e mais harmônica, como um paralelo a um governante que irá resolver os problemas de um país em conflito. Nesse sentido, um homem de sorte é aquele que tem uma mulher para cuidar da vida privada, deixando a “coisa pública” nas mãos de quem deve ater-se a ela: o próprio homem.

Considerações finais

Este artigo apresentou uma análise da representação de Mulher feita pela reportagem da revista Veja. Como resultado, observamos que tais representações são baseadas em pontos de vista ideológicos tidos como hegemônicos. Da mesma forma, também pudemos verificar que tais representações, inseridas na corroboração de um discurso hegemônico, não podem ser tomadas de modo isolado. No caso da reportagem em questão, há uma tentativa contundente de justificar um processo político que destituiria uma mulher de um cargo público, através da valorização da imagem daquele que a sucederia.

Nessa perspectiva, tomar isoladamente um acontecimento linguístico ou uma prática discursiva pode mostrar-se insuficiente em uma discussão mais ampla: é preciso levar em conta diversos processos sociais e históricos para que não se percam pontos fundamentais na construção ideológica de um texto. Por outro lado, para que seja possível verificar como a tentativa de construir e/ou combater hegemonias do discurso, é necessário verificar, também, outros pontos do discurso que se desdobram a partir de textos como esta reportagem. Em outras palavras, para que tais hegemonias possam ser melhor apreciadas, devemos levar em consideração outros pontos da rede de textos em que se encontram, isto é, os textos a quem respondem, as repostas que surgem a partir dela, a avaliação feita por quem leu, etc.

Assim, este artigo contribui como um método de análise entre elementos da Linguística Textual e dos Estudos Críticos do Discurso, permitindo que se avance na análise deste discurso através de outros modos de agir (gêneros), para que seja possível verificar os tensionamentos construídos entre os diversos discursos de resistência que se pretendem hegemônicos.

Referências

- CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in Late Modernity**: Rethink Critical Discourse Analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, Norman. Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, E. R. (org.). **Análise Crítica do Discurso**: Uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminho, 1997, p. 77-104.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power**. New York: Longman, 1989.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Critical Discourse Analysis**: The Critical Study of Language: 2th ed. Harlow: Longman, 2010 [1995].
- FAIRCLOUGH, Norman. Análise Crítica do Discurso como Método em Pesquisa Social Científica. In: **Linha D'água. Revistas USP**. Trad. Iran Ferreira, 2012.
- KOCH, Ingedore. **As tramas do texto**. São Paulo: Contexto, 2014
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, Ingedore; MORATO, Edwiges; BENTES, Anna Christina (org.) **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, pp. 33-52.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. Atividades de referenciação, inferenciação e categorização na produção de sentido. In: FELTES, Heloísa Pedrosa de Moraes (org.). **Produção de sentido**: estudos transdisciplinares. São Paulo: Annablume; Porto Alegre: Nova Prova; Caxias do Sul: EducS, 2003.
- MONDADA, Lorenza. Gestion du topic et organization de la conversation. **Cadernos de Estudos Lingüísticos** 41, Campinas, IEL/UNICAMP, pp. 7-36, 2001.
- SAFFIOTTI, Heleieth, I.B. **O Poder do Macho**. Editora Moderna: São Paulo, 1987
- WOLF, Naomi. **O mito da beleza**: como as imagens da beleza são usadas contra as mulheres. Trad. Waldea Barcelos. Rocco: Rio de Janeiro, 1992

Como citar este capítulo:

KOBAYASHI, Sergio Mikio. A Representação de Mulher em “Marcela Temer: Bela, Recatada e ‘do Lar’”. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PEDRO, Adriana Moreira; OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de; SILVA, Alexandra Marques; SOUZA, Douglas Rabelo; BRITTO-COSTA, Letícia Fernandes de; KOBAYASHI, Sergio Mikio. **Discurso e identidade**: múltiplos enfoques. São Paulo: FFLCH, 2018, p. 188-200. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/9788575063361>

Anexos

Anexo I – Marcela Temer: Bela, Recatada e ‘do lar’

“Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”⁹

A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice

Por Juliana Linhares

18 abr 2016, 19:14

Marcela Temer é uma mulher de sorte. Michel Temer, seu marido há treze anos, continua a lhe dar provas de que a paixão não arrefeceu com o tempo nem com a convulsão política que vive o país – e em cujo epicentro ele mesmo se encontra. Há cerca de oito meses, por exemplo, o vice-presidente, de 75 anos, levou Marcela, de 32, para jantar na sala especial do sofisticado, caro e badalado restaurante Antiquarius, em São Paulo. Blindada nas paredes, no teto e no chão para ser à prova de som e garantir os segredos dos muitos políticos que costumam reunir-se no local, a sala tem capacidade para acomodar trinta pessoas, mas foi esvaziada para receber apenas “Mar” e “Mi”, como são chamados em família. Lá, protegido por quatro seguranças (um na cozinha, um no toailete, um na entrada da sala e outro no salão principal do restaurante), o casal desfrutou algumas horas de jantar romântico sob um céu estrelado, graças ao teto retrátil do ambiente. Marcela se casou com Temer quando tinha 20 anos. O vice, então com 62, estava no quinto mandato como deputado federal e foi seu primeiro namorado.

Michelzinho, de 7 anos, cabelo tigelinha e uma bela janela no lugar que abrigará seus incisivos centrais, é o único filho do casal (Temer tem outros quatro de relacionamentos anteriores). No fim do ano passado, Marcela pensou que esperava o segundo filho, mas foi um alarme falso. “No final, eles acharam que não teria sido mesmo um bom momento para ela engravidar, dada a confusão no país”, conta tia Nina, irmã da mãe de Marcela. Ela se refez do sobressalto, mas não se resignou – ainda quer ter uma menininha. No Carnaval, Marcela planejou uns dias de sol e praia só com o marido e o filho e foi para a Riviera de São Lourenço, no Litoral Norte de São Paulo. Temer iria depois, mas, nos dias seguintes, o plano foi a pique: o vice ligou, dizendo que estava receoso de expor a família, devido aos ânimos acirrados no país. Pegou Marcela, Michelzinho, e todo mundo voltou para casa.

Bacharel em direito sem nunca ter exercido a profissão, Marcela comporta em seu curriculum vitae um curto período de trabalho como recepcionista e dois concursos de miss no interior de São Paulo (representando Campinas e Paulínia, esta sua cidade natal). Em ambos, ficou em segundo lugar. Marcela é uma vice-primeira-dama do lar. Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela mesma também (nas últimas três semanas, foi duas vezes à dermatologista tratar da pele).

Por algum tempo, frequentou o salão de beleza do cabeleireiro Marco Antonio de Biaggi, famoso pela clientela estrelada. Pedia luzes bem fininhas e era “educadíssima”, lembra o cabeleireiro. “Assim como faz a Athina Onassis quando vem ao meu salão, ela deixava os seguranças do lado de fora”, informa Biaggi. Na opinião do cabeleireiro, Marcela “tem tudo para se tornar a nossa Grace Kelly”. Para isso, falta só “deixar o cabelo preso”. Em todos esses anos de atuação política do marido, ela apareceu em público pouquíssimas vezes. “Marcela sempre chamou atenção pela beleza, mas sempre foi recatada”, diz sua irmã mais nova, Fernanda Tedeschi. “Ela gosta de vestidos até os joelhos e cores claras”, conta a estilista Martha Medeiros.

Marcela é o braço digital do vice. Está constantemente de olho nas redes sociais e mantém o marido informado sobre a temperatura ambiente. Um fica longe do outro a maior parte da semana, uma vez que Temer mora de segunda a quinta-feira no Palácio do Jaburu, em Brasília, e Marcela permanece em São Paulo, quase sempre na companhia da mãe. Sacudida, loiríssima e de olhos azuis, Norma Tedeschi acompanhou a filha adolescente em seu primeiro encontro com Temer. Amigos do vice contam que, ao fim de um dia extenuante de trabalho, é comum vê-lo tomar um vinho, fumar um charuto e “mergulhar num outro mundo” – o que ocorre, por exemplo, quando telefona para Marcela ou assiste a vídeos de Michelzinho, que ela manda pelo celular. Três anos atrás, Temer lançou o livro de poemas intitulado Anônima Intimidade. Um deles, na página 135, diz: “De vermelho / Flamejante / Labaredas de fogo / Olhos brilhantes / Que sorriem / Com lábios rubros / Incêndios / Tomam conta de mim / Minha mente / Minha alma / Tudo meu / Em brasas / Meu corpo / Incendiado / Consumido / Dissolvido / Finalmente / Restam cinzas / Que espalho na cama / Para dormir”.

Michel Temer é um homem de sorte.”

⁹ Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>

A interação no Twitter: Representação dos Atores Sociais, Avaliatividade e sua relação com práticas discursivas acerca do espaço público

Douglas Lopes de MELO¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar, na rede social Twitter, interações que tomam como base um enunciado de autoria do prefeito paulistano João Dória Júnior, datado de 21 de maio de 2017, tematizado a partir do tópico da Cracolândia. Com base na Análise Crítica do Discurso (ACD), do instrumental metodológico da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014 [1985]; MARTIN e WHITE, 2005) e de discussões de caráter sociológico pertinentes ao espaço público (HABERMAS, 2011 [1990/1962]) e programáticas, ao longo dos últimos anos, acerca dos estudos de gêneros do discurso em suportes virtuais (MARCUSCHI, 2004; DIOGUARDI, 2014), os apontamentos aqui tecidos convergem para questões pertinentes à relação entre Representação e Atitude, sua valoração e significação acerca do mundo, através dos participantes envolvidos.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso; Linguística Sistêmico-Funcional; Twitter; Atores Sociais: Representação; Avaliatividade.

Introdução

Após o início do terceiro milênio, as Comunicações Mediadas por Dispositivos (CMDs) proporcionaram o potencial de alcance público das pessoas, com suas mais diferentes experiências de vida e vivências, dentro da Internet. Esta rede mundial, até a década de 1990, era restrita, do ponto de vista de conhecimento instrumentalizado de tecnologia e de suporte financeiro à sua manutenção telecomunicacional, a poucas pessoas dotadas destas condições e a empresas solidificadas no ramo da tecnologia informacional. Dois fenômenos foram fundamentais para a mudança desse cenário:

- o advento, o barateamento e a difusão dos telefones celulares, mais precisamente, os smartphones, dos PCs portáteis, das redes sem fio *Wireless* e móveis, substancialmente a partir do 3G, do ponto de vista dos *hardwares*; e
- a iniciativa diversa de programadores e desenvolvedores para aplicativos e ambientes virtuais, com as mais diversas finalidades, do ponto de vista dos *softwares*.

Dado esse quadro, pessoas com o mínimo de familiaridade com dispositivos informáticos podem se inscrever em diversas atividades em rede, com amplas possibilidades de estabelecerem novos laços afetivos, sociais ou profissionais, ou reforçarem os já existentes na vida fora da internet e obterem informações advindas do mundo todo, sem a necessidade de que estas sejam transmitidas pelos tradicionais meios de difusão, como a imprensa, o rádio e a televisão. Em suma: este é o quadro, o qual se costuma denominar “Web 2.0”. O termo foi idealizado por Tim O’Riley, em 2004, na MediaLive International, conferência à qual

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr Paulo Roberto Gonçalves-Segundo. Bolsista CNPq. E-mail: douglas.melo@usp.br

[...] se destacou como principal tema de discussão a atual evolução da web, que ao contrário de ter ficado enfraquecida depois do colapso das empresas ponto-com em 2001, a mesma estava mais relevante do que nunca devido ao surgimento de novas tecnologias de aplicações e linguagens de programação refletidas em web sites tais como o Google, YouTube, Wikipedia, Flickr, MySpace, entre outros tantos, os quais apresentavam como principal novidade a interatividade dos usuários com os portais web e a colaboração entre os mesmos, por meio de troca de informações, que possibilitavam em última instância a geração de novos conteúdos e conhecimentos (VALDEZ MONTALVÁN, 2010, p. 81).

Neste quadro de práticas sociais de caráter colaborativo em rede acima descrito, os estudos da Linguagem (como os Estudos de Gênero, as Análises do Discurso e as Teorias da Argumentação) e da Ciência da Comunicação veem-se na necessidade de estabelecer pesquisas acerca dos fenômenos que envolvem as diversas pessoas e instituições nas práticas discursivas em redes sociais na internet. Seus ensejos, suas necessidades e suas aspirações tornam-se fatores fundamentais para a construção da opinião pública e da representação social atribuída aos mais diversos segmentos sociais – se nos pautarmos apenas nas discussões e debates em rede que dizem respeito à esfera sociopolítica. Em outras áreas, como o entretenimento, a ciência, a cultura e os esportes, fenômenos análogos também podem ser observados. Contudo, apesar de as práticas sociais em rede já datarem, de forma expressiva, pouco mais de vinte anos, somente em tempos mais recentes os estudos citados têm construído modelos metodológicos e de análise que procuram dar conta dos fenômenos com alguma estabilidade, já que, em termos práticos, situações diversas mudam o comportamento social em face de uma questão de ordem pública, exigindo aportes teóricos capazes de compreendê-los com a devida importância.

O presente artigo toma, nesse cenário de estudos da Linguagem sobre práticas em rede, o uso do Twitter, ambiente virtual idealizado por Jack Doersey, no início da década de 1990, mas viabilizado em meados da década seguinte, cuja característica estrutural mais evidente – e por ela conhecida mundialmente – é a restrição do usuário, uma vez inscrito no ambiente, a comunicar-se com os demais por meio de mensagens com, no máximo, cento e quarenta toques.

Dentre as inúmeras possibilidades de recorte nesse ambiente, elegemos um enunciado – doravante denominado *tweet* – do prefeito da capital paulistana, em gestão iniciada no ano de 2017, João Dória Júnior (em seu perfil @jdoriajr²), os demais participantes interagem com este e com sua publicação no ambiente. O foco do trabalho, aqui desenvolvido, pauta-se justamente em observar como se dá essa interação entre os interlocutores que, em linhas gerais, tensionam-se entre asseverar o ato enunciado, ou criticá-lo, dado os participantes envolvidos, no Twitter e fora dele. A ação oficial do poder público, à qual os *tweets* fazem referência e que se pode recuperar pelo contexto, diz respeito à intervenção da força policial na região central da cidade de São Paulo, com o fim de demover, compulsoriamente, pessoas em situação de vulnerabilidade social e tóxico-dependentes, bem como buscar minar zonas de comércio de crack. A região, historicamente, foi batizada de Cracolândia, termo utilizado nas buscas do Twitter para o qual, além de ser

² Acessível publicamente em <http://twitter.com/jdoriajr> (informação atualizada em 25 de setembro de 2017).

possível resgatar esta e outras interações posteriores, também visibilizou o assunto em outras mídias – online e as já tradicionalmente estabelecidas.

Do ponto de vista da discussão teórica e de caráter dos Estudos Sociais, elencam-se, sucintamente, apontamentos pertinentes ao Espaço Público, propostos por Habermas (2011 [1990/1962]), e os que versam acerca da Filosofia do Reconhecimento, de Taylor (2000 [1995]) e Miège (1999), como um aporte inicial para compreender questões acerca da inscrição das pessoas em assuntos de caráter público, tais como o suscitado pelo recorte. A discussão teórica que diz respeito à área de Linguagens, aqui assumida, aborda a questão programática dos estudos de gêneros em suporte virtual, levantada por Marcuschi (2004) e, para estudos análogos no mesmo ambiente virtual, inferências levantadas por Dioguardi (2014) que versam sobre a constituição do *tweet* como gênero e algumas características funcionais deste, necessárias para compreender a interação no Twitter.

Do ponto de vista da metodologia aplicada e em consonância com a Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2003; VAN DIJK, 2016), a partir da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), recorreremos a estudos de Van Leeuwen (1997), no tocante à tipologia da representação dos atores sociais, como procedimento que versa, sob o ponto de vista da linguagem, sobre a referenciação dada às mais diversas pessoas, grupos e instituições inscritas na enunciação; à questão da Avaliatividade, estudada por Martin e White (2005), e como este fenômeno possibilita depreender, a partir dos *tweets* dos interlocutores, posicionamentos favoráveis ou desfavoráveis em relação ao ato circunscrito ao tópico da Cracolândia.

A seguir, será promovida a análise de uma amostra dos dados, que representa, qualitativamente, algumas das estratégias discursivas dos participantes, observáveis no *corpus*, e como estes fornecem pistas acerca das políticas públicas e sua apreciação pela sociedade civil.

1 Discussões Teóricas e Metodológicas: entre Estudos Linguístico-Discursivos e Estudos Sociais

A seguir, apontar-se-ão alguns dos conceitos que, para este trabalho, são considerados importantes para que se possa entender aspectos vinculados às práticas sociais e discursivas em nossa sociedade contemporânea, que, nas redes sociais da internet, encontram reflexos, bem como sua gênese, nas práticas midiáticas exercidas, sobretudo, no século XX e anteriores. Para tanto, o presente artigo trata de segmentar o aporte teórico em três eixos.

No primeiro momento, a efeito de Estudos Sociais, o conceito de espaço público e sua relação com os meios de comunicação, estudados pela Escola de Frankfurt, mostra-se pertinente para nossas discussões, em especial, os estudos de Jürgen Habermas (2011 [1990/1962]), tomadas as devidas ressalvas ao contexto da

época em que foram produzidos³. De igual modo, as reflexões que Taylor (2000 [1995]) e Miège (1999) desenvolvem a respeito de questões constitutivas dos diversos segmentos da sociedade são úteis para se depreender a relação exercida entre seus membros.

No campo das Linguagens, os apontamentos aqui tecidos a partir de Marcuschi (2004) e que convergem com os estudos de Dioguardi (2014), têm como propósito elencar questões que costumam ser problematizadas no que tange aos estudos discursivos, sobretudo nas práticas em rede, as quais, sendo recentes em relação a outras, constituem desafios a quem busca analisá-las, de acordo com, principalmente, o domínio discursivo pela qual eles se manifestam.

Em seguida, a adoção da proposta programática da Análise Crítica de Discurso (ACD) e do instrumental metodológico da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) fazem-se convenientes, dado que as práticas discursivas em redes sociais, tais como o *Twitter*, refletem o uso da língua enquanto sistema de significação sociodiscursivo, sobretudo ao abordar temáticas de caráter público, como as sociopolíticas. Aqui, temos, intrinsecamente, o estabelecimento de relações de poder, através da maneira pela qual os atores sociais são representados – e representam a si e a outros – por meio das suas escolhas linguísticas.

1.1 Reconhecimento, espaço público, e o papel da internet para os estudos da Linguagem

A questão que envolve, sobretudo, a constituição do espaço público, bem como a dos segmentos da sociedade e a dos atores sociais, nela presentes, remonta, segundo Habermas (2011), à *Ágora* da Grécia Antiga e às deliberações ali obtidas pelos cidadãos da Antiguidade, com respeito a temas da *polis*. Ao longo dos séculos posteriores, o conceito de intervenções acerca do espaço público toma outras configurações, sobretudo nos primórdios da Idade Moderna, com a ascensão burguesa. Central para compreender este espaço configurado é o aspecto que esta esfera pública toma, em sua constituição, a partir de associações de pessoas privadas, que deliberam acerca dos assuntos públicos, e que são alfabetizadas, constituindo um público leitor e, assim, consumidor, o qual fomentava a imprensa (cf. HABERMAS, 2011 [1990/1962], p. 176).

A relação entre imprensa e espaço público dá-se através da questão da opinião pública, definida pelo autor, do ponto de vista historiográfico, como “uma reflexão privada sobre os *public affairs* [assuntos públicos] e a discussão pública sobre eles” (cf. HABERMAS, 2011 [1990/1962], p. 248). Estas reflexão e discussão empregadas partem de determinados grupos, para cuja fixação, manutenção e tradicionalização nas decisões públicas, os meios de comunicação e as literaturas foram cruciais. Trata-se, sobretudo, e em

³ É importante citar que, mesmo para a data de reanálise dos conceitos, a internet ainda tinha alcance majoritário nos contextos de usos militares e acadêmicos, e o uso comercial e civil ainda estava restrito a pouquíssimas pessoas, sobretudo na Europa e Estados Unidos.

ordem cronológica, do jornal e revistas, do rádio e da televisão, bem como os seus impactos crescentes sobre a sociedade como um todo.

Embora não tenha até então vivenciado, neste estudo em específico, a dimensão da internet e dos fluxos informacionais crescentes, aos quais a sociedade, hoje, está submetida, o filósofo antecipa, para a década de 1990, questões como as operadoras de televisão a cabo por assinatura, como uma demanda de segmentos da sociedade por conteúdos específicos e que fujam de uma proposta midiática homogênea. Mesmo assim,

Com uma rede de comunicação mais comercializada e condensada, com o crescimento dos custos de capital e com o aumento da escala organizacional das instituições editoriais, as vias de comunicação foram canalizadas de forma mais rígida e as oportunidades de acesso à comunicação pública ficaram sujeitas a uma pressão seletiva cada vez mais rigorosa. Com isso, surgiu uma nova categoria de influência, a saber, o poder da mídia, que, usado de modo manipulador, privou o princípio da publicidade de sua inocência (HABERMAS, 2011 [1990/1962], pp. 57-58).

Em se tratando de participação por meio da mídia, alguns anos após, com a difusão gradual e crescente da internet, para uso civil e comercial, tenha-se proposto autonomia a seus usuários, páginas de internet, mecanismos e ferramentas de usos diversos ainda tinham como propriedade os grupos comunicacionais de massa, incluindo, aí, os tradicionalmente estabelecidos em outras mídias. Esse conjunto de práticas, ainda com centro de produção de conteúdos voltado aos referidos grupos, é tratado por muitos especialistas sob a égide do termo “Web 1.0”, em contraste com a “Web 2.0”, cenário propício para o advento de ambientes como o Twitter.

Retomando as discussões de caráter sociológico, segue-se a questão da interação entre as diversas camadas da sociedade, a partir de considerações de autoria de Charles Taylor (2000 [1995]). O autor, ao tratar mais especificamente do contexto de inserção social das minorias, ou dos grupos minoritários, busca apontar questões gerais sobre sua constituição identitária, o qual é imprescindível recorrer à questão de se estabelecer, como pertencente a um grupo, em relação a outro:

[...] As pessoas não adquirem as linguagens de que precisam para se autodefinirem por si mesmas. Em vez disso, somos apresentados a essas linguagens por meio da interação com outras pessoas que têm importância para nós – aquilo que G. H. Mead denominava “outros significativos”. A gênese do espírito humano é, nesse sentido, não monológica, não algo que cada pessoa realiza por si mesma, mas dialógica (TAYLOR, 2000 [1995], p. 246).

A alteridade por meio dos outros significativos, acima evocada, encontra eco, tanto dentro daqueles grupos com os quais as pessoas, enquanto Atores Sociais, se identificam, quanto com outros dos quais elas procuram se distanciar. Essa tensão exercida é constitutiva como conceito-chave para se compreender os fenômenos sociais vigentes, os quais, um dos mais importantes, diz respeito ao pertencimento social, ao passo que “viver junto separadamente” configura uma “bolha comunicacional”, onde cada qual, nela presente, se identifica (cf. MIÈGE, 1999, p. 8).

É válido, ainda, como aporte de compreensão do espaço pelo qual o indivíduo realiza seu discurso, sobretudo nas questões de autodefinição e das “bolhas comunicacionais”, recorrer aos estudos de Van Dijk (2016). No que diz respeito à distinção, exercida pelo indivíduo por meio da identificação própria a um grupo e contrastada a um diverso, o autor aponta que:

Esta actitud está basada en una ideología racista más fundamental que polariza **endogrupos** y **exogrupos**, realzando la superioridad o prioridad de endogrupos (étnicos), también en muchos otros ámbitos políticos, y que se materializa en muchas otras actitudes racistas o xenófobas, como la asociación de inmigrantes o minorías con la criminalidad⁴(2016, pp. 141, grifos nossos).

O conceito de endogrupos e exogrupos será fundamental para apontamentos posteriores no que dizem respeito aos aspectos linguísticos que serão analisados.

Sem que seja necessário expandir o quadro geral sociológico anteriormente tecido, é inevitável perceber, sobretudo a partir de Taylor(2000 [1995]), aproximações com os estudos da filosofia da linguagem (VOLOCHÍNOV & BAKHTIN, 2010 [1930]; BAKHTIN, 1997 [1979/1929]), nos quais o conceito de dialogismo é produtivo para compreender o âmbito ideológico exercido pela sociedade através da linguagem⁵. Estes estudos encontram, na internet, um espaço de manifestação sociodiscursiva, sobre o qual vale a pena tecermos considerações acerca de questionamentos em seu empreendimento, no âmbito das Linguagens.

A despeito da importância das próprias práticas discursivas em rede e de influência no atual estado de sociedade, os estudos sobre práticas sociais na internet, até o início do século XXI, mostraram-se, por vezes, hesitantes em se enveredar na sua investigação. Nisso, pauta-se o fato, apontado por Marcuschi em meados da década de 2000, pelo qual

[...] contudo, sequer se consolidaram, esses gêneros eletrônicos já provocaram polêmicas quanto à natureza e proporção de seu impacto na linguagem e na vida social. [...] Em certo sentido, pode-se dizer que, na atual **sociedade da informação**, a Internet é uma espécie de protótipo de novas formas de comportamento comunicativo (2004, p. 13, grifos do autor).

Possivelmente, a difusão dos mais diversos ambientes, gêneros com suporte no virtual e serviços cria a impressão de que certos aspectos a eles atribuídos constituem particularidades, as quais não parecem possíveis abarcar nos estudos pretendidos. O próprio Marcuschi, contudo, nos alerta para o fascínio que a questão do novo aparenta:

A ideia de que cada nova tecnologia, como lembra David Crystal (2001, p. 2), o mundo todo se renova por completo, é uma ilusão que logo desaparece. Novidades até podem acontecer, mas com o tempo percebe-se que não era tão novo aquilo que foi tido como tal.

⁴Esta atitude é baseada em uma ideologia racista mais fundamental, que polariza endogrupos e exogrupos, realçando a superioridade ou prioridade de endogrupos (étnica), também em muitas outras áreas de política, e que se materializa em muitas outras atitudes racistas ou de xenofobia, como a associação de imigrantes ou minorias com a criminalidade (Tradução nossa).

⁵ Dentre as mais diversas possibilidades de elencar Bakhtin em relação à questão língua e identidade, como construção da interação social: "a língua materna — a composição de seu léxico e sua estrutura gramatical —, não a aprendemos nos dicionários e nas gramáticas, nós a adquirimos mediante enunciados concretos que ouvimos e reproduzimos durante a comunicação verbal viva que se efetua com os indivíduos que nos rodeiam". É uma citação que sintetiza a questão que aqui se faz necessária e pela qual o presente artigo assume caráter de assentir (BAKHTIN, 1997 [1979/1929], p. 301).

E, particularmente suas influências não foram tão devastadoras ou tão espetaculares como se imaginava (2004, p. 18).

Desfeitas estas questões, torna-se imprescindível justificar o porquê da importância dos estudos de práticas sociais na internet. Marcuschi esclarece que

[...] três aspectos tornam a análise desses gêneros [em suporte virtual] relevante: (1) seu franco desenvolvimento e um uso cada vez mais generalizado; (2) suas peculiaridades formais e funcionais, não obstante terem eles contrapartes em gêneros prévios; (3) a possibilidade que oferecem de se rever conceitos tradicionais, permitindo repensar nossa relação com a oralidade e a escrita (2004, p. 14).

Estudos posteriores para temas análogos, que procuram coadunar-se com a proposta programática acima apresentada, buscam desde a circunscrição de alguma prática discursiva em rede nos estudos de gêneros a como se dão questões de estratégias de argumentação, posicionamento identitário e ideológico. Destes, o presente artigo aponta para o trabalho de Dioguardi (2014), que se debruça sobre o próprio Twitter, aplicado ao contexto do domínio escolar e como um produto de uma prática escolar de Sequência Didática, ao qual, dentre diversas considerações feitas, algumas para as quais o presente artigo também aponta são cruciais para compreendermos os fenômenos adiante observados. Algumas dessas premissas, abaixo sintetizadas, são:

- A caracterização do Twitter como um auditório universal, o qual cada usuário busca, através de estratégias argumentativas, persuadir e constituir seu auditório particular (2014, p. 21);
- A definição (inter)genérica para o *tweet*, aproximando-o dos (micro)blogs e das redes sociais sem necessidade de reciprocidade relacional, através de *tweets* públicos, e do chat privado através de Mensagens Diretas (2014, p. 32), do chat aberto a partir dos *tweet-respostas* (2014, p. 60), bem como um gênero transmutado⁶ a partir de conversas telefônicas e dos SMSs (2014, p. 34);
- O uso de *hashtags*, prototipicamente como correferencial e constitutivo de uma memória social (2014, p. 116), e extensivo para estratégias de humor e ironia (2014, pp. 129-130, 143); e
- A economia de escrita, proposta pela extensão do *tweet*, reconfigurada pela possibilidade de uso de outras linguagens, como hyperlinks, imagens, vídeos e áudios (2014, p. 146).

A eleição do presente *corpus*, a partir de uma prática social do espaço público, caracteriza, do ponto de vista do ponto de partida e do enfoque pretendido, a saliência de alguns aspectos linguísticos que, em um primeiro momento, impossibilitam uma análise global dos fenômenos de linguagem envolvidos entre os

⁶ Ou seja, de acordo com Marcuschi (2014, p. 14), “tendo contraparte em gêneros prévios”, conforme citação que antecede, à mesma página.

diversos Atores Sociais, por meio de suas representações, neste caso, a partir do Twitter. Feita esta nota, passamos à discussão metodológica que fundamentará a análise e que delimitará o escopo pretendido neste artigo, dadas as inúmeras possibilidades pelas quais o mesmo *corpus* pode, outrora, suscitar em quaisquer estudos.

1.2 Teoria e Categorias de Análise: a ACD, a LSF, Representação de Atores Sociais e Avaliatividade

A Análise Crítica do Discurso (ACD), que o presente trabalho elenca como quadro teórico empregado, é fruto de uma demanda para a compreensão do funcionamento social entre os diversos grupos, através da atividade da linguagem. Fairclough apontara a questão da mudança social, de acordo com acontecimentos sociais ocorridos, sobretudo, a partir de meados do século XX, e que também foram objeto de estudo de outras Ciências Humanas desde então⁷:

CDA is analysis of the dialectical relationships between discourse (including language but also other forms of semiosis, e.g. body language or visual images) and other elements of social practices. Its particular concern is with the radical changes that are taking place in contemporary social life: with how discourse figures within processes of change, and with shifts in the relationship between discourse and more broadly semiosis and other social elements within networks of practices. We cannot take the role of discourse in social practices for granted, it has to be established through analysis. And discourse may be more or less important and salient in one practice or set of practices than in another, and may change in importance over time⁸ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 205s.).

O autor assim conceitua o discurso, objeto principal de análise para este campo de estudos, como pertencente às práticas sociais, exercidas entre os diversos grupos, através de três maneiras:

- A percepção de uma atividade social em uma prática;
- O enquadramento de representações (inclusive das próprias práticas sociais); e
- A apresentação de modos de ser no mundo, através da construção identitária (cf. FAIRCLOUGH, 2003, p. 206).

Assim, o discurso constitui-se como uma forma de participação da esfera pública, pela qual os interlocutores – e os grupos a ele pertencentes – partilham socialmente seus anseios, como veem o mundo e os demais, e como estabelecem seu papel social diante dos demais.

⁷Faz-se pertinente apontar, dentre diversos estudos possíveis de serem citados, o próprio estudo de Habermas, citado neste artigo (cf. 2011 [1990/1962], p. 36) e a nota prefacial de Denilson Luis Werle na mesma edição (cf. p. 31), como apontamentos da necessidade do emprego destes estudos.

⁸A ACD é a análise das relações dialéticas entre o discurso (incluindo a língua, mas também outras formas de semiose, por exemplo, a linguagem corporal ou imagens visuais) e outros elementos das práticas sociais. Sua preocupação particular é com as mudanças radicais que estão ocorrendo na vida social contemporânea: como os discursos figuram dentro dos processos de mudança, e com mudanças na relação entre discursos, e mais amplamente, semioses e outros elementos sociais dentro dessas redes de práticas. Não podemos assumir o papel do discurso nas práticas sociais como prévio, ele tem de ser estabelecido através da análise. E o discurso pode ser mais ou menos importante e saliente em uma prática ou conjunto de práticas do que em outro, e pode mudar de importância ao longo do tempo (Tradução nossa).

O autor também fundamenta que há discursos com maior e menor predominância social, e que a confrontação entre estes torna evidente o aspecto de dominação de determinados grupos sobre outros, constituindo uma luta por hegemonia. Estabelece, deste modo, o que chama de “ordem do discurso”, tal como segue:

Social practices networked in a particular way constitute a social order – for instance, the emergent neo-liberal global order [...], or at a more local level, the social order of (the ‘field’ of) education in a particular society at a particular time. The discourse/semiotic aspect of a social order is what we can call an ‘order of discourse’. It is the way in which diverse genres and discourses and styles are networked together. An order of discourse is a social structuring of semiotic difference – a particular social ordering of relationships amongst different ways of making meaning, i.e. different discourses and genres and styles. One aspect of this ordering is dominance: some ways of making meaning are dominant or mainstream in a particular order of discourse, others are marginal, or oppositional, or ‘alternative’. [...] A particular social structuring of semiotic difference may become hegemonic, become part of the legitimizing common sense which sustains relations of domination, but hegemony will always be contested to a greater or lesser extent, in hegemonic struggle. An order of discourse is not a closed or rigid system, but rather an open system, which is put at risk by what happens in actual interactions⁹. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 206-7).

Este posicionamento, que diz respeito à centralidade e marginalidade dos discursos, é central para a adesão da ACD em nosso trabalho, uma vez que, na internet, a coexistência destes é visível a todos os usuários em rede, a depender do meio de circulação. O conceito de “Web 2.0”, essencialmente, potencializou tal fato, e a popularização de acesso à rede permite que qualquer pessoa inscreva-se em discussões que julguem importantes. A inscrição das pessoas em assuntos que tangem à esfera pública, e os papéis exercidos por elas através de suas manifestações discursivas, neste quadro teórico, é abordado através do conceito de representação do Ator Social.

Este conceito é central, no tocante aos participantes do discurso, considerando que por Ator Social se compreende o indivíduo parcialmente estruturado pelas práticas discursivo-sociais, mais ou menos consciente do papel que nela desempenha e de como, a partir da inscrição e distinção das diversas instituições sociais, estabelece ou é condicionado a relações de poder. Sobre estas relações, Fairclough assim as define com respeito à interação entre os diversos participantes, em que a questão de “agência social” é chave para depreendê-la:

⁹ As práticas sociais em rede em uma maneira particular constituem uma ordem social – por exemplo, a ordem global neo-liberal emergente [...], ou em um nível mais local, a ordem social (o ‘campo’ da) da Educação em uma dada sociedade e um dado tempo. O aspecto do discurso/semiótico de uma ordem social é o que podemos chamar de “ordem do discurso”. É a maneira em que diversos gêneros e discursos e estilos estão em rede juntos. Uma ordem do discurso é uma estruturação social da diferença semiótica – uma ordem social particular das relações entre maneiras diferentes de fazer significado, isto é, discursos, gêneros e estilos diferentes. Um aspecto desta ordenação é o domínio: algumas formas de fazer sentido são dominantes ou principais em uma determinada ordem de discurso, outros são marginais, de oposição, ou “alternativo”. [...] Uma estruturação social de diferença semiótica, em particular, pode tornar-se hegemônica, tornar-se parte da legitimação do senso comum que sustenta as relações de dominação, mas esta sempre será contestada, em maior ou menor extensão, no conflito pela hegemonia. Uma ordem de discurso não é um sistema fechado ou rígido, mas sim um sistema aberto, que é colocado à prova pelo que acontece em interações reais (Tradução nossa).

The production of interaction as meaningful entails active and continual 'negotiation' of differences of meaning; the 'norms' of interaction as a moral order are oriented to and interpreted differently by different social actors, and these differences are negotiated. Power in its most general sense of 'the transformative capacity of human action', the capacity to 'intervene in a series of events so as to alter their course', depends upon 'resources or facilities' which are differentially available to social actors; and power in the 'relational' sense of 'the capability to secure outcomes where the realization of these outcomes depends upon the agency of others' is also differentially available to different social actors¹⁰(FAIRCLOUGH, 2003, p. 41).

De igual modo, considera-se central, para este artigo, a adoção da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), tendo em vista a proposta programática sugerida por Marcuschi, que, dentre diversos apontamentos, ressalta a importância de promover esforços em favor da língua em uso, ao invés do sistema da língua, o qual

[...] estão atingindo o aspecto nuclear do **uso** pela manifestação mais importante que é o **texto**. São novas formas de textualização que surgem e devem ser analisadas com cuidado, em especial quanto aos processos de condução tópica, produção de sentido e relações interpessoais (MARCUSCHI, 2004, pp. 66-67, grifos do autor).

Complementar às considerações de Marcuschi, Gonçalves-Segundo sintetiza o propósito da LSF, que

[...] consiste em um modelo teórico-analítico que procura abarcar a realidade linguística em sua completude, integrando em sua proposta categorias analíticas que consigam descrever tanto a língua em uso, na produção textual, quanto a língua em seu potencial de significação, como sistema. [...] Para Halliday [e Matthiessen](2014 [1985], p. 23), o próprio nome sistêmico, inerente à teoria, refere-se ao fato de que "a língua é um recurso para produzir significado, e o significado reside em padrões sistêmicos de escolhas". Nessa perspectiva, sistemas são concebidos como padrões paradigmáticos, redes de escolhas caracterizadas por oposições, com diferentes graus de refinamento (*delicacy*) (2011, p. 145).

Assim, a questão das escolhas léxico-gramaticais figura-se, se tomarmos as discussões anteriores, advindas dos estudos sociais, como um reflexo das relações interpessoais estabelecidas em grupos sociais, nos quais os diversos Atores Sociais se inscrevem, ou não, e destes formam as suas práticas discursivas em relação a si próprios, aos seus próximos e a outrem. Condensada sob, dentre outras, a questão das "bolhas comunicacionais" e dos "outros significativos", o instrumental da LSF, direcionado à ACD, constitui aporte teórico capaz de apreender como os diversos segmentos da sociedade se relacionam pelo discurso. Diferentemente de uma postura estruturalista, cujo foco é o sistema da língua, o presente trabalho pretende apoiar-se na primazia da língua em uso.

Detendo-se brevemente na representação dos Atores Sociais, este trabalho apoia-se em Van Leeuwen, para o qual o conceito de agência é produtivo, no que tange ao fato pelo qual

[...] enquanto conceito sociológico, revela-se da maior importância clássica na [ACD]: quais os atores sociais e em que contextos estão eles representados como "agentes" e como

¹⁰A produção de interação como significativa implica uma ativa e contínua 'negociação' das diferenças de significado; as 'normas' de interação, como uma ordem moral, são orientadas para, e interpretadas de maneira diferente por diferentes atores sociais, e estas diferenças são negociadas. Poder, no seu sentido mais geral da 'capacidade transformadora da ação humana', a capacidade de 'intervir em uma série de eventos a fim de alterar o seu curso', depende 'recursos ou instalações', que são diferencialmente disponíveis aos atores sociais; e poder, no sentido 'relacional' de 'a capacidade de garantir resultados onde a realização destes resultados depende da Agência dos outros', também é diferencialmente disponível para diferentes atores sociais. (Tradução nossa)

“pacientes”? Mas a **agência sociológica** nem sempre é realizada pela **agência linguística**, pelo papel gramatical do “Agente”, e pode também ser realizada de muitos outros modos, por exemplo através de pronomes possessivos (como em “our intake of migrants”, ‘o nosso influxo de migrantes’) ou através de um sintagma preposicional introduzido por “from” [...], no qual o agente gramatical é sociologicamente “paciente”. [...] **Não há uma correferência exata** entre as categorias sociológicas e linguísticas [...](VAN LEEUWEN, 1997, pp. 169s., grifos nossos).

Dada a hierarquização proposta pelo autor e sua complexidade de especialização de categorias, elege-se, a título de instrumentalização das subseqüentes análises, as representações que dizem respeito a: 1. **Exclusão**; 2. **Generalização**¹¹; e 3. **Especificação**. A primeira pauta-se pela construção social, assumida, da irrelevância destes Atores Sociais, suprimidas pelo apagamento do agente da passiva, por orações infinitivas, ou subordinações de processos (cf. VAN LEEUWEN, 1997, pp. 180-182). A segunda e a terceira, de acordo com o contexto de enunciação, apontam para os Atores Sociais, “[ou] como classes [para a generalização] ou como indivíduos específicos e identificáveis [para a especificação]”, através das suas funções, exercidas socialmente (cf. VAN LEEUWEN, 1997, pp. 190-191).

A relação proposta neste trabalho da intersecção entre representação dos Atores Sociais e Avaliatividade encontra eco nos estudos das estruturas dos discursos ideológicos, de Van Dijk, às quais algumas das categorias, como: **Polarização**, **Identificação**, **Ênfase própria** e a **Descrição negativa do Outro**; e suas implicações socio-pragmáticas na distinção entre “nós” e “eles” (cf. 2016, pp. 149-150), constituem discussão fundamental para se compreender a questão discursiva, pertinente ao fenômeno analisado.

E, em se tratando da teoria da Avaliatividade, recorreremos a Martin e White, no que tange à Atitude, domínio caracterizado por um sistema, inscrito na metafunção interpessoal que concerne ao objeto abordado pela teoria, o qual

[...] involves three semantic regions covering what is traditionally referred to as emotion, ethics and aesthetics. Emotion is arguably at the heart of these regions since it is the expressive resource we are born with and embody physiologically from almost the moment of birth. [...] **Affect** is concerned with registering positive and negative feelings: do we feel happy or sad, confident or anxious, interested or bored? [...] **Judgement** deals with attitudes towards behaviour, which we admire or criticise, praise or condemn. [...] **Appreciation** involves evaluations of semiotic and natural phenomena, according to the ways in which they are valued or not in a given field¹²(MARTIN & WHITE, 2005, pp. 42-43, grifos do autor).

A análise que será suscitada a seguir toma por base a intersecção entre a representação dos Atores Sociais e a Atitude manifestada pelos participantes através de seus *tweets*, por considerar que, por meio dessa associação, os usuários manifestam sua posição em relação ao enunciado tomado como base, que, no presente estudo, é de autoria do então prefeito paulistano, ou ainda em relação a enunciados de outros

¹¹A tradução, nos estudos citados no presente parágrafo, opta pelo termo do Português europeu “Genericização”.

¹² [...] envolve três regiões semânticas, cobrindo o que é tradicionalmente referido como emoção, ética e estética. Emoção é indiscutivelmente o cerne destas regiões, já que é o recurso expressivo que nascemos com, e incorporamos fisiologicamente desde que quase o momento do nascimento. [...] O **Afeto** é concernido com o registrar dos sentimentos positivos e negativos: o que se pode achar feliz ou triste, confiante ou ansioso, interessado ou entediado? [...] O **Julgamento** lida com atitudes do comportamento, que admiramos ou criticamos, elogiamos ou condenamos. [...] A **Apreciação** envolve avaliações dos fenômenos naturais e semióticos, de acordo com as maneiras em que eles são valorizados ou não em um determinado campo. (Tradução nossa)

participantes, conforme os referenciais que elencam. Em se tratando do sistema de Atitude, considerações mais detalhadas serão abordadas oportunamente em sua análise.

2 A análise dos *tweets*: contexto de produção, identificação dos elementos linguísticos e aplicação teórico-metodológica

Antes de tecer as análises propriamente ditas, é necessário realizar uma breve contextualização dos *tweets* eleitos para o recorte. A partir de um *tweet* de autoria do prefeito João Dória Júnior, cuja situação de enunciação diz respeito aos momentos subsequentes à ação de intervenção policial, com início às 04h00 do dia 21 de maio de 2017, e que foi o primeiro, por parte de seu autor, a versar diretamente acerca da ação que ocorreu nas imediações do bairro da Luz, na região central da capital paulista, que popularmente tornou-se conhecida como Cracolândia¹³. Este *tweet*, doravante tratado como Enunciado-Fonte ou [E0], fora o ponto de partida para a constituição do *corpus* analisado no presente trabalho, além dos enunciados de outros participantes, que espontaneamente se inscreveram no assunto, interagem, tanto com o prefeito, como entre si. O *corpus*, assim constituído, reflete sobremaneira as cadeias de interações mais produtivas, fornecidas pelo Twitter, e que se caracterizam como públicas. Cada uma pode ser resgatada através de um link permanente e seriado único, bem como as respostas a ela vinculadas¹⁴.

Quanto ao fato para o qual [E0] faz referência no mundo, segundo fontes de notícias, é fruto de uma ação conjunta entre Governo Estadual e Prefeitura Municipal¹⁵, a partir de uma demanda social exigida desde a campanha eleitoral do ano de 2016 por uma parcela da sociedade, mas que, segundo interpretação de determinados grupos vinculados à assistência social, trata-se de uma ação higienista¹⁶. Embora a totalidade dessas interações circunscreva-se, no tempo, a poucos dias após o ocorrido, ecos dela podem ser encontrados em outros *tweets* posteriores do prefeito, que, por razões de extensão do *corpus*, não serão integrados ao presente trabalho. No entanto, o procedimento aqui adotado é válido para estes enunciados, tematicamente relacionados, bem como para quaisquer outros recortes em que discussões tais como as anteriormente levantadas encontrem pertinência.

¹³ Por vezes, essa referência de conhecimento público, nas interações analisadas e em quaisquer outros recortes, foi subsumida no uso da *hashtag*#Cracolândia [disponível publicamente em <<https://twitter.com/hashtag/Cracol%C3%A2ndia?src=hash>>], assim utilizada, do ponto de vista funcional do ambiente do Twitter, pelo seu uso prototípico de indexador tópico, tal como estudado por Dioguardi, e anteriormente citado, na seção 1.1.

¹⁴ Por padrão, essa recuperação dos enunciados é passível de ser feita por qualquer pessoa na internet, mesmo que não possua conta de membro do Twitter. No entanto, em raros casos, alguns usuários deliberam por tornarem suas contas privadas, e neste caso, apenas as pessoas que a seguem podem ser capazes de acessar seus *tweets*.

¹⁵ Vide, a esse respeito, a reportagem de Rodrigues e Machado (2017).

¹⁶ Dentre outras fontes, vide a reportagem de autoria de Whitaker (2017).

2.1 Representações de Atores Sociais nas interações

Dentre algumas das cadeias de interações, as que dizem respeito a [E2] são bastante produtivas no que tange às representações que desejamos analisar¹⁷:

- [E0 (JD)] **Estou** desde cedo acompanhando **ação policial** na Cracolândia. Por isso **suspendi minha participação** no Calçada Nova.
- [E2.1 (JL)] Ação midiático pra causar impacto positivo do **prefake** e **governafake**
- [E2.2 (SD)] **Apresente** uma alternativa...
- [E2.3 (JL)] Nao [é] facil, mas tudo o que o **prefeito** faz e agora em companhia com **Alckmin**[é] a[çã]o marqueteira, sem profundidade e com [ú]nico objet[iv]o de gerar [?]
- [E2.4 (SD)] Não é isso que o **povo de SP** acha..
- [E2.5 (JL)] **Que povo?**
- [E2.6 (JL)] **Você**, de uma cidade linda, mas bem distante de sp, tem como avaliar?
- [E2.7 (SD)] Sempre vou a SP e com **quem converso** sempre fazem ótimos comentários **da gestão** até agora !

Destacamos, dos *tweets*, alguns dos Atores Sociais representados, como o autorreferenciado pelo próprio prefeito (JD) em [E0], e que é evocado pelos demais participantes, ora pela sua função social de ‘prefeito’, ora pela designação de ‘prefake’ por (JL), em [E2.1] e [E2.3], e também por (SD) através da função institucional da ‘gestão’, em [E2.7].

O uso, por uma ou outra representação, estabelece, conjuntamente, uma valoração, para o qual a Avaliatividade é recurso linguístico que, utilizado pelos participantes, aponta seu posicionamento diante do fato. O governador também é citado por (JL), nos mesmos moldes do prefeito paulistano, em [E2.1] e [E2.3], o que também aponta para a atribuição de uma ação conjunta ou de um consentimento (através dos conectivos ‘e’ e ‘com’, para os respectivos enunciados).

Outro Ator Social, na interação, é a população paulistana, estabelecido no diálogo entre (SD) e (JL) em [E2.4] e [E2.5], para o qual (SD) toma uma parcela que considera significativa para sua enunciação ‘[o povo de SP com] quem converso’, em [E2.7]. Não obstante, a interação tornará evidente que um dos interlocutores interpele o outro, como (SD) em relação a (JL) [E2.2]; a contrapartida entre estes participantes ocorre também em [E2.6]. A interpelação ao interlocutor, por muitas vezes, solicita deste uma ação.

No tocante a questionar seu interlocutor, a Atitude é um domínio manifesto da Avaliatividade comum em uma interação, no que diz respeito a posicionamento de mundo, ao passo que a interação traz à tona um juízo exercido pelos que dela participam. Este aspecto é fundamental para entender as implicações sociopolíticas, abordadas neste trabalho.

¹⁷ [Ex.x] diz respeito ao identificador do *tweet* do corpus, conforme numeração nos anexos. Entre parênteses, colocamos um indicador adicional com iniciais dos participantes envolvidos, sobretudo em interações análogas ao chat aberto, como apontamos através de Dioguardi, em 1.1., para facilitar sua identificação. Deu-se preferência por manter a grafia dos *tweets*, intervindo ocasionalmente entre colchetes para enunciados cuja compreensão possa ser dificultada pela grafia conforme postado originalmente.

O primeiro conjunto acima das interações diz respeito a Atores Sociais cuja representação é explicitada no enunciado, para o qual Van Leeuwen elege categorias¹⁸, dentre as quais, o ‘povo paulistano’ é **generalizado** (cf. 1997, p. 190) e ‘Dória’ e ‘Alckmin’ são **especificados**. Este aspecto é necessário para compreender a Avaliatividade nestes casos, que serão analisados detidamente, em subseção a seguir. Em contraste, o mesmo autor, a partir de considerações subseqüentes à adotada em discussão metodológica (cf. 1997, p. 180), aponta para a questão de Atores Sociais que são postos em **segundo plano**, ou **suprimidos** linguisticamente, conforme alguns dos exemplos a seguir:

[E8] é isso [aí. Não] temos que conviver com **isso**

[E9] isso aí prefeito cidade limpa lugar de **lixo** é no lixo. [Por] a guarda civil para fazer Ronda. na cracolândia **NÃO ADIANTA SÃO Vagabundos**

[E49] Tem q tirar [à] força

Sem nos determos nas representações anteriormente identificadas, e em outras diretamente identificáveis, como as forças policiais, apontadas pela ‘guarda civil’ e ‘Ronda’, em [E9]; os três *tweets*, acima apontados, fazem menção às pessoas em vulnerabilidade social e tóxico-dependentes, o que é depreendido por meio de traços semânticos que as coisificam (‘isso’, ‘lixo’) ou por depreciativos (‘Vagabundos’).

Van Leeuwen, a esse respeito, fala da **exclusão** da representação do Ator Social como um processo que, mesmo que por vezes feito de forma “inocente”, em razão de um conhecimento de comum aceitação, também estabelece questões como a irrelevância em face a aquele que é representado, atenuando sua presença. Tal atenuação é estratégica e tem como intenção estabelecer o espaço de um Outro. A estrutura gramatical de orações infinitivas, como sugerido no inglês, é outra possibilidade que a exclusão se manifesta na análise pertinente a [E49] (cf. VAN LEEUWEN, 1997, pp. 180-181).

Faz-se, aqui, conveniente remeter ao conceito de endogrupos e exogrupos, indicado por Van Dijk (2016) e apontados anteriormente, através da dicotomização, estabelecida socialmente pela oposição entre “nós” e “eles”. As categorias apontadas pelo autor são exemplificadas, nos extratos analisados, através da oposição estabelecida entre os participantes que interagem com o *tweet* do prefeito paulistano e as pessoas em vulnerabilidade social (‘[Nós] não temos que conviver com isso’, [E8]; ‘[Eles] SÃO Vagabundos’, [E49]). Em síntese, a partir do assentimento dos participantes com a ação oficial no centro da capital paulista, a conotação positiva é atribuída, por estes, ao prefeito, que permitiu a ação policial, bem como a si mesmos; ao passo que a conotação negativa passa a ser atribuída às pessoas, alvo da demoção policial. Tais aspectos podem ser depreendidos, sobretudo, a partir das Atitudes que estes e outros participantes que partilham das mesmas representações de mundo, manifestadas através de seus enunciados em rede.

¹⁸ Os processos de categorizações destas representações estão destacados a seguir, para facilitação da análise, e estão sinteticamente resumidos na seção 1.2.

2.2 Avaliatividade: atitudes manifestas nas interações

Retomaremos alguns dos exemplos anteriormente levantados, e adicionaremos outros, com o intuito de abordar a Avaliatividade, através do sistema semântico-discursivo competente à Atitude, que, retomado e sintetizado por Gonçalves-Segundo,

[...] recobre três grandes dimensões relacionadas ao posicionamento subjetivo diante da realidade, envolvendo, de modo geral, o emocional, o comportamental e o estético, que instanciam, respectivamente, valores de **afeto**, **juízo** e **apreciação**. [...] Além disso, podem ser realizados explícita [ou seja, **inscritas**] ou implicitamente [**invocadas**] nos textos [...] e assumir conotação **positiva** ou **negativa** – em geral, categorizados mediante o senso comum (considerando, também, os efeitos de sentido *contaminados* no decorrer do texto) (2011, p. 170, grifos nossos).

Feitas as considerações preliminares, seguem-se algumas interações:

[E55] Eu sou a favor da Cracolândia, mas numa regra de quem entra, não sai. **Quer ir, vai, mas não volta**, depois planta um vírus e já era.

[E61] Eles não precisam de ação policial, eles precisam de ação social.... **O senhor sabe o que é isso?**

[E66] Faça meu voto valer a pena!

Em [E55], temos a instância de um tipo de Atitude que concerne ao Afeto, em que a questão da **desejabilidade**, concernente à Cracolândia (por extensão, a presença das pessoas em vulnerabilidade social; logo, temos aqui a representação em segundo plano) possui conotação **negativa** para seu enunciador, realizado do modo **invocado**¹⁹. Em contraste, para [E61], a capacidade da gestão, diante destes mesmos Atores Sociais, é colocada, sob o ponto de vista da **capacidade**, pela **estima social**, de conotação **negativa**, **invocada** nas proposições de ‘precisar de ação social’ e de questionar o seu interlocutor, no caso o prefeito. Em outra direção analítica, [E66] estabelece uma **reação positiva**, no que concerne à **apreciação**, invocada através da associação do ‘meu voto [ou seja, do enunciador]’ à gestão do seu interlocutor, o prefeito paulistano. Nesta última análise, evidencia-se que, em conjunto com julgamentos tecidos ao longo de outras interações (a começar por [E0], a ser analisado abaixo) que há uma demanda, por quem assente com o caráter de gestão do prefeito, pela eficácia social desta instituição, para o qual o voto foi um primeiro ato de manifestação. Tal apontamento aplica-se para quem se inscreve em posicionamentos análogos ao do enunciado [E66].

Retomemos, das primeiras análises, alguns dos *tweets* para procedermos a investigações análogas:

[E0 (JD)] **Estou desde cedo** acompanhando ação policial na Cracolândia. Por isso **suspendi minha participação** no Calçada Nova.

[E2.6 (JL)] Você, de uma cidade linda, mas bem distante de sp, **tem como avaliar?**

[E2.7 (SD)] Sempre vou a SP e com **quem converso** sempre fazem **ótimos comentários** da gestão até agora !

¹⁹ Podemos, oportunamente, apontar para a estratégia da ironia, abordada por Dioguardi em seu trabalho (cf. 2014, pp. 125-131), para o qual as considerações, aqui, são igualmente convenientes.

Em [E2.7], temos um **valor social positivo** de **apreciação inscrito**, através da expressão ‘ótimos comentários’, atribuída ao ‘povo de SP’ com quem (SD) diz interagir (bem como **invoca** um julgamento de **capacidade positiva**, com respeito ao prefeito, através de sua ‘gestão’).

Para [E0], optar por acompanhar a ação policial em relação a outro compromisso na agenda oficial é um modo do prefeito João Dória colocar a **estima social** no que diz respeito à própria **capacidade** como **positiva**, assim como a **honestidade**, como **sanção social**. Para [E2.6], o questionamento de (JL) a (SD) coloca em xeque a **satisfação** como **afeto**, para o qual a conotação pode ser depreendida pela atitude **invocada** em [E2.7], como um todo, e pelas demais interações que venham a ocorrer.

A exemplo destas análises, outras demais podem ser suscitadas, inclusive dando ênfase a outros tipos de Atitude para os mesmos *tweets* acima eleitos. No entanto, para não ser exaustivo na aplicação metodológica, passamos a considerações acerca dos resultados acima obtidos e sua intersecção com os estudos elencados nas discussões teóricas.

2.3 Traçando um breve quadro de leitura social a partir da relação entre Representação de Atores Sociais e da Avaliatividade

Se levarmos em conta a metodologia empregada, podemos traçar, em linhas gerais, alguns aspectos que apontamos no quadro a seguir:

Quadro 1. Representação de Atores Sociais e Avaliatividade.

Modos de representação do Ator Social	Atores sociais envolvidos e representações manifestas	Estratégias argumentativas, a partir de Atitudes	Manifestação
Exclusão (supressão ou segundo plano)	Pessoas em vulnerabilidade social: ‘Cracolândia’, ‘isso’, ‘lixo’	Desejabilidade negativa, por meio de ironias; ou positiva, através de manifestações de apoio.	Predominantemente invocada no primeiro caso; e predominantemente inscrita, no segundo.
Generalização	‘povo de SP’, ‘com quem converso’	Valor social positivo; consulta a satisfação.	Predominantemente inscrita, por vezes invocada.
Especificação	Dória, Alckmin: a. ‘gestão’, ‘senhor’, ‘governador’; b. ‘prefake’, ‘governafake’	Julgamento de capacidade como estima social e/ou honestidade como sanção social: a. ou positiva; b. ou negativa, por meio da ironia.	Predominantemente invocada (por a.); ou inscrita (por b.).

Fonte: Elaboração própria

Em síntese, o que acima depreendemos, do ponto de vista do lugar discursivo pelo qual os diversos participantes inscrevem-se no espaço público, é que suas visões de mundo são estabelecidas através das escolhas lexicais, reflexos, sobretudo, dos segmentos sociais aos quais se integram, e que, em termos gerais, colocam os dois polos envolvidos na discussão de cunho sociopolítico – as gestões municipal, estadual e as forças oficiais (na forma de lei), de um lado; e os tóxico-dependentes e pessoas em vulnerabilidade social, de outro – de forma a avaliar a pertinência de suas ações e/ou presenças de acordo com seus posicionamentos

acerca do mundo: a “bolha comunicacional” proposta por Miége(1999). Aqui, também é importante apontar para o tensionamento do “nós” e do “eles”, discutido por Van Dijk (2016)²⁰, sobretudo, a polaridade, muitas das vezes invocada pela Atitude dos participantes, e muitas das vezes, reforçada pela contaminação de outras cadeias de *tweets* precedentes (cf. GONÇALVES-SEGUNDO, 2011, p. 170), é subjacente à adoção de um determinado discurso, do ponto de vista ideológico. Por meio deste, cada participante circunscreve seu modo de lidar com o mundo, no caso analisado, o sociopolítico. De igual modo, é pertinente frisar, de acordo com Dioguardi (2014, p. 21), a dimensão dos auditórios particulares de cada participante do Twitter, cujo prefeito João Dória, dada sua vida pregressa, quantitativamente tem maior alcance, e, por conseguinte, torna-se maior centro da referencialidade assumida pelos demais. O fato de empatizar-se com um dos segmentos, em detrimento do outro, como podemos ver em nossas análises, é um fenômeno social para o qual as relações de poder, através do discurso, constituem a questão do “outro significativo”, de forma positiva ou negativa. Este quadro torna-se cenário de importância para que os estudos da linguagem possam fornecer subsídios aos sociológicos e compreender cenários de políticas públicas em que conjuntos da sociedade, notadamente os marginalizados, como o tomado neste *corpus*, veem-se em situação de exclusão manifesta por questões de cunho reacionário e com tom de conservadorismo.

Considerações finais

O presente artigo teve como intuito apreender, a partir da inserção de práticas discursivas através das interações do Twitter, como os seus participantes constroem conjuntamente suas representações de mundo e dos outros Atores Sociais, alguns dos quais não têm condições de estar inscritos nas mesmas práticas. Nossa recorrência a estudos de Habermas, Miége e Taylor teve como proposição constituir a dimensão do espaço público, sua gênese e assentamento de determinados segmentos sociais, bem como dispositivos midiáticos que os estabelecessem e deles fossem reflexo, e que prepararam, do ponto de vista histórico, o surgimento da internet e de suas práticas em rede. As relações de poder, através da linguagem, como se buscou estudar no presente trabalho, apontou para elementos cruciais e, sobremaneira, determinantes em nossa sociedade atual, cuja questão do online e das tecnologias, senão possuindo caráter primário, tem relevância demasiada em nossas vidas. A título de agenda programática e histórica, elencar apontamentos de Marcuschi faz-se necessário para que não sejamos iludidos pelo fascínio tecnológico, tão caro aos leigos das Ciências da Tecnologia da Informação, e que possamos perceber que os gêneros na internet têm contrapartes, sobretudo, fora dela; fato para o qual os estudos de Dioguardi (2014) sintetizam com propriedade e elegem algumas características inerentes ao ambiente do Twitter.

Por fim, a adoção da ACD e da LSF, através dos conceitos de representação dos Atores Sociais e do domínio da Atitude na metafunção interpessoal da Avaliatividade, permite apontar para o modo como os

²⁰ Apontamentos de caráter sociológico estão na seção 1.1; os que são manifestos linguisticamente, na seção 1.2.

diversos participantes olham o mundo social e político e o expressam a partir de suas escolhas lexicais, posicionando-se acerca dele. Ao passo que há participantes que fazem asserção em favor do prefeito paulistano, e por isso, contrários à presença de pessoas em situação de vulnerabilidade social na região central, exigindo ações práticas; há participantes que criticam a ação da gestão municipal, bem como os meios empregados para a remoção das pessoas em situação de rua. A oposição tecida entre estes participantes em rede – e sobre quem está fora dela – evidencia que há múltiplos discursos circulantes – embora alguns sejam mais preponderantes que outros. Tal fenômeno, amplificado na internet, visibiliza a todas as pessoas com acesso à rede as mais diversas representações de mundo dos mais diversos grupos sociais. Os estudos da Linguagem ali encontram, sobretudo, ecos de práticas sociais fora dela, pois, por mais que estas estejam *online*, versam sobre o mundo fora dela, e dele fazem juízo. Faz-se necessário que, desprovida da roupagem de inovadora de que os avanços tecnológicos a recobrem, a internet, enquanto reflexo de práticas sociodiscursivas, seja estudada a exemplo de outras atividades de Linguagem mais tradicionalizadas, pois com elas co-ocorre, complementando-as. E as pessoas que dela participam já não constituem mais um público homogêneo, mas uma multiplicidade de pessoas que, cada qual, representa o grupo social ao qual pertence, e por meio das redes, é porta-voz das mais diversas demandas com respeito ao espaço público.

Tal olhar em fenômenos análogos aos acima estudados, no entanto, está longe de se exaurir. Questões novas, sobretudo no campo das Ciências Sociais, passam a emergir de dados como os que aqui apresentamos. O fato de presenciarmos ondas de manifestação social na internet – atualmente mais frequentes – que prezam pelo espaço público como um local pretensamente voltado a quem tem melhores condições sociais, e, como consequência, demovendo as pessoas economicamente mais desvalidas, incorre em duas ações. Sobram, majoritariamente: como manifestação de opinião pública, a repulsa social; e como ato institucional, o deslocamento compulsório. Ato este que, sem as efetivas políticas assistenciais necessárias, possa proporcionar autonomia e apoio que não sejam a curtos prazos aos socialmente vulneráveis. O uso de deliberadas atitudes de caráter involuntário e compulsório, tais como a ação conjunta entre prefeitura e governo, torna-se problemático do ponto de vista da empatia humana. Contudo, é legitimado por considerável parcela da sociedade.

No entanto, ainda podemos encontrar – para a sorte das pessoas em situação de vulnerabilidade social – seja em práticas discursivas em redes e ambientes como o Twitter, como fora dela, pessoas que procuram demandar parte de seu tempo a favor delas. A questão que se faz notória saber: a que ponto os discursos, favoráveis e/ou contrários a quaisquer dos envolvidos em ações análogas a estudada aqui são determinantes a respeito das políticas públicas, de fato? A famosa *Ágora da Grécia Antiga*, onde tudo começou, em breve, passará a ter atividade mais relevante nos fluxos comunicacionais em rede, deliberando, de modo substancial, sobre assuntos que estão fora dela?

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1979/1929].
- CRYSTAL, David. **Language and the Internet**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- DIOGUARDI, Gabriela. **Argumentação e redes sociais: o tweet como gênero e a emergência de novas práticas comunicativas**. Dissertação de mestrado (Área de Filologia e Língua Portuguesa), São Paulo: FFLCH / USP, 2014.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse: Textual analysis for social research**. London; New York: Routledge, 2003.
- GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. **Tradição, dinamicidade e estabilidade nas práticas discursivas: um estudo da negociação intersubjetiva na imprensa paulistana**. 2011. 455f. Tese (Doutorado na área de Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- HABERMAS, Jürgen. Prefácio à primeira edição (1990). In: HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública: Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa**, Trad. Denilson Luís Werle. São Paulo: Editora Unesp, 2011 [1990/1962], p. 35-87.
- HALLIDAY, Michael A.; MATTHIESSEN, Christian M. **Halliday's Introduction to Functional Grammar**. London; New York: Routledge, 4. Ed., 2014 [1985].
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, Luiz Antonio; XAVIER, Antonio Carlos (Orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, p. 13-67.
- MARTIN, Jim R.; WHITE, Peter R. **The Language of Evaluation: Appraisal in English**. New York: Palgrave MacMillan, 2005.
- MIÈGE, Bernard. O espaço público: perpetuado, ampliado e fragmentado. **Novos Olhares**, vol. 3, 1º semestre de 1999, pp. 4-11.
- RODRIGUES, Artur; MACHADO, Leandro. “Estratégia de Doria direcionou ação da cracolândia para um juiz linha-dura”. [Acesso em 07 de julho de 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1888552-estrategia-de-doria-direcionou-acao-da-cracolandia-para-um-juiz-linha-dura.shtml>]. **FOLHA DIGITAL | COTIDIANO**. Acesso em: 30 mai. 2017.
- TAYLOR, Charles. A política do reconhecimento. In: TAYLOR, Charles. **Argumentos filosóficos**. São Paulo: Loyola, 2000 [1995], p. 241-274.
- VALDEZ MONTALVÁN, Daniel Borja. **Web 2.0: uma análise evolucionária do seu impacto nas empresas a nível global**. 2010. 114f. Dissertação (Mestrado na área de Economia do Desenvolvimento). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- VAN DIJK, Teun A. Estudios Críticos del Discurso: Un enfoque sociocognitivo. **Discurso & Sociedad**, vol 10 (1), Barcelona: Universidad Pompeu Fabra, p. 137-162, 2016.
- VAN LEEUWEN, Theo. A Representação dos Atores Sociais. In: PEDRO, Emília Ribeiro (Org.). **Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Caminho, 1997, pp. 169-222.
- VOLOCHÍNOV, VALENTIN; BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 14. Ed., 2010 [1930].
- WHITAKER, João Sette. O que há por trás da ação higienista na ‘Cracolândia’?. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/05/25/o-que-ha-por-tras-da-acao-higienista-na-cracolandia/>. Acesso em: 25 de mai. 2017.

Como citar este capítulo:

MELO, Douglas Lopes de. A interação no Twitter: Representação dos Atores Sociais, Avaliatividade e sua relação com práticas discursivas acerca do espaço público. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PEDRO, Adriana Moreira; OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de; SILVA, Alexandra Marques; SOUZA, Douglas Rabelo; BRITTO-COSTA, Letícia Fernandes de; KOBAYASHI, Sergio Mikio. **Discurso e identidade: múltiplos enfoques**. São Paulo: FFLCH, 2018, p. 201-241. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/9788575063361>

Anexo: Amostragem de Tweets²¹

TID ²²	Perfil	Data	Reação a ²³	Enunciado (ou <i>tweet</i>) ²⁴	Resp.	RTs	Curt.
Zero	 João Doria  @jdoriajr	10:23 - 21 de mai de 2017		Estou desde cedo acompanhando ação policial na Cracolândia. Por isso suspendi minha participação no Calçada Nova.	94	225	1.764
1.1	 Leandro Rehem @leorehem	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Kkkkkkk "marketing"	1	-	7
1.2	 Ana Stoffelshaus @Stoffelshaus	21 de mai		Faz melhor?	3	1	22
1.3	 Leandro Rehem @leorehem	21 de mai		Muito melhor. Não trabalho com enganação.	7	-	9
1.4	 Ana Stoffelshaus @Stoffelshaus	21 de mai		De um modo geral, as pessoas são cômicas. Se o cara faz e fala é marketing. Se o cara não faz e não fala é político cabideiro.	2	3	43

²¹ Nas colunas **perfil** e **data**, pode-se, nesta versão online do anexo, acessar os perfis envolvidos, bem como os *tweets*, individualmente.

²² Numeração apenas para propósitos de organização da amostra, colhida em 01 de julho de 2017, às 20:00, aproximadamente; os *tweets* aqui referenciados podem ser excluídos, ou as contas dele provenientes.

²³ Ocorrência mostrada apenas quando o usuário trata de responder ao *tweet* do outro, através da ferramenta automatizadora de resposta (i. é., o *link* de *Reply*).

²⁴ Preservamos, rigorosamente, a grafia dos enunciados, tal qual extraídos do *Twitter*.

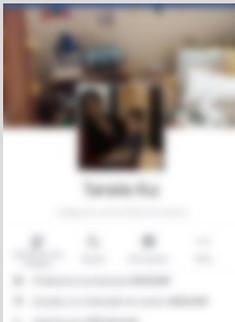
²⁵ Apontamos aqui que a conta do perfil é verificada pelo *Twitter*, e, por essa razão, trata-se de uma conta gerenciada pelo próprio usuário, ou sua equipe, e que não se trata de um perfil falso.

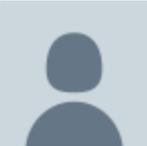
1.5	 Leandro Rehem @leorehem	21 de mai	Quem fala e faz? Doria? Kkkkkkk realmente, as pessoas são cômicas, concordo.	4	-	6
1.6	 Ana Stoffelshaus @Stoffelshaus	21 de mai	Voce, pelo visto não é pobre. Eu sou e uso serviços públicos. E sei o que estou falando.	3	2	21
1.7	 Leandro Rehem @leorehem	21 de mai	Falei de um post sobre ação policial qdo deveria ser assistencia, saude, alimentação, psicologia... Não misture as bolas... please, menos.	6	-	5
1.8	 Ana Stoffelshaus @Stoffelshaus	21 de mai	Kkkk ok. Vc já foi na Cracolândia? só tem gente boa lá.	3	2	25
1.9	 Leandro Rehem @leorehem	21 de mai	Sei que polícia nao vai resolver nada. Mas os poucos caracteres não dá pra aprofundar nesse debate. Raso	1	-	3
1.10	 Ana Stoffelshaus @Stoffelshaus	21 de mai	Sim. Concordo.	1	-	4
1.11	 Dea @alchimi2001	21 de mai	Nem adianta discutir com as viúvas do Haddad... basta olhar o perfil do cidadão.	2	2	17

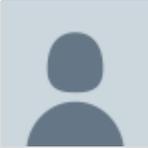
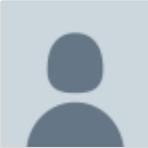
1.12	 Silvio Darlan @SilvioDarlan	21 de mai		Concordo muito com vc! Viúvas ...	1	2	6
1.13	 Ana Stoffelshaus @Stoffelshaus	21 de mai		O grande mal do Haddad é o partido que escolheu. mas defender partido hoje em dia, é bobagem também. Daí a gente fica sem escolha.	3	-	6
1.14	 Cleber @clebermanzini	21 de mai		Foda-se aqueles nóia, o importante é que vc é muito linda.	1	-	2
1.15	 Ana Stoffelshaus @Stoffelshaus	21 de mai		Kkkkkk foi pra mim isso? Se sim, obrigada!	2	-	-
1.16	 Cleber @clebermanzini	21 de mai		Desculpa mas te achei muito gata!	1	-	1
1.17	 Ana Stoffelshaus @Stoffelshaus	21 de mai		Obrigada	-	-	1
2.1	 Jaíldon @JaíldonLima	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Ação midiático pra causar impacto positivo do prefake e governafake	2	-	1

2.2	 Silvio Darlan @SilvioDarlan	21 de mai		Apresente uma alternativa...	2	1	13
2.3	 Jaildon @JaildonLima	21 de mai		Nao e facil, mas tudo o que o prefeito faz e agora em companhia com Alckmin e acao marqueteira, sem profundidade e com unico objeto de gerar	2	-	1
2.4	 Silvio Darlan @SilvioDarlan	21 de mai		Não é isso que o povo de SP acha..	1	1	11
2.5	 Jaildon @JaildonLima	21 de mai		Que povo?	2	-	-
2.6	 Jaildon @JaildonLima	21 de mai		Você, de uma cidade linda, mas bem distante de sp, tem como avaliar?	1	-	2
2.7	 Silvio Darlan @SilvioDarlan	21 de mai		Sempre vou a SP e com quem converso sempre fazem ótimos comentários da gestão até agora !	1	1	13
2.8	 Jaildon @JaildonLima	21 de mai		Sao pessoas das redes sociais encantadas com o poder de mkt q ele tem. E um grande comunicador	1	-	1

2.9	 Silvio Darlan @SilvioDarlan	21 de mai		Jaildonlima em quem vc votou?	1	-	3
2.10	 Jaildon @JaildonLima	21 de mai		Na ultima eleicao, fernando haddad	1	-	1
2.11	 Silvio Darlan @SilvioDarlan	21 de mai		Imaginei! Haahah	1	-	12
2.12	 Charles Chandler @DnloSender91	21 de mai		HAHHHAHAHA Explicado	1	1	2
2.13	 Jaildon @JaildonLima	21 de mai		Você nao criticava o que achava de errado na adm anterior? Você votou no serra. Suas críticas eram validas, as minhas nao? Sei...	1	-	-
2.14	 Rafael Moreira @Anciencig	21 de mai		Rapaz, você só vem criticar, seja imparcial, veja o lado bom das coisas da oposiçao, não tenha bandido de estimacao...	2	1	3
2.15	 Jaildon @JaildonLima	21 de mai		Eu posso exercer meu direito CONSTITUCIONAL como bem entender. Papinho de "bandido de estimacao" e tao mbl, rafael. Que tal crescer?	3	-	1

2.16	 Charles Chandler @DnloSender91	21 de mai		Ninguém está dizendo que não pode, só estamos apontando seu partidarismo, sua hipocrisia, como vc coloca seu partido na frente do bem comum.	2	1	2
2.17	 Jaildon @JaildonLima	21 de mai		Que meu partido? Nao sou filiado a partido nenhum. Isso tem. Ver com visao demundo, você tem uma, eu tenho outra. Você e simplório	2	-	1
2.18	 Charles Chandler @DnloSender91	21 de mai		Não precisa ser filiado para ser apaixonado por um partido, deixa eu adivinhar, votou no Haddad pra prefeito e no Suplicy para vereador ?	1	1	3
2.19	 Jaildon @JaildonLima	21 de mai		Que marcatismo este? Em que você voltou? Quer dizer que você ve as coisas assim? Em que votou nas últimas eleições? Simplorio demais	1	-	-
2.20	 Rafael Moreira @Ancienciq	21 de mai		Apóia a extinção da cracolândia, mas critica quem o faz ou tenta fazer, fala da constituição, mas apóia diretas... Faz sentido?	3	1	2
2.21	 Jaildon @JaildonLima	21 de mai		Esta antropóloga criticou a acao da forma como foi feita. Vao perguntar em que ela vota pra emitir opniões? 	1	-	-

2.22	 Charles Chandler @DnloSender91	21 de mai		Aquela questão do especialista escolhido a dedo. Ademais, desnecessário colocar a foto dela com seu filho aqui, sem autorização da mesma.	3	1	2
2.23	 Jaildon @JaildonLima	21 de mai		Da uma olhada nesta foto dai. 1500 homens. Bastante proporcional a acao 	1	-	-
2.24	 Charles Chandler @DnloSender91	21 de mai		Ótimo, quanto mais homens, mais rápida, prática e fácil será a ação. Continuar como estava, da forma deixada pelo Haddad, é que não podia.	1	1	3
2.25	 Jaildon @JaildonLima	21 de mai		Ok sua visao. A minha nao e essa. Tudo você resume a partido. Em quem você votou pra vereador?	-	-	-
3.1	 joselene breda @josybreda	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Este caso não é questão só de faxina, mas tratamento, abrigo, amparo, resgate da cidadania e reinserção família x sociedade	2	1	2
3.2	 Lucas H Place @LucasHplace	21 de mai		Concordo que tem que ter tratamento e cortar o mal pela raiz. Mas uma atitude enérgica é precisa. Ou deixa a cracolândia livre leve e solta?	1	1	1

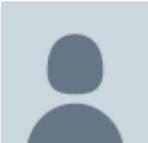
3.3	 joselene breda @iosybreda	21 de mai		Ação valida porém necessário será ,vir acompanhada de outras medidas, para que surta efeito a médio e longo prazo.	1	-	1
3.4	 Lucas H Place @LucasHplace	21 de mai		O Brasil precisava de medidas enérgicas para combater o tráfico, mas pelo andar da carruagem, com esses políticos, não vejo solução pro país	2	-	1
3.5	 joselene breda @iosybreda	21 de mai		já seria um bom começo...e projetos que visassem longo prazo e não soluções midiáticas mágicas de 1 mandato	1	-	2
3.6	 Lucas H Place @LucasHplace	21 de mai		Independente do partido, acho o Dória um cara bem intencionado.Não acho midiático.A cracolândia está lá há qts décadas? Algo tem q ser feito	1	2	3
3.7	 joselene breda @iosybreda	21 de mai		concordo com vc.	1	-	2
3.8	 Lucas H Place @LucasHplace	21 de mai		Só expulsar a galera de lá não vai resolver o problema. Mas algo tem q ser feito. Deixar a coisa correr solta como estava, não dá	-	2	1
4	 brasileiro @Tuffic57	22 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Apoiado @jdoriajr . A cracolândia é uma vergonha para São Paulo. E foi sustentada pelas políticas do PT, um lixo. #LulaNaCadeia	-	3	6

5	 Hamilton Caiumi @Caiumi	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Pelo menos, Dória você foi o único que pos o dedo na ferida e deu a sua cara a tapa. Um país de hipócritas.	-	1	13
6	 Carlos Castanho @carloscastanho	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Na alça da Av. dos Bandeirantes para o Viaduto Jabaquara sentido centro já tem outra Cracolândia. Estão roubando na região.	-	1	14
7.1	 Flávio Van Deursen @flavio_deursen	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr @vp twitando	Vamos acompanhar Prefeito! Ações que devem ser acompanhadas por profissionais da área de saúde e assistência social !	1	-	1
7.2	 Portal Vila Prudente @vptwitando	21 de mai		O que não pode é existir uma cidade de drogados dentro da cidade aquilo era um filme de terror tem que acabar nestes casos a força vai	1	2	2
7.3	 Flávio Van Deursen @flavio_deursen	31 de mai		Claro! É obrigação do estado retirar-os de lá e encaminhar-os para um local adequado. Não sou contra a remoção,mas que seja com planejamento	1	-	1
7.4	 Flávio Van Deursen @flavio_deursen	31 de mai		Na Segunda-Feira andei por lá e constatei os inúmeros pontos com concentrações de drogados. Foi uma ação equivocada,deverão ser reagrupados	-	-	1

8	 Rodrigo Oliveira @Corinthians1986	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr @G aviao_SCCP	é isso ai não temos que conviver com isso	-	2	4
9	 John @john_condor	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	isso ai prefeito cidade limpa lugar de lixo é no lixo.por a guarda civil para fazer Ronda.na cracolândia NÃO ADIANTA SÃO Vagabundos	-	1	5
10	 Gui_iah @Gui_iah	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr @lo baeletrico	Parabéns Dória continue assim.	-	1	4
11	 Antonio José @antoniojmrocha	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr @gn atalini	Muito bem, prefeito! É preciso repressão severa contra o tráfico e o consumo de drogas, que só trazem tudo de ruim para a sociedade.	-	1	4
12	 JETT JACON @jettjacon	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Vc me representa. Dória 2018.	-	1	4
13	 F.C.DEMOCRATICA @cacau012008	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	SEUS HERÓIS MORRERAM DE OVER DOSE MEUS INIMIGOS ESTÃO NO PODER..... IDEOLOGIA EU QUERO UMA PRA VIVER..... @0_marcia@MAUROROBERTO13	-	1	3

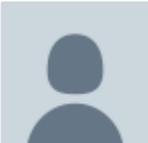


14	 Ricardo_RS_SC @Ricardo_RS_SC	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Leva todos para um ilha. Cada semana manda barco perguntando quem quer ajuda e melhorar??	-	1	4
15	 Ana Stoffelshaus @Stoffelshaus	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Estamos torcendo positivamente.	-	1	3
16	 thiago moreira @loboloko09	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr @HugoRebal	Pau nos vagabundo meu prefeito.drogado nao eh doente	-	1	2
17	 Miltao @miltonloopz	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Mete o cacete neles	-	1	2
18	 Edilson Loiro @Edilsonloiro69	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Ações são necessarias, acontece q no Brasil , confunde-se , democracia com anarquia, e ninguem quer agir. Nada se resolve por si só !	-	1	3
19	 Dr. Reaçã. @VieiraBazilio	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr @rosemarieturccu	Estão transferindo a Cracolândia pra onde? Os viciados serão "curados " pela policia? ONDE SERÁ A NOVA CRACOLÂNDIA?	-	-	6
20	 Maria Menezes @mdemenezes14	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Essa calçada exige urgência!!! Pra ontem!	-	1	2

21	 Lucas H Place @LucasHplace	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Parabéns, @jdoriajr !	-	1	1
22	 Laercio Luiz Gomes @Laerciolgomes	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Bom trabalho... novamente as #criticas entre #esquerdistas e #direitistas impedem o raciocínio e os cegam diante o seu bom trabalho!	-	1	1
23	 elisabete moreno @BeteMoreno	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Parabéns prefeito. São Paulo está com você. DUCOR NON DUCO forever!	-	1	1
24	 Um Voto @UmVoto	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	São Paulo está contigo. A maioria silenciosa aplaude enquanto uns poucos fazem mais de 20 comentários negativos por post seu!	-	1	1
25	 Karina @karinagamberini	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Parabéns prefeito!! 🙌🙌🙌	-	1	1
26	 ClaraCamargoL @ClaraCamargoL	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Prefeito,qdo é q o senhor irá vestir a farda da PM e homenagear os defensores da população?	-	1	1

27	 Rene Fernandes @ManuRene	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Enquanto uns estão tentando salvar seu couro, outros trabalham!! A solução é Trabalho, Trabalho e Dedicção!	-	1	1
28	 Avante BR!! @Tilica77	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr @DnloSender91	Parabéns Prefeito!!! Dps dessa ação não pode mais deixar q essa gente tome conta de SP com essa anarquia, sujeira. Tem q descer o cacete !!!	-	1	1
29	 José Antônio B Roque @jabroque	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Parabéns prefeito!! É muito importante a tua presença na frente de trabalho.	-	1	1
30	 Jcmf1950 @jcmonteiro50	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr @lobaoeletrico	DALE JOÃOZINHO!!!! 🙌🙌	-	1	1
31	 Jorgina Venancia @jorginavbarboza	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	🙌🙌🙌🙌🙌🙌🙌	-	1	1
32	 Dani @dans_theboy	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	aí eu gostei	-	1	1

33	 cris •  @cris_mx31	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Muito boa sorte por lá. Com certeza você conta com muitos desafios, mas esse de certo é o mais difícil	-	1	1
34	 Wilames B. Gomes @Wilamesg	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	boa sorte, vai precisar!	-	1	1
35	 Ni_Ni Maio @Ni Oliverr	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	 Dóris Para Presidente!!!!!!!!!!!! Orgulho de São Paulo!!!! 	-	1	1
36.1	 Agente da CIA kkkk @kuboAudrin	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr @GabrielaNorka	VÁ À MERDA	1	1	1
36.2	 Gabriela Norka @GabrielaNorka	21 de mai		kkkkkkk	-	-	-
37	 paulistano @9998441MARCIO	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	CHEGA DE PROTEGER TRAFICANTES E CRIMINOSOS OS PAULISTANOS NÃO MERECEM ISSO...  	-	1	1

38	 Renata Batista @Renatasuthoff	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Parabéns	-	1	1
39	 .she's lost control. @jumancin	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Pq vc está matando a Virada Cultural? Era tão bacana.	-	-	1
40	 João Snow @jao_snow	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Foda-se	-	-	1
41	 Wilton amaral @wilton3334	22 de mai	Em resposta a @jdoriajr @Marcelo75415387	Isso e marketing puro esse doria e Balela	-	-	1
42	 Wilton amaral @wilton3334	22 de mai	Em resposta a @jdoriajr @Marcelo75415387	Ata pra acabar com a cracolândia e prender os traficante sabem quem são não prendem pq ?	-	-	1
43	 MAIRA GALVÃO @mairinhane	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Aproveita e conversa com a subprefeitura local a respeito da imensa sujeira nas ruas do local e no entorno por gentileza.	-	-	-
44	 ILUDIDONA @luciele	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Ninguém te perguntou	-	-	-

45	 KDoTrilhãoDoBND ES? @CleberBuneko	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Não esquece do asfalto nas ruas meu querido, tá difícil.	-	-	-
46	 Ricardoritos @errorbrittes	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Já falou.	-	-	-
47	 Fabio Benveniste @Fabio_Olliverr	23 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Maravilha, ótimo trabalho está fazendo em São Paulo, coisa que o antigo prefeito não fez.	-	-	-
48	 Leo @leopacheco2002	23 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Marketing da porra	-	-	-
49	 sandro b de sa @sanbdesaa	22 de mai	Em resposta a @jdoriajr @aurora_9	Tem q tirar a força	-	-	-
50	 Giselle Morangoni @morangonigisell	22 de mai	Em resposta a @jdoriajr	@jdoriajr qual a próxima etapa, haja vista, que os usuários migram para outros lugares?	-	-	-
51	 Maria Olívia @mariaolivialili	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Só preocupado com LIMPEZA né prefake? Por isso a fantasia de gari.	-	-	-

52	 Juliana @julianalf	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Prefeito, por misericórdia, zela tb pela situação da cracolândia da Vila Leopoldina. Estaremos em peso no CONSEG mas o subprefeito só enrola	-	-	-
53	 Paulo Cesar Pereira @ipqpcp	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Dória, sai desse partido, porque, sua projeção vai cair acoplado a esse partido corrupto!	-	-	-
54	 JOICE DE AQUINO STRE @JASTRELNIEK	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Sério. Não entendo. Se faz reclamam? Melhor ficar parado? Se tiverem sugestões, participem ! O cargo é público, precisa sim , informar !	-	-	-
55	 Paulo Guarujá @pepguaruja	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Eu sou a favor da Cracolândia, mas numa regra de quem entra, nao sai. Quer ir, vai, mas nao volta, depois planta um virus e ja era.	-	-	-
56	 Lincoln Loureiro @lincolnloureiro	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	O maior factóide do Brasil depois do Collor !! E o brasileiro insiste nos mesmos erros, é um ciclo vicioso de criação de novos "heróis"....	-	-	-
57	 Lincoln Loureiro @lincolnloureiro	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Fazer com esses doentes é mole! Quero ver fazer com os de colarinho branco, inclusive os que passeiam com 500kg de cocaína em helicópteros.	-	-	-

58	 Viúvas do Golpe @viuvasdogolpeBR	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr @smvilela	craro!!!	-	-	-
59	 Intermexe @Intermexe	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	INFELIZ	-	-	-
60	 Iann Gabriel @ianngabriel	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Kkkkkkkkk	-	-	-
61	 Verinha @vln_vera	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Eles não precisam de ação policial, eles precisam de ação social.... O senhor sabe o que é isso?	-	-	-
62	 Graziano Costa @_gazao	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Fantasiado de Guarda Civil?	-	-	-
63	 fiorin @idafiorin	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Parabéns	-	-	-

64	 Joao Luis Garcia @jlg_joao	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Só esperamos que não seja uma ação momentânea e que realmente acabe com aquela pouca vergonha	-	-	-
65	 joselene breda @iosybreda	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Caro prefeito importante ação conjunta com setor saúde, social e policial, pois um gravíssimo problema de saúde pública merece amplo foco	-	-	-
66	 Direita Conservadora @TucaSrs	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Faça meu voto valer a pena!	-	-	-
67	 Fernando Castellari @castellarinando	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	DÓRIA Resolveu Trabalhar••Na Av Roberto Marinho Debaixo Do MONOTRILHO Q Seu Padrinho INCOMPETENTE ALCKMIN NUNCA Termina Virou Cracolândia TB	-	-	-
68	 Denise Veiga @DeniseVeiga03	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr		-	-	-
69	 Dr. Reaçã. @VieiraBazilio	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr @rosemarieturccu	E tu fostes fazer o que na cracolandia? Mais presepada, tu sabes que a cracolandia só acaba se acabar com o tráfico.Perseguem os noias	-	-	-

70	 100% EU @mdocesar1974	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Muito calma nessa hora.	-	-	-
71	 Ronaldo Carriel @carriel_ronaldo	22 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Pelo menos vai ao trabalho....continue postando....e mostre que está agindo pela cidade..... Não sou de São Paulo...mas estou admirando	-	-	-
72	 Cribala Santos @CribalaSantos	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Não fez o vídeo lá estranho.	-	-	-
73.1	 Neninha @anacarolinasc28	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Está vestido de que dessa vez?	1	-	1
73.2	 fabiano petkovic @fpetkovic1	21 de mai		De trabalhador, coisa q vagabundo esquerdistas não gosta	-	-	6
74.1	 Marcelo ou Pata @_pata	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Vc é sujo. Vc faz mal para as pessoas.	1	1	2
74.2	 Jedson vSantos @Jedsonvieira5	21 de mai		O seu cu também.	-	-	-

75	 Wendel Quirino @WendelRudney	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr @lo baeletrico	Meu candidato a presidência em 2018! Sempre a uma luz do fundo do túnel!	-	1	1
76	 Bill The Dog @billthedog	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	boa, Prefeito!	-	1	1
77.1	 o cara e bom @miguelvinicu	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Pedi sua polícia pra prende @aacioneves com 500 kilos de cocaína no helipo	1	-	-
77.2	 fabiano petkovic @fpetkovic1	21 de mai		Miguel vai estudar acéfalo	1	-	1
77.3	 o cara e bom @miguelvinicu	21 de mai		Você sabe o significado dessa palavra, vc sabe o curso que eu faço .	1	-	-
77.4	 fabiano petkovic @fpetkovic1	21 de mai		Idiota	1	-	-
77.5	 o cara e bom @miguelvinicu	21 de mai		Troxa	-	-	-

78.1	 RAFAEL SARDINHA @RAFAELSARDINH A7	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	POR FAVOR PREFEITO ME AJUDE URGENTE COM EMPREGO, NÃO ME IGNORE POR FAVOR.	1	-	1
78.2	 fabiano petkovic @fpetkovic1	21 de mai		Cara vc mora no rio	1	-	-
78.3	 RAFAEL SARDINHA @RAFAELSARDINH A7	21 de mai		ONDE EU CONSEGUIR UM EMPREGO EU VOU, ALUGO UM QUARTINHO , TA BRABO FICAR DESEMPREGADO	1	-	-
78.4	 fabiano petkovic @fpetkovic1	21 de mai		Parabéns, quem quer trabalhar Não escolhe lugar, se souber de algo ta aviso	1	-	-
78.5	 RAFAEL SARDINHA @RAFAELSARDINH A7	21 de mai		MUITO OBRIGADO.	-	-	-
79	 pbo @otto_bosco	22 de mai	Em resposta a @jdoriajr	A ação é da Polícia do Estado. Deixa o Alckmin aparecer um pouco!	-	-	-
80	 Guilherme @guilher5479794 2	21 de mai	Em resposta a @jdoriajr	Cidade cinza!	-	-	-

A identidade autoral manifesta na estrutura gramatical do discurso setecentista

Renata Ferreira MUNHOZ¹

Resumo: Pretende-se demonstrar como a organização linguística de textos manuscritos setecentistas pode revelar marcas identitárias de seus autores. Trabalhou-se com o mapeamento da colocação dos pronomes clíticos em correspondências administrativas na segunda metade do século XVIII. Dentro de um padrão sincrônico de análises, este estudo conclui que a recorrência do uso da próclise no contexto estudado apresenta pormenores interessantes, na esteira dos trabalhos de Martins (1994), Galves (2001), Paixão de Sousa (2004), capazes de auxiliar na compreensão do português empregado na colônia portuguesa na América entre os anos de 1765 e 1775, quando o Morgado de Mateus governou a capitania de São Paulo. Com o aporte da Sociofilologia, destaca-se o uso de ênclise enquanto exceção, de modo a revelar como a identidade autoral construía-se a partir da manutenção ou ruptura com os padrões de colocação pronominal empregados, mesmo que não sistematizados pelas gramáticas e manuais coevos.

Palavras-chave: Sociofilologia; Identidade Autoral; Manuscritos; Século XVIII; Colocação de Pronomes Clíticos.

Introdução

Neste recorte da pesquisa de Pós-Doutorado em andamento, estudam-se os *corpora* editados em duas teses de doutorado: Monte (2015) e Munhoz (2015). As edições² consistem em transcrições interpretativas ou semidiplomáticas³, o que representa a manutenção fidedigna do texto e, ademais, a tentativa de melhorá-lo, com desenvolvimento de abreviaturas, por exemplo.

Tendo a Filologia⁴ como ponto de partida, adotou-se a proposta mais ampla da Sociofilologia⁵ para se analisar a Língua Portuguesa da segunda metade do século XVIII. Esse viés sociofilológico foi proposto pelo hispanista e filólogo Roger Wright, da Universidade de Liverpool, e vincula as descobertas da atual Sociolinguística com as análises tradicionais da Filologia e da Linguística Histórica.

Como exemplo dos *corpora*⁶ estudados, apresentam-se em anexo as edições de dois documentos: o primeiro representando um dos documentos produzidos pelas altas instâncias do governo e o segundo, os autores com menos domínio da escrita. Embora de maneira sucinta, pretende-se apresentar, nas análises, as

¹ Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral da Universidade de São Paulo, sob a supervisão do Prof. Dr. Thomas Daniel Finbow. Bolsista CAPES. E-mail: renatamunhoz2000@yahoo.com.br; renatamunhoz@usp.br.

² “Para que um texto fale, ou melhor, para que seja interrogado no sentido de fornecer os dados que os historiadores da língua buscam, é necessário dar-lhe a condição de fonte linguística, disponibilizando-o através de edição.” (EMILIANO, 2003, p. 18).

³ Considera-se que para estudos linguísticos seja inviável uma edição de textos antigos totalmente modernizados, ou seja, transcritos no português atual, daí a escolha da transcrição semidiplomática.

⁴ A Filologia conta, pois, tanto com a restauração e fixação de textos quanto com a sua crítica. A ela associam-se disciplinas como a Paleografia, a Codicologia e a Diplomática. A esses estudos, soma-se a compreensão dos fatores histórico-culturais da dada civilização. A comprovação da importância desta ciência ao estudo linguístico das fontes documentais pode ser expressa na ideia de que os estudos linguísticos devem ser teoricamente filológicos, conforme Antilla (1989, p. 176).

⁵ Wright (2016, p. 21) afirma que nem uma análise filológica nem uma sociohistórica isoladamente seriam capazes de conduzir à compreensão dos fenômenos contidos em textos do passado. Sugere que a abordagem sociofilológica, que conta com a combinação de ambas, seria capaz de elucidar o fenômeno.

⁶ Uma centena de documentos manuscritos produzidos no período de governo do Morgado de Mateus (1765-75) na capitania de São Paulo, divididos em duas partes: os produzidos e chancelados na Secretaria de governo (Munhoz, 2015) e os outros, da mesma espécie documental, grafados por autoridades menores ou cidadãos comuns (MONTE, 2015).

diferenças existentes entre os dois textos quanto à colocação pronominal e os desdobramentos quanto à representação do *ethos* autoral no nível discursivo. A fim de fundamentar as análises, evitando-se anacronismos, adotaram-se obras de referência como gramáticas e manuaiscoevos.

Apresenta-se uma breve contextualização histórica, seguida de pressupostos teóricos pontuais. Antecedendo as análises, explica-se sobre as obras publicadas no período setecentista que embasaram as considerações finais.

1 Contexto histórico

Com o marco da oficialização da Língua Portuguesa pelo Marquês de Pombal, o século XVIII é de imensa relevância para os estudos da Língua Portuguesa do Brasil. No cenário de consolidação da Língua Portuguesa em detrimento da Língua Geral, destaca-se a figura do Morgado de Mateus enquanto um dos principais representantes da política pombalina, que “empreendeu uma reforma consoante às novas práticas pedagógicas que vigoravam no reino, inspiradas especialmente nas recomendações de Luís Antônio Verney.” (COSTA, 2014, p. 22). Tanto em suas correspondências oficiais e pessoais, quanto na organização de sua biblioteca, o Morgado de Mateus demonstra conhecimento sobre o que seria considerado o padrão da Língua Portuguesa na segunda metade do século XVIII. Embora não houvesse sistematização de regras, como a de colocação pronominal, por exemplo, observa-se a recorrência de uso nas obras publicadas e nos documentos cancelados no período.

Dadas as diversas ocorrências de grafias, dentro do conceito de ortografia pluriforme proposto por Marquilha (2000, p. 234), a escrita do século XVIII tende a ser considerada caótica por alguns pesquisadores. Contudo, do mesmo modo que se relata a preponderância de padrões ortográficos e paleográficos⁷ segundo Fachin (2011), pode-se observar o emprego de regras gramaticais padronizadas devido a aspectos de ordem sociolinguística.

Os dois manuscritos analisados são originais autógrafos: redigidos e assinados pelos próprios autores intelectuais, fator nem sempre comum à documentação setecentista, por vezes grafada de maneira terceirizada, por escribas e amanuenses a quem o conteúdo era ditado. O documento 1, cuja edição apresenta-se no Anexo I, foi grafado de próprio punho pelo governador em sua Secretaria de governo. Enquanto o documento 2 tem como autor um minerador, ao que tudo indica, com baixo grau de escolaridade. Trata-se de documento arquivado em uma das “três gavetas da Coleção Morgado de Mateus dedicadas a cartas recebidas pelo governador de pessoas que ocupavam variadas funções na estrutura colonial” (MONTE, 2015, p. 28).

⁷Nesse sentido, o autor apresenta regularidades nos traçados de letras que acabam por definir padrões empregados na escrita do período.

Enquanto o autor do documento 1 ocupa a mais alta patente, no cargo de Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, é um fidalgo português, escolhido pelo Rei Dom José I e pelo Marquês de Pombal por critérios de capacidade, posses e nobreza para governar São Paulo, o autor do documento 2 é um minerador, residente em Jacaré. As posições sociais ocupadas pelos dois autores são reforçadas por suas produções escritas.

De maneira geral, considera-se que o nível de proficiência dos autores em escritas monitoradas pela tentativa de manter os padrões da formalidade revele sua cultura e escolaridade⁸. Diretamente vinculada ao grau de escolaridade, a proficiência escrita no período setecentista, a exemplo da contemporaneidade, acaba por ser um fator determinado e, por vezes, determinante à posição social do indivíduo⁹. Diante disso, evidencia-se o esforço do autor do documento 2 para redigir dentro do padrão usado pelas mais altas instâncias do governo nos mesmos gêneros textuais. Apesar disso, as idiosincrasias em relação às normas vigentes evidenciam-se no nível ortográfico. Da mesma forma, a colocação pronominal apresenta características específicas, como se apresentará nas análises.

2 Pressupostos teóricos

O estudo das mudanças linguísticas embasa-se no quadro teórico da *Sociolinguística Variacionista*¹⁰ ou *Teoria da Variação* proposta por William Labov na década de 1960. Essa abordagem trabalha os dados linguísticos coletados por meio de tratamentos estatísticos com vistas a sistematizar a variação investigada. Por considerar que a variação linguística seja socialmente determinada, essa perspectiva teórica promove a interdisciplinaridade da Linguística com ciências como a História, a Sociologia e a Antropologia. Decorre daí a importância da contextualização histórica a partir dos próprios *corpora* estudados.

Esta perspectiva considera que as variações linguísticas podem acarretar uma mudança¹¹ que se divide nas três seguintes fases: a “origem”, em que há algumas variantes para um mesmo fenômeno; a etapa da “propagação”, em que as variantes se estabelecem e a “conclusão”, quando as variantes restantes desaparecem devido a diversos fatores de ordem social, como o grau de letramento. Dessa visão deriva a recolha de testemunhos de autores com dois graus distintos de letramento.

O conceito de “Sociofilologia”, criado em 1996 pelo romanista britânico Roger Wright (1996), aponta à importância de associar os conceitos da Filologia tradicional, aos da Sociolinguística, apoiando-se no

⁸“Daí decorre a importância da escolarização como factor que proporciona as condições básicas de acesso de todos os membros da sociedade às estruturas do poder.” (MATEUS, 2002, p. 24).

⁹“A escrita pode servir uma elite, não apenas como meio de comunicação, ou utensílio de registo de factos a memorizar, mas sobretudo como factor do seu poder de pessoa moral que domina e molda a vida colectiva.” (MARQUILHAS, 2000, p. 15).

¹⁰ A Sociolinguística considera as variações como naturais e necessárias. O princípio geral, de acordo com Wienreich, Labov, Herzog (2006), é o de que todas as línguas possuem variação de acordo com fatores socioculturais como idade, sexo, profissão, classe social e nível de escolaridade.

¹¹ Em linguística histórica, segundo Faraco (2007, p. 13), nem toda variação implica mudança, mas toda mudança pressupõe variação.

contexto sociohistórico em que se inseriu a produção escrita de um dado período. Desse modo, as pesquisas linguísticas do passado devem considerar a análise sociolinguística do ambiente sociocultural coeva. Adotam-se, pois, obras de referência que podem ter embasado a escrita coeva.

Quanto à observação do *ethos* autoral, entende-se esse conceito como a imagem que o autor constrói de si em seu discurso com vistas a atingir seus propósitos comunicacionais perante seus interlocutores, conforme postulou Kerbrat-Orecchioni (1993). Esse persona textual representa a “imagem discursiva de si ancorada em estereótipos, [como] um arsenal de representações coletivas que determinam a apresentação de si e sua eficácia em uma determinada cultura” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 221). A construção do *ethos* apoia-se também na reprodução, ou tentativa de manutenção, dos padrões gramaticais empregados nas obras canônicas do período setecentista. Dessa perspectiva resultam as análises a seguir.

3 As obras de referência para o período setecentista

Selecionaram-se seis obras contemporâneas ao *corpus* que podem ter sido empregadas como referências à escrita. São elas: *Promptuario de Syntaxe* (FRANCO, 1699); *Regras da Lingua Portuguesa, Espelho da Lingua Latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua Latina pelas regras da Portuguesa*. (ARGOTE, 1725) e *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa* (LOBATO, 1770). Devido à relevância da obra à grafia coeva e à adoção desse material na Secretaria de governo do Morgado de Mateus, estudou-se o manual *Nova escola para aprender a ler, escrever e contar* (FIGUEIREDO, 1722). Além do manual de caligrafia, outro comprovadamente adotado como referência à redação foi *O secretario portuguez – compendiosamente instruido no modo de escrever cartas* (FREIRE, 1746).

A fim de evitarem-se análises apoiadas em padrões alheios ao período, analisaram-se primeiramente as obras em busca de possíveis regramentos à colocação pronominal. A única referência encontrada sobre o assunto foi na obra de Argote (1725), em que os clíticos são considerados “idiotismo” por seu emprego estar alheio à norma culta e sua posição sintática ser um ponto passivo de mudança. Os clíticos pronominais eram tidos como elementos representativos exclusivamente para o nível fonológico, pertinentes ao tópico da “dicção” e da pronúncia dependia seu posicionamento em relação ao verbo. Observa-se, portanto, que as tratativas sobre o tópico da colocação pronominal não consideravam questões de ordem sintática. Ademais, a colocação proclítica ou enclítica era apresentada como algo arbitrário, à escolha do usuário da língua: “E esses pronomes, ou partículas podem-se por antes, ou depois do verbo? Comumente ou se podem pôr antes, ou depois. Ex: Tu daslhe pão, ou Tu lhe dás pão, onde a partícula lhe em uma oração está depois do verbo dás, em outra está antes.” (ARGOTE, 1725, p. 289).

Esse caráter arbitrário da colocação pronominal justifica não ser apresentada como associada a regras sintáticas:

Dicção enclítica é aquela partícula ou palavra que perde o seu tom e o põe na última sílaba da palavra antecedente, se é capaz dele. Sendo que o tom é um certo jeito ou diversidade de som, com que pronunciamos a mesma palavra ou partícula. Dizeme nesta palavra a partícula Me se pronuncia com algum jeito ou diversidade do que quando pomos a partícula Me antes do verbo diz, e pronunciamos Me diz. (ARGOTE, 1725, p. 287)

De maneira contraditória ao capítulo VII da gramática de Argote (1725), em que se trata “Das palavras enclíticas”, as análises de obras coevas revelam evidente predomínio da próclise.

Todas as vezes que estas partículas, ou pronomes Me, Te, Se, Lhe, Nós, Vós, “Lhes, se poem logo depois do verbo, se fazem enclíticas. Isto é, mudam o seu tom. Ex: Mandame, Mandaime, Dizte, Perde-se, Delhe, Fizeramnos, Digovos, Dizemlhes, onde as partículas Me, Te, etc, perdem o tom próprio e se fazem enclíticas, porque estão postas logo depois dos verbos mande, diz, etc.” (ARGOTE, 1725, p. 288)

Em detrimento do uso difundido da posição proclítica, sua normatização é apenas mencionada, por meio de um exemplo, como negação da ênclise: “Pedro me é suspeito, onde a partícula Me não é enclítica porque está antes do verbo é.” (ARGOTE, 1725, p. 289).

Diante das poucas referências diretas ao tópico gramatical, analisaram-se as obras enquanto fontes de ocorrências do fenômeno. Os resultados apontam total predomínio da próclise, haja vista que os ambientes e a ocorrência de ênclise restringem-se às formas nominais do verbo: infinitivo e gerúndio, além do início de orações. Exemplo disso é que o manual de Freire (1746), ao apresentar uma carta hipotética como modelo de redação, emprega a próclise de maneira recorrente: “A honrosa servidão, com que gostoso vivo criado de V. Senhoria, me estimula, me guia, me induz, me dá impulso, me abre caminho, me obriga, me conduz a dar a V. Senhoria noticia da minha chegada, etc.” (FREIRE, 1746, p. 3).

4 Análise

Por meio da observação da colocação dos clíticos pronominais nos dois documentos manuscritos analisados, nota-se em ambos o predomínio da próclise, conforme apresentado em forma de tabelas a seguir.

Quadro 2. Ocorrências de próclise

Documento 1	Documento 2
só se derigem	em que lhe dizia
cujos ânimos se recomenda	<i>vossa merce</i> me fêz merce
conciliar; se disgostariaõ	Conhecimento das Coÿzas, me héprecizo
que me obrigava	naõ as Levou
as couzas, me era forçoso	ahonde Se poder recolher
para me informar do que mehera	a Semana pasada me Escreveo
nopouco tempo que me restava	lhas aprestase
erespeitos. Me rezolvi adar principio	<i>para as</i> hir Levar

Sua Magestad que Deos Guarde me habitavaõ	para Se porparárem
Estes e outros motivos me obrigaraõ	naõ Se Sabia
Vossa Excellencia me perdoe	nem tenho quem a carregue
	nem quem a trate
	Eu lhe emprazo
	para Se proceder
	naõ me tenha por dezobdiente
	por que o naõ sou
	o que lhe parecer
	Sem ella ninguem Se Salva
	e naõ Se Segue
	nesta terra Se praticaõ

Fonte: Elaboração própria

Quadro 2. Ocorrências de ênclise

Documento 1	Documento 2
tomando- o	deyxó as em huã Caza
a demorar me nesta Villa	, recolhi as por caridade
posse, fundand ome ,	Balha- me Deos
	achou- a já doente
	mandey lhe fazer
	e destine- lhe Caza
	Acho- me em huã Cáma

Fonte: Elaboração própria

Ao debruçar-se sobre os Sermões do Padre António Vieira (1608), tomados como indicativo de mudança, Martins (1994) afirma que o século XVIII já contaria com a ordem Vcl como o padrão de ordenação de clíticos em contextos até então variáveis na História do Português. De maneira diversa, nota-se predomínio do padrão proclítico na segunda metade dos setecentos sem grande parte dos contextos, até mesmo no início de orações no texto do Morgado de Mateus, o que contradiz algumas pesquisas que afirmam não existir a colocação proclítica neste ambiente. Das 14 ocorrências de clíticos registradas no documento 1, apenas 3 ocupam posição enclítica. Vale ressaltar que, nessas três ocorrências, o verbo que antecede está na forma nominal do infinitivo ou do gerúndio.

De maneira similar em relação ao uso da próclise, o documento 2 conta com 27 ocorrências de clíticos, das quais 7 encontram-se em posição enclítica. Dessa forma, o uso da ênclise é bastante regular nos dois documentos: representando 21% das ocorrências no 1 e 26% no 2. A diferença, contudo, encontra-se no ambiente em que o autor do documento 2 emprega a ênclise. Além dos dois casos em que se inicia a oração, os demais são todos formados por verbos finitos, contexto pouco comum aos padrões do período.

Infere-se que mais do que mero desvio ou idiossincrasia gramatical, esse uso revela a tentativa de o autor expressar-se da maneira mais acertada em sua correspondência. Acredita-se, pois, que o emprego mais recorrente da ênclise no texto 2 possa indicar uma espécie de “hipercorreção” na organização do texto, revelando a busca de afirmar-se como um escritor proficiente.

Embora se trate dos mesmos gêneros textuais, todos voltados à esfera da administração pública, sabe-se que tais documentos contêm o chamado “texto livre”, conforme apontado por Munhoz (2015, p. 703). Desvinculadas da rigidez estrutural das fórmulas de cada espécie documental catalogada pela ciência da Diplomática, estas produções costumam registrar o discurso de seus autores, contando com a manutenção da norma padrão vigente ou com possíveis idiossincrasias gramaticais que escapam à tentativa de manutenção da norma culta com vistas à formalidade e, por conseguinte, à autoafirmação do *ethos* autoral como usuário culto da língua. Dessa maneira, o documento 2, grafado por um cidadão cuja atividade profissional não incluía a prática da escrita, aproxima-se do que seria a norma vernácula do período, em que se posicionariam os clíticos em relação ao verbo de maneira distinta daquela empregada nas gramáticas, manuais e obras coevas.

Destinada a superiores hierárquicos, essa documentação, aqui estudada pelo recorte de dois exemplares, indica a tentativa de filiação às regras da norma padrão vigente. Sendo assim, ao apresentar rupturas com essas regras, a escrita revela variações que podem ser associadas ao nível de letramento dos autores materiais, bem como ao esforço de construção/manutenção de seu *ethos*.

O documento 2, grafado por um autor menos proficiente, apresenta ocorrências ortográficas que diferem da norma padrão empregada no período e indica que se trate de registro vernacular. Por exemplo: “heses” (esses); “en” (em); “coyzas” (coisas); “may” (mãe); “honrada” (honrada); “porparárem” (prepararem); “dezobdiente” (desobediente); “vMilde” (humilde). Diante desse arrolamento, deve-se entender o que Wright (1994, p. 15) observa: as variações ortográficas não podem ser consideradas evidências diretas de variação da fala. Sobretudo no contexto de formalidade inseridas, essas marcas ortográficas revelam a menor proficiência do autor 2 em relação ao 1 e, ao mesmo tempo, a sua busca por aproximar-se do registro de 1, que seria considerada norma culta vigente.

O uso da normaculta no documento 1 reitera a posição social do Morgado de Mateus e reforça seu *ethos* autoral. O autor do documento 2, Manoel Alvarez de Afonseca, por sua vez, não conta com uma posição social de destaque que lhe promovoa *ethos*, que depende exclusivamente de seu discurso. Esse autor trabalha como mineiro, mais precisamente com extração de pedras em Jacareí e redige a uma instância superior, o Juiz Ordinário, para defender-se do crime de que era acusado, de abrigar doentes com bexiga em sua casa. Diante da seriedade do assunto e do grau de formalidade necessário, o autor certamente se expressa da maneira mais clara e objetiva possível, relatando o estado da doente e atribuindo ao seu interlocutor a responsabilidade sobre ela. Torna-se evidente, pois, a tentativa de o autor expressar-se da maneira mais polida possível e, com isso, construir o seu *ethos*, ferramenta essencial na tentativa de redução

de sua culpa. Serve-se, para tanto, do emprego da ênclise em ambientes de verbos finitos, contexto pouco comum ao período. Tendo em vista o predomínio quase exclusivo da próclise no período, entende-se que as colocações enclíticas representem ocorrências controladas pelo autor com vistas à construção de seu *ethos* e, por conseguinte, à realização dos objetivos apresentados na argumentação.

Considerações finais

Além das ocorrências de ênclise após as formas infinitivas e gerundivas, emprega-se a ênclise no início de orações, para que um clítico pronominal não inicie um período, apesar de o Morgado de Mateus iniciar uma oração com pronome átono: “Merezolvi”. Ressalva-se, contudo, ser esta a única ocorrência de próclise no início de oração de todos os *corpora* coevos analisados.

Do mesmo modo que a abordagem de caráter sociofilológico tem trazido esclarecimentos à questões e ordem linguística e cultural nos estudos da Linguística Histórica do Latim, intencionou-se demonstrar que tal abordagem possa ser igualmente útil aos estudos históricos da Língua Portuguesa. Acredita-se que a profícua interdisciplinaridade proposta pela Sociofilologia possa contribuir de maneira significativa para melhor compreender a complexidade da Língua Portuguesa na segunda metade do século XVIII, sobretudo de modo a observar os meandros em produções consideradas cultas e vernaculares na sociedade brasileira colonial.

Infere-se que os registros linguísticos, mesmo se tratando de documentação formal e formulaica, grafados em ofícios enviados a superiores hierárquicos, pode-se encontrar registros das normas vernaculares em voga na capitania de São Paulo no período do governo do Morgado de Mateus.

A tentativa de autores menos proficientes na escrita redigirem com uso mais recorrente de ênclise corrobora o que é previsto pela Sociolinguística, que as mudanças linguísticas partem sobretudo das normas vernaculares da língua. Conclui-se, pois, que, embora nos textos de referência gramatical da época não houvesse regras que prescrevessem a colocação pronominal, havia um rígido padrão mantido na modalidade escrita.

Acredita-se que, por não reconhecer os ambientes onde se deveria empregar a ênclise, os autores menos proficientes tendiam a empregá-la em verbos finitos, padrão pouco recorrente no período. Essa tentativa de aproximação da norma culta indica a tentativa de demonstrar-se um autor proficiente no uso da língua dentro dos moldes de formalidade exigidos pelo gênero textual e pelo registro padrão e, em última instância, a comprovação do *ethos* desse autor.

Conclui-se, pois, com a reiteração de ser bastante útil refletir sobre essas marcas linguísticas, lançando-se um olhar comparativo entre produções do próprio período. Evitam-se, desse modo, inferências anacrônicas e se conduz ao aprofundamento da compreensão desses textos. Por conseguinte, reforça-se a

necessária interdisciplinaridade entre conceitos da Filologia e da Sociolinguística, conforme proposto pela Sociofilologia, associados à Análise do Discurso.

Referências

- ANTTILA, Raimo. **Historical and comparative linguistics**. 2 ed. Amsterdam: John Benjamins, 1989.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- COSTA, Renata Ferreira. **Memória histórica da Capitania de São Paulo**: edição e estudo. São Paulo: APESP, 2014.
- EMILIANO, António Henrique de Albuquerque. **O tratamento dos dados da Linguística Histórica e da História da Língua**: fixação, disponibilização e interpretação de fontes primárias medievais (considerações gerais sobre métodos e procedimentos). Projeto para concurso docente. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2003. Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/docentes/aemiliano/CV/ficheiros/pub-17.pdf>
- FACHIN, Phablo Roberto Marchis. **Práticas de escrita setecentista em manuscritos da administração colonial em circulação pública no Brasil**. 2011. 432f. Tese(Doutorado em Filologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FARACO, Carlos Alberto. **Linguística Histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. Parábola, São Paulo, 2007.
- GALVES, Charlotte. **Ensaio sobre as gramáticas do português**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **La enunciación de la subjetividad en el lenguaje**. Tradução de Gladys Anfora e Emma Gregone. 2. ed. Buenos Aires: Edicial, 1993.
- MARQUILHAS, Rita. **A Faculdade das Letras**: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.
- MARTINS, Ana Maria. **Clíticos na história do Português**. Tese. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1994.
- MATEUS, Maria Helena Mira. **A face exposta da Língua Portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002.
- MONTE, Vanessa Martins do. **Correspondências paulistas**: as formas de tratamento em cartas de circulação pública (1765-1775). São Paulo: Humanitas, 2015.
- MUNHOZ, Renata Ferreira. **Filologia e discurso na correspondência oficial do Morgado de Mateus**: edição de documentos administrativos e estudo das marcas de avaliatividade. 2015. 606f. Tese (Doutorado em Filologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo.
- WRIGHT, Roger. Latin and Romance in the medieval period: A sociophilological approach. In: LEDGEWAY, Adam; MAIDEN, Martin (Eds.). **The Oxford Guide to the Romance Languages**. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- WRIGHT, Roger. **Latin and the Romance Languages in the Early Middle Ages**. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1996.

Obras coevas consultadas

ARGOTE, Jeronymo Contador de. **Regras da Língua Portuguesa**: Espelho da Língua Latina, ou disposição para facilitar o ensino da língua Latina pelas regras da Portuguesa. 2. impressão. Lisboa Occidental: Officina da Musica, 1725. Disponível em: <http://purl.pt/10>

FRANCO, Antonio. **Promptuario de Syntaxe**. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1699. Disponível em: http://purl.pt/22612/4/l-547-p_PDF/l-547-p_PDF_24-C-R0150/l-547-p_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

FIGUEIREDO, Manuel Andrade. **Nova escola para aprender a ler, escrever e contar**. Lisboa: Oficina de Bernardo da Costa de Carvalho, 1722. Disponível em: <http://purl.pt/107>

FREIRE, Francisco Jozé. **O secretario portuguez**: compendiosamente instruido no modo de escrever cartas. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1746.

LOBATO, Antonio José dos Reis Lobato. **Arte da Grammatica da Lingua Portugueza**. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1770. Disponível em: <http://purl.pt/196>

Como citar este capítulo:

MUNHOZ, Renata Ferreira. A identidade autoral manifesta na estrutura gramatical do discurso setecentista. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PEDRO, Adriana Moreira; OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de; SILVA, Alexandra Marques; SOUZA, Douglas Rabelo; BRITTO-COSTA, Letícia Fernandes de; KOBAYASHI, Sergio Mikio. **Discurso e identidade**: múltiplos enfoques. São Paulo: FFLCH, 2018, p. 242-254. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/9788575063361>

Sua Magestade que Deos Guarde **me** habilitavaõ para isso, principalmente naõ havendo actualmente na Capitania Capitaõ General, nem outra alguma Patente igual à minha

Sobre estes fundamentos naõ duvidei de passar logomostraaas Tropas; dispuz Sobre o modo como se haviaõ de ordenar as Ordenanças, mandei ver agente que havia para poder Levantar os Terços de Auxiliares; Dilinie as Fortificações; Formei ajunta para a Arrecadação da Fazenda Real; recenciei as contas do defunto Provedor; fiz passar ao Cofre os dinheiros que paravaõ nos depositarios que eraõ quarenta e tantos mil cruzados: destes Liquidei Logo para a Fazenda Real vinte e tantos mil cruzados de que se fizesse o Almoxtarifado e se sentou no Livro Ordenei o Livro de receita e despesa como Sua Magestade que Deos Guarde te[m] determinado: fiz por em arrecadação as dividas e dinheiros dispersos: Dei principio as Fabricas que de sejava erigir nesta Villa, de algodoens, elouça: Despuz para que se estabelecesse nova armação na Barra Grande para a pesca das Baleas.

Estes e outros motivos **me** obrigaraõ a deferir a minha jornada e posse para São Paulo, porque de outras sortes seria impossivel ordenar estas primeiras disposições.

Vossa Excellencia **me** perdoe se nisto tenho obrado mal porque a minha determinação foi só a fim de querer obrar melhor.

Deos Goarde a Vossa Excellencia Villa de Santos em
27 de Agosto de 1765

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde de Oeyras

Dom Luis Antonio de Souza

Anexo II – Documento 2 - Edição do documento 5 (MONTE, 2015)

Meu Senhor Escrevi hontem, a vossa merce respeyto, á menina em ferma, em que **lhe** dizia a naõ tinha en caza, em Ordem, a tapár a bóca, a heses requerentes, que parése o Povo de Pillatoz. Porém visto a reposta que vossa merce **me** fêz merce naõ poso faltar aos termos; de pór, na Sua maõ o remedio de tudo, e para vossa merce tomár verdadeyro Conhecimento das Coýzas, **me** hé precizo, Thomar a estoria de Seu principio. A Maý daquellas Meninas auzentou se desta Vila a procurar a Silla ahonde poder morár; naõ **as** Levou

Logo por não ter Serto, ahonde **Se** poder recolher com- éllas,
 deyxó **as** em huã Caza honrrada, emquanto não vinha, ou
 mandava por éllas; a Semana pasada **me** Escreveo
lhas aprestase Com-alguã matalotagezinha por caridade
 e luntamente a Antonio *rodriguez* de Brito *para as* hir Levar, reco-
 lhi **as** por caridade dois dias antes *para Se* porparárem, e fa-
 zerem, Sua mataLotagem, e mandeý vir o *dito* Brito
 Balha-**me** Deos; parese que he destino /e por alguã / o-
 Cupaçãõ que teve, quando véyo, achou-a já doente, e-
 a mim tambem; mandeý **lhe** fazer pello amór de Deos
 o que pude, porque não **Se** Sabia que mollestia hera;
 Agora que está com-oýto Sangrias, e as Bexigas todas
 de fóra, e em grande risco; Detremina *vossa merce* o que eu não pó-
 ço Excutar; Porque, eu não tenho caza fora da *vila* nem
 amigo nem parente, e élla, não tem parenta nem amiga
 nem comádre.

Com que *Senhor* luiz, élla ahi está, mande *vossa merce* Thomar
 Conta della, e destine-**lhe** Caza, e *quem* cûre délla, que eu,
 nem tenho quem **a** carregue, nem quem **a** trâte, e Acho **mo**
 [[Acho-**me**]] em huã Cáma pasando, Sabe Deos como.
 E do risco de vida, que a enferma corre, em bolir com-
 élla, e Sahir ao Ár, Eu **lhe** emprazo, e protesto perante
 a *lustiça* Divina, e tambem perante a humana *para Se* pro-
 ceder Contra *quem* direito for; e Detremine *vossa merce* o que
 for Servido e não **me** tenha por dezobdiente por que **o** não
 Sou; ella está a Sua Ordem pode *vossa merce* Thomar conta de-
 lla e fasa o que **lhe** parecer, e veja bem em que Con-
 siste a caridade que Sem ella ninguem **Se** Salva, e não
Se Segue Com-os abuzos que Só nesta terra **Se** praticaõ
 A minha vontade he que *vossa merce* não tenha
 molestias, e que Deos noso *Senhor* O *Guarde* Com Saude
muitos anos Caza de *vossa merce* 9 de Mayo de 1768.
 De *vossa merce* *senhor* luiz
 O Mais vMilde Servo e obrigado
 Manoel Alvarez de AFonseca

Relações dialógicas na pesquisa em Ciências Humanas: análise de um prefácio de seleta escolar oitocentista

Agildo Santos Silva de OLIVEIRA¹

Resumo: *Tem-se como objetivo central neste artigo discutir como a abordagem bakhtiniana das relações dialógicas orienta os pesquisadores a construir o percurso de sua pesquisa nas ciências humanas. Assim, discutimos os conceitos mais representativos dessa abordagem teórica: linguagem, enunciado concreto, sujeito e relações dialógicas. Um segundo objetivo, analisar modos de manifestações das relações dialógicas, em um prefácio de antologia escolar, como movimentos dialógicos da constituição de sentido da obra. Para isso, elegeram-se como corpus de análise o prefácio da *Selecta Classica* (1871), seleta escolar oitocentista adotada no Imperial Colégio de Pedro II e também utilizada nos exames de acesso às universidades, coletânea organizada por Felipe da Motta d’Azevedo Corrêa, professor do referido colégio. A análise do prefácio da *Selecta Classica* possibilitou enxergar que pelas manifestações das relações dialógicas entre enunciados chega-se a construção de sentido da obra.*

Palavras-chave: *Prefácio; Seleta Escolar; Relações Dialógicas.*

Introdução

No Brasil, as pesquisas que tomam a teoria dialógica de Bakhtin e o Círculo como lupa ideológica para seu desenvolvimento vem crescendo nos últimos tempos, principalmente àquelas voltadas à educação. Nesse sentido, questionamos quais os benefícios que essa escolha nos traz, uma vez que se trata de uma abordagem teórico-metodológica tão distante no tempo, entre 1920 a 1970, e no espaço, Brasil e Rússia ou Ocidente e Oriente.

Levantamos algumas hipóteses: pela teoria embasar os atuais documentos oficiais de educação no âmbito da linguagem como PCNs, OCEM, PCN+ e a atual BNCC; por seus principais conceitos como dialogia, relações dialógicas, interação, linguagem e sujeito não se limitarem a um lugar, isto é, não se trata de uma teoria de linguagem da União Soviética; ou ainda porque aí o Homem, a relação entre eles, é o centro da teoria numa ciência que leva seu nome, ciência humana. Essas são algumas hipóteses a serem replicadas.

Quantos às antologias escolares, por que estudá-las? Essas obras, ou enunciados-obras, falam muito sobre o homem e das relações entre homens, e de seu tempo, bem como do papel dos estudos de português no contexto imperial; em outros termos, as antologias não estão alheias ao seu meio ideológico, visto que são produtos ideológicos da atividade humana.

Para Bakhtin, existe algo do presente localizado passado, sobretudo quando os homens tocam no mesmo tema. Isso o faz entender na existência de relações de sentido entre os enunciados no grande tempo da cultura, ou seja, para compreender o presente, precisamos recuperar o passado, pois a história do homem tem memória, que pode ser recuperada “[...] nas formas concretas dos textos e nas condições concretas da

¹ Doutorando em Letras no Programa de Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Inês Batista Campos. Bolsista Capes. E-mail: agildo.oliveira@usp.br

vida dos textos, na sua inter-relação e interação” (BAKHTIN, 2011a [1952-1953], p. 319), um dos nossos objetivos de pesquisa no doutorado. Com isso, buscamos compreender as concepções de língua e de ensino de português que estavam presentes no período de gestação dessa disciplina curricular no ensino secundário brasileiro.

Neste artigo, visamos discutir como a abordagem bakhtiniana das relações dialógicas orienta os pesquisadores a construir o percurso de sua pesquisa nas ciências humanas, bem como analisar os diversos modos de manifestações dessas relações semânticas presentes no prefácio da antologia escolar *Selecta Classica*, como movimentos dialógicos constitutivos do sentido da obra.

O artigo está dividido em quatro seções: i) “Relações dialógicas em Bakhtin: gesto teórico-metodológico nas ciências humanas”, discutimos em linhas gerais a formação de Bakhtin e o Círculo, bem como o projeto do grupo e suas contribuições nas abordagens sobre linguagem, sujeito, pesquisa em ciências humanas e relações dialógicas; ii) “Seletas Escolares do Século XIX: a longa tradição nos estudos do Português”, traçamos panoramicamente o contexto da inserção do português no ensino secundário no império brasileiro, em específico a segunda metade do Século XIX, a inclusão das antologias escolares nesse contexto, bem como sua constituição; iii) “Exercícios dialógicos no prefácio da *Selecta Classica*: tecendo o futuro do diálogo”, seção na qual experimentamos alguns gestos analíticos sob a perspectiva bakhtiniana das relações dialógicas, que nos possibilitou enxergar os movimentos dialógicos na constituição de sentido da obra; e iv) “Considerações finais”.

1 Relações dialógicas em Bakhtin: gesto teórico-metodológico nas ciências humanas

A concepção de relações dialógicas aparece nos textos de Bakhtin a partir dos anos cinquenta do século passado, entretanto, é resultado da comunicação dialógica realizada no grande tempo de seu Círculo, a partir dos anos vinte do século passado. Recuperaremos, em linhas gerais, esse grande diálogo do grupo.

Para Faraco (2009), o que se denomina como Círculo de Bakhtin tratou-se de um híbrido grupo de intelectuais que se reuniam, com frequência, entre 1919 e 1929, para discutir filosofia e debater ideias. Os encontros aconteceram inicialmente em Nevel e Vitebsk, depois em Leningrado, a atual São Petersburgo. No Brasil, os mais conhecidos integrantes desse grupo são, respectivamente, Mikhail Bakhtin (o filósofo da linguagem), Valentin Voloshínov (o linguista) e Pavel Medviédev (o crítico literário, estudioso da cultura). Contudo, Faraco (2009) adverte que o Círculo contava ainda com outros membros como: o filósofo Matvei Kagan, o biólogo Ivan Kanaev, a pianista Maria Yudina e o estudioso de literatura Lev Pupianski². Os três intelectuais inicialmente citados foram os que tiveram suas produções e ideias disseminadas no Brasil,

² Essa parece ser uma das razões pelas quais Bakhtin ao longo de seus cinquenta anos de pesquisa utiliza muitas metáforas em seus estudos da linguagem aludindo a conceitos da música, como é o caso da polifonia; da física, como exotopia ou extralocalização, forças centrípetas e centrífugas; da biologia, como o cronotopo, etc. E mesmo o Volóchinov que aborda o signo ideológico como reflexão e refração da realidade, conceitos da física.

particularmente por estudiosos da área da linguagem. Isso porque o estudo do conjunto das obras desses três intelectuais permite-nos traçar um projeto comum para os estudos da linguagem, cujas abordagens sociológica, nos anos vinte, e metalinguística, nos anos sessenta, resultaram na teoria dialógica da linguagem.

Essa perspectiva de estudo ficou registrada em dois títulos das obras do Círculo: *O Método Formal nos Estudos Literários: Introdução Crítica a uma Poética Sociológica*, de Medviédev, de 1928, e *Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*, de Volóchinov, de 1929. Outra obra integrante da trilogia do método é *Problemas da obra de Dostoiévski*³ reformulado para *Problemas da Poética de Dostoiévski*, de Bakhtin, em 1929 e 1963, tendo sido a primeira versão elaborada no contexto no âmbito da proposição do método sociológico e a segunda na formulação inédita de um programa de disciplina proposta por Bakhtin, a metalinguística.

Em Bakhtin e o Círculo, a concepção constitutiva da linguagem é dialógica, no sentido amplo desta palavra. Nessa abordagem, “[...] a linguagem é concebida de um ponto de vista histórico, cultural e social que inclui, para efeito de compreensão e análise, a comunicação efetiva e os sujeitos e discursos nela envolvidos” (BRAIT e MELO, 2008, p. 65). A realização da linguagem se efetiva através de enunciados concretos, que são histórica, social e culturalmente localizados por sujeitos circunscritos em esferas ideológicas, nesse sentido, a linguagem é compreendida como produto da atividade humana, isto é, ela não é imanente, mas sim uma atividade axiológica do sujeito. É pelo ângulo de uma filosofia dialógica da constituição da linguagem e do sujeito que Bakhtin abordou a pesquisa nas ciências humanas.

Em *Para uma filosofia do ato responsável* (2010[1919 – 1921]), texto do início dos anos vinte, Bakhtin discute a concepção de sujeito. Para ele, todo sujeito é singular, pois não haverá outro *eu* no mesmo tempo e espaço que ocupo, assim, esse sujeito é chamado a assumir sua singularidade responsavelmente e a agir nela. Como todo sujeito está inserido em esferas ideológicas, então sua singularidade é atravessada por valores, nesse sentido, o autor concebe os sujeitos enquanto centros de valor, isto é, posições valorativas. É nessa interação valorativa *eu-outro* que os sujeitos e a linguagem se constituem, ou seja, na atividade que a linguagem acontece.

Assim sendo, toda pesquisa em ciências humanas que se constitui nessas concepções de linguagem e sujeito precisa recuperar os elementos constitutivos de seu objeto, que é o texto ou enunciado concreto. Nesse ângulo dialógico, é necessário saber quem é o autor do enunciado, quem é o interlocutor, qual a intenção discursiva do autor, qual o gênero, que lugar determinado gênero ocupa nas esferas de produção e circulação desses enunciados, qual o contexto histórico em que esses enunciados foram produzidos, todos esses elementos não são acessórios da linguagem, mas constitutivos do sentido de seus enunciados

³ Ainda sem tradução para o português.

concretos. Todos eles atravessam a constituição do objeto de pesquisa, eles estão em relações dialógicas, próximo ponto a ser discutido nos parágrafos a seguir.

A concepção de relações dialógicas se concentra na segunda abordagem de Bakhtin⁴, a perspectiva metalinguística. Essa abordagem começa a ser efetivada em seus textos a partir dos anos cinquenta, sendo o primeiro deles “Os gêneros do discurso” (2011a [1952 – 1953]), depois “O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas” (2011b [1959 – 1961]), e a obra *Problemas da poética de Dostoiévski* (2013 [1963]), só para citar os principais. Desses, apenas nos dois últimos a discussão sobre relações dialógicas são explicitamente tratadas. Deter-nos-emos apenas no segundo como fundamentação teórica acerca do conceito porque satisfaz o objetivo da nossa investigação e visto que todos os princípios regentes do conceito já estão presentes nele.

O ensaio “O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas”, inserido na compilação *Estética da Criação Verbal*, trata-se de um manuscrito inacabado de Bakhtin, encontrado em um de seus arquivos (FARACO, 2009). Essa assertiva pode ser confirmada na leitura do texto, pois em muitas de suas passagens há enunciados que indicam ideias a serem desenvolvidas posteriormente, o que não acontece. Fato que não nos impede de construir nossas relações semânticas mediante os enunciados concretizados e seu contexto dialógico. Nele, aparece pela primeira vez a expressão e o conceito de relações dialógicas.

Nas reflexões presentes nesse manuscrito, Bakhtin defende que o texto é o dado primário de qualquer pesquisa em ciências humanas, uma vez que é a “realidade imediata” do pensamento e das vivências, ou, em suas palavras “[...] são pensamentos sobre pensamentos, vivência das vivências, palavras sobre palavras, textos sobre textos” (BAKHTIN, 2011b [1959-1961], p. 307). Para ele, “[...] o objeto real é o homem social (inserido na sociedade), que fala e exprime a si mesmo por outros meios” (BAKHTIN, 2011b [1959-1961], p. 319), essas considerações o levaram a afirmar que “[...] onde não há texto não há objeto de pesquisa e pensamento” (BAKHTIN, 2011b [1959-1961], p. 307). Ainda segundo ele, a especificidade das ciências humanas é voltar-se para os pensamentos e sentidos dos outros, que, por sua vez, chegam ao pesquisador concretizados em forma de textos; igualmente por isso, ele deve ser o ponto de origem da pesquisa. Assim sendo, a relação entre pesquisador e texto é, num primeiro plano, a interlocução *eu-tu*, nunca uma relação *eu-ele*. Além disso, o texto atravessa toda a constituição da pesquisa: o pesquisador (re)produz o texto do autor, texto 1, para fins de sua pesquisa; cria outro, texto 2; em prol de um texto 3, um relatório, artigo, dissertação, tese, etc. É o que Bakhtin (2011b [1959-1961]) chama do criado no dado.

O texto nessa concepção deve ser compreendido como enunciado concreto e, enquanto tal, é um enunciado singular e pertencente a sujeitos; mesmo quando o pesquisador retoma-o, o ler novamente ou o cita, estamos diante de “[...] um acontecimento novo e singular na vida do texto, novo elo na cadeia da

⁴ A essa altura Volóchinov e Medviédev já estavam mortos, o primeiro em 1936 e o segundo em 1940. Ainda assim, podemos considerar que a metalinguística, sobretudo o princípio da dialogia, tem sua origem nas ideias do Círculo.

comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2011b [1959-1961], p. 311), outro enunciado. Esse desenvolvimento ininterrupto da vida do texto acontece sempre numa arena, no encontro entre dois sujeitos, dois autores, duas consciências; nessa tensão que o pesquisador interroga, contesta, cria hipóteses, refuta, confirma, enfrenta seu objeto, aqui “[...] se realiza o pensamento cognoscente e valorativo do cientista” (BAKHTIN, 2011b [1959-1961], p. 311), bem como se organiza a experiência – eis um caráter dialógico da pesquisa em ciências humanas.

Enquanto objeto de estudo das ciências humanas, o texto, enquanto enunciado, não pode ser encarado como algo mudo, ou fenômeno natural. Ele tem voz, ele fala, é produto da atividade humana, entretanto, ele não fala sozinho, pois já vimos que em Bakhtin o enunciado é “um elo na cadeia da comunicação discursiva”, assim, sempre está numa relação de sentido com outros, porque cada réplica do diálogo participa de um grande diálogo da comunicação discursiva de determinada esfera ideológica. A essa relação semântica entre os enunciados, Bakhtin (2011b [1959-1961] e 2013 [1963]) chamou de relações dialógicas. Em suas palavras:

As relações dialógicas são relações (semânticas) entre toda espécie de enunciados na comunicação discursiva. Dois enunciados, quaisquer que sejam, se confrontados no plano de sentido (não como objetos e não como exemplos linguísticos), acabam em relação dialógica. Mas essa é uma forma especial de dialogismo não intencional (por exemplo, a seleção de diferentes enunciados de cientistas vários ou sábios de diferentes épocas sobre uma questão) (BAKHTIN, 2011b [1959-1961], p. 323).

Destaquemos alguns pontos dessa definição: i) a relação dialógica está no plano semântico, ou seja, no plano do sentido e não do significado; ii) só pode haver entre diferentes enunciados, ou seja, de distintos autores, sujeitos; iii) essa relação de sentido proposta é de confronto, de cruzamentos entre os variados posicionamentos de sujeitos sobre um determinado tema; e iv) esse é uma forma especial de dialogismo e de relação semântica.

Para Bakhtin, as relações dialógicas só podem ocorrer entre os enunciados integrais porque só eles carregam valores como visões de mundo, pontos de vista, vozes sociais de sujeitos igualmente integrais, que de seu lugar singular assume uma posição integral sobre uma questão, o que o leva a considerar os enunciados como um conjunto de sentidos. O autor russo ainda destaca uma característica dos enunciados completos: eles são uma “tríade viva”, porque mantêm uma relação com os sujeitos (pois são de suas autorias e a eles dirigidos), com outros enunciados (ou seja, com a assimilação dos enunciados dos outros, ou alheios, uma vez que os valora como verdadeiro, falso, justo, injusto e a partir disso surge o enunciado responsivo) e com o objeto (haja vista ele é o ponto em comum, é sobre ele que se discute), “nele as pessoas se tocam” (BAKHTIN, 2011b [1959-1961], p. 329).

O autor aponta alguns modos de manifestações das relações dialógicas: as relações semânticas entre as réplicas da conversa do cotidiano, da discussão científica, da discussão política; polêmica; paródia; assimilação da palavra alheia; concordância; os estilos de linguagem; a linguagem do cotidiano; os dialetos,

a linguagem científica. E aqui acrescentamos os gêneros do discurso como um desses exemplos, uma vez que o autor o concebeu, já no solo da metalinguística, como enunciado, ou “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2011b [1959-1961], p. 261), um enunciado completo. Todos esses exemplos só podem ser vistos sob o ângulo de relações dialógicas se forem encarados como posições integrais, “pontos de vista”.

Não há limites espaciotemporais para esses confrontos dialógicos entre os enunciados, porque

Dois enunciados distantes um do outro, tanto no tempo quanto no espaço, que nada sabem um sobre o outro, no confronto dos sentidos revelam relações dialógicas se entre eles há ao menos alguma convergência de sentidos (ainda que seja uma identidade particular do tema, do ponto de vista, etc.). Qualquer resenha da história de alguma questão científica (independente ou incluída no trabalho científico sobre uma determinada questão) realiza confrontos dialógicos (entre enunciados, opiniões, pontos de vista) entre cientistas que não sabiam nem podiam saber nada uns sobre os outros. O aspecto comum aqui gera relações dialógicas (BAKHTIN, 2011b [1959-1961], p. 411).

Assim sendo, Bakhtin propõe com o conceito em tela os cruzamentos de diferentes centros de valor, o encontro de duas consciências, dois sujeitos, realizados por um terceiro, o pesquisador; em suma, é o homem indo ao encontro do diálogo no grande tempo. Com isso, podemos dizer que estamos diante de um caminho para pesquisa nas ciências humanas que é dialógico de ponta a ponta: de um lado, os enunciados confrontados pelo pesquisador, do outro, os seus enunciados, fruto das relações dialógicas realizadas.

A seguir trazemos alguns apontamentos acerca do português como disciplina curricular no ensino secundário brasileiro e das seletas escolares.

2 Seletas Escolares do Século XIX: a longa tradição nos estudos do Português

Para Razzini (2000), a trajetória do ensino de Português no ensino secundário imperial, de perfil literário, clássico e científico, pode ser compreendido em quatro momentos: i) 1838 – 1869, período em que a disciplina ocupava um pequeno espaço na grade curricular, situando-se só no primeiro ano do curso e, além disso, seu conteúdo estava muito atrelado ao Latim; ii) 1870 – 1889, estágio em que o Português representa uma disciplina obrigatória nos exames de preparatórios, por isso, houve uma certa expansão de sua carga horária e mais distribuição entre as séries, o que a tornou presente nas três séries iniciais do curso; iii) 1890 – 1930, estágio de baixa da disciplina de Retórica e Poética, que foi retirada dos exames e do currículo do Pedro II, e momento de ascensão do Português, que passava a ser pré-requisito sobre todas as outras matérias nos exames; e iv) 1931 – 1942, década da inserção da disciplina de Literatura nos programas curriculares de Português.

As seletas escolares configuram uma parte significativa no que se refere à constituição histórica do Português enquanto disciplina curricular no modelo seriado de ensino conhecido hoje e que foi instituído no primeiro cinquentenário do século XIX, ou seja, no contexto político do Império, em específico no ano 1838.

Tais obras passaram ser adotadas a partir da década de 1850, época em que houve uma das reformas nos programas de ensino do colégio modelo do Império: o Imperial Colégio de Pedro II.

Essas seletas constituíram-se de fragmentos de textos literários e não literários, escritos em prosa e verso, de autores portugueses e brasileiros consagrados pelo cânone literário. Na perspectiva dialógica, entendemos que as seletas compõem-se de uma seleção de enunciados de diferentes escritores e épocas, que trataram de temas comuns. Ou seja, as seletas são construídas nas intercalações dialógicas de diferentes enunciados integrais, de sujeitos integrais, que são postos em relações dialógicas pelos autores desse gênero de obra. Gênero esse que integrou um dos materiais didáticos adotados na disciplina de Gramática Nacional do primeiro ano do ensino secundário. Ou seja, a abordagem dada a esses livros era tanto literária quanto linguística.

Outros gêneros contemplam essas seletas escolares, os gêneros de circulação, nos quais os autores tratam acerca da publicação da obra. Constituem esse grupo de enunciados: prefácio, prólogo, introdução, preâmbulo e advertência. Tais gêneros apresentam um espaço significativo nas obras, seja porque abrem suas portas, seja porque há um número de páginas superior à média de três, caso muito raro nos livros didáticos de hoje, por exemplo. Nos enunciados desses gêneros encontramos interlocuções que ultrapassam a esfera educacional, por isso, seus enunciados se constituem na relação de sentidos com enunciados de esferas ideológicas várias, ou enunciados alheios. Como os diálogos são inúmeros, buscamos analisar, na minha pesquisa de doutorado em desenvolvimento, aqueles que tocam em um tema comum, a concepção de língua defendida nas obras deste gênero escolar, que circularam entre parte do Império (1870-1889).

Assim sendo, são os valores da concepção de língua materializados nos enunciados que procuramos analisar nos prefácios das antologias escolares desse período, portanto, a segunda fase da disciplina no Brasil Império. Para este trabalho, apresentamos algumas análises de um prefácio tendo as relações dialógicas como ponto de partida, esse é o objetivo da seção a seguir.

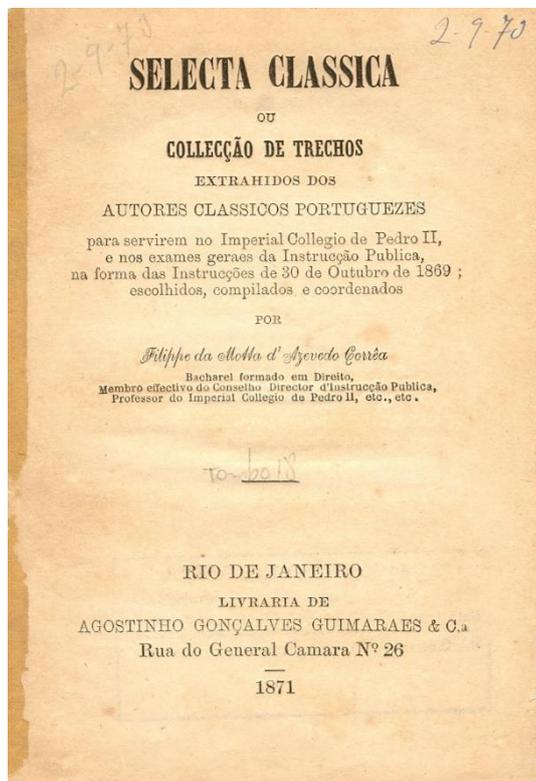
3 Exercícios dialógicos em *Selecta Classica*: tecendo o futuro do diálogo

Nesta seção, identificamos e analisamos as manifestações das relações dialógicas nos enunciados do prefácio de uma seleta escolar do século XIX. Tivemos como ponto de partida a apresentação e discussão, em linhas gerais, da constituição da obra, seu autor, as esferas de produção e circulação, elementos que mantêm diálogo com os enunciados do prefácio; com isso, identificamos as primeiras orientações dialógicas da obra, para, assim, chegarmos no nosso foco: as manifestações das relações dialógicas constitutivas do prefácio.

3.1 Orientações espaciotemporais da obra: vozes da produção e circulação

Constitui nosso *corpus* de pesquisa o prefácio de *Selecta Classica*, antologia escolar oitocentista que circulou em uma importante escola secundária imperial, além disso, a obra também foi indicada como referência nos exames de preparatórios, uma espécie de vestibular da época, indicando seu prestígio na educação imperial, conforme lemos na sua folha de rosto, reproduzida na figura abaixo.

Figura 1. Folha de rosto da *Selecta Classica*⁵



Fonte: Corrêa, 1871.

Selecta Classica ou Collecção de trechos extrahidos dos autores classicos portuguezes, do ano de 1871, foi compilada pela Livraria de Agostinho Gonçalves Guimarães & Cia, que segundo Hallewell (1985), foi fundada em 1816 representando uma das livrarias-editoras mais antigas do Rio de Janeiro, centro editorial do Império, inclusive de obras didáticas. O autor da obra, Felipe da Motta D’Azevedo Corrêa (1833-1888), foi um Bacharel em Direito, prestigiado intelectual do Império, professor de instituições de ensino, dentre elas o Imperial Colégio de Pedro II, o mais prestigiado da época, e membro do conselho diretor da instrução pública, uma espécie das atuais secretarias da educação. Sua notoriedade pode ser constatada numa nota da *Gazeta de Noticias*, do Rio de Janeiro, que em sua edição de 07 de março de 1888 trouxe uma nota de falecimento do autor e uma breve biografia:

Falleceu em Motpellier (França), no dia 7 de fevereiro ultimo, o Dr. Felipe da Motta de Azevedo Corrêa.

O finado que contava 55 anos de idade, era natural da provincia do Maranhão.

⁵ Agradecemos a equipe da Biblioteca do Livro Didático da Faculdade de Educação da USP, especialmente à bibliotecária Maria José Fagundes pelo trabalho zeloso e sua ajuda no cotejo com essa e outras obras raras que trabalhamos na pesquisa.

Formado, em 1859, na Faculdade de Direito do Recife, foi lente de inglês no Lyceu do Maranhão, e, mais tarde, do Instituto Commercial da Corte e do Imperial Colegio de Pedro II, sendo aposentado n'este ultimo cargo.

Pelos relevantes serviços que prestou a instrução publica, foi condencorado com o officaleto da Ordem da Rosa⁶; em 1870, fez parte, e mui brilhantemente, da comissão encarregada de representar o Brazil na exposição universal philadelphia⁷.

Deixou varias obras de ensino, algumas d'ellas adoptadas no curso secundário como a conhecida Grammatica Practica da lingua ingleza (GAZETA DE NOTICIAS, 1888, p.2).

A nota confirma o prestígio do autor, sua atuação na esfera da educação, segundo foi descrito na folha de rosto da obra, e indica que *Selecta Classica* não foi a única obra de sua autoria aprovada pelo governo para circular nas mãos dos alunos das escolas secundárias. Levando-se em consideração as honrarias concedidas, manteve também uma relação direta com a cúpula imperial, foi alguém de sua confiança, um sujeito favorável aos ideais imperialistas portugueses, especialmente a submissão política e cultural do Brasil com Portugal, por isso, um sujeito ideal para produzir obras didáticas a serem escolhidas pelo governo.

Esses elementos nos mostram a relevância dos livros escolares nos valores ideológicos que circulam entre os sujeitos de uma determinada esfera ideológica, sua vigilância pelo Estado, que controla a produção e circulação dos textos constitutivos dessas obras a serem trabalhadas com os estudantes. Ou seja, o livro escolar mantém uma relação direta com o que Medviédev (2012 [1928]) chamou de dupla orientação do gênero na realidade: a esfera de circulação e seus interlocutores, e com o conteúdo temático.

Com *Selecta Classica*, Felipe Corrêa atendeu duas finalidades: ser utilizada nas aulas de Português no Imperial Colégio de Pedro II, modelo institucional de ensino da época, que atendia aos filhos varões da elite urbana do Rio de Janeiro; e servir de referência para elaboração dos exames gerais da instrução pública, segundo as orientações do Decreto nº 4.430 de 30 de outubro de 1869, os quais regularam os exames gerais no Império. Conforme se lê: “Art. 11. A prova escripta de lingua portugueza consistirá em composição sobre themas formulados pela mesa de exame: as das outras linguas na versão para o latim, francez e inglez de trechos de autores classicos portuguezes” (BRASIL, 1869).

No que tange à sua constituição, *Selecta Classica* é composta por excertos de uma antologia escolar portuguesa: *Ornamentos da Memoria*, de 1849, do Padre J. I. Roquette. Assim, a publicação trata-se de um gênero intercalado constituído a partir da seleção de fragmentos de outra obra. Outra característica é que

⁶ Medalha concedida às pessoas distintas por suas fidelidades e serviços prestados ao imperador e ao Estado, era um grau superior a todas as ordens até então existentes tanto no Brasil quanto em Portugal.

⁷ Essa exposição foi uma dentre tantas outras que vinham sendo realizadas em diferentes países desde 1871, na Rússia. Nesse evento, eram apresentadas as novidades em diferentes áreas, entre elas a educação. Segundo Silva e Souza (2015), o objetivo de tais exposições eram apresentar os projetos de instrução dos seus respectivos países, esses eventos ocorriam em Museus Pedagógicos, em que se expunham desde maquetes de escolas até livros didáticos produzidos nesses lugares, bem como realização de debates acerca de temas relativos à educação. Podemos dizer que era um discurso sobre a pedagogia desses países. As mesmas autoras frisam que havia um forte apelo comercial, uma vez que os visitantes voltavam aos seus países com o intuito de fundar um Museu Pedagógico semelhante ao visto, para isso, também adquiriam muito dos materiais expostos na feira. Felipe Corrêa foi o enviado do Brasil neste ano para registrar, em relatórios, o que de melhor se tinha nas instruções americanas, inclusive materiais e regulamentos que aqui pudessem ser usados. Em uma carta vinda dos EUA e publicada na *Gazeta de Notícias*, edição de 27 de fevereiro de 1877, há o relato de que Felipe Corrêa sugeriria ao Imperador a criação de um Museu Pedagógico na Corte, que se realizou em 1883.

sua matriz, a obra de Roquette, foi produzida para atender, especialmente, a um público diferente, os estudantes portugueses do final da década de 1849. Logo, é de se esperar que um dos elementos da dupla articulação da seleta, o interlocutor, fosse constituído, em sua essência, por outros sujeitos, mostrando uma das tensões constitutivas da coletânea organizada por Corrêa.

Constam em sua seleção excertos em prosa de textos literários de autores clássicos portugueses. Os quais incluem conteúdos que tratam de temas essencialmente religiosos e de caráter doutrinários, por isso predominam trechos de sermões e de um dos seus nomes mais representativos, o Padre Antonio Vieira (1608-1697). Os fragmentos são antecidos por pequenas biografias dos seus respectivos autores, nas quais são destacadas as qualidades de seus textos sejam na pureza da língua portuguesa e/ou no estilo da escrita, os quais servem de modelos para leitores e escritores.

Selecta Classica circulou num Brasil Império, especificamente no Segundo Reinado, mas que já se movimentava em busca de ser um Brasil República, contexto em que manifestações de nacionalismo estiveram presentes em diversos discursos de diferentes esferas de comunicação. Um dos símbolos de patriotismo mais relevante na sociedade é a língua, não por acaso, pois a língua nacional, sua gramática, seu léxico, sua ortografia passam ser centro das atenções, de zelo e de constante vigilância.

Considerando que *Selecta Classica* apresenta, exclusivamente, uma coletânea de textos de autores clássicos da literatura portuguesa, entendemos que o conceito de nacionalismo defendido na obra era o da construção da identidade literária nacional brasileira pela reverência ao cânone literário português. Isto é, a constituição da identidade do eu pela cultura do outro.

Em sua composição, a obra também é intercalada por um prefácio, que, na subseção seguinte, será foco das nossas análises.

3.2 Manifestações das relações dialógicas no prefácio

Segundo Vieira, os prefácios podem ser considerados como um “[...] discurso preliminar que costuma anteceder qualquer tratado, livro” (VIEIRA, 1874, p. 891). E, nesse sentido, Sales (2003, p. 15) afirma que “configuram-se como parte funcional da obra, maneira de autor se explicar, se justificar, debater ideias, queixar-se, e também seduzir o público leitor”. Em termos bakhtinianos, o prefácio se constitui como espaço privilegiado para o autor manifestar seus pontos de vista, que é tecido no e pelo diálogo entre enunciados e sujeitos da comunicação dialógica.

Em *Selecta Classica*, o prefácio, de autoria do próprio compilador da obra, é constituído de enunciados verbais distribuídos em cinco parágrafos. Neles, Felipe Corrêa trata da gênese da obra, da sua funcionalidade, do conceito de língua e literatura, do processo de seleção dos excertos, ou seja, manifesta sua posição acerca desses pontos. Sendo esses posicionamentos valorativos do autor a principal forma de manifestação das relações dialógicas do prefácio da obra.

Levando em consideração elementos globais desses enunciados como conteúdo e seu grau de profundidade, relativamente denso, o interlocutor imediato do autor no prefácio não coincide com o interlocutor previsto da obra, o aluno da elite imperial; antes, Felipe Corrêa se dirige para autoridades pedagógicas como diretores e professores, pais, intelectuais, um contexto social mais amplo da sua época, indicando que o circuito da obra não se restringia à escola.

Logo no primeiro parágrafo, o autor recupera e dialoga com o enunciado que deu origem a compilação da obra, portanto, manifestando uma relação dialógica:

As instruções de 30 de Outubro de 1869⁸, que tiveram por fim regular a marcha e o processo dos exames geraes, estabeleceram como parte integrante dos exames de línguas a versão dos autores clássicos portugueses para as linguas latina, franceza e ingleza, e a analyse dos mesmos autores no exame de portuguez (CORRÊA, 1971, p.03).

Os enunciados do decreto, citados por meio do discurso indireto, teria influência decisiva na constituição da obra, pois seria referência na seleção dos excertos da seleta, isto é, trechos possíveis de serem traduzidos para as línguas estrangeiras presentes nos exames gerais. O cruzamento entre o enunciado do decreto – discurso oficial – e o enunciado do autor revela que os exames gerais exerceram forte domínio no conteúdo que circulava nas obras e nas aulas de português, algo que ocorre até os dias de hoje, explicitando a tradição propedêutica do ensino no Brasil.

Em seguida o autor declara:

Encarregado, no principio do anno passado, de apresentar dentro de 24 horas uma serie de trechos extrhaidos da obra <<Ornamentos da Memoria pelo padre Roquette>>, lutei com dificuldades para escolher passagens que ao passo que contivessem bellezas de linguagem, se prestassem á versão do latim e principalmente das linguas ingleza e franceza, que por serem de índole diversa não se adaptam com tanta facilidade aos torneios de phrase e estructura de estylo dos nossos escriptores classicos (CORRÊA, 1971, p.03).

Nesse excerto, três manifestações dialógicas apontam a posição do compilador da obra: a primeira, revela seu posicionamento crítico acerca da produção do livro, esse foi elaborado, no prazo de 24 horas, sob ordens – discurso autoritário – superiores, os verbos “encarregado” e “lutei” marcam seu posicionamento crítico frente às condições de produção da obra; a segunda, trata-se de outra crítica manifestada, a dificuldade de reunir numa obra excertos que valham para as traduções das referidas línguas estrangeiras, por entender que são distantes da língua portuguesa, em especiais a inglesa e a francesa; e a terceira marca o posicionamento do autor acerca da concepção de linguagem e literatura que assume na obra, conceito estético em que a expressão “belezas de linguagem” remete ao literário, que, por sua vez, é representado pelo clássico, belo e ornamental. Coerente com o conceito de linguagem que lhe deu origem: *Ornamentos da memória*. Ou seja, é uma relação semântica estabelecida pela simetria entre autor e obra, na qual a palavra alheia (da obra citada) se torna palavra própria (do autor).

⁸ As orientações referidas pelo autor fazem parte do Decreto nº 4.430 de 30 de outubro de 1869. O qual tratamos em parágrafos anteriores. Cf. Brasil (1869).

Em outra passagem:

Como era de esperar, e como eu mesmo declarei no acto de dar conta do encargo que me fora confiado, a escolha não era boa como fôra de desejar, e extractos havia que continham dificuldades notaveis para os jovens a que erão destinados, na maior parte alheios ao estylo e phraseologia dos antigos autores portuguezes, e apenas principiando os estudos das línguas para as quaes tinham de verter os ditos trechos. Urgia, porém, o tempo; e foram adoptados os – Trechos Classicos – (CORRÊA, 1971, p.04).

Nesse trecho, o autor assume que determinados excertos provocariam estranhamentos nos interlocutores previstos, antecipando assim uma réplica do futuro diálogo entre obra e reação dos seus leitores, em outros termos, trata-se da compreensão responsiva ativa como relação dialógica. Além disso, traz um importante dado para o interlocutor-pesquisador, o de que os leitores das seletas escolares eram infantis e o repertório de conteúdo desses trechos, ou pelo menos de alguns deles, eram inadequados a seus interlocutores. Portanto, os alunos, enquanto consumidores potenciais das obras, eram silenciados.

No último parágrafo do prefácio, Corrêa estabelece mais alguns diálogos:

Resolvi logo applicar-me, com vagar, á escolha de novos trechos que deviam servir nos exames do anno corrente de 1871 e procurei, o mais possivel, obviar aos inconvenientes que acima apontei na escolha dos mesmos. Para que, porém, a obra tivesse um cunho litterario e não fosse apenas uma collecção d’extractos; outrossim, para que Ella se prestasse mais para os exames da lingua nacional e para o curso d’essa lingua, hoje tão notavelmente melhorado, no Imperial Collegio de Pedro II, colligi uma longa serie de trechos extrahidos d’entre autores dos de melhor nota; inclui specimens variados de diversos generos de estylo; e acrescentei uma noticia resumida sobre cada um dos autores comprehendidos n’esta compilação a que puz o nome de – Selecta Classica (CORRÊA, 1971, p. 04).

Nesse trecho, o autor marca seu posicionamento na construção da obra, que é definido pelos verbos “resolvi”, “procurei”, “colligi”, “inclui” e “acrescentei”. Todos esses verbos na primeira pessoa do pretérito perfeito do indicativo apontam para posicionamento autoritário do compilador e de seu papel enquanto principal centro valorativo e organizador da obra.

No trecho: “outrossim, para que Ella se prestasse mais para os exames da lingua nacional e para o curso d’essa lingua, hoje tão notavelmente melhorado, no Imperial Collegio de Pedro II, colligi uma longa serie de trechos extrahidos d’entre autores dos de melhor nota”, o autor manifesta seu posicionamento favorável acerca da tendência escolar imperial brasileira: concepção do ensino de língua pela relação estabelecida entre literatura canônica e língua nacional. Na qual a primeira, materializada em excertos dos autores da longa tradição literária portuguesa, configuraria a representação da segunda. O que significa dizer que no prefácio de sua obra Felipe Corrêa defendeu o estudo da língua portuguesa pela variante linguística do cânone literário português; em outros termos, os enunciados revelam que a obra atendia também a um ideário político imperial: manutenção da relação subalterna do Brasil a Portugal.

Servindo tanto para os exames gerais quanto para o ensino da língua nacional – entenda-se nacional enquanto afirmação da cultura letrada portuguesa –, com *Selecta Classica* o autor firmava um conceito imperialista de nacionalismo: a identidade do eu se constitui pela assimilação da cultura do outro.

Considerações finais

Após o percurso teórico-analítico realizado neste artigo, é possível considerar que quando o pesquisador busca nas relações dialógicas orientações analíticas para seu *corpus* de pesquisa, que nas Ciências Humanas é um texto, ele consegue estabelecer as relações de sentido que são constitutivas do seu objeto. Nesse sentido, constatamos a produtividade do conceito de relações dialógicas para o pesquisador que busca desenvolver sua pesquisa a partir da perspectiva da análise dialógica do discurso.

Para Bakhtin, o texto é o dado primário de qualquer pesquisa em ciências humanas, e o pesquisador deve considerá-lo como o outro, assim, a interlocução se constituirá no plano eu-tu e não eu-ele, uma vez que o pesquisador constitui uma relação dialógica com os enunciados do seu *corpus* de pesquisa e só depois dialoga acerca desses enunciados.

No nosso caso, as relações dialógicas presentes no prefácio de *Selecta Classica* revelaram os posicionamentos do autor acerca do processo de construção da obra, de suas críticas sobre as condições de produção e o contexto dialógico do livro, das concepções de língua e literatura que definiram a seleção dos excertos, da funcionalidade político-ideológica da publicação e do conceito autoritário de nacionalismo, em que, no plano da língua, o nacionalismo brasileiro deveria ser constituído na assimilação cultural lusitana.

Assim, todos esses elementos mostram o caráter multifacetado das publicações escolares e o quanto eles, revelados nos enunciados do prefácio, estão em diálogo e são constitutivos do sentido da obra. Além disso, revelam os posicionamentos dos sujeitos que construíram a obra.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011a [1952-1953], p. 261-306.
- BAKHTIN, Mikhail. O problema do texto na linguística, a filologia e em outras ciências humanas. In: **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011b [1959-1961], p. 307-336.
- BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do Ato Responsável**. Trad. Valdemir Miotello e Augusto Ponzio. São Carlos: Pedro & João editores, 2010 [1919-1921].
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013 [1963].
- BRAIT, Beth.; MELO, Rosineide de. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 61-78.
- BRASIL. Decreto nº 4.430, de 30 de outubro de 1869. Regula os exames gerais no Império. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4430-30-outubro-1869-553076-publicacaooriginal-70716-pe.html>. Acesso em: 16 jun. 2016.

CORRÊA, Filippe da M. D'Azevedo. Prefácio. **Selecta Clássica ou coleções de trechos extrahidos dos autores clássicos portugueses**. Rio de Janeiro: Livraria de Agostinho Gonçalves Guimarães e Cia, 1871.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola, 2009.

GAZETA DE NOTÍCIAS. **Telegramas. Registro de entradas**. Rio de Janeiro, 07 mar. 1888, n. 67. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1888_00067.pdf Acesso em: 23 jun. 2016 às 16h53.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. Tradução de Maria da penha Vilalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: EDUSP, 1985.

MEDVIÉDEV, Pavel. **O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica**. Trad. Ekheterina Américo e Sheila Grillo. São Paulo: Contexto, 2012 [1928].

RAZZINI, Marcia de Paula. **O espelho da nação: a antologia nacional e o ensino de português e literatura [1838 – 1971]** 2000. 428f. Tese. (Doutorado em Teoria e História Literária) - Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000213348>.

SALES, Maria Araújo Germana. **Palavra e sedução: uma leitura de prefácios oitocentistas**. 2003. 333f. Tese. (Doutorado em Teoria e História Literária). Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000301167>.

SILVA, Vera Lúcia Gaspar da; SOUZA, Gizele de. Museus pedagógicos: um vasto arsenal para o debate. In: VIEIRA, Domingos. **Grande dicionário português**. V. 4. Porto: Ernesto Chardron e Bartolomeu de Moraes, 1874.

VOLÓCHINOV, Valentin N. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017 [1929].

Como citar este capítulo:

OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de. Relações dialógicas na pesquisa em Ciências Humanas: análise de um prefácio de seleta escolar oitocentista. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PEDRO, Adriana Moreira; OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de; SILVA, Alexandra Marques; SOUZA, Douglas Rabelo; BRITTO-COSTA, Letícia Fernandes de; KOBAYASHI, Sergio Mikio. **Discurso e identidade: múltiplos enfoques**. São Paulo: FFLCH, 2018, p. 255-270. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/9788575063361>

Anexos

Anexo I – Prefácio de *Selecta Classica*



As Instrucções de 30 de Outubro de 1869, que tiveram por fim regular a marcha e o processo dos exames geraes, estabeleceram como parte integrante dos exames de linguas a versão dos autores classicos portuguezes para as linguas latina, franceza e ingleza, e a analyse dos mesmos autores no exame de portuguez.

Encarregado, no principio do anno passado, de apresentar dentro de 24 horas uma serie de trechos extrahidos da obra « Ornamentos da Memoria pelo padre Roquette », lutei com difficuldades para escolher passagens que ao passo que contivessem bellezas de linguagem, se prestassem á versão do latim e principalmente das linguas ingleza e franceza, que por serem de indole diversa não se adaptam com tanta facilidade aos torneios de phrase e estructura de estylo dos nossos escriptores classicos.

A Compilação conhecida pelo nome de—
Trechos Classicos— foi o resultado d'esse tra-

4

balho, urgente quanto ao tempo e limitado quanto ao assumpto.

Como era de esperar, e como eu mesmo declarei no acto de dar conta do encargo que me fôra confiado, a escolha não era boa como o fôra de desejar, e extractos havia que continham difficuldades notaveis para os jovens a que erão destinados, na maior parte alheios ao estylo e phraseologia dos antigos autores portuguezes, e apenas principiando o estudo das linguas para as quaes tinham de verter os ditos trechos. Urgia, porém, o tempo; e foram adoptados os—Trechos Classicos—.

Resolvi logo applicar-me, com vagar, á escolha de novos trechos que deviam servir nos exames do anno corrente de 1871 e procurei, o mais possivel, obviar aos inconvenientes que acima apontei na escolha dos mesmos. Para que, porém, a obra tivesse um cunho litterario e não fosse apenas uma collecção d'extractos; outrosim, para que ella se prestasse mais para os exames da lingua nacional e para o curso d'essa lingua, hoje tão notavelmente melhorado, no Imperial Collegio de Pedro II, colligi uma longa serie de trechos extrahidos d'entre autores dos de melhor nota; inclui specimens variados de diversos generos de estylo; e acrescentei uma noticia resumida sobre cada um dos autores comprehendidos n'esta compilação a que puz o nome de—Selecta Classica.

Mulher, Marca e Beleza: modos de apropriação do discurso feminista em propagandas de *Natura*

Danielle Martins SANTOS¹

Resumo: O artigo que aqui se apresenta é fruto de uma pesquisa de Iniciação Científica sobre a apropriação do discurso feminista por propagandas de cosméticos em cinco empresas atuantes no Brasil. Neste trabalho, faremos um recorte que inclui quatro peças publicitárias da empresa Natura e buscamos mostrar os modos como a marca projeta a imagem de uma mulher confiante, que decide usar os produtos cosméticos livremente, e não como resultado de uma pressão social; constrói um ethos a partir do qual a empresa se posiciona como aliada das mulheres; e instancia estratégias para ressignificar de forma mais plural e positiva o significante “beleza”. A base teórica dessas análises se deu por meio da articulação de princípios da teoria publicitária, da teoria feminista e da Análise Crítica do Discurso (ACD). Para tanto, levaremos também em consideração princípios da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) e da Teoria do Design Visual (TDV).

Palavras-chave: Feminismo; Publicidade; Análise Crítica do Discurso; Mito da Beleza; Representação

Introdução

Fundada em 1969 por Antônio Luiz Seabra, Natura é uma empresa de cosméticos brasileira, atualmente presente em países como Argentina, Chile e Colômbia, tendo encerrado o primeiro trimestre de 2017 com um lucro líquido de R\$ 188.97 milhões² e sido classificada pela revista *Exame* como a maior empresa de beleza do Brasil em 2016³. Seus produtos, como sabonetes, desodorantes, óleos corporais, maquiagem, perfumaria e proteção solar, são principalmente para o tratamento do rosto, corpo e barba.

Para esta pesquisa, foram selecionados quatro anúncios publicitários da marca, retirados do seu canal oficial no site *youtube* entre fevereiro e abril de 2016. São eles: “Refaça o pacto com a sua beleza” (25/02/2016); “Viva sua beleza viva” (11/03/2016); “O que é beleza para você?” (01/04/2016); e “Como se colocar em relação à beleza?” (19/04/2016).

Nestes, buscamos analisar quais relações dialógicas são construídas, como a marca se vale delas para construir seu *ethos*, e qual imagem da mulher é projetada nessas propagandas; além disso, investigamos de que maneira a marca aborda o significado do significante “beleza”.

Para a realização de tal investigação, foram articulados princípios da Análise Crítica do Discurso como postulados por Norman Fairclough (2003), juntamente com conceitos da teoria feminista, a partir das discussões de Naomi Wolf (1992), e alguns pressupostos da teoria publicitária foram elucidados por Armando Sant’Anna, Ismael Rocha Junior e Luiz Fernando Dabul Garcia (2015). Foi também usada a tipologia de recursos linguísticos ligados ao sistema de ENGAJAMENTO, como proposto por Martin & White (2005) no

¹ Graduanda em Letras da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, tendo realizado iniciação científica sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves-Segundo. Bolsista PIBIC/CNPq. E-mail: danielle.martins.santos@usp.br

²<https://br.advn.com/bolsa-de-valores/bovespa/natura-NATU3/balanco> (acesso em 17 set. 2017)

³ <http://exame.abril.com.br/negocios/as-5-maiores-empresas-de-beleza-no-brasil/> (acesso em 17 set. 2017)

âmbito da LSF. Ademais, tendo em mente que os vídeos aqui analisados são textos multimodais, também foi utilizada a teoria do Design Visual, de Kress e van Leeuwen (2006).

1 Discurso, feminismo e publicidade

A Análise Crítica do Discurso, como explanada por Fairclough (2003), entende que não é possível fazer uma completa análise discursiva sem levar em conta a dimensão sociohistórica e a configuração multimodal (verbal e não verbal) dos textos produzidos pelos atores sociais. Assim, a ACD considera essencial levar em consideração não apenas o texto em si, mas também seu processo de produção, suas possíveis interpretações e quais textos podem estar nele contidos, explícita (citações) ou implicitamente.

No que diz respeito ao que está implícito em um texto, é importante lembrar o dialogismo de Bakhtin (2004[1929b]), neste caso, não se trata de um texto que é inserido em outro, mas de uma recuperação implícita de uma voz externa. Todo texto também é construído contra um fundo do que “não é dito”.

Assim, o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc. Qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma fração de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta (concernente à vida cotidiana, à literatura, ao conhecimento, à política, etc.). Mas essa comunicação verbal ininterrupta constitui, por sua vez, apenas um momento na evolução contínua, em todas as direções, de um grupo social determinado (BAKHTIN; VOLOSHÍNOV, 2004[1929b], p.123).

Embora os atores sociais tenham certa liberdade na produção de seus textos (eventos sociais), esses são regulamentados pelas ordens do Discurso, constituídas por gêneros (padrões sociossemióticos relativamente estáveis de ação); discursos (padrões sociossemióticos relativamente estáveis de representações); e estilos (padrões sociossemióticos relativamente estáveis de ser).

Para Bakhtin (2003[1952-53]), os gêneros são os campos de utilização da língua, ou as esferas, que delimitam modos específicos de refratar a realidade e cada esfera tem uma função determinada na vida social; assim, é possível pensar uma relação de *funcionalidade* para os gêneros em cada campo.

Fairclough sistematiza três principais elementos a serem levados em consideração durante a análise do gênero de um texto: atividade (o que as pessoas estão fazendo discursivamente? Quais seus propósitos?); relações sociais (são essas de poder ou de solidariedade?) e tecnologias comunicacionais (de duas vias ou via única?).

Os estilos aparecem nos textos por meio de diversas estratégias linguísticas. Primeiramente, no que diz respeito à fonética, a identidade do ator social pode aparecer na sua pronúncia, na sua entonação e no seu ritmo. Semanticamente, o uso de determinado vocabulário e determinadas metáforas também são marcadores de identidade. No processo de identificação, também estão envolvidas linguagem corporal (expressões faciais, gestos, etc.) e aparência (penteados, roupas, etc.).

Modalidade e avaliação são duas formas de perceber a presença de estilos em um texto, pois ambas fazem referência ao quanto os autores se comprometem com o que estão dizendo e este nível de comprometimento é um reflexo de como eles se identificam.

Dessas três dimensões, a que é de maior relevância para a análise aqui proposta é a das representações (discursos), já que a pesquisa, como um todo, buscou compreender qual é a relação que as propagandas analisadas criam com o discurso feminista e, conseqüentemente, quais relações elas criam com o discurso machista, bem como a forma como representam os atores sociais (mulheres projetadas) e a própria marca (*ethos* da empresa).

Representações, ou discursos, como colocados por Fairclough, são:

formas de representar aspectos do mundo (...). Aspectos particulares do mundo podem ser representados de formas diferentes, então nós geralmente nos encontramos na posição de ter que considerar o relacionamento entre diferentes discursos. Discursos diferentes são perspectivas diferentes sobre o mundo, que por sua vez depende da posição que a pessoa ocupa no mundo, sua identidade social e pessoal, e o relacionamento social entre ela e as outras pessoas. Discursos não apenas representam o mundo como ele é (ou melhor, como ele é visto), mas também de forma projetiva, imaginária, representando mundos possíveis que são diferentes do mundo real (...). (Discursos) podem completar uns aos outros, competir entre si, um pode dominar outros, e assim por diante (FAIRCLOUGH, 2003, p.124)⁴

É também importante ressaltar que discursos possuem diferentes níveis de abstração e não são homogêneos. Dentro de um texto podem ser encontrados diversos discursos em relações dialógicas convergentes ou divergentes. Para identificar esses discursos, é importante primeiramente verificar quais partes do mundo estão sendo representadas, qual é o “tema” principal, e depois observar a forma como esse tema é representado: sob qual perspectiva, ângulo ou ponto de vista. Linguisticamente, discursos podem ser identificados pelo uso de determinado léxico, diferentes metáforas, escolha da voz verbal, entre outras estratégias.

No que diz respeito à teoria feminista, como o foco da análise é pensar na relação entre o feminismo e venda de produtos cosméticos, é importante entender o ‘mito da beleza’, termo cunhado por Wolf (1992), para descrever a forma estrutural pela qual as imagens de beleza são usadas contra as mulheres.

De acordo com a autora, o mito da beleza é uma resposta do patriarcado às conquistas das feministas da primeira e da segunda ondas. A partir do momento em que a mulher passa a ser parte integral do mercado de trabalho, a disputar as mesmas posições que os homens e a não ficar mais presa ao ambiente do lar, é criada para ela uma nova prisão, uma nova arma política para incapacitar sua evolução e destruir psicologicamente o que foi até então conquistado.

⁴No original, “ways of representing aspects of the world (...) Particular aspects of the world may be represented differently, so we are generally in the position of having to consider the relationship between different discourses. Different discourses are different perspectives on the world, and they are associated with the different relations people have to the world, which in turn depends on their positions in the world, their social and personal identities, and the social relationships in which they stand to other people. Discourses not only represent the world as it is (or rather is seen to be), they are also projective, imaginaries, representing possible worlds which are different from the actual world (...). (Discourses) may complement one another, compete with one another, one can dominate others, and so forth.”

Ao atribuir valor às mulheres numa hierarquia vertical, de acordo com um padrão físico imposto culturalmente, ele expressa relações de poder segundo as quais as mulheres precisam competir de forma antinatural por recursos dos quais os homens se apropriaram. (WOLF, 1992, p.15)

O propósito do mito não é impor que a mulher atinja uma determinada aparência, mas, sim, determinar seu comportamento, para que ela fique condicionada a perpetuamente sentir-se inferior e, desse modo, gastar seu tempo, sua energia e seu dinheiro buscando essa beleza inalcançável, sem atingir seu potencial máximo.

Wolf (1992) revela que as empresas de cosméticos tiveram um papel importante no estabelecimento do mito, pois, historicamente, elas sempre ditaram qual era o padrão de beleza ideal que deveria ser almejado. Contudo, desde a publicação do livro até os dias atuais, o debate sobre o mito da beleza cresceu, mais mulheres estão cientes de que este é um fenômeno da sociedade patriarcal em que vivemos, também de que o mito tem um efeito negativo em suas vidas, assim, mais delas rejeitam esse discurso.

As propagandas das empresas de cosméticos acompanham essa mudança social e agora tentam se desvencilhar do mito da beleza, bem como de qualquer outra noção machista, e se estabelecerem como aliadas à luta feminista.

A forma de se conceber um anúncio publicitário muda porque a sociedade se transforma, e assim também o *target* primário se altera. Se as propagandas analisadas neste trabalho revelam um discurso contrário ao mito da beleza, é porque se pretende atingir um público-alvo que assim se posiciona.

Segundo Sant'anna, Rocha e Garcia (2015), a imagem de uma marca, ou seja, a construção de seu *ethos*, é o elemento principal ao qual deve ser atribuído o fracasso ou o sucesso de uma empresa. É possível supor que este é o motivo pelo qual todas as propagandas coletadas para a composição do *corpus* deste artigo são de teor institucional.

Outra estratégia que é importante destacarmos é a venda da “experiência”, ou seja, as peças publicitárias não anunciam um produto, mas um estilo de vida que o consumidor pode adquirir ao comprar o produto. Afinal,

Comparamos em termos de desejo e não apenas em termos racionais. Compramos aquilo que nos agrada e não o que nos é apenas útil. Não compramos o que realmente precisamos, mas o que desejamos – isto é, o que as nossas forças afetivas nos impulsionam a comprar. Os produtos valem não por suas qualidades intrínsecas, mas pelo prestígio ou satisfação que conferem. (SANT'ANNA; ROCHA; GARCIA, 2015, p.91)

2 Categorias de análise: engajamento, *ethos* e design visual

A Linguística Sistêmico-Funcional, como proposta por Halliday (2004), concebe a língua como um sistema formador de significado. Para mais, a LSF não vê a língua apenas como um sistema, mas entende

também sua relevância como organizadora da experiência humana e dispositivo essencial para a atuação do indivíduo com o outro e com o ambiente.

Conforme Gonçalves-Segundo (2014, p. 1287),

a teoria busca entender a língua tanto na sua realidade externa – como um sistema que refrata as demandas da ação social humana, respondendo a elas pelos ajustes sistêmicos paulatinos necessários para a viabilização dos processos de significação pretendidos pelos atores sociais – quanto na sua realidade interna – buscando examinar a estruturação linguística em termos de seu caráter estratificado, de sua organização metafuncional, de sua estruturação paradigmática e sintagmática e da sua configuração em termos da escala de instanciação.

Para este artigo, é útil considerarmos o sistema de AVALIATIVIDADE (Martin & White, 2005), ligado à metafunção interpessoal em termos do estrato semântico-discursivo, uma vez que ele propicia categorias úteis para a construção da imagem autoral, da relação entre a voz autoral e a audiência, do comprometimento e da perspectivação diante da realidade, além do dialogismo. Ninin & Barbara (2013, p. 129) destacam que tal sistema trata de

três tipos de recursos [...] estreitamente relacionados – Atitude, Engajamento e Gradação –, possibilitando ao falante/escritor expressar afeto, julgamento, apreciação, aumentar ou diminuir o grau de avaliatividade e, ainda, expressar posicionamentos e opiniões.

Usamos para a análise do *corpus* o subsistema do ENGAJAMENTO, que trata dos recursos linguísticos de que os atores sociais fazem uso a fim de se posicionarem em relação a outras vozes autorais, bem como posicionando essas outras vozes em relação a sua, de forma a simular uma exclusão completa (monoglossia) ou incluí-las em seus textos (heteroglossia), seja para reconhecer sua plausibilidade, seja para rejeitá-la. Esta última categoria está mais bem desenvolvida no quadro abaixo:

Quadro 1. Opções paradigmáticas do subsistema de ENGAJAMENTO: HETEROGLOSSIA⁵

<p>EXPANSÃO DIALÓGICA: aceitação da validade ou reconhecimento da plausibilidade de alternativas dialógicas.</p>	<p>Ponderação: reconhece a possibilidade de alternativas dialógicas. Ex.: formas modais</p> <p>ATRIBUIÇÃO: discurso relatado direto ou indireto.</p> <p>a. Reconhecimento: a voz autoral relata, de forma neutra, a alternativa dialógica. Ex.: verbos <i>dizer, falar, comentar</i>.</p> <p>b. Distanciamento: voz autoral não valida o discurso relatado. Ex.: verbos <i>alegar, ouvir dizer</i>.</p>
<p>CONTRAÇÃO DIALÓGICA: rejeição parcial ou total de alternativas dialógicas.</p>	<p>CONTRAPOSIÇÃO: anula alternativas dialógicas</p> <p>a. Negação</p> <p>b. Contra-expectativa: Ex.: operadores concessivos e adversativos.</p> <p>PROPOSIÇÃO: rejeição parcial de alternativas dialógicas</p> <p>a. Expectativa confirmada: constrói leitor/ouvinte que partilha da posição autoral. Ex.: expressões como <i>É óbvio que, evidentemente</i>.</p>

⁵ O subsistema de ENGAJAMENTO exposto baseia-se em Martin & White (2005) e segue a tradução sugerida por Ninin & Barbara (2013).

	<p>b. Pronunciamento: constrói leitor/ouvinte como portador de um posicionamento polêmico em relação ao autoral. Ex.: expressões como <i>A verdade é que, O fato é que</i>.</p> <p>c. Endosso: forma de discurso relatado em que a voz autoral valida e ratifica o discurso de outrem. Ex.: verbos <i>mostrar, provar</i>.</p>
--	--

Fonte: Extraído de Gonçalves Segundo (2016, p. 157)

Ao analisarmos a marca, consideramos também a imagem que esta constrói para si. Para isso, assumimos como base a noção de *ethos* (um dos componentes fundamentais da retórica). Segundo Amossy (2005),

Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu auto-retrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si (AMOSSY, 2005, p.9)

Por fim, tomamos também a Teoria do Design Visual. Para Kress e van Leeuwen (2006), as imagens, assim como a linguagem verbal, devem ser entendidas como um sistema sociossemiótico, ou seja, um conjunto de signos socialmente compartilhados e regidos por determinados princípios e regularidades, que utilizamos para representar nossas experiências e negociar nossa relação com os outros.

Tanto a linguagem verbal como a visual permitem construir representações de mundo (função de representação), atribuir papéis aos participantes representados – pessoas, objetos, instituições – e estabelecer diferentes relações entre os participantes no texto, bem como entre esses e o leitor (função de interação), e ainda organizar esses sentidos na forma de um todo que entendemos por texto (função de composição). Essas categorias de análise estão mais aprofundadas no quadro a seguir:

Quadro 2. Categorias de Análise de TDV⁶

FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO (ideacional)	<p>Representações Narrativas (Processos de Ação; Processos de Reação; Processos Mentais e Processos Verbais): retratam participantes realizando ações sobre outros participantes ou envolvidos em acontecimentos.</p> <p>Representações Conceituais (Processos Classificatórios; Processos Analíticos; Processos Simbólicos): o foco são os atributos e as identidades dos participantes.</p>
FUNÇÃO DE INTERAÇÃO (interpessoal)	<p>Contato: do olhar entre o participante representado na imagem e o leitor.</p>

⁶ Terminologia retirada de Nascimento, Bezerra e Heberle (2011).

	<p>Distância Social: visualização do participante representado como estando próximo ou distante do leitor.</p> <p>Atitude: O posicionamento do corpo do participante representado em relação ao leitor.</p> <p>Poder: A partir de um eixo horizontal, o participante pode ser representado num contínuo que varia entre ângulo alto e ângulo baixo.</p>
FUNÇÃO DE COMPOSIÇÃO (textual)	<p>Valor da Informação: a disposição de um elemento que lhe confere valores particulares conforme a área da página que ocupa.</p> <p>Enquadramento: presença ou ausência de “molduras” que expressam conexão ou desconexão entre os elementos do texto.</p> <p>Saliência: recursos que atraem a atenção do observador para determinados pontos ou participantes na imagem.</p>

Fonte: Bezerra e Heberle (2011)

3 Análises

A primeira propaganda a ser analisada, “Refaça o pacto com a sua beleza”⁷, traz uma voz feminina narrando um texto de conteúdo, à primeira vista, motivacional, sendo visualmente composto por uma colagem de diversas imagens de diferentes mulheres (aparentemente, entre 20 e 70 anos, e em diferenciadas situações de representação narrativa, ou seja, situações em que os atores estão em movimento).

O texto começa apresentando uma série de **contrações dialógicas de refutação**:

- (1) a beleza que não sabe ficar parada... (...) viva a beleza que não nasce pronta... (...) que não é o começo e nem o fim de uma história (...) viva a beleza que inspira outras belezas justamente porque não obedece padrões... porque não segue estereótipos... (...) viva a beleza que tá sempre nova... mesmo ficando mais velha... a beleza de não esconder a idade...

Ao se usar dessas formas de engajamento, o texto refuta determinadas representações sobre a “beleza” e, ao fazer isso, deixa implícita a existência de um discurso machista que se alinha justamente às posições que a propaganda busca negar, resgatando, assim, um discurso que concebe a beleza como sendo estática e inata, o começo ou o fim de uma história, que crê que a beleza deve ser padronizada, estereotípica e efêmera e, assim sendo, que a mulher deve esconder seu envelhecimento.

⁷ O vídeo original foi removido da conta oficial da Natura, mas uma cópia pode ser encontrada em <<https://www.youtube.com/watch?v=7EXvc7oUNSE>> (Acesso em 17 set. 2017)

Feitas essas refutações, o texto deixa de ser puramente motivacional e passa a tratar um pouco mais explicitamente da venda dos produtos da marca, imagetivamente mostrando uma série de *close-ups* (anexo I) de bocas de mulheres usando batom vermelho, mas ainda sem mencionar nenhum produto diretamente:

- (2) e viva a produção... por que não?... viva a beleza desse batom vermelho que combina tão bem com a sua pele... viva a beleza do branco... e da tinta... vermelha... castanha... loira... você quem sabe SEMPRE... o que fica melhor... viu?...

O *close-up* nos lábios serve como processo analítico, em que uma parte (boca) do todo (mulher) é apresentado a fim de conferir determinados significados ao conjunto; neste caso, os lábios pintados metonimicamente representam a “produção” celebrada neste enunciado.

O uso de “por que não?” interpela um aspecto que a marca julga radical no discurso feminista: a negação da produção estética. Para mais, Natura projeta uma imagem específica da mulher quando diz “você quem sabe SEMPRE... o que fica melhor”: é uma mulher que reconhece as coerções sociais e hegemônicas ressaltadas nas refutações anteriores e que escolhe usar produtos estéticos, não porque está reproduzindo valores do discurso machista, mas porque assim ela livremente deseja.

Em seguida, o texto instancia a negação mais uma vez: “a beleza que não tá no retrovisor da juventude e nem na projeção do futuro”. Neste enunciado, é possível inferir um possível público-alvo específico dessa propaganda: a mulher que não é mais jovem, mas que também ainda não é idosa, ou seja, a mulher de meia idade. Isso se confirma quando a propaganda termina com o logo de “CHRONOS”, uma linha de produtos da Natura antissinais, antirrugas, etc.

O enunciado seguinte, “você tem sempre que refazer o pacto com a beleza...”, deve ser pensando em duas dimensões: em primeiro lugar, ao fazer uso do modal deôntico “ter que”, a marca se constrói como uma figura de autoridade diante da interlocutora, característica intensificada pelo emprego do advérbio de frequência “sempre”; em segundo, “refazer o pacto com a beleza” pode ser entendido como direcionado às mulheres que rejeitam o uso de produtos cosméticos, bem como às mulheres que estão envelhecendo (público alvo da linha “CHRONOS”).

No campo visual, essa afirmação é acompanhada por uma montagem rápida de algumas das mulheres que foram mostradas anteriormente na propaganda aplicando o que parece ser um creme branco em suas faces, criando duas linhas horizontais, uma sob cada olho (anexo II). O gesto é similar ao que é estereotipicamente associado com o modo como guerreiros pintariam seus rostos antes de uma batalha; assim, as mulheres, ao passarem um creme facial (e, desse modo, refazerem o pacto com a beleza), agregariam para si também as características de guerreiras: bravura, perseverança, força, coragem, resistência, etc.

O texto conclui com um dos *slogans* principais da Natura: “viva a beleza viva”, neste há uma ambiguidade marcada pelo lexema “viva” que pode tanto ser entendido como o verbo “viver” no imperativo, ou como uma interjeição celebrativa. Essa ambiguidade contribui para o efeito de sentido da propaganda,

corroborando tanto a noção de que a beleza escolhida (e, desse modo, vivida) é a que está “viva” e que esta é também a que deve ser celebrada.

Em “viva sua beleza viva”⁸, o segundo vídeo do *corpus*, diferentemente da maioria dos outros anúncios publicitários aqui analisados, nos quais a voz principal é feminina, sendo ela anônima ou não, nesta propaganda, o narrador é o músico Arnaldo Antunes, como esta mesma informa “((escrito: ARNALDO ANTUNES))”.

O locutor começa por afirmar que “a sociedade de consumo tenta convencer você que existem produtos milagrosos... que prometem só a beleza perfeita...”. Ao afirmar que existe uma “sociedade de consumo”, caracterizando-a negativamente, a propaganda estabelece que a Natura não faz parte dessa “sociedade de consumo”, ou que pelo menos não está do lado dela. Para marcar esse distanciamento, é feito uso de **expansão dialógica de atribuição** em “tenta convencer” e em “prometem”, e no primeiro caso o uso do verbo “tentar” marca a existência de um esforço que não é bem-sucedido, implicando que o convencimento não se dá, construindo a imagem de uma mulher que não se ilude com esse discurso.

Apelando para essa mulher racional, construída discursivamente pela marca, (textualmente com a expressão “no fundo no fundo...” e, visualmente, ao mostrar uma série de *close-ups* de olhos (anexo III)), o texto declara: “todo mundo sabe que a beleza não é perfeita...”. Duas relações de **contração dialógica** podem ser observadas neste trecho: na primeira, “todo mundo sabe”, o falante assinala que o interlocutor-modelo deve partilhar do mesmo posicionamento (expectativa confirmada); e ao usar-se de “não”, a voz autoral nega uma representação da beleza que diga que esta é perfeita.

Imagetivamente, há neste ponto uma mudança brusca nas imagens do vídeo: até aqui eram mostradas imagens associadas a cosméticos (batons, cabelo pintado, cremes, etc.) e à indústria da moda (manequins, modelos, câmeras fotográficas, etc.), culminando em uma mulher que parece ter seu rosto plastificado (anexo IV). A fala do narrador “todo mundo sabe que a beleza não é perfeita...” é acompanhada no vídeo pela imagem de uma mulher (aparentemente) sem maquiagem, levantando seu rosto da água e simbolicamente se lavando das fortes imagens de produtos cosméticos anteriormente mostrados (anexo V). As imagens seguintes são rostos de diversas mulheres, majoritariamente entre os 20 e 30 anos e de diferentes etnias, e todas aparentemente sem ou com pouca maquiagem.

O texto ainda declara que “a beleza só é linda porque muda o tempo todo...”, o uso de “só (...) porque” atribui exclusividade à característica destacada, implicando que a beleza nunca pode ser linda e estática, desse modo associando a beleza com o processo de envelhecimento, pois pressupõe que não há um ponto fixo de tempo para se ser bela. Na sequência, reafirma a projeção da mulher consciente das suas escolhas apresentada em “Refaça o pacto com a sua beleza” quando diz que “viver sua beleza é acompanhar seus tempos e momentos do jeito que você é... do jeito que você quiser...”

⁸ O vídeo original foi removido da conta oficial da Natura, mas uma cópia pode ser encontrada em <https://www.youtube.com/watch?v=Dlh-EGFt-Ns> (Acesso em: 17 set. 2017).

O argumento principal do texto parece ser que, aparentemente, a beleza seria perfeita e única, mas essencialmente ela não é. Há, portanto, uma dissociação entre a beleza idealizada, que não passa de um ‘parecer’ (discurso que ecoa o mito da beleza e as coerções do patriarcado) e uma beleza do ‘ser’, essa sendo definida por suas imperfeições e pluralidade (resultante do discurso feminista que empodera a mulher).

Na propaganda “o que é beleza para você?”⁹a marca, em uma provável tentativa de identificação com o público-alvo, usa a voz de “mulheres reais”, que parecem estar entre os 20 e os 50 anos, para construir seu discurso. O efeito de real é reforçado quando a propaganda mostra o nome completo dessas mulheres, acompanhado de suas profissões. Contudo, o recorte feito pela edição da propaganda é tamanho que cada mulher fala apenas um enunciado por vez, em certos casos, apenas duas ou três palavras, procedimento que permite que o discurso da marca seja beneficiado, disfarçado nas vozes das “mulheres reais”, uma vez que a marca faz uma colagem desses recortes para formar um enunciado maior, o seu próprio.

Natura usa essas diferentes vozes para dizer o que é beleza. Gera-se um conflito/tensão sobre a significação de beleza, pois esta vai sendo construída e reconstruída nas propagandas, parecendo não haver um consenso sobre o significado desse lexema:

- (3) Barrosa: (...) ser bonita
 Sandler: (...) é quando eu me sinto bem
 Genót: (...) tem muito a ver com a sua:: essência
 Loras: (...) a estética é uma ética
 Fonseca: (...) poder escolher
 Genót: (...) quem é você
 Forlenza: (...) acho que é poder ocupar meu corpo
 Tauane: (...) ser bonita é ser feliz
 Almeida: (...) buscar... realizar... os meus sonhos
 Duarte: (...) acreditar em quem você é
 Soutello: (...) ser generosa com você mesmo
 Oliveira: (...) beleza é confiança
 Fonseca: (...) é a liberdade
 Loras: (...) pra mim o que é bonito mesmo é a/ é a diversidade
 Duarte: (...) beleza não tá só ligada à imagem tá muito ligada também à atitude

Destacam-se os dois últimos exemplos: o de Loras, pelo uso de “mesmo” que indica uma quebra de expectativa e resgata uma representação da beleza que a vê como homogênea; e o de Duarte, que usa a negação, implicitando a existência de um discurso que diz que a beleza está apenas ligada à imagem.

Ademais, essas vozes também são usadas para que a marca construa a imagem de uma determinada mulher:

- (4) Genót: (...) quando eu me vejo no espelho
 Barrosa: (...) uh ((risos))
 Oliveira: ((risos))
 Damiani: (...) eu vejo:: uma vida bem vivida
 Loras: (...) eu vejo uma mulher poderosa
 Barrosa: (...) acho que PRINcipalmente eu vejo uma pessoa que vai toMAR as decisões do que ela quer

⁹ O vídeo original foi removido da conta oficial da Natura, mas uma cópia pode ser encontrada em <https://www.youtube.com/watch?v=PbyCNS-Py-w> (Acesso em: 17 set. 2017).

Genót: (...) o que eu vejo é uma mulher lutando pra se:: pra se posicionar
 Tauane: (...) eu gosto muito... de olhar no espelho e:: ver que eu cheguei até aqui
 Sandler: (...) eu sou essa pessoa
 Loras: (...) mas que quer ser a melhor versão dela mesma
 Duarte: (...) eu vejo uma mulher cheia de planos que:: não tem medo de realizar de ir atrás
 Forlenza: (...) eu vejo uma mulher MUITO bonita que aprendeu a se aceitar
 Soutello: (...) às vezes eu olho meu outro espelho que é a minha filha de quatro anos porque eu preciso ser alguém melhor pra ela... é muito legal olhar isso no espelho

Essas representações são estrategicamente escolhidas tanto para que haja uma identificação por parte do público-alvo, mas também para que, estando essas imagens diretamente ligadas aos produtos da marca, uma possível consumidora possa ser levada a crer que, ao comprar os cosméticos da Natura, ela também possa ser uma mulher “bem vivida”, “poderosa”, “que toma decisões”, “que luta para se posicionar”, “que é cheia de planos (e os realiza)”, “que se aceita” e “que é a melhor versão dela mesma”. Desse modo, Natura vende uma “experiência”, a ideia do que a consumidora poderá se tornar graças ao intermédio do produto adquirido.

A propaganda “Como se colocar em relação à beleza?”¹⁰, por sua vez, traz algumas das mesmas mulheres que apareceram em “o que é beleza para você?”, além de outras. Embora publicado posteriormente, este vídeo parece ter sido gravado antes e funcionar como uma espécie de *behindthescenes* do primeiro vídeo, ou seja, o que é dito individualmente por cada mulher em “o que é beleza para você?” parece ser um resultado do debate feito por todas neste vídeo.

Diferentemente do outro, neste vídeo, cada mulher tem maior tempo de fala, portanto é possível identificar, de forma mais precisa, o posicionamento de cada uma delas e não só o discurso projetado pela marca ao recortar as falas dessas mulheres.

Visualmente, os ângulos usados pelas câmeras que gravaram o encontro também contribuem para a criação de um efeito de real. Em vários dos recortes feitos, a interlocutora da vez não está propriamente enquadrada: em geral, ou a câmera filma seu perfil (anexo VI), est, às vezes, com certa distância, o que permite que as outras mulheres sentadas ao seu redor sejam incluídas no quadro (anexo VII); ou a câmera filma a parte de trás da cabeça da falante (anexo VIII). Estes ângulos simulam a visão de alguém que esteja presente no debate, assim, é criada a ilusão de que a pessoa assistindo ao vídeo está fisicamente participando do encontro.

O vídeo começa com uma breve sequência de imagens que mostra as mulheres interagindo entre si: abraçando-se, cumprimentando-se, conversando, etc. Isso posto, a primeira a falar é a própria Diretora da Natura, Maria Paula Fonseca, deixando explícito o propósito institucional da propaganda.

- (5) vim aqui pra gente falar... no fun:: do éh:: sobre nós mesmas... né acho que vocês já VÊM nessa história pessoal de/ de trabalho de/ de propósito e tudo mais de/ de falar sobre empoderamento feminino né de/ de trabalhar à favor disso... esse é um assunto que a Natura trata desde sempre né como se colocar em

¹⁰ O vídeo original foi removido da conta oficial da Natura, mas uma cópia pode ser encontrada em <https://www.youtube.com/watch?v=qKliUE9aQz0> (Acesso em: 17 set. 2017).

relação à beleza? ok... já sei que eu posso ser o que eu quiser então tá então vamos fazer alguma coisa nessa direção... então a Natura quer ser a empresa que... conversa com você desse lugar de te chamar pra uma ação em direção a você mesma

Fonseca usa um termo tipicamente associado ao discurso feminista em sua fala, “empoderamento feminino”. Para mais, ela representa em seu enunciado a mulher como aquela que “já sabe que pode fazer o que ela quiser”, assim projeta uma mulher que reconhece as coerções sociais do patriarcado e, agora, decide se posicionar contra elas e não as seguir.

A Diretora da Natura também delimita os propósitos da marca nesta fala, dizendo que esta quer tratar de “como se colocar em relação à beleza?” (questão que dá título à peça publicitária) e que a Natura pretende ter uma ação intervencionista na vida das mulheres, chamando-as para “uma ação em direção a você mesma”.

A segunda com a palavra é Ana Raia (Coaching de Vida e Carreira em YOU in Action). Sua fala contraria, de certo modo, a de Fonseca: “eu me vejo ainda MUITO presa em MUITOS padrões... ALMEJO ser realmente livre... livre por ser autê/ pra ser realmente autêntica”.

Para Raia, a mulher ainda está presa a padrões, ou seja, ainda é forçada a obedecer às coerções machistas. O uso de “realmente”, um adjunto de foco, contrapõe que a mulher já seja livre/autêntica; o que há no momento é uma ilusão, logo, estas liberdade e autenticidade que estão implícitas na fala de Fonseca não são reais para Raia.

Jéssica Tauane, youtuber do Canal das Bee e do Gorda de Boa, começa sua fala com o uso de uma modalidade epistêmica (“eu acho que”) e declara que “a gente tem que incentivar na verdade” – com esse “na verdade” marcando que é possível que haja um discurso outro que incentiva alguma outra coisa considerada por Tauane como menos relevante – “é a troca entre mulheres ((ao fundo: sim)) é isso que a gente tá fazendo aqui... fazer em casa fazer com a mãe fazer com a vó fazer com a irmã”.

Sua fala ecoa as imagens do começo das mulheres interagindo entre si, essas exemplificam o que é dito pela youtuber: a Natura é a empresa que promove aquilo que é essencial para o empoderamento feminino, sendo este a valorização da experiência e do diálogo.

Esse diálogo pode ser entendido como uma forma de sororidade, conceito do feminismo que promove a união entre as mulheres em prol da luta contra o patriarcado, tendo a empatia e o companheirismo como base.

A fala de Brenda Fucuta, criadora do blog Mulheres Incríveis, e a da jornalista Giuliana Bergamo possuem temática muito semelhante. Fucuta diz:

- (6) lá em casa eu tenho dois meninos e a partir do momento em que eu fu/ em que eu comecei a pensar mais profundamente sobre o feminino... eu comecei em casa a jogar pra eles a divisão do trabalho doméstico

Enquanto Bergamo declara:

- (7) a responsabilidade da casa das crianças do que é “feminino”¹¹ não é minha é nossa ((ao fundo: é nossa)) do/ de todo mundo que mora lá pra isso o meu marido tem que/ tem que ser feminino também ele tem que lá e dar comida pras crianças bota as crianças pra dormir

Tanto Fucuta, como Bergamo abordam o “feminino”, reconhecendo que certas atividades, principalmente as domésticas, são diretamente atreladas a esse termo, e, neste sentido, ao que é tido como papel da mulher. Fucuta diz que passou a “jogar” para os filhos “a divisão do trabalho doméstico” em uma tentativa de subverter a situação. Ademais, Bergamo, ao dizer que o marido tem que ser “feminino”, mantém o atrelamento das funções domésticas ao papel da mulher, ou seja, elas não propõem que essas funções deixem de ser associadas diretamente às mulheres, mas que os homens incorporem traços “femininos” para que cumpram essas funções.

A fala de Luana Genót, Diretora Executiva da ID_BR, reforça o que foi dito por Raia:

- (8) penso que daqui a cinquenta anos eu posso falar (...) agora você é livre pra fazer o que você quiser com o seu cabelo e não tem ninguém pra questionar isso

Para ela, a mulher também ainda não está liberta.

Raia tem a palavra mais uma vez e sua fala de agora tem efeito amenizador sobre o debate, que até este ponto estava sendo fortemente político. Sua fala começa com “mas mesmo assim”, o recorte feito pela edição da propaganda faz parecer que Raia está contrapondo Genót e assim enfraquecendo seu discurso. Segundo ela: “a gente precisa... trazer muito na nossa casa entre os nossos é:: o que eu chamo de/ da gente renascer a empatia dentro de todos nós”.

Portanto, o essencial não seria o posicionamento político contra as coerções patriarcais, mas sim “renascer a empatia dentro de nós”. Nota-se que dentro do discurso dessa propaganda “empatia” é apresentada como algo que a pessoa deve ter consigo mesma e não apenas uma relação eu-outro.

Karina Forlenza (Coaching com Alma) recupera o tom político do debate: começa com uma justificativa “falo com muito cuidado disso e com muito amor” – esta estratégia mostra que a falante antecipa que sua fala encontrará resistência – e declara “da gente ser feminina sim mas fazer... com que o movimento e a nossa atitude também carregue isso na prática”. Nesta fala, ela denuncia uma falta de ações práticas que sejam representativas do debate que elas estão tendo, a fim de que essas tenham efeito no mundo e não fiquem apenas no diálogo.

A promotora Gabriela Mansur delimita qual é a mulher que está nessa reunião promovida pela Natura, bem como qual mulher vai ter acesso a esse vídeo: “nós somos uma/ uma parcela da sociedade que estamos tendo essa oportunidade de ouvir sobre empoderamento sobre feminismo sobre direitos da mulher”, esta é uma mulher privilegiada, e, levando em consideração a fala de Forlenz, que chamava para uma ação, é possível supor que a ação esperada da mulher privilegiada é que ela leve esse debate a outras mulheres.

¹¹ Esta se encontra entre aspas porque a falante faz com as mãos o sinal de aspas ao dizer a palavra.

A segunda fala de Forlenza mantém o tom político do debate:

- (9) a gente se desenvolveu como mulher e a gente ficou empoderada... a gente foi/ a gente se desenvolveu dentro do machismo a gente tá dentro dessa estrutura cultural patriarcal mas/ que assim não é matricial

Supõe-se que a falante pretendia dizer “empoderada” e não “empauçada”, e “matriarcal” e não “matricial”, mesmos com essas confusões lexicais ainda é possível notar como a fala de Forlenza está carregada por marcas do discurso feminista, seja pelo vocabulário, seja por reconhecer que a existência de uma sociedade machista.

Viviane Duarte é fundadora do Plano Feminino, uma empresa de consultoria de marketing que se propõe a fazer a conexão entre as marcas e o que a mulher brasileira quer, sua fala vai nesse mesmo sentido: “tudo isso que tá acontecendo aqui nesse papo é porque realmente a gente virou menina dos olhos tanto do mercado quanto de nós mesmas a gente tá percebendo nosso poder nosso valor”.

Ao dizer que a mulher virou “menina dos olhos do mercado”, Duarte explicita que há um interesse capitalista claro por parte das marcas que fazem propagandas buscando interpelar um determinado tipo de mulher, sendo essa a que virou “menina dos olhos dela mesma”. Ademais, ela faz uso de uma metáfora de domínio-fonte mercadológico ao dizer a mulher reconhece seu “valor”, equiparando a mulher a um produto, mas um produto que está ciente de seu preço.

Denise Damiani (Executiva-Sócia Accenture e Bain&CO), em sua fala, delimita qual é a mulher representada pela Natura/qual é o público-alvo: a mulher poderosa

- (10) poder quer dizer não ter tempo pra mim então ou bem eu tenho poder ou bem eu tenho tempo pra poder ir correr... que eu acho que é completamente o contrário quando você tem poder... é que você tem o poder de ter o tempo que você quiser

No primeiro uso da palavra “poder”, este simboliza o sucesso profissional, que, segundo Damiani, acabaria por interferir no tempo livre da mulher. Para ela, a mulher que alcança esse sucesso profissional deve conseguir controlar seu próprio tempo e fazer com ele o que ela desejar, como, por exemplo, “ir correr”, o que ela escolhe fazer por sua própria vontade e não porque a sociedade a está pressionando para atingir determinada aparência física.

A penúltima fala é de Elena Crescia (TEDxSão Paulo) que reforça alguns pontos mencionados anteriormente: “eu acho que/ que é lindo quando você conhece uma pessoa que pensa diferente... e:: que/ que é pra abordar esses encontros com muita curiosidade”. Nesta fala é retomada a importância da interação entre as mulheres, principalmente quando essas apresentam ideais divergentes.

O debate é concluído por Fonseca, a Diretora da Natura, ela começa por fornecer uma explicação para o principal slogan da marca: “quando a gente fala assim... o importante é você refazer o pacto com a beleza todo dia a gente tá dizendo que é importante você refazer o pacto com você mesma todo dia”.

Assim como acontece em “O que é beleza para você?”, Natura tenciona novamente o significado de beleza, aqui por meio de uma equiparação de “você” com “beleza”, esta podendo ser entendida tanto como

uma ampliação da “beleza” ou como uma redução de “você”. A equiparação também coloca a “beleza”, aqui entendida como ações em prol da aparência física, como forma de empoderamento.

Fonseca ainda acrescenta: “eu acho que até pra você ter empatia a empatia precisa começar de você com você né”. Aqui, ela resgata a fala de Raia sobre empatia, entendida nessa propaganda como “zelo” e/ou “cuidar de”; de acordo com Fonseca, a mulher precisa primeiramente “cuidar de si”, em oposição a um discurso que diz que a mulher deve ter outras prioridades – “cuidar dos outros primeiro”, por exemplo, e, levando em conta o que a falante acaba de dizer sobre “refazer o pacto com a beleza” igual a “refazer o pacto consigo mesma”, “cuidar primeiro de si” seria, então, “cuidar da sua beleza”.

A Diretora da Natura conclui a propaganda retomando o que ela diz ser o propósito da marca:

(11) então esse início se tem alguma coisa que a gente pode dizer esse ponto de partida pra/ pra cada uma se colocar nessa:: nesse movimento a favor de si mesma

Aqui ela não só diz que a Natura pretende chamar a mulher para uma ação em direção a ela mesma, mas explicitamente a chama para tal e coloca como ponto de partida o cuidado que a mulher deve ter consigo mesma, sendo esse cuidado diretamente relacionado à sua aparência física (beleza).

Considerações finais

Neste artigo, buscamos fazer um estudo de caso sobre a apropriação do discurso feminista em propagandas de cosméticos e mostrar os modos pelos quais essa apropriação se dá em quatro recentes peças publicitárias da empresa Natura, discutindo seu impacto na projeção de uma determinada imagem de mulher, bem como do próprio *ethos* da marca, além do processo de ressignificação do lexema “beleza” ao tentar distanciá-lo do significado negativo que esse recebe dentro do mito da beleza.

Nos anúncios analisados, é possível delimitar qual modelo de mulher a empresa Natura pretende projetar: trata-se de uma mulher que reconhece que existe uma estrutura patriarcal que tenta ditar o que é a beleza e como essa deve ser alcançada, e que, a partir desse reconhecimento, posiciona-se contra essas posições e escolhe livremente fazer uso de produtos cosméticos.

O *ethos* de Natura é apresentado como o de aliado das mulheres em sua luta contra as imposições do patriarcado, a marca se posiciona como aquela que promove o debate entre as mulheres (este que seria essencial para seu empoderamento) e que as convida a priorizarem a si mesmas.

A própria marca reconhece o mito da beleza e, por meio de **relações dialógicas de refutação**, posiciona-se contra ele; contudo, em alguns casos, Natura escolhe apenas apagar a existência dessas coerções.

Em geral, imagens de movimento e de mutabilidade são associadas à beleza, e esta associação, por sua vez, está ligada com a temática do envelhecimento; assim, a marca afirma que a mulher ainda é bela quando envelhece, ficando implícito, contudo, que essa beleza ligada ao envelhecimento está condicionada ao uso de produtos antissinais e antirrugas da linha CHRONOS.

Os slogans da Natura que mais se repetem nos vídeos são “Refaça o pacto com a beleza” e “Viva a beleza viva”, sendo o primeiro fortemente ligado com a questão do cuidado consigo mesma, e o segundo, uma retomada da característica mutável da beleza (ela está “viva”) e de sua celebração.

O presente artigo, portanto, teve como objetivo contribuir para a discussão crítico-discursiva do gênero propaganda, assim como o das análises socioculturais sobre os avanços do debate feminista na questão do mito da beleza. Sobretudo, espera-se que outras investigações possam ser feitas sobre esse tema, pois a cada dia empresas de cosméticos produzem novas peças publicitárias que podem, potencialmente, também conter indícios de apropriação do discurso feminista como acontece nas propagandas de Natura aqui analisadas.

Referências

- AMOSSY, Ruth (org). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto, 2005.
- BAKHTIN, Mikhail; VOLOSHÍNOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004[1929].
- BAKHTIN, Mikhail Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. Trad. P. Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003[1952-53], p. 261-306.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.
- GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. Linguística Sistêmico-Funcional e Análise Crítica do Discurso: explorando convergências e explicitando especificidades. **Estudos Linguísticos**, v. 43, n. 3, p. 1282-1297, 2014.
- GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. Engajamento e processamento discursivo: diálogos entre a linguística sistêmico-funcional e a linguística cognitiva. **Estudos Linguísticos**, v. 45, n. 1, p. 153-169, 2016. DOI: [10.21165/el.v45i1.704](https://doi.org/10.21165/el.v45i1.704)
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **An introduction to functional grammar**. Revised by Christian M. I. M. Matthiessen. 3rd. edition. London: Arnold, 2004.
- KRESS, Gunter; VAN LEEUWEN, Theo. **Reading images: the grammar of visual design**. London and New York: Routledge, 2006.
- MARTIN, Jim; WHITE, Peter. **The language of evaluation**. Appraisal in English. New York: PALGRAVE MACMILLAN, 2005.
- NASCIMENTO, Rosali Gonçalves do; BEZERRA, Fábio Alexandre Silva; HEBERLE, Viviane Maria Multiletramentos: iniciação à análise de imagens. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 14, n.2, p.529-552, jul./dez. 2011.
- NININ, Maria Otília Guimarães; BARBARA, Leila. Engajamento na perspectiva linguística sistêmico-funcional em trabalhos de conclusão de curso de Letras. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, v. 52, n. 1, jan/jul. 2013
- SANT'ANNA, Armando; ROCHA, Ismael Junior; GARCIA, Luiz Fernando Dabul. **Propaganda: teoria, técnica e prática**. São Paulo: Cengage Learning, 2015.
- WOLF, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Como citar este capítulo:

SANTOS, Danielle Martins. Mulher, Marca e Beleza: modos de apropriação do discurso feminista em propagandas de Natura. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PEDRO, Adriana Moreira; OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de; SILVA, Alexandra Marques; SOUZA, Douglas Rabelo; BRITTO-COSTA, Letícia Fernandes de; KOBAYASHI, Sergio Mikio. **Discurso e identidade: múltiplos enfoques**. São Paulo: FFLCH, 2018, p. 271-290. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/9788575063361>

Anexos

Anexo I – *Close-up* de boca com batom em “Refaça o pacto com a sua beleza”



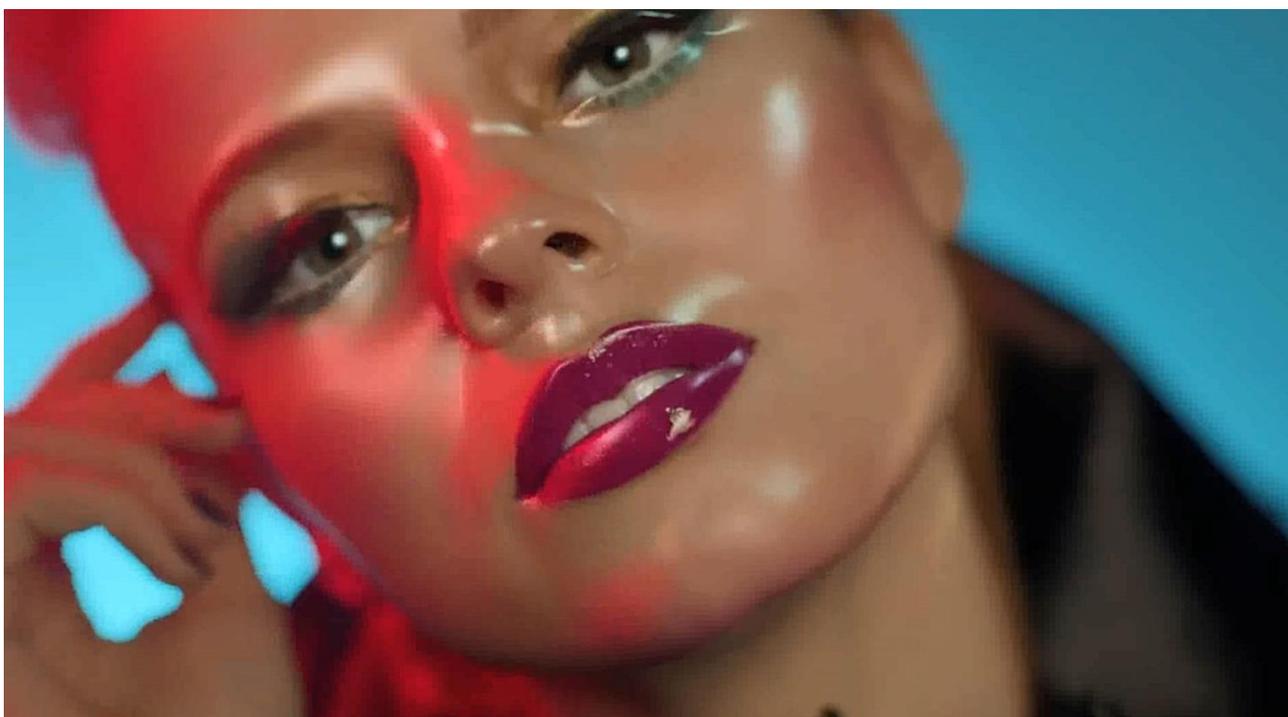
Anexo II – Mulheres com creme branco na face em “Refaça o pacto com a sua beleza”



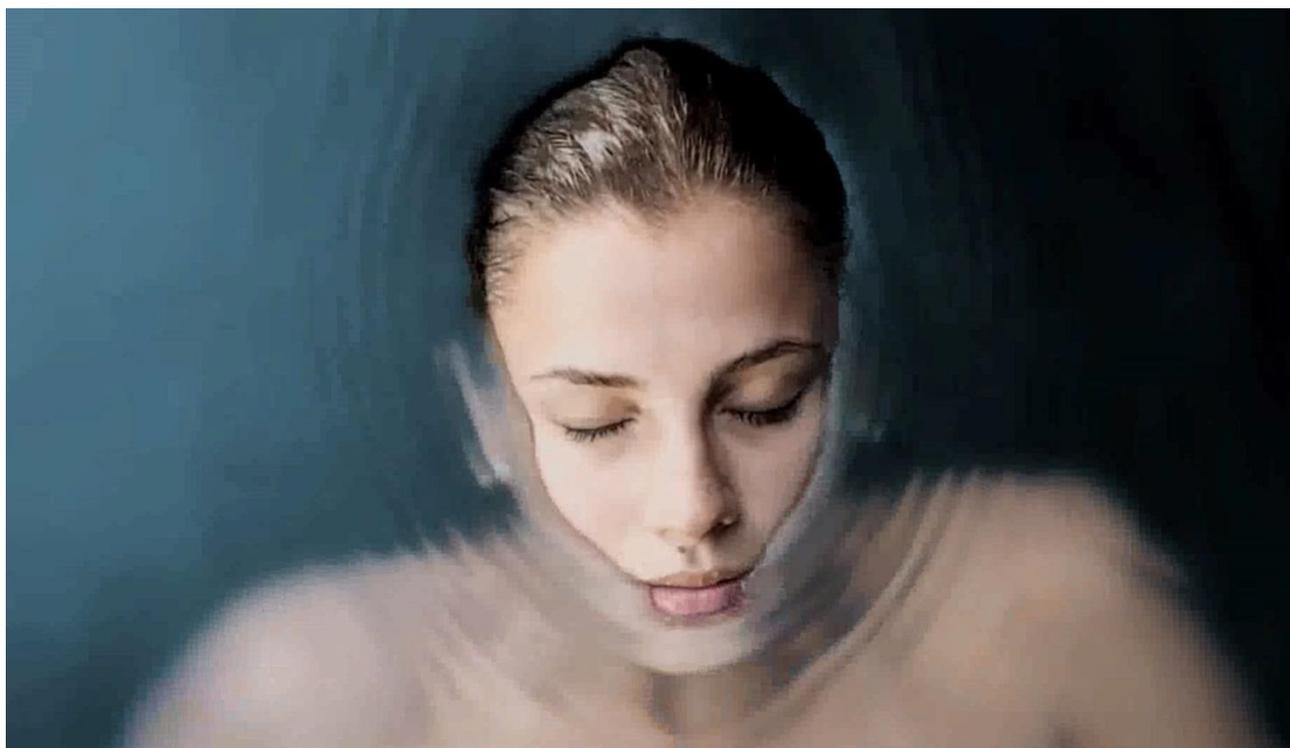
Anexo III – *Close-up* em um olho em “viva sua beleza viva”



Anexo IV – “mulher plastificada” em “viva sua beleza viva”



Anexo V – “mulher sem maquiagem” em “viva sua beleza viva”



Anexo VI – Ângulo de perfil em “Como se colocar em relação à beleza”



Anexo VII – Long-shot em “Como se colocar em relação à beleza”



Anexo VIII – Ângulo “de trás” em “Como se colocar em relação à beleza”



Uma lulik: o sagrado na expressão da identidade nacional leste-timorense

Alexandre Marques SILVA¹

Resumo: Neste artigo objetivamos discutir a relação entre cultura, tradição e identidade a partir da consideração das *uma lulik* (casas sagradas) como símbolo de resistência e de preservação de elementos da cultura e da identidade leste-timorenses. Nossas análises realizam-se a partir de depoimentos apresentados no documentário *Uma lulik: futuro de uma tradição*, produzido pela ALGA (Associação Luso-Galega de Antropologia Aplicada) em colaboração com a secretaria de Estado da Cultura do Timor-Leste, em 2011, e fundamentam-se nos estudos acerca da identidade desenvolvidos por Bhabha (1998), Hall (2000), Mendes (2005), Moita Lopes (2006) e nos relativos à cultura realizados por Anderson (2009, 1993), Cinatti (1986), Giddens (1991) e Smith (1997). Observamos que, em Timor-Leste, as casas sagradas constituem um referencial para a preservação da memória coletiva e, portanto, consistem em um importante patrimônio relacional daquela nação, assegurando-lhe a preservação e a disseminação de uma (possibilidade de) identidade nacional.

Palavras-chave: Identidade Nacional; Timor-Leste; Uma Lulik; Cultura Tradicional.

Introdução

Os estudos acerca da identidade têm interessado a diversas disciplinas das Ciências Humanas desde a virada do século XX. Não se trata de um fenômeno casual, mas de uma tendência oriunda das profundas transformações pelas quais o mundo vem passando desde o advento da globalização e de seus impactos na estruturação das sociedades e das distintas formas de identificação decorrentes de tal processo.

Por meio do metafórico encurtamento entre as distâncias possibilitado fundamentalmente pelo desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e das telecomunicações, tornou-se mais facilitada a difusão de determinados modelos socioculturais produzidos por/em países de cultura hegemônica – no sentido de terem a posse dos meios de produção da Indústria Cultural e das ferramentas necessárias para disseminação de seus produtos culturais (música, cinema, propagandas, entre outros).

Nesse sentido, o contato entre culturas, por um lado, pode promover o enriquecimento das que estão em contato, quando se trata de uma relação simétrica (em condições ideais) de cooperação, na qual elas se influenciam mutuamente, sem que haja qualquer espécie de “predatismo cultural”. Talvez se trate de uma perspectiva romântica e bastante idealizada da globalização, quando se observam seus efeitos já no século XXI. Em contrapartida, quando atrelada a valores econômicos, a cultura de uma sociedade hegemônica torna-se, invariavelmente um produto de dispersão de valores, e é exatamente essa relação (que se tornou) intrínseca entre mercado e cultura que tem levado estudiosos a se interessarem pelos impactos desse processo na conformação das identidades.

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa de Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profª Dra. Zilda Gaspar Oliveira de Aquino. Bolsista CAPES. E-mail: alexandremarques@usp.br

Como um contraponto a essa tendência homogeneizante, observamos que, em Timor-Leste, as casas sagradas (*uma lulik*) desempenham papel fulcral na preservação de tradições e identidades que estão fortemente arraigadas naquela sociedade. Trata-se, assim, de um símbolo de resistência – o qual se manteve firme mesmo após dois processos consecutivos de dominação colonial, protagonizados respectivamente por Portugal e Indonésia – que possibilita a manutenção de elementos culturais os quais participam da construção identitária dos leste-timorenses.

Em função dessas características, tendo como eixo norteador a cultura tradicional, objetivamos realizar uma discussão acerca da relação entre as casas sagradas, a preservação e a disseminação de um projeto de identidade nacional em Timor-Leste, bem como discorrer sobre a concepção de identidade vinculada a elementos imateriais: as “comunidades imaginadas”.

Cumpramos salientar que consideramos tratar-se de um projeto, pois, no que se refere a identidades nacionais e, sobretudo no caso de uma nação jovem, que conquistou a independência definitiva há menos de 20 anos, seria bastante precipitado afirmarmos haver “a” identidade nacional. Menos problemático, no entanto, é considerarmos que essa identidade é objeto de permanente disputa, cujos contornos e conteúdos são fixados pelos grupos que, em determinados momentos, gozam de poder e de legitimidade para determiná-los.

Ademais, os estudos contemporâneos sobre identidade, e aos quais nos filiamos, buscam discuti-la sob a perspectiva da complexidade que lhe é inerente: como um fenômeno dotado de plasticidade, fragmentado, contraditório e, conseqüentemente, passível de múltiplas possibilidades de definição e de negociação. Assim, a fim de realizarmos uma discussão mais profícua desse processo, passamos a caracterização das *uma lulik* e de sua relação com a conformação identitária leste-timorense.

1 *Lulik*: o lugar do sagrado na cultura tradicional

As práticas culturais podem ser observadas como características de dada comunidade – entendida como a agregação de práticas e símbolos em um sistema de significados o qual pressupõe não apenas a interpretação, mas também parte do pressuposto de que essa interpretação é partilhada pelos indivíduos que a constituem. Nesse sentido, a compreensão da cultura como um sistema fundamenta-se na ideia de que “os significados culturais são normalmente partilhados, fixos, interligados e profundamente sentidos” (Sewell, 1999, p. 47). Além disso, autores como Hall (2000) e Bhabha (1998), a seu turno, partem de uma concepção segundo a qual a cultura é portadora e atribuidora de significados; apreendida pelos indivíduos, e, por conseguinte, arbitrária.

Ainda, de acordo com Hall (2000), compartilhar uma cultura significa também partilhar a mesma forma de construir inteligibilidades sobre o mundo por meio da linguagem. Esse compartilhamento não implica, todavia, que uma cultura seja dotada de significados homogêneos e únicos, ao contrário, as representações

produzidas nas práticas culturais são diversas, regem comportamentos e influenciam as ações dos sujeitos. Dessa forma, então, as culturas nacionais não podem ser pensadas como sistemas unificados, mas constituídos por divisões fundamentadas em diferenças étnicas, sociais ou culturais.

A partir dessa delimitação acerca do conceito de cultura, compreendemos que as comunidades são compostas por indivíduos que, de diversas formas, têm experiências, dão sentido ao seu meio cultural e, por conseguinte negociam as formas de interpretar a realidade. A cultura, assim, não se revelaria em ações e sistemas de crenças individuais, mas na partilha de similaridades e padrões observados dentro de um mesmo grupo. Desse modo, no que tange às culturas tradicionais e sua necessidade de adaptação às novas demandas dos agrupamentos sociais, Giddens (1991, p. 38) aponta para o fato de que:

Nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade. Ela é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes. A tradição não é inteiramente estática, porque ela tem que ser reinventada a cada nova geração conforme esta assume sua herança cultural dos precedentes. A tradição não só resiste à mudança como pertence a um contexto no qual há, separados, poucos marcadores temporais e espaciais em cujos termos a mudança pode ter alguma forma significativa.

Observamos, assim, que o *lulik* (o sagrado) está fortemente arraigado à cosmogonia leste-timorense e, por isso, converte-se em elemento que permite, ao mesmo tempo, a perpetuação da tradição e a transformação dela. Em Timor-Leste, para além da metáfora, da casa como nação, há um vínculo muito particular entre os indivíduos e as suas *uma lulik*: como uma metonímia das relações sociais e com o sagrado, elas ganham relevo como expressão de uma cultura genuína, uma forma de manutenção identitária, tornando-se o elo entre presente e passado, sagrado e profano, modernidade e tradição.

No que tange à conformação de uma identidade nacional, as casas sagradas corresponderiam, portanto, à materialização das necessidades de uma variedade de grupo sociais e de indivíduos que conceptualizam o território como uma casa comum à qual todos pertencem. Segundo Mendes (2005), expressões como sangue, família e casa possuem em Timor-Leste um efeito mobilizador do imaginário da nação, o qual está na base da edificação da identidade nacional, assim, a nação concebida como casa converte-se em uma unidade vivencial que “circunscreve uma unidade sacralizada, em torno da qual, em actos e processos rituais, se posicionam e articulam processos de identificação e pertença.” (MENDES, 2005, p.110).

Discutimos, a seguir, a relações que se estabelecem entre as casas sagradas, como elemento congregador de paradoxos aparentes, a construção de projetos identitários para Timor-Leste.

1.1 *Uma Lulik*: elementos de uma arquitetura identitária

O significado social da *uma lulik* funda-se em suas dimensões imateriais, as quais lhe outorgam um papel central na construção da identidade do povo leste-timoreense e na configuração de seu patrimônio cultural. Considerada nesses termos, “a casa sagrada constitui uma síntese simbólica do cosmos e, em termos físicos a sua arquitetura reflete-o.” (MENDES, 2005, p. 112)

As casas sagradas são, simultaneamente, uma entidade física e uma categoria cultural, pois constituem um importante recurso à preservação da memória, além de serem um repositório de objetos ancestrais que fornecem a evidência física de uma continuidade específica com o passado. (FOX, 1993). Dessa forma, pode-se compreender, segundo o que postula Souza (2007, p. 198), que as *uma lulik* representam uma continuidade que “é essencial numa sociedade que privilegia a noção de fluxo de vida como fundamental para a sua subsistência. A casa é um marcador temporal e geográfico da história tal como é percebida localmente”.

Assim, sob as dimensões material e espiritual, Benjamim Corte-Real, presidente do Instituto Nacional de Linguística, em depoimento no documentário *Uma lulik: futuro de uma tradição*², produzido pela ALGA (Associação Luso-Galega de Antropologia Aplicada) em colaboração com a secretaria de Estado da Cultura do Timor-Leste, em 2011, assim define a casa sagrada:

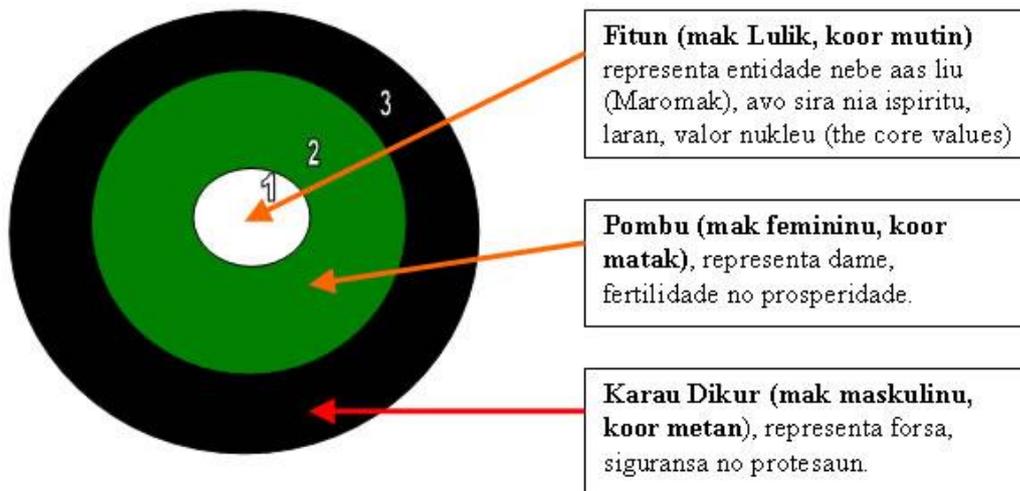
Uma lulik pode ser entendida em duas dimensões: tem um sentido material e um sentido espiritual. O sentido material é como uma construção física, com exigências arquitetônicas próprias: um lugar de abrigo, um lugar de refúgio, um lugar de recolha, de meditação para uma aglomeração mais ou menos grande de uma genealogia, são por, assim dizer, um lugar onde os elementos desse aglomerado se reúnem para cerimônias, para ritos tradicionais é, portanto, um repositório de bens materiais, herança de geração em geração, um repositório da memória institucional da linhagem. No sentido espiritual, podemos dizer que é o lugar do sagrado, é o ponto de ligação entre os vivos e os mortos, os espíritos dos antepassados é, em última análise, um ponto de ligação entre os vivos e o sobrenatural, o invisível, o Deus.

As *uma lulik*, por conseguinte, possuem essencialmente um valor de uso, seja pela relação pragmática que se estabelece diante da necessidade básica de proteção contra as intempéries, seja como forma de preservar uma tradição ancestral, cosmogônica, por meio da qual se forja a coesão da sociedade leste-timoreense.

Da perspectiva simbólica, os espaços internos das *uma lulik*, de modo geral, obedecem a esta lógica:

² Todos os depoimentos apresentados ao longo do artigo foram transcritos do documentário supramencionado e estão indicados com o ano de 2011.

Figura 1. Organização interna da *uma lulik*, segundo a cosmogonia tradicional leste-timorense³



Fonte: Trindade(2011, s/p)⁴

Figura 2. Detalhe de entalhamentos na estrutura de uma casa sagrada.



Fonte: Fundação Mário Soares. Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/79/Mau-Nuno,_Uma_lulik_ManeHitu.jpg> Acesso: 01 fev. 2018.

³ Tradução nossa: 1. **Estrela** (coisa sagrada, branca) representa entidade mais alta (Deus), o espírito dos avós, coração, os valores fundamentais. 2. **Pomba** (feminina, verde) representa paz, fertilidade e prosperidade, 3. **Chifre** (masculino, preto) representa força, segurança e proteção.

⁴ Não nos é possível localizar a referência na página uma vez que o documento encontra-se em formato HTML.

Figura 3. Uma lulikda região de Los Palos



Fonte: Fundação Mário Soares. Disponível em: <http://farm8.static.flickr.com/7203/6960386671_09f2aедdaa.jpg> Acesso: 01 fev. 2018.

A casa sagrada é o espaço em que se praticam os rituais de casamento e outras cerimônias, além de ser o centro do poder político. Cinattiet. *al.* (1986, pp. 38-39 e 54) salienta o seu simbolismo cósmico e a importância dos nexos genealógico-familiares:

Ela é habitada pelos espíritos dos antigos guerreiros, antepassados do que habitam o povoado ou o reino. Construída por uma várias famílias é propriedade de toda a população e o elemento de união entre o clã: se a “uma lulik” desaparecer por ruína ou incêndio, grande desgraça abater-se-á sobre o povo e as famílias dispersar-se-ão. (...). O núcleo familiar com os seus limites territoriais demarcados estabelece-se num espaço sagrado, constituindo um microcosmo autónomo, reflexo do Universo. A adoração comum dos antepassados reforça a solidariedade e as ligações genealógicas entre os seus membros, e a casa sagrada, a árvore, os lugares votivos, tendem a ter em conjunto um efeito estabilizador na estrutura da pequena comunidade.

As *uma lulik* exemplificam, então, os valores e ideais da sociedade leste-timorense e condensam, de certo modo, a visão de mundo que a caracteriza e os princípios que a organizam, constituindo um elemento fundador da identidade leste-timorense. Desse modo, ao inscreverem-se no rol de símbolos nacionais, as casas sagradas são convertidas em poderosas manifestações de um sentimento coletivo de pertença identitária fundado no princípio de uma origem ancestral comum. Como corolário dessa perspectiva, entendemos que o projeto de identidade nacional leste-timorense alicerça-se também no plano simbólico, já que, segundo Smith (1997, p. 31): “Através da utilização de símbolos – bandeira, moeda, hinos, uniformes,

monumentos e cerimónias – os membros recordam sua herança comum e as suas características culturais, sentindo-se fortalecidos e exaltados pela sensação de identidade e pertença comuns”. Em síntese: a construção do projeto identitário nacional funda-se tanto no campo simbólico quanto no social.

Sob o viés social, o depoimento do deputado leste-timorense, Manuel Tilman (2011), acerca da relação com sua *uma luliké* esclarecedor:

Para mim, a minha casa sagrada, a minha *uma lulik*, a minha casa sagrada é o centro do mundo. Tudo gira à volta da minha casa *lulik*. Para eu poder olhar para a Espanha, Portugal, Austrália ou América, olho a partir da minha casa sagrada, olho a partir da casa sagrada onde meus antepassados chegaram a Timor, ocuparam, construíram, fizeram sua vida. Mesmo que a minha família esteja na Europa, meu filho venha a se casar com uma alemã ou a minha filha, com um espanhol, eles vão sentir sempre que o centro não é na Espanha ou em Portugal, mas que o centro é onde está a minha casa sagrada. [...] A *uma lulik* não só recupera ou une todos os vivos dos dias de hoje, mas através da ligação, através da nossa casa sagrada, estamos continuamente ligados ao primeiro homem que chegou a Timor, aquele que viveu em Timor, aquele que morreu em Timor. Para nós, não é [a lógica do] “tudo se transforma”, tudo existe tal qual como está. Na nossa casa sagrada, estão todos, até os animais que nós matamos pela memória de nossos antepassados, por isso, a *uma lulik* significa: entram todos, e todos não são apenas os que vivem neste século, no tempo presente, mas aqueles que já foram e os que hão de vir, nos unindo para que não se perca a autoridade sobre as nossas tradições sobre as nossas casas sagradas.

O depoimento do deputado é revelador do poder da tradição na definição da identidade, de sua intrínseca relação com o sentimento de pertença e de profunda ligação com a terra. A *uma lulik* constitui, assim, um padrão de referência soberano a partir do qual todo o mundo é mesurado e avaliado, pois preserva um conhecimento ancestral que se converte em força coercitiva, responsável por unir, por meio de laços familiares, gerações mesmo que geograficamente dispersas.

Além disso, as casas sagradas respondem a uma finalidade ritual e cerimonial, ligadas às tradições das comunidades em que são construídas. A relação com Deus e com os antepassados é mediada por um *luliknae* – uma espécie de sacerdote gentílico – geralmente o homem mais velho da comunidade, possuidor dos conhecimentos ancestrais. Embora desempenhem uma função marcadamente religiosa, em que se estabelece contato com os ancestrais por meio de ritos, como o sacrifício de animais, característico do animismo, as *uma lulik* constituem, também, um espaço importante para o exercício da vida política, havendo, pois, uma confluência entre instâncias sociais. Nas palavras do professor Nuno Silva Gomes (2011):

Nas *uma lulik*, velhos e novos se reúnem para discutir sobre os problemas do presente, rezar, planejar ações futuras das novas gerações. Nas *lulik*, não há regras escritas, mas a prática ensina. [...] A prática da democracia que se faz no parlamento nacional, devo dizer, já existe há muito tempo nas *uma lulik*.

As *uma lulik*, além de templo, desempenham um papel político importante na organização da vida coletiva, por meio da prática de ações democráticas, como a deliberação, entre jovens e velhos, acerca de assuntos que dizem respeito ao coletivo. Explicita-se, assim, que a multiplicidade de atividades que podem ser abrigadas em uma mesma casa sagrada, permite estabelecer uma relação especular com os processos de construção de identidades, conforme discutidos por Moita Lopes (2006), que as entende como

fragmentadas, processuais e contraditórias. Para o autor (op. cit.), as identidades, caracterizadas pela pluralidade, são oriundas das distintas posições sociais ocupadas pelos indivíduos. Tais posições são dotadas de significado e implicam padrões de ação e de ser, estando, portanto, atreladas aos processos de representações sociais, o que, no caso das casas, corresponde aos distintos usos a que elas se prestam, conforme vimos discutido.

Podemos observar, também, que, por constituir uma manifestação cultural popular, a preservação das *uma lulik* está estritamente ligada à memória e ao saber-fazer, decorrente do aprendizado ancestral transmitido oralmente pelos homens mais velhos da comunidade. A partir dessas considerações, entendemos que, como parte do processo de construção da identidade nacional, a memória constitui um importante patrimônio, pois é por meio do apelo a ela que se erigem as grandes narrativas míticas, os mitos fundadores, a exemplo do mito do crocodilo, o ancestral, que deu origem à ilha de Timor. Por meio de narrativas ontológicas e da conservação de objetos materiais da cultura – como as *uma lulik* –, assegura-se coesão social, forjam-se identidades e memórias coletivas.

Nesse sentido, o valor mítico atribuído às casas sagradas reitera sua importância no processo de manutenção das tradições, da identidade nacional e da coesão social leste-timorense. Para Manuel Tilman (2011), as regras para a construção das casas sagradas, embora não sejam escritas, passam de geração em geração de forma espontânea, a partir do contato diário entre os jovens e os mestres, guardiães da tradição. As casas sagradas fazem sentido como máxima expressão do vínculo entre passado, presente e futuro, trata-se, assim, de uma construção coletiva aglutinadora de símbolos e promotora de identidades. A ex-ministra de Educação de Timor-Leste, Rosária Corte-Real (2011), explicita o caráter aglutinador das casas sagradas, já que elas:

[...] vêm desde nossos antepassados. Somos de cinco ou seis gerações diferentes e ainda nos conhecemos, fazemos parte da mesma origem ancestral, pois temos uma mesma *uma lulik*. Nossos irmãos casam-se, dividem-se, mas irmão é sempre irmão. Na *uma lulik*, sempre tem cerimônias e festas que reúnem os irmãos, estamos sempre juntos.

É importante destacar que, sob a perspectiva leste-timorense, o conceito de família supera os laços consanguíneos. Assim, para além de familiares de ascendência direta, podem ser agregados sob a mesma *umalulik* familiar aqueles com quem há fortes vínculos de amizade ou, ainda, aqueles que, por exemplo, forem escolhidos como padrinhos de crianças ou de casamento. Desse modo, podemos observar que o conceito de família, segundo a percepção leste-timorense, possui uma dimensão mais ampliada que a do paradigma ocidental e isso permite que as relações familiares sejam estendidas, conforme elucidado no excerto a seguir, extraído do site oficial do Governo de Timor-Leste:

A cultura tradicional timorense – tão bem defendida durante a resistência, e que, serviu, também, para ajudar a defender o argumento da independência, pela diferença cultural relativamente ao povo ocupante – assenta na complexidade da estrutura familiar praticada em Timor-Leste. Trata-se de uma estrutura muito particular, muitas vezes mal-entendida pelos malae (estrangeiros). Não é por acaso que mesmo os desconhecidos, em Timor-Leste

– e isso sim, já assimilado pelos malae – se tratam por mana (irmã) ou maun (irmão) (se a idade ou situação social é semelhante para o feminino e masculino, respetivamente), tia ou tio (se se trata de alguém mais velho, uma ou duas gerações), avó ou avô (se a idade é já avançada). Na prática, filhos, afilhados, primos ou pessoas da mesma ligação da estrutura tradicional, são considerados familiares diretos, situação que traduz o papel central estruturante dos laços familiares na sociedade timorense. “O laço de parentesco oferece uma perspetiva de longo prazo, que falta noutras relações. A permanência das relações familiares, normalmente garantida pelo laço biológico, permite, em larga medida, a construção de confiança e compromisso mútuo. Criam-se âncoras - materiais e afetivas - entre os indivíduos e as suas famílias. Isto significa, numa família mais alargada como a que existe na estrutura tradicional de Timor-Leste, que existe um vínculo forte na sociedade que tem garantido o bem-estar entre as famílias. Existe uma solidariedade familiar, especialmente visível em cerimónias, como as de casamento, de funeral, ou nas cerimónias de feto saumane (parentes por afinidade, por parte da mulher e por parte do marido), que são cerimónias tradicionais ainda muito conservadas na nossa sociedade”, explica a Ministra da Solidariedade Social, Maria Domingas Fernandes Alves. (TIMOR-LESTE, 2011. s/p)

Ademais, *asuma lulik* constituem um cenário privilegiado para a realização das cerimónias da vida social, ao redor delas tem lugar a comemoração de todo o ciclo da vida humana, desde o nascimento até a morte. Nelas se guardam também todas as heranças deixadas pelos avós aos seus netos. Rosária Corte-Real (2011) defende a ideia de que a *uma lulik* representa um umbigo que une e amarra a relação entre as gerações. No contexto da crença leste-timorense, concebe-se que o umbigo constitui o centro da vida e, por isso, é costume que, quando uma criança nasce, o cordão umbilical dela seja conservado na *uma lulik*. É um ritual que se mantém para evitar que haja rupturas entre laços familiares ou entre gerações e, em termos identitários, implica que os indivíduos, simbolicamente, possuam uma ligação indissociável com a terra na qual nasceram.

Em termos estéticos, à entrada da *uma lulik*, estão dispostas duas estátuas, a de um homem e a de uma mulher, representando a união, o casamento, o ciclo da vida e da morte, além da ancestralidade comum e, figurativamente, da fertilidade. Cada *uma lulik* tem a sua doutrina. Geralmente, as casas são construídas sobre oito colunas. Quatro representam o homem, quatro, a mulher. Cada um dos pilares masculinos, os mais fortes, é fincado na terra como homenagem aos avós, os homens ancestrais que deram origem à família proprietária da *uma lulik*. Os demais representam o apoio necessário da mulher à fortificação da família e, por extensão, da comunidade. Vale ressaltar que o sistema político das comunidades tradicionais leste-timorenses, embora organizado de forma patriarcal, reconhece a importância da autoridade, identificada à forma feminina, ao lado do poder, considerado essencialmente masculino, de modo que, para que haja a preservação da harmonia social, poder e autoridade devem estar equilibrados.

Na relação entre a casa e o universo cosmogônico que ela simboliza, Cinattiet. *al.* (1986, p. 34) observam que:

Na estrutura da habitação revela-se o simbolismo cósmico: a casa é a imagem do mundo, a sua cobertura é o Céu, o pilar ou poste principal é assimilado ao “eixo do mundo” que sustenta o imenso tecto celeste e desempenha um papel ritual importante: é na sua base que têm lugar os sacrifícios em honra do ser supremo, Marômac (...) Toda a construção e

inauguração de uma moradia equivalem a um começo, a uma nova vida: para que a obra dure e “viva” deve ser animada, isto é, deve receber ao mesmo tempo uma vida e uma alma. A transferência da alma só é possível pela via de um sacrifício sangrento.

O esclarecimento apresentado por Cinattiet. *al.* põe em relevo uma interessante questão acerca da conformação religiosa dos leste-timorenses. A maior parte da população da porção oriental da ilha costuma autodefinir-se como católica e uma série de estudos (CASTAGNA, 2015; CASTELO, 1998; COSTA, 2012, 2005; FELGAS, 1956; GAGLIATO, 2008, só para citar alguns) sobre isso revelou que, de fato, o sincretismo seria a forma mais apropriada para definir as práticas religiosas de muitos leste-timorenses. A associação aos preceitos cristãos deve-se, em grande parte, à aproximação da Igreja Católica ao movimento de resistência contra a invasão indonésia a Timor-Leste entre os anos de 1975-1999. Por ter sido uma instituição que prontamente se dispôs a proteger os leste-timorenses das arbitrariedades indonésias, a Igreja, representada pela figura do Bispo Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, conquistou a admiração e o respeito da população local, além disso, fundaram-se escolas nas igrejas, nas quais o português era utilizado como língua de instrução, em movimento oposto à obrigatoriedade imposta pelo novo colonizador de que toda a instrução e comunicação em Timor-Leste fossem realizadas em língua indonésia. De acordo com Gagliato (2008, p. 4):

[...] esse novo cenário religioso de maioria Católica que se constituiu, principalmente, em virtude do amparo, assistência e defesa que a população de Timor-Leste encontrou na Igreja Católica do Timor-Leste, não só no aspecto de resistência política, mas de resistência social, cultural e até religiosa, já que também a população, tornando-se Católica, encontrou na Igreja uma maneira de preservar a transmissão e herança da religiosidade tradicional-animista timorense. Esse amálgama religioso constituiu uma religiosidade de práticas tanto Católicas quanto Tradicional-animistas, constituindo, assim, um sincretismo de ritos e símbolos – sincretismo religioso.

Afora as questões de natureza religiosa, observamos que a nação conceptualizada sob a forma de casa converte-se em espaço de interação intergeracional, em que se “articulam processos de identificação e pertença” (MENDES, 2005, pp. 110-111), o que é ainda reforçado pelo fato de as atividades – rituais e políticas – realizarem-se nas *umalulik* de forma pública e performática (existe um “iniciado” responsável por estabelecer a relação entre os vivos e os mortos, por exemplo). Portanto, é “[...] inegável o valor simbólico da casa enquanto matriz e a sua assimilação à nação, como casa comum de todos os timorenses” (MENDES, 2005, p. 115).

Além da dimensão material – ilustrada pelas *uma lulik* –, o processo de edificação de identidades também se apoia no que Anderson (2009) denominou de “comunidades imaginadas” e sobre as quais discutiremos a seguir.

2 A identidade como produto de “comunidades imaginadas”

De acordo com o posicionamento de Smith (1997), a identificação do indivíduo com uma comunidade política possui base ideológica ocidental e étnica, nas sociedades não ocidentais. No Ocidente, a identidade

do indivíduo baseia-se em uma relação ideológica e cívica com a nação; nas comunidades não ocidentais, em contrapartida, a ênfase à construção identitária é dada à origem étnica e cultural de pertencimento. Assim, tomando como ponto de partida a perspectiva ideológica, o autor (p. 14) apresenta cinco atributos basilares da identidade nacional: i) um território histórico; ii) a existência de histórias coletivas e mitos comuns; iii) uma cultura pública de massa compartilhada; iv) direitos e deveres legais comuns a todos os membros e, por fim, v) uma economia comum com possibilidade de mobilidade para todos os membros. Já, da perspectiva da etnicidade, Smith (1997, p. 21) define seis características que participam da conformação da identidade: i) um nome coletivo próprio; ii) um mito ancestral comum; iii) memórias históricas compartilhadas; iv) um ou mais elementos diferenciadores de uma cultura comum; v) a associação com uma “pátria” específica; vi) um senso de solidariedade com setores significativos da população.

Considerando esses elementos em seu conjunto, Smith (1997) defende que a identidade está imbuída de certa instrumentalidade, a qual serve a uma elite política, que, com o propósito de mobilizar a população, lança mão dessa identidade de forma sistemática, convertendo-a em uma ideologia nacionalista, cujo propósito é forjar a unidade política da nação. Desse modo, observa-se que o poder político pode transformar as raízes históricas e étnicas em discursos, a fim de promover interesses individuais ou coletivos. Nas palavras de Smith (1997, p.20): “...esse poder aumenta imensuravelmente pela presença viva das tradições, que incorporam os símbolos memórias, mitos e valores oriundos de eras muitos anteriores na vida de uma população, comunidade ou área.”.

No caso específico de Timor-Leste, os valores ancestrais ainda continuam preservados, conforme apresentamos ao tratar das *uma lulik*, mesmo após os dois períodos coloniais por que passou o país, e da influência de atores internacionais envolvidos diretamente no seu processo de reconstrução (Brasil, Portugal e Austrália, principalmente).

[...] as casas sagradas não foram totalmente eliminadas. Tornaram-se um bastião da cultura e da identidade timorense dotada de uma estrutura simbólica. Muitas foram destruídas durante a guerra de invasão Indonésia e em 1999 foram objecto de ataque específico como uma fonte de resistência timorense [...]. (SOUZA, 2007, p. 201)

A esse conjunto de valores que estão arraigados no seio de dada população, comunidade ou área, considerado uma identidade natural e pré-existente, Smith (1997) dá o nome de *eticidade*, esta, quando instrumentalizada por uma elite política como projeto de construção de uma nação, converte-se em identidade nacional. Nesse sentido, o autor (1997) postula que as nações erigem-se de identidades étnicas e de todos os elementos subjacentes a elas, como os culturais, históricos, cívicos, ideológicos e políticos.

Na mesma perspectiva de construção instrumental de identidades nacionais, Anderson (2009) defende a tese de que toda nação deve ser considerada “uma comunidade política imaginada”, pois, mesmo na menor das nações, jamais todos os membros poderão conhecer, encontrar ou ouvir falar da maioria dos outros membros, embora haja em suas mentes a imagem de comunhão nacional. Nesse sentido, compete ao Estado, por meio da mobilização de seus instrumentos simbólicos, forjar uma identidade nacional, ou seja, trata-se

da “invenção de nações onde estas não existem”. Os nacionalismos – e as identidades nacionais, por extensão –, portanto, não seriam resultado de uma autoconsciência, se não um produto artificial das escolhas de conteúdos simbólicos realizadas, de forma utilitária, pelo Estado (ou pelo grupo que busca representá-lo legitimamente).

Quando se trata da análise da situação de Timor-Leste, Anderson (1993, s/p)⁵, postula que as comunidades imaginadas não resultam unicamente da soma de crenças de um grupo nacional específico, pois, além da existência física dos indivíduos, elas manifestam sua existência por meio de símbolos, práticas institucionais e discursivas. “[...] from the start the nation was conceived in language, not in blood, and that one could be ‘invited to’ the imagined community⁶”. Nesse sentido, então, a nação leste-timorense passa a ser compreendida como uma soma de representações culturais, pois o que é imaginado tem de ser representado, o que, necessariamente, demanda um processo intermitente de criação. Para Mendes (2005, p. 441), a construção da nação leste-timorense “se deve à edificação e disseminação de narrativas, assim, a ideia de comunidade nasce da experiência histórica e de uma mitologia” e, desse modo, constitui um “processo de invenção, de dentro para fora, configurando um projecto político que se pretendia concretizar em Estado e que daria unidade à diversidade de identidades, criando um povo timorense”.

Subjacente à criação instrumental de narrativas, as *uma lulik*, ao condensarem elementos importantes da cultura autóctone, surgem como parte do patrimônio material sob o qual se preservam símbolos que conformam a identidade leste-timorense, entre os quais se destacam: os elos com os antepassados; um local de cerimônias em que tradição e modernidade encontram espaço harmônico de expressão, o que contribui para aedificação de identidades caracterizadas pela plasticidade, pois, no mesmo espaço sagrado, coexistem práticas religiosas sincréticas como os rituais animistas e os da liturgia cristã; representa, metaforicamente, por meio das colunas masculinas e femininas, a importância da união entre homens e mulheres na construção de uma base sólida da nação, figurativizada pela casa propriamente dita, isto é, constitui um princípio organizador das práticas sociais.

Considerações finais

Diante das demandas de um mundo marcado pela velocidade e pela volatilidade de valores, voltarmos nossa atenção para a análise da sociedade leste-timorense e para algumas de suas idiosincrasias relativas à preservação das culturas tradicionais, permite-nos reconhecer a importância dos símbolos para a conformação de identidades, por isso, buscamos destacar a importância das casas sagradas como elemento

⁵ Não nos é possível localizar cada referência na página uma vez que o documento encontra-se em formato HTML.

⁶ Tradução nossa: Desde o início, a nação foi concebida pela língua, não pelo sangue, e qualquer um pode ser “convidado” para a comunidade imaginada.

– atemporal – responsável pela conservação e pela reafirmação de traços identitários considerados relevantes e dignos de serem legados como herança às próximas gerações de Timor-Leste.

A partir dos relatos de atores leste-timorenses, reconhecemos que as *uma lulik* correspondem a uma forma de ser e de estar no mundo – em suma: conformam projetos identitários – e revelam-se como signos de resistência, corroborando a tese de Smith (1997) de que, nas sociedades orientais, a etnicidade é o maior fator de promoção de pertença e identificação entre os indivíduos.

Além disso, como produtos de disputas pelo poder de criar significados, as casas sagradas integram um projeto de construção de “comunidades imaginadas” e condensam em si narrativas e conteúdos simbólicos cujo propósito é criar um referencial comum ancestral entre os indivíduos que compõem a nação possibilitar-lhes a construção de uma identidade nacional.

Na sociedade contemporânea, marcada por rupturas, fragmentações e descontinuidades identitárias, as *uma lulik* – e sua função como um dos paradigmas sobre os quais se assenta a construção da identidade leste-timorense – seguem em direção radicalmente oposta: são a continuidade, a preservação e a tradição as responsáveis pela constituição de um projeto de identidade nacional que se pretende legítimo, por estar arraigado na cultura local, preservado pela memória; e desvinculado – ainda que parcialmente – das demandas desterritorializadas da sociedade pós-moderna.

Referências

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ANDERSON, Benedict. *Imagining East Timor*. **Arena Magazine**, n. 4, apr/may, Australia: Arena Printing and Publishing Pty Ltd., 1993. Disponível em: <http://www.ci.uc.pt/timor/imagin.htm>. Acesso em: 14 jul. 2015.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. UFMG: Belo Horizonte, 1998.
- CINATTI, Ruy; ALMEIDA, Leopoldo de; MENDES, António de Sousa. **A arquitectura timorense**. Lisboa: IICT, 1987.
- FOX, James J. (ed.). **Inside Austronesian houses: perspectives on domestic designs for living**. Camberra: ANU, 1993.
- GAGLIATO, Marcio. **Timor-Leste e a ocupação Indonésia: a religião como operador de resistência**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://sapiencia.pucsp.br/handle/handle/17300>. Acesso em 12 mar. 2014.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomas Tadeu da (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 103-133.
- MENDES, Nuno Canas. **A multidimensionalidade da construção identitária em Timor-Leste**. Lisboa: ISCSP-UTL, 2005.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família**. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

PARLAMENTO NACIONAL DE TIMOR-LESTE. *Uma Lulik*: futuro da tradição. Documentário, 2011. Disponível em: <http://www.umalulik.com/descargas.htm>. Acesso em: 09 dez. 2014.

SEWELL, William. The concept(s) of culture. In: BONNELL, Victoria; HUNT, Lynn (orgs.). **Beyond the cultural turn**: new directions in the study of society and culture. Berkeley: University of California Press, 1999.

SMITH, Anthony D. **A identidade nacional**. Lisboa: Gradiva, 1997.

SOUZA, Lúcio Manuel Gomes de. As casas e o mundo: identidade local e nação no património material/imaterial de Timor-Leste. **Etnografia**: Actas do III Congresso Internacional. Cabeceiras de Basto, 2007. pp. 196-227. Disponível em: <http://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2894>. Acesso em: 08 abr. 2017.

TIMOR-LESTE. Importância da família em Timor-Leste. Díli, 2011. s/p. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=5520&n=1&lang=pt>. Acesso em: 02 jun. 2018.

TRINDADE, José 'Josh'. *Lulik*: valor fundamental timoroannian, 2011. Disponível em: http://www.tlstudies.org/pdfs/TLSA%20Conf%202011/chp_02.pdf. Acesso em: 12 out. 2016.

Como citar este capítulo:

SILVA, Alexandre Marques. Uma lulik: o sagrado na expressão da identidade nacional leste-timorense. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PEDRO, Adriana Moreira; OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de; SILVA, Alexandra Marques; SOUZA, Douglas Rabelo; BRITTO-COSTA, Letícia Fernandes de; KOBAYASHI, Sergio Mikio. **Discurso e identidade**: múltiplos enfoques. São Paulo: FFLCH, 2018, p. 291-304. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/9788575063361>

Escola Sem Partido: a Argumentação no processo de construção ideológica

Lucas Pereira da SILVA¹

Resumo: O Programa Escola Sem Partido ganhou notoriedade no decorrer dos últimos anos, especialmente quando passou a carregar o ônus de um Projeto de Lei. O presente trabalho visa a contribuir para os avanços dos estudos discursivos por meio de uma proposta teórico-metodológica que integra a dimensão epistêmica, em perspectiva linguístico-cognitiva, à argumentativa, com base em modelos avaliativos que abarcam a dimensão macroestrutural, funcional e esquemática, visando a compreender sua relação com a operacionalização da ideologia. Assim, discutir-se-á os modos de funcionamento da ideologia no ambiente não só da sala de aula, mas no escolar como um todo, além de questionar o propósito subjacente ao Projeto, tendo como preliminar a ideia de manutenção de uma ordem social com base no silenciamento de possíveis vozes resistentes.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Análise Crítica do Discurso; Modelo Toulmin; Argumentação; Escola Sem Partido.

Introdução

O Programa Escola Sem Partido ganhou notoriedade no decorrer dos últimos anos, especialmente quando passou a carregar o ônus de um Projeto de Lei no Congresso Nacional Brasileiro. Idealizado por Miguel Nagib, o Programa tem como cerne a proposição de uma suposta neutralidade no que tange aos modos de conduta no ambiente escolar, em especial por parte dos professores e, assim, uma intervenção no âmbito escolar com vistas a combater o que o idealizador e favoráveis denominam como sendo “doutrinação ideológica”. Além disso, subjaz o estabelecimento de formas de coerção no ambiente da sala de aula – em forma de cartazes pendurados em paredes – com canais de comunicação Escola-Estado a fim de criar mecanismos que propiciem denúncias ao que denominam “assédio ideológico”.

Miguel (2016) dá destaque ao avanço de políticas de caráter conservador nos anos 2010 no cenário político nacional. Para ele, é consensual que, com o fim da ditadura militar do Brasil, passou-se a buscar uma menor desigualdade social e, junto disso, visar à defesa dos direitos humanos por meio do que ele denomina como sendo políticas relevantes. Em contrapartida, o autor reconhece que (2016, p. 592) “os discursos reacionários provêm, no caso brasileiro, de uma conjugação heteróclita entre o ‘libertarianismo’, o fundamentalismo religioso e o antigo anticomunismo”. Com grande influência nos meios acadêmicos estadunidenses, a “ideologia ultraliberal libertariana” (MIGUEL, 2016, p. 592) consiste na defesa da menor presença possível do Estado de forma que, por mais desigual que se faça, “qualquer situação que nasça de mecanismos de mercado é justa por definição” (MIGUEL, 2016, p. 592). Contando com investimentos nacional e internacional, é a ideologia defendida pelo Instituto Millenium, posição esta que produz

¹ Graduando em Letras pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, tendo realizado iniciação científica sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves-Segundo, com bolsa PUB. E-mail: lucas.pereira.silva@usp.br.

ressonância na imprensa e em editoriais brasileiros e é popularizada muitas vezes através de vozes de jornalistas, como Rodrigo Constantino (MIGUEL, 2016).

Um tema recorrente nas discussões que concernem ao ambiente escolar diz respeito ao limiar entre o ensino escolar básico/sistemático e as liberdades de ensino que cabem ao ambiente familiar. Para além da ideia inicial proposta de combate ao suposto enviesamento político-partidário no ambiente da sala de aula exercido pelos professores – muitas vezes referidos como sendo militantes esquerdistas disfarçados –, ganhou notoriedade o combate incisivo ao que se denomina “ideologia de gênero”.

Como ressalta Miguel (2016), no desenvolver das discussões a respeito do Movimento Escola Sem Partido, a ideia que originalmente consistia em barrar influências marxistas no contexto escolar passou a contemplar também discussões concernentes à autoridade da família sobre o conteúdo ensinado nas escolas, de forma a colocar este como antagonista daquela. Algo frequentemente debatido concerne ao que designam “ideologia de gênero”; para Miguel (2016, p. 595-596), “o receio da discussão sobre os papéis de gênero cresceu com iniciativas para o combate à homofobia e ao sexismo nas escolas e foi encampado como bandeira prioritária pelos grupos religiosos conservadores”.

Debates que questionam criticamente os papéis sociais exercidos por homens e mulheres, bem como as concepções subjacentes às figuras masculina e feminina construídas com base em significados e valores tradicionalistas, são vistos como ideologias de esquerda e invasoras da liberdade de ensino da família e de pensamento do alunado; isto é, ao trazer tal discussão para junto da proposta original do movimento, “o MESP transferiu a discussão para um terreno aparentemente ‘moral’ (em contraposição a ‘político’) e passou a enquadrá-la nos termos de uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças.” (MIGUEL, 2016, p. 596).

Tendo como base os Parâmetros Curriculares Nacionais, as Orientações Curriculares para o Ensino Médio e, por conseguinte, os quatro objetivos basilares do Ensino Básico, sendo eles (1) o aprimoramento do educando como ser humano e sua formação ética, (2) o desenvolvimento de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico, (3) sua preparação para o mundo do trabalho e (4) o desenvolvimento de competências para continuar seu aprendizado, o debate se faz como meio elementar para que seja possível alcançar tais demandas a fim de se atingir um modelo educacional eficaz.

Em meio a debates tais, torna-se inevitável a discussão quanto às esferas que embasam as concepções de gênero, sua construção, papel e expectativas, muitas vezes, ainda, tangenciando temas outros correlacionados, como estudos e debates quanto à sexualidade e à diversidade sexual. Tais debates se mostram genuínos, uma vez que tais temas fazem parte da realidade escolar e extraescolar dos alunos e, portanto, caberiam como sendo uma discussão a fim de desenvolver as competências éticas exigidas pelo currículo básico.

Entretanto, tais debates são comumente associados por defensores da Proposta de Lei como sendo “ideológicos” – no sentido de enviesados politicamente pelo que se constrói como esquerda comunista –

com vistas a deslegitimar tais debates sob risco de ultrapassar os limites éticos do permitido pelo ensino escolar.

Assim sendo, o presente artigo tem como propósito analisar a estruturação discursivo-argumentativa (GONÇALVES-SEGUNDO, 2014, 2017) de um conjunto de textos opinativos² circulantes em plataformas online, como portais de revistas e jornais, além de blogs formadores de opinião, sobre tal Projeto de Lei. Para isso, tomar-se-á como base os pressupostos teóricos concernentes às teorias de macroestruturação, funcionalidade e esquematização argumentativa (TOULMIN, 1958; VAN EEMEREN, HOULTLOSSER, SNOECK HENKEMANS, 2007; GONÇALVES-SEGUNDO, 2016), de modo a viabilizar o estabelecimento de correlações entre os posicionamentos ideológicos materializados e a construção argumentativa que embasa as construções propriamente materializadas nesses textos. Com base em tais dados, discutir-se-ão os modos de funcionamento da ideologia no ambiente não só da sala de aula, mas no escolar como um todo, além de questionar o propósito subjacente ao Projeto, tendo como preliminar a ideia de manutenção de uma ordem social com base no silenciamento de possíveis vozes resistentes.

Assim, buscar-se-á (1) discorrer brevemente a respeito da importância do modelo esquemático Toulmin para o ordenamento do processo argumentativo e (2) avaliar criticamente o processo argumentativo a fim de depreender ideologias subjacentes aos textos que tratam do Movimento Escola Sem Partido.

1 Procedimentos Metodológicos

Quanto à escolha dos textos para análise, estabeleceu-se que estes seriam originários de diferentes regiões, a fim de se poder depreender contornos discursivos potencialmente diversos, tendo em vista públicos e posicionamentos político-ideológicos possivelmente distintos; assim sendo, foram escolhidos editoriais e artigos de opinião de plataformas eletrônicas de diversas regiões do país, como São Paulo, Rio de Janeiro (Sudeste), Brasília (Centro-Oeste), Acre (Norte), Santa Catarina (Sul), entre outros.

No que diz respeito à análise dos textos, podem-se apontar dois momentos: a elaboração dos esquemas de argumentação, por meio do software yEd Graph Editor, com vistas a explicitar a estruturação das estratégias movimentadas pelos autores no decorrer do processo argumentativo; e uma análise crítica qualitativa a fim de discutir a legitimidade do processo de transição entre o estabelecimento dos Dados e a consolidação das Teses, que consiste em analisar a macroestrutura e a esquematização argumentativa de um conjunto de textos do corpus, escolhido como exemplares dos diversos posicionamentos verificados no material como um todo.

² Para este artigo, foram selecionados três textos de trinta que compunham um *corpus* com vistas à análise das ocorrências de posicionamento epistêmico na construção de pontos de vista favoráveis e desfavoráveis em relação ao Projeto Escola Sem Partido. A escolha dos três textos ocorreu com o objetivo de contemplar os polos de aderência no que se refere ao Movimento e Projeto de Lei.

2 Categorias de Análise

Este trabalho tem como pano de fundo a proposta de análise argumentativa baseada na estruturação toulminiana, bem como a proposta de análise crítica apresentada por van Eemeren, Houtlosser, Snoeck Henkemans (2007) e Gonçalves-Segundo (2016; *no prelo*).

O esquema de análise proposto por Gonçalves-Segundo busca compreender o processo argumentativo a partir de uma perspectiva multidisciplinar (GONÇALVES-SEGUNDO, *no prelo*). Para o autor, um aspecto constituinte da argumentação se dá através de sistemas cognitivos que amparam a competência argumentativa, dentre eles as formas de raciocínio causais, sintomáticas ou analógicas e a capacidade de perspectivar (GONÇALVES-SEGUNDO, *no prelo*).

Para o autor, a visão de argumentação proposta associa-se com a ideia originalmente apresentada por Niño, Marrero (2015), em que a capacidade argumentativa se dá de forma multifacetada, relacionando-se com a formação, defensibilidade e manutenção de crenças (GONÇALVES-SEGUNDO, *no prelo*). Assim sendo, as situações argumentativas podem ter como objetivo o convencimento, a persuasão ou a preservação ideológica (GONÇALVES-SEGUNDO, *no prelo*).

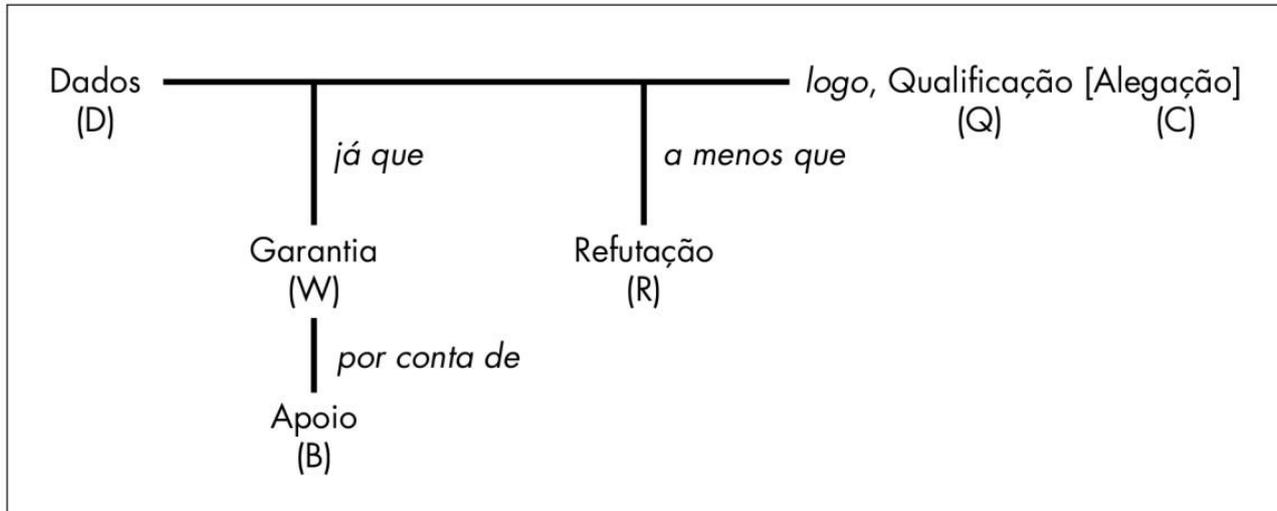
2.1 Argumentação e Modelo Toulmin

O presente trabalho utiliza-se predominantemente da abordagem de esquematização argumentativa proposta por van Eemeren, Houtlosser, Snoeck Henkemans (2007), ao passo que a estruturação funcional tem como base o modelo “proposto” pelo teórico britânico Toulmin (1958). Optou-se por trabalhar com dois textos favoráveis ao Movimento Escola Sem Partido, ambos escritos pelo idealizador Miguel Nagib, sendo eles “Programa Escola sem Partido acaba com cooptação da esquerda”, escrito para a Folha de São Paulo, e “Mensagem de fim de ano do Escola Sem Partido ao Militante Disfarçado de Professor”, escrito para o blog de Rodrigo Constantino, bem como analisar um texto de posicionamento contrário à proposta, escrito por Cleo Manhas, doutora em Educação pela USP, para o Pragmatismo Político.

É de conhecimento na área de estudos discursivos, entretanto, que Toulmin não ambicionava adentrar o campo dos estudos de argumentação com vistas a propor uma nova metodologia analítica ou mesmo cunhar um modelo consagrado de análise. Tal modelo de estruturação argumentativa, considerada por Toulmin como um subproduto de seus estudos (GONÇALVES-SEGUNDO, 2016), origina-se da obra na qual se propunha a debater, com vistas a questionar, sua epistemologia contemporânea, de forma que seu livro “consiste em um conjunto de ensaios que refletem sobre Epistemologia e sobre as lógicas prática e idealizada, além de apresentar uma rica discussão que correlaciona argumentação a modalidade e a probabilidade” (GONÇALVES-SEGUNDO, 2016, p. 70).

Tal modelo “proposto” pelo autor britânico possibilita uma análise crítica na medida em que sua estruturação, como apontado por van Eemeren, Houtlosser, Snoeck Henkemans (2007), dá abertura para propor questionamentos a respeito do modo como suas partes se relacionam.

Figura 1. Modelo Toulmin



Fonte: Gonçalves-Segundo (2016, p. 72).

O modelo³ consiste no movimento que parte dos Dados, à esquerda, com o objetivo de atingir a Alegação – neste trabalho, optou-se pelo uso do termo Tese. Assim, uma situação comunicativa que vise ao convencimento por meio da argumentação conta com uma Tese que, por sua vez, existe a partir da inferência de seu conceptualizador com base nos Dados por ele elencados.

É possível observar também que nesse movimento de transição dos Dados à Tese, o esquema argumentativo conta com estruturas adjuntas. A Garantia e o Apoio são componentes que se manifestam linguisticamente com menor frequência se comparadas às demais, visto que elas compõem parte significativa do conhecimento subjetivo compartilhado entre as partes da situação comunicativa. Nas palavras de Gonçalves-Segundo (2016, p. 73), “dada a natureza nem sempre explícita das Garantias, que se fundamentam em raciocínios baseados em acordos prévios, é lícito nos valermos de nosso conhecimento sobre dada cultura e sobre determinadas práticas sociais para inferirmos raciocínios plausíveis, aplicáveis a uma dada interação”. Apoios, contudo, tendem a ser textualizados como forma de validar as Garantias e tendem a ser marcados por recursos evidenciais (BEDNAREK, 2006a, 2006b; MARÍN-ARRESE, 2011a, 2011b).

Gonçalves-Segundo (2016, p. 73) aponta para a importante ligação existente entre Qualificação e Garantia, de forma que “o grau de comprometimento ou validação autoral diante da conclusão está proporcionalmente ligado ao potencial de aplicação de uma Garantia aos Dados instanciados no sentido de convencer os outros sobre a verossimilhança”. Assim, a análise de ocorrências modais se faz relevante na

³ Os termos originais em inglês são: Data (D), Claim (C), Qualifier (Q), Warrant (W), Backing (B) e Rebuttal (R) (GONÇALVES-SEGUNDO, 2016, p. 71).

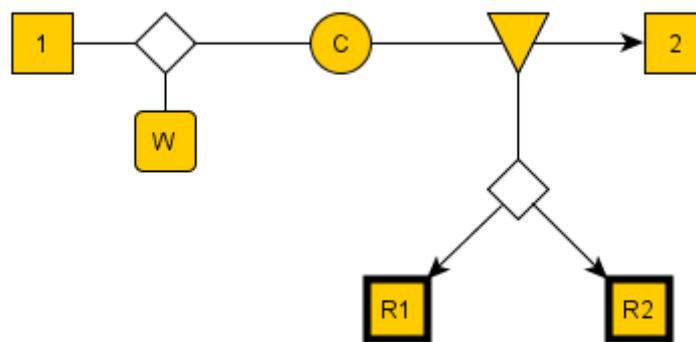
medida em que possibilita pensar sobre o mecanismo subjacente às escolhas linguísticas, bem como elas funcionam para a manutenção da confiabilidade da proposição e aferir graus de autoridade/credibilidade do conceptualizador (GONÇALVES-SEGUNDO, *no prelo*).

A Refutação, por sua vez, diz respeito aos “tipos de circunstâncias excepcionais que, em casos específicos, podem refutar as suposições criadas pela garantia” (TOULMIN, 2006, p. 153 apud GONÇALVES-SEGUNDO, 2016, p. 75). Sumariamente, Gonçalves-Segundo aponta para a propriedade de invalidação da Alegação, podendo ser ela total ou parcial. Além disso, acrescenta que, muitas vezes, o orador pode antecipar refutações por meio de estruturas concessivas, o que enfraquece seu peso contra-argumentativo, fortalecendo, assim, a ligação entre os Dados e a Tese. Trata-se das refutações “fracas”.

A fim de ilustrar o funcionamento do modelo, tomar-se-á como base um exemplo extraído do corpus:

2016 está chegando ao fim. Foi um ano de ouro para a militância em sala de aula, não é mesmo? O ano do “gópi”, do “Fora, Temer!”, das “ocupações” contra a PEC 241... Quanta politicagem! E a trabalhadeira para “desconstruir a heteronormatividade dxs alunxs”? Mesmo sem dar aulas e fazendo aquilo de que mais gosta, você deve estar exausto. Agora vêm as férias, o descanso merecido antes de voltar ao front em 2017.

Figura 2. Esquema argumentativo 1



Fonte: elaboração própria por meio do software yEd Graph Editor

1 – Dado: você [professor] militou muito⁴ neste ano do “gópi”, do “Fora, Temer!”, das “ocupações” contra a PEC 241 e com a trabalhadeira para “desconstruir a heteronormatividade dxs alunxs”

2 – Tese: você deve estar exausto

W – Garantia: quem milita cansa

R1 – Refutação: [(fraca) apesar de] não dar aula

R2 – Refutação: [(fraca) mesmo] fazer aquilo que gosta

No trecho acima, retirado do texto de Nagib para o blog de Rodrigo Constantino, é possível apontar a Tese de que o professor, conceptualizado como militante de esquerda, deve estar exausto partindo de uma série de atitudes que o autor sintetiza na ideia de que aquele militou muito – o Dado. Assim, tal inferência se

⁴ A análise dos padrões macroestruturais e da configuração funcional da argumentação prevê, em muitos casos, como ocorre acima, uma adaptação dos enunciados originais, a fim de deixar mais clara a forma de encadeamento do raciocínio argumentativo. Uma análise detida do material linguístico, quando relevante, pode compensar tal adaptação.

faz possível quando considerado que Nagib parte do pressuposto de que é conhecimento compartilhado o fato de que o ato de militar demanda energia e que, portanto, militar cansa – a Garantia.

Entretanto, Nagib acaba por questionar a legitimidade da Garantia no trecho “mesmo sem dar aulas e fazendo aquilo de que mais gosta”: num primeiro momento, o autor desloca a ideia de aula, conceptualizada como esquerdista, para o plano da *irrealis*, de modo que as manifestações previamente citadas por ele invalidam qualquer aula do professor opositor à proposta do Movimento Escola sem Partido; e, em seguida, transforma essa ideia de aula da oposição em uma forma de entretenimento, com vistas à satisfação pessoal daquele professor. Dessa forma, o autor cria uma relação causal entre Dado e Tese, mas atentando posteriormente para possíveis ressalvas quanto à legitimidade estabelecida entre as duas partes.

O modelo Toulmin, porém, deixa a desejar em alguns aspectos quando considerada a legitimidade da estrutura argumentativa. Como apontado por Gonçalves-Segundo (2016, p. 77), “trata-se de um modelo que permite ao analista, por meio de poucos componentes, delinear a estrutura dos argumentos que sustentam uma tese e compreender possíveis falácias derivadas desse processo de raciocínio”, mas que carece ainda de uma atenção que se volte para a relação discursivo-textual, “para que se possam efetivar, de fato, análises rigorosas de materialidades sociosemióticas diversas”.

Assim, a proposta pragma-dialética de van Eemeren, Houtlosser, Snoeck Henkemans (2007) busca integrar polos normativos e comunicativos visando a uma análise argumentativa profícua, de forma a estabelecer “uma base para a integração da visão crítica e empírica do discurso argumentativo, permitindo que as dimensões normativas e descritivas dos estudos de argumentação se unam, o que é necessário para criar um quadro teórico adequado para a análise e avaliação de discussões argumentativas e textos” (VAN EEMEREN, HOUTLOSSER, SNOECK HENKEMANS, 2007, p. 2) e, para isso, estabelecem e discorrem a respeito de três categorias de esquemas argumentativos e seus respectivos questionamentos com o objetivo de alcançar uma análise argumentativa de vertente mais descritiva e comunicativa.

3 Análise do corpus⁵

Van Eemeren, Houtlosser, Snoeck Henkemans (2007) propõem que toda argumentação, seja ela simples ou coordenada, baseia-se em um esquema argumentativo que faz a conexão entre o(s) Ponto(s) de vista⁶ e os argumentos propriamente ditos. A questão que surge, porém, é se o esquema usado numa determinada situação argumentativa pode ser considerado apropriado e aplicado corretamente, cabendo, portanto, uma análise crítica do processo.

Com base na relação estabelecida para justificar uma argumentação, a Teoria argumentativa pragma-dialética estabelece três grandes categorias, cada uma delas contando com seu próprio esquema, sendo eles

⁵ Recomenda-se que os textos em anexo sejam lidos previamente para melhor acompanhar o desenvolvimento da análise a seguir.

⁶ Neste trabalho, entretanto, optou-se pelo uso dos termos Dado e Tese para a elaboração dos esquemas argumentativos.

comparativo, causal e sintomático. “Para cada um dos três esquemas de argumento, diferentes questões críticas são relevantes” (VAN EEMEREN, HOUTLOSSER, SNOECK HENKEMANS, 2007, p. 167), isto é, os autores frisam a necessidade de que cada tipo de argumentação demanda diferentes padrões de avaliação.

Os autores afirmam que o uso de esquemas argumentativos solicita de seus respectivos usuários que verifiquem se sua argumentação resiste a possíveis críticas. Para eles (VAN EEMEREN, HOUTLOSSER, SNOECK HENKEMANS, 2007, p. 167), “em antecipação a esta crítica, o defensor de um ponto de vista particular já pode acompanhar sua argumentação com respostas a objeções relevantes”. Em uma discussão crítica, as questões relacionadas à relevância de determinado argumento são comumente vinculadas às respostas e (possíveis) questionamentos feitos pela oposição – questionamentos estes que buscam objetar a legitimação da relação estabelecida entre o(s) Dado(s) e a Tese.

Os autores propõem três modos de distinguir os tipos de argumentação, sendo eles através de (1) pistas que se apresentam na relação entre o(s) Dados e a(s) Tese(s), (2) pistas que surgem através do modo como um terceiro critica a argumentação, e (3) indícios da maneira como o protagonista/conceitualizador rebate essa crítica ou mesmo a antecipa.

Faz-se relevante apontar a estratégia argumentativa utilizada por Nagib em seu texto para a Folha. Como é possível notar no Anexo II, o direcionamento dado ao texto consiste em uma série de antecipações de vozes contrárias ao Movimento e que são, ao longo do texto, “desestruturadas” pelo autor por meio de uma série de estratégias argumentativas que visam a questionar a legitimação de possíveis refutações que possam vir a ser apresentadas pela oposição, como no seguinte trecho: “‘Trata-se de uma intervenção estatal na educação.’ Não: o ensino obrigatório é que é uma gigantesca intervenção estatal na vida de indivíduos e famílias. O projeto apenas explicita os marcos jurídicos dessa intervenção.”

Em relação ao texto “Mensagem de fim de ano do Escola sem Partido ao Militante Disfarçado de Professor”, também de Miguel Nagib, escrito para o blog de Rodrigo Constantino, faz-se relevante salientar que ele apresenta uma estrutura argumentativa peculiar. Carregado de ironia em quase todas suas construções, é possível apontar, além disso, uma tese central de que “2017 não será um ano muito tranquilo para politikeiros como você [professor]”, o que acaba por direcionar o percurso argumentativo de todo o texto.

Com relação à deslegitimação de vozes contrárias, apontam-se dois momentos significativos em que Nagib desloca ideias contrárias para o plano da *irrealis* total, que são o início e o fim de seu artigo. Com pretensões iniciais de fazer um texto em forma de carta, já no vocativo, “Prezado Militante Disfarçado de Professor”, Nagib constrói a imagem de um indivíduo que milita em prol de interesses partidários e que se disfarça de professor. Remeter a professores que não se enquadram nas expectativas do Movimento Escola sem Partido como não sendo professores propriamente ditos desqualifica a figura do alocutário e, por conseguinte, inibe a possibilidade de réplica, uma vez que tal modelo discursivo não proporciona essa

chance; além disso, questiona o lugar de fala deste professor conceptualizado, impossibilitando qualquer tentativa de questionamento em nome de sua comunidade profissional.

A argumentação por analogia, por sua vez, consiste em convencer uma audiência ao apresentar que algo funciona de maneira parecida com outra entidade ou situação. Citando van Eemeren & Grootendorst (1992), os autores reiteram que esta argumentação é apresentada como nela havendo similaridades entre o que é indicado no cerne da comparação e aquilo que está especificado através do ponto de vista. No arranjo apresentado por van Eemeren & Grootendorst (1992, p. 97 apud VAN EEMEREN, HOUTLOSSER, SNOECK HENKEMANS, 2007, p. 138), tem-se: Y é verdade para X, porque Y é verdade para Z, e Z é comparável a X.

Van Eemeren, Houtlosser, Snoeck Henkemans (2007) citam Garssen (1997) e percorrem os subtipos de analogias abordados por este em sua tese, originalmente destrinchados por Perelman (1982[1958]). O primeiro subtipo mencionado é a comparação figurativa, ou analogia *stricto sensu*. Neste tipo, as partes que compõem a comparação têm origem de diferentes domínios. Para eles, “a comparação não se refere a uma semelhança nas propriedades reais, mas à proporção que a propriedade de uma coisa tem em relação à de outra” (VAN EEMEREN, HOUTLOSSER, SNOECK HENKEMANS, 2007, p. 139).

Como é possível notar no início do texto de Nagib para a Folha, ele se vale de uma analogia na qual há o cruzamento de propriedades do animal leão com características atribuídas, em seguida, ao Projeto Escola sem Partido. Nagib induz seu leitor ao campo semântico comumente associado ao animal, de forma a mobilizar atributos como velocidade, longevidade, sentidos apurados, excelência quanto à caça, entre outros e, posteriormente, de forma a criar um paralelo entre os elementos, atribui tais características carregadas de valores positivos ao Movimento e ao Projeto de Lei.

A verdade é como um leão; você não precisa defendê-la. Deixe-a solta, e ela se defenderá a si mesma.” Cito a frase de Santo Agostinho para fazer um paralelo com o Programa Escola sem Partido: desembaraçado das mentiras que seus adversários espalham para enredá-lo perante a opinião pública, ele se defende por si só. Por isso, usarei este espaço não para defendê-lo, mas para soltá-lo dessa rede de intrigas.

Como é possível notar no trecho acima, a analogia feita por Nagib não se dá no nível das propriedades de um leão e do Projeto Escola sem Partido, mas sim nas proporções que cada um tem em seu domínio/área, de maneira que se vale de um apelo à autoridade de Santo Agostinho dentro do campo teológico e filosófico para validar sua analogia. Pode-se apontar o seguinte esquema:

Figura 3. Esquema Domínio Fonte e Domínio Alvo

Domínio Fonte: leão	Domínio Alvo: verdade	}	Argumento de autoridade
Animal feroz que consegue se defender	Autossuficiente/se impor		
Soltar	Publicar/deixar público		

Fonte: Elaboração própria

Vale salientar que o uso das analogias não se dá apenas para a defesa de um ponto de vista. Com vistas a desestruturar alegações de terceiros, a argumentação por analogia dá abertura para casos em que, visando

a deslegitimar uma relação argumentativa, busque-se questionar sua Garantia na medida em que uma alegação contestadora crie paralelos entre aquilo que sustenta aquela argumentação e uma situação semelhante que seja falha ou insuficiente.

Govier (1987, p. 59 apud VAN EEMEREN, HOUTLOSSER, SNOECK HENKEMANS, 2007, p. 139) descreve tal técnica de forma que o uso negativo da analogia lógica serve para refutar argumentos, citando alegações falhas que funcionem de forma paralela; isto é, se dois argumentos são estruturalmente parecidos e o primeiro pode ser inutilizado, logo o segundo também pode.

No que diz respeito à análise crítica de uma argumentação por analogia, pode-se perguntar se as coisas comparadas são de fato comparáveis, se “existem semelhanças suficientemente relevantes entre as coisas que são comparadas” ou ainda se “existem diferenças relevantes entre as coisas que são comparadas” (VAN EEMEREN, HOUTLOSSER, SNOECK HENKEMANS, 2007), considerando que, para os autores, uma boa argumentação pressupõe que as duas primeiras perguntas sejam respondidas afirmativamente. Nos casos de argumentação por analogia, a análise deve recair não sobre as propriedades daquilo que está sendo comparado, mas, especialmente, na semelhança em um nível de domínios mais abstratos.

Similarmente à estratégia utilizada por Nagib, no texto de Cleo Manhas para o Pragmatismo Político é possível apontar o momento em que ela recorre a uma analogia figurativa com o intuito de argumentar contra as ideias que subjazem proposições favoráveis ao Escola Sem Partido. A expressão “vários ovos de serpente chocando” remete ao imaginário que circunda o campo semântico não apenas do animal como também o imaginário popular que constrói uma série de suposições carregadas de significados e valores, estes calcados significativamente nos preceitos do cristianismo ocidental.

Desde o conhecimento de mundo em que é possível apontar características como a de animal peçonhento capaz de causar danos graves e, em alguns casos, até mesmo a morte, a associação a uma serpente leva o leitor a visualizar a defesa de tal proposta como sendo perigosa. Além disso, paralelamente ao perigo que circunda a imagem da serpente, tem-se a ideia popular de que se trata de um animal traiçoeiro; no imaginário ocidental, desde a gênese da humanidade em que, religiosamente, a serpente é catalisadora do pecado original, tem-se na imagem deste animal a figura reificada do mal, bem como sua característica sorrateira.

Ao fazer tal construção, além de carregar tal carga semântica, a autora remete, ao utilizar a imagem dos ovos, para outro domínio semântico. Os ovos são associados ao nascimento e este, por sua vez, pressupõe um intervalo de tempo para que possa chocar. De forma analógica, as ideias que tramitam nos órgãos de debate estariam associadas à noção de que, até o momento, não passariam de ideias, mas que, em pouco tempo, caso não haja impedimento, tais ideias irão “nascer”, alcançando um nível de maturação e, assim, sendo capaz de causar danos consideráveis à Educação.

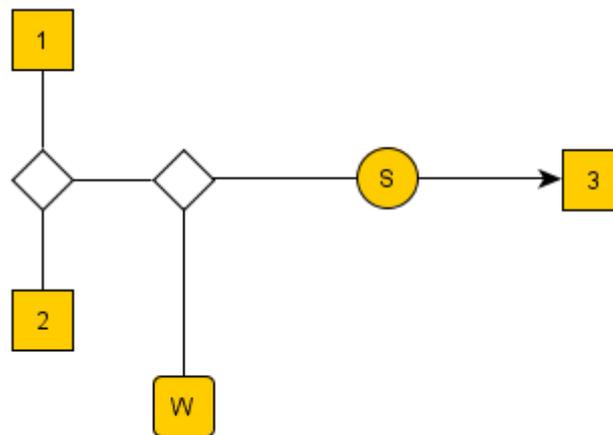
No que diz respeito à argumentação baseada na relação sintomática, por sua vez, propriedades e características do(s) Dado(s) também se manifestam na Tese. Van Eemeren, Houtlosser, Snoeck Henkemans

(2007, p. 154) propõem um arranjo que se aplica a este tipo de argumentação, sendo ele: Y é verdade para X, porque Z é verdade para X, e Z é caracteristicamente semelhante a Y.

A afirmação feita por Nagib, no segundo parágrafo do artigo para a Folha, enquadra-se numa relação sintomática, como é possível observar no esquema argumentativo a seguir:

A mais importante observação a ser feita sobre a proposta é que ela não cria para os professores nenhuma obrigação que já não exista: todos os deveres explicitados no cartaz cuja afixação nas salas de aula está prevista no projeto decorrem da Constituição – liberdade de consciência e de crença dos alunos; liberdade de aprender e de ensinar; neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado; pluralismo de ideias – e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), tratado internacional com força de lei no Brasil, que reconhece o direito exclusivo dos pais sobre a educação religiosa e moral de seus filhos.

Figura 4 – Esquema argumentativo 2



Fonte: elaboração própria por meio do software yEd Graph Editor

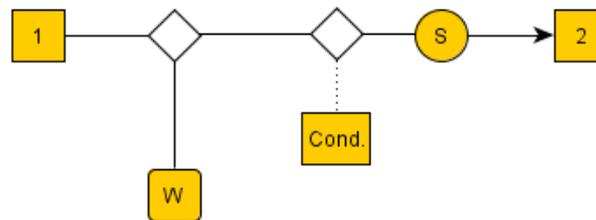
- 1 – Dado: os deveres já estão afixados na constituição
- 2 – Dado: os deveres já estão afixados na CADH
- 3 – Tese: o PESP não cria para o professor nenhuma obrigação que já não exista
- W – Garantia: se os deveres já estão fixados na Constituição e na CADH, então não há nenhuma obrigação extra

Pode-se notar que, primeiramente, ao defender a necessidade de aprovação do projeto, ele informa não haver criação de nenhuma obrigação que já não exista para, em seguida, encaixar tal afirmação como consequência de deveres já afixados pela Constituição e pela CADH. Os “Deveres do Professor” a serem afixados em todas as salas de aulas são manifestações de algo que existe previamente ao Projeto de Lei, assim sendo, utiliza-se da garantia de que “se os deveres já estão fixados na Constituição e na CADH, então não há nenhuma obrigação extra”.

No quinto e nono parágrafos do mesmo artigo, Nagib apresenta refutações que são enquadradas na voz de terceiros através do uso das aspas, sendo este terceiro conceptualizado na imagem do militante de esquerda; isto é, ele traz essa voz com o objetivo de “desmascará-la”. Para van Eemeren and Grootendorst (1992), no modelo de relação sintomático, a Tese se mostra como sendo uma expressão, consequência ou

“algum outro tipo de sintoma” do que é proposto pelo(s) Dado(s). Assim sendo, Nagib constrói Teses como sintomas que, por sua vez, têm base em conhecimentos comuns como “quem fala de história fala de política” e que o Projeto Escola sem Partido teoricamente não poderia ser de direita, como é possível observar nos esquemas 3 e 4 a seguir:

Figura 5. Esquema argumentativo 3



Fonte: elaboração própria por meio do software yEd Graph Editor

- 1 – Dado: o professor dará aula de História
- 2 – Tese: o professor poderá falar de política
- W – Garantia: quem fala de história fala de política
- Cond. – Condição: apresentar diferentes perspectivas sobre o assunto

Figura 6. Esquema argumentativo 4



Fonte: elaboração própria por meio do software yEd Graph Editor

- 1 – Dado: o projeto é totalmente sem partido
- 2 – Tese: o projeto não é de direita

Através de elementos textuais deste artigo e de outros que compõem o corpus, Nagib insiste numa suposta neutralidade do projeto. Construir uma apresentação isenta de partidos atribui valores à proposta que remetem à sensatez – sensato o suficiente para defender a si próprio. Vale ressaltar, porém, que há momentos em que, mesmo sem partido, o Projeto visa “desmantelar a máquina de cooptação ideológica montada pela esquerda no sistema educacional”. Sistema educacional esse que tem sua intencionalidade questionada, uma vez que, partindo da premissa de neutralidade, o autor afirma ser o ensino básico obrigatório uma "gigantesca intervenção estatal".

Assim, a partir da ideia inicial de uma suposta neutralidade dentro do ambiente escolar e da noção libertariana de intervenção estatal, é possível inferir um questionamento subjacente à necessidade de o Estado prover um sistema educacional básico obrigatório. De forma condescendente, portanto, afirma que "o projeto apenas explicita os marcos jurídicos dessa intervenção".

Em seu texto para o blog de Rodrigo Constantino, Nagib faz referência a diversos movimentos de resistência que se tornaram conhecidos ao longo do ano, como “o ano do ‘gópi’”, para se referir ao Golpe de

Estado que se deu no início de 2016; “do ‘Fora, Temer!’”, que acabou por se tornar um jargão em redes sociais a fim de evidenciar o descontentamento com o governo ilegítimo de Michel Temer; e até mesmo um desmerecimento do movimento secundarista contra a PEC 241, colocando “ocupações”, entre aspas, para frisar ser a voz de Outro e distanciar-se dela. De forma a complementar, Nagib finaliza com o suposto reconhecimento de um “esforço”, valendo-se da expressão “politicagem”, banalizando, assim, quaisquer ideias associadas aos movimentos de resistência.

Posteriormente, Nagib toca no ponto referente às discussões sobre gênero, que passou a ganhar espaço nas pautas de discussão do Movimento Escola sem Partido, de maneira que se distancia mais uma vez ao usar a expressão “desconstruir a heteronormatividade dxs alunxs”, também entre aspas, reforçando mais uma vez seu distanciamento para com esta pauta.

Mais adiante, Nagib volta a pôr em xeque a figura dos professores, referindo-se a eles como “politiqueiros” e até mesmo como sendo abusadores, movimentando, assim, uma conotação que, junto da expressão “segredo das salas de aula”, remete a noções de molestamento ou até mesmo abuso de incapazes. Junto disso, é possível apontar a posição criminosa que este professor passa a compor, uma vez que seus alunos são considerados vítimas que podem ser perseguidos e prejudicados.

A esquerda, enquanto visão política, é materializada por Nagib em seus textos com características que se assemelham às de um partido. A exemplo do artigo “Mensagem de fim de ano do Escola sem Partido ao militante disfarçado de professor”, a esquerda é reificada com características de um partido e composta por um dito “Militante Disfarçado de Professor”, aquele que desconstrói “a heteronormatividade dxs alunxs”, por opositores ao governo Temer e, implicitamente, por criminosos, uma vez que alunos são vítimas.

No que diz respeito à argumentação no conjunto do texto para o blog de Constantino, Nagib se dedica a, mesmo que de maneira irônica, convencer seu leitor, conceptualizado na figura de um professor, de que o ano de 2017 não seria um ano favorável. Após explicitar quais medidas e atitudes não condizem com o que o advogado espera de sua figura enquanto professor, afirma que “tudo indica que não será um ano muito tranquilo”. Nagib busca convencer seu leitor da eficácia do Projeto Escola sem Partido que, mesmo não tendo sido aprovado, já apresenta resultados favoráveis e, além disso, explicita pouco a pouco os porquês de acreditar que 2017 seria um ano atípico para professores “politiqueiros”. É possível observar a macroestruturação da Tese principal do texto no esquema argumentativo 7 em anexo.

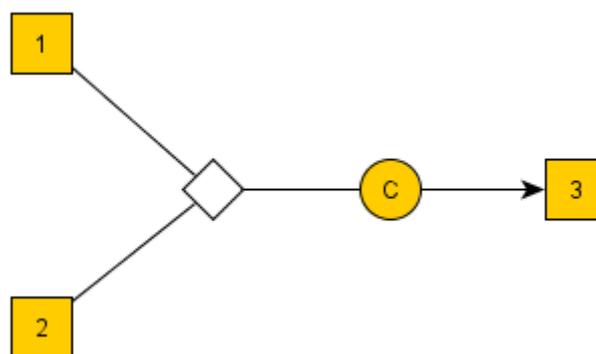
No decorrer de seu texto, Nagib adota uma linguagem incisiva, ao ponto de se referir ao professor como sendo algo que deva ser expelido, como na passagem “continuarei me esforçando para que molestadores empedernidos como você sejam expelidos do sistema”. Por fim, Nagib termina seu texto em uma tentativa de direcionar seu leitor à ideia de uma carta, mas que novamente é quebrada de maneira ríspida, com a despedida “Sem o menor respeito ou admiração”.

No que diz respeito à argumentação baseada numa relação causal, Dado(s) e Tese(s) funcionam numa relação de causa e efeito; “o Argumento é apresentado como se o que se afirma na argumentação fosse um

meio, um caminho, um instrumento ou algum outro tipo de fator causador para o Ponto de vista ou vice-versa” (van Eemeren & Grootendorst 1992, p. 97, apud VAN EEMEREN, HOUTLOSSER, SNOECK HENKEMANS, 2007, p. 164). A relação entre Dado(s) e Tese(s) se faz factível quando apresentada uma causa como “fato aceitável” e o resultado ou consequência disso como “inevitável”. O arranjo proposto por Van Eemeren, Grootendorst, Snoeck Henkemans (2002, p. 101 apud VAN EEMEREN, HOUTLOSSER, SNOECK HENKEMANS, 2007, p. 164) para esse modelo de relação consiste em: Y é verdade para X, porque Z é verdade para X, logo Z leva a Y.

De forma a refutar a ideia de absoluta neutralidade do professor pregada pela defesa do Movimento Escola sem Partido, Manhas busca salientar a visão mecanicista e conteudista do ensino subjacente ao Projeto, estabelecendo uma relação causal ao enfatizar o que acredita ser a essência da defesa opositora de que “o/a professor(a) deveria estar ali apenas para passar conteúdo sem crítica, problematização ou contextualização, em um ato mecânico”, como é possível observar no esquema argumentativo 5:

Figura 7. Esquema argumentativo 5

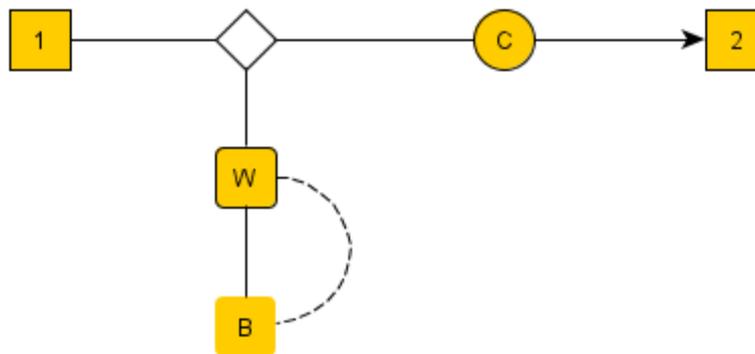


Fonte: elaboração própria por meio do software yEd Graph Editor

- 1 – Dado: o professor não é educador
- 2 – Dado: o ato de ensinar é diferente de educar
- 3 – Tese: o professor deveria estar ali apenas para passar conteúdo sem crítica, problematização ou contextualização, em um ato mecânico

Observa-se tal esquema argumentativo também no texto de Nagib para a Folha, no qual, ao iniciar uma sequência de refutações a respeito da aprovação do Projeto, menciona-se que a oposição especula a respeito da possibilidade de se criar um clima de denunciamento no contexto escolar. Após colocar a posição supostamente abusiva de um professor de forma paralela a agressões criminalizadas por leis como Maria da Penha e da “palmada”, Nagib não nega a possibilidade de que tal clima, ainda que hipotético, possa vir a ser um problema. Para, então, solucioná-lo, o advogado propõe “que se gravem as aulas”. Assim, como é possível observar no esquema argumentativo 6 a seguir, Nagib cria a hipótese de que com gravações não haveria denunciamento, uma vez que elas impediriam abusos e mal-entendidos evitando, conseqüentemente, o denunciamento.

Figura 8 – Esquema argumentativo 6



Fonte: elaboração própria por meio do software yEd Graph Editor

- 1 – Dado: o clima de denunciismo (pode ser) um problema
- 2 – Tese: As aulas devem ser gravadas
- W – Garantia: gravações evitam clima de denunciismo
- B – Base: gravações impedem abusos e mal-entendidos

Uma das perguntas propostas por Garssen (1997, p. 20 apud VAN EEMEREN, HOUTLOSSER, SNOECK HENKEMANS, 2007) para avaliar uma relação argumentativa causal consiste em questionar se a causa estabelecida leva, de fato, ao resultado mencionado. Aplicando ao caso descrito acima, seria equivocado afirmar que uma gravação acabaria com denunciismos, posto que elas precisariam ser avaliadas por um órgão judicial capaz e que isso pode, ainda assim, caracterizar-se como uma denúncia. Isto é, uma gravação ser considerada insuficiente para incriminar a figura do professor não torna todo o procedimento de análise menos denunciista.

Ao avaliar tal estrutura, seria relevante mencionar outra questão proposta por Garssen, a qual consiste em questionar se a consequência proposta poderia ser causada por outros fatores. Numa perspectiva macrotextual, essa relação (bem como as demais) se apoia na analogia apresentada no início do texto. Seria possível, então, apontar um distanciamento do Outro e este como sendo a instanciação do problema com relação à aprovação do Projeto. Uma vez que o Projeto Escola sem Partido é construído como verdadeiro, à oposição cabe apenas o papel da mentira e da manipulação.

Considerações finais

Este trabalho buscou contextualizar, num primeiro momento, a constituição do contexto de discussão a respeito do Movimento Escola sem Partido e das discussões referentes ao campo da Educação que tal Movimento e consequente projeto de Lei acalentaram no cenário Nacional.

Ademais, esta pesquisa buscou discorrer a respeito do modelo toulminiano utilizado para a análise argumentativa e da importância de incorporar uma dimensão de análise discursivo-textual à proposta do autor britânico, com vistas a atingir um modelo mais proveitoso e abrangente de análise. Posteriormente,

buscou-se fazer um levantamento das marcas discursivo-argumentativas em textos opinativos que trabalham, de forma a defender ou desconstruir, a proposta de intervenção elaborada pelo Movimento Escola sem Partido, a fim de discutir criticamente, de forma breve, as ideologias subjacentes aos discursos favoráveis ao Projeto, partindo da hipótese inicial de um dismantelamento do papel da escola enquanto ambiente de discussão e pensamento crítico, com vistas à manutenção de uma ordem social.

Por fim, buscou-se contribuir, mesmo que brevemente, para o avanço dos estudos discursivos no Brasil de forma a apreender a relevância de se incorporar as dimensões comunicativa e discursivo-textual à formal, corroborando para a elaboração de uma perspectiva que considere a estruturação argumentativa, bem como os questionamentos que fundamentam sua legitimidade e que, por conseguinte, auxiliam na estruturação de teses e argumentos que sustentam a credibilidade e a autoridade da proposição.

Referências

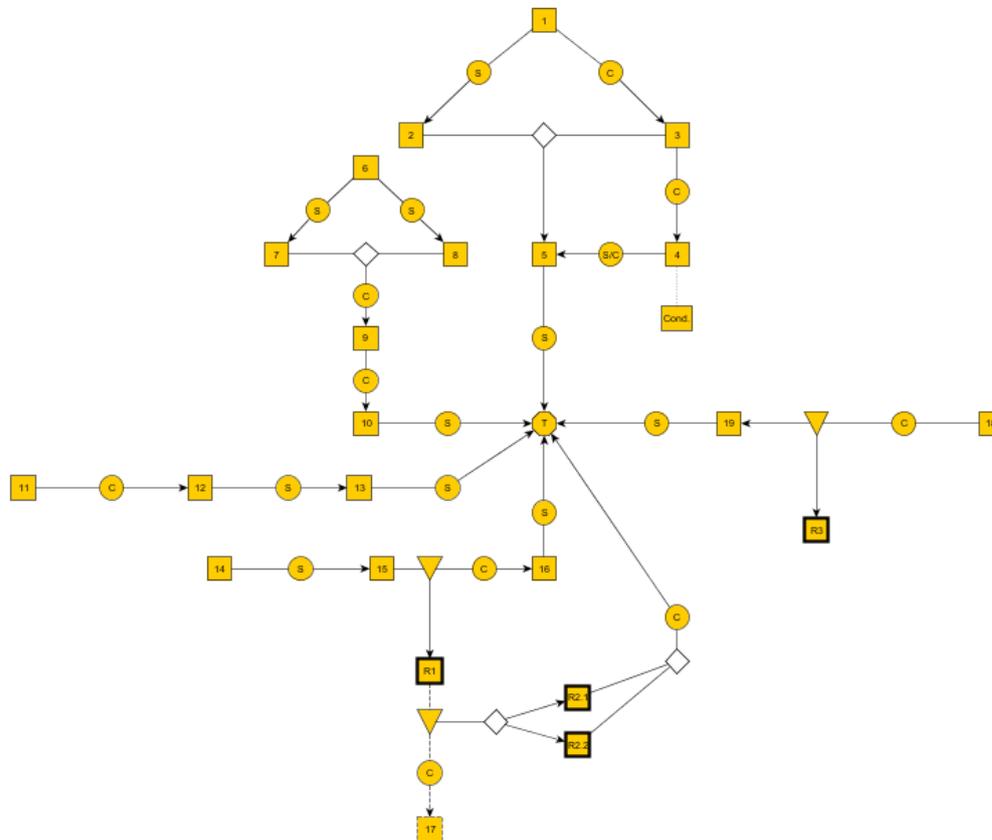
- BEDNAREK, Monika. Epistemological positioning and evidentiality in English News discourse: A text-driven approach. **Text & Talk**, v. 06, p. 635-660, 2006a.
- BEDNAREK, Monika. A new theory of evaluation. In: BEDNAREK, Monika. **Evaluation in Media Discourse: Analysis of a Newspaper Corpus**. London/New York: Continuum, 2006b, p. 41-66.
- BEDNAREK, Monika. Delimiting evaluation. In: BEDNAREK, Monika. **Evaluation in Media Discourse: Analysis of a Newspaper Corpus**. London/New York: Continuum, 2006b, p. 19-40.
- GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. Orientação argumentativa e cognição: a Dinâmica de Forças no debate acerca dos rolezinhos. **Signo**, v. 42, n. 73, jan./abr., p. 200-212, 2017.
- GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. Argumentação e falácias em entrevistas televisivas: por um diálogo entre o modelo Toulmin e a perspectiva textual-interativa. **Linha D'Água (Online)**, v. 29, n. 2, p. 69-96, 2016.
- GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. Indignação e culpa em cartas do leitor da Folha de S. Paulo: um estudo sobre a construção discursiva da tragédia de Santa Maria. **Filologia e Linguística Portuguesa**, v. 16, n. 1, p. 63-93, 2014.
- GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. Posicionamento epistêmico e argumentação: articulações entre evidencialidade, modalidade epistêmica e provas retóricas (ethos, pathos e logos). No prelo.
- MARÍN-ARRESE, Juana. Epistemic legitimizing strategies, commitment and accountability in discourse. **Discourse Studies**, v. 13, p. 789-797, 2011a.
- MARÍN-ARRESE, Juana. Effective vs. Epistemic stance and subjectivity in political discourse: Legitimising strategies and mystification of responsibility. In: HART, Christopher (Org.). **Critical Discourse Studies in Context and Cognition**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2011b, p. 193-223.
- MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, v. 07, p. 590-621, 2016.
- NIÑO, Douglas; MARRERO, Danny. The Agentive Approach to Argumentation: A Proposal. In: VAN EEMEREN, Frans; GARSSSEN, Bart (org.) **Reflections on Theoretical Issues in Argumentation Theory**. Heidelberg/New York/Dordrecht/London: Springer, 2015, p. 53-67
- TOULMIN, Stephen. **Os usos do argumento**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006 [1958]
- VAN EEMEREN, Frans; HOUTLOSSER, Peter; SNOECK HENKEMANS, A. Francisca. **Argumentative Indicators in Discourse: A Pragma-Dialectical Study**. Dordrecht: Springer, 2007.

Como citar este capítulo:

SILVA, Lucas Pereira da. Escola Sem Partido: a Argumentação no processo de construção ideológica. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PEDRO, Adriana Moreira; OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de; SILVA, Alexandra Marques; SOUZA, Douglas Rabelo; BRITTO-COSTA, Letícia Fernandes de; KOBAYASHI, Sergio Mikio. **Discurso e identidade: múltiplos enfoques**. São Paulo: FFLCH, 2018, p. 305-325. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/9788575063361>

Anexos

Anexo I – Figura 9 – Esquema Argumentativo 7



- 1 – Dado: o projeto trabalha bem
 2 – Tese/Dado: a cada dia mais gente fica sabendo quem você é e o que você faz no segredo das salas de aula
 3 – Tese/Dado: essas pessoas já entenderam que aquelas práticas, além de covardes e antiéticas, são ilegais
 4 – Tese/Dado: você pode acabar tomando um processo nas costas
 5 – Tese/Dado: a doutrinação ideológica e a propaganda política e partidária em sala de aula estão se tornando uma atividade de alto risco
 Cond. – Condição: algum dano material ou moral a qualquer aluno
 6 – Dado: professor pode lesar com práticas abusivas um grande número de pais e alunos
 7 – Tese/Dado: professor pode se expor e expor as escolas
 8 – Tese/Dado: professor pode causar danos às escolas
 9 – Tese/Dado: ele é de alto risco / encrenra
 10 – Tese/Dado: professores com o perfil militante passarão a encontrar cada vez mais dificuldade para arrumar emprego nas escolas particulares
 11 – Dado: lançamento do livro de Nagib e Constantino no começo do ano
 12 – Tese/Dado: mais e mais estudantes e pais saberão como lidar com abusadores como você
 13 – Tese/Dado: a situação vai ficar ainda mais complicada
 14 – Dado: qualquer pessoa pode processar sem um advogado uma ação de menos de 20 salários mínimos
 15 – Tese/Dado: é fácil processar alguém no Brasil
 16 – Tese/Dado: o professor militante deveria ficar bastante preocupado
 17 – Tese: o professor não deveria ficar bastante preocupado
 R1 – Refutação: algumas ações podem vir a ser julgadas improcedentes
 R2.1 – Refutação: o professor já terá tido um bocado de aborrecimentos e despesas
 R2.2 – Refutação: o fato de ser processado já é “condenação”
 18 – Dado: o professor pode receber muitas intimações
 19 – Tese/Dado: o professor pode acabar se tornando amigo do oficial de justiça
 R3 – Refutação: as vítimas se acovardarem ou se omitirem
 T – Tese: 2017 não será um ano muito tranquilo para politikeiros como você
 S – Relação sintomática
 C – Relação causal

Anexo II – Programa Escola sem Partido acaba com cooptação da esquerda

Programa Escola sem Partido acaba com cooptação da esquerda

MIGUEL NAGIB
ESPECIAL PARA A FOLHA
11/09/2016 02h00

“A verdade é como um leão; você não precisa defendê-la. Deixe-a solta, e ela se defenderá a si mesma.” Cito a frase de Santo Agostinho para fazer um paralelo com o Programa Escola sem Partido: desembaraçado das mentiras que seus adversários espalham para enredá-lo perante a opinião pública, ele se defende por si só. Por isso, usarei este espaço não para defendê-lo, mas para soltá-lo dessa rede de intrigas.

A mais importante observação a ser feita sobre a proposta é que ela não cria para os professores nenhuma obrigação que já não exista: todos os deveres explicitados no cartaz cuja afixação nas salas de aula está prevista no projeto decorrem da Constituição – liberdade de consciência e de crença dos alunos; liberdade de aprender e de ensinar; neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado; pluralismo de ideias – e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), tratado internacional com força de lei no Brasil, que reconhece o direito exclusivo dos pais sobre a educação religiosa e moral de seus filhos.

Se esses deveres existem - e desafio qualquer um a provar o contrário-, os estudantes têm direito de saber. Informá-los é o principal objetivo do projeto.

“Mas isso vai criar um clima de denunciamento nas escolas”, especulam, hipocritamente, entusiastas da lei da palmada e da lei Maria da Penha. Se é esse o problema, que se gravem as aulas. Aí não haverá espaço para abusos ou mal-entendidos.

“O professor não poderá falar de política.” Mentira. Seria impossível ensinar história sem falar de política. Ao tratar de uma questão controvertida, porém, ele deve apresentar aos alunos as principais versões e perspectivas concorrentes a respeito (item 4 do cartaz). É livre para dar sua opinião, mas não para tentar impô-la aos alunos.

“Se tiver de respeitar as convicções religiosas dos alunos e seus pais, o professor não poderá ensinar a teoria da evolução.” Por que não? Basta não abusar do discurso científico para ridicularizar os que creem no relato bíblico da criação.

“O professor não poderá falar de sexo nem de gênero.” Depende. Se não invadir a área reservada aos pais dos alunos pela CADH, tudo bem. Quanto à teoria ou ideologia de gênero, o que o projeto não permite é que alunos sejam feitos de cobaias em experimentos de engenharia social.

“Trata-se de uma intervenção estatal na educação.” Não: o ensino obrigatório é que é uma gigantesca intervenção estatal na vida de indivíduos e famílias. O projeto apenas explicita os marcos jurídicos dessa intervenção.

“O projeto é de direita.” Mentira. É 100% sem partido; mas, se aprovado, vai desmantelar a máquina de cooptação ideológica gramscianamente montada pela esquerda no sistema educacional. Por isso a militância esquerdista – na política, nos sindicatos, na academia e na imprensa – está mobilizada para impedir que isso aconteça.

“O projeto é desnecessário.” Visite www.escolasesempartido.org, conheça os fatos, e tire suas conclusões.

OS DEVERES DO PROFESSOR, SEGUNDO O PROJETO

- 1 - O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.
- 2 - O professor não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.
- 3 - O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
- 4 - Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa - isto é, com a mesma profundidade e seriedade -, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria.
- 5 - O professor respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.
- 6 - O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula.

Pela proposta, um cartaz com os deveres dos professores deverá ser afixado em todas as salas de aula

MIGUEL NAGIB, procurador do Estado de São Paulo, é coordenador do Movimento Escola sem Partido
Disponível em: <http://folha.com/no1811861>. Acesso em: 16 jan. 2017

Anexo III – MENSAGEM DE FIM DE ANO DO ESCOLA SEM PARTIDO AO MILITANTE DISFARÇADO DE PROFESSOR

MENSAGEM DE FIM DE ANO DO ESCOLA SEM PARTIDO AO MILITANTE DISFARÇADO DE PROFESSOR

30 de dezembro de 2016

Prezado Militante Disfarçado de Professor:

2016 está chegando ao fim. Foi um ano de ouro para a militância em sala de aula, não é mesmo? O ano do “gópi”, do “Fora, Temer!”, das “ocupações” contra a PEC 241... Quanta politicagem! E a trabalhadora para “desconstruir a heteronormatividade dxs alunxs”? Mesmo sem dar aulas e fazendo aquilo de que mais gosta, você deve estar exausto. Agora vêm as férias, o descanso merecido antes de voltar ao front em 2017.

Pois é de 2017 que eu gostaria de lhe falar. Tudo indica que não será um ano muito tranquilo para politikeiros como você. O problema é que, graças em parte ao trabalho realizado pelo Escola sem Partido – que você tanto odeia quanto teme –, a doutrinação ideológica e a propaganda política e partidária em sala de aula estão se tornando uma atividade de alto risco. A cada dia mais gente fica sabendo quem você é e o que você faz no segredo das salas de aula. E o que é pior: essas pessoas já entenderam que aquelas práticas, além de covardes e antiéticas, são ilegais, o que significa que você pode acabar tomando um processo nas costas caso venha a causar algum dano, material ou moral, a qualquer dos seus alunos.

A situação vai ficar ainda mais complicada para o seu lado quando sair pela editora Record o livro que Rodrigo Constantino e eu estamos escrevendo, o que deve acontecer logo no começo do ano. Mais e mais estudantes e pais saberão como lidar com abusadores como você.

Três anos é o prazo de prescrição das ações de reparação de danos, segundo o Código Civil. É o tempo de que dispõem as suas vítimas para decidir se desejam processá-lo. O interessante é que, nesse meio tempo, elas já não estarão sob o seu poder, de modo que você não poderá persegui-las ou prejudicá-las. Você provavelmente já terá esquecido o nome delas, mas elas se lembrarão perfeitamente do seu.

Agora, pense no número de estudantes e pais que podem se sentir lesados pelas suas práticas abusivas ao longo desses três anos, e calcule o tamanho do risco a que você está se expondo e expondo as escolas onde trabalha, que respondem solidariamente pelos danos que você causar aos usuários dos serviços que elas prestam. É por isso que professores com o seu perfil passarão a encontrar cada vez mais dificuldade para arrumar emprego nas escolas particulares. Você pode ser muito útil para os partidos e organizações a que serve, mas para as escolas em que trabalha é sinônimo de encrenca.

Se você soubesse como é fácil, no Brasil, processar outra pessoa, ficaria bastante preocupado. Só para você ter uma ideia: nos juizados especiais, se o valor da indenização pleiteada for igual ou inferior a 20 salários mínimos (R\$ 15.760,00), o autor da ação nem precisa gastar dinheiro com advogado: ele mesmo pode assinar a petição, cujo modelo eu terei o prazer de disponibilizar.

É claro que algumas dessas ações podem vir a ser julgadas improcedentes; mas até isso acontecer, você já terá tido um bocado de aborrecimentos e despesas. O simples fato de ser processado já é uma “condenação”.

Enfim, tudo vai depender das suas vítimas. Se elas não se acovardarem ou se omitirem, você vai receber tantas intimações que pode acabar ficando amigo do carteiro ou do oficial de justiça.

De minha parte, continuarei me esforçando para que molestadores empedernidos como você sejam expelidos do sistema. Desejo-lhe, portanto, um 2017 cheio de denúncias e processos. Que seus alunos não caiam na sua conversa, e os pais deles estejam sempre de olho em você.

Estes são os meus votos de Ano Novo para você e seus colegas de militância.

Sem o menor respeito ou admiração,

Miguel Nagib

Disponível em: <http://rodrigoconstantino.com/artigos/mensagem-de-fim-de-ano-do-escola-sem-partido-ao-militante-disfarçado-de-professor/>. Acesso em: 20 jan. 2017

Anexo IV – “Escola sem partido” – Os segredos por trás da nomenclatura

“Escola sem partido” – Os segredos por trás da nomenclatura

“Escola sem partido”, escola silenciada. É de extrema gravidade o surgimento de projetos que ameaçam professores até com prisão. Entenda por que sua proposta, contrária a ideologias é primária, silenciadora de opiniões divergentes e, no fundo... profundamente ideológica

14/JUL/2016 ÀS 16:09

Cleo Manhas, Outras Palavras*

O que seria a tão falada, e pouco explicada “escola sem partido”? Basicamente, trata-se de uma falsa dicotomia, pois não diz respeito à não partidização das escolas, mas sim à retirada do pensamento crítico, da problematização e da possibilidade de se democratizar a escola, esse espaço de partilhas e aprendizados ainda tão fechado, que precisa de abertura e diálogo.

A pauta que precisamos debater é a da qualidade da educação, e não falácias ideológicas sobre a “não ideologização da escola”, algo que se vê até mesmo em alguns diálogos sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O Plano Nacional de Educação foi aprovado há dois anos. Durante sua tramitação, uma das polêmicas suscitadas foi acerca da promoção das equidades de gênero, raça/etnia, regional, orientação sexual, que acabou excluída do texto do projeto. Por consequência, isso influenciou a tramitação dos planos estaduais e municipais, que também sucumbiram ao lobby conservador e refutaram qualquer menção a gênero, por exemplo, difundindo a falsa tese da aberração intitulada “ideologia de gênero”. Isso causou uma confusão deliberada entre uma categoria teórica e uma pretensa ideologia.

Marivete Gesser, do Laboratório de Psicologia Escolar e Educacional da Universidade Federal de Santa Catarina, explica que “gênero pode ser caracterizado como uma construção discursiva sobre nascer com um corpo com genitália masculina ou feminina” e, por meio de normas sobre masculinidade e feminilidade, vamos nos construindo como sujeitos “genericados”. O preconceito vem dos discursos que naturalizam os lugares sociais de homens e mulheres como únicas representações, e segregam qualquer outra forma de manifestação. Além disso, em pesquisa realizada por estudantes do ensino médio em Brasília, feita no âmbito do projeto Educação de Qualidade (Inesc/Unicef), constatamos que uma das razões do abandono escolar é a discriminação relativa ao público LGBTI. Razões mais do que suficientes para discutirmos gênero nas escolas.

Qual a ligação entre esses dois temas, “escola sem partido” e “ideologia de gênero”, em momentos tão distintos? O que parece ter diferentes motivações e origens resulta dos mesmos elementos: os fundamentalismos conservadores que tentam passar às pessoas suas ideologias e crenças. Afinal de contas, não são apenas os pensamentos marxistas que são ideológicos, como tentam fazer crer os defensores da “escola sem partido”. Sendo assim, o que significa ideologia então?

Um dos conceitos mais difundidos é o de Karl Marx em parceria com Friedrich Engels, na obra *Ideologia Alemã*, em que afirmam ser a ideologia uma consciência falsa da realidade, importante para que determinada classe social exerça poder sobre a outra, bem como a necessidade de a classe dominante fazer com que a realidade seja vista a partir de seu enfoque.

O conceito, no entanto, sofreu inúmeras interpretações, como a de Lênin para a ideologia socialista, como forma de definir o próprio marxismo. Portanto, há ideologia nas diferentes formas de ver e conceber o mundo. Não existe neutralidade. Quando defendem a “não ideologização”, em nome dessa pretensa neutralidade, também estão impregnados de ideologia.

Os teóricos do projeto “escola sem partido” advogam a neutralidade e se dizem não partidários. No entanto, suas intenções são claras: a retroação dos avanços que tivemos nos últimos tempos, especialmente com relação aos direitos humanos. Por exemplo, quando dizem lutar contra a doutrinação, uma das situações apresentadas no site do movimento da “escola sem partido” é um seminário realizado pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados sobre direitos LGBTI e a política de educação. Eles citam esse caso como uma afronta ao artigo 12 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, afirmando que pais e seus filhos têm que ter uma educação moral de acordo com suas convicções. É uma deturpação do citado artigo, que diz respeito à liberdade religiosa que deve ser respeitada individualmente. Além disso, manipulam e fazem confusão deliberada com a discussão realizada no seminário, que reafirmou a importância de se debater questões de gênero e de sexualidade nas escolas, para que as diferenças não sejam transformadas em desigualdades.

Em outro momento, dizem que os alunos (a quem chamam de “vítimas”) acabam sofrendo de Síndrome de Estocolmo, ligando-se emocionalmente a seus algozes (“professores doutrinadores”). Nesse caso, os estudantes se recusariam a admitir que estão sendo manipulados por seus professores e sairiam furiosos em suas defesas. Para

exemplificar, citam momentos identificados como “monstro totalitário arreganha os dentes” e chamam os estudantes de soldadinhos da guarda vermelha.

Em um dos livros desse movimento, é passada a noção de que o professor não é um educador, separando assim o ato de ensinar (passar conteúdos) e educar. O/A professor(a) deveria estar ali apenas para passar conteúdo sem crítica, problematização ou contextualização, em um ato mecânico. Paulo Freire é demonizado como o grande doutrinador – justo ele, que construiu uma obra toda para combater doutrinações.

Esse movimento da “escola sem partido” nasceu em 2004 e não gerou muitas preocupações, porque parecia muito absurdo e coisa pequena. No entanto, tem tomado corpo e crescido, na mesma toada de movimentos fascistas tais como ‘revoltados online’, responsável por apresentar recentemente a proposta da “escola sem partido” ao ministro da Educação do governo ilegítimo. Aliás, é bom dizer que foi a primeira audiência concedida pela pasta da Educação nesta gestão ilegítima. E em vídeo, os criadores da “escola sem partido” e do “revoltados online” explicam que criaram tais coisas a partir de motivações pessoais. Ou seja, eles tentam impingir ao país projeto com base em impressões e vivências individuais.

A proposta foi apresentada em forma de projeto pela primeira vez no Estado do Rio de Janeiro, pelo deputado Flávio Bolsonaro. A segunda vez foi no Município do Rio de Janeiro, pelo vereador Carlos Bolsonaro – ambos filhos do deputado federal Jair Bolsonaro. E tal proposta já se espalhou por diversas câmaras municipais e assembleias legislativas. Em âmbito nacional, o deputado Izalci (PSDB/DF) apresentou o PL 867/2015 à Câmara Federal, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Dentre várias questões, o artigo 3º do referido projeto diz o seguinte: “Art. 3º. São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes.” O que viola tais convicções provavelmente será julgado de acordo com o que e com quem quiserem criminalizar. O projeto ainda levanta uma polêmica do século XIX quando se discutia a dicotomia família e escola, o que deveria estar superado no século XXI.

Há vários projetos tramitando apensados a esse, ainda mais perversos. Um deles, do deputado Victório Galli, do PSC/MT, proíbe a distribuição de livros didáticos que falem de diversidade sexual. E há ainda o projeto de lei 1411/2015, do deputado Rogério Marinho PSDB/RN, cujo relator é o mesmo deputado Izalci. Esse projeto tipifica o crime de assédio ideológico, que, de acordo com o projeto, significa: “toda prática que condicione o aluno a adotar determinado posicionamento político, partidário, ideológico ou qualquer tipo de constrangimento causado por outrem ao aluno por adotar posicionamento diverso do seu, independente de quem seja o agente.” E diz ainda que o professor, orientador, coordenador que o praticar dentro do estabelecimento de ensino terá a pena acrescida de um terço. Ou seja, as opiniões fora da escola, tais como nas redes sociais, poderão penalizar o profissional da educação também.

O movimento criou recentemente uma “associação escola sem partido” para ter uma entidade com a qual pudesse recorrer à Justiça em casos que julgasse relevantes. E a primeira ação por eles promovida foi contra o INEP, devido ao tema da redação do Enem de 2015, que tratava de violência contra as mulheres, tema que julgaram doutrinador e partidário. A violência contra as mulheres é reconhecida como grave problema em diversos tratados internacionais de direitos humanos, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), aprovada pela ONU em 1979, e outros que a seguiram. No Brasil, a cada 4 minutos uma mulher dá entrada no SUS por ter sofrido violência física, e 13 mulheres são assassinadas a cada dia – uma a cada 1 hora e 50 minutos. A violência está inclusive nas próprias escolas, como demonstrou a iniciativa “Meu professor abusador”.

Há vários ovos de serpente chocando no momento, em diversos locais, seja no âmbito dos legislativos municipais, estaduais ou nacional, e mesmo nos Executivos, e não temos garantias de que o Judiciário irá barrar tais aberrações. Portanto, nossa única arma é a manifestação, a nossa presença nas ruas e a disseminação de informações a um público maior possível, já que é na internet e em redes como whatsapp que esses grupos têm angariado seguidores, muitos deles muito jovens. É preciso promover debates que esclareçam essas situações que estão amadurecendo na surdina, com pessoas que não nos representam, mas estão em cadeiras que permitem tais movimentos.

*Cleo Manhas é doutora em educação pela USP

Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/07/escola-sem-partido-os-segredos-por-tras-da-nomenclatura.html>. Acesso em: 19 jan. 2017

Leituras da Poesia de Arnaldo Antunes na Era do Antropoceno

Sandra Mina TAKAKURA¹

Resumo: Arnaldo Antunes, autor da música intitulada “Música para ouvir” realiza intensas experimentações estilísticas que permeiam a produção com poeticidade, efeito de genericidade de poesia. No vídeo musical, dirigido por Waddington e Vanzolini, em 1999, a performance do poeta estabelece relação entre o corpo e a tecnologia permitindo situar a produção na era do Antropoceno. Este artigo apresenta os resultados preliminares dos estudos das criações estilísticas no campo linguístico. Foram adotadas a noção de neologia semântica, pautada na mudança do referente do signo, apontada por Guilbert (1975) e metáforas conceituais de Lakoff e Johnson (2003 [1980]). As criações resultam de transgressões das metáforas do cotidiano cristalizadas pelo uso.

Palavras-chave: Criação Estilística; Neologismo Semântico; Metáfora; Antropoceno; Genericidade.

Introdução

Arnaldo Antunes, conhecido por sua atuação no campo musical e literário, destaca-se por uma produção que desafia os limites dos campos de conhecimentos, justamente pelo seu aspecto híbrido, que ora mescla a música com poesia, ora a poesia mistura-se a ritmos, estabelecendo estrita relação com a música. Pode-se pensar que o poeta Arnaldo não se dissocia do músico, fortemente influenciado pelo *pop*, *rock*, MPB e *punk*, que não dispensa os aparatos tecnológicos advindos de cada movimento e na obra do qual, por vezes, se observa uma aproximação com a música concreta. O poeta cria no mundo contemporâneo uma obra com traços da poesia concreta, observada na predileção por substantivos com sentidos concretos e na concisão composicional da estrutura. Sua obra ganha complexidade pelos temas diretamente relacionados à tecnologia e ao meio tecnológico de que faz uso na produção. No entanto, o estabelecimento de relação entre a tecnologia e a ciência não exclui a possibilidade de abordar temas que retratem a relação com a natureza e a cultura.

Este artigo tem como objeto de investigação as criações estilísticas na obra *Música para Ouvir*, composta para o álbum *Um Som* (1999), em sua forma midiaticizada no vídeo musical, dirigido por Andrew Waddington e Toni Vanzolini. A investigação parte da extração de criações estilísticas, adotando-se como critério de exclusão a consulta ao dicionário, para verificar se nele constam os termos aparentemente novos. Não constando o vocábulo do dicionário, pode ser considerado neologismo. Tais criações, segundo Cardoso (2013), não são incorporadas ao acervo lexical da língua e permanecem como marcas estilísticas de um determinado autor, resultante de suas escolhas criativas e expressivas. O estudo dos processos de criações

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Prof^a Dra. Elis de Almeida Cardoso. Bolsista FAPESP. E-mail: sandramita@hotmail.com

seguiu as reflexões sobre a neologia semântica, segundo Guilbert (1975) e as metáforas do cotidiano, traçadas por Lakoff e Johnson (2003 [1980]), dentre outros teóricos.

O estudo discursivo das criações estilísticas levou em conta o enunciado como um todo, considerando o seu aspecto híbrido - poético e musical-, amparado na noção de genericidade e de estudo holístico, proposto pelas reflexões de Adam e Heidmann (2011). A genericidade pauta-se na noção de gêneros vistos a partir de um sistema de semelhanças e diferenças, permitindo a identificação de aspectos de gêneros de meios distintos em uma mesma obra. O autor cria a partir de um gênero híbrido que está em constante diálogo com as modificações ocorridas no campo musical e artístico de sua época. O conjunto dos temas abordados no objeto se centra em torno de uma ideia geral, a música, que norteia as criações. Em suas escolhas, o poeta imprime as relações que o indivíduo contemporâneo estabelece com a tecnologia, a natureza, a cultura e a sociedade, explicadas segundo a relação de atores em rede de Bruno Latour (2005). Portanto, este estudo se situa na tendência revisionista de observar o ser humano na era do Antropoceno, definida, segundo Zalasiewicz (2008; 2010), como um período no qual o ser humano passa a ser responsável pelas modificações profundas no globo terrestre. A Revolução Industrial é vista como momento inicial dessa era, a partir do qual se verifica o acúmulo de sedimentos de origem humana no globo terrestre. Ressalta-se que a relação entre o ser humano e a natureza, cultura, ciência, tecnologia e sociedade passam por mudanças de paradigmas, frequentemente observadas nos discursos presentes nas produções culturais de uma época.

1 A música poética

As produções na atualidade destacam-se cada vez mais por seu caráter híbrido que pode resultar da combinação entre gêneros pertencentes a mídias distintas. Arlindo Machado (2008, p. 64-65), em *Arte e Mídia*, descreve a tendência contemporânea de observar as mídias pelo prisma da convergência dos meios, em detrimento da visão de mídia, que se define por via do “identificador de sua especificidade”. Através dessa noção de convergência midiática, é possível falar em hibridismo entre gêneros pertencentes a mídias distintas, uma vez que a mesclagem só é possível devido à existência dos pontos de contato entre eles.

A “heterogeneidade genérica constitutiva” de textos, segundo Jean-Michel Adam e Utte Heidmann (2011, p. 20) explica essa formação como sendo decorrente da combinação de gêneros distintos. Os teóricos partem da noção de Bakhtin (2016 [1952-1953]) sobre gêneros discursivos que, além dos três elementos básicos (conteúdo temático, estilo e construção composicional), considera também o papel do contexto. Para Bakhtin (2016 [1952-1953]) os gêneros são enunciados que gozam de relativa estabilidade, ainda que sejam dinâmicos e propensos a transformações, nas interações entre os membros de uma determinada comunidade. A noção de gênero adentra os campos de especialidades como o da literatura e passa por transformações ao longo da história.

Adam e Heidmann (2011) incluem o nível material ou meio na noção de gênero, levando a refletir sobre o papel da mídia na produção de uma determinada obra. Esse entendimento explica a combinação entre gêneros de mídias distintas, nas formas de produção cultural no contexto atual. A partir da observação do caráter heterogêneo dos gêneros, os teóricos desenvolveram a noção de genericidade de um texto, que permite “observar as potencialidades genéricas, que o atravessam – sua participação em um ou vários gêneros – levando-se em conta pontos de vista tanto autoriais quanto autoriais e leitoriais” (ADAM; HEIDMANN, 2011, p. 21).

Para Adam e Heidmann (2011, p. 20), a genericidade inclui o “diálogo contínuo, sempre conflituoso, entre as instâncias enunciativas editorial e leitorial”. Expandida ao objeto deste estudo, a genericidade permite levar em conta três perspectivas: a perspectiva do autor, que cria a obra a partir de determinado gênero – que pode divergir, em função da forma como o público e os críticos a recepcionam; a perspectiva do produtor que atribui ao gênero um sentido que pode se contrapor tanto à perspectiva do autor quanto à do crítico ou à do leitor; e, finalmente, a perspectiva do público ou da crítica, que pode, durante o processo de apreensão da obra, observar traços específicos de gêneros não atribuídos à obra pelo autor ou pelo produtor. Os estudos de Adam e Heidmann (2011) permitem compreender a conceituação de gênero do produtor, em contraposição ao modo como uma obra é recepcionada pelo leitor.

A respeito do processo de mapeamento de aspectos de um gênero, Adam e Heidmann (2011, p. 22) partem da visão da distinção dos gêneros sendo realizada “por contraste no âmbito de um sistema codificado de gêneros [...] [que não pode ser] compreendido, pois, senão no interior de um conjunto de semelhanças e de diferenças entre gêneros e subgêneros definidos por um grupo social num momento dado de sua história cultural e discursiva”. A partir da identificação de aspectos comuns e divergentes relativos a um gênero, é possível detectar os efeitos de genericidade de uma determinada obra. Os teóricos propõem, *a priori*, uma visão diferenciada que tende a romper a visão rígida e regulatória dos gêneros, em favor de uma noção que permite o mapeamento de certos aspectos recorrentes em um ou mais gêneros, com o propósito de ressaltar os aspectos híbridos do texto.

O objeto deste estudo, situado no campo musical, circula nessa entre essa área e a poesia, sendo identificado por um conjunto de semelhanças e, também, de diferenças específicas. O aspecto híbrido é observado, pois o objeto também pode ser recepcionado como poema, devido ao efeito de genericidade, proposto por Adam e Heidmann (2011). O ponto de convergência é justamente a palavra cantada e ritmada, entre a poeticidade e a musicalidade.

Na canção selecionada como *corpus* de extração a este estudo, verifica-se uma poeticidade, compreendida, segundo Roman Jakobson (1973), em *Linguística e Comunicação*, em termos de função poética e expressiva, enquanto projeção do eixo de seleção, - operado por meio da semelhança e dessemelhança- sobre o eixo da combinação - pautada na contiguidade. Neste estudo de poeticidade levam-

se em conta as semelhanças e dessemelhanças de sentido e de sons, que envolvem experiências sensoriais auditivas e visuais:

A pertinência do nexos som-significado é um simples corolário da superposição da similaridade sobre a contiguidade. O simbolismo sonoro constitui uma relação inegavelmente objetiva, fundada numa conexão fenomenal entre diferentes modos sensoriais, em particular entre a experiência visual e auditiva” (JAKOBSON, 1973, p. 153).

O (a) fã ou o (a) apreciador(a) pode recepcionar a produção musical pelo sentido e sonoridade de suas letras que se casam com a melodia de forma a comporem uma poeticidade contemporânea. Sob esta perspectiva de convergência dos meios, pode-se falar em hibridismo de gêneros do campo musical e literário. A poeticidade norteia os processos criativos traduzindo-se em estilo. Esses processos são explorados a seguir.

2. Neologismos estilísticos

A criação no campo da arte e no campo literário são processos distintos. Segundo André Mirambel² (1959 apud GUILBERT, 1975), a arte não encontra limites em sua produção, ao passo que a literatura comumente pauta-se na expressividade, atendo-se aos limites da comunicabilidade de uma língua. O teórico alerta para um terceiro posicionamento, compartilhado por algumas criações literárias que tendem a romper os limites do sistema lingüístico, aproximando-se dos processos de criação artística. O *corpus* deste estudo, situado no campo musical, estabelece estreita relação com os processos observados em operações linguísticas expressivas, estando em conformidade com as restrições impostas pelo próprio sistema da língua. Assim, a canção retrata um processo tanto artístico quanto literário e linguístico, o que permite o estudo das criações estilísticas por meio da materialidade linguística. A partir das reflexões de Mirambel (apud GUILBERT, 1975), Guilbert (1975) define o contexto de produção dos neologismos literários:

É dito texto literário toda produção escrita no enquadre de certo gênero, tendo lançado em uma obra editada e difundida de acordo com um aparelho próprio à sociedade onde vivemos, codificada de acordo com certa hierarquia estabelecida por certa crítica que possui suas regras estéticas e ideológicas, e de acordo com certa difusão para um público de leitores, em função das condições econômicas e sociais próprias ao mercado de livros³(GUILBERT, 1975, p. 42, tradução nossa).

Guilbert (1975, p. 42) amplia o contexto de ocorrência dos neologismos literários, estendendo-se aos textos da imprensa, levando em conta seus aspectos multimodais e midiáticos. Tal expansão é justificada pelo fato de a atividade envolver interlocutores em meios jornalísticos, radiofônicos ou televisivos, destinando-se a determinado público. Para o teórico, o processo de recepção de um texto ou enunciado por

² MIRAMBEL, A. Essai sur la création linguistique, 1959.

³Est dit texte littéraire toute production écrite dans le cadre d’un certain genre, ayant paru dans un ouvrage édité et diffusé selon l’appareil propre à la société où nous vivons, codée selon une certaine hiérarchie établie par une certaine critique qui a ses règles esthétiques et idéologiques, et d’après une certaine diffusion dans un public de lecteurs, en fonction des conditions économiques et sociales propres au marché du livre. (GUILBERT, 1975, p. 42)

um público específico permite certa liberdade criativa, nos limites da comunicabilidade estabelecida pela língua comum entre os interlocutores.

Os vídeos musicais são produções midiáticas que visam à interlocução entre o artista e um público específico. Tal perspectiva permite identificá-los como contexto de ocorrência de neologismos literários ou estilísticos. Neste contexto de produção, a expressividade se pauta na poeticidade das letras que se aliam à performance do artista, ao ritmo e à melodia. Leva-se em conta também a situação de ocorrência do neologismo na obra, fator que permite mapear as modificações operadas no campo semântico.

Os neologismos, de acordo com Guilbert (1975), podem ser descritos de três formas. Os neologismos denominativos centrados no referente visam a comunicar uma informação com precisão. Eles decorrem dos avanços tecnológicos e da necessidade de nomear invenções. E possivelmente sejam incorporados ao léxico de uma língua, figurando em dicionários. Já os neologismos literários, criações que visam à expressividade, são considerados neologismos estilísticos que raramente são incorporados ao acervo lexical de uma língua. Há ainda as criações neológicas que podem figurar nas interações do dia a dia, sem despertar nenhum caráter de novidade, apesar de provocarem expansões ou restrições semânticas das lexias. São considerados neologismos, por não figurarem no dicionário, por não apresentarem caráter de novidade e serem frequentemente apreendidas com muita facilidade, nos contextos de uso.

As criações estilísticas podem ocorrer segundo os processos linguísticos previstos no sistema, sendo considerados neologismos formais, quando explicados por processos concatenados como a derivação e a composição, ou por processos não concatenados como cruzamentos vocabulares. Ou ainda, são referidos por neologismos semânticos (GUILBERT, 1975) quando resultam em formas homônimas, através da expansão de campos semânticos de significantes já existentes, por meio de combinações inusitadas com outra(s) lexia(s). Tais criações podem ocasionar a quebra da isotopia, sendo-lhes atribuídas qualidades ou propriedades que usualmente não seriam associadas a determinada lexia.

No campo literário, as criações estilísticas consideradas neologias semânticas são operadas por via das figuras de linguagens como a metáfora, mediante a remotivação semântica que se opera no processo comunicativo, característico das interações sociais:

Isso mostra que a formação de um neologismo semântico com o valor permanente das designações de um referente exige a interpenetração de motivação do criador em que se realiza o impulso criador metafórico e aqueles dos interlocutores do meio linguístico. Os processos da neologia semântica são também de caráter social (GUILBERT, 1975, p. 71-72, tradução nossa)⁴.

O estudo da neologia semântica parte do mapeamento do referente, no qual se operam as transformações, que podem refletir as experiências relacionadas o mundo:

⁴On voit ainsi que la formation d'un néologisme sémantique avec la valeur permanente de désignations d'un référent exige l'interpénétration des motivation du créateur en qui se réalise l'impulsion créatrice métaphorique et de celles des interlocuteurs du milieu linguistique. Le processus de la néologie sémantique est aussi de caractère social. (GUILBERT, 1975, p. 71-72)

O aspecto sociolinguístico da neologia semântica se manifesta ainda ao nível do referente. [...]. Podemos dizer que há uma relação dialética entre a compreensão dos semas de um signo e as extensões sucessivas de seus empregos e que ela está ligada à evolução da experiência humana. A neologia semântica não se opera, portanto, unicamente sobre o plano da estrutura geral da significação como tenderia a presumir a análise das mudanças dos sentidos em termos de retórica, mesmo sob a forma modernizada da teoria estruturalista, mas também em nível de experiência das coisas e de suas relações com as palavras, e enfim em nível do falante que insere as palavras em um enunciado (GUILBERT, 1975, p. 72)⁵.

Acerca das mudanças que ocorrem no plano dos sentidos, George Lakoff e Mark Johnson, em *Metaphors we live by* (2003 [1980], p. 25), descrevem as metáforas como sendo decorrentes das experiências resultantes das relações estabelecidas entre o ser humano e o mundo, a partir de um determinado olhar:

Assim como as experiências básicas da orientação espacial humana originam as metáforas orientacionais, nossas experiências com os objetos físicos (especialmente nosso próprio corpo) disponibilizam as bases para uma variedade enorme e extraordinária de metáforas ontológicas, ou seja, modos de observar eventos, atividades, emoções, ideias, etc. como entidades e substâncias⁶.

Para os teóricos, a metáfora e a metonímia, estabelecidas por meio de substituição e associação, respectivamente, vistas comumente como processos distintos, passam a ser observadas como duas noções que se intercomunicam. Elas atuam em conjunto, auxiliando os membros de determinada comunidade a compreender a cultura e a religião do grupo a que pertencem, estabelecendo, dessa forma, conexões com os ritos e experiências do cotidiano:

Os sistemas conceituais de culturas e religiões são metafóricos em natureza. Metonímias simbólicas são conexões críticas entre a experiência do dia a dia e os sistemas metafóricos que caracterizam religiões e culturas. Metonímias simbólicas que são baseadas em nossa experiência física proporcionam os meios essenciais de compreensão de conceitos religiosos e culturais (LAKOFF; JOHNSON, 2003[1980], p. 40)⁷.

A metáfora explica o processo de neologia semântica que se processa nas criações do objeto deste estudo. A organização por meio da relação do domínio fonte e domínio alvo, elaborados por Lakoff e Johnson (2003 [1980]), permitem pensar a estruturação do conceito de um domínio alvo, por parte de um conceito que se situa em um domínio fonte. O domínio fonte nesta pesquisa é a música/ a canção, em suas variadas

⁵L'aspect socio-linguistique de la néologie sémantique se manifeste encore au niveau du référent. [...] On peut dire qu'il existe une relation dialectique entre la compréhension en sèmes d'un signe et les extensions successives de ses emplois et qu'elle est liée à l'évolution de l'expérience humaine. La néologie sémantique ne s'opère donc pas uniquement sur le plan de la structure générale de la signification comme tendrait à le faire supposer l'analyse des modifications du sens en termes de rhétoriques, même sous la forme modernisée de la doctrine structuraliste, mais aussi au niveau de l'expérience des choses et de leurs rapports avec les mots, et enfin au niveau du locuteur qui insère les mots dans un énoncé. (GUILBERT, 1975, p. 72)

⁶Just as the basic experiences of human spatial orientation give rise to orientational metaphors, so our experiences with physical objects (especially our own bodies) provide the basis for an extraordinary wide variety of ontological metaphors, that is, ways of viewing events, activities, emotions, ideas, etc. As entities and substances. (LAKOFF; JOHNSON, 2003 [1980], p. 25)

⁷The conceptual systems of cultures and religions are metaphorical in nature. Symbolic metonymies are critical links between everyday experience and the coherent metaphorical systems that characterize religions and cultures. Symbolic metonymies that are grounded in our physical experience provide an essential means of comprehending religious and cultural concepts. (LAKOFF; JOHNSON, 2003[1980], p. 40)

formas que organizam e estruturam variados conteúdos denotados por lexias que se situam nos domínios alvos.

3. Estudo da Expressividade

No vídeo musical, Arnaldo Antunes assume uma *persona*, um ser que seria a mescla de humanidade e tecnologia que possui o corpo coberto por um aparato de faixas, remetendo às faixas analógicas de música em fitas K7 e aos filmes do cinema, lembrando uma espécie de exoesqueleto tecnológico e midiático. As faixas no corpo seriam representações da música como extensões do corpo, reforçado pela cena, na qual um megafone é acoplado no lugar da boca e um bumbo é acoplado nas costas.

Na performance, nos intervalos entre as estrofes, são construídas cenas nas quais o artista aparece no chão em movimentos espasmódicos, o que remete à relação entre o corpo orgânico e a tecnologia. Ressalta-se uma reinterpretação contemporânea do monstro de *Frankenstein*, da obra de Mary Shelley, animado não mais por meio da eletricidade e da tecnologia, mas, pelo conjunto da eletricidade, tecnologia e música. Esse ser tecnológico, representado pelo próprio artista, no entanto, guarda uma relação com o campo e com a tradição, pela escolha do bumbo como instrumento acoplado ao corpo. Tal cena alterna com outras nas quais o artista aparece manuseando botões de sintetizadores. O conjunto das cenas sugere as relações em rede, explicadas em termos de Latour (2005), de forma a incluir as relações entre o homem e a tecnologia, a natureza, a sociedade e a cultura, sem necessariamente excluir uma delas em detrimento das demais.

Destaca-se o paralelismo enquanto recurso composicional da música, ocorrendo pequena variação na estrutura observada na letra, composta pela lexia “música” + SP.

Quadro 1. Letra da música

Primeira estrofe	Segunda e terceira estrofes	Quarta estrofe
Música para ouvir no trabalho Música para jogar baralho Música para arrastar corrente Música para subir serpente Música para girar bambolê Música para querer morrer Música para escutar no campo Música para baixar o santo	Música para compor o ambiente Música para escovar o dente Música para fazer chover Música para ninar nenê Música para tocar na novela Música de passarela Música para vestir veludo Música pra surdo-mudo	Música pra fazer sexo Música para fazer sucesso Música pra funeral Música para pular carnaval Música para esquecer de si Música pra boi dormir Música para tocar na parada Música pra dar risada
Música para ouvir Música para ouvir Música para ouvir	Música para estar distante Música para estourar falante Música para tocar no estádio Música para escutar no rádio Música para ouvir no dentista Música para dançar na pista Música para cantar no chuveiro Música para ganhar dinheiro Música para ouvir Música para ouvir Música para ouvir	Música para ouvir Música para ouvir Música para ouvir

Fonte: elaborado pela autora.

Os sintagmas preposicionados podem ser formados por uma preposição e um nome (P + SN), ou por verbos na forma infinitiva não flexionada, que tendem ao processo de lexicalização. Essas formas mantêm seus complementos, ora sintagmas preposicionados, ora não preposicionados. As construções paradigmáticas estruturam ritmicamente a canção, pela regularidade de sua estrutura ou por meio de quebras ocasionais. As combinações de lexias de forma inusitada criam um efeito fonológico de repetições de sons e de colorido semântico.

Observa-se a estrutura composicional musical minimalista, distribuída por quatro estrofes distintas e um refrão que se assemelha a um *tag* que, na forma tradicional, finaliza uma música, com a repetição de seu título. As rimas ocorrem de forma seqüencial, emparelhadas: aa bb cc dd; ee ff gg hh; ii jj kk ll; mm nn oo pp, nas quatro estrofes, com presença de rima interna em: “música para querer morrer; música para fazer chover”, efeito que imprime velocidade à melodia.

A repetição do refrão cria um efeito de circularidade, conectando o fim da estrofe ao seu início, resultando em construções como: “música para ouvir música para ouvir música...” O efeito resultante, por um lado, seria o da repetição mecânica de um disco que toca a mesma faixa; por outro, sugeriria permanência e alongamento. A finalização do refrão em “música para ouvir” remete à ideia geral da produção.

O jogo rítmico da música ganha o colorido dos temas abordados que se agrupam em torno da ideia central da canção. As criações apontam a relação entre o homem e a funcionalidade da música na sociedade, nos contextos da vida cotidiana, nos pequenos ritos cotidianos.

As criações neológicas selecionadas para este estudo podem ser observadas abaixo:

“Música para subir serpente” - A música assume a centralidade na atividade ritualística do encantador de serpentes. O ato de encantar as serpentes por meio da música é representado por meio de uma metáfora conceitual espacial, pela ação de projetar as serpentes de baixo para cima. A criação desloca uma atividade para qualificar um tipo musical.

“Música pra boi dormir” – Dá-se a recriação da metáfora do cotidiano “conversa para boi dormir”, que pode ser definida como lexia textual, justamente por ser considerada uma estrutura cristalizada (POTTIER, 1974). O sentido dessa lexia aponta para um conteúdo inverídico ou a dissimulado. Pelo fato de o caráter dissimulador ser evidente, geralmente não se atenta muito ao seu conteúdo. A recriação rompe a coesão da lexia textual “comutando uma das lexias do enunciado por outra que tenha com a primeira grande intersecção sêmica” (BARBOSA, 1981, p. 287). Assim, são aproximadas as lexias “conversa” e “música”, pois ambas representam usos de linguagem verbal com efeitos sonoros. Cria-se um efeito irônico na fórmula da canção, indicando a melodia que se escuta sem atentar à letra ou ao seu sentido.

“Música para baixar o santo” – O ponto de partida é a metáfora do cotidiano “baixar o santo” que indica literalmente um processo praticado em religiões afro-brasileiras ou, figuradamente, enlouquecer ou agir com descontrole. Na recriação, o sentido proposto seria um estilo musical capaz de levar o ouvinte a perder o controle, a deixar a formalidade e a compostura de lado e a agir espontânea ou desvairadamente.

“Música para esquecer de si” – Esta recriação reforça a sugestão da precedente, indicando um estilo musical que permitiria perder a autoconsciência. A criação estabelece relação de analogia com a metáfora do cotidiano: “esquecer que existe”. Deixar a autoconsciência indica, também, evitar pensar nos próprios problemas existenciais.

“Música para estar distante” – Parte-se da analogia com a metáfora do cotidiano “estar longe”, que possui o sentido de desligar-se da realidade. A consciência é compreendida em termos de espacialidade, estar distante de si, indica uma perda de autoconsciência, ao passo que estar em si, implica estar consciente. Essa associação entre estado de consciência e de não consciência por meio da espacialidade é recorrente em outras obras do poeta. A recriação, portanto, indicaria música para viajar de forma figurada, ficar desligado do real, do agora e do local onde o sujeito se encontra, alçando voos imaginários.

“Música para arrastar corrente” - A metáfora do cotidiano “arrastar corrente” indica carregar os próprios problemas para onde se for. Portanto, a recriação apontaria um estilo de música que acessa os problemas, ocasionando sofrimento contínuo em qualquer espaço ou situação, a qualquer momento.

“Música para querer morrer” – No cotidiano, “querer morrer” ou “querer sumir” indica a reação a uma situação insustentável, por vergonha, constrangimento ou medo. A recriação evidencia um estilo musical que suscita um sentimento de sofrimento, seja pela temática abordada, seja pelo efeito rítmico e dramático da canção.

“Música para estourar falante” - A criação sintagmática resulta do rompimento da “coesão da lexia textual”, explanada por Barbosa (1981, p. 287) “estourar a caixa de som” (auto-falante), por meio da comutação entre o termo “caixa de som” e “falante” que se interseccionam semanticamente. O “falante” e a “caixa de som” são tecnologias que amplificam a voz e o som de uma forma geral. A caixa de som geralmente não possui mobilidade, tendo localização fixa em casa, no palco, ou em casas de shows. O falante, ao contrário, distingue-se por ser portátil, sendo facilmente acoplável a veículo motorizado e locais abertos como postes. A recriação evidenciaria um estilo musical ruidoso e animado que pode transitar pelas ruas e locais variados.

“Música pra surdo-mudo” - A criação levanta a questão da música inclusiva e de variadas formas de apreensão musical. O deficiente auditivo, por exemplo, aprende a música através da vibração dos sons no chão ou na caixa acústica. A criação indica uma visão de música inclusiva. Ocasiona, dessa forma, a quebra de isotopia da lexia música enquanto experiência sensorial auditiva, transmutada para experiência sensorial tátil.

“Música para vestir veludo” – A lexia, usualmente, remete a um estilo musical destinado a uma situação formal e luxuosa, em contexto comemorativo, ocasião em que as vestimentas seriam confeccionadas em tecidos nobres como o veludo. Ocorre novamente a quebra de isotopia, pois esta canção está distanciada desse rito elegante de se vestir, focando, em vez disso, em ações mencionadas na letra como: dançar, pular carnaval, ninar nenê, cantar no chuveiro, dançar na pista, ganhar dinheiro, fazer sucesso,

tocar no estádio, escutar no rádio, tocar na parada etc. A experiência sensorial auditiva contrasta com o ato de vestir veludo e participar de cerimônias solenes ou formais.

As criações estilísticas presentes em *Música para ouvir* ilustram o colorido dado ao ritmo, por meio de combinações inusitadas de palavras, que partem das experiências comuns, explorando metáforas usadas no cotidiano, como em “música para baixar o santo”, “música para arrastar corrente”, “música para querer morrer” e “música para subir serpente”. As criações podem resultar da quebra da “coesão da lexia textual”, traçada por Barbosa (1981, p. 287-288) por meio da troca de lexias que se interseccionam semanticamente como em: “música pra boi dormir”, e “música para estourar falante”. Podem ainda ocasionar quebras de isotopia em “música para surdo-mudo” e “música para vestir veludo”.

Considerações finais

A questão da tecnologia está presente na produção do vídeo *Música para ouvir*, de Arnaldo Antunes. Suas criações estilísticas são ricas em complexidade, pois se encontram na convergência entre os campos musical e literário, estabelecendo relações intermediárias. Elas exploram, no nível semântico, a noção de finalidade e funcionalidade da canção, ocasionando a tipificação de suas variedades. No nível da estrutura composicional, as criações estruturam-se ritmicamente por meio das relações paradigmáticas. A noção de genericidade permite o escrutínio das criações estilísticas do objeto selecionado, que alia a poeticidade e a musicalidade. Por meio da noção de neologismos semânticos, aliada à noção de metáforas do cotidiano, podem-se mapear as transformações no campo semântico.

As relações estabelecidas entre o ser humano e o mundo subjazem às criações que se localizam em determinada época e local. As criações do poeta ilustram a relação da música com os ritos culturais de diferentes espaços: o cotidiano das casas, as realidades midiáticas, estendendo-se do corpo do artista ao corpo do deficiente auditivo. Esse estudo ilustra uma possibilidade ainda em curso que pode auxiliar a dinamizar as discussões em sala de aula, por meio do uso de recursos como os vídeos musicais.

Referências

ADAM, Jean-Michel; HEIDMANN, Ute. **O Texto Literário**: por uma abordagem interdisciplinar. Trad. Maria das Graças Soares. São Paulo: Cortez, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Os Gêneros do Discurso**. Trad. Paulo Bezerra da edição russa organizada por Serguei Botcharov. Rio de Janeiro: Editora 34, 2016 [1952-1953].

BARBOSA, Maria Aparecida. **Léxico, produção e criatividade**: processos de neologismo. São Paulo: Global, 1981.

CARDOSO, Elis de Almeida. **Drummond**: um criador de palavras. São Paulo: Annablume, 2013.

GUILBERT, Louis. **La Créativité Lexicale**. Paris: Larousse, 1975.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. 5. ed. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1973.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. Chicago & London: The U. of Chicago P., 2003 [1980].

LATOUR, Bruno. **Reassembling the Social: an Introduction to Actor-Network-Theory**. Oxford: Oxford U. P., 2005.

MACHADO, Arlindo. **Arte e Mídia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008 [2007].

MIRAMBEL, A. Essai sur la création linguistique. In: **Jornal de psychologie**, nº 4, Paris: P.U.F., 1959, p. 385-415.

OTTIER, Bernard. **Linguística General: Teoria y descripción**. Version española de Maria Victoria Catlina. Madrid: Editorial Gredos, 1974.

ZALASIEWICZ, Jan. et al (Org.). Are we living in the Anthropocene? **GSA Today**, v. 18 (2), p. 4, 2008.

ZALASIEWICZ, Jan; WILLIAMS, Mark; STEFFEN, Will; CRUTZEN, Paul. The new world of the Anthropocene. **Environment Science & Technology**, v. 44 (7), p. 2228-2231, 2010.

Como citar este capítulo:

TAKAKURA, Sandra Mina. Leituras da Poesia de Arnaldo Antunes na Era do Antropoceno. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PEDRO, Adriana Moreira; OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de; SILVA, Alexandra Marques; SOUZA, Douglas Rabelo; BRITTO-COSTA, Letícia Fernandes de; KOBAYASHI, Sergio Mikio. **Discurso e identidade: múltiplos enfoques**. São Paulo: FFLCH, 2018, p. 326-336. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/9788575063361>